

O SAGRADO E O PROFANO

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Publicação anual do Instituto de História e Teoria das Ideias
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Vol. 9 — 1987

Fundador: J. S. da Silva Dias

Director: Luís Reis Torgal

Secretários de Direcção: Manuel Augusto Rodrigues e Fernando Catroga

Conselho de Redacção: Amadeu José de Carvalho Homem, Ana Cristina Araújo, Ana Leonor Pereira, António Resende de Oliveira, Fernando Catroga, Isabel Vargues, João Gouveia Monteiro, Joaquim Ramos de Carvalho, José Antunes, José Pedro Paiva, Luís Reis Torgal, Manuel Augusto Rodrigues, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Olga Ferreira, Rui Bebianco e Vítor Neto

Administração: João Gouveia Monteiro e Maria do Rosário Azenha

Apoio Técnico: Maria do Rosário Azenha

Capa: Vítor Torres

Motivo da Capa: Almada Negreiros, Pintura Mural da Estação de Alcântara

Composição e Impressão: ARTIPOL — Artes Tipográficas, Lda.
Aguada de Baixo — 3750 Águeda

Assinaturas e Distribuição: **Livraria Finisterra**
R. Alexandre Herculano, 3 — Apartado 1017
3000 Coimbra
Telefone: 27176

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações, etc., deve ser dirigida ao
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
Faculdade de Letras, 3049 Coimbra Codex. Telef. 25551

Revista de História das Ideias 9

O SAGRADO E O PROFANO

NÚMERO PUBLICADO COM O APOIO DE:

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Os trabalhos assinados são da exclusiva responsabilidade
dos seus autores

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

O SAGRADO E O PROFANO

HOMENAGEM A *J. S. DA SILVA DIAS*

Coordenação:

Maria Manuela Tavares Ribeiro

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1987

O CLERO REGULAR E A «USURPAÇÃO»

Subsidios para uma história sócio-política do Miguelismo

«.....sei o que os Pedreiros tem feito, e fazem aos Frades. Huma encarniçada guerra ha quasi hum século. Em França acabão-lhes com a casta; em Portugal querem fazer o mesmo. Juntos em alcateia Constitucional decretão a sua extinção; se dizem que os reformão, deixão-nos sem camisa, e os que não tem camisa sem cuêcas: se hum Lobo aparece n'hum oiteiro, não he com mais destemperada vozeria apupado n'huma Aldêa do que he hum Frade em tempo pedreiral, se aparece com o vulto no meio da rua, ainda que vá ajudar a *bem morrer*».

José Agostinho de Macedo

«Frei José — É uma modinha nova, feita á feliz chegada do senhor D. Miguel!».

Júlio Dantas

1. Do acervo de leituras e notas, que temos vindo a recolher de há uns anos a esta parte, escolhemos para início de reflexão o verbete *D. Miguel* (0), onde Joel Serrão traçou um precioso roteiro de questões e comentários acerca do fenómeno histórico representado por esse régio personagem sob a forma paroxística do herói (mito). Tal roteiro ficou sendo, na altura, indiscutivelmente o único convite ousado à adopção de uma perspectiva globalizante e integradora do miguelismo na conjuntura e na estrutura, isto é, no contexto sócioeconó-

* Universidade do Minho.

O Joel Serrão, «D. Miguel (1802-1866)», in *Dicionário de História de Portugal*, 3.º vol., Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 55-58.

O Sagrado e o Profano

mico, político e ideológico da primeira metade de oitocentos ⁽²⁾ e no horizonte algo enevoado do absolutismo português.

A abordagem historiográfica referente ao século passado centrou-se predominantemente, entre outros aspectos, na problemática da implantação do liberalismo, ficando à margem questões também importantes, mas subalternizadas pelo discurso histórico consagrado — discurso imbuído pela lógica do evolucionismo político-institucional. O problema jurídico da sucessão de D. João VI, os episódios político militares da Guerra Civil e o âmbito internacional do conflito, em que sobressai o papel determinante assumido pela Espanha mereceram sempre um tratamento destacado, ao invés do que sucedeu com certas «questões incómodas»: houve ou não uma unanimidade miguelista da Nação e em caso afirmativo, por que meio terá sido obtida? quem, como e porquê apoiou D. Miguel? a Convenção de Évora-Monte foi o certificado de óbito do miguelismo ou marcou, apenas, o início de uma metamorfose táctica do ultramontanismo* político e religioso? quais as raízes, características, implicações e limites do pensamento contra-revolucionário? poder-se-á falar de um messianismo miguelista?

A actual historiografia portuguesa, fortemente influenciada pelo contributo dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire*, tem de dar uma resposta sistemática e exaustiva àquelas questões (revendo, para o efeito, factos e ideias), porque um dos seus principais objectivos é cavar fundo no terreno fértil dos comportamentos psico-sociais e ideo-políticos, para além ainda de que se torna impossível subestimar por mais tempo o papel activo da Contra-Revolução durante estes últimos 186 anos. E a imperiosidade dessa resposta exige, concretamente, que se seleccionem! e analisem os problemas mediante a afluência

(2) Para Oliveira Martins D. Miguel foi «um efeito e não uma causa» e assim sendo «ocorre inquirir — segundo Joel Serrão — quais foram os esteios em que ele se es:ribou — as condições económico-sociais, ideológicas e políticas em que a personagem e o fenómeno histórico, em suas conexões íntimas, abeberam as suas raízes» (cf. *idem, ibidem*, p. 57). Ocorre, também, notar que este problema conjuntural exigia as seguintes «indagações prévias»: «a situação social portuguesa em 1826-28; o peso da rotina — administrativa, económico-social e ideológica — e os contornos da inovação, de inspiração burguesa; o problema jurídico da sucessão de D. João VI; a extensão do abalo produzido em Portugal e Espanha; o desespero nacional de um presente decaído e em contraste com a imagem histórica das grandezas passadas; a pretendida unanimidade miguelista da Nação e os meios por que teria sido alcançada» (cf. *idem, ibidem*, p. 57).

O Clero Regular e a «Usurpação»:

de múltiplas aporções metodológicas e temáticas. Entenda-se, pois, este trabalho como mais uma achega...

2. Das questões atrás formuladas urge recolocar aqui as duas primeiras: a pretensa unanimidade miguelista e qual a base social de apoio ao reinado de D. Miguel.

A ideia de que todos os portugueses, explicita e implicitamente, coincidiram na defesa do absolutismo, liderado pela Rainha D. Carlota Joaquina e pelo Infante, aparece, segundo Joel Serrão, apontada por «historiadores da craveira de Oliveira Martins», que caiu, assim, num «erro histórico»:

«como se qualquer ‘unanimidade’ lograda por intermédio da coação do terror tivesse outro valor além de exprimir esse mesmo terror que a fundamentou ou os projectos daqueles que a aticaram; e, ainda, como se a grande massa nacional, constituída, fundamentalmente por camponeses analfabetos e incrustados ainda num tempo histórico muito remoto pudesse ter estado de algum modo interessada e activamente empenhada nos diferendos ideológicos — e não só ideológicos — entre o duque de Cadaval e o duque de Palmeia! Se, na verdade, o exército miguelista era muito mais numeroso do que as hostes liberais que desembarcaram no Mindelo, isso ocorreu porque aos absolutistas coube recrutar o exército português de acordo com as virtualidades do poder efectivo.... Não apresenta, pois, visos alguns de inteligibilidade esse falso problema da unanimidade nacional em torno de D. Miguel» (3).

Os argumentos aduzidos procedem muito claramente do discurso anti-martiniano esboçado por António Sérgio (4) num tom implacável e a respeito da análise do Portugal oitocentista, ou melhor, da «*sentença de morte da burguesia liberal que o Portugal Contemporâneo quis ser*» (5). Sérgio não se perdeu em rodeios para enumerar os defeitos deste livro: logo no início do seu ensaio refere a nítida simpatia de Oliveira Martins pelo «gregarismo naturalista», o qual «pende facilmente para um ‘miguelismo’ branco, vermelho ou furta-coures» (6); a seguir indica a vaidade, a «antipática desumanidade mórbida (muito especialmente com os liberais») (7)

(3) *Idem, ibidem*, pp. 57-58.

(4) António Sérgio, «Glosas sobre o Miguelismo de Oliveira Martins no ‘Portugal Contemporâneo’», in *Ensaio*, t. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1973, pp. 221-252.

(5) Augusto Santos Silva, *Oliveira Martins e o Socialismo. Ensaio de leitura crítica*, col. Bolso, Porto, Afrontamento, 1979, p. 26.

(6) António Sérgio, *ob. cit.*, p. 222.

(7) *Idem, ibidem*, p. 222.

O Sagrado e o Profano

e o simplismo resultante da inexperiência política do autor (O.M.), «que o levava a julgar-se muito superior a todos» (8); e mais: a pretensão de onisciente e infalível, fundamentadora da «sua atitude de caricaturista agressivo, que de tudo faz sátira» (9); a tendência para uma originalidade, que hostiliza abertamente o bom senso (e daí o *Portugal Contemporâneo* ser tão *insensato*) ; a sustentação de urna tese frágil — «a de que os sectários do absolutismo eram o País em peso; e os liberais, pelo contrário, uma minoria ínfima, composta de estrangeirados» (10), contradita pelos próprios escritores miguelistas, paradoxalmente citados por O.M.; a «fantasia 'ingénuo'» do «historiador novelista», que edificou a partir de manifestações populares nitidamente forjadas pelo caciquismo e terror contra-revolucionários a «tese romântica da paixão miguelista do País inteiro!» O!); a futilidade de certos argumentos de O.M., como, por exemplo, o «da existência de estrangeiros a combater por D. Pedro» (12), facto irrelevante pela sua vulgaridade na historia militar portuguesa; a crítica desdenhosa — «(... altaneira, atrabiliária, agressiva)» (13) — com que O.M. mimoseou os feitos de personagens de proa do partido liberal; o artificio organicista empregue na explicação dos fenómenos sociais (sendo estes identificados com o corpo enfermo de um indivíduo); o recurso a «uma arbitrária psicologia dos povos, descrita também por assimilação com um indivíduo» (14); o «reduzir toda a psique de uma personagem histórica a um único predicado, ou faculté maîtresse (influência do Taine)» (15); as contradições flagrantes da tese de «que ninguém mais português do que D. Miguel» (16); os retratos distorcidos de D. Pedro e de seu ministro, Mouzinho da Silveira; a perigosa germanofilia de O.M.; e a encerrar afirma:

«O que em Martins existe de estatismo naturalista, de historicismo autoritário, tornava o seu socialismo decepcionante e frágil, e adaptado a ser arma de um capitalismo cauto, paternalista e hipócrita, — na aparência progressista, mas no essencial estático; e no pensar de um

(8) *Idem, ibidem*, p.222.

(9) *Idem, ibidem*, p.223.

(10) *Idem, ibidem*, p.224.

(11) *Idem, ibidem*, p.228.

(12) *Idem, ibidem*, p.231.

(13) *Idem, ibidem*, p.236.

(14) *Idem, ibidem*, p.237.

(15) *Idem, ibidem*, p.237.

(16) *Idem, ibidem*, p.240.

O Clero Regular e a «Usurpação»

Mouzinho (que ele confusamente interpreta) é que encontramos os germes de um socialismo autêntico, o ímpeto inicial para a libertação do obreiro» (17).

Oliveira Martins, que já não fazia parte do número dos vivos, não pôde defender-se deste arrazoado crítico, estribado num racionalismo certo, mas de todo insensível às virtualidades da intuição martiniana e, por isso, indiferente às pistas por ela abertas. Não nos cabe, obviamente, defender ou apresentar nas suas exactas proporções o discurso do autor do *Portugal Contemporâneo* — essa tarefa compete aos seus biógrafos e comentistas. Um deles — Augusto Santos Silva — apreendeu, e a nosso ver bem, o alcance, em termos de psicologia portuguesa (18) (relativamente à qual não partilhamos o cepticismo de António Sérgio), da explicação do miguelismo concebida pelo íntimo amigo de Antero (19):

«A reforma liberal faz-se sobre um *corpo* impreparado para a receber — por isso se faz contra o *querer* da maioria do povo, por isso assume o carácter de um * duelo final entre a Nação histórica e o espírito novo, estrangeiro». Percebe-se então porque se tem de reconhecer em D. Miguel a 'genuína expressão de Portugal velho' e no miguelismo a ideologia e a sensibilidade mais autenticamente pátrias, visto que prolongamos, em *estertor*, da antiga 'doença nacional' sebastianista (essa transmutação mítica do País-vivo desaparecido em 1580). Percebe-se também a razão do terror e do fanatismo de que a reacção à introdução do novo regime se reveste, e porque é que todas as movimentações de massa que, logo após a sua implantação, contra ele rebentam (a Maria da Fonte, por exemplo), apresentam, como elemento central, o desejo de regresso ao passado e a simbiose sebastianismo-miguelismo....

Como fenómenos de atracção para o abismo, de nihilização, como *pulsões de morte* entende também o crítico do liberalismo as manifestações de apoio a D. Miguel

(17) *Idem, ibidem*, p. 252.

(18) Vejam-se, entre outras, as seguintes obras: Rui Aragão, *Portugal. O Desafio Nacionalista. Psicologia e Identidade Nacionais*, col. Terra Nostra, Lisboa, Editorial Teorema, 1985; Francisco da Cunha Leão, *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, col. Filosofia e Ensaios, Lisboa, Guimarães Editores, 1971; *Idem, O Enigma Português*, col. Filosofia e Ensaios, Lisboa, Guimarães Editores, 1973; Eduardo Lourenço, *Labyrinth of Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978; Osório de Oliveira, *Psicologia de Portugal*, Lisboa, Edições do Descobrimento, 1934 e Teixeira de Pascoas, *Arte de Ser Português*, Lisboa, Edições Roger Delraux, 1978.

(19) Veja-se, a propósito, Ana Maria Almeida Mar rins e Guilherme d'Oliveira Martins, «Uma procura partilhada», *Prelo*, Lisboa (7), 1985, pp. 101-113.

O Sagrado e o Profano

e o terror que as acompanha... Por isso, há dignidade no terror miguelista: 'doidos sanguinários', mas não 'chamins', nem 'ladrões'. E há, sobretudo, autenticidade, porque, morta, incapaz, bloqueada, é, no entanto, a Pá que assim *respira*, o que resta dela, o sebastianismo em que se tinha, desde Seiscentos, refugiado e que agora encarna em D. Miguel...» (20).

Esta leitura do pensamento de Oliveira Martins concernente ao fenómeno do miguelismo, permite-nos admitir, com relativa segurança, que ele, afinal, viu longe, descortinando não uma unanimidade política — como julgaram Sérgio, Serão e outros —, mas uma «unanimidade mítica», plenamente ajustável à nossa idiossincrasia. Temos, assim, que a questão da unanimidade miguelista do país é uma falsa questão; por de trás dela está a verdadeira: D. Sebastião e D. Miguel, os rostos diversos de um só mito? (21) O estudo exaustivo do sebastianismo e suas metamorfoses é essencial para se entender o comportamento ideo-político dos portugueses, bem como certos aspectos da secular crise sócio-económica. Será, por certo, um estudo ousado, mas beneficiado pelos contributos precedentes... — grande foi a ousadia de Oliveira Martins ao pôr o dedo na ferida, isto é, ao destapar aquela questão oculta, mostrando, porventura pela primeira vez, as raízes e a indiscutível importância do ultramontanismo assumido pelo «Usurpador» (termo do vocabulário liberal) e indelevelmente gravado no imaginário colectivo. Abrimos aqui um parêntesis para esclarecer que, apesar do exposto, a «unanimidade mítica» vislumbrada por Oliveira Martins padece de uma óbvia inexactidão: o mito miguelista, simbiose do Desejado e do «heróimarialvista» (22), impôs-se, não a todos mas a muitos, em confronto com outros mitos (menores) — o da Constituição e o do «Rei-Soldado» (protagonista de uma heroicidade inversa).

(20) Augusto Santos Silva, «Morte, Mediação, História: Uma Viagem Tanatográfica ao Pensamento de Oliveira Martins», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa (14), Jul.-Dez., 1984, pp. 13, 18-19.

(21) Esta questão constitui o centro de um trabalho em curso, intitulado *Miguelismo: Ideologia e Mito*, onde pretendemos determinar com o rigor possível a dimensão mítica ou messiânica do fenómeno, no seu natural encadeamento com a produção ideológica.

(22) Veja-se, Tomás Carlyle, *Os Heróis*, col. Filosofia e Ensaios, Lisboa, Guimarães Editores, 1956; Ernst Cassirer, *O Mito do Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1961, pp. 235-275 e Philippe Sellier, *Le Mythe du Héros ou le désir d'être dieu*, col. Thématique, Paris, Bordas, 1970.

O Clero Regular e a «Usurpação»

Uma vez desfeito o equívoco da *unanimidade* sobressai, naturalmente, a questão de se saber quem foram esses *muitos*, ou seja, quais as camadas da estrutura social, que serviram de suporte ao miguelismo. Questão desprezada pela historiografia liberal, mas cuja importância é indubitável. Com efeito, não se pode conhecer, por dentro, a sociedade portuguesa de oitocentos e, sobretudo, a fase posterior a 1834, sem se explicar exaustivamente a forte e desvairada resistência oposta à implantação do liberalismo por vários grupos sociais — há que demarcá-los e defini-los. Mas a tarefa reveste-se de grande dificuldade. Por um lado, faltam estudos monográficos ⁽²³⁾ capazes de servir como referenciais a uma pesquisa sistemática. Por outro, escasseiam as fontes, sendo a maior parte das conhecidas de carácter fortuito. Em face disto, afigura-se-nos só uma estratégia fecunda, que consiste em vasculhar minuciosamente os roteiros e inventários da documentação (correspondência oficial e privada, devassas, memórias político-militares e histórico-genealógicas, livros de visitas e inquéritos paroquiais, relações de egressos...) acumulada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos Arquivos do Estado ⁽²⁴⁾ (de que destacamos o do Ministério das Finanças), nos Distritais, nos Municipais e, ainda, nos Particulares. Tome-se como paradigma, não obstante certas deficiências, o indispensável trabalho de António Ferrão, *Reinado de D. Miguel. O Céreo do Porto (1832 1833)* ⁽²⁵⁾.

Porém, enquanto não se avança significativamente com a exploração científica desta problemática, teremos de nos socorrer dos dados disponíveis, que postulam as seguintes ideias provisórias:

I.^a — No seio da sociedade eclodiu uma luta de morte entre duas facções políticas, contando cada uma

(23) Tivemos, há pouco tempo, o ensejo de saber pela Dr.^a Isabel Vargues, da existência de uma tese apresentada, na Faculdade de I-história da Universidade Complutense de Madrid, por Joaquin del Moral Ruiz, intitulada *Portugal 1820-1834. Contribución al estudio de las bases económicas, sociales y políticas del miguelismo* e que vem atenuar um pouco a falta desses estudos monográficos.

(24) Joel Serrão, Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira, *Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea*, vols. I, II (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e III (Arquivos do Estado e Arquivo da C. M. Lisboa), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984-1985.

(25) António Ferrão, *Reinado de D. Miguel. O Cerco do Porto (1832-1833)*, vol. I, Publicações da Comissão de História Militar III, Lisboa, 1940.

O Sagrado e o Profano

delas com um apoio desigual, quer dos estratos baixos (camponeses, artesãos, etc.), quer dos intermédios (a burguesia e a fidalguia provinciana) e dos dominantes (clero secular e regular e alta nobreza).

2. ^a — Os camponeses (e, em certa medida, os artesãos) tiveram em quase todo o país um comportamento reaccionário ⁽²⁶⁾, determinado, entre outros factores, pelas relações de forte dependência, que os subjugavam aos interesses senhoriais.
3. ^a — A burguesia comercial — incluímos nela os estrangeiros (franceses, ingleses...) com estabelecimentos montados — foi obtendo ao longo do séc. XVIII um sólido estatuto de «agente económico». A defesa intransigente e o desejo irresistível de melhorar esse estatuto, associados ainda a uma formação laicizada (a que não foi estranha a reforma pomalina do ensino), levaram-na a aderir em pleno aos princípios e valores do jacobinismo, sendo, *a priori*, irrelevantes as excepções.
- 4^a — A fidalguia provinciana encontrava-se, por seu turno, dividida, grosso modo, em dois grupos: o dos morgados e o dos «filhos segundos» (condenados a uma vida precária, relativamente atenuada pelo eventual ingresso na carreira militar, na magistratura e nos Mosteiros e Conventos). Aqueles, dada a natureza do morgadio e a possibilidade de acesso à capitania-mor das Ordenanças, estavam, de certo modo, agarrados à tessitura estrutural do Antigo Regime, o que os predispunha a ajudar o partido absolutista. No entanto, não podemos omitir a existência neste grupo de certos «segmentos» (repare-se, por exemplo, na fidalguia da região do Douro) comprometidos com o liberalismo e que dentro

(26) Manuel Carlos Silva e Marga Van Toor, *Sobreviver e Resistir como Camponeses. Elementos para uma explicação económico-política do 'conservadorismo' campesino no norte de Portugal*. Trabalho apresentado no Sociologisch Inscituut, Universiteit van Amsterdam. Texto dactilografado, pp. 83-110. Veja-se também, Maria Alexandre Lousada e Nuno Gonçalo Monteiro, «Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1981, 2.º vol., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 169-181.

O Clero Regular e a «Usurpação»

dele provocaram tensões, em virtude da incompatibilidade dos seus interesses económicos. Entre os do segundo grupo não descobrimos fortes motivos de ordem sócio-económica justificadores de um franco apoio ao miguelismo; detecta-se, pelo contrário, uma certa permeabilidade à ideologia liberal⁽²⁷⁾.

- 5.^a — A unânime adesão do Clero ao Governo de D. Miguel é uma ideia infundada, que, por exemplo, António Ferrão refutou cabalmente⁽²⁸⁾. A classe eclesiástica surge-nos, assim, dividida à semelhança do que ocorreu com os outros estratos; isto, claro, para além

⁽²⁷⁾ Baseamo-nos, sobretudo, em textos genealógicos impressos e manuscritos (vide o acervo de genealogias existente na Sala de Manuscritos do A.D.B., já catalogadas e indexadas) e em informações avulsas de carácter histórico-familiar.

⁽²⁸⁾ Na impossibilidade de transcrevermos, aqui, todo o texto comprovativo, optamos por uma pequena montagem de extractos:

«Enfim, o ponto que vamos desenvolver reporta-se às relações do clero com o miguelismo, tomando este não só como uma objectivação do governo absolutista, centralizador, mono arquico mas, também, como manifestação dum ideologia política, imperialista, activista — como diria Benedetto Croce. ...

Os historiadores e publicistas — abstraindo dos panfletários — de tendencias absolutistas fazem desse ponto assunto predilecto, veruadeiro cavalo de batalha, esgotando o seu melhor esforço e o maior numero possível de paginas das suas obras em afirmar e procurar demonstrar e convencer que o clero estava todo com D. Miguel, e que, até ao fim, sempre defendeu a sua causa, a *bôa causa* — á maneira dos apostólicos espanhoes....

Tal atitude, ao contrario do que diziam e faziam crêr os livros, os opusculos e as numerosas publicações periodicas de indole absolutista, esta/a longe de ser unanimamente partidaria de D. Miguel.

Muito ao invés, numerosos, mesmo bastante numerosos, eram os componentes do clero português, especialmente do clero secular, adversarios intransigentes do miguelismo.

Os que vamos apontar são apenas aquêles que, por se manifestarem mais ostensivamente, mesmo revolucionariamente deixaram vestígios nos arquivos políticos da época. Ora, se atendermos que se tratava da classe mais conservadora e disciplinada do país e onde, portanto, só muito excepcionalmente os seus membros se manifestariam revolucionariamente, não será, talvez, excessivo o nosso calculo, segundo o qual os membros do clero que se manifestaram revolucionariamente seriam 50% do restante clero que, sendo adversado do miguelismo, sabia ou podia esconder, disfarçar, a sua aversão a esse regime.

Temos visto até agora, nesta obra e especialmente no parágrafo anterior quão numerosos foram os eclesiásticos que entraram em conspirações, motins, e revoltas contra o governo de D. Miguel. Podemos repetir que durante esse governo não houve conspiração, preparativo revolucionário, ou declarada rebelião liberal onde não se encontrassem membros do clero».

(Cf. António Ferrão, ob. cit., pp. 106-107).

O Sagrado e o Profano

da divisão natural em secular e regular. Detenhamo-nos, de imediato, naquele: a estratificação hierárquica do clero diocesano apresenta cinco tipos de benefícios — abadias, reitorias, vigairarias e curadorias — que, encarados do ponto de vista dos rendimentos percebidos ⁽²⁹⁾, se cindem em dois grupos, sendo o primeiro constituído pelos abades, reitores e priores (usufruíam da maior e melhor fatia dos ditos rendimentos) e o segundo pelos vigários e curas (reduzidos, na sua quase totalidade, aos estipêndios pelos serviços religiosos prestados). No topo da hierarquia, logo abaixo do (Arce)Bispo e do Vigário-Geral, temos de colocar os cônegos de Cabido e de Colegiada, que formavam um grupo forte e influente, com grandes interesses a preservar. Verifica-se, aliás, que quanto mais alto é o escalão, maiores as regalias obtidas no quadro do absolutismo e quanto mais baixo for mais intenso o sentimento de revolta e o desejo de ver alterado o *statu quo*. Daqui se infere, que o apoio ao miguelismo terá sido mais claro e amplo nos escalões superiores do que no inferior, embora se possa dizer, que, no seu conjunto, o clero secular exibiu sempre um acentuado conservadorismo, justificado, sobretudo pelo isolamento geográfico das paróquias e pelo baixíssimo nível instructo-educativo. Quanto ao clero regular adiantamos, aqui e para já, que o seu tipo de filosofia de vida e património tornaram-se alvo dos ataques (e da cobiça) dos liberais. Gerou-se, assim, um conflito aberto, que estremou as posições e o atirou, em definitivo, para os braços do ultramontanismo. Não surpreende, por isso, que os polemistas e escritores desta facção tenham alardeado com insistência o empenho desse clero na Contra-Revolução.

- 6.^a — Não se pode, também, pensar que a alta nobreza apoiou na íntegra e incondicionalmente o partido miguelista, embora fosse uma classe com muita coisa em jogo, mostrando se, em princípio, adversa

⁽²⁹⁾ Veja-se sobre este assunto, José Viriato Capela, «Os rendimentos dos párocos do concelho e areiprestado de Barcelos nos fins do antigo regime e durante o séc. XIX», *Bar cellos - Revista*, Barcelos, 2 (1), 1984, pp. 59-97,

O Clero Regular e a «Usurpação»

aos projectos de sentido revolucionário. Mas a avaliar pela forma como, por exemplo, a Casa de Cádaval conseguiu sobreviver após a Convenção de Évora-Monte, emerge a suspeita de, talvez, não terem sido consideráveis as perdas sofridas pelas restantes — será, por certo, profícua a pesquisa, que se venha (ou esteja já) a fazer sobre esta curiosa problemática⁽³⁰⁾.

- 7.^a — Para além dos estratos, que acabamos de caracterizar, segundo uma perspectiva sócio-económica, verifica-se ainda a existência de sectores como o dos letrados, de natureza sócio-profissional. Este sector pode, por sua vez, subdividir-se em docentes da Universidade de Coimbra e em magistrados.

⁽³⁰⁾ J. S. da Silva Dias, *A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes* (in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1981, 1.º vol., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 21-25), fala do compromisso histórico, ou seja, da via moderada e equidistante dos radicalismos, quer de direita, quer de esquerda, seguida com vista à evolução do país na continuidade e a que certos estratos sociais deram o seu aval, como, por exemplo, a alta nobreza:

«... a militância constitucional, no período de 1826 a 1850, de titulares como os marqueses de Angeja, de Fronteira, de Palmeia, de Loulé; os condes do Funchal, da Ribeira Grande, de Porto Santo, de Vila Real, de Vila Flor, de Suberra, de Ficalho; de figuras aristocráticas como D. Francisco de Almeida Portugal (Lavrado), Luís António de Abreu e Lima, D. Tomás de Mascarenhas, D. Manuel da Câmara, D. António de Melo, D. Cristóvão de Vilhena, D. Luís da Costa de Sousa de Macedo, Pedro de Melo Breyner. Para se fazer uma ideia da amplitude e composição social das aderências ao compromisso histórico que tornou possível a vitória sobre a nossa poderosíssima direita contra-revolucionária na guerra civil de 1832-1834 e sobre a infatigável esquerda radical de 1826 a 1850 apresentarei uma amostra dos alinhamentos constitucionais na aristocracia titular e no alto funcionalismo civil em 1826 e anos seguintes, até 1834, tomando como base a recusa de assinatura do assento dos três estados, que levou D. Miguel ao trono em 1828.

Não assinaram:

Marqueses	15
Condes	21
Viscondes	16
Barões	17
Prelados	13
Conselheiros	6
Diplomatas	30
Magistrados e juriconsultos ...	6

Se a estes números somarmos os dos personagens que assinaram violentados e que pelas suas ideias subsequentes se foram juntar aos liberais no exílio ou foram presos ou postos em residência fixa, teremos mais de 40% na nobreza titular alinhada pelo compromisso histórico».

(Cf. *idem, ibidem*, p. 22).

O Sagrado e o Profano

Luís Reis Torgal, nas suas actuais investigações sobre a Universidade e o comportamento do seu corpo docente, confirma o grande conservadorismo deste; mas mais forte nas Faculdades de Teologia e Direito do que nas outras. Entre os magistrados, e apesar da escassez de indicadores seguros, nota-se uma flagrante diversidade de atitudes face ao miguelismo. António Ferrão, segurando num punhado de provas, afirmou o seguinte: «Outro sintoma dessa reacção, surda, anti-miguelista encontra-se no profundo movimento que se deu, então, na classe mais conservadora, depois da eclesiástica, isto é, na magistratura» (31).

- 8.^a — O Exército é outro sector sócio-profissional a ter em conta, porque «os militares tiveram, enquanto actores sociais, um papel activo no processo de mudança e agiram como agentes de mudança» (32).

(31) António Ferrão, *ob. cit.*, p. 103. E acrescenta:

«Numerosos magistrados ausentam-se voluntariamente dos seus lugares, fugindo uns, pedindo licença outros até verem em que as ccusas ficavam. Os que tinham recursos pessoais procuraram ausentar-se para o estrangeiro, como o desembargador António Barreto Ferrás de Vasconcelos, que requiere, logo em Maio de 28, licença dum ano, pedindo ao mesmo tempo para a poder gosar no estrangeiro. Outros magistrados hesitam em tomar posse ou continuar no desempenho dos seus lugares, como o desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação, Sebastião José Garcia Nogueira, os bacharéis nomeados para juizes de Fora de Gouveia, Peniche, etc.

A'cerca dos sentimentos absolutistas de muitos magistrados havia sérias duvidas, como sucedia ao respeito do desembargador da Relação do Porto, António Joaquim Pinto; do Juiz do Crime de Santarém, Pedro Mendes de Abreu, tido por constitucional; do bacharel Bernardo de Serpa Machado, então provedor de Lamego, constando na Intendencia que êle e os seus dois irmãos Francisco e Manuel de Serpa eram maçons, como se tinha visto pelos papeis apreendidos na 'Loja Maçónica das Cazas do Garrido'; o corregedor de Beja, Cipriano Justiniano da Costa era duvidoso, pois protegia muito o conspirador P^o Gois, etc., etc.

As mesmas duvidas subsistiam ácerca de dezenas de outros magistrados. E, quanto aos pretendentes a magistrados a selecção tomava-se rigorosíssima, mercê das detalhadas informações que se pedia acerca de cada candidato. Por vezes, davam-se cenas dum comico irresistível. . .

Enfim, são dezenas de macêtes que encontramos cheios de documentação que bem demonstra quão viva e movimentada foi, na magistratura, a transição para o governo absolutista de D. Miguel».

(Cf. *idem, ibidem*, pp. 103-105).

(32) Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal. No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, col. Biblioteca de História, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 19. Veja-se também, *idem, Os militares, a crise do Antigo Regime e o advento do liberalismo*, in *O Liberalismo na Península Ibérica...*, *ob. cit.*, 1.^o vol., pp. 143-154.

O Clero Regular e a «Usurpação»

Nascido com a Restauração, o Exército moderno cresceu e consolidou-se durante a época pombalina, gerando a seguir, por força das circunstâncias (as invasões francesas, a crise do Poder, o caos económico, o domínio inglês arrogante e despótico, etc.), um espécime perturbador: o «militar-político» — seduzido pelo fascínio das revoluções. E, a partir de então, o Exército conspirou, fez o pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, pôs-se a boiar nas águas do constitucionalismo, virou à direita na Vilafrancada, forçou a viragem na Abriada, deu umas piruetas de recuo tático e quando o Infante D. Miguel desembarcou em Belém submeteu-se com alguma relutância, vindo a ser reorganizado (33). Mas apesar disto o desfecho foi algo surpreendente: 82 000 homens caíram aos pés de um grupo expedicionário, a princípio pequeno, mas engrossado pelas deserções nas hostes inimigas. A historiografia de índole contra-revolucionária veiculou a conhecida tese, de que a incompetência e cobardia dos oficiais e alto comando anularam, por completo, o « indesmentí vel denodo» dos soldados absolutistas. António Ferrão contrariou esta tese, responsabilizando pela derrota, não o Exército permanente — a 1.ª linha e suas chefias —, mas a «chusma armada», composta pelos indisciplinados *voluntários realistas*. Seja como for, o certo é que os militares fiéis (?) ao Governo miguelino não foram capazes de manter vivo o «Portugal Velho», agonizante.

(33) A propósito deste ponto, António Ferrão escreveu o seguinte:

«__o governo miguelista ia tomando, cada vez mais, a consciencia que tudo se estava preparando para a luta militar que, em ultima instancia, devia decidir o litigio politico que há muito envolvia, perturbava, dilacerava a vida da Nação. Com justificado motivo viam esses governantes que se tratava de uma luta de morte para o que fosse vencido ou, pelo menos, para o que menos resistisse. Por isso cuidaram — e muito dedicadamente — de reorganizar o exercito, não apenas para o depurar dos elementos suspeitos de liberais ou com estes simpatizantes — como se tem julgado e publicado — mas, também, para reorganizar os quadros do activo e das milicias, reformando oficiais e praças mais idosos, doentes ou ineptos; nomeando e promovendo os oficiais considerados mais dedicados ao regime, mais aptos e mais válidos para o serviço».

(Cf. *idem, ibidem*, pp. 148-149; veja-se ainda pp. 612-616).

O Sagrado e o Profano

- 9.^a — Por último, não podemos deixar de referir o «funcionalismo público qualificado», cujo quinhão maioritário estava comprometido, segundo J. S. da Silva Dias ⁽³⁴⁾, com as forças contra-revolucionárias.

Com este leque de hipóteses e a anterior discussão do problema da *unanimidade* fica enquadrado o tema específico ⁽³⁵⁾, implícito na *Relação de Frades e outros religiosos, 1834* ⁽³⁶⁾ (vide Apêndice), que consiste na postura política do clero regular durante o período da «Usurpação» — punida, aliás, pelo célebre decreto de 28 de Maio de 1834 — e que constitui o núcleo temático do presente artigo.

3. A complexa e delicada questão do extermínio das Ordens Religiosas, afluída noutro texto ⁽³⁷⁾ e para a qual Fernando Jasmins Pereira deu um valioso contributo ⁽³⁸⁾, en-

⁽³⁴⁾ J. S. da Silva Dias, *art. cit.*, p. 23.

⁽³⁵⁾ Antes, porém, parece-nos oportuno, que perspec eivemos, pelo óculo de Luís A. de Oliveira Ramos, a situação geral do país no alvor de oitocentos:

«Nos finais do séc. XVIII, a sociedade portuguesa atravessa um período de crescimento demográfico e de evidente prosperidade comercial, a que se alia a expansão industrial e um certo fomento agrário, contrastado por um decréscimo da produção cerealífera. Nas zonas distantes dos mercados ricos a agricultura é difícil e escasso o poder de compra e os interesses da população; pelo alvor do séc. XIX, o país sentirá uma quebra no sector fabril que se liga ao avanço da revolução industrial inglesa e ao arcaísmo das estruturas manufactureiras.

Na ordem política afirma-se o poder da monarquia. Socialmente, a burguesia progride e cresce o funcionalismo sem que afluam tensões sociais graves. Entre os eclesiásticos, abundam os sacerdotes carecidos de vocação. Acentua-se também a propensão da Coroa para se imiscuir nos assuntos eclesiásticos, quer para melhor os controlar, quer para obter neva; fontes de receita. Sobretudo os regulares são objecto de críticas enfáticas por parte dos 'filósofos do século'.

(Cf. *idem*, «Os Beneditinos e a Cultura: Ressonâncias da Ilustração», *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série (1), 1984, p. 159).

⁽³⁶⁾ Arquivo Distrital de Braga, *Fundo monástico-conventual*, FN-7, doc. 75. Macete com cadernos soltos de poucas folhas cada, a que se pode juntar esta outra epígrafe: *religiosos moradores nos Conventos e Hospícios do distrito de Viana*, suprimidos em 1834.

⁽³⁷⁾ António de Sousa Araújo e Armando B. Malheiro da Silva, *Inventário do Fundo Monástico-Conventual*, Braga, Edições do A.D.B., 1985, pp. 13-59 (Separata da *Itinerarium*. Revista quadrimestral de Cultura publicada pelos Franciscanos em Portugal, Lisboa, XXXI (121-122), 1985, pp. 49-301).

⁽³⁸⁾ Fernando Jasmins Pereira, «Algumas Questões em Redor da Venda de 'Bens Nacionais'», *História & Crítica*, Lisboa (3 0), 1983, pp. 49-56 e *idem*, «O Liberalismo e a Extinção das Ordens Religiosas (memória sobre um estudo por fazer)», *Carmelo Lusitano*, Lisboa (2), 1984, pp. 113-136.

O Clero Regular e a «Usurpação»:

globa uma variedade de aspectos, que não cabe aqui, sequer, referenciar. Fica, pois, de fora deste contexto o processo longo, subterrâneo e corrosivo, que desde 1728 (ano do restabelecimento do *Beneplácito Régio* — Lei de 5 de Julho — por D. João V) minou os alicerces temporais da Igreja em Portugal; dentro dele tem, porém, lugar a abordagem do diploma legal e respectivo relatório, por determinação dos quais se fizeram os «inquéritos» e de que a referida *Relação...* é uma boa amostra.

O decreto de 28 de Maio, mais o relatório de Joaquim António de Aguiar, que para muitos ficou sendo o «Mata Frades», foi promulgado em condições especialíssimas ⁽³⁹⁾: dispensa comentários o facto de a proposta da extinção, apresentada no Conselho de Estado, ter sido aí rejeitada por todos os membros! A matéria era, de facto, explosiva e previsíveis as nefastas consequências devidas à sua eventual aprovação. Não admira, por isso, que seis meses após ser publicado, ninguém o defendesse e volvidos seis anos o próprio ministro das colónias lamentasse publicamente a inexistência dos frades ⁽⁴⁰⁾. E se isto parecer ainda insuficiente, sondemos, por exemplo, a *História de Portugal* de Manuel Pinheiro Chagas — um liberal. Aí se encontra uma crítica certeira ao decreto, como se pode ver pelo seguinte extracto:

«Como medida governativa e de longo alcance social a supressão dos conventos era, incontestavelmente, um grande e ousado passo. Só n'um momento como aquelle podia ser dado; só se alcançaria poder manter as consequências que d'elle derivavam, aproveitando o atordoamento geral produzido pela victoria. Por outro lado o alcance económico de chamar aos depauperados cofres nacionaes tão valiosos recursos, podia e devia ser d'uma utilidade resgatadora de muitas das difficuldades que enredavam a triste fazenda publica. Mas o imperador só viu o alcance politico, e os seus ministros não souberam organizar as medidas preventivas contra a desenfreada delapidação, que, como vimos, começou infrene logo pelos primeiros arrolamentos. Ganhou a ladroagem e não ganhou o paiz. O futuro veiu ainda, como teremos occasião de ver, a seu tempo, tornar ainda mais reprehensivel o modo como a grande massa de bens se malbaratou, e os rendimentos quantiosos se desperdiçaram... A má orientação do governo foi até ao ponto de offender todo o sentimento de justiça e de commiserção, porque estabelecendo no

⁽³⁹⁾ António de Sousa Araújo e Armando B. Malheiro da Silva, *ob. cit.* y nt. 66, pp. 31-32.

⁽⁴⁰⁾ D. Miguel Sotto-Mayor, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*, Braga, p. 139.

O Sagrado e o Profano

artigo 4.º da lei, que seria dada uma pensão annual aos religiosos privados da sua fazenda, — emquanto não tivessem equal ou maior rendimento de beneficio ou emprego publico — logo abria ao artigo nada menos de 6 paragraphes com excepções, o que constituia uma rede varredora que apanhava quasi todos. A violencia era tanto mais desaforada quanto, n'esse mesmo momento, se suspendia a confiscação dos bens aos que não eram egressos. Os que tinham andado com as armas na mão a favor do usurpador eram restituídos magnanimamente na posse dos seus bens; os religiosos culpados de accepta' um beneficio do usurpador eram votados á mendicidade com a exclusão até da pensão alimenticia! Isto, pelo contraste, deixava muito a descoberto o intento. O que se queria não era o castigo dos frades, — era principalmente a propriedade dos frades» (41).

A redacção do citado artigo 4.º e respectivos parágrafos, para além de padecer do paradoxo apontado acima por Barbosa Colen, resvalou para a «perseguição política» (42): o subsídio anual só seria concedido após feitas deligências inquisitivas sobre a conduta dos religiosos, abrangidos, *a priori*, pelas excepções enumeradas no diploma! Portarias complementares reforçaram, de pronto, este espírito persecutório, estabelecendo medidas concretas:

«O Reverendo Dezembargador Vigário Geral da comarca de Braga, Antonio Joze Ferreira de Araujo que se acha em commição da Suppressão dos conventos nas

(41) Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal Popular Illustrada. Continuada desde a Chegada de D. Pedro IV á Europa até aos Nossos Dias* por J. Barbosa Colen, 9.º vol., Lisboa, Emp. da História de Portugal, 1904, pp. 525-526.

(42) Patente nas entre-linhas do articulado:

«Artigo quarto. A cada um dos Religiosos dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospicios, ou quaesquer Casas extinctas será paga pelo Thesouro Publico, para sua sustentação, uma pensão annual, em quanto não tiverem igual, ou maior rendimento de Beneficio, ou Emprego Publico: Exceptuam-se:

Parágrafo 1.º Os que tomaram armas contra o Throno Legitimo, ou contra a Liberdade Nacional.

Parágrafo 2.º Os que em favor da Usurpação abusaram do seu Ministerio no Confessionário, ou no Pulpito.

Parágrafo 3.º Os que acceptaram Beneficio, ou Emprego do governo usurpador.

Parágrafo 4.º Os que denunciaram, ou perseguiram dilectamente os seus Concidadãos por seus sentimentos de fidelidade ao Throno Legitimo, e de adhesão á Carta Constitucional.

Paragrafo 5.º Os que acompanharam as tropas do usurpador.

Parágrafo 6.º Os que no acto do restabelecimento da Authoridade da Rainha, ou depois delle, nas terras em que residiam abandonaram os seus Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospicios, ou Casas respectivas».

(Cf. *Colecção de Decretos e Regulamentos...* Primeira Serie. Segunda Edição augmentada de muitos Diplomas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 71).

O Clero Regular e a «Usurpação»:

Comarcas de Viana, e Valensa... procedendo ás deligencias da mesma que athe aqui pello que pertense as boas ou más qualidades dos Relegiozos, a fim de que não fiquem com direito a prestação do Estado Relegiozos, que a não devem ter. Para que se conclua com a brevidade esta imporante deligencia da extinção dos Conventos o authorizô a poder nomiar outros quaisquer Equeleziasticas que tenham as qualidades mencionadas nas Portarias de Sua Magestade Imperial...» (43); e «Menisterio de Justiça; Negocios Eccleseasticos... E Determina Sua Magestade Imperial = 1.º Que o referido Governador faça com a brevidade pocivel subir por este Menisterio uma Lista Exacta de todos os Religiozos das cazas Extintas, com observaçoins das circunstansias de cada um delles, em relação ás exceçoens marcadas no citado Decreto...» (44).

As bases fundamentadoras de tal espírito encontram-se, naturalmente, no relatório, onde a par de uma argumentação de carácter histórico e económico sobressai um arrazoado ideológico, a que importa, aqui, atender:

«Em nosso tempo, Senhor, quantas vezes não se tem urdido no claustro insidiosas tramas contra o Throno Legitimo, e contra a civilisação, e liberdade nacional! Não é necessário recordar amigos factos; basta o que se tem passado desde 1820. Desde esta época os Religiosos não contentes de extraviarem das ideas da liberdade, com a sua magia sagrada, os espiritos fracos por veredas tortuosas, depondo todos os respeitos, correram como ondas medonhas a invadir de todos os lados a Não soçobrada do Estado: as Casas Religiosas foram convertidas em assembleas revolucionnárias; os Pulpitos em tribunaes de calúmnias facciosas, e sanguinolentas; e o Confessionário em oráculos de fanatismo, e de traição. A Nação inteira vio uma parte do Clero Regular trocando a Milicia de Deos pela Milicia secular....

O pouco que deixo ponderado sobre este objecto é sobejo para que V.M.I. tome em consideração, na medida que tenho de propor-lhe, a incompatibilidade das Instituições Liberaes que V.M.I. se dignou outorgar á Nação Portugueza, com a conservação de institutos que, geralmente fallando, se tem mostrado contrarios á Liberdade, e nos quaes ella achará sempre um poderoso estorvo a consolidar-se» (45).

Não obstante a dose de demagogia, que estas palavras possuem, elas reportam-se a uma situação concreta por todos admitida: parte considerável do clero regular (as excepções apontadas, quer na dita *Relação*..., quer nos inquê-

(43) Vide *Apêndice*.

(44) Vide *ibidem*.

(45) *Colecção de Decretos e Regulamentos...*, ob. cit., pp. 68-69.

O Sagrado e o Profano

ritos publicados por Eugénio dos Santos ⁽⁴⁶⁾, têm um peso pequeno no cômputo geral) utilizou todos os meios ao seu alcance para combater as «seitas maçónicas e liberais», coberta pela flagrante cumplicidade dos Prelados e do próprio Papado, explícita em Pastorais e Bulas. Estes textos são, de facto, provas irrefutáveis do assumido anti liberalismo do Clero, tanto o regular, como o secular. O projecto político consagrado na Constituição vintista alvejava abertamente os bens patrimoniais desta classe e a vivência religiosa, que ela instituiu ao longo dos séculos — religiosidade fechada no círculo estreito da tradição e da ortodoxia. Perante tamanhas ameaças havia, apenas, que contra-atacar: o púlpito, o confessionalário, o panfleto anónimo, as pastorais e, até mesmo, as armas, foram o instrumento disponível e viável para esse fim — a nível militar o resultado saldou-se, como se sabe, pela derrota, mas a nível propagandístico traduziu-se por uma indesmentível eficácia (as vantagens práticas desses meios de propaganda não foram desprezadas pelos liberais, que, afinal, também os utilizaram). Serão, por certo, interessantes e úteis as conclusões, que uma pesquisa sistemática e exaustiva sobre, por exemplo as pastorais e letras pontificias pode fornecer. Uma sondagem a que procedemos no núcleo das *Visitas e Devassas*, do Arquivo Distrital de Braga, confirmou-nos em pleno tal ideia: vimos livros de capítulos de visita (pertencentes à Mitra, ao Cabido, à Sé de Braga, à Colegiada de Valença e às Igrejas Paroquiais do Arcebispado de Braga), de termos, roteiros e devassas, mas só nos primeiros encontramos pastorais, contendo indicações precisas para o combate contra os *pedreiros-livres* ou *franc-mações* ⁽⁴⁷⁾; num desses livros fomos

⁽⁴⁶⁾ Eugénio dos Santos, «Opções Políticas do clero Regular Nortenho nas vésperas do Triunfo do Liberalismo. Uma sondagem», *Arquipélago, Série Ciências Humanas* (3), Ponta Delgada, Jan. 1981, pp. 93-113).

⁽⁴⁷⁾ A mencionada busca de pastorais circunscreveu-se ao período compreendido entre 1828 e 1834. Na impossibilidade de as explorar, aqui, limitamo-nos a chamar a atenção do leitor para uma ou duas amostras — extractos escolhidos de forma algo arbitrária e que passamos a transcrever:

«Todos sabem quanto se exforção os perturbadores da pas de Igreja e da tranquil *idade* da paz da Igreja digo da tranquilidade do Estado para depremir nos tempos proxivamente passados o poder da Igreja desacreditar a autoridade do Successor de S. Pedro, e mais Successores dos Apostolos; todos sabem como quanto trabalharaÓ por Levar ao Esquecimento as penas Canonicas Levantando por toda a parte contra ellas altos Clamores, e proferindo todo o genero de improperios, e desprezando os seos effeitos para não serem temidos por aquelles^ que ainda conservaõ em seos Coraçõins alguns sentimintios do temor de Deos, e Piedade Com o fim de Conduzirem

O Clero Regular e a «Usurpação»

descobrir, cosida aos cadernos respectivos, uma Bula de Leão XII — texto impresso, com 29 páginas, ao longo das quais são evocadas Bulas de Pontífices predecessores (Clemente XII, Benedicto XIV, Pio VII e Clemente XIII), que excomungavam os membros da Seita dos *pedreiros-livres*, e onde se denuncia a «astucia destes arditos homens», intimando o «rebanho do Senhor» a que se afastasse de tal gente⁽⁴⁸⁾.

O comprometimento dos monges e frades com o «governo usurpador» era, pois, um facto demasiado óbvio, que convinha explorar politicamente a pretexto da eventual atribuição da *pensão alimentícia*. Daí a feitura apressada (e de resultados algo duvidosos) dos inquéritos averiguadores dos diver-

os povos á religião, e a rebelião Contra todo o poder para ç6 elles dominarem o excesso da sua perfidia do seo despotismo, e da sua barbaridade, tendo por seo *Deus* a mais infame Paixaõ da mais insaciável cobiça por .Lei a sua orgulhosa vontade, e não conhecendo outra moral, que nac fosse a do voluptuozo. Epicuro em cuja Escola parecem, educados os Sectarios d'essas tenebrozas Sociedades.....

(A.D.B., *Núcleo das Visitas e Devassas*, 93B — Pastoral e ordena circular, 1829, fis. 28v.-29) e

«... desejando efficazmente concervar illezo o Sagrado Depozito da Fé, e Santidade da Religião, Revalada, a pureza dos costumes, e obstar promptamente o progresso de tantos males, *que o Inferno* tem vomitado nos passados tempos pelo infame orgaõ das Sociedades Secretas da Maçonaria, Pedreiros livres ou qualquer *que* seja a sua detestável denominação: Expedio nas suas Letras Apostólicas = Quo graviora mala = ...

As quaes Letras Apostólicas o Muito Alto, e Muito Poderoso Rei o Senhor Domiguel Primeiro, Nosso Legitimo // mo, e Natural Senhor *que* Deos Guarde por sua Excelsa Piedade, e sincera Religião, como difensor Perpetuo da Igreja, — com o Sobrano Protetor dos Canones, e com o Rei sempre Fidilissimo foi servido acordar o seu Benep^ocito Regio auxilio para *que* se publiquem, e executem nestes seus Reinos, e Dominios sendo Lidas a estação da Missa Conventual e affixada em todas as Igrejas na forma ^o Estilo, praticado em Semelhantes cazos».

(A.D.B., *Núcleo das Visitas e Devassas*, 577 — Pastoral, fis. 81V-82).

⁽⁴⁸⁾ Atente-se no seguinte extracto:

«... Eis aqui o que nos pareceo ordenar para reprimir, e condemnar todas estas Seitas furiosas, e detestáveis. Agora porém me dirijo a Vós, meus Veneráveis Irmãos Catholicos, Patriarchas, Primazes, Arcebispos, e Bispos, e não só vos pedimos, mas instantemente supplicamos a vossa coadjuvação. Attendei por vós, e por todo o rebanho, sobre que o Espirito Santo vos constituiu Bispos, para governardes a Igreja de Deos; porque os lobos arrebatadores vos accometterão, e não hão de perdoar ao rebanho: mas nada disto temais, nem façais a vossa vida mais preciosa, que a vós mesmos; lembrai-vos, que das vossas pessoas pende em grande parte a constancia, que devem ter na Religião, e na virtude aquelles, que vos foram confiados.....

(Cf. *Bulia de Sua Santidade. Leão Bispo Servo dos Servos de Deos. Para perpétua memoria*, Lisboa, Typ. à Praça de Sta. Thereza, 1825, pp. 23-24).

O Sagrado e o Profano

sos graus dessa militância frenética. Inquéritos, cuja amostragem, atrás mencionada, irá, finalmente, ser sujeita ao escopro da análise.

4. As listas (inquéritos ou relações) elaboradas na sequência do decreto de 28 de Maio (49) são, muito provavelmente, a fonte, que nos esclarece quanto às «opções políticas» do clero regular durante o reinado de D. Miguel; os chamados *inquéritos paroquiais* (50) fornecem-nos, por sua vez, informações sobre a conduta política do clero secular, antes e depois de 1834. Estes foram feitos no âmbito da Mitra e conservados no seu Arquivo, ao passo que aquelas tiveram outro destino: uma grande parte encontra-se, actualmente, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, onde Eugénio dos Santos procedeu a uma proveitosa sondagem, tendo publicado umas (51) e reservado outras para futura publicação; no A.D.B., junto com os livros e documentos avulsos dos vários cartórios de Conventos e Mosteiros extintos (depositados na Repartição da Fazenda do distrito de Braga e, a partir de 1917, entregues ao dito Arquivo), apareceu um macete, já atrás mencionado, contendo 13 relações (ou *Mappa demonstrativo do Numero, nomes, residencias, e observações Politicas dos Religiosos...*), respeitantes aos Institutos Religiosos do distrito de Viana do Castelo e que, talvez, tenha ficado esquecido na Repartição da Fazenda, por qualquer ponderosa razão ou por mera negligência.

(49) Eugénio dos Santos refere a elaboração de listas compendiando «as opções políticas do clero», por força duma legislação publicada seis dias após a lei de 5 de Agosto de 1833 (cf. *idem, art. cit.*, pp. 100-101).

(50) Sugere-se a consulta de Maria da Assunção Vasconcelos, *Inventário das Visitas e Devassas*, Braga, Edições do A.D.B., 1986 e a leitura dos seguintes trabalhos: A. Franquelim Sampaio Neiva Soares, «O Arciprestado de Guimarães no Inquérito de 1845», in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. Actas*, vol. III, Guimarães, 1981, pp. 39-74; *Idem*, «A Sociedade do Anxigo Regime nas visitas e inquéritos paroquiais do Distrito de Braga», *Theologica*, Braga, 13 (3-4) 1978, pp. 429-565, + 17 mapas; *Idem*, «O Distrito de Viana do Castelo nos Inquéritos Paroquiais de 1775, 1825, 1843 e 1845», *Arquivo do Alto Minho*, Viana do Castelo, vols. XX a XXIV, 1975-198 e *Idem, Visitas e Inquéritos Paroquiais da Comarca da Torre de Moncorvo de 1755 a 1845*, Braga, 1981.

(51) Eugénio dos Santos, *art. cit.*

O Clero Regular e a «Usurpação»

Eugênio dos Santos, referindo-se não só aos sete documentos que publicou, mas também às outras listas que recolheu no A.H.M.F., afirmou:

«Da sua simples leitura se infere, sem margem para dúvidas, que as opções políticas dos regulares nortenhos, a avaliar pelos dados desta sondagem, eram, na sua esmagadora maioria, favoráveis às pretensões do governo usurpador. E os frades manifestaram-nas abertamente no púlpito, no confessionário, nas conversas privadas, enfim, no desempenho do seu múnus pastoral quotidiano» (52).

«Simples leitura», que não chega, porém, a ser viciada pelas inevitáveis fraudes do processo: informações colhidas a partir da inquirição de testemunhas, nem sempre fidedignas e, certamente, sugestionadas pelo carácter inquisitorial da devassa, reflectem, com nitidez, a dúvida, o medo, a cobardia e a sede de vingança destas; é, em suma, a deformação da verdade.

A *Relação...* existente no A.D B. confirma a flagrante aderência do clero regular ao miguelismo (inferida por Eugênio dos Santos), como se vê pela seguinte análise estatística:

1.º caderno (doc. 75A) — *Relação dos Religiosos, que eraõ moradores e se achavaõ nos Conventos, e Hospícios que foraõ suppressidos na Comarca de Ponte do Lima, exegida pela Circular da Prefeitura sob o N.º 16 da 1.ª Repartição em data de 26 d'Outubro de 1834.* Nota: contém um texto e uma «Adição» relativa aos Arcos. Casas incluídas:

- Convento de Refojos de Lima. Ordem: Cónegos Regrantes. Total de monges: 16. «Esturrados Miguelistas» (pregaram ou agiram a favor da Usurpação): 4. «Realistas moderados ou desafectos liberais que não retiraram»: 1. «Afectos à Causa da Rainha e da Nação»: 1. «Constitucionais perseguidos pela Usurpação, deportados de S. Vicente de Fora»: 10.
- Hospício de Pereiras. Ordem: Franciscanos. Total: 2. «Nada consta» (recebem prestação): 2 (sendo 1 incapaz).
- Convento de St.º António de Ponte de Lima. Ordem: Franciscanos. Total: 27. «Realistas moderados ou...»: 3. «Fugidos do Convento quando da entrada das tropas liberais e affectos à Usurpação»: 18. «Afectos à Causa da Rainha e da Nação»: 6.
- Convento do Carmo de Viana. Ordem: Carmelitas. Total: 25. «Desafectos ao Legítimo Governo, que retiraram à apro-

(52) Eugênio dos Santos, *art. cit.*, p. 101.

O Sagrado e o Profano

- ximação das tropas liberáis»: 9. «Entrevados, doentes, que não retiraram»: 2. «Desafectos, que não retiraram...»: 5. «Nada consta; saíram do Convento e alguns regressaram»: 8. «Nada consta; não retirou»: 1.
- Convento de St.^o António de Viana. Ordem: Franciscanos. Total: 27. «Não pregaram a favor da Usurpação, não retiraram e assinaram o Auto de Aclamação do Legítimo Governo»: 1. «Desafectos ao Sistema Constitucional, que não retiraram e assinaram o Auto de Aclamação»: 1. «Nada consta; estão fora das excepções»: 13. «Distinguiram-se no Pulpito a favor da Usurpação; comportamento escandaloso»: 6. «Estimados das Famílias Constitucionais e perseguidos pela Usurpação»: 2. «Retiraram à entrada das tropas libertadoras»: 4.
 - Convento de S. Francisco do Monte de Viana. Ordem: Franciscanos. Total: 14. «Esturrados Miguelistas...»: 2. «Realistas moderados...»: 6. «Nada consta»: 6.
 - Convento de S. Francisco do Monte de Viana. Ordem: Dominicanos. Total: 15. «Esturrados Miguelistas...»: 5. «Realistas moderados...»: 1. «Nada consta, recebem prestação e um é incapaz (miguelista)»: 8. «Afectos à Causa da Rainha...»: 1.
 - Convento de N.^a Sr.^a da Graça do Pópulo de Braga. Ordem: Agostinhos. Total: 1. «Mentecapto, digno de prestação»: 1.
 - Hospício de S. João de Cabanas (Afiŕe). Ordem: Beneditinos. Total: 3. «Realistas moderados...»: 1. «Nada consta; bom comportamento»: 2.
 - Convento de St.^o António dos Arcos de Valdevez. Ordem: Franciscanos. Total: 23 (4 na *lista geral* e 19 na *adição*). «Esturrados Miguelistas...»: 3. «Fugidos do Convento quando da entrada das tropas liberais»: 1. «Nada consta; bom comportamento»: 5.
 - Mosteiro de St.^a Maria de Miranda. Ordem: Beneditinos. Total: 2. «Nada consta; merecem prestação»: 2.
 - Convento de Vale de Pereiras. Ordem: Franciscanas. Total: 17 (vem na *adição*). «Fugidas do Convento quando da entrada das tropas liberais»: 13. «Nada consta; não fugiram»: 3 «Constitucional perseguida pela Usurpação»: 1.

2.^o caderno (doc. 75B) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Residencias, e observações Politicas dos Religiozos d'este extincto Convento, tiradas do respectivo Sumario, a que se procedeo á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e suas excepções.* Anexo: 2.^o Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no Convento de São*

O Clero Regular e a «Usurpação»

Paio do Monte, com o titulo dos Milagres, situado no Destricto de Villa Nova de Cerveira» (tb. transcrito).

Ordem: Franciscanos. Total: 10. «Esturrados Miguelistas...»: 1. «Realistas moderados»: 8. «Nada consta, a não ser que bebia com publico e geral escândalo, por que foi suspenso das suas funções sacras»: 1.

3. ° caderno (doc. 75C) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Rezidencias, e observações Politicas dos Religiosos d'este extinto Convento, tiradas do respectivo Sumario, e que se procedeo á face do...* Anexo: 2.° Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Detegenda a que se procedeo no Extinto Hospicio dos Congregados do Oratorio sito na Villa de Monção*» (não transcrito).

Ordem: Oratorianos. Total: 2. «Apaixonado da Usurpação, fugindo à chegada das tropas da Rainha»: 1. «Não desamparou, nem fugiu do Hospicio; merece a prestação»: 1.

4. ° caderno (doc. 75D) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Rezidencias, e...* Nota: contém «*Autto de Detegenda a que se procedeo no extinto Mosteiro de Santa Maria de Religiosos Bernardos do Couto de Fiains na Commarca de Vallença*» (não transcrito).

Ordem: Cistercienses. Total: 3. «Realistas moderados, que não fugiram...»: 2. «Afecto ao sistema constitucional...»: 1.

5. ° caderno (doc. 75E) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Rezidencias, e...* Anexo: 2.° Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Detegenda a que se procedeo no Convento de Religiosos de S. Francisco do Monte sito junto a Vianna do Minho*» (não transcrito).

Veja-se 1.° caderno. A lista aí incluída compreendia um total de 14 frades, ao passo que este *mapa* engloba 15. E este elemento novo integra-se no grupo dos «Realistas moderados», o qual sofre aqui um considerável aumento: de 6 (ver, de novo, 1.° cad.) passa para 12, diminuindo o número da rubrica «Nada consta».

6. ° caderno (doc. 75F) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Rezidencias, e...* Anexo: 2.° Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Deligenda a que se procedeo no Convento de Sto. Antonio em Caminha Comarca de Vallença do Minho*» (não transcrito).

Ordem: Franciscanos. Total: 17. «Esturrados miguelistas, que retiraram à chegada das tropas da Rainha»: 4. «Nada

O Sagrado e o Profano

consta; possuem bom comportamento e merecem prestação»:

5. «Realistas moderados, maioria do quais fugiu à entrada das tropas e outros não foram abrangidos pelas exceções do decreto»: 5. «Fugidos do Convento, que regressaram para assistir ao Auto de Aclamação...»: 3.

7. ° caderno (doc. 75G) — *Mapa demonstrativo do Namaro, nomes, Residencias, e...* Anexo: 2.º Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no Convento de Relegiozos de Sto. Antonio sito na Villa de Monção*» (não transcrito).

Ordem: Franciscanos. Total: 15. «Realistas moderados»: 13. «Afectos à Causa da Rainha»: 2.

8. ° caderno (doc. 750) — *Mapa demonstrativo do Namaro, Nomes, Residencias, e...* Anexo: 2.º Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no Convento de Saõ Domingos sito na Villa de Vianna do Minho*» (não transcrito). Veja-se 1.º caderno. Neste *mapa* aparece mais um frade; temos, assim, 16 e não 15. A caracterização política apresenta, também, diferenças: «Realistas moderados»: 15. «Afecto à Causa da Rainha...»: 1.

9. ° caderno (doc. 751) — *Mapa demonstrativo do namaro, nomes, Residencias, e...* Anexo: 2.º Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no extinto Convento de Sta. Maria de Miranda Relegiozos Bentos, no termo dos Arcos de Val de Vez*» (não transcrito). Veja-se 1.º caderno.

10. ° caderno (doc. 75J) — *Mapa demonstrativo do namaro, nomes, Residencias, e...* Anexo: 2.º Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no Convento do Carmo sito na Villa de Vianna do Minho*» (não transcrito). Veja-se 1.º caderno. Neste *mapa* o total de frades é de 34. «Não abandonaram o Convento, nem serviram escandalosamente a Usurpação»: 24. «Fugiram quando da chegada das Tropas da Rainha e não voltaram»: 9. «Nada consta»: 1.

11. ° caderno (doc. 75L) — *Relação de Religiosos que erão moradores e se achavão nos Conventos e Hospícios que forão supremidos na Commarca de Ponte de Lima, exigida pela Circular da Prefeitura sob o N.º 16 da 1.ª Repartição em data de 26 d'Outubro de 1834*. Código da Relação do caderno. Não está incluída no Apêndice.

O Clero Regular e a «Usurpação»

12. ° caderno (doc. 75M) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Residencias, e...* Anexo: 2.º Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no Convento de Sto. Antonio sito na Villa de Vianna do Minho*» (não transcrito). Veja-se 1.º caderno. Neste *mapa* o total diminuiu: 24 (sic)/25. «Abusaram do Púlpito para indispor os povos contra a Causa da Rainha»: 2. «Não fugiram do Convento, nem incorreram nas excepções do Decreto»: 2. «Realistas moderados, que retiraram do Convento, regressando uns dias depois, para assistir ao Auto de Aclamação...»: 19. «Retiraram-se do Convento, mas tiveram sempre boa conduta»: 2.

13. ° caderno (doc. 75N) — *Mapa demonstrativo do numero, nomes, Residencias, e...* Anexo: 2.º Mapa ou cópia. Nota: contém «*Autto de Delegencia a que se procedeo no Extinto Convento de Relegeozos em Melgaço*» (não transcrito).

Ordem: Franciscanos. Total: 9. «Esturrado Miguelista»: 1. «Não abandonou o Convento, nem contrariou a Causa da Rainha, possuindo boa conduta»: 1. «Não incorreram nas excepções do Decreto»: 7.

O tratamento global dos dados expostos permite a seguinte leitura:

Total de frades e monges: 237.	
<i>Esturrados Miguelistas</i> : 18	(7,6%)
<i>Realistas moderados</i> : 120.....	(50,6%)
<i>Constitucionais</i> : 22.....	(9,2%)
<i>Religiosos com hom comptamento e sem informações políticas concretas</i> : 35	(14,7%)
<i>Religiosos que fugiram dos seus Conventos e não regressaram</i> : 9	(3,8%)
<i>Religiosos, que abandonaram os Institutos e depois regressaram para assistir ao Auto de Aclamação da Rainha</i> : 33.....	(13,9%)

Estes três últimos grupos podem incluir se na rubrica geral de *Diversos*: 77 (32,4%).

Se perspectivarmos as «opções políticas» dos religiosos tendo em conta as respectivas Ordens, obtém-se o seguinte:

Franciscanos. Total: 160	(67,5%)
<i>Esturrados Miguelistas</i> : 13.....	(5,5%)
<i>Realistas moderados</i> : 101.....	(42,6%)
<i>Constitucionais</i> : 9.....	(3,8%)
<i>Diversos</i> : 37.....	(15,6%)

Cónegos Regrantes. Total: 16 ...	(6,7%)
<i>Esturrados Miguelistas</i> : 4.....	(1,7%)
<i>Realistas moderados</i> : 1.....	(0,4%)
<i>Constitucionais</i> : 11.....	(4,6%)
Dominicanos. Total: 16.....	(6,7%)
<i>Realistas moderados</i> : 15	(6,3%)
<i>Constitucionais</i> : 1.....	(0,4%)
Oratorianos. Total: 2.....	(0,8%)
<i>Esturrados Miguelistas</i> : 1.....	(0,4%)
<i>Diversos</i> : 1	(0,4%)
Benedictinos. Total: 5.....	(2,1%)
<i>Realistas moderados</i> : 1	(0,4%)
<i>Diversos</i> : 4	(1,7%)
Cistercienses. Total: 3.....	(1,2%)
<i>Realistas moderados</i> : 2	(0,8%)
<i>Constitucionais</i> : 1.....	(0,4%)
Agostinhos. Total: 1. Diversos.	
Carmelitas. Total: 34. Diversos.	

A eloquência das percentagens é, por demais, evidente: metade dos religioso-s referenciados na *Relação*... aderiu *moderadamente* (50 6%) ao miguelismo e a esta metade poderá ainda associar-se uma pequena fracção (7,6%) de «esturrados miguelistas» (radicais do absolutismo), que ousou agir com empenho contra o «legítimo Governo da Rainha». Temos, assim, uma maioria contra-revolucionária (58 2%), a que se opôs uma minoria constitucional de 9,2%, de acordo com as informações lançadas nos *mapas*.

Convém, no entanto, notar que à margem destes valores existe uma «zona cinzenta», constituída pelos *diversos* (32,4%) e onde cabem posturas algo enigmáticas, a propósito das quais são possíveis várias interrogações. Eugênio dos Santos interrogou-se sobre a permanência dos religiosos nos Conventos e Mosteiros, quando da chegada das tropas liberais: «significaria confiança no futuro, simpatia pela nova orientação política ou, simplesmente, coragem na defesa dos seus lugares e haveres? Não sabemos. O leitor ajuizará»⁽⁵³⁾. Não se deve ficar por aqui. Outras questões se impõem. Qual terá sido

(53) Eugênio dos Santos, *art. cit.*, p. 103.

O Clero Regular e a «Usurpação»

a intenção dos que fugiram (e não voltaram) das suas casas religiosas? A fuga representa a rejeição pura e simples do novo sistema ou, tão somente, o abandono há muito almejado de uma vida para a qual não havia a mínima vocação? Os frades e monges não incluídos nas excepções do decreto de 28 de Maio, classificados com *bom comportamento* e de quem politicamente *nada consta* terão sido, de facto, neutros, simpatizantes do constitucionalismo ou miguelistas encobertos? Como se deverá, ainda, interpretar a conduta daqueles, que fugiram e depois regressaram aos Conventos e Mosteiros, chegando muitos deles a assistir e a jurar o Auto de Aclamação da Rainha? Pode-se formular conjecturas diversas; afigura-se-nos, contudo, impossível obter, de momento, substanciais certezas. Mas esta impossibilidade objectiva não impede, que admitamos o seguinte: é bastante provável a existência de elementos contra-revolucionários no grupo dos *diversos* (quer dos que fugiram e não regressaram, quer dos merecedores de prestação, quer ainda dos que saíram e voltaram às casas religiosas), o que leva a pressupor o aumento da dita maioria para uma taxa percentual alta (cerca dos 72%); em contrapartida, parece-nos pouco significativo o eventual acréscimo da minoria constitucional. Não pretendemos jogar conjecturalmente com as percentagens, mas a análise das tendências detectadas nos *mapas* e o exame comparativo com o levantamento feito por Eugênio dos Santos sugerem-nos, que a distribuição dos *diversos* pelas duas facções em confronto — a liberal e a miguelista — favorece a segunda, em detrimento da primeira.

5. Não vamos alongar mais este estudo exploratório. Ao contributo fornecido pela sondagem de Eugênio dos Santos juntamos o que aqui fica apresentado, esperando, que outros surjam, pois só assim se poderá ir fazendo a história sócio-política da Contra-Revolução portuguesa.

APÊNDICE (*)

Relação dos Religiosos, que erão moradores e se acha vão nos Conventos, e Hospícios// que forão supprimidos na Comarca de Ponte do Lima, exegida pela Circular da// Prefeitura sob o N.º 16 da 1.ª Reparação em data de 26 d'Outubro de// 1834.

Doc.: 75A

Concelho de Ponte// do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Convento de Re-// fojos do Lima	D. Antonio do Sacramento	Foi Prior no tempo da Usurpação Jurou na Devas-// sa de S. Vicente de Fora contra alguns Conegos Cons-// tituiconaes como Prior em Refojos pregou sempre// escandalosamente contra a cauza da Legitimida-// de da Rainha e da Carta. E totalmente indigno da// prestação alimentaria.
Idem	Idem	D. Estevão do Carmo	Testemunha contra os Conegos seus companhei-//ros, na Devassa tirada no Convento de Refojos do// Lima: inimigo declarado contra todos os cons-// tituiconaes e incorrigivel sectario da Usurpação.// Não merece prestação.
Idem	Idem	Fr. José Leigo	Exaltado a favor da Usurpação, insultante es-// palhador de noticias contra a cauza da Legi-// timidade. Não merece a prestação.

(*) A transcrição segue de perto o original, tendo-se, por isso, respeitado a ortografia e introduzido os dois traços oblíquos para indicar mudança de linha.

Concelho de Ponte// do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. João do Pilar Leigo	Idem
Idem	Idem	O Conego D. Luiz da// Encarnação	Sendo affecto á Usurpação, e Vigário no tempo da// mesma, nunca se destinguio: traçou sempre muito// bem aos seus companheiros comprometidos, e reclusos// por sua fidelidade e adheção ás Liberdades Patrias.// Não o considero comprehendido nas excepções dos // Decretos de 30 de Maio, e 20 de Junho.
Idem	Idem	D. José da Espectação	Estava deportado e recluso no convento de Re-// fojos do Lima por ser Constitucional. Depois// da Restauração. Foi nomeado Vigário Capitular// do Bispado de Castello Branco, aonde se// acha.
Idem	Idem	D. Manoel do Patrocinio	Estava deportado e recluso por sua adesão// ao Sistema Constitucional. Depois da// Restauração foi Revisor dos papeis publicos// em Lisboa, actualmente Professor Regio em// Belem.

Concelho de Ponte// do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	D. João d'Annunciada	Conego muito honrado, e virtuozo, e constitui-// cional decedido; pelo que foi no tempo da Usur-// pação deportado do Convento de S. Vicente de// Fora para o de Refojos. Hoje Vigario Capi- tular// da Guarda.
Idem	Idem	D. Francisco d'Annuncia-//ção e Almeida Prior de-// pois da Restauração	Decedido Constitucional; e por isso culpado,// deportado, e recluso no tem- po da Usurpação// concorreo com seus companheiros para a Aclama-// ção do Legitimo Governo em o dia 29 de Mar-// ço deste anno; e por isso digno da prestação.
Idem	Idem	D. José d'Assumpção d'Albuquerque	Idem

Concelho de Ponte// do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	D. Antonio do Coração de Jesus Bar-//reto	Idem
Idem	Idem	D. Paulo Emilio de Fi—// gueiredo Sarmento	Idem
Idem	Idem	D. Antonio d'Encarna-// ção e Almeida	Idem
Idem	Idem	D. Antonio d'Annun-// ciação e Cunha	Decedido Constitucional e por isso culpado <i>el</i> / recluso durante a Usurpa- ção no Convento// de Refojos do Lima. Merece prestação.
Idem	Refojos do Lima	D. Francisco da Soledade	Decedido constitucional, sabio honra- do <i>el</i> / virtuoso; e por isso culpado, a deportado de S. Vi-// cente de Fora, onde era Prefeito dos Estudos,// para o convento de Refojos onde permane- ceo// recluso. Padece molestia chroni- ca. Tem// direito à prestação 18\$000 reis mensaes.

Concelho de Pon-// te do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	D. Bento de Nossa Se-// nhora das Dores	Não foi perseguido da Usurpação. Durante// ella foi Procurador no convento do Refojos do// Lima mas sempre foi sem quebra afeiçoado// aos Governos Representativos e por conseguin-// te a Causa da Legitimidade da Rainha// e da Carta
Idem	Hospicio de Valle // de Pereiras	Fr. José de Nossa Senho-// ra da Graça Fran-// ciscano	Este Egresso por sua avançada idade e in-// teira incapacidade não podia tomar par-// te em acto algum contra a Legitimidade,// e por isso digno d'al- guma contemplação.
Idem	Idem	Fr. Lourenço Justiniano	Está actualmente Emcommendado na// Igreja de Sta Maria do Valle termo dos// Arcos do Val de Vez.
Idem	Convento de Sto Anto-// nio de Ponte do Lima	Fr. Manoel d'Ave Ma-// ria ex Provincial	Desamparou o Convento na ocasião da En-// trada das Tropas Libertadoras em Ponte do// Lima. Não merece prestação.
Idem	Idem	Fr. Francisco Sta Maria dos Anjos	Idem

Concelho de Pon-// te do Lima	Conventos	Idem	Observações
Idem	Idem	Fr. Manoel de Sta Thereza	Idem
Idem	Idem	Fr. João do Menino	Idem
Idem	Idem	Fr. João da Piedade	Idem
Idem	Idem	Fr. João das Dores	Idem
Idem	Idem	Fr. Antonio dos Serafins	Idem
Idem	Idem	Fr. Alixandre de Jesus Maria	Decedidamente af feito a Usurpação; Desampa-// rou o Convento na occasião da Entrada das Tro-// pas Libertadoras em Ponte do Lima. Não merece prês-// tação.
Idem	Idem	Fr. José da Pureza	Idem
Idem	Idem	Fr. Francisco de Sta Martha	Idem

Concelho de Pon// te do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Luis da Conceição	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel da Gloria	Idem
Idem	Idem	Fr. José de Sta Maria dos Anjos	Idem
Idem	Idem	Fr. Antonio da Encarnação	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel do Nascimento	Idem
Idem	Idem	Fr. Luis de Sta Maria dos Anjos	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel da Ressurreição	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel da Sa. da Lapa	Idem

Concelho de Ponte// do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Manoel de Sta Rita de Cacia	Afeiçoado á Usurpação; não se fez porem escan-// daloso; e fez serviços aos Constitucionais pre-// zos.
Idem	Idem	Fr. Pedro de Sta Thereza	Desafeito aos Governos Representati- vos; mas <i>nun-H</i> ca se fez escandaloso a favor da Usurpação.
Idem	Idem	Fr. Manoel do Pilar	Idem
Idem	Idem	Fr. José da Guia	Virtuoso, e bom Religioso era e é con- siderado cons-// titucional. Não o julgo comprehendido nas excep-// ções dos Decretos de 30 de Maio, e 20 de Junho.
Idem	Idem	Fr. José da Piedade	É considerado geralmente digno da prestação.
Idem	Idem	Fr. José de Sta Clara	Idem
Idem	Idem	Fr. José de Sta Thereza	Idem

Concelho de Ponte// do Lima	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Sto Antonio de Ponte do Lima	Fr. Francisco da Rainha dos Anjos	Idem. É Professor de Primeiras Letras.
Idem	Idem	Fr. João do Sacramento	É geralmente considerado digno de prestação.
Concelho de Viana	Convento// do// Carmo de Vianna	Fr. Francisco de Sta Rita	Desaffecto ao Legitimo Governo. Não se destin// guio no tempo da Usur- pação: retirou a apro// ximação das Tropas Libertadoras, apodera// do do medo.
Idem	Idem	Fr. Domingos das Dores	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel de Sta Maria	Entrevado; não retirou.
Idem	Idem	Fr. Agostinho de Jesus	Desaffecto ao Legitimo Governo: mas não retirou.
Idem	Idem	Fr. Elias de S. Joao Baptista	Idem

Concelho de Vianna	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Agostinho de S. Caetano	Idem
Idem	Idem	Fr. José de Soledade	Idem e muito doente.
Idem	Idem	Fr. Antonio do Menino Jesus	Desaffecto ao Legitimo Governo mas não desam-// parou o Convento no acto da Restauração.
Idem	Idem	Fr. Domingos d'Assumpção	Desaffecto igualmente retirou ao aproximarem-// se as Tropas Libertadoras e voltou logo depois.
Idem	Idem	Fr. João do Coração de Jesus	Estava nos Arcos cuidando da Procuradoria do Con-// vento, quando as Tropas Libertadoras entrarão em Vianna// Desaffecto como os mais.
Idem	Idem	Fr. Domingos de Jesus Maria	Desaffecto ao Legitimo Governo no acto da entra-// da das Tropas Libertadoras, retirou do Convento// e foi até a freguesia d'Anha, uma legoa distante de// Vianna voltou logo.

Concelho de Vianna	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. João do Menino Jesus// Boticario	Nada consta contra este Egresso, senão ter sa-// hide do Convento até a freguesia de Serieis do Concelho de// Vianna para onde voltou logo depois da restauração.
Idem	Idem	Fr. Luis de Nossa Senhora do Carmo	Nada também consta; senão ter também retirado// até distancia de legoa e meia da Villa no acto da// Restauração.
Idem	Idem	Fr. Francisco de Sta Rosa	Idem
Idem	Idem	Fr. Francisco de Assumpção	Idem
Idem	Idem	Fr. José do Socorro	Idem
Idem	Idem	Fr. Francisco de Jesus Maria	Idem

Concelho de Vianna// do Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Convento do Carmo	Fr. Custodio de Jesus	Désaffecte ao Legítimo Governo.// Retirou no acto da Restauração e// voltou logo depois.
Idem	Idem	Fr. Manoel da Sagrada// Familia	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel do Coração de Maria	Idem
Idem	Idem	Fr. Joaquim de S. José	Idem
Idem	Idem	Fr. Martinho da Natividade	Leigo Professo. É velho e doente. Não; // retirou quando emtrarão em Vianna as U Tropas Libertadoras.
Idem	Idem	Fr. Francisco de S. João Baptista	Leigo Professo. Não retirou á entrada// das Tropas Libertadoras.
Idem	Idem	Fr. Bernardino dos Praseres	Leigo Professo. Retirou a entrada das// Tropas Libertadoras e voltou logo.

Concelho de Vianna// do Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Antonio de S. João da Cruz	Este religioso Presbítero, tinha ido com// licença á sua Patria no Bispado de// Lamego, e como se verificou a supressão// dos Conventos nunca voltou a Vian-// na.
Idem	Convento de// Sto Antonio de Vianna	Fr. José do Amor Divino	Não consta que pregasse a favor da Usur-// pação: não retirou do Convento á en-// trada das Tropas Libertadoras: assign-// nou o Auto de Acclamação do Legiti-// mo Governo comporta se bem assim// como seu Irmão Carmelita.
Idem	Idem	Fr. João da Vizitação	Desaffecto ao Sistema Constituid-// onal: não consta porem que pregasse a// favor da Usurpação, nem que retirasse// á entrada das Tropas Fieis. Assignou o// Auto de Acclamação do Legítimo Governo.
Idem	Idem	Fr. José de Nossa Senhora	Nada consta contra este Egresso nem que de qualquer// forma esteja comprehendido nas excepções// dos Decretos de 30 de Maio e 20 de// Junho.

Concelho de// Vianna do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Caetano das Dores	Religioso velho. Venerando de boa// vida e costumes: nada consta contra// ele.
Idem	Idem	Fr. José dos Santos	Nada consta contra este Egresso// nem que esteja compreendido em alguma// das excepções dos Decretos já menci-// onados.
Idem	Idem	Fr. José Sta Maria Maior	Destinguio se no Pulpito a favor da Usurpação.// É de sentimentos oppos- tos ao Legítimo// Governo Constitui- cional, e consta que a favor// da Usur- pação se distinguira no Pui-// pito, e conversas familiares.
Idem	Idem	Fr. Antonio dos Praseres Anco-// ra	Idem
Idem	Idem	Fr. Luiz de Jesus	Idem
Idem	Idem	Fr. Miguel da Purificação	Vil sectario da Usurpação escanda-// loso vozeador do Pulpito contra a cau-// sa da Legitimidade e das liberdades// Patrias; e finalmente o mais indigno// e perverso dos Frades.

Concelho de// Vianna do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. José da Solidade	Nada consta contra elle nem que es-// teja comprehendido em alguma das// ex- cepções dos já citados De-// cretos.
Idem	Idem	Fr. Manoel do Carmo	Idem
Idem	Idem	Fr. Pedro das Neves	Estimado de todas as Familias// Con- stitucionaes de Vianna// Teve um Irmão quasi 6 annos// perseguido da Usur- pação.
Idem	Idem	Fr. Fernando da Conceição	É de sentimentos Constituti ona-// es. Está Encommendado na freguesia// de Meixedo do Termo de Lanheses.
Idem	Idem	Fr. Manoel do Livramento	Padre do mais escandaloso comporta-// mento Cevil, moral, e politico af-// fei- çoado ao Vinho e bebidas espiritu-// sas com demazia: andava quasi sem-// pre armado com pistolas na manga.// Pregador da Usurpação até mesmo de- pois// da Restauração da Provincia.

Concelho de// Vianna// do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Agostinho da Conceição	Contra este nada consta sempre se// comportou muito bem; julgo não estar compreendido em alguma das excep-// coes dos supraditos Decretos.
Idem	Idem	Fr. Manoel do Amor Divino	Era Collegial nada ha contra elle// segundo consta, que o faça indigno// da prestação.
Idem	Idem	Fr. Manoel da Natividade	Retirou à entrada das Tropas Li-// bertadoras e não ao Convento.
Idem	Idem	Fr. Jozé de Sta Thereza	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel da Graça	Idem
Idem	Idem	Fr. José Pires de S. Thomé Pires	Nada consta que haja contra elle// que o comprehenda em alguma// das excep- ções dos mencionados// Decretos.
Idem	Idem	Fr. José dos Corações	Idem

Concelho de// Vianna// do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Fernando de Sto Antonio	Retirou á entrada das Tropas Fiéis// e não voltou. Era colegial.
Idem	Idem	Fr. Antonio de Sta Rosa	Collegial: nada consta contra elle.
Idem	Idem	Fr. Antonio da Virgem Maria	Idem
Idem	Idem	Fr. Luis do Coração de Jesús	Leigo Vozeador contra a Causa da Legitimi-// dade. Consta estar culpado.
Idem	Idem	Fr. João de S. Lourenço	Leigo comportou-se sempre bem.
Concelho de Vian-// na do Minho	Idem	Fr. João de Sta Thereza	Leigo Comportou se sempre bem.
Idem	Convento de S. Fra n-// cisco do Monte de// Vianna	Fr. Mathias de Jesus Maria José	Pregou muito a favor da Usur-// pa- ção; e contra os Sistemas Cons-// ti- tuicionaes.

Concelho de Vian-// na do Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Antonio de Sta Clara Co-// rista	Desaffecto ao Legitimo Governo// Constitucional, mas não Consta// praticasse factos, que o excluão// do Direito a prestação da qual é// julgado merecedor.
Idem	Idem	Fr. Francisco das Onze mil Virgens	Nada consta contra ele mais// que ser affecto á Usurpação.
Idem	Idem	Fr. Antonio de S. Bento	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel de Sta Eulália	Affeçoadado á Usurpação e pregou// a favor della.
Idem	Idem	Fr. José dos Remedios	Opposto ao Legitimo Governo Cons-// titucional, mas não praticou// facto algum escandaloso.
Idem	Idem	Fr. Antonio de Sta Quiteria	Leigo nada consta contra elle, mais// que ser affecto á Usurpação.
Idem	Idem	Fr. João de Maria Santissima	Collegial. Nada consta contra elle.

Concelho de Vian-// na do Minho	Conventos	Nomes	Observações
		Fr. Francisco de Sta Thereza de Jesus	Não consta se distinguisse ou se fizes- se// escandaloso no tempo da usurpação.
Idem	Idem	Fr. Luiz de Nossa Senhora da Guia	Idem
Idem	Idem	Fr. Joaquim de Sta Maria	Idem
Idem	Idem	Fr. Antonio de Sta Thereza	Leigo. Idem.
Idem	Idem	Fr. Francisco de Jesus Maria	Leigo. Idem.
Idem	Idem	Fr. Antonio de Maria Santissima// Presbitero	Não consta se fizesse escândalo-// so com o seu procedimento.
Concelho de// Vianna do// Minho	Convento de S.// Domingos de// Vianna	Fr. Constantino José// Pereira	Religioso Velho, Venerando; e sempre de bom comportamento con-// sidera- -se geralmente digno da prestação.

Concelho de// Vianna do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Joaquim José Lopes// e Botas	Affecto ao Governo da Usurpação; a favor do qual se distinguio// no Pulpito. Não se julga digno da prestação alimentaria.
Idem	Idem	Fr. Thomas Vicente de// Souza Barros	Muito afeiçãoado ao Governo da Usurpação; e muito acredita-// do com todos os influentes, e autoridades de tal Governo com// as quaes tinha grandes relações especialmente com a sangui-// naria Alçada do Porto comtudo pedio por alguns prezos.
Idem	Idem	Fr. Antonio de S. Joaquim// Abreu	Não se distinguio no Pulpito a favor da Usurpação e mas sim// pelas ruas, e cazas particulares. O seu comportamento foi// geralmente máo. Considera se indigno da prestação alimen-// taria.
Idem	Idem	Fr. João do Coração de// Jesus Bandeira	Afeiçãoado ao Governo da Usurpação mas nunca se des-// tingiuo em acto algum, porque he incapaz para tudo. <i>II</i> Não precisa.

Concelho de// Vianna do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Henrique José da// Victoria e Souza	Inteiramente affecto ao Governo da Usurpação; mas não// se fez escandaloso manifestou seus sentimentos de afeição ao// dito Governo em conversações particulares.
Idem	Idem	Fr. Francisco Manoel de// Sta Arma	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel de S. Tho -// maz Barreiros	Vil sectario da Usurpação. Já em 1827 emigrou para a Hespa// nha para faser serviços aos Silveiras, depois de ter dado um tiro num// Capitão de Veteranos fiel ao Sistema Constitucional. Foi sempre// revolucionario e malvado perseguidor e influente.
Idem	Idem	Fr. João de Nossa Se-// nhora do Pilar	Nada pude descobrir contra elle que o faça indigno da prestação.
Idem	Idem	Fr. José de Sta Rosa Ser-// pa Pinto	Egresso honrado, e de sentimentos de Fidelidade e decedida adhezãc ao Le-// gitimo Governo Constitucional. Merece a prestação.

Concelho de// Vianna do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Leonardo de Sta The-// reza de Jesus	Velho, que em geral se comportou bem. Residia quasi sempre no Hos—// picio de S. Salvador da Torre pertencente ao mesmo Convento de S. Do-// minhos de Vianna. Não se distinguio a favor da Usurpação.
Idem	Idem	Fr. Manoel Antonio de Macedo	Desaffecto ao Governo Constitucional não teve nem tem bom// comportamento moral. No acto porem da supressão do seu Convento// prestou ?e a dar todos os esclarecimentos para a boa factura do Inventario.
Idem	Idem	Fr. Antonio Alvares d’Azevedo	Nada contra elle consta para que se possa julgar comprehendido em al-// gũa das excepções dos Decretos de 30 de Maio e 20 de Junho de 1834.
Idem	Idem	Fr. José Pimenta	Idem
Idem	Idem	Fr. Jose Joaquim do Rosario// Marques	Idem

Concelho de// Vianna do// Minho	Conventos	Nomes	Observações
Idem (sic)	Convento do // Populo de Bra-// ga	Fr. Gonçalo Correa	Este Egresso era Graciano, e Conventual no Convento do Populo// de Braga; mas ha muitos annos existia nesta Villa de Vianna// com seu Irmão José Caetano da Costa Corrêa. É mau beato; e digno// de prestação.
Idem	Hospicio de S.// João de Caba-// nas da Freguesia de// Affife	Fr. Jacinto de Sta Rita	Sempre este Egresso Benedetino teve bom comportamento era// Procurador do Hospicio de S. João de Cabanas d’Affife termo de Vianna// hoje é Encommendado da Igreja da mesma Freguesia d’Affife.
Idem	Idem	Fr. Francisco de Sta Justina	Era D. Abbade no Hospicio de S. João de Cabanas da Freguesia d’Affife// consta ter sido muito affecto ao Governo da Usurpação mas não// consta praticasse factos escandaloso.
Idem	Idem	Fr. João de Sta Anna Leigo	Este Egresso do Carmo existe no Concelho de Vianna, vivendo// rodeado da maior pobreza: seus pais o desampararão: é natural// da Villa da Cachoeira Provincia da Bahia Veio d’Aveiro// para Vianna por seu Pai residir aqui mas não utilizou nada.

Concelho// dos// Arcos	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Convento de Sto// Antonio dos// Arcos do Val// de Vez	Fr. Francisco de Nossa Senhora do// Rosario Leigo Pro-// fesso	Não consta se comportasse dr maneira que deva ser com-// prendido nas excepções dos Decretos de 30 de Maio II e 20 de Junho de 1834.
Idem	Idem	Fr. João d'Assumpção Leigo // Professo	Idem
Idem	Idem	Fr. Antonio de Sta Cicilia// Diacono	Idem
Idem	idem	Fr. Manoel de Sta Maria de Jesus	Desamparou o Convento á entrada das Tropas// Libertadoras na Villa dos Ar- cos. Pregou a favor da// Usurpação. Não merece prestação.
Idem	Sta Maria de // Miranda or-// dem Benedetina	Fr. João da Conceição// Leigo	Foi Dom Abbade do extinto Convento de Santa Ma-// ria de Miranda. Nada consta contra elle. Merece// Prestação.
Idem	Idem	Fr. João Januario// Barbosa	Foi Procurador do extinto Convento de Miranda da// Ordem Benedetina. Nada Contra elle// Merece prestação.

O Sagrado e o Profano

Vão relacionados todos os Religiosos que últimamente forão morado-// res nos extintos Conventos, e Hospícios dos Concelhos de Vianna e Ponte// do Lima, e alguns dos que forão moradores nos do Concelho dos Arcos,// cujo Provedor ainda não concluiu as averiguações a respeito de todos, unica// falta neste mappa relativo a toda a Comarca.

É opinião geral que os Egressos de todos os extintos Conventos e Hos-// pícios extraviarão, ou dilapidarão, ou concorrerão por que se extraviassem// ou dilapidassem objectos das respectivas Comunidades, em Fraude// da Fazenda Nacional e Real: mas não tendo esta opinião por// fundamento mais que presumpções, que sempre cedem á ver-// dade; e não podendo sem injustiça ou clara parcialidade diser-// se, que este ou aquelle Egresso extraviara, dilapidara, ou// concorrera para semelhante; e salvar outros de tal imputação:// não pude faser me cargo de classificar como indigno da presta-// ção a Egresso algum, attribuindo-lhe qualquer extravio ou dila-// pidação d'objectos da Comunidade; porquanto não pode dei-// xar de acreditar-se, que para haver dilapidação, necessariamente// havia de preceder consentimento unanime de toda a Commu-// nidade; e portanto ou todos, seguindo a voz geral, havião de ser// excluidos por semelhante motivo do Direito á prestação,// ou nenhum. Em todos os Conventos era provável existirem ge-// ñeros para o Consumo dos respectivos Religiosos, e em todos pou-// cos ou nenhuns apparecerão. Eu sei que em muitos se tinham// vendido varios objectos, muito antes da extinção geral// dos Conventos, e Hospícios. Esta venda feita pela Commu-// nidade que tinha direito de se desfazer do superfluo para// comprar o necessário e util, em nada, segundo o meu senso// pode prejudicar os Egressos, que aliás estão nas circunstan-// cias de receberem a prestação alimentaria.

O odio era amor dos sectarios do Governo Usurpador tem feito// com que geralmente se diga que no Convento de Refojos do Lima houve-// ra grande dilapidação e extravio em prejuizo da Fazenda Nacional e// Real, guardando-se ao mesmo tempo silencio pelo que respeita aos// outros Conventos; mas a razão é clara porque o Convento de Refojos do// Lima seguiu em si reclusos no tempo da Usurpação, nada menos// que dez Conegos = a Flor da Congregação de Sto Agostinho = os quaes// prezos por sua decedida Fidelidade e adhesão á Causa da Legitimidade// de Sua Magestade Fidellissima, e da Carta Constitucional, nun-// ca deixarão de procurar por todos os modos animar os Cidadãos hon-// rados e fieis, mandando de baixo de todo o risco, e á custa de grandes sa-// orificios, e despezas comprar chronicas ao Porto para saberem, e// faserem correr as noticias favoráveis á Causa das Liberdades Patrias// e ao Exercito Libertador; concorrendo no dia 29 de Março do corren-// te anno para se effectuar a Gloriosa Acclamação do Legitimo// Governo; cujo Auto assignarão, liberalizando depois ás Tropas// Fieis todo o pão que tinham mandado cozer, e praticando todos os// mais actos proprios de seus sentimentos Constitucionaes.// Aniquilada a Usurpação seguiu-se elegerem elles novo Prior e// novos consiliarios, e sem pensarem na extinção do Convento, que// não esperavão, cuidarão em reformarem os abusos da admi-// nistração do que tinha sido seu carcereiro. Daqui a necessidade// de venderem alguns generos para satisfazerem dividas que durante// o Cativoiro tinham contratado, e effec-uarem outros que estavam// ajustadas; e daqui a opinião de que dilapidarão. Mas a ver-

O Clero Regular e a «Usurpação»

dade fica// expendida; se nao fora por mim presenciadas informa-
ções// fidedignas a confirmavão.

Observa-se geralmente que os ex Frades do Convento do//
Carmo de Vianna causarão grande terror na Villa quando// no dia
25 do Março se deliberarão a fugir atravessando o Rio// Lima em
consequência de terem entrado em Caminha as// Tropas Libertadoras
do Commando do Ex.mo Conde do Cabo// de S. Vicente: Mas estes
que assim fugirão indignos de prestação, // nunca mais voltarão ao
Convento, e por isso não vão relaciona-// dos.

Pelas observações relativas a cada um dos Egressos meneio-//
nados nesç e mappa se conhece quaes os que considero dignos// de
prestação alimentaria, e quaes os que não. = Sub-Prefei-// tura da
Comarca de Ponte do Lima em Vianna 7 de// Desembro de 1834 =
Francisco Jozé Gomes da Mot-// ta = Sub Prefeito Interino

Adição do que respeita ao Concelho dos Arcos principiado a folhas Onze

Concelhos dos Arcos	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Convento de Sto Antonio	Fr. José de S. Fructuozo Guardião	Não pode receber prestação porque pregou// a favor da Usurpação.
Idem	Idem	Fr. Antonio de S. Joze	Idem
Idem	Idem	Fr. Antonio da Victoria	Não pode receber prestação porque não ap-// pareceo no Convento á chigada das Tro-// pas da Rainha a esta Villa, se bem que de-// pois esteve nelle até á sua extinção.
Idem	Idem	Fr. Antonio de Sta Margarida de Cortona	Idem
Idem	Idem	Fr. Manuel da Pene-da	Idem
Idem	Idem	Fr. José do Carmo	Idem

Concelhos dos Arcos	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. Francisco do Sacramento	Não pode receber prestação porque pregou a fa-// vor da Usurpação e não estava no Convento// á Chigada das Tropas da Rainha a esta// Villa ainda que depois esteve nelle até á sua ex-// tinção.
Idem	Idem	Fr. Luiz de Nossa Senhora da Luz	Não pode receber prestação porque// não appareceu no Convento é chigada// das Tropas da Rainha se bem que de-// pois// esteve nelle até á sua extinção.
Idem	Idem	Fr. João da Pureza	Idem
Idem	Idem	Fr. Francisco de Sta Cruz	Idem
Idem	Idem	Fr. José de Sta Roza	Idem
Idem	Idem	Fr. José da Rainha dos Anjos	Idem
Idem	Idem	Fr. Antonio da Lus	Idem

Concelho dos Arcos	Conventos	Nomes	Observações
Idem	Idem	Fr. José da Encarnação	Idem
Idem	Idem	Fr. Manoel de Jesus Maria	Idem
Idem	Idem	Fr. Alberto de Maria Santissima	Idem
Idem	Idem	Fr. José de Nossa Senhora da Ajuda	Idem
Idem	Idem	Fr. Francisco do Coração de Jesus// Professo e Leigo	Está nas ^circunstancias de receber pres-// tação de sete mil e dusetos
Idem	Idem	Fr. João da Cruz Professo e// Leigo	Idem
		<p>Alem destes havia mais alguns Collegiaes, que tinham// sahido para as suas terras antes da Acclamação da Rai-// nha, e como erão d'outras Provincias, e estavam sempre no// Convento não posso informar. No convento de Sta Maria// da Miranda não havia mais que os dous que já informei.</p>	

Concelho de Ponte do// Lima	Convento de Valle de// Pereiras	Nomes	Observações
Idem	Idem	D. Margarida Joaquina de S. Francise 3	Abbadeça, fugio antes da entrada das// Tropas Libertadoras nesta Villa.
Idem	Idem	D. Maria Fortunata de Nossa Senhora// das Dores	Vigaria da Casa Idem Idem Idem
Idem	Idem	D. Thereza Fortunata de Jesus	Vigaria do Coro, fugio Idem Idem
Idem	Idem	D. Maria Benidicta de São José	Fugio Idem
Idem	Idem	D. Maria Emilia de São João	Idem Idem
Idem	Idem	D. Roza Josefa de Santa Clara	Idem Idem
Idem	Idem	D. Joaquina Barbara de São Francisco	Idem Idem
Idem	Idem	D. Maria de Jesus	Idem Idem
Idem	Idem	D. Ermelinda Julia de Jesus	Idem Idem

Concelho de Ponte do// Lima	Convento de Valle de// Pereiras	Nomes	Observações
Idem	Idem	D. Maria da Soledade	Idem Idem
Idem	Idem	D. Maria Julia do Coração de Jesús	Idem Idem
Idem	Idem	D. Joaquina Roza da Purificação	Fugio antes da entrada das Tropas// Libertadoras nesta Villa.
Idem	Idem	D. Augusta Candida de Jesus Maria	Idem Idem
Idem	Idem	D. Roza Casimira de Jesús	Conservarão-se sempre no Convento// até á sua extinção
Idem	Idem	D. Maria Angelina d'Annuniação	Idem Idem
Idem	Idem	D. Maria do Carmo	Idem Idem
Idem	Idem	D. Maria Casimira de São José	He constitucional decedida e por isso// foi tão perseguida pelas companhei// ras que dias antes da entrada das Tro// pas Libertadoras nesta Villa, vio-// se obrigada a fugir do Convento.

SubPrefeitura de Ponte do Lima 7 de Janeiro de 1835

Mapa demonstrativo do numero, nomes, Rezidencias, e observações Politicas// dos Religiozos d'este extincto Convento, tiradas do respectivo Sumario, a que se// procedeo á face do Decreto de 23 de Maio de 1834, e suas excepções.

Doc.: 75 B

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
10	Fr. Joze do Espirito Santo// Gaia ExGuardião	Freguesia de// São Lourenço// de Gulhões// termo de Guimarães// e São Felix// de Cande// mil	Não praticou facto algum// dos que a Ley exceptúa,// como consta do Sumario. Sou informado que,// era muito bom Reli-//gioso; e Realista mode-// rado.
	Fr. Antonio de Santa Maria dos // Anjos	Freguesia de// São Feliz// de Cande// mil, e Santa// Eulalia de// Crespos, termo// de Braga	O mesmo
	Fr. João de Santa Leocadia// Rego	Freguesia de// São Miguel// de Fontou-//ra, e Santa// Leocadia// de Tamel// termo de Bar-// cellos	Não praticou facto al-// gum dos exceptuados no// Decreto, como consta// do Sumario. Sou informado que// era bom honrera, e que// offerceco algumas vezes // Dinheiro às familias Cons-// tituicōes perseguidas;// porem embebeda-se com publico// e geral scandalo, motivo// (v.) porque foi suspenso de jurisdic-// ção de confessar, e do uzo de// todas as ordens.

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Manoel da Expecta-// ção Amorim		Não praticou facto algum// dos exceptuados no Decreto// como consta do Sumario. Sou informado que// foi Realista moderado.
	Fr. Joze de Santa Roza// de Lima	He de// Cepõens// termo de// Ponte do// Lima	O mesmo
	Fr. João de Santa Ange-// la de Fulgino Leigo// Professo		O mesmo
	Fr. Fernando de Nossa Senhora// das Dores	Villa No-// va de// Cerveira,// e Villa de// Melgaço	O mesmo (nova fl.)
	Fr. João de São Luiz Ser-// dal	Freguesia// de Can-// demil// termo de Villa// Nova de// Cerveira,// e da de// Cerdal,// termo de Va-// lença	O mesmo

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Narcizo da Conceição// Teixeira	Villa// Nova// de Cervei-// ra	<p>Não consta do Sumario// a que procede^o o Juiz Com-// miss ario do mesmo, que// praticasse facto algum// dos exceptuados no Decreto.</p> <p>Fui no entanto// informado por pessoas de// reconhecida inteireza e// ate por Authoridades as mais// acreditadas que muito abusou do// Pulpito para indespor os povos// contra a Cauza Publica, e// que vinha de noite en-// (v.) brulhado em uma manta a Villa// Nova de Cerveira, cantar os hymnos d'Uzurpação quando// havião luminarias.</p>

O Desembargador Vigário Geral da// Commarca e Cidade de Bra-// ga em Comissão.

Antonio Joze Ferrera de// Araujo

O Sagrado e o Profano

1834

Autto de Deligencia a que se procedeo no// Convento de São Paio do Monte, com o// titulo dos Milagres, cituado no Destricto// de Villa Nova de Cerveira

Fl. 1

Escrivam Antonio Jose de Souza Azevedo

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Je// zus Christo de mil oitocentos trinta e// quatro annos aos vinte e sette dias do Mez// de Junho do ditto anno, nesta freguezia// de Santa Marinha de Loivo, termo de// Villa Nova de Cerveira, convento de São// Paio dos Milagres, da Ordem de São Fran// cisco aonde Eu Escrivão nomeado para esta// Deligencia vim, e mais o Reverendo Ma// noel Jozé da Cunha Abbade do Salva//

Salvador de Arão lemites do termo da// Villa de Valença, e na mesma e Cornar// ca Vigário Geral nas Vagantes, por Comi// são do Dezembargador Vigário Geral da// Comarca, e Cidade de Braga Antonio Jo zé// Ferreira de Araujo, para effeito de se proce// der nas deligencias determinadas nas Portarias// que ao diante se seguem por Copia que// aqui hei por Authoadas; bem como o Real// Decreto sobre a Suppressão dos Conventos// que igualmente se segue por Copia, que tu// do neste acto me foi apresentado por elle// Reverendo Ministro ordenando me as Copi// asse e lhe entregasse as proprias, procedendo// se immediatamente nas ditxas Deligencias// em virtude das mesmas Portarias e Deere// to, para o que Mandou fazer este auto// que assignou Comigo João Jozé Palha// res Malafaia Escrivão do Publico que// o Escrevi e do referido dou ffe

Fl. lv.

Cunha João Jozé de Palhares Malafaia

Copia das Portarias, e Regio decre// to que se segue

Fl. 2

Porcaria do Eminentissime Senhor// Governador e Vigário Capitulardes// te Arcevispado

O Reverendo Dezembargador Viga// rio Geral da commarca de Braga,// Antonio Jozé Ferreira de Araujo que// se acha em commição da Suppressão// dos conventos nas Comarcas de Vian// na, e Valensa proceda immediacta// mente á Suppressão de todos os// conventos, e Mosteiros de Relegio// zos das mesmas Comarcas na forma// do Creco digo do Decreto incluzo de// 28 de Maio do corrente Anno pro// cedendo às deligencias da mesma que// athe aqui pello que pertense as bo// as ou más qualidades dos Rele// giozos, a fim de que não fiquem// con direito a prestação do Estado Re// legiozos, que a não devem ter.// Para que se conclua com a brevidade// esta importante deligencia da ex// xinsão dos Conventos o authorizo// a poder nomiar outros quaisquer// Equeleziasticas que tenham as quali// dades mencionadas nas Portarias de// Sua Magestade Imperial a fim de// que se conclua com a maior bre//

Fl. 2v.

brevidade possível os processos da// suppressão e os autos de enventarios// dos objectdos do Culto e mais utensilios// pertensentes às Igrejas e capellas dos// ditos Conventos, e Mosteiros na for// ma declarada nos Decretos, e Por// tarias de Sua Magestade Imperial:// o que participo para que assim o// cumpra com zêlo, e actividade a fim// de que

O Clero Regular e a «Usurpação»

não se lhe possa imputar// qualquer prejuízo, que suceda. Deos// Guarde a Vossa Senhoria Braga 6 de Junho// de 1834 = Manuel Pires de Azevedo* = Loureiro Governador, e Vigário Capitu// lar do Arcebispo de Braga = Re// verendo Senhor Dezembargador Anto// nio Joze Ferreira de Araujo, Vigário// Geral de Braga.

Portaria da Junta do// melhor amento.

Menisterio de Justiça; Negocios Eccle// seasticos. Manda o Duque de Bra// gansa Rigente em Nome da Rai// nha, remeter ao Governador Vigário// Geral digo Capitular do Arcebispo de Braga, para, que digo para sua// intelegencia, o incluzo exemplar do// Decreto de trinta de Maio ultimo// que extingue todos os conventos, Mos// teiros Colegios, Hospicios e quaisquer// Casas de Relegiozas de todas as ordens// regulares: E Determina Sua Mage// tade Impérial = 1.º Que o referido Go// vernador faça com a brevidade pocivel// subir por este Menisterio urna Lis//

Lista Exacta de todos os Religio// zos das cazas Extintas, com obser// vaçoes das circunstancias de cada// um deliés, em relação ás excepçoes// marcadas no citado Decreto = 2.º Que// expressa as mais terminantes ordens// a fim de que os Relegiozos per tensemos// ás cazas extintas, deixem o abito de// suas respetivas corporaçoes, e passem// a uzar do traje secular; consedendo// lhes unicamente o prazo de um mes,// para se effectuar a mudansa ordena// da. Passo das Necessidades em tres de// Junho de mil e oitocentos, e trinta// e quatro = Joaquim Antonio de Agui// ar = Está conforme = Manoel Pires// de Azevedo Loureiro.

F 1 3

Regio decreto

Tomando em consideração o Rela// torio do Ministro e Secretario d7/ Estado dos Negocios Equeleziasticos// e de Justiça, e tendo ouvido o Con// selheiro d'Estado: Hei por bem// em Nome da Rainha decretar o// seguinte.

Artigo Primeiro: Ficão desde ja ex// tintos em Portugal, Algarves, Ilhas ad// jacentes, e Dominios Portuguezes todos// os Conventos, Mosteiros, Colegios, Hos// piçios e quaisquer Casas de Relegio// zos de todas as Ordens Regulares se// ja qualquer que for a sua Denumi// nação instituto ou regra. — Arti// go segundo: Os bens dos conventos//

Conventos, Mosteiros, Colegios, Hos// piçios e quaisquer cazas de Relegio// zos das Ordens Regulares, ficam em// corporadas nos proprios da Fazenda// Nacional = Artigo Terseiro. Os Va// zos Sagrados e paramentos que ser// viam ao Culto Devino seram postes// á despoçam dos Ordinarios respe// ctivos para serem distribuidos pe// las Igrejas mais necessitadas das// Diocezes = Artigo Quarto. A cada// um dos Relegiozos dos Conventos,// Mosteiros, Colegios, Hospicios, ou qu// isquer cazas extintas sera paga// pello Thezouro Publico para sua sus// tentação uma pensam anual emqu// anto não tiverem igual, ou maior// Rendimento de Beneficio ou empre// go Publico: Exceptuão-sse = § 1.º os que tomarão armas contra o Thro// no Ligetimo ou contra a Leverdadede// Nacional = § 2.º os que em fabrr// da Usurpação abuzaram do seu// Menisterio no Confecionario ou no I/ Pulpito = § 3.º os que acceitarão// Beneficio, ou enprego do Governo Usur// pador = § 4.º os que denunciaram// ou preceguirão deretamente os seus// considadaos por seus sentimentos// de fedelidade

O Sagrado e o Profano

ao Throno Ligetimo, e// de adhezão á Carta Constitucional// § 5 os que no acto do res[^]abaiecimem-// to da Authoridade da Rainha, ou// depois della, nas terras em que rezi-// deam abandonarâm os seus conven-// tos Mosteiros, collegios Hospícios, ou// Cazas respectivas. Artigo 6 ficção re-// Ficção rebogadas todas as Leis e dis-// puziçoens em contrario. O Ministro// e Secretario de Estado dos Negócios// Ecleziasticas e de Justissa o tenhamo// assim entendido, e faça executar// Passo das Necessidades em vinte e ou-// to de Maio de mil e outosentos, e// trinta, e quatro = Dom Pedro Du-// que de Bragança = Joaquim Anto-// nio de Aguiar = Esta conforme = // Manoel Pires de Azevedo Loureiro.

Esta Conforme as proprias que em po-// der delle Ministro me reporto. Convento// de São Paio dos Milagres 26 digo 27 de// Junho de 1834.

João Joze de Palhares Malafaia

Mapa demonstrativo do numero, nomes, residencias, e observações// Politicas dos Religiozos d'este extincto Convento, tiradas do respectivo// Sumario, a que se procedeo á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e// suas exeeções.

Doc.: 75 C

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
2	Padre Mesire Anto// nio Ferreira	Freguesia de// São Mar// tinho de// Car raze-// do	Logo que as Tropas da Ra-// inha se aproximarão a// esta Villa de Monção em-// mediatamente fugio às mesmas; e// não se recolheo a este// Hospicio senão muito// depois do restabeleci- mento// da Authoridade da mesma// Augusta Senhora e do// Acto da Sua Acclama-// ção nesta Villa. Foi du-// rante a Epoca da Uzur-// pação assas apaixonado// da mesma segundo me// informarão Pessoas de pro-// bidade.
	João Barboza	Freguesia de //São Pedro // d'Adoens	Não dezamparou nem// fugio deste Hos- picio, e// menos praticou alguns// di s outros factos, de que// falla o Decreto de 28 de// Maio de 1834 em suas// ex- cepções.

Hospicio dos Congregados

O Dezembargador Vigário Geral da Co-// mmarca e Cidade de Bra-//ga
em Comissão

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

Mapa demonstrativo do numero, nomes, residencias, e observações// Politicas dos Religiozos d'este extincto Conyento, tiradas do respectivo// Sumario, a que se procedeo á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e// suas excepções.

Doc.: 75.D

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
3	Fr. Antonio d*Abreu // Ex Presidente Abbaci-// al	Ponte// do Lima	Não dezampar ou o Mos-// teiro nem á entrada das Tro-// pas da Rainha, nem no acto// do restabelecimento da sua legiti-// ma Authoridade, e menos pra-// ticou algum dos factos exceptu-// ados no Decreto de 28 de Maio// de 1834; antes promoveo o// Acto d'Acclamação, e assegnou// naquelle Couto.
	Fr. Antonio d'Azeredo	Mezão// Frio	O mesmo.

Fiães

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Gonçalo Pereira// auzente há quatro me-// zes antes da restau-// ração em sua caza por molestia com li-// cença do seu Prelado	Barca	Consta-me, e fui informado// que o Juiz de Fora de Melga-// ço, em cujo destricto se acha// collocado aquelle Mosteiro,// procedera a Sumário con- tra// aquelles dois Religiozos por so-// negarem hum Faqueiro, e// cento, e cantos mil reis com// o pretexto de pertencerem aos// credores d'hum Ab- bade, que// há Mezes antes ali tinha// fallecido. Também ou pela// mesma ra- zão, que Fr. Antonio// d'Azeredo go- zou e goza ainda// d'opinioens Consti- tucionaes,// e que os Outros dous forão realis-// tas, mas moderados.

O Dezembargador Vigário Geral da// Commarca e Cidade de Bra-// ga
em Comissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

twit³ demonstrativo do numero, nomes, residencias, e observações Politi// cas dos Religiozos d'este ex-
tiradas do respectivo Sumario, // a que se procede» á face do Decreto de 28 de Maio
de 1834, e suas excepções.

Doc.: 75 E

Numero	Nomfes	Residencias	Observações Politicas
15	Fr. Mathias de Jesús Maria Joze// Ex Guardião	Refojos// de Lima	Fugio do seu Convento poucas// horas depois, que as Tropas da Ra-// inha entrarão em Vianna. Não// se recolheo a esta extincta Caza// senão alguns dias depois do res-// tabehecimento da legi- tima Au-// thoridade da Soberana, co- mo cons-// ta do Sumario. Sei por informa-// ções d'Authoridades, e de outras pes-// soas da mais reconhecida intei-// reza, que principalmente em Mel-// gaço, e Monção abuzou muito do// Pulpito para indispor os Povos con-// tra a Cauza da Nação, e da Rainha.
	Fr. Francisco das Onze mil Vir-// gens	Freguesia da// Labruge// termo de Ponte// do Lima	Retirou-se algumas horas de-// pois da entrada das Tropas da// Rainha em Vianna. Não se// recolheo, senão alguns dias depois// do restabeçimento da ligitima// Authoridade da Soberania, co-// mo consta do Sumario. Sou in-// formado, que foi Realista mo-// derado

Numero	Nomes	Residencias	Observações Políticas
	Fr. Manoel de Santa Eulalia	Freguesia de// Cerdal// termo de Valen-// ça	Fugio do seu Convento pouco// tempo depois, que as Tropas// da Rainha entrarão em Vianna.// Porem recolheo-se ao mesmo// alguns dias antes do restabeleci-// mento da ligitima Authority// da Soberana. Sou informado, que foi Realista moderado.
	Fr. Joze dos Remedios	Freguesia d'// Arão, termo// de Valença	(v.) Fugio pouco tempo depois, que entra-// rão as Tropas Libertadoras em// Vian-// na; porem recolheo-se alguns// dias antes do restabelecimento// da legitima Authority da Ra-// inha, e da sua Aclamação, a que// assistio, bem como ao Te Deum,// que se Celebrou por esta occasião.// Assim consta do Sumario// Sou informado,// que foi Realista moderado.
	Fr. Antonio de São Bento	Freguesia// de São Pe-// dro de// Formaris// Concelho de// Goura	Fugio logo depois, que as Tro-// pas da Rainha entrarão em// Vianna, e não se recolheo senão// alguns dias depois do restabelecimento// da legitima Authority// da mesma Augusta Senhora,// como consta do Sumario.// Sou informado por pes-// soas de providade, que foi Rea-// lista moderado.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Francisco de Santa Thereza	Freguesia de// Santa Maria// Magda-// lena de// Jolda, termo// dos Arcos	O mesmo
	Fr. Antonio de Maria Santissima// dimente	Freguesia// de Mon-// trestido	(nova fl.) Não se retirou do seu Convento, e no mesmo se conservou sempre ate// a minha chigada ao mesmo, como// consta do Sumario.// Merece toda a compaixão// pela sua demencia, e foi segundo// me consta, muito Religiozo.
	Fr. João de Maria Santissima	Freguesia de// Villa Me-// ão	Retirou-se do seu Convento// pouco depois, que as Tropas da// Rainha entraram em Vianna.// Recolheo-se ao mesmo antes d'// Aclamação da mesma Augusta, a cujo Acto assistio, assim como// ao Te Deum, que por esta ocasião se Celebrou, como consta do// Summario.// Sou informado, que foi// Realista muito moderado.
	Fr. Luis de Nossa Senhora// da Guia	Freguesia// de No-// gueira// termo de Villa// Nova da// Cerveira	O mesmo.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Políticas
	Fr. Joaquim de Maria Santíssima	Freguesia// de G onda// rem	Fugio á entrada das Tropas da// Rainha em Vianna, e não se reco// lheo ao seu Convento senão alguns dias// depois do restabelecimento da li// gitima Autho- ridade da mesma Au// gusta Senhora; assim consta do// Sumario// Sou infor- mado, que// foi Realista moderado.
	Fr. Antonio de Santa Clara	Villa de// Ponte do // Lima	(V.) O mesmo.
	Fr. Francisco de Maria Santíssima// Leigo Professo	Auzente// em aquel// la occa-// zião, em que// os Padres esco- // lherão, e // declararão // as suas// reziden-// cias	O mesmo.
	Fr. Antonio de São Joze// Leigo Professo	Villa// de Mel-// gaço Com-// marca // de Valença	O mesmo.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Antonio de Santa Quiteria// Leigo Professo	Freguesia// de São Ro-// mão da// Neiva// Comarca de// Braga	Fugio á entrada das Tro-// pas da Rainha na Villa de Via-// na, ou logo depois; recolheo-se dias// antes do restabelecimento da ligítima// Authoridade da Soberana, e de sua// Aclamação, a cujo Acto assistio, as-// sim como ao Te Deum, que por// tão fausta occazião se Celebrou.
	Fr. Antonio de Santa Thereza de// Jesus Leigo Professo	Freguesia// de São Lourenço// Comarca de Va-// lença	O mesmo// Porem não assistio ao// Acto d'Aclamação, como consta// do Sumario.

O Dezembargador Vigário Geral da Commarca// e Cidade de Braga em Comissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

Mapa demonstrativo do numero, nomes, residencias, e observações Politicas// dos Religiozos d este extincto Convento, tiradas do respectivo Sumario, a que se// procedeo á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e suas excepções.

Doc.: 75 F

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
17	Fr. Antonio das Chagas	Freguezia// de São Mar-// tinho de// Lanhellas,// termo da Villa// de Caminha	Retirou logo depois da chegada// das Tropas da Rainha á Villa// de Caminha, mas quando se aclamou// a Mesma Augusta Senhora ja se// tinha recolhido: abuzou do Pul-// pito para indispor os povos contra// a Cauza publica, em que nós acha-// mos empenhados, e dizem as teste-// munhas d'este Sumario que isto he// publico, e notorio n'esta Villa.
	Fr. João de Santa Clara	Freguezia// do Salva-// dor d'Arão// termo de Va-// lença	Não consta do Sumario, que prati-// casse factos alguns dos exceptua-// dos no Decreto de 28 de Maio de// 1834. Sou informado, que durante// a Uzurpação foi Miguelista; po-// rem muito moderado.
	Fr. Antonio da da Guia	Freguezia de// Santa// Marinha// de Verdue-;// jo, termo de// Monção	O mesmo. Sei, que foi apaixon-// do da Uzurpação, durante a mesma,// po-rem moderado.

O Clero Regular e a «Usurpação»:

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Joze d'Agonía	Freguezia de// Villar de// Mouros// ou para a// Villa de Ca-// minha	(v.) He publico, e notorio, como se dei-// xa ver do Sumario (diz o primeiro// Reli- gioso informante) que abuzou// do Pul- pito para indispor os povos// contra a Cauza da Rainha, e da// Nação. Dizem- me, que era estor-// rado Miguelista.
	Fr. Antonio de São João de Deus	Freguezia da// Correlhã// termo de Pon-// te do Lima	Foi no Pulpito hum decia-// mador contra a Cauza da Na-// ção, e da Rainha, assim o di-// zem as testemu- nhas do Suma-// rio. Tambem sou in- formado// por pessoas d'inteira, que era,// prescindindo do facto = supra = // concluido como hum dos// mais es- torrados Miguelistas// n'este Convenço.
	Fr. Antonio do Sacramento	Villa de// Caminha	Teve durante a Epoca da// Uzurpação, a melhor conducta// Politica, Civil e Religioza, e ainda// conserva os mes- mos sentimentos.// Não fugio do seu Convento á entra-// da das Tropas da Rainha, es-// teve presente no Acto do restabele-// cimento da legitima Autho- ridade da mesma// Augusta Senhora, não abuzou// do Pulpito, e Confessio- nário e me-// nos praticou algum dos outros factos// exceptuados no Decreto. Sei, que// he hum perfeito Religioso.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Manoel de Jesus	Villa de// Caminha// e Freguesia// de São// Miguel// de Fon-// tour a	(nova fl.) Achava-se licenciado tempes// antes d'entrarem as Tropas da// Rainha n'esta Villa; teve duran-// te a Uzurpação, a melhor conducta// Politica, Civil, e Religioza, e ainda// hoje possui os mesmos sentimentos,// não praticou factos algum d'aquel-// les, que o Decreto exceptúa. Sei, que// he hum perfeito Religiozo.
	Fr. Lourenço de Jesus// Maria	Freguesia de// Lanhe-// las, termo// de Caminha	Estava licenciado pelo seu// Ex Prelado tempo antes da en-// trada das Tropas da Rainha,// n'esta Villa, por este motivo não// assistio ao Acto d'Aclamação;// e se durante a Uzurpação foi Mi-// guelista era muito, e muito moderado.// Também não consta do Sumario,// que praticasse algum dos factos, que// o Decreto exceptúa.
	Fr. Jacinthe d'Apri-// zentação	Freguesia de// Sant la-// go de// Nogueira// termo de// Villa Nova// de Cerveira	Fugio á entrada das Tropas da// Rainha n'esta Villa, e não se re-// colheo ao Convento senão muitos dias de-// pois do restabelecimento da legitima// Au- thoridade de Sua Magestade.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Políticas
	Fr. Antonio de Santa Clara	Tinha// sahido// para fora// do Convento// na occa-// zião em// que os Padres// se junta-// rao para// escolherem,// e declara-// rem a sua// Reziden-// cia	(v.) Não consta, que fugisse do seu Convento// quando as Tropas da Rainha ahi en-// trarão n'essa Villa, e menos que pra-// ticasse algum dos outros factos// exceptuados no Decreto de 28 de// Maio de 1834.
	Fr. Antonio da Paixão	Freguesia de// Rouças// termo de// Melgaço	Fugio logo que as Tropas liber-// tadoras entrarão n'esta Villa// e não se recolheo senão depois do// restabelecimento da ligitima Authori-// dade de Sua Magestade Fede-// lissima, o qual teve lugar alguns// dias antes da chigada d'este// Religiozo ao seu Convento. In-// formão-me, que fora durante a// Üzurpação Miguelista, mas// não muito moderado.
	Fr. Joze do Bom-Susseço// Chorista	Freguesia de// Villar de// Mouros// termo de Ca-// minha	Fugio do seu Convento á entrada// das Tropas da Rainha; porem// recolheo-se antes do restabelecimento// da ligitima Authoridade da mesma// Augusta Senhora, e da sua Aclamação, a cujo Auto assistio. Sei,// que he bem morigerado.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Domingos do// Coração de Jesus	Freguesia de// São Miguel// de Fontou-// ra, termo de// Valença	(nova fl.) Fugio á entrada das Tro-// pas da Rainha n'esta Villa// e não se recolheu ao seu Convento// senão alguns dias depois do res-// tabehecimento da ligi- tima Autho-// ridade da mesma Au- gusta Senhora,// e da sua Aclamação. Infor-// mão-me, que, durante a Uzur-// pação, gozou sempre da opi-// nião de Miguelista.
	Fr. Domingos de// Jesus, Maria, Joze// Leigo Professo	Villa de// Caminha	Não consta, que praticasse al-// gum dos factos comprehendidos! I nas ex- cepções do Decreto.
	Fr. João de Santa Comba	Freguesia do// Salvador// de Pader-// ne, termo da// Villa de Va-// ladares	O mesmo.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Antonio da Luz	Cande-// mil, termo// de Villa// Nova// de Cer-//veira	(v.) Consta do Sumario, que abuzou// do Confessionário para indispor/ os povos sontra a Cauza da Na-// ção, e da Rainha, e dizem as// testemunhas isto era publico// e notorio.// Sou informado por// pessoas de mui- ta providade,// que foi durante a Uzur- pação hum// estorrado a favor da mes- ma.
	Fr. Joze de Santa Izabel// ex Guardiã	Paredes// de Coura,// ou Forma-// riz	Fugio do seu Convento logo que// as Tropas libertadoras en-// trarão n'esta Villa, e não se// recolheo senão alguns dias// depois do restabelecimento da// ligitima Authoridade da// Rainha, e d'Aclamação// da mesma Augusta Se- nhora.// Sei, que durante a Uzur-// pa- ção, foi da mesma apaixon-//do, mas com alguma mo-// deração.

O Dezembargador Vigário Geral da Co-// marca e Cidade de Braga
em// Comissão.

Antonio Joze Ferreira d'// Araujo

Mapa demonstrativo do numero, nomes, residencias, e observações Politicas dos Relegiosos deste extincto Convento tiradas do respectivo Sumario a que se procedeu á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e suas excepções.

DQC.: 75 G

	Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
Copia do Mapa do Convento de Santo Antonio de Monção	15	Fr. João de Nossa Senhora da Peneda// Ex Guardião	Freguesia de// Aboim// dos Arcos	Não praticou facto algum dos// exceptuados no Decreto de 28 de// Maio de 1834; como consta do// Sumario.// Sou informado que foi durante// a Usurpação um pouco indi-// nado e afecto à Cauza da Nação, e// da Rainha.
		Fr. Manoel de Nossa Senhora das Ne-// cessidades	Freguesia de// Lanhellas// termo de Cami-// nha	Não praticou facto algum dos que// exceptúa o Decreto Supra, como// consta do Sumario.// Sou informado que foi Realista mo-// derado.
		Fr. Lourenço do Carmo	Freguesia da// Silva// termo de Va-// lença	O mesmo.
		Fr. Joze do Livramento	Freguesia de// Mazedo	O mesmo.

O Clero Regular e a «Usurpação»

Numero	Nomes	Residencias	Observações Políticas
	Fr. Clemente de Jesus// Maria	Freguesia de// Santa Eula-// lia de Rio// de Moinhos// termo dos Arcos	O mesmo.
	Fr. Domingos de Jesus Maria	Freguesia de// Loureda// termo dos Arcos	(v.) O mesmo.
	Fr. Joaquim do Santo Nome de// Maria	Villa de// Monção	Não praticou facto algum dos// exceptuados no Decreto Supra,// como se deixa ver do Sumario.// Sou informado por pessoas// da maior fe, e credito que foi du-// rante a Uzurpação, e ainda hoje é// muito affecto á Cauza da Nação,// e Rainha, motivo porque soffreo// graves incómodos na sua Extincta// Provincia.
	Fr. Francisco da Senhora da Pene-// da	Freguesia da// Gavieira// Concelho de// Soajo	Não praticou facto algum dos que// o Decreto Supra exceptúa.// Sou informado que foi Realista// moderado.
	Fr. Manoel de Santa Catharina	Braga	O mesmo.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Antonio do Rosario	Freguesia de// Taião termo// de Valença	O mesmo.
	Fr. Antonio do Espirito Sancto	Freguesia de// Campos// termo de Villa// Nova da Cer-// veira	O mesmo.
	Fr. João d'Annuniação	Freguesia de// Cerdal termo// de Valença	(nova fl.) O mesmo.
	Fr. João dos Despozorios	Freguesia de// Cegadaens// termo de Va-// lença	O mesmo.
	Fr. Luiz do Livramento// Leigo Professo	Freguesia de// Arão termo// de Valença	O mesmo.
	Fr. Francisco das Neves// Leigo Professo	Freguesia de// Cerdal termo// de Valença	O mesmo.

O Dezembargador Vigário Geral da Commarca// e Cidade de Braga em Comissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

Mapa demonstrativo do Numero, Nomes, Residencias, e Observações Politicas// dos Relegiosos deste extinto Convento de Sao Domingos de Vianna do Minho// tirados do respectivo Sumario a que se procedeo a face do Decreto de 28 de// Maio, de 1834, e suas excepções.

Doc.: 75 H

	Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
Copia do Mappa do Convento de São Domingos de Vianna	16	Fr. Henrique Joze da Victo-// ria Ex Prior	Villa Nova// da Cerveira	Não cometeu algum dos factos ex-// ceptuados no Decreto de 28 de// Maio de 1834, como se deixa ver// do Sumario.// Sou informado que foi Rea-// lista moderado.
		Fr. Francisco de São Domin-// gos Vieira Ex Prior fales-// sido		O mesmo
		Fr. Joaquim Jose Lopes// Botta	Villa de// Vianna	O mesmo
		Fr. Thomaz Vicente Sou-// za Barros	Freguesia de Santo// Estevão da// Facha,// Passagem, e// Vianna forão// tres pontos // que neste Reli-// gioso escolheu// para Sua re-// sidencia al-// ternativa	O mesmo

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Constantino José// Pereira	Freguesia de II Palmeira // termo de Bra-// ga	O mesmo
	Fr. Antonio Joaquim II d'Abreu e Souza	Villa da// Barca	(v.) O mesmo
	Fr. João do Coração de// Jezus Bandeira	Vianna// do Minho	O mesmo
	Fr. Domingos de São Caeta-// no Telles	Vianna// do Minho	O mesmo
	Fr. Francisco de Santa Anna// Souza	Vianna// do Minho	O mesmo
	Fr. Joze de Cerpa Pinto	Cidade do// Porto	O mesmo// Sou informado que foi durante a// Usurpação muito affecto á Cauza da// Nação, e da Rainha, e que ainda// conserva os mesmos Sentimentos;// outrosim me dizem pessoas de// inteireza que sofreu por isso al-// guns incómodos.

Numero	Nomes	Residencias	Observações Políticas
	Fr. João do Pillar Sá// Leigo Professo, Cego	Freguesia de // São Thiago // de Aldreu	(nova fl.) Não praticou algum dos factos// exceptuados no Decreto de 28 de Maio// de 1834, como do Sumario se deixa// ver.// Sou informado que foi Realis-// ta moderado.
	Fr. Manoel Antonio de// Macedo, Leigo Professo	Villa de// Vianna	O mesmo
	Fr. Leonardo de Santa There-// za, Leigo Professo	Freguesia de// Santa Leocadia // Concelho de Jerás// do Lima	O mesmo
	Fr. Antonio da Santissima, / Trindade, Leigo Professo	Freguesia do// São Salvador// da Torre	O mesmo
	Fr. Manoel de São Vicente// Ferreira de Aguiar, Lie en-// ceado		O mesmo
	Fr. Joaquim de Santa Clara, // Licencceado		O mesmo

O Dezembargador Vigário Geral da Com-// marca e Cidade de Braga em// Commissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

Mapa demonstrativa do numero, nomes, residencias, e observações Politicas dos Religiozos d'este extincto Convento tiradas do respectivo Sumario, a que se procedeo á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e suas excepções.

Doc.: 751

Numaro	Nomes	Residencias	Observações Politicas
2	Fr. João da Conceição// e Lago ex Dom Abbade Prezidente	Santa Maria de// Miranda// termo dos Arcos	Tem boa conduta Politica, Civil, e Religioza; não// dezamparou o seu Mosteiro quando as Tropas Fieis se aproximaram, e// muito menos no Acto do restabelecimento do Legitimio Governo, e depois, não// aceitou Beneficios, ou Empragos da Usurpação, não pegou em armas, nem denunciou, ou// perseguiu os Amigos da Carta, e da Rainha.
	Fr. João de Nossa Senhora// d'Agonia de Barboza	Santa Maria de// Miranda// termo dos Arcos	He na Opinião Publica Rialista; porém moderado, e sem algum dos factos exceptuados no Decreto supra. Também// de publico, que se embebeda, mas sem escândalo.
			Estes dois Religiozos se não achão comprehendidos nas excepções do Decreto, como se deixa ver do Sumario, e tudo o mais, que dos mesmos disse he porque assim// mo informaram as de muito credito, e opinão Publica.

O Desembargador Vigário Geral da Comarca e Cidade de Braga em Comissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

O Clero Regular e a «Usurpação»

Mapa demonstrativo do numero, nomes, residencias, e observações// Politicas dos Religiozos d'este extincto Convento tiradas do respectivo// Sumario, a que se procedeo á face do Decreto de 28 de Maio de 1834, e suas excepções.

Doc. 75_1

	Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
Carmo de Vianna	34	Fr. Francisco de Santa Rita// Ex Prior	Povoa// de Mia// lhada	Não consta do Sumario, que aban// donasse o seu Convento no acto// io restabelecimento do Legitimo Gover// no, e d'Acclamação de Sua Ma// gestado, ou depois, e menos que// dennunciasse, que pagasse em// Armas ou para isso o persua// disse, que abuzasse do Pulpito// ou Confissionario, e que aceitasse// empregos, ou beneficios da Uzur// pação.
		Fr. Domingos das Dores	Freguesia de// Lavradas// termo da Bar// ca	O mesmo
		Fr. Manoel de Santa Maria	Villa de// Ponte do// Lima e// São Marti// nho	O mesmo
		Fr. Agostinho de Jesus	Cidade// de Braga	O mesmo

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Ellias de São João// Baptista	Villa de// Vianna	O mesmo
	Fr. Agostinho de São Cae-// taño	Villa de// Monção	O mesmo
	Fr. Joze da Soledade	Villa No-// va de Cer-// veira, e seu// termo	O mesmo
	Fr. Antonio do Meni-// no Jesus	Villa de// Melgaço	O mesmo
	Fr. Domingos d'Assum-// pção	Villa dos// Arcos	O mesmo
	Fr. Domingos de Jesus Ma-// ria Jose	Cidade// de Braga	O mesmo
	Fr. João de Menino // Jesus	Vianna// do Minho	O mesmo
	Fr. Luiz de Nossa Senhora do// Carmo	Villa// Nova de// Foscôa	O mesmo

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Francisco de Santa Roza	Villa de// Vianna	O mesmo
	Fr. Francisco d'Assumpção	Villa de// Monção	O mesmo
	Fr. Joze do Socorro	Figueir ó// dos Vinhos	O mesmo
	Francisco de Jesus Maria	Annadia	O mesmo
	Fr. Custodio de Jesus	Cidade de// Braga	O mesmo
	Fr. Manoel da Sagrada// Familia	Cunha	O mesmo
	Fr. Manoei do Coração de// Maria	Cidade// de Braga	O mesmo
	Fr. Joaquim de São Joze	Penasca--// is termo da// Barca	O mesmo

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. João do Coração de Jesus	Passô termo// dos Arcos	O mesmo
	Fr. Martinho da Nativida-// de, Leigo Professo	Villa de// Vianna	O mesmo
	Fr. Bernardino dos Pra-// zeres, Leigo Professo	Figaei-// ró dos// Vinhos	O mesmo
	Fr. Joze de Santa Anna	Bispado de// Lamego	Dezamparou o Convento logo// que se aproximarão a esta Villa// de Vianna as Tropas da Rainha// e nunca mais se recolheu desde// a sua fuga às Tropas fieis.
	Fr. Francisco do Menino// Jesus	Bispado// de Vizeu	O mesmo
	Fr. João do Santissimo Nome// de Jesus	Bispado// de Coim-// bra	O mesmo
	I Fr. Manoel da Expecta-// ção	Bispado// de Coim-// bra	O mesmo

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Antonio de Santo Alberto	Do mesmo// Bispo	O mesmo
	Fr. Francisco da Purificação	Bispo e// Cidade// de Lame-// go	O mesmo
	Fr. João de São Paulo	Bispo// do Porto	O mesmo
	Fr. João de Santo André	Do mesmo// Bispo	O mesmo
	Fr. Feliciano da Divina// Providencia	Bispo// d'Aveiro	O mesmo

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Antonio de São João// da Cruz	Bispado// de Lame--// go	Estava licenciado pelo seu Ex-// Prelado oito ou dez dias antes// de e aproximarem a esta// Villa de Vianna as Tropas// Libertadoras, e fieis.
			Todos os Religiosos a-// sima ditos, ainda mesmo os// que não abandonarão o seu// extincto Convento; e que não prati-// carão algum dos factos, de que// falla o Decreto em suas ex-// cepções erão, e forão Realistas// e como taes conhecidos duran-// te a Epoca ia Uzurpação;// porem moderados, e sem// factos, exceptuando os do// abandono, e fuga, que prati-// carão os nove asima rela-// donados; assim me informarão Authoridades, e Pessoas// da maior inteireza, e affecto á// Cauza Publica.

O Dezembargador Vigário Geral da Commar-// ca e Cidade de Braga em Com-// missão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

Mappa demonstr activo do numero, nomes, Residencias, e obser-// vações Politicas dos Religiosos d'este ex tincto Convento, de Santo// Antonio da Villa de Vianna, tiradas do respectivo Sumario,// a que se procedeo á face do Decreto de 28 de Mayo de 1834, e suas excepções.

Doc.: 75 M

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
24	Fr. Caetano das Dores	Villa dos Arcos	Não fugio do seu convento á entra-// da das Tropas da Rainha, nesta// Villa, e menos praticou alguns// dos outros factos exceptuados no// Decreto de 28 de Mayo de 1834.// Observei que este Reli-// gioso está por sua avançada// idade em um estado decrepi-// to, e mal pode andar. Tive// sempre muito bons costumes.
	Fr. Antonio dos Prazeres	Freguesia// de Santa// Maria d'Amio-// osa, termo// de Vianna	Não fugio á entrada das Tropas// nem praticou facto algum dos// que o Decreto exceptúa, conser-// vando-se sempre no seu Con-// vento. Sou informado que// é muito bom Religioso.
	Fr. José d'Amor Devino	Freguezia de// Cerdal, Co-// marca de// Valença	Retirou-se á intrada das Tro-// pas da Rainha, mas recolheo-se// ao seu Convento, ainda dias an-// tes do restabelicimento. da sua// ligitima authoridade, e d'aela-// mação da mesma Augusta Se-// nhora a cujo Acto assistio: assim// consta do Sumario. Sou in-// formado que durante a Uzur-// pação, foi a favor da mesma// muito moderado, motivo por-// que era bem visto nesta Villa.

Santo Antonio de Vianna

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. João da Visitação	Freguezia// de São Veris// simo de// Ralbom// Comarca// de Penafiel	Fugio á intrada das Tropas Liber-// tadoras, mas recolheo-se ao seu// Convento, dias antes do resta// belicimento da legitima Au-// thoridade da Rainha, e da sua// Aclamação, a cujo Acto assistio.
	Fr. José da Soledade	Prado// termo de Mel-// gago	O mesmo.// Sou alem disto informa-// do, que não era mau Religioso// e que foi durante a Usurpação// Realista moderado: e é de// avançada idade.
	Fr. Agostinho da Conceição	Freguezia// de Campos// termo de// Villa Nova// de Cervei-// ra	Fugio do seu Convento á en-// trada das Tropas, porem reco-// lheu-se dias antes d'Acclama-// ção, a cujo Acto assistio. Cons:a-me que foi du-// rante a Usurpação muito// moderado Realista e que em// um Religioso de muito bons// cõstumes.
	Fr. José de Nossa Senhora	Freguezia// de Thiago// de Poiars// termo de Bar-// cellos	Fugio á intrada das Tropas da// Rainha, não se recolheu senão// alguns dias depois do restabe-// licimento da legitima Authori-// dade da mesma Augusta Senhora, como se vé do Sumario.// Foi segundo me informão moderado durante a Uzur-// pação, e dizem-me que tinha// boa conducta moral.

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. José dos Santos	Freguesia de// Ferreira// Conselho// de Coura	<p>Fugio á intrada das Tropas// nesta Villa, e não se recolheu// ao seu Convento, senão al-// guns dias depois do res-// tabelicimento da legitima// Authority da Soberana,// como consta do Sumario.//</p> <p>Sei que é Capellão// das Religiosas Urcelinas nesta// Villa cujo cargo desempenhou// (nova fl.)</p> <p>muito dignamente. Tem a// melhor conducta moral, nun-// ca foi esturrado Realista du-// rante a Uzurpação, e tem// perto de oitenta anos.</p>
	Fr. José de Santa Maria// Mayor	Villa de// Vianna// do Minho	<p>Fugio á entrada das Tropas// Libertadoras, e não se reco-// lheu, senão alguns dias depois// do restabelicimento da ligi-// tima Authority da Nossa II Augusta Soberana, como// consta do Sumario.//</p> <p>Sei por pessoas fi-// dodignas que é de muito// boa moral, e que durante// a Uzurpação, pregou uma// vez contra os juramenteiros// falsos, dizem que era Realista// mas muito moderado.</p>

Numero		Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Joaquim de São	São Mame-// de de Infes-// ta, Conse-// lho de Ma-// ia	Fugio á entrada das Tropas, não// se recolho ao Convento, senão// alguns dias depois do resta-// belicimento da legitima// Authoridade da Soberana// e de sua Acclamação, co-// mo consta do Sumario. Sou informado// que foi durante a Uzurpa-// ção Miguelista um pouco// moderado.
	Fr. Luiz de Jesuz	Freguesia de// Cerdal// termo de Valen-// ca	O mesmo
	Fr. Pedro das Neves	Villa de// Vianna	Retirou-se á entrada das Tro-// pas da Rainha, e não se// recolho ao Convento sem// alguns dias depois do resta-// belicimento da legitima// Authoridade, como consta// do Sumario. Sou informado por// pessoas muito capazes que// tive durante a Uzurpa-// ção// boa conducta politica// civil e Religiosa, e que ain-// da conserva os mesmos// sentimentos: que sus ten-// tou um irmão prezo por// opiniões politicas na epo-// ca da Uzurpação com o// producto das esmolos// da Sua Missa.

Numero		Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Fernando da Con-// ceição de Maria	Villa de// Vianna	Retirou-se á entrada das// Tropas da Rainha, e não// se recolheu senão alguns// dias depois do restabelici-// mento da ligítima Au-// thoridade da mesma// Augusta Senhora, como// consta do Sumario. Informão-me que// era Religioso de bons cos-// tumes, e que durante a// Uzurpação se conduzira// sempre muito bem.
	Fr. Manoel do Amor// Devino	Freguesia de// Santa Ma-// rinha de// Arcuzelo// Ponte do Lima	Retirou-se á entrada das// Tropas da Rainha, não se// recolheu ao seu Con-vento// senão alguns dias depois// do restabelimento da ligítima// Authoridade da Soberana, como// consta do Sumario. Sou informado que// era um Religioso de muito// boa vida e costumes, e// Realista moderado.
	Fr. José de São Thome	Freguesia de// Cerdal// termo de// Valença	Fugio á entrada das Tropas// nesta Villa, e não se reco-// lheu-se ao seu Convento,// senão alguns dias depois// do restabelimento da ligiti-// ma Au- thoridade, como// consta do Sumario. Informão-me pessoas// de muita verdade e inteireza// que foi durante a Uzurpação// Realista moderado.

Numaro		Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. João dos Corações	Freguesia de// Cerdal// termo de// Valença	O mesmo
	Fr. Antonio de Santa// Roza	Freguesia de// Cerdal// termo de// Valença	O mesmo
	Fr. Antonio da Vir-// gem Maria	Freguesia de// Gondarem// termo de Villa// Nova da// Cerveira// Comarca// de Vianna	O mesmo
	Fr. João de Santa Thereza de// Jesuz, Leigo Professo	Freguesia da// Eulalia// de Rio de// Muinhos// termo dos Ar-// cos	O mesmo
	Fr. Luiz do Coração de Jesus// Leigo Professo	Freguesia de// Tangil// termo de Vai-// ladares	O mesmo
	Fr. João de São Lourenço// Leigo Professo	Freguesia de// São Louren-// ço termo de// Vianna	O mesmo

Numero		Rezidencias	Observações Politicas
	<p>Fr. João de São José// Leigo Professo, emprega// do</p>	<p>Villa de// Vianna// Hospital// da Caridade</p>	<p>Retirou-se á entrada das// Tropas da Rainha, e não// recolheu a seu Convento// senão depois do restabe//limento da ligitima// da mesma Augusta// Senhora, assim consta// do Sumario.//</p> <p>Sou informado// que logo que as Tropas Li// bertadoras se aproximã//o// á esta Villa alguns dos// Religiosos seus amigos o// mandarão conduzir junto// ao Rio, e dahy o embarca// rão para a Passagem Conse// lho de Geras do Lima, donde// não recolheu senão alguns// dias depois da Acclama// ção.</p>
	<p>Fr. Francisco de São Luiz// doente e licenciado// em sua Caza muito// antes de entrarem as// Tropas da Rainha// nesta Villa</p>	<p>Freguesia de// Beiral// termo de Ponte// do Lima</p>	<p>Não consta do Sumario// que praticasse factos alguns// dos exceptuados no Decreto// de 28 de Mayo de 1834.//</p> <p>Sou informado que// foi Realista muito mode// rado.</p>

Numero	Nomes	Rezidencias	Observações Politicas
	Fr. Miguel da Puri-// ficção	Freguesia de// Albações// do lugar// do Corgo Comarca de// Villa Real	Abusou do Pulpito para in-// despor os povos contra a cau-// za da Rainha, e da Nação,// assim consta do Sumario.// Sou informado alem// disto que foi durante a// Uzurpação um publico de-// clamador contra a Carta// e contra os Direitos de// Soberana, é muito mal// visto nesta não só por ser// mal homem, mas por// ser um esturrado Mi- gue-// lista.
	Fr. Manoel do Libramen-// to	Formarias// Conselho de// Goura	Fugio do seu convento a en-// trada das Tropas da Rainha// e nunca mais voltou ao mes-// mo. Pregou contra a Cauza da// Nação e da Rainha in- dispondo// os povos quanto pode ia depois// que as Tropas Libertadoras en-// trarão em Vianna, como// consta do Sumario.// Sei que o Padre Guar-// dão por este motivo o não quis// admitir neste extincto Convento// e deu parte delle às Author idades.

O Dezembargador Vigário Geral da Commar-// ca e Cidade de Braga em Co-// mmissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

Mappa demonstrativo do numero, nomes, residencias, e ob// servaçoes Politicas dos Religiozos deste extincto Convento, tira// das do respectivo Sumario, a que se procedeo á face do Decreto// de 28 de Malo de 1834 e suas excepções

Doc.: 75 N

Numero	Names	Residencias	Observações Politicas
9	Fr. Manoel da Con// ceição Guardião	Freguesia de// São Pedro de// Sá termo// dos Arcos	Não abandonou, não acei// tou empregos da Uzurpação, não abuzou do Pulpito, e// Confissionario, e não perse// guio os Affectos á Cauza da// Rainha, e da Nação, nem// praticou algum dos factos// exceptuados no Decreto; co// mo se deixa ver do Su// mario. Sei que he hum// dos Religiozos de melhor// Conducta, Moral, e Poli// tica, que encontrei em// todos os Conventos da// mesma Comissão.
	Fr. Francisco das Dores cego	Freguesia de// Infesta// Concelho de// Cour a	Não praticou algum dos// factos, que o Decreto de// 28 de Maio de 1834 ex// cepiua como consta do// Sumario.
	Fr. Agostinho da Gua// dalupe	Freguesia de// Villa de// Melgaço	O mesmo
	Fr. Francisco de São Boa// ventura	Freguesia de// São Salva// dor de// Tangil// termo de Va// ladares	O mesmo

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Antonio de São Feliz	Freguesia de// São Mar-// tinho termo// de Vala-// dares	Pregou contra a cauza da// Nação, e da Rainha diz// huma testemunha.
	Fr. Joze de Nossa Senhora dos// Prazeres, Chorista	Freguesia de// Rubiaens// termo de Cou-// ra	Não praticou algum dos fa-// ctos exceptuados no Decreto// supra.
	Fr. Joze de Santa Del-// fina, Chorista	Villa de// Monção	O mesmo
	Fr. Francisco do Coração de// Maria, empregado, e// empedido d'escrever// em razão d'hum reu-// matismo agudo, Leigo	Freguesia de// São Mar-// tinho de// Arboredo// termo de Va-// ladares	O mesmo

Numero	Nomes	Residencias	Observações Politicas
	Fr. Francisco de Santa Maria// das Dores, Leigo	Freguesia de// Santa Eula-//lia de// Cerdal// termo de Va-// lença	O mesmo
			<p>Segundo me informarão// Pessoas de reconhecida in-// teireza, e Juiz de Fóra da// Villa de Melgaço, em que se// acha colocado este exiincto// Convento, de todos os Reli-// giosos do mesmo Fr. Manoel// da Conceição ex Guardião// teve durante a Uzurpa-// ção a melhor conducta// Politica, e hé hum Re-ligiozo da melhor Mo-// ral, e Costumes.//</p> <p>Fr. Antonio de São// Feliz foi durante aquella// Epoca estorrado Realista.//</p> <p>Todos os mais forão hum// pouco moderados Realistas.</p>

O Dezembargador Vigário Geral// da Commarca e Cidade de// Braga em Comissão.

Antonio Joze Ferreira d'Araujo

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO DE COIMBRA NO SÉCULO XIX

Alguns exemplos de «crimes contra a religião» (e outros delitos) no período de 1850-1870

1. INTRODUÇÃO

No panorama historiográfico contemporâneo, pode assinalar-se, entre outros traços marcantes, a progressiva abertura (ou o aprofundamento) de novos territórios de pesquisa e reflexão, particularmente no lato domínio da história social. Por confluência de correntes diversas, irradiando, em parte, da crescente cientificação (técnico filosófica) e, em simultâneo, da inevitável relativização do saber moderno.

Área recente (embora com antecedentes relativamente longínquos), mas já com grande número de obreiros ou especialistas e com significativos resultados, vem sendo a do estudo da delinquência em diversas facetas 0), ante a neces-

(*) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(!) Cf., a título de exemplo, A. Abbiateci, F. Billacois, Y. Castan, P. Petrovitch, Y. Rongert, N. Castan, *Crimes et criminalité en France 17^e-18^e siècles*, Paris, Armand Colin, 1971, «Cahiers des Annales», 33; *Marginalité, déviance, pauvreté en France XIV^e-XIX^e siècles*, Caen, 1981. «Cahier des Annales de Normandie n.º 13»; Arlette Farge, *Délinquance et criminalité: le vol d'aliments à Paris au XVIII^e siècle*, Librairie Plon, 1974; Nicole Castan, *Justice et répression en Languedoc à l'époque des Lumières*, Paris, Flammarion, 1980; Pierre Deyon, *Le temps des prisons. Essai sur l'histoire de la délinquance et les origines du système pénitentiaire*, Université de Lille III, Editions Universitaires, 1975; Jean-Claude Chesnais, *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*, Paris, Editions Robert Laffont, 1981; Mike Fitzgerald et al. (compiled by), *Crime and society. Readings in history and theory*, London, Routledge & Kegan Paul / The Open University Press, 1981; David Jones, *Crime, protest, community and police in nineteenth-century Britain*, London, Routledge & Kegan Paul,

O Sagrado e o Profano

sidade de, também por aí, se avançar no conhecimento de diferentes níveis e questões da totalidade social. Sem dúvida que a criminalidade (e felizmente) não envolve e não afecta senão minorias. Mas oriundas de estratos diversos e nenhuma franja (ou *anormalidade*) social pode excluir-se da história e visionar-se em «circuito fechado». Nem os «desvios» individuais e sociais apresentam uma expressão meramente anedótica e factual. A transgressão que implicam é referenciável a sistemas jurídicos e a códigos de valores largamente representativos e colectivos. Os condicionalismos e as motivações que a accionam podem resultar de pressões sociológicas (e não meramente de inclinações autónomas, ainda assim iniludíveis) e exprimir tensões e conflitos sociais. A subversão que manifestam (ou encobrem) pode atingir e comprometer grupos e comunidades. A repressão e/ou a tolerância diferenciais que suscitam testemunham, a seu modo, sobre distintas ou confluentes esferas socio-políticas e culturais.

Em suma, por tudo isto (e muito mais) a história social, sobretudo no tocante a um dos seus objectivos fulcrais — a descoberta e apreensão, embora só parcialmente possíveis, das relações sociais, dos comportamentos e mentalidades — não pode prescindir de múltiplas incursões nos terrenos da criminalidade. Por mais difícil que isso seja, tendo em conta as

1982; Enrique Martinez Ruiz, *La delincuencia contemporanea. Introducción a la delincuencia isabelina*, Granada, Universidad de Granada, 1982; André Zysberg, «La société des galériens au milieu du XVIII^e siècle», *Annales E.S.C.*, Janvier-Février, 1975, pp. 43-65; Michelle Perrot, «Délinquance et système pénitentiaire en France au XIX^e siècle», *ibidem*, pp. 67-91; Nicole Castan, «La justice expéditive», *ibidem*, Mars-Avril, 1976, pp. 331-361; Jean-Claude Farcy, «Les archives judiciaires et l'histoire rurale: l'exemple de la Beauce au dix-neuvième siècle», *Revue Historique*, 524, Octobre-Décembre, 1977, pp. 313-352; Alain Vlamynck, «La délinquance au féminin: crimes et répression dans le Nord (1880-1913)», *Revue du Nord*, t. LXIII, n.º 250, Juillet-Septembre, 1981, pp. 675-702; Jean Chr. Johansen et Henrik Stevnsborg, «Hasard ou myopie. Réflexions autour de deux théories de l'histoire du droit», *Annales E.S.C.*, Mai-Juin, 1986, pp. 601-624; Ligia Cruz, «Documentos para o estudo da criminalidade na Beira em meados do séc. XIX» (I. 1841-1855, II. 1856-1858, III. 1859-1871), *Boletim do Arquivo da Universidade*, vols. V e VI, Coimbra, 1983 e 1984, pp. 109-265 e 1-267, e *Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1985; Irene Maria Vaquinhas, «Mulheres que se injuriam, mulheres que se batem: alguns valores femininos vistos através de uma análise da delinquência em Coimbra, 1850-1915», *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa*, 2.º volume, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, pp. 307-323. Acrescenta-se que também diversas obras de história social, nomeadamente sobre camadas populares, incluem geralmente aspectos da criminalidade.

Criminalidade na Região de Coimbra

lacunas ou (ao invés) a vastidão da documentação, os problemas metodológicos, a forte carga de subjectividade que semelhança problemática arrasta, etc.

Na sequência de anteriores trabalhos sobre a matéria ⁽²⁾, ocupamo-nos aqui essencialmente da criminalidade ocorrente no âmbito da religião, no quadro regional de Coimbra, durante o curto período de 1850-1870.

Conscientes embora dos riscos e inconvenientes científicos de abordagens tão restritivas (em termos de categorias que frequentemente se interligam ou que, mesmo quando dissociáveis, não menos reclamam visões de conjunto), entendemos dever limitarmo-nos, por necessidade e em função de objectivos programáticos, a esta perspectiva sectorial.

Com ela visamos genericamente coligir novos dados elucidativos da temática da delinquência e, de modo particular, apontar e sublinhar alguns elementos reveladores (até certo ponto) de matizes no universo religioso e moral e — por via disso — de possíveis aproximações e distâncias entre o «sacro e o profano». Finalidade, contudo, de pequeno alcance (e limitado êxito) que só com uma diferente concepção do trabalho e com o recurso a análises sobre variados temas (religião, sentido do religioso, sentido do profano, etc.) se poderia corrigir.

Aparentemente, o período escolhido não será dos mais indicados para o tratamento de questões de tal índole, por motivo do clima de determinada estabilidade político-institucional e de relativa conciliação social que então, geralmente, reinaria. Mas, justamente por isso, melhor se poderão elas avaliar (em seus percursos e incidências), a coberto das pressões, dos mecanismos de deformação e da complexidade, atribuíveis a fases de instabilidade ou de alterações revolucionárias. Embora se reconheça o grande interesse que haveria em considerar igualmente tais conjunturas, viabilizando oportunos (e indispensáveis) cotejos históricos.

(2) Cf. João Lourenço Roque, «Alguns aspectos da criminalidade no distrito de Coimbra nos anos de 1841 a 1844», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, III, Coimbra, 1978, pp. 119-160; *Idem*, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*, 1 vol., 2 ts., Coimbra, 1982 (Diss. de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada), em que se abordou a criminalidade representada pelos furtos e roubos (t. II, p. 837 e ss.); *Idem*, «Subsídios para o escudo da 'revolta' em Portugal no século XIX — alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)», *Revista de História das Ideias*, 7, Coimbra, 1985, pp. 243-280.

2. A RELIGIÃO CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA:
RELIGIÃO OFICIAL

Com o advento e o triunfo do regime liberal, a Igreja, aliás parcialmente afectada já sob o *Iluminismo*, sofreu (como é sobejamente conhecido) diversos abalos e viu-se confrontada com novos problemas e desafios ⁽³⁾.

Recordem-se, a título meramente exemplificativo, os seguintes tópicos: redução de privilégios e imunidades eclesiásticas; supressão das ordens religiosas (em 1834) e alienação dos seus bens; extinção da Faculdade de Cânones (em 1836); difusão de novas correntes de pensamento, algumas das quais de cariz marcadamente *racionalista* e *laico*; divisões internas do próprio clero, face aos conflitos — de natureza política, social e religiosa — entre liberais e tradicionalistas; divergências entre poderes civis e eclesiásticos; etc.

Apesar dos novos condicionalismos que afectaram o quadro religioso, o Estado liberal (talvez, ao menos em parte, por necessidade de transigir com a enraizada fé católica da população) salvaguardou o lugar privilegiado da religião católica, beneficiando esta de um estatuto oficial nos diferentes textos constitucionais.

A *Constituição* de 1822 (em vigor de Setembro de 1822 a Junho de 1823 e de 1836 a 1838), considerava-a «religião da Nação Portuguesa», permitindo-se, embora, «aos estrangeiros o exercício particular de seus respectivos cultos» (art. 25.º). E entre os «principais deveres» dos portugueses, declarava-se a veneração da religião (art. 19.º).

A *Carta Constitucional* (vigente de 1826 a 1828, de 1834 a 1836 e de 1842 a 1910), que sobretudo interessa, mantinha-a como «religião do reino», com permissão, também, das demais religiões «aos estrangeiros, com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas sem forma alguma exterior de templo» (art. 6.º). Preceituava-se, por outro

⁽³⁾ Cf., por exemplo, Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. III, Porto-Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1970; Manuel Augusto Rodrigues, «Religião católica em Portugal», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III; *Idem*, «Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu», *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980 —1.º-2.º, pp. 407-428. Vide, também, L.-J. Rogier, R. Aubert, M.D. Knowles (direction de), *Nouvelle histoire de VÉglise*, tomo 4: *Siècle des Lumières, Révolutions, Restaurations (1715-1848)*, e tomo 5: *L'Eglise dans le monde moderne (1848 à nos jours)*, Paris, Éditions du Seuil, 1975; Paul Gerbod, *L'Europe culturelle et religieuse de 1815 à nos jours*, Paris, P. U. F., 1977, col. «Nouvelle Clío».

lado, que ninguém podia «ser perseguido por motivos de religião», desde que respeitasse «a do Estado» e não ofendesse «a moral pública» (art. 145.º § 4.º).

A *Constituição* de 1838 (em vigor somente até 1842) reconhecia-a como «religião do Estado» (art. 3.º), mas excluindo-se, igualmente, a perseguição «por motivos de religião», com salvaguarda do respeito à «do Estado» (art. 11.º).

Todas as *Constituições* referidas obrigavam o próprio Rei, antes da sua aclamação, a uma fórmula de juramento, a principiar pela manutenção da «religião católica apostólica romana» (cf., respectivamente, art.ºs 126.º, 76.º e 87.º).

A algumas instituições e autoridades administrativas (regionais e locais) atribuía a legislação tarefas de vigilância sobre o poder eclesiástico mas também de protecção e policiamento do culto. Assim, segundo o *Código Administrativo* de 1836 constava das atribuições das *Juntas de Paróquia*, por exemplo, «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos parochianos, e nas despesas do culto divino a que elles são obrigados» (art. 97.º § 3.º). Aos *Administradores Gerais* (à frente dos distritos) incumbia «vigiar no procedimento e no exercício da authoridade do clero, cuidando sobre tudo que este não usurpe o poder civil, nem exija maiores emolumentos dos que os que lhe forem taxados, e informando o governo de qualquer abuso, excesso ou usurpação»; e «proteger os cultos tolerados» (art. 110.º § 3.º e 4.º). Ao *Administrador do Concelho* competia «intender na polícia, e manter a boa ordem no exercício dos cultos,....» (art. 124.º § 17.º). Ao *Regedor de Paróquia* cabia «vigiar a polícia dos ajuntamentos nos templos, fazendo que em taes concursos se mantenha a ordem, decoro e respeito devido aos actos publicos religiosos;» (art. 155.º § 3.º).

Pelo *Código Administrativo* de 1842, competia ao *Governador Civil* «vigiar no exercício da authoridade ecclesiastica, dando conta dos abusos que notar» (art. 224.º, XIV). E ao *Administrador de Concelho* pertencia «mantêr a boa ordem nos templos e em todas as solemnidades religiosas» (art. 249.º, X).

Em toda a vigência do liberalismo monárquico, o Estado português (diferentemente de alguns países) conservou, portanto, uma linha confessional e um compromisso com a religião católica (a que a República poria termo, com a *lei de separação* de 1911). Não admira, por isso, que — apesar de determinados problemas de relacionamento e de alguns conflitos, entre a Igreja e os poderes civis — a vida pública (ainda que organizada em estruturas essencialmente civis) conti-

O Sagrado e o Profano

nuasse muito marcada pela religião (solenizando-se, inclusive, com ela diversos actos oficiais). De resto, não faltariam dirigentes a advogar a importância dos valores religiosos no sentido da ordem social e da moralização dos costumes.

Sem dúvida que para a grande maioria da população portuguesa (pelo menos no norte e centro do país) — a quem o clero (que, para além de suas funções religiosas, assumiria missões de alcance social) continuava a enquadrar e a servir de guia (ressalvando estreitas margens de contestação e autonomias) —, os sentimentos religiosos católicos moldariam o essencial da sua existência. Ainda que, a par deles, subsistissem variadas «superstições», crenças e práticas religiosas populares (4).

Acidentalmente, contudo, não deixariam de aflorar manifestações e atentados contra a religião e a moral públicas.

3. OS CRIMES CONTRA A RELIGIÃO: SUA DEFINIÇÃO JURÍDICA

No antigo regime, a Igreja detinha significativos poderes e mecanismos de fiscalização e de controlo dos comportamentos da população a nível religioso e moral e competia-lhe, por via autónoma e/ou em ligação com o poder secular, a repressão dos respectivos delitos (abarcando estes um variado leque de situações).

Por isso mesmo, tornar-se-ia indispensável para o estudo desta matéria naquele período recorrer não apenas às *Ordenações do Reino* mas igualmente às *Constituições* dos bispos e à actividade visitacional por elas regulada (5).

(4) Sobre o controverso e complexo assunto da «religião popular», cf., por exemplo, Bernard Plongeron (direction de), *La religion populaire dans l'Occident chrétien. Approches historiques*, Paris, Ed. Beauchesne, 1976; *Idem* et Robert Pannet (direction de), *Le christianisme populaire. Les dossiers de l'histoire*, Ed. du Centurion, 1976; *La religion populaire*, Actes du colloque international à Paris 17-19 octobre 1977, Paris, Ed. du CNRS, 1979; Moisés Espírito Santo, *A religião popular portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, s.d.

(5) Para a diocese de Coimbra, vide *Constituições synodales do bispado de Coimbra*, de Afonso de Castelo Branco, 1591, ed. de 1731. Segundo Avelino de Jesus da Costa, «Durante o séc. XIX, não se promulgaram nenhuma constituições diocesanas, o que reflecte a acentuada decadência e desorientação da vida religiosa, ocasionadas pelo liberalismo e pelo laicismo» (in Conferência sobre «A Santíssima Eucaristia nas constituições diocesanas portuguesas», proferida no encerramento do *Segundo Congresso Eucarístico Nacional*, Braga, Junho de 1974, ainda não publicada e que o Autor gentilmente nos cedeu). Ao Senhor Prof. Doutor Reverendo Avelino de Jesus da Costa

Posteriormente, a jurisdição eclesiástica foi atingida pela legislação liberal ⁽⁶⁾. A *Carta Constitucional* aboliu todos os privilégios de foro privado (art. 145.º, § 16.º). Com a reorganização dos serviços de administração da justiça (pelo decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832), aboliram-se os casos de foro misto (*misti fori*), limitando-se a competência do foro eclesiástico às «causas puramente espirituais». E, pelo decreto de 29 de Julho de 1833, «deixaram as penas canónicas de produzir qualquer inabilidade no cidadão».

Naturalmente que as leis penais do país fixaram sanções para os crimes praticados contra a religião do reino. No *Código Penal*, de 10 de Dezembro de 1852 ⁽⁷⁾, incriminam-se diversos factos, designando-se as penas correspondentes aos incursos nos seguintes delitos (que resumimos em alíneas):

a) Desrespeito da «religião do reino» — na sua injúria pública «em qualquer dogma, acto, ou objecto de seu culto, por factos ou palavras, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação»; na tentativa de propagação de «doutrinas contrarias aos dogmas catholicos» ou de «fazer proselytos, ou conversões para religião differente, ou seita reprovada pela Igreja»; na celebração de «actos publicos

agradecemos ainda a valiosa ajuda que nos prestou no esclarecimento de muitas dúvidas.

Sobre o processo e a importância das visitas pastorais, cf. Joaquim Manuel Costa Ramos de Carvalho, *As visitas pastorais e a sociedade do antigo regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*, Coimbra, 1985; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A arquidiocese de Braga no século XVI. Visitas pastorais e livros de visitas* (diss. de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras do Porto), Porto, 1972; *Idem*, «A sociedade do antigo regime nas visitas e inquéritos paroquiais do distrito de Braga», *Theologica*, XIII (1978); *Idem*, *Livros de visitas referentes à região de Montelongo e Guimarães, no Arquivo Distrital de Braga (1548-1831)*, Guimarães, 1981 (sep. do vol. III das Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada); *Idem*, *Visitações e inquéritos paroquiais da comarca da Torre de Moncorvo de 1775 a 1845*, Braga, 1981; *Idem*, *Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na arquidiocese de Braga*, Braga, 1983.

⁽⁶⁾ Cf. Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, pp. 177-181, e Joaquim Manuel Costa Ramos de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 31-32.

⁽⁷⁾ Cf. Livro segundo. *Dos crimes em especial*. Título I. «os crimes contra a Religião do Reino, e dos commettidos por abuso de funções religiosas». Capítulo I. *Dos crimes contra a Religião do Reino* (artigos 130 e ss.), O *Código* seguinte data de 16 de Setembro de 1886.

Sobre o processo criminal quanto às ofensas à religião, cf. portaria de 21/3/1853.

O Sagrado e o Profano

de um culto, que não seja o da mesma religião catholica» (cf. art. 130.º).

b) Perturbação ou tentativa de impedimento, mediante «actos de violencia», do «exercício do culto público da religião do reino» (cf. art. 131.º).

c) «Injúria e offensa» a um seu «ministro», «no exercício, ou por ocasião do exercício de suas funções» — falta equivalente, para efeitos penais, a crime cometido contra a autoridade pública (cf. art. 132.º).

d) Constringimento ou embaraço de outrem, mediante «actos de violencia ou ameaças», «no exercício do culto da religião do reino» (cf. art. 133.º).

e) Exercício dos actos religiosos exclusivos dos respectivos «ministros», fingindo-se como tal (cf. art. 134.º).

f) Apostasia ou renúncia pública à «religião do reino» por parte de qualquer português, dela professo (cf. art. 135.º).

Em suma, penalizavam-se quaisquer manifestações ou atentados exteriores contra os princípios e o culto católicos (seus servidores e fiéis) e sua exclusividade oficial. Por outras palavras, o seu desrespeito público e ostensivo.

As penas estabelecidas iam, nomeadamente, desde a mera advertência ou multa, à prisão maior ou degredo e mesmo expulsão do reino.

Até que ponto as sanções previstas seriam aplicadas? Segundo Fortunato de Almeida, provavelmente com algum exagero, elas só o foram «raríssimas vezes». Em geral, «nem os agentes do ministério público se julgavam obrigados a promover contra os delinquentes, nem havia quem os compellesse ao cumprimento de tal dever»⁽⁸⁾.

Questão que não podemos esclarecer e que sugere (ou deriva de) uma outra — qual a frequência desses crimes?

4. DIMINUTA EXPRESSÃO ESTATÍSTICA DOS CRIMES CONTRA A RELIGIÃO?

No intuito de avaliarmos a representatividade quantitativa de tais delitos, reunimos aqui alguns dados globais e sectoriais sobre estatística criminal.

⁽⁸⁾ Fortunato de Almeida, ob. *cit.*, p. 339.

Criminalidade na Região de Coimbra

A principiari por alguns elementos disponíveis para o período imediatamente anterior e que constam do quadro seguinte, relativo aos anos de 1838 a 1845 ⁽⁹⁾.

QUADRO I

Classificação dos crimes ⁽¹⁰⁾	Anos				
	1838	1839	1843	1844	1845
Armas defesas	122	112	33	39	27
Arrombamentos	99	119	52	58	47
Deserção	748	598	236	284	206
Fuga de presos	19	92	62	54	53
Assuada	45	66	20	20	25
Moeda falsa	4	4	2	5	2
Abuso de liberdade de imprensa	26	10	-	-	-
Falsificações	56	29	4	6	2
Assassinatos	2 065	1 021	275	265	250
Infanticídios	23	36	34	14	23
Suicídios	16	39	52	38	37
Propinação de veneno	19	11	11	11	11
Latrocínios	8	20	3	2	5
Roubos	4 447	2 059	525 C ¹⁾	451	388
Furtos	2 528	393	267	168	175
Rixas, desordens e ferimentos	3 958	3 615	2 568	2 354	1 889
Descaminhos	100	109	28	16	10
Transgressões de polícia, faltas de passaporte e outras	1 836	1 189	783	413	300
Danos	34	18	40	29	28
Incêndios	25	47	71	29	28
Crimes contra a pudicícia	49	50	33	28	31
Perjúrio	56	34	4	-	-
Crimes religiosos	43	57	26	20	18
Resistência às autoridades públicas	321	268	271	116	62
Crimes políticos	-	-	5	18	10
Crimes não classificados	-	-	67	350	262

⁽⁹⁾ No mapa da «Estatística criminal do reino e províncias insulares, no anno de 1837» (dados incompletos), *Diário do Governo*, n.º 17, de 19/1/1838, p. 67, não figuram «crimes religiosos». As fontes utilizadas são: «Mappa demonstrativo da estatística criminal do continente do reino, e províncias insulares no anno de 1839» (por distritos), incluindo uma «Synopse comparativa com o anno antecedente» (sem distribuição por distritos), *ibidem*, de 20/2/1840, p. 237; «Estatística criminal do continente do reino e províncias insulares no primeiro semestre de 1843», *ibidem*, n.º 210, de 7/9/1843, p. 1379, e «Estatística criminal do continente do reino e ilhas adjacentes no segundo semestre de 1843», *ibidem*, n.º 102, de 1/5/1844, p. 571, (ou Sinopse na fonte seguinte); «Estatística criminal do reino e das ilhas adjacentes em

A partir da análise sumária desta série estatística (incompleta), dever-se-ão sublinhar algumas ilações principais: o predomínio (no país) dos *crimes contra as pessoas* sobre os *crimes contra a propriedade* ⁽¹²⁾; a diminuição, no curto prazo, da criminalidade (tendência que, a não existirem diferenças de critérios ou outras falhas, poderá relacionar-se, em parte, com o «clima de ordem» progressivamente instaurado e, em especial, com Costa Cabral); o pequeno número dos «crimes religiosos», embora superior ao de várias outras categorias.

Em termos relativos, eles são quase insignificantes, conforme melhor ressalta do seguinte quadro.

QUADRO II

Anos	Totais	Crimes religiosos	
		N.º	%
1838	16 647	43	0,2
1839	9 996	57	0,5
1843	5 472	26	0,4
1844	4 788	20	0,4
1845	3 889	18	0,4

Quanto à respectiva distribuição geográfica, atente-se no quadro imediato.

todo o anno de 1844», incluindo uma «Synopse comparativa com todo o anno de 1843», *ibidem*, n.º 88, de 16/4/1845, p. 409; «Estatística criminal do reino e das ilhas adjacentes em todo o anno de 1845», incluindo uma «Synopse comparativa com todo o anno de 1844», *ibidem*, n.º 88, de 16/4/1846, p. 421.

⁽¹⁰⁾ Nos anos de 1838 e 1839, a categoria de *Rixas, desordens e ferimentos* designa-se apenas por *Rixas*, e a de *Transgressões de policia, faltas de passaporte e outras* classifica-se somente de *Transgressões de policia*. Mas, em ambos os casos, o conteúdo deverá ser englobante. Naqueles dois anos não figuram os grupos de *Crimes políticos* e de *Crimes não classificados*.

⁽¹¹⁾ Na Sinopse lê-se 1025, mas o número correcto será 525 (320 no 1.º semestre + 205 no 2.º semestre).

⁽¹²⁾ Predomínio igualmente manifesto nos seguintes números, relativos também a todo o reino: em 1848 — 2395 e 817 crimes (respectivamente, *contra as pessoas* e *contra as propriedades*); em 1849 — 2056 e 806; em 1850 — 1906 e 727; em 1851 — 2515 e 796. Notícia «Segurança pessoal e de propriedade», *O Observador*, n.º 539, de 7/9/1852, p. 3, col. 3.

Criminalidade na Região de Coimbra

QUADRO III

Distritos	Anos				Total
	1839	1843	1844	1845	
Aveiro			2		2
Beja	1	1	1	—	3
Braga	1	-	5	4	10
Bragança	36	—	-	-	36
Castelo Branco	—	1	—	-	1
Coimbra	—	—	-	3	3
Évora	9	7	1	3	20
Faro	1	1	—	1	3
Funchal	1	7	5	6	19
Guarda	1	-	-	-	1
Leiria	-	4	1	-	5
Lisboa	2	1	—	1	4
Porto	—	1	4	-	5
Santarém	—	2	-	—	2
Vila Real	5	1	1	—	7

Em alguns distritos — em número de seis — não se registou nenhum caso (daí a sua ausência deste quadro) e noutros só episodicamente aconteceram delitos desta natureza. Em qualquer dos anos referidos, na maioria dos distritos não ocorreu nenhum «crime religioso». Surpreendente se nos afigura o elevado número de casos atribuído ao distrito de Bragança e num só ano. Tratar-se-á de um *lapsus* da fonte? Não sendo assim que conjuntura determinou tal excepção? Resultará ela, ao menos em parte, da vincada ruralidade (física e mental) da região? Ante a ideia de que se não desenham significativas manchas regionais, assinale-se, ainda assim, o destaque dos distritos de Évora e do Funchal (quanto ao número e frequência, simultaneamente).

No distrito de Coimbra, à semelhança de outras áreas, só num dos anos apontados — 1845 — se registaram atentados à religião ⁽¹³⁾.

Panorama idêntico — com um número bastante restrito e descontínuo de casos — se verificaria nas décadas imediatas.

No conjunto do período de 1855 a 1871, a estatística criminal no distrito de Coimbra traduziu-se nos seguintes valores.

⁽¹³⁾ No mesmo distrito, houve, em 1842, um outro «crime religioso» («sacrilégio com assuada»), Cf. João Lourenço Roque, «Alguns aspectos da criminalidade....», *cit.*, p. 140.

O Sagrado e o Profano

QUADRO IV («)

Classificação dos crimes		N.º	%
Abuso de liberdade de imprensa		1	0,02
Crimes militares	Deserções	13	0,3
Crimes religiosos		8?	0,1
Crimes contra a ordem e a tranquilidade pública	Assuada	8	0,1
	Resistência às autoridades	103	2,4
	Fuga de presos	41	0,9
	Crimes políticos	2	0,04
	Moeda falsa	7	0,1
	Falsificações	217/20?	0,4
	Perjúrios	7	0,1
	Armas defesas	53	1,2
	Descaminhos	3	0,07
Subtotal		2457/244?	5,7
Crimes contra as pessoas	Assassinatos	118 ou 109?	2,7 ou 2,5
	Propinação de veneno	28	0,6
	Infanticídios	59 ou 58?	1,3
	Suicídios	38	0,8
	Rixas, desordens e ferimentos	1884	44,3 ou 44,5
	Crimes contra a pudicícia	71	1,6
Subtotal		2198 ou 2188?	[51,5 a 51,9]
Crimes contra a propriedade	Furtos	750	17,6
	Roubos	271	6,3 ou 6,4
	Latrocínios	1	0,02
	Incêndios	90	2,1
	Danos	54	1,2
Subtotal		1166	27,4 ou 27,5
Arrombamentos		41	0,9
Transgressões de polícia		56	1,3
Crimes não classificados		516	12,1
Total		42447/4233?	100

(14) Resumo do quadro XL (dados anuais) incluído em *Classes populares no distrito de Coimbra...., cit.*, t. II. Sobre a repartição dos crimes por concelhos, cf. o quadro XLI, *ibidem*. As dúvidas referenciadas no quadro resultam de algumas discordâncias menores entre as respectivas fontes.

Criminalidade na Região de Coimbra

Cingindo-nos a uma breve análise dos elementos apresentados, serão de reter algumas «imagens» particularmente expressivas.

O grupo dos *crimes contra as pessoas* acusa uma notória e destacada incidência — em consonância com os valores globais para o país, e em desacordo com os índices de outras regiões da Europa —, sobressaindo deste conjunto e do quadro geral a categoria representada pelas «rixas, desordens e ferimentos» (15). A primazia da *violência*, sobretudo da *pequena violência*, inscreve-se, provavelmente, nos condicionais e nas características de espaços regionais ainda largamente marcados por estruturas de tipo pré-industrial (ou de antigo regime).

Posição também de destaque — embora secundária, ao invés do verificado noutras áreas — é a dos *crimes contra a propriedade*, avultando os «furtos».

Sectorialmente, acentua-se a relativa irrelevância numérica de diversos crimes, entre os quais os praticados contra a religião. Dos oito casos inscritos no quadro, dois há — atribuídos ao ano de 1856 — que suscitam alguma dúvida (16). Os restantes repartem-se pelos seguintes anos: 1860-1, 1861 -

(13) Também em Alfredo Luiz Lopes, *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos annos de 1891 a 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897 (obra baseada em estatísticas de «réus condenados»), pp. 180-183, se confirma, ainda, o predomínio dos *crimes contra as pessoas*.

Em contraste, noutros espaços dominava a criminalidade referente aos furtos e roubos. Cf., por exemplo, Porphyre Petrovitch, «Recherches sur la criminalité à Paris dans la seconde moitié du XVIII^e siècle», in *Crimes et criminalité...., cit.*, p. 208 (assinalando que «Sans atteindre le quasi-monopole actuel de vol se taille pourtar^A au XVIII^e siècle la part du lion avec près de 87% du total des crimes poursuivis. La place massive des crimes contre les choses classe décidément le Paris des années 1750-1790 dans un type de criminalité propre aux grandes métropoles modernes. Ce Paris que montrent les procès du Châtelet, est plus parent du nôtre que des bailliages normands, ses contemporains, ou des présidiaux aquitains du siècle précédent, où le vol représentait tout au plus le tiers de la criminalité»); Arlette Farge, *ob. cit.*, p. 114; Jean-Louis Menard, «Délinquance et délinquants dans l'arrondissement de Cherbourg 1843-1860», in *Marginalité...., cit.*, p. 171 e ss.; V.A.C. Gatrell and T.B. Hadden, «Criminal statistic and their interpretation», in *Nineteenth-century society. Essays in the use of quantitative methods for the study of social data* (edited by E. A. Wrigley), Cambridge University Press, 1972, p. 336 e ss.

(16) Numa das fontes — a estatística criminal respeitante ao ano de 1856 — não figura nenhum caso; mas na outra — na Sinopse comparativa dos anos de 1857/1856 — assinalam-se dois casos.

O Sagrado e o Profano

-1, 1866- 1, 1867-2 e 1869- 1. Ou seja, na maior parte do período considerado não se assinalou qualquer caso. Por outro lado, convém frisar que na maioria dos concelhos se não registou nenhuma transgressão em tal domínio.

Será legítimo, portanto, insistir-se na diminuta representatividade estatística dos «crimes contra a religião» ⁽¹⁷⁾. Mas com desconto das possíveis omissões (e outras deficiências) das estatísticas (de natureza administrativa) de que nos servimos.

Uma vez delineado — embora a partir de séries limitadas — o panorama geral e sectorial da criminalidade, é altura de nos abeirarmos dos factos registados no âmbito específico deste estudo.

5 RESUMO (E TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO) DAS OCORRÊNCIAS

5.1. *Fontes e orientação*

A documentação de que nos servimos para o efeito é, fundamentalmente, de origem administrativa, sendo constituída pelo registo das *participações semanais* (relações de delitos) do Governo Civil (informado a partir dos Administradores de concelho) para o Ministério do Reino ⁽¹⁸⁾. Ocasionalmente,

⁽¹⁷⁾ Situação idêntica continuaria a verificar-se perto dos finais do século XIX. Cf. Alfredo Luiz Lopes, *ob. cit.*, p. 181. Nomros espaços, tais crimes seriam também pouco relevantes. Cf. Jean-Louis Menard, «art. cit.», in *Marginalité...., cit.*, p. 184, (salientando o pequeno número dos «delitos políticos», entre os quais «Quelques condamnations sanctionnent des perturbations du culte catholique, des insultes à des pretres ou des mutilations de stacues de la Vierge»), e Enrique Martinez Ruiz, *ob. cit.*, Apêndice VI—«Clases de delitos cometidos en los años 1859, 1860, 1861 y 1862» (contando-se nessas datas, respectivamente — 69, 37, 36 e 32 delitos «contra la religión»).

Noutra perspectiva, seria interessante abordar-se a provável influência da religião na limitação da criminalidade. Assunto, contudo, algo polémico e deslocado neste trabalho. Sobre o papel inibidor da delinquência atribuído à religião (sobretudo ao catolicismo), em oposição aos «positivistas» que a incluíam mesmo no quadro dos «factores sociais do delito», cf. Luiz de Lemos Mendes d'Oliveira, *Da religião e do crime (Estudos de sociologia criminal)*, Coimbra, Tipografia da «Atlântida», 1929.

⁽¹⁸⁾ **Integradas nos seguintes núcleos do Arquivo da Universidade de Coimbra: Copiador dos Ministerios 1848-1850; Correspondencia com os Ministerios 1.ª Repartição; Ministerios, 1; Ministerios, 2, 1852 a 1854; Registo Correspondencia expedida de 1854; 3.ª Repartição, Ministerios, L.º 1.º, 1854 a 1857; 1.ª Rep.ão, Ministerios, L.º 2.º [1857-1858]; Registo da Conrrespondenda com o M. do Reino, 1 [1859-**

Criminalidade na Região de Coimbra

valemo-nos também de *notícias* da imprensa da cidade de Coimbra (19).

A série, além de incompleta (20), apresenta outras limitações e suscita incontestáveis problemas. O relato dos factos criminosos é, por vezes, demasiado sucinto. A classificação de determinados delitos afigura-se-nos discutível ou incorrecta. Importante seria, por estas e outras razões, o recurso a possíveis fontes eclesiásticas e, sobretudo, aos processos judiciais (o que, de momento, não nos foi possível). Ainda assim, as desvantagens de uma fonte *primária* e algo *parcial* (mas também, provavelmente, mais englobante) não invalidam (ou diminuem) os indispensáveis contributos que ela faculta.

Em princípio, deveríamos cingir-nos aos atentados contra a religião. Mas, em face do seu pequeno número e da relativa afinidade atribuível a outros delitos (embora formalmente de outra natureza), entendemos ser pertinente (e necessário) alongar o âmbito das ocorrências a relacionar. Incluímos assim, igualmente, actos ofensivos da moral pública (quando praticados em locais sagrados e, por via disso, ofensivos também da própria religião); crimes vários cometidos contra eclesiásticos (sem dúvida genericamente *crimes contra pessoas*, mas a que acresce a individualidade e a distinção inerentes ao estatuto e ao ministério sacerdotais) ou de contestação de direitos seus; e, enfim, crimes diversos ocorridos em templos e/ou por ocasião de cerimónias religiosas. Afinal, todos estes casos — e ainda outros mais, nomeadamente furtos ou roubos (de imagens e alfaias religiosas) em capelas e igrejas (21) —, apesar de inscritos em áreas jurídicas e penais

-1860]; *Registo da Conrrespondenda com o M. do Reino*, 2 [1860-1861]; *Registo da Correspondencia com o M. do Reino*, 3 [1862-1863]; *Registo da Conr respondenda com o M. do Reino*, N. 4 [1863-1864]; *Registo de Conr respondenda com o M. do Reino*, N. 5 [1864-1866]; *Registo de Correspondencia com o M. do Reino*, 6 [1867]; *Registo da Correspondencia para os Ministerios, Segunda Repartição - 1869* [a 1872].

¹⁹⁾ *O Observador / O Conimbricense*.

²⁰⁾ Em 1866, a última participação semanal é a do officio, n.º 191, de 11/5/1866 (último do livro). E a falta abrange totalmente os anos de 1867 e 1868.

²¹⁾ Já referenciados em *Classes populares no distrito de Coimbra...*, t. II, p. 837 e ss., 1025 e ss.

Além disso, assinala-se o seguinte *Desacato*: Na noite de 16 de Janeiro de 1860, em Coimbra, «foi roubada a imagem de S. Sebastião, que se acha collocada em cima d'um dos arcos do aqueducto de Santa Anna ao castello da cidade, tirando-lhe a coroa e setas que o santo tinha em si, deitando abaixo o caixilho e levando a alampada». Caso de irrelição ou de simples *irreverência*? Cf. officio, n.º 39, de 31/1/1860, do Gov. Civil para o Ministério do Reino.

O Sagrado e o Profano

autónomas, sugerem ou apresentam, embora de modo variável e indirectamente, um determinado cariz acidentalmente lesivo da própria religião (se é que, por vezes, não pressupõem mesmo um determinado «relaxamento» da carga mental de índole religiosa), correspondendo, de resto, muitos deles a *sacrilégios*, na conformidade do direito canónico (22). Além de serem elucidativos de outras imbricações entre o *sagrado* e o *profano* e, mais latamente, do contexto socio-religioso.

A partir de semelhantes critérios, ordenámos o resumo das ocorrências mediante os grupos e subgrupos assinalados. O que, contudo, além de discutível, se revelou, por vezes, particularmente difícil (traduzindo-se, por consequência, em resultados algo frágeis e aleatórios), devido a questões de terminologia e de interpretação jurídica longe do nosso alcance e formação.

5.2. *Relação dos delitos*

5.2.1. *Crimes contra a religião e outros factos ofensivos da moral e da religião*

a) Concelho de Condeixa-a-Nova. Crime classificado de *Desacato e práticas irreligiosas*: Em 22 de Outubro de 1854 (domingo), na igreja de Vila Seca, «foi desacatado o respectivo parcho na occazião em que explicava o Evangelho», por três indivíduos (incluindo uma mulher), daquela freguesia, que «o injuriarão, chegando mesmo a proferirem palavras que excitarão tumulto dentro da mesma igreja». Aqueles, «inculcando-se inspirados, havião desvairado o povo d'aquella localidade com practicas irreligiozas e embustes, à simelhança do que practicou em Penella a filha de....; e desacatarão o referido parcho na igreja, por este estar [a] exhortal-os combatendo as ideias supersticiozas com que illudião o povo». Além deles, seriam presas «mais tres mulheres que com elles se havião associado, e tomarão parte nos mesmos abuzos das pregações» (23).

(22) Sobre os *sacrilégios*, cf., por exemplo, *Constituiçoens synodaes...., cit.*, título XXXV, pp. 401-403. Cf., também, *Código Criminal intentado pela Rainha D. Maria I* da autoria de Pascoal José de Mello Freire. Segunda edição, corrigida por Francisco Freire de Mello, sobrinho do autor. Lisboa, 1823.

(23) Ofício, n.º 24, de 31/10/1854, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

Sublinhe-se neste acontecimento — ligado a uma «espécie de seita» (24) — a contestação doutrinária da ortodoxia católica e do seu representante.

Sensivelmente pela mesma altura e numa região próxima (Penela), haviam ocorrido (não sabemos se com alguma ligação ou afinidade) outras «práticas» e «abusos contra a religião».

b) Concelho de Penela. Crime classificado de *Tumulto e resistência* (enquadrando-se, portanto, também no âmbito tipológico dos *crimes contra a ordem e tranquilidade pública*): Em 5 de Outubro de 1854, «constando ao regedor da freguesia do Espinhal que uma filha de... estava no lugar do Fojo pregando a muito povo, que era em numero de 400 pessoas, dirigio-se ali acompanhado do vigário e mais tres homens para os fazer dispersar e exhortabas a que não acreditassem aquella impostora»; originou-se por tal motivo «um grande tumulto», e três indivíduos «quizerão espancar o vigário e o regedor», que lhes deu «ordem de prisão, mas elles rezis tirão» (25). A referida mulher — que viria a ser presa — anunciava, nomeadamente, «que o mundo acabava dentro de dois mezes, mas que ella pedia a Deus que o governasse por mais algum tempo, que tinha em si o anjo S. Gabriel» (26).

Tratar-se-ia, provavelmente, de uma *visionária*, cujas pregações quiçá derivassem de determinadas linhas *milenaristas*. Desviando-se (ou divergindo) embora da ordem religiosa, tais sucessos indiciam, afinal, marcas profundas de religiosidade e de espiritualidade.

c) Concelho de Montemor-o-Velho. *Crime contra a religião*: Em 3 de Março de 1856, encontrando-se o prior de Tentugal no «exercício de suas funções parochiaes no confessional», uma mulher, «solteira, amazia de..., ajoelhando junto do mesmo para confessar-se, pouco depois se levantou furioza, publicando que elle a não queria absolver não por ladra mas sim por andar amancebada com um homem, quando elle parocho tinha em sua caza muitas mancebas; com taes gritos sahio da igreja e continuou pelas ruas com grande escândalo

(24) Sobre este assunto (e seus detalhes), cf. João Lourenço Roque. «Subsídios para o estudo da 'revolta' em Portugal...», pp. 276-277.

(25) ofício, n.º 15, de 16/10/1854, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(26) Cf. João Lourenço Roque, «Subsídios...», p. 277.

O Sagrado e o Profano

de muitas outras mulheres que estavam taobem para confessar-se» (27).

Verificou-se, portanto, um caso nítido de ofensa a um ministro da religião no cumprimento de suas funções, acrescentando o «escândalo» originado. Difícil se torna compreender as motivações profundas. Quiçá a mulher *reprovada* numa questão essencial, não resistisse a defender-se com idêntica afronta.

d) Concelho de Tábua. Crime classificado de *Tumulto*: Em 19 de Março de 1860, «na igreja matriz de Sinde, achando-se o parcho revestido no altar para celebrar o santo sacrificio da missa, e não achando pessoa alguma que lhe servisse d'acolyto, porque d'entre as muitas pessoas que se achavam no templo, algumas que sabiam ajudar à missa, o não quiseram faser, porque disiam que era costume servirem d'acolytos os mordomos; deo isto motivo a alguns doestos entre o povo e o parcho, tomando este a resolução de se retirar do altar para a sachristia; mas succedendo vir substituil-o o padre cappellão, que disse missa ao povo, socegou-se este inteiramente» (28).

A inclusão de tal acontecimento neste primeiro grupo suscita algumas dúvidas, por se não conhecer a natureza e o conteúdo dos «doestos» trocados entre o povo e o pároco. Na hipótese, porém, de este — que se encontrava no exercício de suas funções — ter sido, de algum modo, injuriado e ofendido, o crime registado deve também qualificar-se de *crime contra a religião*. Assinale-se, ainda, como questões aparentemente anodinas podem gerar conflitos, em virtude, provavelmente, do apego das pequenas comunidades à normalização e materialização dos actos colectivos.

e) Concelho de Arganil. Em 24 de Junho de 1852, na freguesia de Sarzedo — segundo participação do governador do Bispado ao Governo Civil —, «alguns homens e mulheres induzidos por outros de vida pouco regular, quizerão por desprezo à nossa religião imitar a procissão de S. João Bap-

(27) Officio, n.º 25, de 10/3/1856, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(28) officio, n.º 131, de 10/4/1860, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

tista», a qual costumava ali realizar-se, «praticando factos escandalozos, e offencivos à moral publica» (29).

Desta ocorrência (aliás, numa data festiva tradicionalmente propícia à *diversão* popular) — de que apenas possuímos uma referência indirecta — se «aproximam» as duas seguintes.

f) Concelho de Coimbra. *Fingimento de actos religiosos*: Na noite de 8 para 9 de Setembro de 1859, na freguesia de Almalaguês — conforme participação do pároco e do regedor —, «um grupo d'individuos formados em procissão, do cimo do logar com direcção à igreja, vestindo camisas por sobre o fato, e condusindo n'uma escada um outro individuo, do mesmo modo vestido, fingindo de morto, o acompanhavam a cantar imitando padres» (30).

g) Concelho da Figueira da Foz. Crime classificado de *Desacato*: Em 15 de Janeiro de 1861, no lugar de Santo Amaro, freguesia de Maiorca, não se realizando nesse ano «a festividade e procissão d'aquelle santo no dia respectivo, alguns individuos d'ali collocando em um andor um boneco de palha coberto d'andrajos, precorreram as ruas», mas, ao aparecer «o regedor, os que levavam o andor fugiram immediatamente deixando-o» (31).

Os acontecimentos acabados de mencionar (32) apresentam, a par de algumas diferenças, significativos traços de convergência. Na imitação exterior de manifestações religiosas

(29) In officio, n.º 38, de 2/7/1852, do Secretário Geral servindo de Governador Civil para o Administrador do concelho de Arganil, a fim de que este informe urgentemente «procedendo como lhe cumpre contra os delinquentes em ordem que se dê a devida satisfação ao público, e se não repitão taes escândalos» (AUC, GC, 2.^a *Repartição, Administradores 2, 1852 a 1853*, fis. 11-llv.).

(30) Officio, n.º 250, de 19/9/1859, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(31) Officio, n.º 25, de Janeiro (faltando a indicação do dia) de 1861, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(32) A um outro se alude no seguinte *Comunicado* (oriundo de Lavarrabos, freguesia de Cioga do Campo, com data de 3/7/1852), inserto in *O Observador* (n.º 521, de 6/7/1852, p. 2, col. 2): Em 29/6/1852, «houve em Lavarrabos [concelho de Coimbra] uma ridicula folia de mascarar, entre os quaes andava um, fazendo o papel de padre, vestido d'habitos ecclesiasticos. Este irreligioso facto escandalisou a todos os que ainda conservão sentimentos de religião; e a auctoridade ecclesiastica deve por este motivo mandar proceder à averiguação de quem foi o que emprestara as ditas vestes, e punir o delinquente para desagravo da moral religiosa of fendida».

O Sagrado e o Profano

residirá — pelas implicações de desrespeito ou mesmo de ridicularização — a sua carga criminal. Mais grave nos casos de Sarzedo e de Santo Amaro, porque interferindo com santos (e particularmente no primeiro, devido ao comportamento escandaloso assumido), do que no de Almalaguês, em que o «fingimento» terá sido sobretudo humano e temporal. Tais *imitações* poderão exprimir uma inversão (parcial) de valores — *profanação* ou *desclericalização* do religioso e/ou *sacralização* do profano — e inscrever-se em tendências de *teatralização*, inerentes à vida individual e colectiva, como forma de superar o real ou de apreender o *irreal*. Talvez, como forma também de, na infracção de normas e regras, *sublimar* (e assumir quotidianamente) a própria ordem, «parodiando-a» episodicamente. Nesse *jogo cénico*, combinar-se-iam, entre outras, algumas das seguintes variáveis: apropriação lúdica de distâncias e de diferenças, irreverência, crítica, evasão festiva, irregularidade ou indisciplina social. Quiçá o gosto pela representação e pela visualização chocante adviesse, entre outras circunstâncias, do *espectáculo* do próprio culto, concretizado em proissões e demais cerimónias. De resto, no século XIX seria ainda frequente a representação ao vivo de cenas bíblicas, com prejuízo da «pureza e seriedade do culto», tentando, norisso, os prelados e as autoridades seculares coibir esses abusos⁽³³⁾. No caso dos desvios referenciados, a sua motivação próxima (ou mesmo fundamental) poderia residir em problemas locais (designadamente, quanto à última ocorrência, o desagrado pela quebra da tradição ou o adiamento da festa, intentando-se, assim, outra forma de realizá-la).

No âmbito da *imoralidade pública*, sobretudo, se inscrevem os factos a seguir registados:

h) Concelho da Figueira da Foz. Crime classificado de *Desacato*: Em 17 de Abril de 1862 (segundo constou ao Administrador do concelho, em 1/5/1862), «dentro da igreja matriz de Quiaios, onde se celebrava o officio de trevas, proximo às columnas que sustentam o coro da igreja», um homem e uma mulher, «ambos da mesma freguesia, praticaram actos obscenos e de sensualidade, sem respeito algum ao lugar, e com grande escándalo publico, sendo observados por varios individuos». Em 16 de Maio seria capturada a mulher, «pronunciada no respectivo Juiso» pelo acontecido⁽³⁴⁾.

C³³) Cf. Fortunato de Almeida, *oh. cit.*, vol. *cit.*, p. 457.

⁽³⁴⁾ Officios, n.ºs 147 e 166, de 9/5/1862 e 21/5/1862, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

Em tempo de *paixão* na liturgia e, certamente, na sentimentalidade dos fiéis, ainda assim o pulsar de outras paixões. O império de outro «amor», invadindo as fronteiras do sagrado (o que não seria excepcional). Fragilidade e repressão do quotidiano, ou desregramento moral e dominação dos sentidos? Simplesmente imoralidade ou amoralidade, ou sobretudo dualidade e contradições da condição humana?

i) Concelho da Lousã. Em 10 de Março de 1861 foi preso um indivíduo, de Vilarinho, «por estar na igreja na ocasião do sermão praticando indecencias com escândalo publico» ⁽³⁵⁾ ou (mais explicitamente) «com grave offensa da moral e da religião» ⁽³⁶⁾.

j) Concelho da Figueira da Foz. Crime classificado de *Desacato*: Em 11 de Março de 1866, um indivíduo, empregado na Alfândega daquela vila, proferiu «na igreja matriz palavras obscenas offencivas da relegião e da moral publica» ⁽³⁷⁾.

k) Concelho de Montemor-o-Velho. Em 11 de Novembro de 1869, um indivíduo, alfaiate, residente naquela vila, «commetteu em estado de embriaguez na igreja de S. Martinho da mesma villa falta de respeito à religião» ⁽³⁸⁾.

Aos efeitos do álcool (sem dúvida muito influente nas áreas da delinquência) se terá ficado a dever este caso; possivelmente também os dois anteriores se ligarão com determinadas perturbações mentais ⁽³⁹⁾. De outra forma, tratar-se-á de atitudes manifestamente irreligiosas.

⁽³⁵⁾ Ofício, n.º 94, de 20/3/1861, do Gov. Civil para o M. do Reino.

⁽³⁶⁾ Cf. Notícia de O *Conimbricense*, n.º 746, de 19/3/1861, p. 3, col. 3.

⁽³⁷⁾ Ofício, n.º 112, de 26/3/1866, do Gov. Civil para o M. do Reino.

⁽³⁸⁾ Ofício, n.º 154, de 30/11/1869, do Gov. Civil para o M. do Reino.

⁽³⁹⁾ Exemplo significativo da interferência daqueles factores terá sido o seguinte «crime» (já numa fase posterior): Em 1 de Janeiro de 1879, «por ocasião em que percorria as ruas da povoação do Seixo», do concelho de Oliveira do Hospital, «uma procissão com o Sanctissimo exposto, e varias imagens de Sanctos», um indivíduo, «solteiro, das Seixas, pretendeu impedir o transito da referida procissão, desacatando a religião, por palavras com que escandalisava a moral publica». Aquele, «preso em flagrante delicto», sofria «desarranjo nas faculdades intellectuaes» e costumava «embriagar-se» (Ofício, de 8/1/1879, do Administrador daquele concelho para o Governador Civil — AUC, GC, *Administradores de Concelho de 1857 a 1879*, 2).

5.2.2. Crimes diversos afectando eclesiásticos

a) Concelho de Soure. Crime classificado de *Injúria*: Em 17 de Outubro de 1851, um indivíduo, sapateiro, insultou «com palavras injuriosas o parcho e coadjutor» (40).

b) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Injúria*: Em 9 de Abril de 1854, um indivíduo, da freguesia de Ceira, insultou «com a maior desfaçates e desprezo da moral publica» o pároco daquela freguesia (41).

c) Concelho de Oliveira do Hospital. Em 4 de Fevereiro de 1870, um indivíduo, «natural do logar e freguezia de Bobadella, insultou e ameaçou o parcho da mesma freguezia» (42).

d) Concelho de Coimbra. Em 15 de Setembro de 1861, o pároco da freguesia da Lamarosa foi insultado e ameaçado por um indivíduo, da mesma freguesia, na altura em que, estando a celebrar missa, preveniu o público de que a iria dizer no domingo seguinte à capela de Vila Verde (43).

Na origem de um tal procedimento poderão vislumbrar-se interesses e pequenas rivalidades locais, abarcando, pelos seus reflexos, a própria localização do culto.

e) Concelho de Montemor-o-Velho. Crime classificado de *Insulto*: Em 16 de Julho de 1854, o pároco da freguesia das Meãs, «sahindo da igreja para sua casa foi insultado na rua publica por alguns dos seus fregueses d'ambos o[s] sexos sendo ate apedrejado pelos rapases». Na origem do acontecido esteve o facto de ele haver celebrado a missa mais cedo que habitualmente (44).

f) Concelho de Montemor-o-Velho. Crime classificado de *Injúria*: Em 4 de Agosto de 1861, na igreja da Carapinheira, tendo o pároco admoestado alguns mancebos, desta freguesia,

(40) Officio, n.º 536, de 25/10/1851, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(41) Officio, n.º 1503, de 24/4/1854, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(42) Officio, n.º 24, de 10/2/1870, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(43) Cf. Notícia de O *Conimbricense*, n.º 804, de 8/10/1861, p. 2, col. 1, e officio, n.º 358, de 17/10/1861 do Gov. Civil para o M. do Reino.

(44) Officio, n.º 1605, de 24/7/1854, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

devido ao barulho que faziam, no final da missa um deles (contrariamente aos demais que «aceitaram a admoestação») dirigiu-se ao pároco na sacristia, ali «soltando algumas palavras injuriosas» e acabando por ameaçá-lo e desafiá-lo para fora da igreja (45).

g) Concelho de Cantanhede. Crime classificado de *Insulto*: Em 15 de Agosto de 1860¹, na igreja de Ourentã, «onde se festejava Nossa Senhora da Nazareth, tendo subido ao pulpito o reverendo coadjutor da freguesia de Cantanhede,...., dirigiu allusões, improprias do lugar, ao presidente da Camara Municipal e a seos irmãos, que com elle estavam sentados defronte do pulpito: o referido presidente sahindo para a rua e ao encontrar-se com o pregador escarrou-lhe na fâce, e dirigiu ao administrador do concelho uma participação do occorrido» (46).

Saliente-se que a grave desconsideração de que o eclesiástico foi alvo terá decorrido da sua intromissão em domínios polémicos.

h) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Injúria*: Em 10 de Junho de 1857, um indivíduo, negociante da praça de S. Bartolomeu de Coimbra, «deu duas bofetadas» num «clérigo in minoribus» (47).

Sujeitos a injúrias e a insultos (expressão de uma agressividade verbal e gestual), por motivos só raramente explicitados, os padres eram também, algumas vezes, alvo de violência física (de escassa ou extrema gravidade):

i) Concelho da Figueira da Foz. Crime classificado de *Ferimento*: Em 2 de Outubro de 1861, em Maiorca, ao saírem de casa do visconde o prior da freguesia e um proprietário, um filho do referido visconde, a quem eles «tinham ido faser companhia por se achar ausente seo pai, lhes sahio à rua ao encontro armado d'um páu e d'uma espada», dando-lhes «algumas pancadas», ficando o segundo «ferido em 2 dedos» (48).

(45) Ofício, n.º 284, de 14/8/1861, do Gov. Civil para o M. do Reino, e notícia (sobre o *Insulto*) de *O Conimbricense*, n.º 789, de 17/8/1861, p. 3, col. 1.

(46) Ofício, n.º 340, de 4/9/1860, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(47) Ofício, n.º 65, de 16/6/1857, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(48) Ofício, n.º 344, de 9/10/1861, do Gov. Civil para o M. do Reino.

O Sagrado e o Profano

Estranho comportamento, ditado por que motivos ou perturbações?

j) Concelho de Condeixa-a-Nova. Crime classificado de *Ferimentos*: Em 10 de Outubro de 1852, um indivíduo do Sobreiro, «deu duas pancadas na cabeça ao reverendo padre....», causando-lhe «duas feridas» (49).

k) Concelho de Cantanhede. Em 2 de Fevereiro de 1869, de noite, houve, naquela vila, uma desordem entre alguns indivíduos, ficando feridos dois deles, um dos quais, mais tarde, voltou a ser espancado «e passando n'essa ocasião junto dos agressores o parcho..., que se dirigia á igreja para ministrar um sacramento, e dizendo-lhes que não fizessem desordens, aquelles lhe descarregaram duas pancadas, de que lhe resultou um ferimento na cabeça e uma contusão no braço esquerdo». Indicam-se os dois «agressores» (50).

l) Concelho de Coimbra. Na noite de 26 de Fevereiro de 1870, na Marmeleira, ocorreu uma desordem, em consequência da qual ficou «maltratado» um padre, daquele lugar (51).

Ignoramos se ele foi simplesmente vítima ou também implicado (como, por vezes, acontecia).

m) Concelho da Figueira da Foz. Em 28 de Julho de 1861, em Santa Luzia, freguesia de Lavos, «dispararam 2 tiros de bala n'uma janella da casa da residencia do padre..., capelão d'aquella freguesia, sendo dirigidos á janella do quarto onde durmia», causando somente «a fractura dos vidros» (52).

Simple intimidação ou tentativa de homicídio?

n) Concelho de Montemor-o-Velho. Na noite de 1 para 2 de Junho de 1866, atentou-se «contra a vida do parcho da freguesia da Carapinheira, ..., disparando-se-lhe alguns tiros pelas janellas dentro, os quaes por pouco que não feriram uma creada da casa, e pozeram em sobresalto o mesmo parcho, a sua mãe e familia, obrigando-o a retirar logo no dia seguinte para Taveiro». Como motivo próximo do crime

(49) Officio, n.º 975, de 25/10/1852, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(50) Officio, n.º 17, de 13/2/1869, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(51) Officio, n.º 35, de 28/3/1870, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(52) Officio, n.º 270, de 8/8/1861, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

(«tentativa de assassinato?»), admite-se a sua relação com a existência de dois «partidos», divergentes quanto ao padre pretendido para capelão, inclinando-se o pároco por um deles. A questão da capelania ligar-se-ia com outras, a antecedentes (de outra natureza) na «pendencia dos capellães» (53).

o) Concelho de Tábua. Crime classificado de *Assassinato*: Na noite de 30 para 31 de Março de 1866, na Várzea, freguesia da Candosa, um padre — procurador do visconde de Almeidinha (54) — foi roubado e mortalmente ferido, tendo, em determinada altura, um dos três ladrões (que haviam arrombado a porta da casa) «desfechado contra elle a arma e como errasse fogo foi disparado outro tiro que atravessou o padre com a bala»; aqueles fugiram de imediato, levando «uma arca que devia conter 1 000 000 réis em ouro como disse o assassinado o qual viveu ate as 7 horas da tarde do dia 31...» (55).

Um «duplo crime», com outros móveis, além da cobiça do «ouro»?

Por fim se referem alguns casos, derivados da contestação de determinados direitos (materiais) dos párocos (com o que, de resto, poderão igualmente ter estado relacionadas algumas ocorrências antecedentes).

p) Concelho de Ançã. Em 1851, um indivíduo de Vil de Matos recusou «por accinte» e de «modo injurioso» a visita pascal do pároco da freguesia, «a fim de livrar-se do pagamento do foliar devido ao mesmo» (56).

(53) Cf. a Notícia — *Grande atentado* — de *O Conimbricense* (n.º 1290, de 9/6/1866, p. 2, col. 2), e subseqüentes correspondências sobre o assunto (n.ºs 1292, de 16/6/1866, pp. 2-3, 1294, de 23/6/1866, p. 2, 1295, de 26/6/1866, p. 3, col. 3, 1297, de 3/7/1866, p. 4, cols. 1-2, 1298, de 7/7/1866, p. 3, col. 2, 1299, de 10/7/1866, p. 2, cols. 3-4, 1301, de 17/7/1866, p. 3, cols. 1-2).

(54) Segundo se refere na Notícia — *Grande crime* — *ibidem* (n.º 1271, de 3/4/1866, p. 3, cols. 1-2).

(55) Ofício, n.º 137, de 11/4/1866, do Gov. Civil para o M. do Reino. Em 9/5/1867, comunicou-se achar-se já preso um dos implicados no assassinato (ofício de 9/5/1866).

(56) Cf. ofício, n.º 278, de 13/5/1851, do Gov. Civil para o Administrador do concelho de Ançã (acusando a recepção do ofício deste — acompanhado da cópia da representação daquele pároco), no qual se adianta: «e com quanto haja lugar a procedimento judicial, julgo com tudo de primeira necessidade que V.S. chame à sua presença não só o mencionado... mas tãobem [mais três indivíduos] os quaes todos praticarão o mesmo, se bem que talvez por ignorancia a fim de que

O Sagrado e o Profano

q) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Injúria*: Em 11 de Janeiro de 1854, deslocando-se um oficial de diligências da Administração do Concelho ao lugar de S. Paulo a fim de citar um indivíduo dali, por dívida de cômputo, ele «o insultou altamente e atacou fazendo diferentes ameaças ao respectivo parcho» (57).

r) Concelho de Maiorca. Em 21 de Agosto de 1853, depois da missa na igreja de Quiaios, um indivíduo daquele lugar «alterou a voz dizendo que não quisessem pagar a congrua ao cura», produzindo com isso «um tumulto na mesma igreja» (58).

Provavelmente na linha deste se inscreve o facto seguinte.

s) Concelho de Maiorca. Crime classificado de *Assuada*: Em Janeiro de 1854, na freguesia de Quiaios, «havendo da parte do povo grande opposição ao pagamento da congrua do coadjutor succedeu por causa de elle ser o parcho publicamente insultado na igreja no meio d'um tumulto. Querendo também despedir aquele padre de capelão da capela do Bom Sucesso tirando-lhe os trastes da casa aonde elle resedia, atravancando-lhe as portas por dentro sem que elle podesse fazer uso das chaves», quando o juiz eleito foi fazer exame de corpo de delicto houve resistência contra a autoridade (59).

Como explicar tais actos? Manifestações (isoladas ou de grupo, a última) de carácter anti-fiscal por parte de pessoas que, na soma dos tributos (ao Estado, à administração local, aos párocos e/ou coadjutores) mais viam minguar os seus recursos e, consequentemente, acrescer as suas dificuldades materiais? Mas porquê então a opposição a encargos — e certamente menores — que asseguravam a existência dos mi-

tomando V.S. perfeito conhecimento em vista de testemunhas presencias, os admoeste para que de futuro se abstenhão de tal proceder; e quando haja prova do accinte e premeditação da parte de [o primeiro] com animo de injuriar, poderá este ser processado e punido correccionalmente» (AUC, GC, 2.^a Repartição, 1851-1852, *Administradores I*).

(57) Officio, n.º 1375, de 23/1/1854, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(58) Officio, n.º 1242, de 5/9/1853, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(59) Officio, n.º 1356, de 10/1/1854, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

nistros e servidores da religião? Por destriça de planos e de imagens (nomeadamente entre o pároco que só devia *salvar* mas a quem também se paga)? Por criticismo aos seus serviços ou comportamento? Por ignorância? Por *materialismo* ditado pela necessidade? Por posições de anti-clericalismo assumido ou latente?

Conforme, parcialmente, testemunham os casos assinalados, em situações e de modos diversos os eclesiásticos podiam ser vítimas de descon siderações e atentados ⁽⁶⁰⁾. Simultaneamente, muito acima e bem no seio das populações tornar-se-iam assim, por vezes, alvos fáceis, num duplo sentido. Mas também — aspecto aqui fora de questão — alguns deles seriam autores ou cúmplices de determinados crimes (mesmo de extrema gravidade). Afinal, apesar da sua missão, também eles — como não podia deixar de ser — se moviam nos circunstancialismos materiais e sociais da existência e da condição humana.

5.2.3. *Outros crimes, ocorridos em templos e/ou por ocasião de cerimónias religiosas*

a) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Injúria*: Na sexta-feira santa de 1850 (em Abril?), na igreja da Misericórdia da cidade de Coimbra, aquando do officio de trevas, um caixeiro, que se havia sentado em lugar pertencente e reservado aos meninos órfãos do recolhimento da Misericórdia, ao ser exortado a retirar-se por um irmão confrade da Santa Casa, resistiu e após «alguma alteração lhe deo huma bofetada» ⁽⁶¹⁾.

b) Concelho de Tábua. Crime classificado de *Desacato*: Em Abril de 1860, procedeu o administrador daquele concelho

⁽⁶⁰⁾ Além disso, registre-se igualmente que de modo directo ou indirecto eles podiam contribuir para determinados conflitos locais, que os envolviam ou em que se envolviam. Assim, por exemplo, em 28 e 29 de Agosto de 1867 registaram-se «tumultos» na freguesia do Pessegueiro (concelho da Pampilhosa da Serra), recusando-se parte da população — «todos pessoas do baixo povo, e a maior parte são moflieres» (na expressão do Vice-Presidente da Câmara Municipal, servindo de Administrador do Concelho, no seu officio de 29/8/1867 para o Gov. Civil) — a aceitar o novo pároco, indigitando-se o ex-pároco como responsável por tais «desordens». (Cf. alguma documentação sobre esse «motim», in AUC, GC, *Administradores de Concelho de 1857 a 1879*, 2).

⁽⁶¹⁾ Officio, n.º 505, de 6/4/1850, do Gov. Civil para o M. do Reino.

O Sagrado e o Profano

«a auto de investigação pelo crime de bofetada dentro da igreja daquela villa», que uma mulher, de Midões, deu outra mulher, do Esporão ⁽⁶²⁾.

c) Concelho de Tábua. Crime classificado de *Desacato*: Em 6 de Julho de 1862, «estando para sahir a procissão do Santíssimo Coração de Jesus, da freguesia de Candosa, houve dentro da igreja uma alteração» entre dois indivíduos, um da Várzea e outro da Candosa, «por aquelle não querer que este pegasse no andor; mas como este não cedeo», o primeiro deu-lhe «uma bofetada», «sendo seguida de palavras improprias do lugar. O parcho mandou encerrar o Santíssimo, e prohibio que sahisse a procissão» ⁽⁶³⁾.

d) Concelho de Mira. Crime classificado de *Ferimento*: Em 25 de Março de 1864, «pelas 8 horas da noite na occasião em que sahia da igreja a procissão do enterro, uma mulher... casada...», daquela vila, «ferio na cabeça com um tamanco outra mulher..., casada..., e havendo derramamento de sangue no templo ficou este interdicto» ⁽⁶⁴⁾.

e) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Desordem*: Em 4 de Setembro de 1853, um estudante de Lógica «travou desordem» com uma mulher, em Celas, na altura em que passava a procissão de Nossa Senhora da Piedade ⁽⁶⁵⁾. Mais concretamente: estavam a espancar-se, «com escândalo publico» ⁽⁶⁶⁾.

f) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Ferimento*: Em 20 de Março de 1859, quando «a procissão do Senhor dos Passos percorria as ruas desta cidade, teve lugar um ferimento leve na testa do estudante..., de Midões, cren-do-se que fora este que a si proprio se ferira, quando se empenhava para se apoderar da arma d'um soldado do Destacamento d'Infantaria n.º 9, que acompanhava com seos camaradas a dita procissão» ⁽⁶⁷⁾.

(62) Officio, n.º 153, de 25/4/1860, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(63) officio, n.º 243, de 10/7/1862, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(64) Officio, n.º 117, de 9/4/1864, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(65) Officio, n.º 1246, de 12/9/1853, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(66) Cf. a Notícia — *Prisões* — de *O Observador*, n.º 642, de 6/9/1853, p. 4, col. 2.

(67) Officio, n.º 67, de 22/3/1859, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

Sobre este acontecimento existe informação detalhada: «Logo que a procissão sahio da Sé, um grupo de mais de 100 estudantes se collocou em logar immediato ao paleo, deixando a força armada atrás de si 20 a 30 passos; e, prosseguindo assim até à rua dos Sapateiros, ali pretenderam aquelles estudantes, que haviam tomado diverso logar, passar desordenadamente para diante sem darem logar a que os soldados podessem conservar a ordem e a disciplina, chegando a arremessar alguns para fóra das fileiras, dando-lhes bofetadas, pretendendo arrancar-lhes as armas, e insultándolos de palavras». Foi nesta altura que o mencionado estudante, na referida tentativa de se apoderar da arma de um militar, se feriu «com a bayoneta, crescendo a desordem e os gritos de grande parte da Academia, que vendo o mesmo estudante ferido, sem se lhe importar o modo como o havia sido, pedia vingança em altas vozes». Conseguiu, então, o comandante restabelecer o sossego. Mas, à entrada na rua da Sofia, voltaram «os estudantes a aggreir a força, para se apoderarem das armas, renovando também as gritarias, os assobios, e palavras injuriosas, e nesta occasião os soldados foram obrigados a traçar armas, e a colocar-se em defesa, tornando assim a restabelecer-se a ordem, a qual se manteve até à porta da igreja da Graça. Findo o acto religioso, foram os estudantes reunir-se à porta do quartel militar, pedindo castigo contra o soldado, que elles disiam ter ferido o mencionado....; porem logo que o governador militar appareceu e lhes falou no sentido de que seria satisfeita a exigência,...., uma vez que se verificasse ter o dito soldado sido quem fisesse o ferimento, todos se retiraram». Cerca de uma hora depois (às sete e meia da tarde), «já no Bairro Alto.... um grupo de 100 a 150 estudantes exclamava na praça que se denomina — Feira — vingança, e outras palavras que denotavam a sua resolução de ir aggreir novamente a força no proprio quartel». Mas tal grupo dispersou completamente e a desordem não progrediu C⁶⁸).

Em Coimbra, cidade essencialmente estudantil, seriam algo frequentes tais «conflitos» ⁽⁶⁹⁾ — fruto de rivalidades diversas — entre estudantes e tropa, ou entre estudantes e

⁽⁶⁸⁾ Officio, n.º 66, de 21/3/1859, do Gov. Civil para o M. do Reino,

⁽⁶⁹⁾ Em breve noticia — intitulada *Conflito* — sobre o ocorrido na procissão dos Passos, afirma-se terem-se repetido «as scenas desagradáveis, que tantas vezes tem tido lugar nesta cidade, em idénticas occasiões. Entre a tropa e os académicos, que pretendiam ir proximos à philarmoneia, houve um conflicto na rua dos Sapateiros.....». In *O Conimbricense*, n.º 538, de 22/3/1859, p. 3, col. 2.

O Sagrado e o Profano

outros grupos populacionais, mas também entre os próprios escolares. E os ajuntamentos — ainda que religiosos — propiciariam, também eles, quantas oportunidades de disputa e de choque, imbricados de solidariedades contraditórias.

g) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Desordem e ferimento*: Na tarde de 21 de Junho de 1863, no largo da Sá Velha, quando a procissão do Santíssimo Sacramento recolhia à igreja de S. Cristóvão, registou-se uma desordem entre vários indivíduos. Ficou ferido um estudante do 5.º ano jurídico e foi preso um carpinteiro, «designado como author cTaquelle ferimento». O qual «resultou da desordem travada entre irmãos da confraria do Santíssimo Sacramento com um estudante a quem se atribuiu a irreverencia de não tirar o chapeo* quando se aproximava a procissão» (70).

h) Concelho de Coimbra. Na noite de Natal de 1852, aquando da celebração da missa na igreja do convento de Santa Teresa, alguns estudantes praticaram «desacatos e vo serias contra a pessoa cToutro estudante» (71). Mais explícita não é outra fonte, ao referir haverem eles praticado «dentro do templo os maiores desaforos e insolencias» (72).

i) Concelho de Arganil. Crime classificado de *Desordem*: Em 25 de Março de 1853, na ocasião em que se pregava a Paixão, houve uma desordem à porta da casa da igreja matriz daquela vila, devido a dois indivíduos (irmãos) «fazerem com que os cabos de policia que estão de guarda dei-

(70) Ofício, n.º 232, de 4/7/1863, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Em 4/7/1863, remeteu-se «ao Delegado do Procurador Regio auto d'investigação a que se procedeu contra o estudante do 5.º anno juridico [nome diferente do ferido] pelo facto de chamar a sua casa...., alfaiate, morador na rua da Trindade e depois de fechar a porta, forçal-o a declarar o nome d'alguns individuos como auctores» da referida desordem (Ofício, n.º 237, de 14/7/1863).

Segundo a notícia de O *Conimbricense* (n.º 981, de 23/6/1863, pp. 1-2), relativa à mesma *desordem*, no incidente entre irmãos da irmandade do Sacramento e um estudante (com o chapéu na cabeça), este foi espancado e ferido; a desordem generalizou-se entre grupos de estudantes e habitantes da cidade, mas sem más consequências.

(71) Facto em que se encontravam «implicados» dois estudantes (que se mencionam). Ofício, n.º 1022, de 3/1/1853, do Gov. Civil para o M. do Reino.

(72) Notícia — *Indignidade revoltante* — de O *Observador*, n.º 570, de 28/12/1852, p. 3, col. 2.

Criminalidade na Região de Coimbra

xarem de cumprir o que lhes era ordenado, e faserem com que o povo entrasse em desordem no cazo»⁽⁷³⁾.

Algo confuso e omissivo (quanto à diligência policial em causa) este resumo. Ao invés da ocorrência seguinte.

j) Concelho de Tábua. Em 20 de Novembro de 1853, no interior da igreja matriz da freguesia de Oliveira de Fazeirão, ocorreu um «tumulto» causado pelo povo que assistia à missa, em virtude da igreja se encontrar «cercada de regeadores e cabos para prenderem alguns recrutas», cuja captura se não conseguiu «porque incorporando-se com o povo poderão fugir por entre elle»⁽⁷⁴⁾.

Com frequência relativamente hostis ao «tributo de sangue», as populações solidarizavam-se, em circunstâncias diversas, com as tentativas dos mancebos em eximirem-se-lhe. Significativo também neste caso, a provável coincidência da oposição popular com a arraigada noção de «direito de asilo» das igrejas.

k) Concelho de Montemor-o-Velho. Em 25 de Fevereiro de 1866, na igreja matriz de Verride, quando se procedia à eleição da mesa da confraria do Santíssimo, verificou-se «um tumulto por um requerimento [?] apresentado por um dos eleitores»⁽⁷⁵⁾.

l) Concelho de Oliveira do Hospital. Crime classificado de *Desacato*: Em Dezembro de 1856 (mês da participação), na igreja da freguesia da Lageosa, no acto de eleição dos mesários da irmandade de Santa Luzia, um indivíduo praticou «um desacato»⁽⁷⁶⁾.

Após estas duas últimas ocorrências (registadas em actos idênticos), cuja natureza e causalidade nos escapam, terminaremos com um facto de difícil qualificação mas que

⁽⁷³⁾ Ofício, n.º 1104, de 5/4/1853, do Gov. Civil para o M. do Reino.

⁽⁷⁴⁾ O Governo Civil mandou suspender os processos por entender que a resistência foi motivada pela autoridade, ao perseguirem-se inconvenientemente as pessoas que se encontravam dentro a ouvir missa. Ofício (crime classificado de *Ferimento* [sic]), n.º 1315, de 6/12/1853, do Gov. Civil para o M. do Reino.

⁽⁷⁵⁾ Crime classificado de *Insulto* (sic). Ofício, n.º 83, de 12/3/1866, do Gov. Civil para o M. do Reino.

⁽⁷⁶⁾ Ofício, n.º 141, de 29/12/1856, do Gov. Civil para o M. do Reino.

O Sagrado e o Profano

entendemos dever incluir por indirectamente expressar, de forma algo singular, algum desrespeito (ou ignorância?) da religião ou dos locais sagrados.

m) Concelho de Coimbra. Crime classificado de *Desacato*: Em 3 de Agosto de 1862, um indivíduo, morador na rua Direita da cidade de Coimbra, praticou um «desacato», fumando dentro da capela do Senhor do Arnado, onde, naquele dia, teve lugar uma «festividade» (77).

Os factos registados neste último grupo (abarcando principalmente *crimes contra as pessoas e contra a ordem e tranquilidade pública*) revelam (assim como alguns dos antecedentes) que, em situações diversas, as solenidades religiosas e os templos podiam — também eles — ser ocasião e espaço de *transgressão*. Desde logo porque determinados acontecimentos religiosos, enquanto confluência de pessoas e sentimentos múltiplos, facilmente dariam azo a incidentes de natureza temporal. Mas sobretudo porque, no *teatro da vida*, nem mesmo a distinção de *cenários* e eventuais inibições de *intérpretes* podem evitar que sempre aconteça e se *represente* a própria condição humana: síntese (unitária e divergente) de razões e emoções.

6. CONCLUSÃO

As limitações da documentação utilizada (que deveria cruzar-se com outros materiais) e as dificuldades específicas da temática considerada (apenas superáveis com diferentes perspectivas e especialidades) somente permitem alguns apontamentos e reflexões mais, num ligeiro esboço de hipóteses e provisórias conclusões.

Oficialmente, pelo menos, raros eram os *crimes contra a religião*, os quais, além disso, quase se cingiriam a ofensas menores. Os casos apontados não comprometeriam, salvo a título excepcional, a fé e os dogmas católicos. Por outras vias, contudo, constituindo delitos mais graves, se procuraria infiltrar (embora, provavelmente, com reduzido êxito) diferente doutrinação, ao menos no quadro urbano, mesmo numa «cidade tão religiosa como Coimbra»: Assim, em Agosto

(77) Ofício, n.º 292, de 14/8/1862, do Gov. Civil para o M. do Reino.

Criminalidade na Região de Coimbra

de 1863 noticiava *O Conimbricense*: «Continua a propaganda protestante. Tem-se espalhado nesta cidade, gratuitamente, grande porção de folhetos, uns em que são atacados sem rodeios os principaes dogmas da religião catholica, e outros onde os principios do protestantismo são arteinamente insinuados» (78). Escassos anos depois, em 1866, também em Coimbra, constou à autoridade eclesiástica «que se andão vendendo... e com toda a publicidade livros offensivos da religião catholica apostólica romana,...; e que em algumas lojas de livros se vendem e alugão alguns torpes e obscenos» (79).

A maioria dos delitos referenciados (enquadrando-se formalmente noutros âmbitos) só indirectamente afectaria a religião, por exemplo enquanto actos *imorais* ou *sacrílegos*. Alguns deles parecem, por outro lado, indiciar ou exprimir um *anti-clericalismo primário* ou *difuso* (possível manifestação, também, de contrastes ou oposições de culturas e sensibilidades).

Genericamente, predominam os factos de responsabilidade individual, embora alguns dos mais significativos envolvam acções de grupo. A maioria dos delinquentes (confirmando-se a regra geral, ou quase) pertence ao sexo masculino (com provável realce de indivíduos jovens). Ainda assim, a participação feminina foi relevante, em especial no domínio restrito dos *crimes contra a religião*. Quiçá, devido à maior sensibilidade, receptividade e emotividade das mulheres quanto aos fenómenos de índole religiosa e espiritual e ao facto de mais se apropriarem elas do *espaço religioso*.

Em termos de geografia criminal, dificilmente se vislumbram linhas ou divisórias essenciais. Porém, haverá que distinguir o predomínio do quadro rural (em sentido lato) e, por reflexo, a feição *rústica* ou *primária* de diversos acon-

(78) Nessa notícia, intitulada — *Protestantismo* —, apresenta-se a relação de alguns dos folhetos divulgados (n.º 996, de 14/8/1863, p. 3, cols. 1-2).

Por essa altura «tomava a propaganda protestante audacioso incremento por todo o país». E contra ela publicaram os bispos pastoraes, entre elas a do prelado de Coimbra, D. José Manuel de Lemos, de 22 de Agosto de 1863 (Fortunato de Almeida, ob. cit., vol. eit., p. 353).

(79) Cf. officio, de 13/11/1866, do Governador do Bispado, Manoel Corrêa de Bastos Pina, para o Governador Civil do distrito de Coimbra, rogando-lhe, por isso, «que pelo bem da Igreja e do Estado se digne de dar as ordens necessarias, para que, aprehendidos pela policia os livros de que se trata, se proceda contra os vendedores ou passadores, na conformidade da lei». Em nota marginal escreveu-se: «officio ao Administrador de Coimbra n.º 488 de 13-11-66» (AUC, GC, *Autaridades Diversas de 1849 a 1889*, m. 16).

O Sagrado e o Profano

tecimentos (mais próprios de comunidades regidas por *culturas orais* e de personalidades predominantemente *emotivas*).

Os diversos factos assinalados, antes que *crimes contra a religião* (de forma directa e indirecta, ou aproximada) afiguram-se-nos, essencialmente, como *crimes por causa da religião*. No sentido de que, com frequência, derivariam, afinal, de comportamentos e mentalidades imbuídos de correntes de religiosidade e de espiritualidade (mesmo que deformante ou deformada). Ou seja, ainda imunes ao conformismo ou à indiferença.

Tendo em conta semelhante interpretação e mais que isso a baixa representatividade da delinquência abordada (se bem que toda a criminalidade talvez deva aferir-se, por sempre envolver ou sugerir noções de *pecado*) e a indignação ou reprovação que normalmente suscitava, poder-se-á concluir que a região de Coimbra era marcadamente religiosa. Só que, em tal perspectiva nos faltam melhores e indispensáveis instrumentos de análise — nomeadamente a frequência das práticas religiosas dominicais e dos sacramentos, os níveis de moralidade, a sociologia das atitudes perante a vida e perante a morte, etc.

Muitas das ocorrências registadas parecem-nos elucidativas das estreitas relações entre as esferas religiosa e temporal. Por outras palavras, exprimem diferentes (mas interligadas) facetas de um universo, ainda então, só aparentemente dicotómico. Se, como se sabe, muitos gestos e actos do quotidiano material se *sublimariam* em ritualismos de feição espiritual, ao invés quantos problemas ou tensões, quantos instintos e reacções de natureza secular se não transfeririam para o território do sagrado ou não eclodiriam a seu pretexto, inclusive enquanto oportunidade especial de exteriorização de comportamentos, nos *interregnos* ou na superação do quotidiano. Recordemos, a título de exemplo, a *profanação* do espaço das igrejas ou a perturbação de actos religiosos por incidentes de diversa natureza — sem esquecer que em muitas romarias e festividades (memória de gerações e insubstituíveis calendários populares de «história íntima»), em espaços adjacentes os negócios (feiras e mercados), os devaneios amorosos, a sensualidade, a alegria e os divertimentos profanos, as rixas e as desordens marcavam habitualmente presença. E, noutro sentido, o *fingimento* ou a *teatralização* exterior de manifestações culturais. Tudo isto para frisar que, a mais de um título, nas atitudes individuais e colectivas dos seres humanos nem sempre é fácil distinguir ou inventariar fronteiras entre o *sacro* e o *profano*. Simples-

Criminalidade na Região de Coimbra

mente talvez porque, mesmo quando elas existem (e sempre existem), a própria vida (trajecto, imanente e transcendente, de gerações e de culturas, de sentimentos e contradições) as confunde ou associa, de modo lógico ou imprevisto.

Em consequência da *curta duração* do período abordado e do carácter algo *vulgar* (*anedótico* mesmo, por vezes) e *corrente* das ocorrências referenciadas, lesado ficou, em grande parte, o *sentido da história* — quanto a duas coordenadas fundamentais: evolução (mudanças e permanências) e dimensão histórica (ou dinâmica social) dos acontecimentos.

Modesto e discutível será, pois, o contributo científico que nestas páginas se delineou, na dispersão de pequenos factos e imagens. Mas no ofício de historiador (ao serviço da cultura e das humanidades), nenhuns frutos ou reflexões desprezíveis serão.

ALGUMAS NOTAS
SOBRE O POSITIVISMO RELIGIOSO E SOCIAL **

Todos os movimentos sociais, remetendo-nos para o conjunto das práticas transformadoras dos seus agentes, permitem a evocação de um horizonte teórico específico. No entanto, raramente este nos apresenta o perfil rigoroso de um sistema concluso. Na generalidade, a filosofia desta ou daquela movimentação social apresenta um carácter simbiótico, resultante da polivalência das inspirações e da heterogeneidade dos métodos.

É isto particularmente notório no caso do positivismo religioso e político-social: sendo certo que a força da sua mensagem foi indiscutível, por exemplo, na propagação do espírito republicano em França, no Brasil e em Portugal, não foi menos verdadeiro que variaram os padrões de fidelidade ao espírito da escola. O grau de complexidade recebe, neste caso, um agravo suplementar, dada a circunstância de não ter colhido esta corrente uma interpretação unívoca, por parte dos que se reclamaram como seus continuadores. Assim, a conflitualidade da doutrina positivista, no plano da sua aplicação, irá resultar não apenas da necessidade de a adequar a fins desejados, mas também da dissonância que se fez sentir ao nível interno da sua própria cognição. É disto que iremos tratar.

O programa social do positivismo foi particularizado por Augusto Comte no segundo período do seu labor filosófico, particularmente no seu *Sistema de Política Positiva*. Não é

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Comunicação apresentada em 7 de Maio de 1986, no 2.º Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 a 7 de Maio de 1986).

O Sagrado e o Profano

fácil explicitá-lo em duas palavras. É que, a par de considerações sobre a distribuição e organização dos poderes socio-cráticos, avultam também justificações de natureza ética, que vão ao ponto de se verem articuladas em discurso religioso próprio e sem fissuras. Talvez possamos admitir que o comitismo social teria ganho maior repercussão se continuasse confinado às exaltações do sentimento altruísta, tais como se encontram expostas no *Curso de Filosofia Positiva*. Comte, porém, impressionado por um amor tardio e platónico, instituirá a sua «religião demonstrada», com um dogma, culto e regime próprios, com um calendário específico, com uma hagiografia laica e com indubitáveis reminiscências católicas no seu plano organizativo. A inclusão de preocupações formalmente religiosas no âmbito de um pensamento que parecera privilegiar, até então, a mais estrita objectividade, foi encarada por uns tantos como uma lastimável retrogradação a fases de mentalidade que se julgavam definitivamente ultrapassadas.

É isto que determina a quebra de unidade do campo positivista, após o falecimento do filósofo de Montpellier. Aparecem, a curto prazo, três parcialidades: a versão «reducionista» de Emílio Littré, secundada pela viúva do filósofo e pelo russo Wyruboff, que repudiava, em nome da mais estrita objectividade «científica», as propostas do comitismo religioso; a interpretação globalizante mas moderada de Pierre Laffitte, aceitando, na generalidade, os postulados de um comitismo integral, embora afeiçoando-os a objectivos mais pedagógicos que religiosos; finalmente, como consequência das clivagens ocorridas no grupo laffitteano, a abordagem ciosamente integrista de Audiffrent, Richard Congreve, Sámerie, Miguel Lemos e dos Lagarrigue, insistindo na adopção sem reservas de todos os pontos de vista religiosos e na necessidade de potenciar, através da constituição de uma Igreja Positivista, um vasto movimento proselítico.

Estas diferenças também se fizeram sentir no plano da interpretação política. Como é sabido, o sistema político imaginado por Comte é o da plutocracia morigerada pela sapiência positivista e vazada nos moldes de um Estado autoritário e anti-parlamentar. Foi seu objectivo último integrar o proletariado na sociedade contemporânea. Por isso, tanto Comte como Littré reclamaram o título de «socialistas sistemáticos», deixando para os herdeiros da tradição proletária jacobina o epíteto, de alguma forma menos dignificante, de socialistas «espontâneos», «metafísicos» ou «sentimentais». Para a con-

cretização deste designio, Comte não entendeu necessário atacar a hegemonia económica da burguesia. Aceitou antes o industrialismo tecnocrático da escola saint-simoniana e julgou possível persuadir os «generais da indústria moderna» a fazerem uma gestão socialmente útil da riqueza privada, através da interiorização colectiva dos valores de uma ética altruísta. Podemos dizer que este positivismo político-social se situa na continuidade do movimento da concentração capitalista da França pós-revolucionária e na esteira dos progressos de uma moral imanente.

Nunca esta orientação se elevou à dignidade de doutrina ou filosofia de estado. De resto, tanto Littré como Laffitte se desviaram dela, expressa ou tacitamente. É certo que Littré, em artigos avulsos de jornal publicados imediatamente após a revolução francesa de 1848 e reunidos, mais tarde, no volume *Conservação, revolução e positivismo*, defendeu ainda os pontos fulcrais da política comteana, nomeadamente a centralização do poder, a ditadura sociocrática, a desigualdade natural dos homens e o anti-parlamentarismo. Mas não se fixou definitivamente nestas formulações. Quando Comte cobriu com a sua bênção o golpe de estado de 2 de Dezembro de 1851, através do qual Napoleão III liquidou as esperanças da Segundo República, a posição de Littré foi de discordância discreta. O modo como veio a acompanhar as vicissitudes e dificuldades da Terceira República, converte-o num republicano democrata e «oportunista», muito próximo dos visos de Gambetta. Também Pierre Laffitte, ainda que muito mais sensibilizado pela globalidade do sistema, se resguardou de aparecer como adepto de todas as suas soluções políticas. Preferiu, pelo contrário, atribuir especial importância aos aspectos pedagógicos do positivismo, atitude que, de resto, foi também seguida, entre outros, por Gabino Barreda, no México, por Nystrom, na Suécia, por Cesar de Paepe, na Bélgica, e por Ramalho Ortigão, em Portugal. Aliás, foi esta demarcação de Pierre Laffitte relativamente aos rigores da ortodoxia que esteve na base das cisões ocorridas, entre 1878 e 1884, nas fileiras do positivismo religioso. Os seus adversários também não lhe iriam perdoar as benevolências de julgamento concernentes à política colonial praticada pelo partido de Gambetta: com efeito, Laffitte justificou a expedição tunisina e não se mostrou contrário ao expansionismo francês, na China e na Indochina.

Dissemos há pouco que o positivismo político-social, em todo o seu pormenor, jamais mereceu as honras de ser reconhecido como filosofia de estado. A maior aproximação veri-

fica-se no caso brasileiro, justificando que sobre ele se profiram duas palavras.

O positivismo brasileiro, descontadas as discordâncias de urna ou outra voz, deu larga guarida à versão ultra-ortodoxa. Interpretaram-na Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, laffiteanos dissidentes, os quais fundaram, no início da década de 80, o *Apostolado Positivista do Brasil*. Esta organização começou por se envolver na polémica do esclavagismo, dando continuidade ao combate abolicionista que já antes tinha sido travado por personalidades de formação positivista, como Francisco Antonio Brandão Júnior e Luís Pereira Barreto. A propaganda manteve-se até à publicação da *lei áurea* abolicionista, datada de 13 de Maio de 1888. Contudo, foi com o triunfo da revolução republicana de Novembro de 1889 que o Brasil conheceu uma acção positivista mais ampla. Constituído o governo, logo nele tomaram assento ministros ligados a essa corrente de pensamento, como Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Demétrio Nunes Ribeiro. Os directores do *Apostolado* procuraram influenciá-los para que o novo regime se organizasse de acordo com o modelo ortodoxo comteano. Isto explica as suas preferências por um poder concentrado e ditatorial, despojado de ornatos parlamentares ou de veleidades descentralizadoras. Contrariaram, sem êxito, a convocação da Assembleia Constituinte e desejaram que o parlamento restringisse a sua competência à apreciação e votação dos orçamentos. De um modo geral, estas sugestões não foram tidas em conta. Mas foi sob proposta de Benjamin Constant que se adoptou, para a bandeira nacional, o figurino que tinha sido concebido pelos dirigentes do *Apostolado Positivista* brasileiro, e executado pelo pintor Décio Vilares. O novo estandarte ostentou, a partir de então, a divisa «Ordem e Progresso», sintetizando o sentido geral da sociologia comteana. Depois de ter sido aprovada a Constituição Federal da República, competia aos estados federados a elaboração dos respectivos diplomas administrativos regionais. Nasceu deste condicionalismo a *Carta Gaúcha*, de 14 de Julho de 1891, que dotou o Rio Grande do Sul, pela mão do comteano ortodoxo Júlio Prates de Castilhos, com uma organização política muito próxima daquela que o *Apostolado* tinha defendido' para a generalidade do país. Esta experiência de um poder ditatorial republicano-positivista esteve na base da sublevação federalista que ensanguentou a região gaúcha entre 1893 e 1895.

Pelo que toca a Portugal, nunca as propostas políticas dos nossos positivistas traduziram uma absoluta sujeição a padrões sistemáticos. O positivismo foi para os nossos propa-

gandistas republicanos uma inspiração geral que se aglutinou com muitas outras perspectivas teóricas e se amoldou às necessidades estratégicas do momento. O nosso pensamento democrático não curou de estabelecer subteis diferenças entre as versões do comtismo, os materialismos de Büchner, Moleschott e Vogt, as filosofias de Taine, Strauss e Renan, ou os evolucionismos de Spencer, Darwin e Haeckel, aliás de sentidos tão distintos. De tudo isto resultou aquele conglomerado ideativo e pouco diferenciado, aquela heterogeneidade radical que vamos encontrar em muitos textos de Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Alexandre da Conceição, Heliodoro Salgado, Horacio Ferrari ou Correia Barata, entre outros. Certamente que encontramos presentes, nestes e noutros autores, alguns pontos de doutrina que facilmente filiamos no pensamento de Augusto Comte, como o filantropismo humanitário, a positividade científica e a correlativa rejeição de tipos de saber teológico-metafísicos, a crítica ao socialismo dito revolucionário, o pedagogismo enciclopédico, o pacifismo industrialista ou o culto cívico dos grandes homens. O que não vislumbramos é a estreiteza de uma orientação rigidamente sectária, emparedada nos dogmas particularistas de escola ou de igreja. E é em função disto que Vasconcelos Abreu, redigindo com Teófilo Braga a carta gratulatoria com que alguns positivistas distinguiram Littré no seu 78.º aniversário, pôde afirmar, a tal respeito, que sendo embora todos os signatários respeitadores de Comte, nenhum deles lhe seguia inteiramente as opiniões. Também a revista *O Positivismo*, fundada em 1878 por Teófilo Braga e Júlio de Matos, se negou a tomar parte activa, durante o lapso da sua existência, na polémica que singularizou as diversas facções do movimento positivista internacional. Não subsistem dúvidas que, ao nível de uma apreciação geral da doutrina, as simpatias propenderam mais para o littréismo do que para a ortodoxia ou para a ultra-ortodoxia. Concorreram para esta opção, segundo cremos, duas ponderações fundamentais: por um lado, a corrente de Littré encontrava-se em maior consonância substancial e metodológica com o horizonte eclético do cientismo perfilhado pelos nossos positivistas; por outro, a sua postura democrática compaginava-se perfeitamente com os objectivos da propaganda republicana, que via no sufrágio universal e nas tradições do radicalismo liberal o melhor meio de revivência da soberania da nação. Foi precisamente em nome dos direitos do homem e dos grandes princípios da liberdade do pensamento e da soberania popular que Sampaio Bruno, um dos nossos republicanos mais representativos — pouco atreito,

O Sagrado e o Profano

de resto, a aceitar, sequer, o reducionismo littréista — formulou a sua crítica ao comtismo político e ao seu «monstruoso ideal» de plutocracia e de presbiterocraeia. Littré e os seus seguidores encontravam-se, desta maneira, muito mais próximos dos grandes objectivos para que tendia, em Portugal, a propaganda republicana. A presbiterocraeia de que falava Bruno colidia com os desejos de organização de um Estado laico e neutral em matéria religiosa. Isto explica que um Júlio de Matos, um Teófilo Braga e um Teixeira Bastos, cultivando muito embora uma sentimentalidade cívica celebrada em centenários, exposições e congressos, e entronizando, sem propósitos de divinização, a noção de Humanidade, se tenham desviado, explícita ou implicitamente, dos dogmatismos cultuais da religião positiva, tais como foram aceites por alguns dos mais intransigentes testamenteiros de Comte. Assim se compreende, também, que Zeferino Cândido tenha replicado com rudeza a Ramalho Ortigão, nas páginas da revista coimbricense *O Século*, defendendo-se da acusação, expendida nas *Farpas* de Ramalho, de celebrar, acolitado por Manuel Emídio Garcia, as festividades do Grande Ser junto do altar de Madame de Vaux. Toda a sua argumentação vai no sentido de comprovar que a escola de Coimbra preferira Littré e Wyruboff à «dispepsia» laffitteana.

O nosso pensamento tradicionalista e nacionalista também distinguiu a sociocracia comteana com os seus favores, recordando, através da pena de António Sardinha, que Comte fora «um dos mestres da Contra-Revolução» e que a sua mensagem tinha influenciado poderosamente as concepções autoritárias de Charles Maurras. Por seu turno, Alfredo Pimenta foi ainda mais longe, quando defendeu a possibilidade de colocar o positivismo comteano ao serviço do pensamento católico e de o sintetizar com o neo-tomismo. É dentro desta linha que ambos se colocam quando atacam a figura de Teófilo, outrora venerada. Pimenta chega mesmo a considerar o positivismo teofiliano como uma lenda, declarando que o seu pendor littréista o converte num «espírito essencialmente reacionário, aferrado aos mitos do Livre-Pensamento e da Democracia, da Enciclopédia e da Revolução francesa — incapaz de se emancipar do domínio das Nuvens e dos Manipanos da Democracia».

Concluamos, pois, estas breves notas. Os diversos aproveitamentos que do positivismo puderam fazer-se no plano da organização social, resultaram da maior ou menor sujeição ao seu próprio espírito de sistema. Ora a ruptura de um sistema, permite a *deslocação* da teleologia que lhe é inerente

Positivismo Religioso e Social

nas mais distintas direcções. O positivismo, enquanto inspiração dominante, pôde ser, deste modo, simultaneamente democrático e anti-democrático, religioso (à sua maneira) e laico (à sua feição), nacionalista e trans-naeionalista, centralizador e federalista. O que não deixa de ser irónico para uma construção mental que pretendia alcançar para a sociologia um estatuto de verdade impassível, científica e irredutível.

A QUESTÃO RELIGIOSA NA 1.^a REPÚBLICA

A posição dos padres pensionistas

1. *Aspectos gerais*

O movimento republicano, que desaguou na revolução de 5 de Outubro, não se reduz a uma dimensão meramente política. O seu projecto era o de uma radical laicização das consciências e de uma secularização da sociedade, permitindo, assim, libertá-la da tradicional influência da Igreja católica. Com efeito, a República desencadeou uma vasta campanha anti-religiosa e anti-monárquica correlacionada com o objectivo de instauração da democracia e do liberalismo que apareciam como alternativa ao *statu nuo* político-ideológico. Com a nova situação política criada com a implantação da República, o Estado seria indiferente em matéria religiosa e isso permitiria, como consequência, a liberdade das igrejas. A «questão religiosa» não era uma novidade no panorama político português, pois desde o pombalismo e dos inícios do liberalismo que se travava um debate sobre este assunto. No entanto, ñas décadas anteriores à revolução republicana, adquirira novos ingredientes e tornara-se num dos aspectos fundamentais da vida nacional.

Com o estabelecimento do novo regime o Governo Provisório encetou uma política laicizadora que aparecia como a concretização de um ideário desde há muito expresso. Assim, a legislação de Pombal e de Joaquim António de Aguiar era reposta em vigor, o que implicava a expulsão dos jesuítas do país, a extinção das restantes ordens religiosas e o des-

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Agradeço ao Prof. Doutor Oliveira Marques a gentileza que teve ao facultar-me a consulta de parte da correspondência de Afonso Costa.

O Sagrado e o Profano

térro para o estrangeiro dos que se recusassem a viver secularmente em Portugal. A par destas medidas, abolia-se o juramento religioso, proibia-se o ensino confessional, secularizavam-se os cemitérios, reformava-se o ensino (primário e superior) e publicavam-se as leis do divórcio, da família, do registo civil obrigatório e da Separação das Igrejas do Estado (0). Para além disso, proibiam-se as procissões, enfim tomavam-se várias medidas políticas cuja incidência tendia a desbloquear a sociedade em relação ao clericalismo e ao monarquismo até então reinantes.

Apesar do anticlericalismo da revolução republicana, que se traduziu no desacato e na perseguição de vários padres em Lisboa e na província, a atitude inicial da Igreja católica foi de expectativa e de um certo acatamento do novo regime. Por outro lado, se o anticlericalismo caracterizava a atitude das populações de certas regiões do país, isso não invalidava que muitos padres, desde cedo, manifestassem a sua adesão ao regime republicano. Na verdade Afonso Costa, novo ministro da Justiça do Governo Provisório, começou a receber correspondência de sacerdotes que manifestavam o seu incondicional apoio à República. A título de exemplo, referimo-nos a uma carta do padre de Avis, José da Silva Nunes, dirigida ao ministro na qual são expressos os seus sentimentos republicanos:

«Como cidadão português e sacerdote é-me extremamente grato cumprir o dever de saudar na presença de V. Ex.^a calorosamente, o novo regime.....

E continuava:

«comunico a V. Ex.^a a minha adesão lealíssima à República, como já fiz aos Nobres Ministros do Interior e das Finanças» (2).

C¹) R. Miguel ds Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1940, pp. 303-309. Sobre o mesmo assunto, veja-se também, Joaquim Maria Lourenço, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, s.d., p. 96 e ss., A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 55-63, Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais, s.d., pp. 242-245 ou, ainda, Jesus Ramos, «A Igreja e a I República — a reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911», *Didaskália*, Fase. 1 e 2, vol. XIII, pp. 255-257.

(2) *Fundo político do espólio de Afonso Costa*, a publicar pelo Prof. Oliveira Marques.

A Questão Religiosa na 1.ª República

Esta é, aliás, apenas uma das variadíssimas cartas do clero paroquial, que existem no espolio de Afonso Costa reveladoras da adesão de parte do baixo clero à República. Cremos que na base desta atitude estaria a situação de muitos sacerdotes, mas certamente que aspectos emotivos, ou o simples oportunismo político ajudam a explicar a posição de muitos outros. Se parece não haver dúvidas sobre a influência da ideologia republicana sobre alguns sectores do clero, as razões de ordem económica, nomeadamente as dificuldades que muitos padres sentiam em obter a sua sustentação, estão também na origem da sintonia de alguns deles com a nova ordem política. Assim, não nos surpreende que vários eclesiásticos sentissem preocupação com os termos em que seria elaborada a anunciada Lei da Separação do Estado das Igrejas.

A atitude do alto clero, por seu lado, era cautelosa. De facto, ainda no mês de Outubro de 1910, encontramos uma missiva do bispo do Algarve António Barbosa Leão, dirigida a Afonso Costa, na qual o prelado manifestava o desejo de «respeitar os poderes constituídos...» (3). Quer-nos parecer que, por esta e outras posições semelhantes, parte da hierarquia católica evitava hostilizar o novo regime e daí a sua prudência. Nesta linha, também o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, uma semana após o deflagrar da revolução em Lisboa, mostrava o seu acordo com a República, em correspondência dirigida a Bernardino Machado, ministro dos Estrangeiros:

«O governo provisório, de que V. Ex.^a faz parte, já está informado de que, logo que pela autoridade fui ciente de estar proclamado em Lisboa o novo regime, declarei aceitá-lo, como expressão da vontade nacional, e permiti que neste Paço se hasteasse a bandeira Republicana» (4).

Creemos, porém, que esta adesão inicial à República dos bispos mais moderados se devia à necessidade por eles sentida da reinserção na nova ordem política que evitasse as clivagens entre o Estado e a Igreja católica, pronunciadas pela Lei da Separação. Daí que o arcebispo de Évora, ao referir-se ao novo regime, dê uma certa ênfase ao modelo político republicano do Brasil que, na sua óptica, poderia ser tomado como exemplo pelo Governo Provisório da República, espe-

(3) *Idem, ibidem.*

(4) D. Augusto Eduardo Nunes, «Carta dirigida a Bernardino Machado», *Alvorada*, Évora, n.º 25, ano 25, série III, Out.-Dez., 1963.

O Sagrado e o Profano

cialmente, no que dizia respeito ao novo relacionamento entre o Estado e as Igrejas⁽⁵⁾.

Pelo que se viu urna parte, ainda que minoritária, do baixo clero aderiu à República e, por razões conjunturais, certos prelados também aceitaram, pacificamente, o novo regime. Sendo assim, conclui-se ser errada a tese de alguns segundo a qual a Igreja católica se teria oposto globalmente à República. Na verdade, os documentos comprovam que se estabeleceu, sobretudo após a publicação da Lei da Separação, uma fractura no seio da estrutura eclesiástica. Os bispos, perante as medidas laicizadoras que a República tomou, uniram-se e desobedeceram à nova autoridade política. De facto, a hierarquia católica, passada a fase inicial, reagiu em bloco contra a nova ordem política, enquanto uma parte significativa do clero paroquial tomou uma posição republicana.

No contexto de hostilidade do regime à Igreja católica, o bispo de Beja, ameaçado de morte pela população viu-se forçado a abandonar a sua diocese e a refugiar-se em Sevilha⁽⁶⁾. Em virtude do desenvolvimento do processo anti-religioso o episcopado reuniu em Dezembro de 1910 e aprovou uma pastoral colectiva que seria publicada em Fevereiro do ano seguinte. Neste documento, redigido em estilo moderado, era condenada a legislação republicana sobre a problemática religiosa. Os prelados afirmavam aí não poder «continuar silenciosos e impassíveis em tão excepcional conjuntura» e consideravam que «angustiosa, gravíssima é a crise porque está passando a nossa pátria sob o aspecto religioso». Esta realidade justificava, na perspectiva do episcopado, a sua intervenção através do recurso à publicação da pastoral. Situação «triste e amarga», mas não «insólita e imprevista», eis como a alta hierarquia da Igreja católica se referia à «questão religiosa».

⁽⁵⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁶⁾ Era bispo de Beja D. Sebastião de Vasconcelos. Em consequência da sua es. adia em Espanha o governo suspendeu-o de todas as temporalidades e declarou nulas as nomeações que ele fizera. Depois da correspondência trocada entre o arcebispo de Évora e as autoridades republicanas, com vista a encontrar uma solução para a diocese de Beja, acabou por se chegar a um acordo. A Santa Sé nomeou D. Augusto Nunes, Administrador Apostólico dessa diocese. Este, por sua vez, delegou as suas funções num vigário geral, o presbítero Francisco António Rosa da Fonseca, pároco aposentado de Ferreira do Alentejo. (*Alvorada*, Évora, n.º 25, ano XXV, série III, Out.-Dez., 1963). D. Sebastião de Vasconcelos viria a publicar, em 1912, as *Palavras de um exilado*.

A Questão Religiosa na 1.ª República

Para isso, contribuía «a *negatividade* levada a todos os extremos», a rejeição da metafísica e a sua substituição pelo «árido positivismo», a recusa em filosofia do «livre arbítrio» e da «responsabilidade moral» substituídos pelo «determinismo» e pela «fatalidade», a oposição em política à autoridade, a difusão da anarquia e, por último, a negação em economia da «propriedade particular» e a exaltação do «coletivismo socialista». Nesta linha, o episcopado identificava também a irreligiosidade republicana com uma atitude anti-social, anti-nacional e anti-patriótica, uma vez que concebia a religião como uma das condições da educação, do progresso e da harmonia social (7). De acordo com a doutrina da Igreja, reafirmava-se que a instituição eclesiástica não tinha preferência por nenhum dos regimes e que, por isso, os católicos deveriam submeter-se à democracia nascente. A posição dos bispos, se bem que crítica em relação à legislação anti-católica do Governo Provisório, deixava, no entanto, a porta aberta para um eventual acordo com o regime republicano. Procurava-se com este tom, apesar de tudo conciliatório, evitar que a Lei da Separação pudesse quebrar, definitivamente, os elos que ainda ligavam o Estado à Igreja.

O Governo não assumia, porém, uma política igualmente branda para com a instituição eclesiástica uma vez que Afonso Costa, a pretexto da ausência de solicitação do «beneplácito» para a publicação da carta colectiva dos bispos, proibiu a sua leitura nas igrejas (8). Nesta situação, alguns prelados como o do Porto, D. António Barroso, desobedeceram às autoridades republicanas (9). Este facto, abriu caminho a um conflito

(7) *Pastoral colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal, 1911. Sobre a evolução histórica do beneplácito em Portugal, veja-se, Manuel de Oliveira Chaves e Castro, A Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal de 24 de Dezembro de 1910 e o Beneplácito do Estado, Coimbra, Tipografia França Amado, 1911, p. 6 e ss.*

(8) Depois de imprimido na Guarda, o documento foi enviado para todas as dioceses. Nessa cidade a pastoral foi lida nas paróquias nos penúltimo e último domingos de Fevereiro. Nas localidades do resto do país muitos padres liam-na, ou preparavam-se para a ler no primeiro domingo de Março quando foram proibidos pelo governo. Sobre este assunto veja-se, J. A. Ferreira. *Notas biográficas do Ex.mo Senhor D. Manuel Vieira de Matos*, Famalicão, 1927, p. 30.

(9) O bispo do Porto foi, em consequência, expulso e a sede episcopal considerada vacante. A este propósito, veja-se Manuel Luiz Coelho da Silva, *Dez meses de Governo do Bispado do Porto*, Guimarães, Pap. Enc. e Tip. Minerva Vimaranesense, 1912, pp. 12-22, ou, ainda, A. Jesus Ramos, *ob. cit.*, pp. 267-269.

O Sagrado e o Profano

entre o poder político instituído e o episcopado cujas consequências se traduziram no desterro dos prelados das suas dioceses, por dois anos. Prenunciava-se assim o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé após a publicação da Lei da Separação ⁽¹⁰⁾.

2. A Lei da Separação do Estado das Igrejas

Desde há muito que os republicanos tinham como um dos seus objectivos a Separação do Estado das Igrejas. Por isso, nos inícios de 1911, aguardava-se a publicação de uma lei que pusesse fim ao regime concordatário que desde longa data vigorava no nosso país. Porém, se é certo que foram os republicanos os propugnadores do sistema, também do lado católico havia quem defendesse um novo quadro jurídico para as relações entre as duas instituições. Nesse sentido, Santos Farinha realizou uma conferência em 12 de Fevereiro de 1911 e nela defendeu a Separação da Igreja do Estado. Retomando o princípio de Montalembert — *Igreja livre no Estado livre* — o conferencista discordava do regime concordatário entre nós estabelecido e, como alternativa, sugeria a laicidade do Estado e a sua autonomia. Para isso, tomava como modelos países regulados por este sistema como era o caso dos Estados Unidos, da Dinamarca, da Suíça, da França e do Brasil ^{O¹}.

Em 20 de Abril de 1911 era, finalmente, publicada por Afonso Costa a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Se é certo que, no dizer do seu autor, se pretendeu elaborar um diploma «à portuguesa» cremos que a legislação francesa de 1905 sobre esta matéria influenciou, em alguns aspectos decisivamente, o nosso ministro da Justiça. O decreto transpirenaico aprovado no Parlamento, por maioria, a partir do relatório Briand, foi o ponto de chegada de um longo movimento de laicização e de secularização iniciado em 1789. Ao aprovarem a lei os deputados franceses puseram termo

⁽¹⁰⁾ Desde as medidas legislativas do Governo Republicano em matéria religiosa, que as relações com a Santa Sé pioravam. Logo em 20 de Outubro de 1910, o nuncio apostólico, Monsenhor Júlio Tonti abandonou Lisboa e deixou a substituí-lo como encarregado de negócios, Monsenhor Bento Aloisi Masella. A publicação da Lei da Separação provocou de imediato, o corte de relações diplomáticas com o Vaticano (Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, pp. 245-248).

^{O¹}) Santos Farinha, *Egreja Livre*, Lisboa, Cernadas e C.^a Livraria Editora, 1911, p. 7 e ss.

A Questão Religiosa na 1.ª República

a um conflito de grande violência entre a Igreja e a República. Assim, a Separação é urna das datas fundamentais da historia política, social e religiosa da França do século XX. Aos olhos dos contemporâneos, o essencial da luta política passava pela «questão religiosa». Nessa conjuntura a República assumia como batalha decisiva a luta contra o clericalismo e, por isso, não admira que a aplicação da lei suscitasse as mais vivas controvérsias e desencadeasse as maiores paixões. O problema religioso em França era, de facto, extremamente importante e nessa medida, a crise da Separação não se reduzia a um mero episódio de história política. Pelo contrário estava no centro da vida francesa (12).

Em Portugal, para os republicanos, a «questão religiosa» constituía um dos elementos primordiais, na luta pela resolução do problema político. Sendo assim, teriam que ser tomadas medidas no sentido de criar um novo relacionamento entre o Estado e as Igrejas. Para o efeito foi publicado o decreto do Governo Provisório. A nova lei era constituída por sete capítulos: da liberdade de consciência e de cultos, das corporações e entidades encarregadas do culto, da propriedade e encargos dos edifícios e bens, da fiscalização do culto público, do destino dos edifícios e bens, das pensões dos ministros da religião católica e, por último, por disposições gerais e transitórias (13).

De um confronto entre o nosso diploma e o decreto francês logo se nos revela a grande influência que este exer-

(12) Jean-Marie Mayer, *La Séparation de L'Eglise et de L'État (1905)*, Collection Archives Julliard, Paris, 1966, p. 10. Para o conhecimento do processo de Separação em França e da actividade que o alto funcionário protestante, Louis Méjan, desempenhou na elaboração do relatório Briand, veja-se, L. V. Méjan, *La Séparation des Églises et de l'État*, Paris, P.U.F. 1959, p. 12 e ss. Sem pôr em causa a importância de Louis Méjan neste processo, Véronique Bedin procura demonstrar que o papel determinante na elaboração da Lei da Separação francesa coube ao deputado do Loire, Aristide Briand. A este propósito veja-se, Véronique Bedin, «Briand et la Séparation des Églises et de l'État: La Commission des Trent-trois», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome XXIV — Juillet-Septembre, 1977, pp. 364-390. Sobre o processo da Separação e as suas implicações veja-se, também, Adrien Dansette, *Histoire Religieuse de la France Contemporaine, L'Eglise catholique dans la mêlée politique et sociale*, Paris, Flammarion, 1965, pp. 597-625.

(13) Augusto de Oliveira, *Lei da Separação. Subsídios para o estudo das relações do Estado com as Igrejas sob o regime republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, pp. 40-111. Sobre o decreto veja-se, também, Carlos de Oliveira, *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914.

ceu sobre Afonso Costa. A título de exemplo podemos referir o art.º 1.º do texto português que estabelecia a liberdade de consciência tal quai a lei francesa, ou ainda o art.º 4.º ⁽¹⁴⁾ que é a mera tradução do art.º 2.º do código transpirenaico. É certo que não podemos aqui, obviamente, estabelecer um estudo comparativo de forma exaustiva entre os dois textos. Pensamos antes que o importante é a conclusão de que, em termos jurídico-ideológicos, a Separação em Portugal foi, em grande parte, o reflexo da influencia do diploma francês.

Com o novo quadro legal a religião católica deixou de ter no nosso país, o estatuto de religião de Estado e, em consequência todas as igrejas passaram a ser igualmente autorizadas (art.º 2.º). Deste modo, o Estado adquiria a plena laicidade. Se é certo que os diversos sectores de oposição católica rejeitavam na globalidade a lei havia, porém, três vectores que, a nosso ver, geravam a polémica. Em primeiro lugar, a Igreja não aceitava que fossem as cultuais ⁽¹⁵⁾ a administrar a vida religiosa e os bens que lhe foram retirados. Em segundo lugar reagia contra a expropriação dos seus bens. Finalmente, o legislador, ao criar a categoria do padre pensionista com o objectivo de estabelecer um vínculo entre este e o regime republicano, abria caminho a uma divisão no baixo clero que se iria repercutir no seio da própria Igreja. Vejamos mais em pormenor este último aspecto. O capítulo VI da lei estabelecia as regras que estavam na base das pensões a atribuir aos ministros da religião católica. De facto, com a situação que decorria do novo quadro legal, os padres tinham direito a receber da República uma pensão vitalícia anual fixada de acordo com a especificidade da vida de cada um e do meio social em que se inseria. Para isso, os sacer-

⁽¹⁴⁾ Este artigo determinava que «A República não reconhece, não sustenha, nem subsidia culto algum; e por isso, a partir do dia um de Janeiro próximo futuro, serão suprimidas nos orçamentos do Estado, dos corpos administrativos locais e de quaisquer estabelecimentos públicos todas as despesas relativas ao exercício dos cultos». Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, p. 41.

⁽¹⁵⁾ As cultuais já rejeitadas em França pela Igreja católica e também inseridas na lei portuguesa eram corporações laicas que tinham como funções a administração dos bens expropriados à Igreja e a gestão da vida religiosa das paróquias. Em termos práticos, às cultuais, cabia regular os emolumentos ou benesses a oferecer aos eclesiásticos pelos fiéis, a nomeação dos sacristãos e a direcção entre outros aspectos, das Igrejas e residências eclesiásticas. Com esta medida os republicanos colocavam, intencionalmente, a organização religiosa das paróquias nas mãos dos anticlericais e ateus. Daí a reacção da Igreja católica contra estas corporações que excluía do seu seio os eclesiásticos.

A Questão Religiosa na 1.ª República

dotes deveriam requerer ao Estado as verbas a estabelecer pelas Comissões de pensões eclesiásticas distritais. Com a finalidade de superintender o trabalho dessas estruturas regionais o governo criou a «Comissão Nacional de Pensões Eclesiásticas» que funcionava no Supremo Tribunal de Justiça C¹⁶). A situação do pároco alterava-se, bastante, dado que se transformava num funcionário do Estado.

Pelo seu radicalismo, a Lei da Separação não só declarava guerra à Igreja como contribuía para afastar os sectores católicos moderados e hesitantes do regime, em especial, a norte do Mondego. Segundo a interpretação de Vasco Pulido Valente, as medidas de Afonso Costa, neste campo, estiveram na origem da hostilização dos moderados do P.R.P., dos seus aliados «adesivos» e dos conservadores em geral. O ministro republicano teria assim esvaziado, habilmente, o centro político, o que provocou uma bipolarização entre monárquicos por um lado e radicais republicanos pelo outro ⁽¹⁷⁾. Que tivesse sido assim ou não, o que é certo é que a Lei da Separação se identificava com a República e, por isso, esteve na origem de conflitos e polémicas. De um lado, os católicos e monárquicos insurgiram-se através da imprensa e da literatura contra a nova realidade político-eclesiástica. Do outro lado, situava-se a posição dos republicanos que recorriam às mesmas armas para defenderem Afonso Costa e o conteúdo da sua legislação.

A hierarquia da Igreja, que até à publicação da lei manteve uma atitude relativamente moderada, reagiu de imediato lançando o «Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911, que separa o Estado da Igreja». Para os prelados faltava ao diploma dois requisitos e, por isso, não lhe podiam «reconhecer força de lei». Por um lado, na óptica do episcopado, o decreto reflectia a ausência do «eterno e inviolável princípio do justo». Por outro, não expressava o «sentimento e a vontade da maioria dos cidadãos». A lei era classificada pela hierarquia católica como fonte de injustiça, opressão, expoliação e ludíbrio. O alto clero condenava também neste documento a perda da sua independência na esfera espiritual, rejeitava as corporações laicas, o «colectivismo socialista» expresso na apropriação pelo Estado dos bens da Igreja e o beneplácito que se exigia para publicação de documentos papais e episcopais. Os bispos

⁽¹⁶⁾ Augusto de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 87-98.

⁽¹⁷⁾ Vasco Pulido Valente, *O poder e o Povo, a Revolução de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982, p. 186.

O Sagrado e o Profano

ainda que aceitassem, criticamente, o princípio da «Igreja livre no Estado livre» rejeitavam a nova situação que, para eles, impunha de facto o princípio «Igreja escrava no Estado senhor». Nesta perspectiva, a Separação aparecia-lhes como uma «declaração de guerra», e uma «hostilidade formal» à instituição católica. Apesar disso a hierarquia não pregava a revolta. Pelo contrário, o documento aparecia antes como uma queixa ou um protesto⁽¹⁸⁾.

A Santa Sé, por seu lado, seguia atentamente o desenrolar dos acontecimentos. De facto, Mons. Masella⁽¹⁹⁾ encarregado de negócios da Nunciatura, no nosso país, estabelecia o contacto entre o episcopado e Roma, muitas vezes através da Nunciatura de Madrid. Assim, já em Março de 1911, Pio X dirigira ao patriarca de Lisboa e aos bispos uma epístola na qual era aprovada a doutrina expressa na pastoral colectiva de Dezembro do ano anterior e se exortava o alto clero a lutar pela defesa da Igreja e dos cristãos⁽²⁰⁾. Entretanto, em 24 de Maio, foi publicada, em Roma, a Encíclica *Jandudum in Lusitania* que condenava a «péssima e perniciosíssima» lei. Os termos em que foi redigido o documento fazem-no coincidir, em grande medida, com a posição crítica já assumida pelos bispos portugueses. De facto, para o papa o decreto não tinha como finalidade a Separação das duas instituições, mas a redução da Igreja, no temporal, «à penúria extrema» e, no que concerne ao poder eclesiástico e espiritual, «oprimi-la e entregá-la como escrava nas mãos da República». Por outro lado, Pio X, insurgia-se contra as cultuais que excluía «o clero da organização do culto» e contra a sobreposição do Estado em relação à autoridade da Igreja, porque podia legislar sobre assuntos referentes à formação dos sacerdotes. O papa, rejeitava assim, na globalidade, a lei, acusando-a de rescindir «tratados solenemente concluídos entre Portugal e a Santa Sé», de violar «o direito natural e o das gentes» e de esbulhar «a Igreja da posse justíssima dos seus bens». Em síntese, a estrutura hierárquica da Igreja católica — papa e episcopado português — coincidiam na sua crítica ao* novo

⁽¹⁸⁾ «Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911, que separa o Estado da Igreja», in Joaquim Maria Lourenço, *ob. cit.*, pp. 171-177.

⁽¹⁹⁾ Para o conhecimento das relações epistolares entre o arcebispo de Évora e Mons. Masella, veja-se, Jerónimo de Ancântara Guerreiro, *Mons. Aloisi-Masella e o Arcebispo de Évora*, D. Augusto Eduardo Nunes, Évora, 1968.

⁽²⁰⁾ A. Jesus Ramos, *ob. cit.*, p. 277.

A Questão Religiosa na 1.ª República

estatuto que passava a reger as relações entre o Estado e as Igrejas em Portugal.

Nas hostes republicanas não havia, porém, plena unanimidade de pontos de vista sobre esta questão. Assim, na sessão parlamentar de 26 de Junho de 1911, Eduardo Abreu apresentou um relatório e projectos de Lei sobre a Separação das Igrejas do Estado (21). O deputado conhecia as experiências dos diversos países europeus e do Brasil respeitantes às relações do Estado com as Igrejas. No que concerne a este último país a Lei de Separação era bastante mais simples que a portuguesa. Basta dizer que apenas tinha sete artigos. Nela era assegurada a todos os Estados Federais a plena liberdade de crenças e o exercício do culto. Por outro lado, estabelecia-se a liberdade de associação religiosa que poderia ser usufruída pelos indivíduos, pelas igrejas, e pelos institutos. No art.º 5.º estabelecia-se que a República deveria respeitar os bens das Igrejas e reconhecia-se a sua personalidade jurídica, assim como, a das confissões religiosas de tal modo que podiam adquirir e administrar bens. No art.º 6.º o Governo Federal comprometia-se a assegurar a sustentação dos serventúrios do culto católico e a subvencionar, por um ano, as cadeiras dos seminários. Por último, a República brasileira, deixou livre a cada Estado federal manter os ministros dos vários cultos desde que fossem guardadas as disposições da lei (22). Como se vê o Estado laico do país irmão permitia com este decreto «liberal» e «tolerante» que as Igrejas mantivessem a sua base económica e comprometia-se, inclusivamente, a apoiar financeiramente as actividades eclesiásticas. Pensamos, assim, que o projecto de Lei de Eduardo Abreu bastante mais moderado que o texto de Afonso Costa, foi inspirado no modelo de Separação brasileiro. Basta dizer que, de acordo com o articulado da sua proposta, o Estado renunciava ao beneplácito e que nem as cultuais, nem as pensões ao clero eram previstas. Neste último caso, apenas os padres com direitos de aposentação adquiridos antes da proclamação da República, poderiam receber uma pensão anual vitalícia. Eduardo Abreu pretendia, segundo cremos, reconciliar o Estado com a Igreja criando um *modus vivendi* pacífico para as duas instituições. Pensamos, no entanto, que a sua voz

(21) Eduardo Abreu, *Separação das Igrejas do Estado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 5 e ss.

(22) «Lei da Separação das Igrejas do Estado da República do Brasil», in J. A. Moreira d'Almeida, *A Separação do Estado e das Igrejas*, Lisboa, Tipografia Editora José Bastos, 1911, pp. 57-58.

O Sagrado e o Profano

soou isolada no Parlamento, não tendo a sua proposta sequer sido discutida. No mesmo debate o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, interpelado por alguns deputados, teve necessidade de explicar a posição anti-jesuítica e anti-congreganista do Governo. Porém, apesar desse anticlericalismo típico dos republicanos, o ministro garantia o respeito do Executivo pelas igrejas estrangeiras estabelecidas no nosso país (23).

Ao nível da imprensa a polémica sobre a Lei da Separação estalou no período seguinte à sua publicação. De um lado, jornais republicanos como *O Mundo* veiculavam uma posição favorável à legislação de Afonso Costa. Os seus redactores procuravam estabelecer uma linha de divisão entre a democracia portuguesa e Merry del Val (24), os jesuítas e um grupo de «beatos de ofício». A lei da Separação, como se conclui de uma leitura da imprensa identificada com o novo regime, foi uma espécie de bandeira de luta que os republicanos ergueram contra as forças clericais e monárquicas. Do outro lado, jornais como *O Dia*, *A Nação* e o *Porto* dirigiam, indistintamente, as suas críticas ao diploma e a Afonso Costa. Pelejava assim a imprensa conservadora, como sempre, contra as cultuais, as pensões, o beneplácito, etc. Nesta situação de polémica entre forças antagónicas saíram, também, em defesa do diploma duas instituições que já antes da República fomentavam uma forte campanha anticlerical: a Associação dos Logistas de Lisboa e a Associação do Registo Civil (25).

A hierarquia católica resistiu como pôde à aplicação do decreto. Daí que, sob formas diversas, os bispos tomassem posição contra a prossecução da política republicana, no domínio religioso. O governador do bispado do Porto, Manuel Luiz Coelho da Silva, aconselhava os seus padres a rejeitar as pensões. Por outro lado, o patriarca António Mendes Belo convidava o clero a protestar contra os inventários das igrejas.

(23) Sobre esta discussão parlamentar emre os deputados Sebastião Baracho e Eduardo Abreu com Bernardino Machado, veja-se, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 10, de 29 de Junho de 1911.

(24) Era Cardeal e Pio X nomeou-o secretário de Estado do Vaticano. Foi o braço direito de toda a actividade reformadora deste papa, no campo religioso e político, conseguindo a aproximação de vários Estados com a Santa Sé. Mais tarde Bento XV entregar-lhe-ia os mais importantes cargos da Igreja.

(25) Eurico de Seabra, *A Igreja, as Congregações e a República*, Lisboa, Tipografia Editora José Bastos, s.d., vol. II, pp. 1144-1148.

A Questão Religiosa na 1.ª República

O bispo da Guarda, Manuel Vieira de Matos ⁽²⁶⁾ em ofício dirigido ao ministro da Justiça, atacava a lei. O prelado, de Portalegre usando, em viagem, hábitos talares em desrespeito à legalidade sujeitava-se à ira popular assanhada pelo anticlericalismo de alguns sectores da população. Enquanto isto, os bispos franceses de Reims, Lyon e Bordéus saudavam a atitude de resistência do episcopado português ⁽²⁷⁾. Neste quadro de oposição da hierarquia católica ao Governo republicano, o patriarca enviou, ao clero uma circular na qual ordenava «que nenhum Pároco, nenhum sacerdote, nem católico algum pode tomar parte em associação cultural, ou contribuir directa ou indirectamente para a sua formação, no sentido e nos termos do Decreto com força de lei de 20 de Abril próximo pretérito, sob pena de ser para todos os efeitos havido e considerado cismático, e como tal incurso nas penas consignadas contra os cismáticos na Bula *Apostolicae Sedis*» ⁽²⁸⁾. Rejeitando a participação dos católicos nas culturais, o prelado abria um conflito com os republicanos. Em consequência disso, ainda nesse mês de Dezembro, o Governo comunicava-lhe que lhe tinha sido levantado um processo disciplinar em virtude da sua circular não ter recebido beneplácito do poder. Neste dissídio o patriarca defendeu-se invocando a Constituição e o princípio da livre expressão do pensamento nela consagrado (art.º 3.º, n.º 13), enquanto o ministro declarava desobedientes o patriarca António Belo e o arcebispo-bispo da Guarda, Manuel Vieira de Matos, por se terem oposto à formação das culturais. Como epílogo desta contenda, o novo ministro da justiça, António Caetano Maccieira Júnior, decretou a proibição de residência durante dois anos aos dignitários eclesiásticos referidos. Esta medida seria, aliás, extensiva aos restantes prelados. Entretanto, o cabido e o clero paroquial de Lisboa solidarizaram-se com o patriarca em mensagem então publicada. Antes de partir para o seu «exílio» em Gouveia, sua terra natal, D. António Belo fez a tradicional recepção de início do ano em S. Vicente, transformando-se depressa esse acontecimento numa manifestação monárquica e clerical. Dias depois a vila serrana, em peso,

⁽²⁶⁾ Sobre o conflito entre este bispo e as autoridades republicanas, veja-se, J. A. Ferreira, *ob. cit.*, pp. 31-98.

⁽²⁷⁾ Eurico de Seabra, *ob. cit.*, pp. 1149-1151.

⁽²⁸⁾ A. Ayres Pacheco, *A expulsão do Senhor Patriarca D. António I, documentos para a história da perseguição religiosa em Portugal*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Académica de Pires e C.ª, Lisboa, pp. 20-21.

O Sagrado e o Profano

recebeu-o calorosamente tendo para o efeito paralisado as suas actividades (29).

Afonso Costa defendeu o princípio da Separação no parlamento em 1911, voltando a fazê-lo três anos depois. A sua argumentação podia então apoiar-se na Constituição da República que consagrava o novo quadro jurídico para as relações entre o Estado e a Igreja. Por outro lado, o legislador reafirmava que, apesar das lutas travadas em torno da «questão religiosa», a lei se transformara numa realidade. Assim, o combate que lhe moviam os sectores mais conservadores representava, para o líder republicano, uma luta geral contra o próprio regime. É certo que Afonso Costa sublinhava o «fanatismo intolerante dos clericais», porém também constatava que uma parte significativa de eclesiásticos procurava colocar-se numa linha de concordância com a ordem política pós-revolucionária (30).

Quando em Março de 1914 o decreto voltou à «ordem do dia» no Parlamento, a Câmara mostrou a sua anuência ao princípio da Separação. No entanto, enquanto um sector republicano criticava o «radicalismo» da lei, outra ala, fiel a Afonso Costa, continuava a defendê-la, no fundamental. Na discussão então travada deputados republicanos do Partido Evolucionista, como Rodrigo Fontinha, preconizavam a «separação pura» e invocavam Briand e a lei francesa de 1905. No entanto, apresentavam os modelos de Separação dos Estados Unidos e do Brasil como os exemplos a seguir para a alteração do sistema de relações entre o Estado e as Igrejas no nosso país. Daí o ataque que faziam às cultuais, à proibição das doações ao culto por testamento, à ilegalidade no uso de vestes talares, às pensões, etc. Do lado dos defensores do diploma, invocava-se a Constituição da República, com o argumento de que a neutralidade religiosa do Estado nela consagrada impedia, à partida, que o texto fosse posto em causa (31).

(29) *Idem, ibidem*, p. 66.

(30) Referindo-se ao seu decreto Afonso Costa afirmava no Parlamento: «após a publicação dessa Lei, contra ela, se evitou a deformação das gerações futuras, que deu a liberdade a todos os cultos, que evitou a imobilidade a que estavam condenados os capitais que se [achavam] nos cofres religiosos; que beneficiou as missões ultramarinas, contra ele fez-se uma conspiração de ódios que não ganhou terreno no povo porque ela saiu das entranhas desse povo, onde está inscrito em caracteres de fogo a palavra República». A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa, Discursos Parlamentares 1914-1926*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 54.

(31) *Diário da Câmara dos Deputados, de 11-3-1914*.

A Questão Religiosa na 1.ª República

Na mesma perspectiva de defesa da lei situava-se Eurico de Seabra, um dos mais bem documentados e acérrimos defensores da nova legislação. Em *A Igreja, as Congregações e a República*, extenso texto bem informado, mas ideologicamente sectário, o autor defendia a tese segundo a qual o decreto era uma das peças essenciais para a consolidação da democracia e, habilmente, procurava inverter as acusações da propaganda católica mostrando que, se a lei era anti-romana, não deixava de se conciliar com os ideais dos evangelhos ⁽³²⁾. Para além disso, demonstrava, que na raiz das críticas que as forças conservadoras moviam ao texto estavam atitudes simplesmente emotivas, ou ignorantes.

Nesta polémica, do lado monárquico-clerical, destacou-se J. A. Moreira de Almeida através de uma série de artigos publicados nos meses de Abril e Maio de 1911 no jornal *O Dia* reunidos, posteriormente, em opúsculo com o título *A Separação do Estado das Igrejas*. Rejeitando globalmente a lei, o articulista procurava fazer crer que a «ditadura revolucionária» tinha como objectivo extinguir, a prazo, o culto católico em Portugal. Com a finalidade de iustificar tal asserção o director d'*O Dia* lembrava pretensas afirmações produzidas, nesse sentido, por Afonso Costa e Magalhães Lima.

É certo aue o jornalista conservador defendia a alteração do art.º 6.º da Carta Constitucional que definia o catolicismo como uma religião de Estado. Porém, a alternativa para um correcto relacionamento desta instituição com as Igrejas não passava a seu ver, pela solução «radical» republicana. Seria assim necessário encontrar uma outra via e, para isso, a Separação brasileira de 1890 poderia funcionar como paradigma jurídico em relação ao nosso código por ser mais liberal e pragmática. Pensamos contudo, que a Moreira de Almeida, como a outros sectores clericais, o modelo brasileiro da Separação se afigurava como o mal menor a aplicar em Portugal dada a nova situação política. O articulista, sabia aue iá não fazia sentido pugnar pelo velho regime concordatário, mas distanciando-se das teses republicanas, rejeitava a tutela e a fiscalização do Estado sobre a Igreja, como lhe parecia decorrer da lei de Afonso Costa. Por outro lado, não perdoava ao Estado laico a expropriação dos bens eclesiásticos, a funcionalização do clero, a reforma do ensino religioso e a continuação do beneplácito. Enfim, opunha-se à subordinação da esfera eclesiástica ao poder temporal.

(32) Eurico de Seabra, *ob. cit.*, p. 1121.

O Sagrado e o Profano

Por outro lado, Moreira de Almeida manifestava um certo ardor nacionalista e não se conformava com as disposições da lei em relação ao padroado do Oriente. É que, o jornalista temia a perda de posições de Portugal nessa área, o que se lhe afigurava negativo para um país que exercera uma missão religiosa secular na Índia, na China e na Oceania. Por último, o autor condenava a interferência do Estado na Junta da Bula da Cruzada. Esta instituição dispunha de uma verba proveniente das dádivas dos fiéis destinada ao financiamento do culto e às reparações das igrejas mais pobres. No entanto, o Governo republicano ordenara-lhe um inquérito o que causou alguma apreensão no seio da Igreja católica, que temia que fossem postos em causa os subsídios para a formação do clero. Daí que o articulista manifestasse preocupação em relação aos meios financeiros que de futuro seriam necessários ao ensino eclesiástico, tanto mais que o Estado deixara de subsidiar os cultos ⁽³³⁾.

Em síntese, eram estes os aspectos que as forças monárquico-clericais criticavam na nova situação eclesiástica. É certo, que os sectores conservadores se mostravam insatisfeitos com o regime concordatário do tempo da monarquia. No entanto, não aceitavam a plena neutralidade religiosa do Estado consagrada na lei, embora nos pareça, que a oposição dos reaccionários face à Separação fosse apenas o pretexto para uma luta mais geral contra o próprio regime. É que a nova lei era genuinamente republicana e, por isso, o seu significado político ultrapassava o mero esquema jurídico do seu articulado.

3. Os padres pensionistas

A Lei da Separação criava, como se viu, uma nova situação para o clero paroquial. Com a expropriação dos passais por um lado, e com a abolição das cômruas por outro, os padres ficavam privados das condições materiais necessárias à sua subsistência. Para obviar a isso, o Estado criou as pensões estabelecendo, simultaneamente, uma espécie de contrato com o sacerdote. Com efeito, o diploma funcionalizava a classe eclesiástica, o que não podia deixar de ter reflexos no seu posicionamento em relação ao regime. Na sequência

(33) Moreira de Almeida, *ob. cit.*, pp. 40-43.

A Questão Religiosa na 1.ª República

da publicação da lei e em virtude das circunstâncias específicas em que o país se encontrava, o clero dividiu-se. Uns aceitaram as pensões e procuraram viver integrados na ordem política republicana. Outros, pressionados pelos bispos e governadores de bispados, rejeitaram-nas manifestando assim a sua oposição ao poder político instituído. Outros abandonaram as suas paróquias e emigraram para o Brasil. Um outro grupo ainda, passou a raia da fronteira com a Espanha juntando-se aos monárquicos que conspiravam contra a República⁽³⁴⁾. Por último, apesar do fenómeno não ser sociologicamente significativo, também houve os *abdicatários* que, em face da nova situação socio-política e mental do país, não hesitaram em contrair matrimónio como aconteceu com o padre republicano da freguesia de Socorro (Lisboa)⁽³⁵⁾.

A revolução provocou, de facto, algumas mudanças ao nível de certos sectores sociais que se reflectiram no seio do próprio clero. É assim, que numa carta dirigida pelo arcebispo de Évora ao patriarca se pode ler:

«Mas isto aqui vai cada vez pior. Alguns (dois por ora) dos párocos depois de apanharem a pensão, abandonaram as freguesias. Um deles até deixou crescer o bigode, e retirou-se para Lisboa! Outro era colado e nem sequer fez renúncia do benefício. Dizem-me que também está na capital. Já tenho tido um pároco encarregado de 4 freguesias simultaneamente»⁽³⁶⁾.

Situações como estas não podiam deixar de preocupar o prelado, dada a exiguidade do clero no Alentejo. Se é certo que se pode estabelecer uma linha de ruptura entre os padres pensionistas e os sacerdotes que seguiram Roma e o episcopado, também havia clérigos que mantinham uma situação

⁽³⁴⁾ M. Abúndio da Silva, *Cartas a um abade sobre alguns aspectos da questão política-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz e C.^a, Livreiros Editores, 1913, pp. 301-303.

⁽³⁵⁾ Era pároco dessa freguesia o Rev. Ferreira da Silva. Desde cedo entrou em conflito com os seus superiores. Na sequência da publicação, no jornal *O Século*, de uma carta na qual condenava a atitude dos bispos sobre a «questão religiosa», este eclesiástico foi suspenso das suas funções. Posteriormente ao pedir licença para celebrar missa, Ferreira da Silva foi proibido de o fazer pelo prazo de 40 dias. Entretanto, os paroquianos rejeitaram o exercício do sacerdócio por qualquer outro clérigo na igreja do Socorro. No campo das ideias, o pároco rebelde, defendia a formação de uma Igreja nacional à semelhança da grega e da polaca. (*República*, 23-5-1911).

⁽³⁶⁾ D. Augusto Eduardo Nunes, «Carta dirigida ao patriarca», *Alvorada*, Évora, n.º 28, Out.-Dez., 1964.

O Sagrado e o Profano

ambígua em relação às pensões e ao regime republicano. Este facto, pode exemplificar-se com uma missiva de Filipe de Almeida para Afonso Costa remetida da Merceana em 8-1-1912:

«Consta-me que um padre de nome Geraldo Abílio Gomes de Pina, prior da freguesia de Aldeia Gavinha, do concelho de Alenquer, se insinuou por tal forma ao espírito de V. Ex.^a que conta com o seu valioso auxílio e sua boa amizade. Cumpre-me prevenir de que esse patifório jesuita e reaccionário provado não passa de um refinadíssimo pulha, que sempre foi um encarniçado inimigo da República e de todos os republicanos e muito principalmente de V. Ex.^a a quem por várias vezes dirigiu insultos muito pouco lisonjeiros para o íntegro carácter do meu amigo» (37).

Esta violência verbal dirigia-se a um tipo de padre que jogava, simultaneamente, com o republicanismo e o monarquismo protagonizado por Paiva Couceiro.

Seja como for é hoje indiscutível que uma parte do baixo clero se colocou ao lado da República. A correspondência dirigida a Afonso Costa comprova essa realidade. Não deixa de surpreender, no entanto, que alguns dos párocos republicanos vivessem em meios rurais, bem no interior do país, portanto, em zonas onde a influência do novo regime era menor. Como exemplo, podemos referenciar o caso de um padre do concelho do Sabugal ou, não obstante o seu estado de pobreza e a hostilização do bispo e dos clérigos dessa região, requerera a pensão continuando fiel à República. O mesmo acontecia, aliás, com o padre de Coja, do concelho de Vagos, que apesar da guerra que lhe era movida pelos conservadores, continuava a esperar pela verba do Estado. Ou ainda, o caso do sacerdote Saraiva, de Celorico da Beira, que requerera também a pensão, mas em virtude de lhe ter sido concebida uma verba muito baixa pensava abandonar a vida eclesiástica e dedicar-se a outra actividade (38). Estes padres eram, sem dúvida, dotados de uma grande coragem para defrontar a marginalização e o abandono a que eram, por vezes, votados pelas populações hostis à República. De qualquer modo, a influência do P.R.P., quando ocorreu, a revolução, era muito grande em quase todo o país. Assim, é hoje um dado adquirido que o novo ideal político, nas vésperas do «5 de Outubro», estava bastante difundido ao nível das capitais de distrito e nas sedes de concelho. Todavia, as

(37) *Fundo político do espólio de Afonso Costa.*

(38) *Idem.*

A Questão Religiosa na 1.ª República

dificuldades de penetração da ideologia republicana eram grandes nas zonas rurais, sobretudo nas de povoamento mais disperso. Nos anos posteriores, quando se assistiu ao fenómeno de consolidação do regime, a influência republicana sobre as populações não deixou de crescer, apesar da fragmentação do P.R.P. (39). Perante esta situação de mudança política, o clero não podia deixar de ser influenciado nas suas atitudes pela nova realidade. cremos, por isso, que o fenómeno dos sacerdotes desobedientes, se bem que específico, reflecte, de alguma forma, o avanço da ideologia republicana.

A lista de padres pensionistas publicada no *Diário do Governo* nos anos de 1911 e 1912 permite conhecer o seu número global e a sua distribuição geográfica. Assim, segundo essa fonte, requereram a pensão 766 sacerdotes num total de 3 000, o que equivale, a 25,5%. Este número não pode deixar de ser considerado como bastante significativo, se pensarmos que a hierarquia católica se opôs às pensões, exercendo forte pressão sobre os seus subordinados, para que as não aceitassem. Em virtude de não termos conseguido obter o número absoluto de sacerdotes, por distrito, não nos é possível estabelecer as percentagens regionais de padres desobedientes. Porém, tendo em conta apenas os clérigos que aceitaram as verbas concedidas pelo Estado pode verificar-se, através do mapa e dos gráficos, que os pensionistas se distribuíam por todo o país, incluindo os Açores e a Madeira. Nalgumas dioceses, como na do Porto, o seu número era, no entanto, estranhamente reduzido — 17 — já que na cidade nortenha o P.R.P. estava bem implantado (40). No entanto, o facto compreende-se se atendermos à grande influência que o governador do bispado exercia sobre o clero da sua área (41).

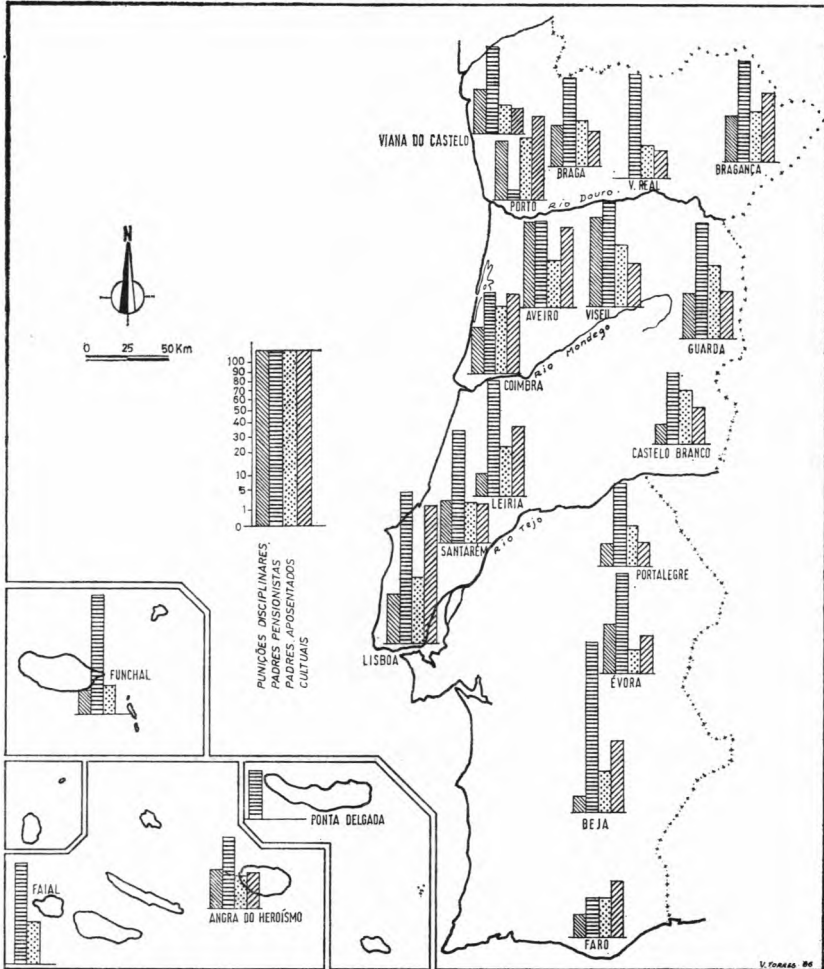
(39) *História da 1.ª República Portuguesa, as Estruturas de Base*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., pp. 581-585.

(40) os resultados das eleições legislativas comprovam que, em Lisboa e no Porto, o P.R.P. alcançou sempre as maiorias a considerável distância dos seus mais directos adversários. Se observarmos, somente, os resultados das eleições de 1911, verificamos que, em Lisboa, com 30 266 recenseados, o P.R.P. obteve 18 853 votos. No Porto, este partido, alcançou no mesmo acto eleitoral, 13 340 votos, sendo o número de recenseados 23 407. Daqui se conclui, que a percentagem de eleitores republicanos, nas duas cidades, não foi então muito diferente. Isto, apesar da influência e da militância republicana, nas décadas anteriores à revolução, ser muito maior na capital. *Idem, ibidem*, pp. 598-619.

(41) No distrito do Porto, com mais de 400 sacerdotes, apenas aceitaram a pensão 17. Tal facto, ficou a dever-se, certamente, à posição *rigorista* de Manoel Luiz Coelho da Silva e à campanha, então rea-

LEI DA SEPARAÇÃO

— SUA APLICAÇÃO —



A Questão Religiosa na 1.ª República

Noutras dioceses, mau grado o constrangimento dos prelados sobre os seus subordinados, o número de pensionistas era elevado, como acontecia no distrito da Guarda — 63. Sem o conhecimento da totalidade de clérigos por diocese torna-se, porém, difícil obter uma conclusão sobre o verdadeiro alcance do fenómeno pensionista em algumas zonas do país, especialmente, a norte do Mondego. Mas, como os gráficos mostram, as dioceses de Bragança — 38, de Braga — 29 e Viana do Castelo — 28, tiveram um número significativo de sacerdotes desobedientes. No entanto, para uma verdadeira compreensão do problema, nestes distritos, tem que se ter em consideração que aí se localizava uma maior densidade do clero. Por outro lado, é curioso verificar que nos Açores aceitaram a pensão 64 padres e na Madeira 53. O facto assumiu, porém, maiores proporções nos distritos de Lisboa — 85, Évora — 48 e Beja — 97. No caso da capital, há certamente, uma relação entre a influência republicana e o número de pensionistas, pois a nova ideologia encontrara aí uma grande difusão. No que se refere ao Alentejo, existem alguns testemunhos que ajudam a explicar a dimensão do fenómeno nessa província. É assim que numa carta dirigida pelo arcebispo de Évora ao patriarca, se pode ler que 50% dos párocos do distrito tinham aceitado a pensão. Foi, porém no distrito de Beja que se registou a maior percentagem desses padres. Referindo-se-lhe, especificamente, escrevia D. Augusto Eduardo Nunes:

«Enquanto à diocese de Beja, só sei por informação de há já bastante tempo, que apenas 6 ou 7 padres tinham rejeitado a pensão. O número de párocos em serviço supinho que não chegará a 100»⁽⁴²⁾.

Esta situação compreende-se se pensarmos que a Igreja católica no Alentejo tinha, as habituais, grandes dificuldades da penetração, como o comprova a correspondência trocada entre o arcebispo e o secretário da Nunciatura, Mons. Ma-

tizada, junto do baixo clero através de folhetos e de um opúsculo redigido pelo padre de Miragaia, Dr. Correia Pinto, o qual foi enviado a todos os padres do bispado. (Jesus Ramos, ob. *cit.*, p. 282).

⁽⁴²⁾ «Carta dirigida por Augusto Eduardo Nunes em 10-9-1912, ao Patriarca», *Alvorada*, n.º 28, Out.-Dez., Évora, 1964.

O Sagrado e o Profano

sella ⁽⁴³⁾. Respondendo às preocupações do prelado escrevia o diplomata:

«Confesso que a questão aludida me afigurou sempre grave, particularmente por causa da diocese de Beja» ⁽⁴⁴⁾.

Face a esta situação, as orientações do Núncio para o arcebispo, sobre os pensionistas, tinham em conta a particularidade eclesiástico-religiosa da região e, por isso, era aconselhada uma certa brandura para com estes sacerdotes. D. Augusto, à semelhança dos restantes bispos, exercia pressão sobre o clero para que este desistisse das pensões. Nesse sentido, enviou aos padres da sua área um questionário com carácter intimidatório ⁽⁴⁵⁾. No entanto, se analisarmos as posições assumidas pelo dignitário da cidade alentejana, concluímos que estamos perante um prelado moderado. Podemos observar, que o arcebispo achava «exagerada a guerra e injustas as recriminações» que os ultramontanos moviam a este sector do clero. Daí, a sua crítica a jornais católicos que, como *A Nação*, combatiam os pensionistas. D. Augusto Eduardo Nunes rejeitava a designação de *apostasia* utilizada pela imprensa reaccionária para classificar os pensionistas. A sua filosofia em relação a estes padres traduzia-se na ideia de não os favorecer, obviamente, mas também de os não suspender ou censurar. Neste sentido preconizava a «indulgência» para com todos aqueles que, forçados pelas necessidades materiais, tinham requerido a pensão. Sem metade do seu clero, o arcebispo não poderia, aliás, proceder de outra forma. Por outro lado, ao transmitir as suas preocupações sobre o problema eclesiástico da sua província comunicava ao patriarca:

«porque, além da sua ilustração e do seu critério, sabe muito bem o que é o Alentejo sob o ponto de vista religioso» ⁽⁴⁶⁾.

Pensamos, porém, que o indiferentismo e a irreligiosidade das populações alentejanas transcende, em muito, o período republicano. Esta fase, apenas comprova, uma rea-

⁽⁴³⁾ Bento Aloisi Masella viera para Portugal em 1908 para secretariar a Nunciatura em Lisboa. Quando o núncio Júlio Tonti, partiu para Roma em 20-10-1910, Masella continuou como secretário da delegação diplomática, permanecendo em Portugal até 1919.

⁽⁴⁴⁾ Carta de Mons. Masella para D. Augusto Eduardo Nunes, in Jerónimo de Alcântara Guerreiro, *ob. cit.*, p. 29.

⁽⁴⁵⁾ «Questionário», *Alvorada*, Évora, n.º 28, Out.-Dez., 1964.

⁽⁴⁶⁾ *Carta dirigida por Augusto Eduardo Nunes em 26-3-1912 ao Patriarca, Ibidem.*

A Questão Religiosa na 1.ª República

lidade ancestral que, na opinião de alguns estudiosos, se prolonga até aos nossos dias ⁽⁴⁷⁾.

Perante a distribuição geográfica dos pensionistas, podemos extrair algumas conclusões. Em primeiro lugar, convém referir que a hierarquia católica não conseguiu evitar que em todo o território nacional muitos padres tivessem aceite as pensões do Governo. Em segundo lugar, verifica-se que nem sempre houve uma correspondência entre a influência do ideal republicano e o fenómeno pensionista (ex., a cidade do Porto). Por último, foi na região de Lisboa e no Alentejo que se concentrou a maior percentagem de padres desobedientes. Cremos, que este facto se deve ao avanço republicano e à progressiva descristianização nessas áreas. De facto, se Lisboa e a sua região eram o principal baluarte do novo regime, desde há muito que o P.R.P. lançara as suas raízes no Alentejo. É claro, que faltam estudos que comprovem o alcance da descristianização nesta mancha do país, mas tudo indica, a nosso ver, que o fenómeno se processou aí em maior, ou menor escala.

Segundo os relatórios da Comissão Central Executiva da Lei da Separação, no período compreendido entre 1911 e 1918 pediram a aposentação, ao abrigo do art.º 140.º do decreto de Afonso Costa, 176 padres. A sua concessão não era, porém, uma novidade, pois a lei de 14 de Setembro de 1890 já previa a atribuição dessas reformas. Como se pode observar pelo gráfico que apresentamos no mapa, as pensões concedidas aos padres idosos generalizaram-se a todo o território e, por isso, é difícil extrair daí alguma conclusão. Já mais significativa nos parece a questão das punições disciplinares. De facto, esse problema liga-se à resistência que alguns sectores do clero ofereceram às autoridades republicanas. Como mostra o gráfico, foi no triângulo compreendido pelas dioceses do Porto, Aveiro e Viseu que a quantidade de conflitos entre os sacerdotes conservadores e o Governo foi maior — 73 punições —, o que equivale a 47,71%. O número total de infracções cometidas pelo clero, à Lei da Separação, foi de 153. Sendo assim, pensamos que este facto, pode estar relacionado, por um lado, com a menor influência republicana nas áreas rurais de Aveiro e Viseu e, por outro, com o constrangimento que o governador do bispado do Porto exerceu, na sua diocese, sobre os sacerdotes.

⁽⁴⁷⁾ Veja-se, por exemplo, Joaquim Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, pp. 31-32.

O Sagrado e o Profano

Para um melhor entendimento do processo de aplicação do diploma, é interessante observar o problema da formação das cultuais. Segundo os relatórios da Comissão Central referida, entre 1911 e 1918 foram criadas em todo o território 255 corporações encarregadas do culto. Ora, se pensarmos que o número total de freguesias era de 3 923, temos de concluir que a quantidade de associações então fundadas era bastante reduzida, o que mostra as dificuldades em concretizar as medidas previstas na lei. Como se pode verificar pelo gráfico, inscrito no mapa, as cultuais foram criadas, sobretudo, na faixa litoral. O seu número, nesta área, é de 166, o que corresponde a 65,09%. Lisboa vem em primeiro lugar com 71 associações, seguindo-se-lhe, a considerável distância, o Porto com 25, Aveiro com 23, Coimbra com 22, Beja com 19 e Leiria com 18. Parece-nos que esta localização das cultuais, sobretudo, nos meios urbanos do litoral, encontra a sua explicação na maior abertura ideológica e mental das populações da zona costeira ocidental e no dinamismo dos republicanos, especialmente, em Lisboa. Na origem deste fenómeno esteve, certamente, a actividade da Maçonaria identificada como estava com a revolução e com a consolidação da democracia. A militância anticlerical dos maçons era um facto e, por isso, não admira que a sua organização, se empenhasse, activamente, no processo de transformação da sociedade no sentido laico. Se observarmos o quadro com o número de Lojas existentes em 1911, verificamos que Lisboa aparece à cabeça com 61, seguindo-se-lhe Leiria com 17, Coimbra com 14, Santarém com 12, Porto com 8 e Aveiro com 5 ⁽⁴⁸⁾. Daqui se conclui que as cultuais foram criadas, particularmente, nas cidades onde a Maçonaria estava mais implantada. Sendo assim, é possível, que os maçons tivessem desempenhado um papel essencial na organização dessas corporações laicas, tanto mais que isso se adequava, perfeitamente, à sua actividade de militância republicana e anticlerical. Por outro lado, julgamos que os meios rurais do interior não eram, certamente, o terreno propício para o nascimento de um associativismo desta natureza.

No quadro de cisão criada no seio do clero, em consequência da Lei da Separação, os padres pensionistas sentiram necessidade de se organizar criando uma Comissão

⁽⁴⁸⁾ João José Alves Dias, «A República e a Maçonaria (o Recrutamento Maçónico na Eclósão da República Portuguesa)», *Nova História*, n.º 2, Dezembro de 1984, direcção de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, p. 35.

A Questão Religiosa na 1.ª República

Central que, em 4-9-1912, publicou no jornal *O Século* um «Manifesto». Nesse texto, este sector do clero procurava, com a sua argumentação, demonstrar que apesar da obediência ao Estado, mantinha a religiosidade e a ligação possível à hierarquia da Igreja. Daí que sugerisse ao episcopado ser seu dever propor ao Parlamento as alterações ao decreto que julgasse convenientes, ao mesmo tempo que criticava a forma intransigente como os prelados reagiram para com a República e a sua legislação. Nesta perspectiva, os pensionistas não só recusavam qualquer ruptura com o novo regime, como entendiam ser necessário estabelecer a «concordia, paz e conciliação» entre a Igreja e o Estado. Dirigindo-se à hierarquia católica perguntavam:

«Não seria muito vantajoso para o prestígio da igreja e interesse da religião conservarem os bispos unidos em volta de si todo o clero, sem distinguir pensionistas de não pensionis jas?»⁽⁴⁹⁾.

Na nova situação, estes sacerdotes, temiam as medidas do episcopado e de Roma e, por isso, escudavam-se atrás do seu número — «somos cerca de 800» — usando, simultaneamente, uma linguagem conciliatória para com os seus superiores. Apesar disso, não deixavam de afirmar:

«se os bispos ou a Santa Sé condenarem ou suspenderem os pensionistas, os povos das freguesias que pastoreiam identificados, como estão, com os padres pensionistas, receberiam mal outros párocos, resultando daí, sem dúvida, conflitos de ordem pública»⁽⁵⁰⁾.

Neste documento os clérigos reafirmavam o seu catolicismo, e os seus princípios religiosos. Assim, não admira que rejeitassem o anátema sobre eles, por vezes, lançado de «minoría desprezível». Organizado, este grupo procurava, manter as suas posições de concordância com a lei, apesar da moderação com que exprimia as suas ideias com a finalidade de evitar mais divisões entre a classe sacerdotal.

Podemos agora concretizar melhor algumas das razões que levaram estes sacerdotes a aceitar as pensões. Se o «Manifesto» não reflectia preocupações de natureza ideológica, sabe-se que a adesão de parte dos pensionistas à República

⁽⁴⁹⁾ *O Século*, n.º 11040, 4-9-1912.

⁽⁵⁰⁾ *Idem, Ibidem.*

O Sagrado e o Profano

é um facto insofismável ⁽⁵¹⁾. Sendo assim, parece-nos indiscutível, que as pensões foram aceites por motivos de ordem económica e político-ideológica. Não esquecemos que, em virtude do indiferentismo religioso de algumas áreas do país, as populações pouco contribuíam para a sustentação do clero e, por isso, muitos padres viviam pobremente. Por outro lado, outros sacerdotes em idade avançada tinham também grandes dificuldades materiais. Este facto era, aliás, confirmado no seu documento:

«E canto assim que, em todas as dioceses do país, dezenas de párocos têm *espontaneamente* abandonado as respectivas freguesias por falta de recursos, procurando em profissões profanas a subsistência própria e a dos seus, sem contar com o já grande número que pelo mesmo motivo tem emigrado» ⁽⁵²⁾.

O alto clero, por seu lado, rejeitou na globalidade as pensões, enquanto a Santa Sé assumia, a este respeito, uma posição moderada. No que concerne à relação dos bispos com os pensionistas não havia unanimidade de posições. De facto, enquanto alguns prelados, como o de Évora, tinham sobre esta matéria uma certa prudência, outros manifestavam o seu *rigorismo*. Entre aqueles que não transigiam com os pensionistas, estava o bispo de Coimbra como se comprova por uma carta de Urbano de Brito para Afonso Costa remetida de St.^a Ovaia em 11-12-1912:

«O bispo de Coimbra escreveu uma carta muito amável a todos os padres pensionistas da sua diocese, convidando-os a comparecer no seminário até 15 do corrente para lhes ler ou coisa que o valha, uma carta muixio amável e extensa do papa. Foram lá de Oliveirinha e Covas (que eu saiba) e afinal o que o bispo queria era que eles renunciassem às pensões. Eles parece que não satisfizeram aos desejos do bispote e esse respondeu-lhes que não consentiria na sua diocese padres pensionistas!» ⁽⁵³⁾.

O clero desobediente era, de facto, sujeito a este tipo de constrangimento e isso aumentava, naturalmente, as suas dificuldades. Por seu lado, o governador do bispado do Porto,

⁽⁵¹⁾ A este respeito escrevia, certamenxe com algum exagero, o sacerdote Cândido da Silva Teixeira: «os padres resolvidos a receberem as *pensões são, na sua maioria, velhos republicanos* que trabalharam na sombra, sem aparatos dispensáveis para conseguirem uma mudança de instituições. *Idem*, n.º 10.650, 5-8-191.

⁽⁵²⁾ *Idem*, n.º 11.040, 4-9-1912.

⁽⁵³⁾ *Fundo político de Afonso Costa*.

A Questão Religiosa na 1.ª República

Coelho da Silva, era ainda mais extremista na forma como procedia com o clero rebelde. Se não vejamos:

«Dos 5 encomendados pensionistas acima referidos, 3 foram por mim exonerados da paroquialidade: — o de Gondar (Amarante), o de Rossa e Albergaria das Cabras e o de Espiunça e Canelas»⁽⁵⁴⁾.

E nessa linha ameaçadora continuava:

«ficaram dois, mas não me esqueci deles. Tratava da sua substituição, ao da Madalena (Amarante), por exemplo, não dei despacho ao requerimento em que por ter terminado o prazo de Encomendação, pedia nova carta»⁽⁵⁵⁾.

É claro que, dada a impossibilidade de se consultar os arquivos diocesanos, não se poderá chegar a conclusões gerais sobre a relação entre o alto e o baixo clero em cada distrito. Todavia, é hoje certo, que a posição dos bispos variou nesta matéria, certamente, como reflexo da especificidade sociológica e ideológica de cada diocese. Apesar desta diferenciação de comportamento dos prelados, sabe-se que todos eles, de uma maneira ou de outra, procuraram dificultar a actividade dos padres republicanizados e pensionistas. Daí uma das razões da linha de divisão então estabelecida no clero paroquial.

Convém ainda sublinhar que nem todos os padres que aceitaram a Lei da Separação aderiram ao ideal republicano. A pensão era, para um grupo, a única forma de subsistência. Mas, não restam dúvidas de que as divergências existentes no seio do clero passavam igualmente pela clivagem ideológica provocada pelo impacto da revolução que como acontece, em geral, em todos os momentos de exacerbamento, tendeu a dividir dicotomicamente as opções políticas.

Conclusão

Do que ficou exposto pode concluir-se que a «questão religiosa», que já era fulcral nas décadas anteriores, assumiu ainda maior importância nos inícios da 1.ª República. A Igreja católica, inicialmente, remeteu-se a uma posição cautelosa, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Assim, no novo quadro político que prenunciava a Separação, adquiriu significado crescente a expressão de Montalembert, «Igreja livre no Estado livre». Porém, apesar do carácter eventualmente

⁽⁵⁴⁾ Manoel Luiz Coelho da Silva, ob. cit., p. 53.

⁽⁵⁵⁾ *Idem, Ibidem.*

O Sagrado e o Profano

sedutor deste princípio, alguns bispos, perante a inevitabilidade da Separação, viam no modelo brasileiro, o mal menor. Se o exemplo do país irmão fosse seguido em Portugal, a Igreja poderia continuar a usufruir dos seus bens materiais obtendo, deste modo, os rendimentos de que carecia. Enquanto isto, a Santa Sé observava procurando evitar, simultaneamente a ruptura com a Concordata. Estava-se, porém, na fase inicial de um processo de transformação política e cultural. Tomadas as primeiras medidas pelos republicanos, percebia-se que o caminho da sociedade era o da laicização e da secularização. A Igreja, nesta situação, vendo ruir alguma expectativa criada em relação à política republicana, foi oferecendo resistência ao Governo Provisório. Daí, que se tivesse assistido, posteriormente, a uma luta por parte da hierarquia contra os princípios fundamentais da Lei da Separação.

Num país predominantemente rural e provinciano, as alterações ideológicas, que a nova legislação implicava, teriam de provocar resistências, embora o republicanismo e o anticlericalismo contassem, indiscutivelmente, com uma extensa base de apoio nos meios mais densamente povoados. Ora, neste contexto de difusão da ideia de República a Igreja voltou-se, enquanto corpo, contra o regime, embora uma parte do clero paroquial não tivesse ficado imune à ideologia republicana. Se muitos padres aderiram, desde a primeira hora, — como se viu — à República e se outro sector do clero procurou viver subordinado à ordem política nascente, a maioria dos eclesiásticos manteve-se, porém, fiel à hierarquia rejeitando as pensões. Este fenómeno encontra a sua explicação em factores ideológicos e mentais, no «respeito» pelos superiores e num certo conservadorismo da Igreja. Ao nível do episcopado as diferenças de posição eram grandes. Enquanto alguns prelados, como os da Guarda, Viseu, Porto e Coimbra, suspenderam os pensionistas das suas funções, outros, como o de Évora, procederam mais de acordo com as determinações da Santa Sé. Pio X, por seu lado, receava provocar um «cisma» em Portugal e, por esse motivo, admitiu a legitimidade das pensões em situações de absoluta necessidade material dos sacerdotes.

A Igreja católica não soubera, ou não pudera, adaptar-se à realidade política e cultural que nasceu com a revolução. Isso ajuda a explicar a sua divisão interna. A atitude de colaboração dos pensionistas com o novo regime foi entendida pelos católicos conservadores como um verdadeiro «escândalo», ou um «acto de fraqueza». Por outro lado, a situação dos padres desobedientes variou de região para região: nas

A Questão Religiosa na 1.ª República

zonas de maior influência republicana, este sector do clero tinha o apoio das populações; nos meios rurais do interior do país, dominados pelas forças conservadoras, os pensionistas sentiram grandes dificuldades.

A generalização do fenómeno das pensões concedidas ao clero a todo o território reflecte, sem dúvida, os efeitos da República no seio da própria estrutura da Igreja. Por isso, desde cedo, se manifestaram duas tendências: de um lado, a inclinação de um grupo do clero para o conservadorismo; do outro, a aceitação da República, ou a assunção do seu ideal, e a colaboração com o regime saído do «5 de Outubro». Era uma situação que não podia deixar de preocupar os dignitários da Igreja católica, interessados, certamente, em manter a unidade da instituição face ao poder político republicano.

LEI DE SEPARAÇÃO

sua aplicação

	Padres Pensionistas	Padres aposentados	Cultuais	Punições disciplinares
Aveiro	28	8	23	30
Beja	97	6	19	1
Braga	29	8	4	6
Bragança	38	9	17	8
Castelo Branco	19	11	5	3
Coimbra	27	17	22	8
Évora	48	2	5	9
Faro	6	6	12	2
Guarda	63	19	8	8
Leiria	49	9	18	3
Lisboa	85	17	71	9
Portalegre	25	6	2	2
Porto	17	14	25	13
Santarém	34	6	7	7
Viana do Castelo	28	3	2	7
Vila Real	39	4	3	—
Viseu	42	14	7	30
Angra do Heroísmo	16	4	5	5
Funchal	53	3		2
Horta	39	7		—
Ponta Delgada	9	3		—
	766	176	255	153

Fonte: Relatório da Comissão Central de Execução da Lei da Separação, in *Diário do Governo*, 1911 a 1918.

O Sagrado e o Profano

LISTA DE PADRES PENSIONISTAS

DISTRITO DE LISBOA

Joaquim Maria Pontes, cónego da Sé Patriarcal de Lisboa.
Adelino Pereira Dias, beneficiado da mesma Sé.
Antonio Rodrigues Fernandes de Figueiredo Rocha, idem.
Bernardo Antonio Cabrita, idem.
Eduardo Coelho Ferreira, idem.
João Baptista Quintão, idem.
José Diogo Alves, idem.
Alexandre Pereira Taveira, capelão cantor da mesma Sé.
António Joaquim Alberto, idem.
António Pereira Monteiro, idem.
Cândido da Silva Teixeira, idem.
Duarte Bruno de Melo, idem.
Filipe José Salvado, idem.
José Alves de Oliveira, idem.
José Maria Gorgulho, idem.
José Maria Rufino Balmacedo, idem.
Angelo Firmino da Silva, pároco colado na freguesia de S. Tiago, concelho de Almada, distrito de Lisboa.
Herminio José Quintão, pároco encomendado na freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita, distrito de Lisboa.
António Inácio de Carvalho e Silva, pároco colado na freguesia de S. Tiago, concelho de Alcácer do Sal.
Pedro Augusto Dias Chorão, pároco colado na freguesia de Torrão, do mesmo concelho.
Gerardo Abílio Gomes de Pina, pároco colado na freguesia de Aldeia Gavinha, concelho de Alenquer.
José Joaquim Marques, pároco colado na freguesia de Caparica, concelho de Almada.
José António Pereira, pároco colado na freguesia de Aveiras de Cima, concelho do mesmo nome.
João Vasco Ribeiro, pároco colado na freguesia de Azambuja, concelho do mesmo nome.
Francisco António Quintão, pároco colado na freguesia do Barreiro, concelho do mesmo nome.
António Correia Ferreira da Mota, pároco colado na freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais.
José Maria Pereira Folga, pároco na freguesia de S. Tiago, concelho de Sesimbra.
Amadeu de Sousa Ramalho, pároco colado na freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra.
José Joaquim Gomes, pároco colado na freguesia de Azinheira das Barras, e encomendado na de S. Mamede de Sadão, concelho de Grândola.
José Caetano Aires Guerreiro, pároco colado na freguesia de Grândola, concelho do mesmo nome.
Eduardo Augusto de Campos, pároco colado na freguesia de Melides, concelho de Grândola.
João Nunes de Almeida, pároco colado na freguesia de Fanhões, concelho de Loures.
Joaquim José Pombo, pároco colado na freguesia de Loures, concelho do mesmo nome.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- Francisco Marques Dinis, pároco colado na freguesia de Sacavém, concelho de Loures.
- Martinho Pinto da Rocha, pároco colado na freguesia de Tojal, concelho de Loures.
- Antonio Nunes Correia, pároco colado na freguesia de Unhos, do mesmo concelho.
- Pascoal José de Melo Freire, pároco colado na freguesia de Milharado, concelho de Mafra.
- Eduardo Simões, pároco colado na freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras.
- Amónio da Fonseca, pároco colado na freguesia de Carnaxide, do mesmo concelho.
- José Jorge de Oliveira, pároco colado na freguesia de Alvalade, concelho de S. Tiago de Cacém.
- Carlos Moreira de Azevedo Maria, pároco colado na freguesia de A Bela, do mesmo concelho.
- José Vaz Guerreiro, pároco colado na freguesia de Cercal, do mesmo concelho.
- José Custódio da Silva, pároco colado na freguesia de Santo André, do mesmo concelho.
- José Augusto Freire de Andrade, pároco colado na freguesia de S. Domingos, do mesmo concelho.
- Júlio de Menezes Feio, pároco colado na freguesia de S. Bartolomeu da Serra, do mesmo concelho.
- Luis Augusto Ramos Cid, pároco colado na freguesia de Sines, do mesmo concelho.
- Júlio Correia Botelho, pároco colado na freguesia de Arrentela, concelho de Seixal.
- António Francisco Coutinho, pároco colado na freguesia do Seixal, concelho do mesmo nome.
- António Augusto Pereira, pároco colado na freguesia da Graça, concelho de Setúbal.
- António Luís Vaz, pároco colado na freguesia de S. Julião, do mesmo concelho.
- José Francisco da Costa, pároco colado na freguesia de Sapateira, concelho de Sobral de Monte Agraço.
- Júlio Coelho Amaral, pároco colado na freguesia da Carvoeira, concelho de Torres Vedras.
- António Francisco da Silva, pároco colado na freguesia do Castelo, do mesmo concelho.
- Joaquim Henriques Fernandes, pároco colado na freguesia de S. João dos Montes, concelho de Vila Franca de Xira.
- Alfredo Lopes de Andrade, pároco apresentado na freguesia de Sintra (S. Miguel), concelho de Sintra.
- Jacinto António Direito, pároco colado na freguesia de S. Miguel, do 1.º bairro de Lisboa.
- Francisco Esteves, pároco colado na freguesia de S. Vicente, do mesmo bairro.
- João Carvalho Caldeira, pároco encomendado na freguesia do Beato, do mesmo bairro.
- Francisco de Paula da Fonseca Neves, pároco colado na freguesia de Pena, do 2.º bairro de Lisboa.
- José Fernandes Fortes de Carvalho, pároco colado na freguesia de S. Nicolau, do mesmo bairro.
- João Manuel Rodrigues Lima, pároco colado na freguesia das Mercês, do 3.º bairro de Lisboa.

O Sagrado e o Profano

- Lúis José Dias, pároco colado na freguesia de Santa Catarina, do mesmo bairro.
- José Maria da Silva Livramento, pároco colado na freguesia de S. Mamede, do mesmo bairro.
- Antonio Pedro dos Santos Calo, coadjutor da freguesia de Benfica, do mesmo bairro.
- José Maria Fernandes, pároco na freguesia de S. Paulo, do mesmo bairro.
- Manuel José dos Santos Farinha, pároco colado na freguesia de Santa Isabel, do 4.º bairro de Lisboa.
- Joaquim Pereira Arede e Silva, pároco encomendado nas freguesias de Amarante e Apelação, concelho de Loures.
- João Pereira Rodrigues Castilho, pároco encomendado na freguesia de Santa Iria de Azóia, concelho de Loures.
- Arçur Machado da Silva Brito, pároco encomendado na freguesia de Santa Margarida da Serra, concelho de Grândola.
- Augusto Tomás Gonçalves, pároco encomendado na freguesia de Figueiras, concelho do Cadaval.
- Avelino Félix Caetano de Figueiredo, pároco encomendado nas freguesias de Peral e Vermelha, do mesmo concelho.
- Teodoro de Sousa Rêgo, pároco encomendado na freguesia do Divino Espírito Santo, concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.
- João Ferreira da Silva, pároco encomendado na freguesia de Alcoentre, concelho de Azambuja.
- António Dias, pároco encomendado na freguesia de Reguengo Grande, concelho da Lourinhã.
- João Evangelista Santana, pároco colado na freguesia de Vila Nogueira de Azeitão e encomendado na freguesia de Vila Fresca de Azeitão, ambas no concelho de Setúbal.
- Augusto Ladislau da Costa, pároco encomendado na freguesia de Amora, concelho de Seixal.
- Delfim Simões Amaro, pároco encomendado na freguesia da Ameixoeira, do 3.º bairro da cidade de Lisboa.
- António Fialho Prego Calabote, pároco encomendado nas freguesias de Santa Maria do Castelo e Nossa Senhora do Monte do Vale do Guiso, concelho de Alcácer do Sal.
- Afonso Pereira de Figueiredo, pároco encomendado na freguesia da Azoeira, concelho de Mafra.
- Bernardino da Costa, pároco encomendado na freguesia de S. Francisco da Serra, do concelho de S. Tiago de Caeém.
- António Peixoto do Amaral, coadjutor na freguesia de Santa Engrácia, do 1.º bairro da cidade de Lisboa.
- Cândido Ferreira Guerra, coadjutor na mesma freguesia.
- António Saraiva Ferreira Cabral, coadjutor na mesma freguesia.
- Artur Cabral Sacadura, coadjutor da freguesia do Coração de Jesus, do 3.º bairro da cidade de Lisboa.

DISTRITO DO PORTO

- Adriano Filipe Moreira da Silva, pároco colado na freguesia de S. Miguel das Aves, concelho de Santo Tirso.
- Acácio António Ferreira Barbosa, pároco colado na freguesia de Tanquinho, concelho de Vila do Conde.
- João Mendes de Almeida, pároco colado na freguesia de Campanhã, do 1.º bairro da cidade do Porto.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- Francisco Soares de Miranda, pároco colado na freguesia de Vila do Bispo, concelho de Marco de Canavezes.
- Alberto de Azevedo Andrade, pároco colado na freguesia de S. Pedro de Areias, concelho de Maia.
- Joaquim Ribeiro Alves de Miranda, pároco colado na freguesia de Teixeira, concelho de Baião.
- Eduardo Augusto Vieira de Meireles, pároco colado na freguesia de Perozinho, concelho de Vila Nova de Gaia.
- Francisco António Farinhote, pároco colado na freguesia de Águas Santas, concelho de Maia.
- José de Sousa Magalhães, pároco colado na freguesia de Campa, concelho de Valongo.
- José Cerveira de Almeida, pároco colado na freguesia de Penafiel, concelho do mesmo nome.
- António José da Silva Gonçalves, pároco colado na freguesia de Vandoma, concelho de Paredes.
- Bernardino Barbosa da Silva Leão, pároco colado na freguesia de Sobreira, concelho de Paredes.
- Manuel Pereira Cardoso, pároco encomendado na freguesia de Gondar, concelho de Amarante.
- António Joaquim Farinhota, pároco encomendado na freguesia de Celas, do mesmo concelho.
- José Tavares Correia, pároco encomendado da freguesia de Tabuado, concelho de Marco de Canavezes.
- José da Cunha Gonçalves, pároco colado na freguesia de Sousela, concelho de Lousada.

DISTRITO DE BRAGA

- Joaquim Coutinho de Sousa, pároco colado na freguesia de Gêmeos, concelho de Celorico de Bastos, distrito de Braga.
- Manuel José Dias de Sá, pároco colado na freguesia de Amares, concelho do mesmo nome.
- Domingos José de Amorim, pároco colado na freguesia de Barreiros, concelho de Amares.
- António Fernandes Paes Vilas Boas, pároco colado na freguesia de Avio (S. Martinho), concelho de Barcelos.
- José de Amorim Pereira Leite, pároco colado na freguesia de Barcelos, concelho do mesmo nome.
- Domingos Francisco Barbosa Granja, pároco colado na freguesia de Tamel (S. Veríssimo), concelho de Barcelos.
- Manuel Pires Lage, pároco colado na freguesia de Arentim, concelho de Braga.
- Manuel de Oliveira Barbosa, pároco colado na freguesia de S. Vítor (Braga), concelho de Braga.
- Manuel José de Oliveira, pároco colado na freguesia de S. Martinho de Dume, concelho de Braga.
- Manuel Vilela da Mota, pároco colado na freguesia de S. Julião de Passos, concelho de Braga.
- José Manuel de Sousa, pároco colado na freguesia de Gemeses, concelho de Espoçende.
- Avelino José Marinho da Cruz, pároco encomendado na freguesia de Serdões, concelho de Fafe.
- José do Carmo da Cruz Magro, pároco colocado na freguesia de S. João do Airão, concelho de Guimarães.
- António Joaquim Ramalho, pároco colado na freguesia de Creixomil, do mesmo concelho.

O Sagrado e o Profano

- Manuel de Albuquerque, pároco colado da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira, do mesmo concelho.
- Joaquim Ferreira de Freitas, pároco colado na freguesia de S. Paio Guimarães, do mesmo concelho.
- Matial Albino de Abreu Cardoso, pároco colado na freguesia do Pinheiro, do mesmo concelho.
- José Joaquim Peres Dias de Freitas, pároco colado na freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras do Rouro.
- Amónio Porfírio Rodrigues, pároco colado na freguesia de Vale Dossendo, do mesmo concelho.
- José Maria Vieira, pároco colado na freguesia de Eira Vedra, concelho de Vieira.
- Boaventura Hilário Pires, pároco colado na freguesia de Roças, do mesmo concelho.
- Domingos José Esteves, pároco colado na freguesia de Tabuaços, do mesmo concelho.
- António José Gonçalves Ralha, pároco colado na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão.
- João José Garcia, pároco colado em Bente, do mesmo concelho.
- João da Costa Pereira da Mota, pároco colado na freguesia de Joane, do mesmo concelho.
- João Manuel Trocado, pároco colado na freguesia de Sezures, concelho referido.
- Manuel Joaquim Ferreira da Cunha, pároco colado na freguesia de S. Miguel de Carreiras, concelho de Vila Verde.
- Gaspar Vítor de Sousa e Castro, pároco colado na freguesia da Lage, do mesmo concelho.
- Francisco Pinto da Silva Rede, pároco colado na freguesia de Pico de Regalados (S. Cristóvão), do mesmo concelho.

DISTRITO DE BRAGANÇA

- José Xavier da Fonte Fernandes, pároco colado na freguesia de Felgar, concelho de Moncorvo.
- António Francisco da Silva, pároco colado na freguesia de Cardonha, do mesmo concelho.
- José Maria Fernandes Mendes, pároco colado na freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro.
- José Manuel de Miranda Lopes, pároco colado na freguesia de Argozelo, concelho de Vimioso.
- António Claudino Duarte Monteiro, pároco colado na freguesia da Alfândega da Fé, concelho do mesmo nome.
- Abílio Buiça, pároco colado na freguesia de Vinhais, concelho do mesmo nome.
- José Augusto Dias, pároco colado na freguesia de Vimioso, concelho do mesmo nome.
- Francisco Manuel Alves, pároco colado na freguesia de Cicouro, concelho de Miranda do Douro.
- João Valentim Rodrigues Valente, pároco colado na freguesia de Macedo de Cavaleiros, concelho do mesmo nome.
- Benjamim César Ferreira, pároco colado na freguesia de Freixo de Espada-à-Cinta, concelho do mesmo nome.
- Marcelino Augusto dos Santos, pároco encomendado na freguesia de Vila de Ála, concelho de Mogadouro.
- Francisco Maria Correia de Carvalho, pároco encomendado na freguesia de Vilarinho dos Galegos, do mesmo concelho.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- João Baptista Bernardino de Sousa, pároco encomendado na freguesia de Masouro, concelho de Freixo de Espada-à-Cinta.
- Amadeu Américo Rei, pároco encomendado na freguesia de Mós, concelho de Moncorvo.
- António Francisco Pera, pároco encomendado na freguesia de Peredo de Castelhanos, concelho de Moncorvo.
- José António Fernandes, pároco encomendado na freguesia de Carção, concelho de Vimioso.
- Manuel Joaquim de S. Pedro Marques, pároco encomendado na freguesia de Vale de Frades, concelho de Vimioso.
- Augusto Fernandes, pároco encomendado na freguesia de Pinelo, concelho de Vimioso.
- Abílio Augusto Pombo, pároco encomendado na freguesia de Assureira, concelho de Moncorvo.
- Luis José Neto, pároco encomendado na freguesia de Bençó, concelho de Mogadouro.
- Alberto Carlos Fernandes, pároco encomendado na freguesia de S. Martinho do Peso, concelho de Mogadouro.
- Lázaro António Fernandes, pároco encomendado na freguesia de São Martinho de Angueira, concelho de Miranda do Douro.
- José Virgílio de Miranda Raposo, pároco encomendado na freguesia de Malhadas, concelho de Miranda do Douro.
- Eduardo António Falcão, pároco encomendado na freguesia de Ifanes e Paradela, ambas do concelho de Miranda do Douro.
- Maximino César Gaspar de Lima, pároco encomendado na freguesia de Amendoeira, concelho de Macedo de Cavaleiros.
- António Pedro Dias Costa, pároco encomendado na freguesia de Polares, concelho de Freixo de Espada-à-Cinta.
- João Manuel Gonçalves, pároco encomendado na freguesia de Ligares, do mesmo concelho.
- Manuel Joaquim Alves, pároco encomendado na freguesia de Lagoaça, do mesmo concelho.
- José Manuel da Natividade, pároco encomendado na freguesia de Fornos, concelho de Freixo de Espada-à-Cinta.
- José dos Santos Faria, pároco encomendado na freguesia de Beira Grande, Lavadeira e Pinhal do Douro, concelho de Carrazeda de Anciães.
- Manuel Maria Marques, pároco encomendado na freguesia de Riba Longa, do mesmo concelho.
- Luis António Cardoso, pároco encomendado na freguesia de Linhares, do mesmo concelho.
- Albino António Veloso, pároco encomendado na freguesia de Belver, do mesmo concelho.
- Basilio Pires, pároco encomendado na freguesia de Rio Frio, do mesmo concelho.
- António Bernardo Fernandes, pároco encomendado nas freguesias de Eucísia, concelho de Alfândega da Fé e S. Paio, concelho de Vila Flor.
- António Carlos Monteiro, pároco encomendado na freguesia de Cerejais e Ferradosa, ambas do concelho de Alfândega da Fé.
- Francisco Maria de Morais Machado, pároco encomendado na freguesia de Tó, concelho de Mogadouro.

O Sagrado e o Profano

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

- Porfirio Antonio Antunes Simões de Almeida, pároco colado na freguesia de Eiras, concelho de Arcos de Vaidevez.
- Manuel José Pereira Fernandes, pároco colado na freguesia de Giela, do mesmo concelho.
- Manuel José Domingues, pároco colado na freguesia do Melgaço (Santa Maria dos Portos), concelho de Melgaço.
- António Esteves, pároco colado na freguesia de Fiães, do mesmo concelho.
- Manuel António de Sá Vilarinho, pároco colado na freguesia de Paderne, do mesmo concelho.
- José Augusto Ferreira, pároco colado na freguesia de Pinheiros, concelho de Monção.
- Francisco António Soares da Silva Paredes, pároco colado na freguesia de Lavradas, concelho de Ponte da Barca.
- Casimiro José Rodrigues Barbosa, pároco colado na freguesia de Bica, concelho de Paredes de Coura.
- Arnaldo Pereira de Azevedo, pároco encomendado na freguesia de Coura, concelho de Paredes de Coura.
- Vidal de Louro Marinho, pároco encomendado na freguesia de Cossourado, do mesmo concelho.
- José Fernandes Gomes, pároco encomendado na freguesia de Água Longa, do mesmo concelho.
- Manuel José Bacelar, pároco encomendado na freguesia de Cristelo, do mesmo concelho.
- Adriano Vieira, pároco encomendado na freguesia de Parrada, do mesmo concelho.
- Francisco Bento Barbosa, pároco encomendado na freguesia de Vascoes, do mesmo concelho.
- Casimiro Rodrigues de Sá, pároco colado na freguesia de Padornelo, do mesmo concelho.
- José Joaquim de Oliveira, pároco colado na freguesia de Ferreira, do mesmo concelho.
- José Ernesto de Barros Lima, pároco colado na freguesia de Infesta, do mesmo concelho.
- José Bento Ribeiro, pároco colado na freguesia de Paredes de Coura, concelho do mesmo nome.
- Silvino Prado Sousa, pároco colado na freguesia de Ruviaães, do mesmo concelho.
- Domingos Marques da Silva, pároco colado na freguesia de Verdoejo, do mesmo concelho.
- António Joaquim Rodrigues, pároco colado nas freguesias de Silva (S. Julião e Santa Maria anexas), concelho de Valença.
- Constantino da Cunha Barros, pároco na freguesia de Fontoura, concelho de Valença.
- António Augusto Pinheiro, pároco colado na freguesia de Gandra, do mesmo concelho.
- José Maria Gonçalves, pároco encomendado na freguesia de Gondomil, do mesmo concelho.
- Manuel José Gonçalves, pároco colado na freguesia de Carreço, concelho de Viana do Castelo.
- Manuel Gomes da Silva Ramos, pároco colado na freguesia da Torre (S. Salvador), concelho referido.

A Questão Religiosa na 1.ª República

Manuel de Araújo, pároco colado na freguesia de Reborêda, concelho de Vila Nova de Cerveira.

José Rento Gonçalves Palmeirão, pároco colado na freguesia de Campos, do mesmo concelho.

DISTRITO DE LEIRIA

Inocência Duarte Ferreira, pároco colado na freguesia de Vimeiro, concelho de Alcobaça.

Jacinto Faustino Ferreira, pároco colado na freguesia de Évora de Alcobaça.

José António de Campos, pároco colado na freguesia de S. Vicente de Aljubarrota, do mesmo concelho.

João de Matos Vieira, pároco encomendado na freguesia de Alfeizerão, do mesmo concelho.

José Augusto de Oliveira, pároco encomendado na freguesia de Cós, do mesmo concelho.

António Duarte Patuleia, pároco encomendado na freguesia de Maiorca, concelho de Alcobaça.

António Lopes Borrego, pároco colado na freguesia de Vale de Todos, concelho de Ancião.

José Rodrigues Portela, pároco colado na freguesia de Ancião, concelho do mesmo nome.

José Maria Nunes, pároco encomendado na freguesia do Alvorges, do mesmo concelho.

Augusto Lourenço das Neves, pároco encomendado na freguesia de Avelar, do mesmo concelho.

António Simões de Faria, pároco encomendado na freguesia de Lagarteira, do mesmo concelho.

António Belarmino Gomes, pároco colado na freguesia de S. Gregório, Fanadia, concelho de Caldas da Rainha, e encomendado na freguesia de A-dos-Negros, concelho de Obidos.

João de Almeida, pároco encomendado na freguesia de A-dos-Francos, concelho das Caldas da Rainha.

Manuel Delgado, pároco encomendado na freguesia de Carvalhal Benfeito, e Salir do Mato, do mesmo concelho.

Joaquim Pedro dos Santos, pároco encomendado na freguesia de Salir do Porto, do mesmo concelho.

Agnelo Monteiro Dinis, pároco encomendado na freguesia de Santa Catarina, do mesmo concelho.

Matias Augusto Rosa, pároco encomendado da freguesia de Vidais, do mesmo concelho.

Manuel dos Reis de Matos, pároco colado na freguesia de Campeio, concelho de Figueiró dos Vinhos.

Manuel Pereira, pároco colado na freguesia de Monte Reve, concelho de Leiria.

Alfredo Pereira Lavos, pároco colado na freguesia de Carvide, do mesmo concelho.

José Bernardos, pároco encomendado na freguesia de Barreira, do mesmo concelho.

José da Silva Matos Monteiro, pároco encomendado na Azoia, do mesmo concelho.

Manuel Dias Nogueira, pároco encomendado na freguesia de Regueiro de Pontas, do mesmo concelho.

José Domingos Alves, pároco encomendado na freguesia de Monte Redondo, do mesmo concelho.

O Sagrado e o Profano

- José da Costa Prata Júnior, pároco colado na freguesia de Carvalhal, concelho de Óbidos.
- Manuel Lourenço, pároco colado na freguesia de Roliça, do mesmo concelho.
- José Martinho Verissimo Henriques, pároco encomendado na freguesia de Sobral de Alagoa, do mesmo concelho.
- Bernardo Vicente Pinto, pároco encomendado na freguesia de Bombaral, concelho do mesmo nome.
- António Paes Salvação, pároco encomendado na freguesia de Pederneira, concelho do mesmo nome.
- António Ferreira Dias, pároco encomendado na freguesia de Valado dos Frades, do mesmo concelho.
- Eduardo Pereira da Silva Correia, pároco colado na freguesia de Castanheira de Pera, concelho de Pedrógão Grande.
- Francisco Fernandes, pároco colado na freguesia de Pedrógão Grande, concelho do mesmo nome.
- José Henriques Coelho, pároco encomendado na freguesia da Graça, do mesmo concelho.
- Sérgio dos Reis, pároco encomendado na freguesia de Coentral Grande, do mesmo concelho.
- José Nunes Ferreira Tavares, pároco colado na freguesia de S. Leonardo (Atouguia da Baleia), concelho de Peniche.
- José Cândido Gualberto da Costa Leal, pároco encomendado na freguesia de S. Sebastião (Serra de El-Rei), do mesmo concelho.
- Manuel Neves Barata, pároco encomendado nas freguesias de S. Pedro de Peniche e Conceição de Peniche, do mesmo concelho.
- José Francisco Freire, pároco encomendado na freguesia de Ajuda, do mesmo concelho.
- Joaquim Teixeira da Silva, pároco colado na freguesia de Abiul, concelho de Pombal.
- António Dias Ferreira, pároco encomendado na freguesia de Famalicão, concelho de Pederneira.
- João Miguel de Figueiredo, pároco colado na freguesia de Pombal, concelho do mesmo nome.
- Joaquim Rodrigues, pároco colado na freguesia de Litem, do mesmo concelho.
- Cândido Augusto de Sousa, pároco colado na freguesia de Vila Chã, do mesmo concelho.
- José da Cunha Gomes, pároco encomendado na freguesia de Alcaiaris, do concelho de Porto de Mós.
- Silvério da Silva, pároco encomendado na freguesia de Sêro Ventoso, do mesmo concelho.
- Acrisio de Almeida, pároco encomendado na freguesia de Mendiga, do mesmo concelho.
- António Esteves Robalo, pároco encomendado na freguesia de Mira, do mesmo concelho.
- Francisco António Pereira, pároco encomendado na freguesia de Arri-mai, do mesmo concelho.
- José Lopes Barroso, pároco encomendado na freguesia de Vidais, concelho das Caldas da Rainha.

DISTRITO DE ÉVORA

- José Maria Gonzaga Vinagre, pároco colado na freguesia de Borba (Nossa Senhora das Neves), concelho de Borba.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- José Manuel Queimado, pároco encomendado na freguesia de Monsarás, concelho de Reguengos.
- João Alberto do Espírito Santo e Silva, pároco colado na freguesia de Reguengos, do mesmo concelho.
- José Maria Fernandes Serra, pároco colado na freguesia de S. Marcos do Campo, do mesmo concelho.
- Cláudio José Nicolau, pároco colado na freguesia de Alandroal, concelho do mesmo nome.
- Fernando Ramos de Brito, pároco colado na freguesia de Arraiolos, concelho do mesmo nome.
- Inácio Lopes, pároco colado na freguesia de Igreja, do mesmo concelho.
- José Jerónimo Morte, pároco colado nas freguesias de Gafanhoeira e Sant'Ana do Campo, do mesmo concelho.
- António Maria Ferreira, pároco colado na freguesia de Arcos, concelho de Estremoz.
- António Joaquim Anselmo, pároco colado na freguesia de Veiros, do mesmo concelho.
- António Joaquim Neves Vieira, pároco encomendado na freguesia de Estremoz (Santo André), do mesmo concelho.
- Joaquim Henriques de Sousa Tavares, pároco encomendado nas freguesias de S. Bento do Cortiço e S. Lourenço de Mãoporção, do mesmo concelho.
- José Francisco de Assunção, pároco encomendado na freguesia de Évoramonte, do mesmo concelho.
- Manuel Braga Grego, pároco encomendado nas freguesias de Ameixial (Santa Vitória) e Santo Estêvão, ambas do dito concelho.
- Manuel Maria da Silva Palma, pároco encomendado da freguesia de S. Bento de Ana Loura, do mesmo concelho.
- António Jacinto da Cunha, pároco colado em S. Pedro, do concelho de Évora.
- João Narciso Bacalhau, pároco colado na Giesteira, do mesmo concelho.
- João Caetano de Oliveira, pároco encomendado na freguesia de S. Marcos da Abáada, do mesmo concelho.
- Silvestre António da Silva, pároco encomendado na freguesia de São Bento de Mato, do mesmo concelho.
- Camilo Augusto Pereira e Costa, pároco colado na freguesia de Lavre, concelho de Montemor-o-Novo.
- João Joaquim de Sousa Romeiras, pároco colado na freguesia de Montemor-o-Novo (Nossa Senhora do Bispo) do mesmo concelho.
- Inácio da Costa, pároco colado na freguesia de Montemor-o-Novo (S. Tiago do Castelo), do mesmo concelho.
- José Cândido Xavier Valente Machado, pároco colado na freguesia de S. Gens, do mesmo concelho.
- José dos Santos Cartaxo de Oliveira, pároco colado na freguesia de S. Mateus, do mesmo concelho.
- Alfredo dos Santos Oliveira Cartaxo, pároco encomendado na freguesia de Represa, do mesmo concelho.
- António Maria Gomes, pároco encomendado na freguesia de Brissos, do mesmo concelho.
- João Baptista Consolado, pároco encomendado das freguesias de S. Cristóvão e S. Romão, do mesmo concelho.
- João do Nascimento Leiria, pároco encomendado na freguesia de São Tiago do Escoural, do mesmo concelho.
- Francisco Esteves Godinho, pároco colado na freguesia de Brotas, ou Águias, concelho de Mora.

O Sagrado e o Profano

- Manuel Pedro de Mira, pároco encomendado na freguesia de Pavia, do mesmo concelho.
- Rafael de Castro Lobo Pimentel, pároco encomendado na freguesia do Cabeção, do mesmo concelho.
- Antonio Lopes Cardoso, pároco colado na freguesia de Portel, do mesmo concelho.
- Afonso José Alferes, pároco encomendado nas freguesias de Alqueva e Amieira, concelho de Portei.
- António Francisco Godinho Lobo, pároco encomendado nas freguesias de Atalaia e Monte do Trigo, do mesmo concelho.
- Henrique Monteiro da Silva, pároco encomendado nas freguesias de Sant'Ana e Vera Cruz do Marmelão, do dito concelho.
- Eduardo Domingos Lobo, pároco encomendado nas freguesias de Oriola e S. Bartolomeu de Outeiro, do mesmo concelho.
- Domingos Pires Ver doses, pároco colado na freguesia de Montoito, concelho de Redondo.
- José Francisco da Conceição, pároco encomendado nas freguesias de Freixo e Zambujal, do mesmo concelho.
- João Catalão, pároco encomendado na freguesia de Monte Virgem, do mesmo concelho.
- in *Diário do Governo*, n.º 245, 1/91, 20 de Outubro de 1911.

DISTRITO DA GUARDA

- Viriato António Margarido Pacheco, pároco encomendado nas freguesias de Custóias, do concelho de Fozcoia e de Vale de Figueira, do concelho de Pesqueira.
- João Dias Campos, pároco encomendado na freguesia de Sousa Pires, do concelho de Pinhel.
- Manuel Lopes Bernardes, pároco colado na freguesia de Pala, do concelho de Pinhel.
- Pedro Simões Saraiva, pároco encomendado nas freguesias do Pereiro e de Vale da Madeira, do concelho de Pinhel.
- Artur de Oliveira Carvalho e Conde, pároco colado na freguesia de Madigoto, do concelho de Pinhel.
- César Augusto Garcia, pároco encomendado da freguesia de Avelãs da Ribeira, do concelho da Guarda.
- David Mendes Leitão Serra, pároco colado na freguesia de Gamela, do concelho da Guarda.
- Manuel Teles da Cunha, pároco colado na freguesia de Famalicão, do concelho da Guarda.
- António de Melo, pároco colado da freguesia de João Antão, do concelho da Guarda.
- César Augusto da Cunha, pároco da freguesia de Seixo Amarelo, do concelho da Guarda.
- Venâncio Ferreira de Andrade, pároco encomendado da freguesia de Adão, do concelho da Guarda.
- Francisco António Lourenço, pároco colado na freguesia do Casal do Cinza, do concelho da Guarda.
- António Craveira Labaça, pároco colado na freguesia de Gonçalo, do concelho da Guarda.
- José Aníbal Duarte, pároco encomendado na freguesia de Vila Cortez, do concelho da Guarda.
- Henrique José Antunes Dinis, pároco colado na freguesia de Vinhó, do concelho de Gouveia.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- Antonio Tavares Ferreira, pároco colado na freguesia de Vila Franca da Serra, do concelho de Gouveia.
- Francisco Nunes Xavier, pároco colado na freguesia de Vila Cortez da Serra, do concelho de Gouveia.
- João António Gaspar, pároco colado da freguesia de Sampaio, concelho de Gouveia.
- António Joaquim de Oliveira e Sousa, coadjutor da freguesia de Sampaio, /concelho de Gouveia.
- Aires Augusto Geraldês, pároco colado na freguesia de Almendra e encomendado da de Castelo Melhor, ambas do concelho de Fozcoa.
- António Augusto Sequeira, pároco encomendado das freguesias de Seixas e de Murça, do concelho de Fozcoa.
- Francisco Paula Pinto, pároco colado da freguesia de Muxagata, do concelho de Fozcoa.
- Manuel Correia da Varanda, pároco encomendado da freguesia de Carriz, concelho de Fornos de Algodres.
- Eugênio Vicente, pároco colado da freguesia de Vermosa, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.
- Manuel José Madeira, pároco colado da freguesia de Vilar de Amargo, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.
- Peres Augusto Soares, pároco encomendado na freguesia de Freixedo do Torrão, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.
- António Félix Vinagre, pároco colado da freguesia de Castelo Rodrigo, do concelho da mesma denominação.
- António Maria Falcão, pároco encomendado na freguesia de Vilar Torpim, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.
- Joaquim Alberto Serafim, pároco encomendado da freguesia Cinco Vilas, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.
- António Marques Teixeira, pároco encomendado, que foi, da freguesia de Vilar Torpim, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.
- António Maria Machado, pároco encomendado da freguesia do Outeiro dos Gatos, do concelho de Mêda.
- Manuel Joaquim Ferraz das Neves, pároco encomendado da freguesia de Aveloso, do concelho de Mêda.
- Olimpio Rodrigues de Almeida, pároco encomendado na freguesia de Velosa, concelho de Celorico da Beira.
- António Pires Cardoso, pároco colado na freguesia de Prados, do concelho de Celorico da Beira.
- José de Sousa Lopes Mocho, pároco colado na freguesia de Santa Maria de Celorico, do concelho de Celorico da Beira.
- António Fernandes Saraiva, pároco colado na freguesia de S. Pedro de Celorico, do concelho de Celorico da Beira.
- Antero Augusto da Silva Pereira, pároco encomendado na freguesia de Açores, do concelho de Celorico da Beira.
- Paulo Evaristo Alves, pároco encomendado na freguesia do Maçai do Chão, do concelho de Celorico da Beira.
- Constantino Lopes da Costa, pároco colado na freguesia da Lageosa, do concelho de Celorico da Beira.
- Luis Tomás da Fonseca, pároco colado na freguesia do Forno do Telveiro, do concelho de Celorico da Beira.
- Manuel Marques Ferreira, pároco colado na freguesia de Santa Mariinha, do concelho de Ceia.
- Manuel Paes de Abrantes Mamede, pároco colado na freguesia de Santa Comba, do concelho de Ceia.
- César Vaz do Nascimento, pároco encomendado na freguesia de Vale de Coelha, concelho de Almeida.

O Sagrado e o Profano

- José Paulo, pároco encomendado na freguesia da Malpartida, do concelho de Almeida.
- João Monteiro Valério de Sousa, pároco colado na freguesia de Cabreira do Coa, do concelho de Almeida.
- Joaquim Augusto Monteiro do Amaral, pároco colado na freguesia da Atalaia, do concelho de Pinhel.
- António de Melo e Sá, pároco colado na freguesia de Carapito, do concelho de Aguiar da Beira.
- Joaquim António Martins Dias, pároco encomendado na freguesia de Foios, do concelho do Sabugal.
- José Pinto, pároco encomendado nas freguesias de Vale das Éguas e de Vale Longo, do concelho do Sabugal.
- Alfredo Paes de Almeida Mamede, pároco colado na freguesia de Vila do Touro, do concelho do Sabugal.
- José Augusto Ribeiro Botelho, pároco colado na freguesia de Vilares, do concelho de Trancoso.
- Joaquim da Fonseca, pároco colado na freguesia de Tamanho, do concelho de Trancoso.
- Eduardo Augusto Ribeiro Botelho, pároco encomendado na freguesia de Terrenho, do concelho de Trancoso.
- António Porfírio Vicente, pároco colado na freguesia de Aldeia Nova, do concelho de Trancoso.
- César Augusto Faria, pároco colado na freguesia de Vila Franca das Naves, do concelho de Trancoso.
- Francisco Couto da Costa, pároco encomendado na freguesia de Nespereira, do concelho de Gouveia.
- Júlio César Gomes, pároco colado na freguesia de Moreira de Rei, do concelho de Trancoso.
- António da Cunha e Souto, pároco colado na freguesia de Valdujo, do concelho de Trancoso.
- Miguel Arcanio Fernandes, cónego da Sé da Guarda.
- Rui Tavares Ferreira, cónego da mesma Sé.
- Jaime de Oliveira Carvalho e Conde, pároco colado na freguesia do Carvalhal Meão, do concelho da Guarda, e apresentado na do Casteleiro, do concelho do Sabugal.
- Adriano Augusto de Sousa, pároco encomendado na freguesia de Vale do Seixo, do concelho de Trancoso.
- João de Pina de Albuquerque, pároco colado da freguesia de Cavadon-de, do concelho da Guarda.

DISTRITO DE COIMBRA

- António Fernandes Jorge, pároco encomendado na freguesia de Ense-riz, do concelho de Arganil.
- António Augusto Fernandes, pároco colado na freguesia de Covões, do concelho de Cantanhede.
- Hermano António de Sousa, pároco colado na freguesia do Ameal, do concelho de Coimbra.
- Francisco Rodrigues dos Santos Nazaré, pároco colado na freguesia da Sé Nova, do concelho de Coimbra.
- Augusto de Oliveira Vasconcelos Hasse, pároco colado na freguesia de S. Martinho do Bispo, do concelho de Coimbra.
- António Salgado Moreira, pároco encomendado na freguesia de S. Mar-tinho da Arvore, do concelho de Coimbra.
- Artur de Pina Abranches, pároco encomendado na freguesia da Alma-laguez, do concelho de Coimbra.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- José Maria Simões da Silva, pároco colado na freguesia de Vila Verde, do concelho da Figueira da Foz.
- José Pereira da Costa, pároco colado na freguesia de Maiorca, do concelho da Figueira da Foz.
- Francisco Pereira de Carvalho Lucas, pároco colado na freguesia de Várzea, do concelho de Góis.
- Antonio Marcelino Henriques dos Santos, pároco encomendado na freguesia de Cadafaz, do concelho de Góis.
- Francisco Augusto da Costa e Silva, pároco encomendado na freguesia de Miranda do Corvo, do concelho desta denominação.
- Dámaso Amado Nápoles, pároco colado na freguesia de Pereira, do concelho de Montemor-o-Velho.
- Francisco dos Santos Pimenta, pároco colado na freguesia de Montemor-o-Velho, do concelho desta denominação.
- Joaquim Eduardo Pereira Barreto, pároco colado na freguesia de Gatóes, do concelho de Montemor-o-Velho.
- Alexandre de Brito Sousa Abranches, pároco encomendado na freguesia de Santa Ovaia, concelho de Oliveira do Hospital.
- Cristiano Madeira da Costa Abreu, pároco encomendado na freguesia de Alvões de Várzeas, do concelho de Oliveira do Hospital.
- António Maria Gaspar, pároco colado na freguesia de Janeiro de Baixo, do concelho de Pampilhosa da Serra.
- Manuel Parada de Eça, pároco na freguesia de Espinhal, do concelho de Penela.
- Luis Duarte Videira, pároco colado na freguesia da Cumieira, do concelho de Penela.
- Adelino Gomes Arevant, pároco colado na freguesia de Santa Eufêmia, do concelho de Penela.
- Alberto Manso Preto, pároco encomendado na freguesia de Tapéus, do concelho de Soure.
- Albano Fernandes das Neves Tavares, pároco colado na freguesia de Covelo, do concelho de Tábua.
- José Gomes das Neves Ribeiro, pároco colado na freguesia de Mourinho, do concelho de Tábua.
- Francisco Freire de Oliveira Garcês, pároco colado na freguesia de Mi does, do concelho de Tábua.
- António Rodrigues Escules, pároco colado na freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, do concelho de Tábua.
- António Pereira Coelho, pároco colado na freguesia de Covas, do concelho de Tábua.
- in *Diário do Governo*, n.º 282, 4 de Dezembro de 1911.

DISTRITO DE AVEIRO

- António Tomás da Cruz, pároco colado na freguesia de Belazaima, do concelho de Ageda.
- António Soares de Almeida, pároco colado na freguesia de S. João de Loure, do concelho de Albergaria-a-Velha.
- Eduardo Ferreira Portela, pároco colado na freguesia de óis do Bairro, e encomendado na de Avelãs de Caminho, do concelho de Anadia.
- José Augusto da Rocha, pároco colado na freguesia de Tamengos, do concelho de Anadia.
- José Martins, pároco encomendado na freguesia de Vila Nova de Monsarros, do concelho de Anadia.
- Luis de Sousa Brandão, pároco colado na freguesia da Várzea, do concelho de Arouca.

O Sagrado e o Profano

- Augusto Ferreira Peres, pároco colado na freguesia de Urro, do concelho de Arouca.
- Bernardo Soares Coelho, pároco colado na freguesia de Tropeço, do concelho de Arouca.
- Manuel Antonio Fernandes, pároco colado na freguesia de Monsores, do concelho de Arouca.
- João Baptista da Costa Dias, pároco colado na freguesia de Janarde, do concelho de Arouca.
- César Pereira, pároco colado na freguesia de Fermedo, do concelho de Arouca.
- Joaquim Ferreira da Silva, pároco colado na freguesia de Chave, do concelho de Arouca.
- Manuel Ferreira dos Santos, pároco encomendado na freguesia de Canelas, do concelho de Arouca.
- Augusto Artur Correia de Noronha, pároco colado na freguesia de Alvarenga, do concelho de Arouca.
- João de Andrade, pároco encomendado na freguesia de Albergaria das Cabras e Rossas, do concelho de Arouca.
- João Pinto Rachão, pároco colado na freguesia da Glória, do concelho de Aveiro.
- Caetano Tavares de Almeida, pároco colado na freguesia do Paraizo, concelho de Castelo de Paiva.
- José Maria Pinto de Queiroz, pároco colado na freguesia de Paiva, do concelho de Castelo de Paiva.
- Álvaro Gomes Soares Vieira, pároco colado na freguesia de Rial, do concelho de Castelo de Paiva.
- Manuel Pereira da Costa, pároco colado na freguesia de Sardoura, do concelho de Castelo de Paiva.
- Francisco dos Santos e Cunha, pároco colado na freguesia de Fornos, do concelho da Feira.
- António Rodrigues Tondela, pároco colado na freguesia de Arões, do concelho de Macieira de Cambra.
- Bernardo Tavares de Pinho, pároco colado na freguesia de Codal, e encomendado na de Vila Cova de Perrinho, ambas do concelho de Macieira de Cambra.
- António Lopes Coelho de Abreu, pároco colado na freguesia de Barcoço, do concelho da Mealhada.
- José Maria Correia de Bastos Pina, pároco colado na freguesia da Carregosa, do concelho de Oliveira de Azeméis.
- Domingos Ferreira da Silva Pinho, pároco colado na freguesia de Palmar, do concelho de Oliveira de Azeméis.
- João da Silva Gomes, pároco colado na freguesia do Troviscal, do concelho de Oliveira do Bairro.
- Florindo Nunes da Silva, pároco colado na freguesia de Sousa, do concelho de Vagos.

DISTRITO DE BEJA

- Manuel das Dores Sardinha, pároco colado na freguesia de Selmes, do concelho de Vidigueira.
- Abílio Paes Cabral, pároco colado na freguesia de Vila Nova da Baronia, do concelho de Alvíto.
- Gabriel de Rodrigues Pinto, pároco colado na freguesia de Alvíto, do concelho da mesma denominação.
- Adelino Emídio Correia, pároco colado na freguesia de S. Sebastião de Gomes Aires, do concelho de Almodovar.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- Manuel Ferreira da Costa, pároco colado na freguesia de Santa Cruz, do concelho de Almodovar.
- Antonio José Martinho, pároco colado, na freguesia de Santo Ildefonso de Almodovar, do concelho da mesma denominação.
- Antonio Maria de Brito, pároco colado na freguesia de Mombeja, concelho de Beja.
- José Francisco Neves, pároco colado na freguesia de S. Martinho, do concelho de Beja.
- Manuel Fernandes Barbosa, pároco colado na freguesia de Santíssima Trindade, do concelho de Beja.
- Albano Nunes Pereira, pároco encomendado na freguesia de Quintos, do concelho de Beja.
- José Francisco Veloso, pároco colado na freguesia de Nossa Senhora das Neves, do concelho de Beja.
- Francisco Santana da Costa, pároco colado na freguesia de Santa Maria, do concelho de Odemira,
- Inácio Gomes Duarte, pároco colado na freguesia da Vidigueira, do concelho da mesma denominação.
- Francisco Lopes Leossa, pároco colado na freguesia de Pias, do concelho de Serpa.
- Francisco de Oliveira Mosca, pároco encomendado na freguesia de Santo António Velho, do concelho de Serpa.
- José António Marques, pároco apresentado na freguesia de Santa Maria, da cidade e concelho de Beja e antes disso colado na freguesia de Brinches, do concelho de Serpa.
- Bernardino Dinis, pároco encomendado na freguesia de Pedrógão, do concelho da Vidigueira.
- Manuel Pedro, pároco colado na freguesia de Sobral da Adiça, do concelho de Moura.
- Eduardo José da Costa Faro, pároco colado na freguesia de S. Luis, do concelho de Odemira.
- António Carlos Veloso, pároco colado na freguesia de Relíquias, do concelho de Odemira.
- António Dias Borges, pároco colado na freguesia do Salvador de Serpa, do concelho da mesma denominação.
- José Francisco Valente Machado, pároco colado na freguesia de Aldeia Nova de S. Bento, do concelho de Serpa.
- Domingos Gonçalves Carneiro, pároco colado na freguesia de S. Salvador de Odemira, do concelho da mesma denominação.
- Eugénio Manuel Martins, pároco colado na freguesia de Cortes do Pinto, do concelho de Mértola.
- José Luis Capela, pároco colado na freguesia de S. Miguel do Pinheiro, do concelho de Mértola.
- Joaquim António Mamacho, pároco colado na freguesia de S. João dos Caldeireiros, do concelho de Mértola.
- João Fragoso de Lima, pároco colado na freguesia de Santo Agostinho de Moura, do concelho da mesma denominação.
- José Augusto Jordão de Almeida, pároco colado na freguesia de S. João Baptista, do concelho de Moura.
- José Augusto do Rego, pároco colado na freguesia de Santa Ana, do concelho de Serpa.
- Manuel António Viçoso, pároco colado na freguesia de S. Barnabé, do concelho de Almodovar.
- Francisco António de Moura e Paiva, pároco colado na freguesia de Santo Aleixo, do concelho de Moura.

O Sagrado e o Profano

- Francisco Martins Serrano, pároco encomendado na freguesia de Santo Amador, do concelho de Moura.
- Domingos Rodrigues Preto Moraes, pároco colado na freguesia da Amareleja, do concelho de Moura.
- Manuel Antonio Ribeiro, pároco colado na freguesia de Safara, do concelho de Moura.
- Agostinho Pinto Ferreira, pároco colocado na freguesia de Raleizão, do concelho de Beja.
- Francisco Rodrigues Paulo, pároco colado na freguesia de Albernoa, do concelho de Beja.
- Francisco Inácio Paes de Matos, pároco encomendado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barrancos, do concelho da mesma denominação.
- Cusjódio Francisco Orfão de Campos, pároco colado na freguesia de Sabóia, do concelho de Odemira.
- Jacinto Nunes Freire, pároco colado na freguesia de Sant'Ana da Serra, do concelho de Ourique.
- Elói Manuel Freire de Andrade, pároco colado na freguesia de Colos, do concelho de Odemira.
- José António de Santiago, pároco colado na freguesia de S. Martinho das Amoreiras, do concelho de Odemira.
- Manuel Nunes Godinho, pároco encomendado na freguesia de Vila Nova de Milfontes, do concelho de Odemira.
- Manuel Augusto Barata, pároco colado na freguesia de Panóias, do concelho de Ourique.
- António Gonçalves Moreira, pároco colado na freguesia de Garvão, do concelho de Ourique.
- José Jacinto de Oliveira, pároco colado na freguesia de Santa Maria de Serpa, concelho da mesma denominação.
- Manuel Ançã, pároco colado na freguesia de S. Brissos, do concelho de Beja.
- Cristiano Gonçalves Rebordão, pároco encomendado na freguesia de Santa Vitória, do concelho de Beja.
- José de Almeida e Sousa, pároco encomendado na freguesia de Cabeça Gorda, do concelho de Beja.
- João António das Dores Alho, pároco colado na freguesia de Castro Verde, do concelho da mesma denominação.
- Bento Lourenço Machado, pároco colado na freguesia de Santa Bárbara de Pedrões, do concelho de Castro Verde.
- António Manuel Peneque, pároco colado na freguesia de S. Tiago de Entradas, do concelho de Castro Verde.
- Jacinto Colaço Bernardino, coadjutor da freguesia de Santo Ildefonso de Almodovar, do concelho da mesma denominação.
- Sebastião José Alexandre Farinha, pároco colado na freguesia de Messejana, do concelho de Aljustrel.
- António Augusto Camacho de Brito, pároco colado na freguesia de Ervidel, do concelho de Aljustrel.
- José António de Almeida, pároco colado na freguesia de Aljustrel, do concelho da mesma denominação.
- José Maria Ançã, pároco colado na freguesia de S. João Baptista, da cidade de Beja.
- António José Moita, pároco encomendado na freguesia de Santa Maria de Beja, do concelho da mesma denominação.
- Manuel Martins Camacho, pároco colado na freguesia de Mértola, do concelho da mesma denominação.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- Antonio de Morais Castro, pároco colado na freguesia de Figueira de Cavaleiros, do concelho de Ferreira do Alentejo.
- José da Costa Belo, pároco colado na freguesia de Alfundão, do concelho de Ferreira do Alentejo.
- Jaime Alves Tavares, pároco encomendado na freguesia de Santa Margarida de Pero Guarda, do concelho de Ferreira do Alentejo.
- José da Silva Roque, pároco colado na freguesia de Vila Alva, do concelho de Cuba.
- Luciano Barata Mendes, pároco colado na freguesia de S. Vicente de Cuba, do concelho da mesma denominação.
- António Júlio dos Santos, pároco colado na freguesia de Vila Ruiva, do concelho de Cuba.
- Manuel Martins de Pinho, pároco encomendado na freguesia de Casével, do concelho de Castro Verde.
- Eugénio de Pina Cabral, pároco encomendado na freguesia de Odivelas, do concelho de Ferreira do Alentejo.
- Francisco Domingues, pároco colado na freguesia de Alçaria Ruiva, do concelho de Mértola.
- Caetano Augusto Soares, pároco colado na freguesia de Santa Ana de Cambas, do concelho de Mértola.
- Alfredo Pereira da Silva Tavares, pároco encomendado na freguesia da Póvoa, do concelho de Moura,
in *Diário do Governo*, n.º 283, 5 de Dezembro de 1911.

DISTRITO DE SANTARÉM

- António Alves Barradas, pároco colado na freguesia de S. João Baptista de Coruche, concelho desta denominação.
- António Cardoso de Figueiredo, pároco encomendado nas freguesias de de Adoia de Baixo e Póvoa de Galegos, do concelho de Santarém.
- António Dias Louro, pároco colado na freguesia de Couço, do concelho de Coruche.
- António Lopes Dias, pároco colado na freguesia de S. Paulo, do concelho de Salvaterra de Magos.
- António Moreira Miscado, pároco encomendado na freguesia de Mação, do concelho desta denominação.
- António Nunes Pereira, pároco colado na freguesia de Almeirim, do concelho desta denominação.
- Artur dos Santos, pároco colado na freguesia de Frágoas e encomendado na de Outeiro da Cortiçada, ambas do concelho de Rio Maior.
- Caetano Moreno Nunes, pároco encomendado na freguesia de Ribeira, do concelho de Torres Novas.
- Crescêncio Venceslau Fernandes, pároco encomendado nas freguesias de Erra e Lamarosa, e coadjutor na de S. João Baptista de Coruche, do concelho desta denominação.
- Daniel Pinheiro, pároco colado na freguesia de Bemfica, do concelho de Almeirim.
- Eduardo Narciso da Costa Leitão, pároco colado na freguesia de Ourém, do concelho de Vila Nova de Ourém.
- Francisco Brás das Neves, pároco encomendado na freguesia de Alcanena, do concelho de Torres Novas.
- Francisco Estevão Godinho, pároco encomendado na freguesia do Peso, do concelho de Coruche.
- Francisco Vieira Inácio, pároco encomendado na freguesia de Abraã, no concelho de Santarém.

O Sagrado e o Profano

- Heitor Olímpio Dias Antunes, pároco encomendado na freguesia da Madalena, do concelho de Tomar.
- Henrique de Oliveira Neves, pároco colado na freguesia das Mouriscas, do concelho de Abrantes.
- Jacinto Duarte Ventura Neto, pároco colado na freguesia do Casal do Ouro, do concelho do Cartaxo.
- João Ferreira do Rosário, pároco colado na freguesia de S. Pedro, do concelho de Torres Novas.
- João Lopes de Andrade, pároco colado na freguesia de Santa Margarida, do concelho de Constância.
- Joaquim Martins Pinto, pároco colado na freguesia de Muge, do concelho de Salvaterra de Magos.

DISTRITO DE PORTALEGRE

- José Martins de Almeida, pároco colado na freguesia de S. Bartolomeu, do concelho de Arrondies.
- José Ricardo Freire de Andrade, pároco encomendado das freguesias de Avis e de Alcórrego, do concelho de Avis.
- José da Silva Nunes, pároco encomendado na freguesia de Aldeia Velha, do concelho de Avis.
- Joaquim Carrilho Valente, pároco encomendado da freguesia da Esperança, do concelho de Arronches.
- Rafael da Alegria Pinheiro, pároco encomendado na freguesia de Degolados, do concelho de Arronches.
- António Félix Ribeiro, pároco encomendado na freguesia de Seda, do concelho de Alter do Chão.
- Joaquim Nunes de Andrade, pároco encomendado na freguesia de Campo Maior (Nossa Senhora da Espectação), do concelho de Campo Maior.
- José Marques Serrão, pároco colado na freguesia de Alcáçova, do concelho de Eivas.
- António Pedro Barroso de Brito Mousinho, pároco colado na freguesia de S. Pedro de Eivas, do concelho desta denominação.
- Joaquim Luis Margalho Barradas, pároco encomendado na freguesia de Santo Ildefonso da Ajuda, do concelho de Eivas.
- António Manuel Carreira, pároco na freguesia de Santa Eulália, do concelho de Eivas.
- Guilherme Nunes Tavares, pároco colado na freguesia de Nossa Senhora da Assunção, do concelho de Eivas.
- Domingos do Espírito Santo Peniche, pároco encomendado na freguesia de S. Lourenço, do concelho de Eivas.
- José Lopes Manso, pároco encomendado na freguesia de S. Vicente, do concelho de Eivas.
- Manuel do Patrocínio Safara, pároco encomendado na freguesia da Ventosa, do concelho de Eivas.
- António da Graça Mourato, pároco encomendado na freguesia de Valongo, do concelho de Fronteira.
- António Pereira Bento, pároco colado na freguesia de Assumar, do concelho de Monforte.
- João da Piedade Caldeira, pároco encomendado nas freguesias de Algalé e Monforte, do concelho desta denominação.
- João Caetano Ferreira, pároco encomendado nas freguesias de Santo Aleixo e Prazeres, do concelho de Monforte.
- Alberto Rafael de Paiva, pároco encomendado na freguesia de Vaia-monte, do concelho de Monforte.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- José Maria Ferreira Rosa, pároco colado na freguesia de Ares, do concelho de Nisa.
- João Maria Dinis Sampaio, pároco colado na freguesia de Nossa Senhora da Graça, do concelho de Nisa.
- Joaquim Manuel Romão, pároco encomendado na freguesia de Montargil, do concelho de Ponte de Sor.
- Manuel Maria Fernandes, pároco colado na freguesia de Carreiras, do concelho de Portalegre.
- Francisco António Barroqueiro, pároco colado na freguesia de Urra, do concelho de Portalegre.

DISTRITO DE PONTA DELGADA

- Manuel Ferreira Pontes, pároco colado na freguesia matriz de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande, do concelho desta denominação.
- Mariano do Nascimento Moura, pároco colado na freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Vila do Porto, do concelho desta denominação.
- Manuel de Melo e Sousa, pároco colado na freguesia de Nossa Senhora do Bom Despacho, concelho da Vila do Porto.
- Luis Carlos de Faria, pároco colado na freguesia das Capelas, do concelho de Ponta Delgada.
- João Rodrigues Ferreira, pároco colado na freguesia de Relva, concelho de Ponta Delgada.
- Manuel Borges Dinis, pároco colado na freguesia do Santo Espírito, do concelho da Vila do Pôrto.
- José Luciano da Graça e Sousa, pároco colado na freguesia matriz do Nordeste, do concelho desta denominação.
- António Furtado de Mendonça, pároco colado na freguesia do Pico da Pedra, do concelho da Ribeira Grande.
- José Xavier Moreira da Câmara, pároco encomendado na freguesia de S. Pedro, do concelho da Vila do Porto.

ANGRA DO HEROÍSMO

- Manuel Vaz Dinis, pároco colado na freguesia de S. Pedro de Angra do Heroísmo, do concelho desta denominação.
- Manuel Inácio Rebelo, pároco encomendado na freguesia de Santa Luzia de Angra do Heroísmo, do concelho desta denominação.
- Domingos da Rocha Mendes, pároco colado na freguesia dos Doze Ribeiros, do concelho de Angra do Heroísmo.
- José Leal da Silva Furtado, pároco colado na freguesia da Serreta, do concelho de Angra do Heroísmo.
- Amaro Coelho do Nascimento, pároco colado na freguesia das Quatro Ribeiras, do concelho da Praia da Vitória.
- Júlio Augusto Rebêlo, pároco colado na freguesia das Velas, do concelho desta denominação.
- João de Ramos, pároco colado na freguesia de Santo Amaro, do concelho de Velas.
- José Joaquim de Matos, pároco colado na freguesia da Vila da Calheta, do concelho da mesma denominação.
- Manuel de Azevedo da Cunha, pároco beneficiado da freguesia da Vila da Calheta, do concelho desta denominação.

O Sagrado e o Profano

- José Mariano Brasil de Borba, pároco colado na freguesia da Ribeira Sêca, do concelho da Calheta.
- Jorge de Matos Azevedo, pároco colado na freguesia do Norte Pequeno, do concelho da Calheta.
- Manuel Simas Dias Cardoso, pároco colado na freguesia do Sul, do concelho de Santa Cruz.
- José Francisco Vieira, cura capelão da ermida do Porto Martins, freguesia do Cabo da Praia, do concelho da Praia da Vitória.
- João Silveira Borges, cura capelão e coadjutor na ermida da Beira, freguesia da Veilas, do concelho desta denominação.
- João de Bettencourt e Silva, cura coadjutor e mestre de capela na freguesia de Velas, do concelho desta denominação.
- Adelino Machado Silveira, cura coadjutor da freguesia de Santa Cruz, do concelho desta denominação.

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

- Manuel Mendes de Carvalho, pároco colado na freguesia de Zebreira, do concelho de Idanha-a-Nova.
- Manuel Joaquim Nunes, pároco colado na freguesia do Telhado, do concelho do Fundão.
- José dos Santos de Oliveira Ramalho, pároco colado na freguesia de Valverde, do concelho do Fundão.
- António Antunes Duarte, pároco colado na freguesia de Castelejo, do concelho do Fundão.
- José de Oliveira Rebordão, pároco colado na freguesia de Aldeia Nova do Cabo, do concelho do Fundão.
- João Tabora dos Santos, pároco colado na freguesia do Sobral de Cazegas, do concelho da Covilhã.
- Domingos Martins Pinto, pároco colado na freguesia de Caria, do concelho de Belmonte.
- António Vaz Barreiros, pároco colado na freguesia de Inguias, do concelho de Belmonte.
- César Augusto da Silva Godinho, pároco colado na freguesia de Bemquerença, do concelho de Penamacor.
- Francisco Barata Nogueira Relvas, pároco colado na freguesia de Vale de Prazeres, do concelho do Fundão.
- Manuel João Forte, pároco colado na freguesia de Salgueira, do concelho do Fundão.
- José Martins, pároco colado na freguesia de Pero Viseu, do concelho do Fundão.
- Américo Gonçalves Barata, pároco colado na freguesia da Capinha, do concelho do Fundão.
- Albino Alves dos Santos, pároco colado na freguesia de Alçaria, do concelho do Fundão.
- Cândido Lopes de Castro, pároco encomendado na freguesia do Paul, concelho da Covilhã.
- Joaquim Nunes Ribeiro, pároco colado na freguesia da Erada, concelho da Covilhã.
- António Augusto Fernandes, pároco colado na freguesia de Aldeia do Mato, do concelho da Covilhã.
- José Temudo Sampaio Lemos, pároco encomendado na freguesia do Carvalhal, do concelho da Certã.
- Manuel Marques Proença, pároco colado na freguesia de Salvaterra de Magos, do concelho de Idanha-a-Nova.

A Questão Religiosa na 1.ª República

DISTRITO DA HORTA

- José Machado Gregorio de Miranda, pároco colado na freguesia dos Milagres, do concelho do Corvo.
- Francisco Vieira Bizarra, pároco colado na freguesia de Fajã Grande, do concelho das Lagens das Flores.
- Roberto Fernandes Armas, pároco colado na freguesia dos Remédios da Fajazinha, do concelho das Lagens das Flores.
- João Augusto da Silveira, pároco colado na freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada, do concelho de Santa Cruz das Flores.
- Manuel Liai de Bettencourt, pároco colado na freguesia de Santa Luzia, do concelho de S. Roque.
- Mateus Antonio Alvernaz, pároco colado na freguesia de Sant'Antonio, do concelho de S. Roque.
- José Garcia de Lemos, pároco colado na freguesia da Calheta, do concelho das Lágens do Pico.
- Manuel Joaquim da Costa, pároco colado na freguesia das Ribeiras, do concelho das Lágens do Pico.
- Manuel José Lopes, pároco colado na freguesia da Santíssima Trindade, do concelho das Lágens do Pico.
- João Goulart Cardoso, pároco colado na freguesia dos Flamengos, do concelho da Horta.
- António Luís Maria de Azevedo, coadjutor encomendado na freguesia de Santa Cruz das Flores, do concelho desta denominação.
- Filipe José Madruga, pároco colado na freguesia do Rosário do concelho das Lágens das Flores.
- Manuel Garcia da Silva, pároco colado na freguesia de S. Mateus, do concelho da Madalena.
- Manuel Garcia, pároco colado na freguesia de S. João, do concelho das Lágens do Pico.
- Manuel Silveira dos Santos, pároco colado na freguesia da Ponta da Piedade, do concelho das Lagens do Pico.
- Manuel Augusto Martins, coadjutor encomendado da freguesia da Conceição, da Horta, do concelho desta denominação.
- José António Ferreira Porto, pároco colado na freguesia da Conceição Velha, do concelho da Madalena.
- Henrique Augusto Ribeiro, pároco colado na freguesia de Santa Cruz das Flores, do concelho desta denominação.
- Manuel Augusto Xavier, pároco colado na freguesia matriz do Salvador da Horta, do concelho desta denominação.
- António Inácio da Silveira, pároco colado na freguesia da Conceição da Horta, do concelho desta denominação.
- José Maria Martins, pároco colado na freguesia dos Cedros, do concelho da Horta.
- José Pereira Duarte, pároco colado na freguesia de Pedro Miguel, do concelho da Horta.
- Feliciano António da Silva Reis, pároco colado na freguesia da Praia do Almoxarife, do concelho da Horta.
- Manuel Moniz Madruga, pároco colado na freguesia da Féteira, do concelho da Horta.
- José Francisco da Silveira Grilo, pároco colado na freguesia de Castelo Branco, do concelho da Horta.
- José Ferreira da Silva, pároco colado na freguesia do Capelo, do concelho da Horta.
- João Maria de Andrade, pároco colado na freguesia da Praia do Norte, do concelho da Horta.

O Sagrado e o Profano

- José Silveira Goulart, pároco colado na freguesia de Santo Amaro, do concelho de S. Roque.
- José Moniz Barreto, pároco colado na freguesia da Prainha, do concelho de S. Roque.
- Francisco Goulart Martins, pároco colado na freguesia de S. Roque, do concelho da mesma denominação.
- Francisco Nunes da Rosa, pároco colado na freguesia das Bandeiras, do concelho da Madalena.
- José Silveira Peixoto, coadjutor encomendado na freguesia das Ribeiras, do concelho das Lâgens do Pico.

DISTRITO DE VILA REAL

- Manuel Ferreira de Bastos Caroline, pároco encomendado na freguesia de Favaio, do concelho de Alijó.
- João Baptista Rodrigues da Costa, pároco encomendado na freguesia de Nogueira, do concelho de Vila Real.
- Manuel Gonçalves do Paço, pároco encomendado na freguesia de Fontelas, do concelho do Pêso da Régua.
- Inácio de Sousa Andrade Guerra, pároco encomendado na freguesia de Santo Aleixo, do concelho da Ribeira de Pena.
- Gaspar Teixeira da Fonseca, pároco encomendado na freguesia de Paradela de Guiães, do concelho de Sabrosa.
- Joaquim José Inácio Teixeira, pároco encomendado na freguesia de Lordelo, do concelho de Vila Real.
- José Júlio de Miranda e Castro, pároco encomendado na freguesia de Oura, do concelho de Chaves.
- António Bernardo Marques Coelho, pároco encomendado da freguesia de Alijó, do concelho desta denominação.
- António Joaquim Alexandre, pároco encomendado da freguesia de Limões, do concelho da Ribeira de Pena.
- António Augusto de Noronha, pároco encomendado na freguesia de Santa Marinha, do concelho de Ribeira de Pena.
- José Machado, pároco encomendado da freguesia de Argeriz, do concelho de Valpaços.
- Luis Teixeira Gomes Cardoso, pároco encomendado da freguesia de Serapicos, do concelho de Valpaços.
- Henrique José da Costa, pároco encomendado da freguesia de Cerva, do concelho de Ribeira de Pena.
- Aureliano da Costa Pinto, pároco encomendado nas freguesias de Galafuza e Cobelinhos, do concelho de Pêso da Régua.
- José Joaquim Teixeira, pároco encomendado na freguesia de Santa Leocádia, do concelho de Chaves.
- José Maria Moutinho, pároco encomendado na freguesia de Outeiro Sêco, do concelho de Chaves.
- José Paulino de Sousa, pároco encomendado na freguesia de Póvoa de Agraçães, do concelho de Chaves.
- Luis Teixeira Lima, pároco encomendado nas freguesias de Vale de Mendiz e Cotas, ambas do concelho de Alijó.
- Joaquim Teixeira Novais, pároco colado na freguesia de S. Pedro de Vila Real, do concelho da mesma denominação.
- António Augusto de Azevedo, pároco colado na freguesia de Moços, do concelho de Vila Real.
- Domingos José dos Reis Lima, pároco colado na freguesia de Mateus, do concelho de Vila Real.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- Bento Alves da Rocha, pároco colado na freguesia de Borbela, do concelho de Vila Real.
- Antonio Lopes Guedes, pároco colado na freguesia de Vilarandelo, do concelho de Valpaços.
- João Bernardo Pinto, pároco colado na freguesia de S. Miguel de Lobrigos, do concelho de Santa Marta de Penaguião.
- Antonio Taveira da Costa, pároco colado na freguesia de Medroes, do concelho de Santa Marta de Penaguião.
- José Avelino Pereira Pinto, pároco colado na freguesia de Covas do Douro, do concelho de Sabrosa.
- Álvaro Augusto de Carvalho Pimenta, pároco colado na freguesia do Salvador, do concelho de Ribeira de Pena.
- João Gonçalves Sanches, pároco colado na freguesia de Canêdo, do concelho de Ribeira de Pena.
- Henrique Pereira, pároco colado na freguesia de Moura Morta, do concelho de Pêso da Régua.
- Alberto Teixeira de Carvalho, pároco colado na freguesia de Godim, do concelho de Pêso da Régua.
- Francisco Maria Alves, pároco colado na freguesia de Candedo, do concelho de Murça.
- Manuel José Gonçalves Pereira, pároco colado na freguesia do Salto, do concelho de Montalegre.
- José Justino de Carvalho Lemos, pároco colado na freguesia de Mondim, do concelho desta denominação.
- João Pereira do Rio, pároco colado na freguesia de Santo Estêvão, do concelho de Chaves.
- Manuel José Teixeira Barros, pároco colado na freguesia de Chaves, do concelho desta denominação.
- João Teotónio Pereira Leal, pároco colado na freguesia de Calvão, do concelho de Chaves.
- Domingos José Gomes, pároco colado na freguesia de Bessa, do concelho de Boticas.
- António Pereira de Carvalho, pároco colado na freguesia de Vilar de Maçada, do concelho de Alijó.
- Joaquim Garcia, pároco colado na freguesia de Vila Verde, do concelho de Alijó.

DISTRITO DE VISEU

- Germano dos Santos Rodrigues, pároco colado na freguesia de Armar, do concelho desta denominação.
- Abílio Augusto de Castro, pároco colado na freguesia de Parada, do concelho de Castro Daire.
- António Cardoso de Abreu Castelo Branco, pároco colado na freguesia de Gozende, do concelho de Castro Daire.
- António da Silva, pároco encomendado na freguesia de Monteiras, do concelho de Castro Daire.
- Domingos Gomes da Silva e Cunha, pároco encomendado na freguesia de S. Joaninho, do concelho de Castro Daire.
- João da Piedade Ferreira de Menezes, pároco colado na freguesia de Almacave, do concelho de Lamego.
- António Matias de Almeida, pároco colado na freguesia da Sé de Lamego.
- Macário Pinto de Sousa Coutinho, pároco colado na freguesia de Peunde, do concelho de Lamego.

O Sagrado e o Profano

- João de Paiva, pároco colado na freguesia de Lazarim, do concelho de Lamego.
- José de Oliveira, pároco colado na freguesia de Magueija, do concelho de Lamego.
- Francisco da Costa, pároco colado na freguesia de Penajóia, do concelho de Lamego.
- Antonio Bernardo Ferreira, pároco colado na freguesia de Samodães, do concelho de Lamego.
- Francisco Ribeiro da Silva Ribeiro, pároco colado na freguesia de Passo, do concelho de Moimenta da Beira.
- Joaquim Francisco Ribeiro, pároco colado na freguesia de Pera, do concelho de Moimenta da Beira.
- Manuel Pinto da Fonseca, pároco colado na freguesia de Leonil, do concelho de Moimenta da Beira.
- Manuel Loureiro de Carvalho Figueiredo, pároco encomendado na freguesia de Cabaços e Vilar, do concelho de Moimenta da Beira.
- José Maria Gonçalves, pároco encomendado na freguesia de Germil, do concelho de Penalva do Castelo.
- Manuel de Jesus Figueiredo, pároco encomendado na freguesia da Granja, do concelho de Penedono.
- Francisco António Nunes de Castro, pároco encomendado nas freguesias de Casais, Ervedosa e Sarzedinho, todas do concelho de Pesqueira.
- Vicente Ferreira dos Santos Amaral, pároco encomendado nas freguesias de Trevões e Várzeas, do concelho da Pesqueira.
- Francisco Augusto Costa, pároco colado na freguesia de S. Joanhinho, do concelho de Santa Comba Dão.
- Manuel Henriques, pároco colado na freguesia de Óvoa, do concelho de Santa Comba Dão.
- João Manuel Pires, pároco colado na freguesia de Vila da Ponte, do concelho de Sernancelhe.
- Álvaro Maria de Lucena Coutinho, pároco encomendado nas freguesias de Faia e Penso, do concelho de Sernancelhe.
- Alfredo Augusto de Almeida Paes, pároco colado na freguesia de Romãs, do concelho de Satam.
- Bernardo Pinto de Oliveira, pároco colado na freguesia de Oliveira do Douro, do concelho de Sinfães.
- José de Sousa Almas, pároco colado na freguesia de Ramires, do concelho de Sinfães.
- António Augusto Correia de Lima, pároco encomendado nas freguesias de Chavães e Vale de Figueira, ambas do concelho de Tabuaço.
- António do Nascimento Coutinho e Matos, pároco encomendado nas freguesias da Granja do Tedo e Pinheiros, ambas do concelho de Tabuaço.
- José Ferreira Ribeiro e Vasconcelos, pároco encomendado nas freguesias de Pereiro e Castanheiro do Sul, a primeira do concelho de Tabuaço e a segunda do concelho da Pesqueira.
- Álvaro de Azevedo Osório, pároco encomendado na freguesia de Tabuaço, do concelho desta denominação.
- José Joaquim Dias da Costa Ferreira, pároco encomendado nas freguesias de Valença do Douro e Desejosa, do concelho de Tabuaço.
- Albino Alves Pereira, pároco colado na freguesia da Várzea da Serra, do concelho de Tarouca.
- José Rodrigues de Almeida e Castro, pároco colado na freguesia de Tarouca, do concelho desta denominação.

A Questão Religiosa na 1.ª República

- João Pinto de Oliveira, pároco encomendado nas freguesias de Ocanha e Gouviães, do concelho de Tarouea.
- Alberto Rebêlo de Sousa Gama e Castro, pároco encomendado nas freguesias de Dálvares, do concelho de Tarouea, e Ferreirim, do concelho de Lamego.
- Francisco Tavares, pároco colado na freguesia do Barreiro, do concelho de Tondela.
- Ezequiel Ferreira, pároco colado na freguesia de Dardavaz, do concelho de Tondela.
- António Rodrigues de Almeida, pároco colado na freguesia de Mourás, do concelho de Tondela.
- João Lopes Miguel da Fonseca, pároco colado na freguesia de Pendilhe, do concelho de Vila Nova de Paiva.
- Manuel Gonçalves da Silva Vaz, pároco colado na freguesia do Touro, do concelho de Vila Nova de Paiva.
- Vasco Augusto Pereira de Matos Azevedo, pároco encomendado na freguesia da Torredeita, do concelho de Viseu, sendo coadjutor ao tempo da proclamação da República.

DISTRITO DO FUNCHAL

- Carlos Acciaioli Ferraz de Noronha, pároco colado na freguesia do Porto da Cruz, do concelho de Machico.
- João Baptista da Fonseca, pároco colado na freguesia da Madalena do Mar, do concelho de Ponta do Sol.
- Manuel José de Sousa, pároco colado na freguesia de S. Gonçalo, do concelho do Funchal.
- António Roiz Dinis Henriques, pároco colado na freguesia da Quinta Grande, do concelho de Câmara de Lobos.
- João Vicente de Faria e Sousa, pároco colado na freguesia do Monte, do concelho do Funchal.
- João Correia, pároco colado na freguesia de S. Martinho, do concelho do Funchal.
- José Joaquim Teixeira, pároco colado na freguesia de Santa Maria, do concelho do Funchal.
- Caetano António França, pároco colado na freguesia da Piedade, do concelho do Porto Santo.
- Jacinto da Conceição Nunes, pároco colado na paróquia da Sé do Funchal.
- João Baptista, pároco colado na freguesia do Faial, do concelho de Sant'Ana.
- Joaquim Fernandes, pároco colado na freguesia de Sant'Ana, do concelho desta denominação.
- José Calisto de Andrade, pároco colado na freguesia de S. Jorge, do concelho de Sant'Ana.
- João Joaquim de Carvalho, pároco colado na freguesia de Câmara de Lobos, do concelho desta denominação.
- Miguel Pestana dos Reis, pároco colado na freguesia do Estreito, do concelho de Câmara de Lobos.
- José Antero de Faria e Sousa, pároco colado na freguesia do Campanário, do concelho de Câmara de Lobos.
- João Eduardo de Sousa, pároco colado na freguesia da Camacha, do concelho de Santa Cruz.
- Norberto Gonçalves, pároco colado na freguesia de Gaula, do concelho de Santa Cruz.

O Sagrado e o Profano

- Fernando Augusto da Silva, pároco colado na freguesia de Santo Antonio, do concelho do Funchal.
- Fausto J.Lopes Kibeiro dos Santos, pároco colado na freguesia de Santa Cruz, do concelho desta denominação.
- Alfredo Firmino dos Santos, pároco colado na freguesia de S. Roque, do concelho do Funchal.
- Júlio Antonio do Vale, pároco colado na freguesia de Santa Luzia, do concelho do Funchal.
- Luis Augusto de Macedo de Brito Queiroga, pároco colado na freguesia de S. Pedro, do concelho do Funchal.
- Casimiro Augusto de Freitas e Abreu, pároco colado na freguesia de Ponta Delgada, do concelho de S. Vicente.
- Antonio Fernando Mendes, pároco colado na freguesia de Boa Ventura, do concelho de S. Vicente.
- Henrique Modesto de Bettencourt, cónego da Sé do Funchal.
- Antonio Nicolau Fernandes, pároco colado na freguesia de Machico, no concelho desta denominação.
- José Marques Jardim, pároco colado na freguesia de Santo Antonio da Serra, do concelho de Machico.
- Francisco de Ascensão de Freitas, pároco colado na freguesia do Caniço, do concelho de Santa Cruz.
- Eduardo Jacinto Gonçalves, cura encomendado na freguesia do Campanário, do concelho de Câmara de Lobos.
- Antonio Gonçalves, pároco colado na freguesia do Seixal, do concelho de Porto Moniz.
- Manuel de Agrela Farinha, pároco colado na freguesia do Paul do Mar, do concelho da Calheta.
- João Marcelino de Freitas, pároco colado na freguesia do Arco da Calheta, do concelho desta denominação.
- Joaquim Teixeira, pároco colado na freguesia da Tábua, do concelho da Ponta do Sol.
- António Roberto Rodrigues, pároco colado na freguesia da Serra de Agua, do concelho da Ponta do Sol.
- Roque Caetano Rodrigues, pároco colado na freguesia da Ribeira Brava, do concelho da Ponta do Sol.
- Felisberto Augusto Rodrigues, pároco colado na freguesia da Ponta do Pargo, do concelho da Calheta.
- Feliciano João Ferreira Pita, pároco colado na freguesia da Ponta do Sol, do concelho desta denominação.
- João Francisco da França Dória, pároco colado na freguesia do Estreito da Calheta, do concelho desta denominação.
- Manuel Filipe de Sousa, pároco colado na freguesia de Fajã da Ovelha, do concelho da Calheta.
- João António Marcial, pároco colado na freguesia dos Prazeres, do concelho da Calheta.
- João de Freitas Brasão, pároco colado na freguesia da Calheta, concelho desta denominação.
- Francisco da Rocha de Gouveia, pároco colado na freguesia de Canhas, do concelho de Ponta do Sol.
- Francisco Venceslau Mendes, cónego da Sé do Funchal.
- Manuel Mendes Teixeira, cónego da Sé do Funchal.
- João Luis Monteiro, cónego da Sé do Funchal.
- António Homem de Gouveia, cónego da Sé do Funchal.
- Domingos Roque do Nascimento, cónego da Sé do Funchal.
- Manuel Gonçalves Salvador, cónego da Sé do Funchal.
- Manuel Maria Miranda, cónego da Sé do Funchal.

A Questão Religiosa na 1.ª República

João Joaquim Pinto, deão da Sé do Funchal.
Teodoro João Henriques, sacristão-mor da Sé do Funchal.
Manuel Correia de Figueiredo, cônego da Sé do Funchal.
Eduardo M. de Bettencourt Leça, cônego da Sé do Funchal.
Antonio Manuel Pereira Ribeiro, cônego da Sé do Funchal.

O CÍRCULO E A LINHA

Da «liberdade dos antigos» à «liberdade dos modernos»
na teoria republicana dos direitos fundamentais

(I Parte)

i. INTRODUÇÃO

O autor deste trabalho é um constitucionalista e não um historiador. Não gostaria de se improvisar historiador porque tem perfeita consciência do aviso lançado há anos por P. Veyne¹): «o perigo da história é que ela parece fácil e não o é». Contentar-nos-emos com a apresentação da «intri-ga», avançando alguns tópicos para a compreensão do seu enredo.

O estudo pretende ser uma «narração crítica» (J. P. Faye) da «razão decidida» (J. Habermas) dos republicanos em torno da complexa questão dos direitos, liberdades e garantias. A primeira dúvida que nos assalta é, desde logo, a de saber se o tema escolhido reúne os requisitos da «boa questão» em termos historiográficos. Que se trata de um problema fulcral no âmbito da teoria do Estado, da filosofia do direito, do direito constitucional e da ciência política parece hoje não oferecer quaisquer dúvidas aos cultores destas disciplinas. Todavia, perante o insistente agitar dos novos paradigmas historiográficos, privilegiadores do «regional» e do «informal», deve colocar-se liminarmente a questão de saber se um problema político de «longo alcance», como é a teoria dos direitos fundamentais, terá cabimento na «nova história» sem ser

* Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

(D Cf. P. Veyne, *Como se escreve a história*, Lisboa, 1983, p. 268. «...ninguém se pode improvisar historiador». Esta observação poderia transferir-se para o espectáculo da banalização dos «constitucionalistas» do nosso burgo.

O Sagrado e o Profano

olhada como *demodée* ou crismada como vulgata historiográfica. Como quer que se ja, concordar-se-á com F. Furet (2) que «a boa questão, o problema bem colocado, são mais importantes — e são mais raros — do que a habilidade ou paciência em trazer à luz do dia um facto desconhecido, mas marginal».

A questão a colocar é, em síntese, a seguinte: existirá uma *teoria* (3) republicana, autónoma e coerente, de direitos, liberdades e garantias, no sentido de uma concepção sistemática, orientada para o carácter geral, finalidade e alcance intrínseco dos direitos fundamentais?

Tentando localizar o problema nos *topói* historiográficos conhecidos, poderíamos formular assim a questão:

1) Na glosadíssima querela entre a «liberdade dos antigos» e a «liberdade dos modernos», o pensamento republicano colocará o acento tónico em alguma destas «liberdades», ou tentará uma síntese do pensamento liberal (= liberdade dos modernos) com a tradição clássica da liberdade concebida como participação activa no poder político (= liberdade dos antigos)? (4)

2) Relativamente à crítica marxista dos direitos do homem (5), como responde o pensamento republicano às exigências da «solidariedade social» e da «fraternidade» sem cair na «ruptura revolucionária» pressuposta ou imposta pelos movimentos socialistas?

A colocação do problema — boa ou má — deixa claramente intuir que o filão do discurso subsequente — *destino da razão republicana em torno dos direitos fundamentais* (6) — se localiza no terreno da história política, isto é, no *locus* globalizante onde se procuram captar as ideias, as mentalidades, o imaginário, a ideologia dominante, a cons-

(2) Cf. François Furet, *A Oficina de História*, Lisboa, s.d., p. 84.

(3) Utiliza-se a expressão *teoria dos direitos fundamentais* no sentido de E. W. Bockenförde, «Grundrechtstheorie und Grundrechtsinterpretation», in *Neue Juristische Wochenschrift*, 1974, p. 1529. Cf. também K. Kroger, *Grundrechtstheorie als Verfassungsproblem*, Baden-Baden, 1978.

(4) Como poderá intuir-se, utilizamos os termos clássicos de Benjamin Constant, *De la liberté chez les Modernes*, col. apresentada e anotada por M. Gauchet, Paris, 1980.

(5) Temos aqui em conta sobretudo as considerações de Marx em *A Questão Judaica*, Ed. Ulmeiro, s.d., p. 39.

(6) Cf. o título semelhante do estudo de Philippe Raynaud, «Destin de l'ideologie républicaine», *Esprit*, 12 (1983), p. 27 e ss.

ciência colectiva, a ordem simbólica e a cultura política. Neste terreno fértil, disputado por conceitos rivais, vai mover-se a nossa «curiosidade pelo específico» (P. Veyne) do republicanismo. A localização do tema em sede do que se poderia chamar *cultura política* republicana indicia já que, a nosso ver, o problema da teoria republicana dos direitos fundamentais tem como objecto um quadro político-cultural adquirido em que os códigos, as normas e os valores traçam um espaço de significação e definem um campo de possibilidades. Por outras palavras: a averiguação do sentido político do republicanismo em torno dos direitos fundamentais, além de apelar para a descodificação da «memória social» do movimento republicano, pressupõe a indagação da forma como a teoria republicana dos direitos do homem se inculcava como operador «teórico» entre a micropolítica e a macropolítica, condicionando as acções individuais ou colectivas. Numa área transdisciplinar, como é a da cultura política, pouco importa que o problema seja preferencialmente enquadrado no objecto da cultura política, da ordem simbólica, da ideologia ou da consciência colectiva. Parece-nos, todavia, que o estudo de uma *teoria* republicana dos direitos fundamentais não pode deixar de tomar como ponto de partida o carácter consciente e racional desta teoria. Daí que não se trate de um problema típico de *mentalidade* republicana, não obstante as mentalidades se localizarem, como a cultura política, no «ponto de junção do individual e do colectivo, do tempo longo e do tempo quotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral» (7).

A captação da teoria republicana dos direitos fundamentais não se reconduz a uma simples tentativa de apreensão do *imaginário republicano*. Certamente que a concepção republicana dos direitos do homem não dispensa os seus «mitos de referência» (8), mas está longe de se deixar enlaçar num sistema de representações colectivas harmonizantes e intangíveis, porque ao assumir-se conscientemente como teoria ela preserva uma «consciência histórica» capaz de se erguer em operador útil nos terrenos da *ideologia política*. Apesar desta dimensão voluntarista (ou iluminista) da teoria republicana dos direitos humanos, ela não ocupa o lugar da ideo-

(7) Cf. Jacques le Goff, «Les mentalités, une histoire ambiguë», in Pierre Nora/Jacques le Goff, *Faire de l'Histoire*, III — *Nouveaux objects*, 3 vol., pp. 76-94.

(8) Cf. Sansot, «Chronique de l'imaginaire», *Esprit*, 1982 (7/8), pp. 160-169, e 9, pp. 184-189; (8/9), pp. 160-164.

O Sagrado e o Profano

logia republicana na sua globalidade, isto é, não veicula um projecto social global como acontece com as ideologias ⁽⁹⁾.

A aproximação perfunctoria que se acaba de fazer entre «conceitos rivais» — cultura política, mentalidades, imaginário, ideologia — não perturba o enquadramento global do tema no âmbito da história política. História política, pois, mau grado a desgraça da «história da razão» com todas as suas astúcias iluministas e pré-compreensões totalizantes ⁽¹⁰⁾, face à «nova história» centrada no «regional», no «estilhaço», no «informal», no «maravilhoso» e no «não dito» ^{O1)}.

Com a escolha de um tema da história política pretende-se prestar homenagem à concepção militante da política por parte dos republicanos. Nicolet expôs em tempos recentes, de forma plástica, o sentido da razão activa do republicanismo: «Na presença de homens que, mais ardentemente do que outros, afirmaram que a história tinha um sentido, que este sentido era racionalmente cognoscível, e que as suas doutrinas e mesmo a sua acção podiam reconciliar ciência e liberdade, limitar-se ao inventário da história, julgar o discurso relativo, é, por sua vez, uma injúria e um erro. Os republicanos franceses fizeram apelo à razão e à posteridade. Acreditaram que as palavras tinham um sentido, que o pensamento justo permitia agir justamente» ⁽¹²⁾. Esta afirmação poderia transferir-se, de forma tendencial, para o republicanismo português ⁽¹³⁾.

A escolha do tema é, para terminarmos estas considerações preliminares, uma escolha intencional, pessoalmente dirigida. Tratando-se de descobrir a tensão dialógica e dialéctica entre o *sagrado e o profano*, à qual o homenageado dedicou tanto do seu imenso labor e saber de historiador das ideias, o tema da razão republicana em torno dos direitos

⁽⁹⁾ Cf. Mullins «On the concept of Ideology in Political Science», *American Political Science Review*, 2166, 1972, pp. 498-510.

⁽¹⁰⁾ Cf. Luc Ferry/Alain Renaut, *Philosophie Politique*, 3 — *Les droits de l'homme: l'idée républicaine*, Paris, 1985, como obra simbólica dos estudos actuais das astúcias totalizantes.

^{O1)} Para uma clarificação do sentido da «nova historia» no âmbito do direito cf., por todos, A. M. Hespanha, «Une nouvelle histoire du droit», *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero Giuridico*, 1986; «Nova historia e historia do Direito», *Vértice*, n.ºs 470-472, 1986, p. 17 e ss.

⁽¹²⁾ Cf. Claude Nicolet, *Uidée républicaine en France*, Paris, 1982, p. 34.

⁽¹³⁾ Cf. Fernando Catroga, *A Formação do Movimento Republicano (1870-1883)* (policopiado), Coimbra, 1982, p. 76 e ss., que define o republicanismo como «Incarnação política de uma revolução cultural».

O Círculo e a Linha

fundamentais pareceu-nos uma escolha «correcta» e uma boa «intriga». Com efeito, haverá algo de mais «intrigante» do que uma concepção, como a republicana, que, ao lado do seu laicismo, anticlericalismo, antimetafísicismo, positivismo, cientismo, faz constantemente apelo ao «sagrado», à «religião da humanidade» e ao proselitismo? O mote foi dado logo por Antero de Quental:

«Quem diz democracia diz naturalmente república. Se a democracia é uma ideia, a república é a sua palavra; se é uma vontade, a república é a sua acção; se é um sentimento, a república é o seu poema... E se à reetidão do seu código copiado do direito absoluto, ajuntarmos a fê dos seus crentes e a santidade dos seus mártires, a república deixa de ser um governo para se tornar uma religião» (14).

Entendamo-nos: Antero não é, propriamente, uma voz autorizada da mundividência republicana, mas o sentido republicano da tensão sagrado/profano conducente a uma laicidade interiorizada torna-se hoje visível numa perspectiva crítica do republicanismo. Como assinala Nicolet, a República pede emprestado ao sagrado e até mesmo ao divino, as suas palavras, e talvez mais que as palavras. Isto não é para surpreender nem os republicanos nem os historiadores (15).

O historiador que se homenageia está em boa posição para compreender isto mesmo: como se destrona Deus e se ergue o Ser Supremo, como se recusa a transcendência e se transmuta a República, a Pátria e a Humanidade em ideia sagrada; como se combate a metafísica e se mantém a récita dos ritos e dos mitos.

IL AS LIGAÇÕES TRANSVERSAIS

Enunciado o tema — destino da razão republicana em torno dos direitos, liberdades e garantias — impõe-se o esboço da sua «economia narrativa». Mas onde procurar os materiais constitutivos do campo narrativo? Esta é outra das dificuldades do tema em discussão. Mais do que procurar «fontes» é preciso «inventá-las», tendo sobretudo em conta as «ligações transversais» a efectuar entre os vários materiais de

(14) Cf. Antero de Quental, «Portugal perante a Revolução de Espanha», in *Prosas Sócio-Políticas*, org. de Joel Serrão, Lisboa, s.d., p. 221.

(i®) Cf. Nicolet, *Uidée républicaine*, cit., p. 498, e, entre nós, Fernando Catroga, *A Formação*, cit., p. 91 e ss.

O Sagrado e o Profano

estudo. Expliquemos melhor: perante a inexistência de «fontes históricas» especificamente respeitantes à concepção republicana dos direitos fundamentais, ao que acresce a desoladora falta de estudos historiográficos modernos incidentes sobre o mesmo tema, a análise a empreender tem necessariamente de lançar mão de materiais dispersos e de diferente natureza. Dos programas dos partidos às obras teóricas, passando pela análise dos textos constitucionais, tudo terá de ser remexido para da «história em migalhas» do republicanismo se retirar o sentido de uma razão — a razão republicana face ao problema dos direitos do homem.

Escusado será dizer que as ligações transversais não são fáceis de fazer. Por um lado, o apagamento da memória histórica que o regime autoritário de 1933 operou relativamente a numerosos problemas da história política e constitucional, reflectiu-se com dramatismo em sede de direitos fundamentais. As obras universitárias paradoxalmente mais informativas sobre o assunto são ainda a dos professores liberais dos fins do séc. XIX (Lopes Praça, Frederico Laranjo, Marnoco e Sousa) ⁽¹⁶⁾, faltando-nos durante a Iª República um Duguit, um Hauriou ou um Carré de Malberg para alicerçar uma teoria convictamente republicana dos direitos fundamentais.

Por outro lado, a recente e valiosa historiografia portuguesa (nas suas várias ramificações) sobre o republicanismo mostra também significativa «indiferença» relativamente à questão dos direitos do homem. Assim, a *História da 1.ª República*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques ⁽¹⁷⁾, embora aluda, como é óbvio, ao problema dos direitos e garantias individuais quando analisa a Constituição de 1911 e os vários programas partidários, revela uma flagrante insensibilidade no que toca à questão de concepção global republicana sobre os direitos fundamentais. Joel Serrão ⁽¹⁸⁾ na sugestiva *Introdução ao estudo do pensamento político português na época contemporânea* intui perfeitamente as *nuances* do republicanismo perante as correntes ideológicas do liberalismo e do socialismo, mas não se encontra aí qualquer referência a uma teoria dos direitos do homem no pensamento republicano.

⁽¹⁶⁾ «Inventar» no sentido de François Furet, pois as fontes existentes, tal como estão, não são apropriadas ao nosso tipo de curiosidade. Cf. François Furet, *A Oficina da História*, cit., p. 85.

⁽¹⁷⁾ A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *História da 1.ª República. As Estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

⁽¹⁸⁾ Cf. Joel Serrão, *Antologia do Pensamento Político Português* I. *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Lisboa, 1970.

O Círculo e a Linha

Fernando Catroga ⁽¹⁹⁾ tem-nos vindo a oferecer uma penetrante análise dos *leit motiv* filosóficos, políticos e culturais do republicanismo, mas não se vislumbra nos seus estudos uma problematização da teoria republicana dos direitos fundamentais. César Oliveira ⁽²⁰⁾ investigou temas, onde a questão dos direitos, liberdades e garantias surgia indissoluvelmente ligada aos problemas do «socialismo» e do «operariado», mas nota-se claramente a falta de consciencialização de uma compreensão autónoma e global do pensamento republicano em sede de direitos e garantias individuais.

A recentíssima *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva ⁽²¹⁾, dedica uma atenção secundária ao problema dos direitos do homem, não registando sequer no índice alfabético qualquer entrada relativa à rubrica direitos do homem ou outras designações semelhantes (direitos fundamentais, direitos, liberdades e garantias, direitos individuais, etc.).

É óbvio não serem desconhecidas por qualquer dos historiadores citados as traves mestras do republicanismo no âmbito dos direitos e garantias individuais. O que lhes falta problematizar é a existência ou não de uma verdadeira *teoria* republicana dos direitos fundamentais entendida como concepção sistemática, autónoma e substancial dos direitos do homem ⁽²²⁾.

Diferentemente dos historiadores, os constitucionalistas nacionais dedicam relativa atenção ao problema dos direitos fundamentais. Jorge Miranda ⁽²³⁾, ao debruçar-se sobre a história das constituições portuguesas, alude concretamente ao tema dos «Direitos fundamentais na Constituição de 1911». O autor deste trabalho também dedicou algumas considerações à «Declaração dos Direitos» na Constituição Republi-

⁽¹⁹⁾ Cf. Fernando Catroga, *A importância do positivismo na constituição da ideologia republicana em Portugal*, Coimbra, 1977; *Os Inícios do Positivismo em Portugal*, Coimbra, 1977; *A Formação do Movimento Republicano 1870-1883*, Coimbra, 1982 (policopiado).

⁽²⁰⁾ Cf. César Oliveira, *O Socialismo em Portugal*, Porto, 1973; *O Operariado e a República Democrática, 1910-1914*, Porto, 1972.

⁽²¹⁾ Cf. *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, 6 vols., Lisboa, 1983.

⁽²²⁾ A maioria dos historiadores parece sufragar a tese, mais pelo não dito do que pelo dito, de que os direitos fundamentais são uma política. Cf. o número especial da revista *Esprit* «Droit e Politique», Março de 1980.

⁽²³⁾ Cf. Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, 2 vol. tomo I, 1985, p. 262.

O Sagrado e o Profano

cana (24). Marcelo Caetano (25) oferece-nos uma ideia geral da Constituição de 1911, mas quanto aos direitos fundamentais limita-se a afirmar que ela seguiu a «orientação individualista», dando «primazia à enumeração dos direitos e garantias que, segundo a tradição liberal portuguesa, assentam na liberdade, segurança individual e propriedade».

A ideia que nos fica é a de que também a doutrina do direito constitucional revela uma deficiente compreensão teórica do ideário republicano dos direitos fundamentais. Esta convicção alicerça-se ainda mais se tivermos em conta o aprofundamento teórico das «teorias» dos direitos fundamentais desenvolvido pela juspublicística contemporânea. Tomando como paradigma a sistematização da doutrina alemã, chega-se à estranha conclusão de que não há lugar, hoje, para uma teoria republicana de direitos fundamentais. Os vários esquemas teóricos avançados — *teoria liberal*, *teoria social*, *teoria democrático-funcional*, *teoria da ordem de valores*, *teoria socialista* — apresentam no seu conjunto alguns elementos do pensamento republicano referente à questão dos direitos do homem, mas, significativamente, nenhuma se intitula *expressis verbis* como teoria republicana (26). Dir-se-ia que na doutrina do direito constitucional se assiste a uma hipertrofia teórica em torno dos direitos fundamentais, sem qualquer consciência do «apport républicain» para tão importante problema. Ao facto não será alheia a ausência, em alguns países (ex. Alemanha), de um imaginário, de uma cultura e de uma ideologia sólidamente republicanas (27).

(24) Cf. J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional*, 4.^a ed., Coimbra, 1986, p. 252.

(25) Cf. Marcelo Caetano, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 4.^a ed., Coimbra, 1972, Vol. II, p. 474.

(26) A sistematização das teorias de direitos fundamentais apresentada por E. W. Bockenforde, «Grundrechtstheorie und Grundrechtsinterpretation» in *Neue Juristische Wochenschrift*, cit., p. 1536, é agora aceite com algumas variações pela generalidade da doutrina. Cf. o nosso *Direito Constitucional*, cit., p. 425 e ss.; Vieira de Andrade, *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Coimbra, 1983, p. 54 e ss.

(27) A doutrina alemã começa agora a dar-se conta desta ausência de «espírito» republicano. Cf. Jsensee, «Republik — Sinnpotential eines Begriffs», *Juristenzeitung*, 1981, p. 1 e ss.

O Círculo e a Linha

III. A ECONOMIA NARRATIVA DA TEORIA REPUBLICANA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A tese fundamental deste trabalho é a de que a controvérsia em torno da concepção republicana dos direitos fundamentais tem sido sistematicamente mal colocada.

1) O erro inicial foi o de, a partir de categorias nominalistas — liberdade dos antigos *versus* liberdade dos modernos —, pretender subsumir-se ao esquema dicotómico de Benjamin Constant a concepção rasgadamente autónoma do republicanismo;

2) O erro actual é o de, interessadamente, a partir de conceitos forjados para as discussões políticas contemporâneas, se procurar interpretar retroactivamente a mundividência republicana (ex. a concepção republicana como uma concepção social-democrata *avant la lettre*).

O desenvolvimento da nossa tese partirá dos pressupostos seguintes:

1) A teoria republicana é uma teoria autónoma e coerente, irreconduzível quer ao arquétipo clássico grego quer ao paradigma liberal;

2) A teoria republicana pretendeu alicerçar-se como novo paradigma, no tempo e espaço concreto do oitocentismo, sendo, pelo menos, forçado, querer aplicar-lhe as matrizes conceituais avançadas na actualidade para a compreensão dos direitos fundamentais.

Esta a proposta de tese. Resta fazer a récita de produção de sentido.

1. *No começo era o direito natural*

Parece não oferecer grandes dúvidas que o património dos «direitos naturais» foi comum a todos os movimentos do séc. XIX desde os liberais aos republicanos, passando por algumas facções do socialismo nascente. Excluíam-se apenas os providencialistas de direito divino, à maneira de José da Gama e Castro (28) ou de José Acúrsio das Neves (29).

C²⁸) Cf., por todos, L. M. Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, 1973.

(²⁹) Cf. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, Estudos introdutórios de António Almodovar e Armando de Castro, 5 vols., Porto, Afrontamento, s.d.

O Sagrado e o Profano

Não deve esquecer-se, porém, que, desde o início, a teoria dos direitos naturais dera origem a dois filões filosófico-jurídicos e filosófico-políticos ⁽³⁰⁾ decisivamente influenciadores dos movimentos e teorias políticas:

a) — A primeira concepção, na senda do kantismo, justificará, no plano das ideias políticas, uma compreensão dos direitos naturais em termos liberais, próximos daquilo a que se passou a chamar, glosando Benjamin Constant, «liberdade dos modernos». Partindo da consideração dos fins da actividade moral como ditados ao homem pela sua própria razão e não inscritos numa ordem do *cosmos* natural e transcendente, o discurso da modernidade em torno dos direitos do homem — discurso que efectua a passagem do direito natural à teoria política — assenta em duas ideias básicas: 1) o momento subjectivo típico do jusnaturalismo justifica que qualquer teoria política incidente sobre os direitos do homem deva responder, antes de mais, a esta pergunta — de que coisas e em que condições eu posso usar livremente para desenvolver a minha esfera privada (esfera da sociedade onde se localiza o direito civil); 2) como e por que via se deve estabelecer a limitação recíproca das liberdades, de forma a que eu possa ser livre sem escravizar outrem e, reciprocamente, os outros indivíduos possam ser livres sem eu ficar num estatuto de sujeição (esfera do Estado, onde se situa o direito público). Vê-se claramente que estes dois postulados apontam para uma teoria liberal dos direitos do homem, pois neles estão implícitos a primazia dos direitos como direitos inerentes ao livre desenvolvimento da «personalidade individual» e a concepção do Estado como entidade de *garantia* de direitos e não como instância prossecutora de fins colectivos. Os direitos individuais concebem-se independentes de toda a autoridade social e política (B. Constant), devendo o Estado limitar-se à tarefa da ordem e segurança desses direitos. Alexandre Herculano, num texto sobejamente conhecido, trilha estes caminhos do jusnaturalismo individualista sob a óptica kantiana:

«A liberdade humana, sei o que é: verdade da consciência como Deus. Por ela chego facilmente ao direito absoluto; por ela sei apreciar as instituições sociais. Sei que a esfera dos meus actos livres só tem por limites a esfera

⁽³⁰⁾ C. Nicolet, *L'idée républicaine*, czt., p. 338, refere-se aqui a uma *concepção transcendental* e a uma *concepção materialista* da doutrina dos direitos naturais.

O Círculo e a Linha

dos actos livres dos outros, e por limites factícios as restrições a que conviesse submeter-me para a sociedade existir e para eu achar nela a garantia do exercício das minhas liberdades»⁽³¹⁾.

b) — Ao lado desta concepção individualista dos direitos naturais, cedo se divisou outra linha — na senda dos ideólogos e dos «cientistas», de Volney, Destutt de Tracy e sobretudo de Condorcet — acentuadora da natureza de «troca» dos direitos no âmbito da sociedade. Os direitos naturais continuam a ser considerados como direitos individuais, pois, ao jeito do jusnaturalismo racionalista, o indivíduo pensante e actuante constitui o eixo nuclear do sistema social. Todavia, os direitos do homem são direitos do homem na sociedade, porque a sociedade é o estado normal e material do homem. Estamos a um passo da viragem «positivista»: os direitos naturais são uma *constructa* social e não um dado; a segurança, a liberdade e a propriedade, embora de natureza irrenunciavelmente individual, emergem de convenções ou trocas sociais. A dimensão historicista espreita também já nesta perspectiva: os direitos naturais realizam-se *historicamente* através de convenções ou trocas sociais.

Por agora basta-nos ter presente esta bifurcação da teoria dos direitos naturais jusnaturalista. O pensamento republicano, tal como não desconhece a perspectiva liberal assinalada em a), tão pouco deixa de estar atento ao segundo movimento, conducente a uma visão dos direitos naturais dessacralizada e laicizada, ou, para empregarmos a própria terminologia republicana, antimetafísica⁽³²⁾.

A cristalização jurídico-positiva dos direitos individuais liberais no texto constitucional de 1911 demonstrou que, não obstante todas as polémicas e oscilações no ideário republicano, a herança jusracionalista do vintismo foi definitivamente incorporada no património republicano. As declarações

(si) Cf. Alexandre Herculano, *Cartas*, vol. I, 5.^a ed., p. 207, *apud* Joel Serrão, *Antologia do Pensamento Político Português*, *cit.*, p. 353.

(32) A influência dos dois «discursos» assinalados no texto na teoria republicana dos direitos fundamentais é claramente salientada por C. Nicolet, *L'idée républicaine*, *cit.*, p. 340. Cf. também Luc Ferry/Alain Renaut, *Philosophie Politique*, vol. 3, Paris, 1985, p. 101. No contexto cultural português veja-se o confronto das teses de Vicente Ferrer Neto Paiva, *Elementos de Direito Natural ou de Filosofia do Direito*, Coimbra, 1844, numa perspectiva individualista Kantiana, e das posições de Joaquim Maria Rodrigues de Brito, *Filosofia do Direito*, Coimbra, 1869, influenciada pelas doutrinas do associacionismo, solidariedade social e fraternidade humana.

O Sagrado e o Profano

de Direitos, elas mesmo lugares de emancipação positiva da Razão e da Liberdade, assumem-se inequivocamente como portadoras de um conteúdo intrinsecamente justo, pois ninguém podia pôr em causa as estruturas básicas da sociedade civil saídas da Revolução e alicerçadas na liberdade civil, na igualdade e na propriedade. Mas alguma coisa iria mudar relativamente ao discurso liberal dos direitos do homem.

2. Depois foi a solidariedade social...

Se o conteúdo das Declarações de Direitos dificilmente se poderia contestar dentro dos horizontes de uma cultura política de raiz individualista como foi, tendencialmente, a cultura republicana, já o mesmo não sucede no que respeita à sua natureza. A descoberta dos «factos sociais» e a tentação de uma «ciência social»⁽³³⁾ lança o pensamento republicano num decidido esforço de integração das ideias racionalistas com o novo catecismo positivista. C. Nicolet fez a *mise au point* da trajectória republicana:

«No termo de um imenso esforço de integração da ciência na República — uma integração institucional pela reforma da Universidade, pela pedagogia — encontra-se confirmado e continuado o grande pensamento enciclopédico, esboçado numa síntese dramática por Condorcet e precisado pela *Décade philosophique*»⁽³⁴⁾.

Talvez se torne mais claro o esforço de integração do republicanismo, se conseguirmos dar mais transparência à síntese positivista. Esta será, em traços muitos gerais e abstractando das particularidades das várias correntes confluentes, a seguinte: a actividade social, não é, como a arte, a religião e a filosofia⁽³⁵⁾, uma manifestação pura de criação do espírito, pois o reconhecimento do significado real da actividade

⁽³³⁾ Abster-nos-emos aqui de desenvolver as influências do positivismo no pensamento republicano. Cf., por todos, Fernando Catroga, *Os inícios do positivismo em Portugal*, cit., p. 44 e ss.; «A importância do positivismo na constituição da ideologia republicana em Portugal», *Biblos*, homenagem a Vitor Matos e Sá, Coimbra, 1977.

⁽³⁴⁾ Cf. C. Nicolet, *Uidée républicaine*, cit., p. 316 e ss.

⁽³⁵⁾ Daí que a «ciência social» não se possa enquadrar no complexo das «ciências da cultura», na senda da *Kulturphilosophie* do séc. XIX.

O Círculo e a Linha

social para a vida humana implica necessariamente não apenas a *compreensão* desta actividade, mas também a possibilidade da sua *direcção*. Insistindo na unidade entre a ciência e a vida, na época positiva, o movimento republicano empreende um combate em três frentes:

1) Contra a «metafísica» retrógrada e clerical do conservantismo e da reacção, a «razão republicana» afirma-se resolutamente rebelde a uma submissão passiva à tradição e à história, e, conseqüentemente, reafirma uma dimensão *normativa e activista*, fiel ao pensamento revolucionário.

2) Contra a «metafísica» revolucionária dos direitos naturais abstractos, insiste-se na reapreciação positivista desses mesmos direitos, começando-se a falar em deveres recíprocos do indivíduo e da colectividade, a substituir o individual pelo social, a erguer a «humanidade» ao lado dos direitos inalienáveis, e a proclamar o exame científico dos deveres perante a afirmação metafísica dos direitos.

3) Contra os «metafísicos», revolucionários, socialistas, — os «lunáticos» — defende-se a resolução científica da «questão social» e rejeita-se categoricamente quer o milenarismo revolucionário quer o «quietismo sentimental».

As propostas «reconstrutivas» do republicanismo outra coisa não pretendem ser que a «construção» científica e positiva da política, superando-se quer o estádio «teológico» transmutador das forças naturais na pessoa divina, quer o estádio metafísico que parte de essências abstractas como a «Razão» ou a «*vis vitalis*», para explicar os fenómenos sociais. Nesta perspectiva, as teorias restauracionistas e reaccionárias eram combatidas porque representavam os abencerragens virulentos das filosofias fatalistas e providencialistas (estádio teológico), vergadas à ideia de causalidades transcendentais e imprevisíveis e a um processo cognitivo de ascese místico-religioso. Por sua vez, as teorias liberais eram contestadas como expressão do estádio metafísico, pois ao defenderem uma concepção antropocêntrica ilimitadamente crente no homem individual resvalavam para um apriorismo essencialístico, desconhecedor das condições reais da actividade social. Finalmente, metafísicos se deviam considerar os socialistas revolucionários que, em vez de apresentarem propostas de transformação social cientificamente adequadas, apenas desenvolvem teses alucinadoras e utópicas. Os rastros testemunhais desta luta do republicanismo em prol de «soluções positivas

O Sagrado e o Profano

da política» ⁽³⁶⁾ pode ilustrar-se exemplificativamente com os seguintes textos.

1) Contra os «lunáticos» e «alucinadores socialistas», escreve Teófilo Braga ⁽³⁷⁾:

«Acima das questões do salário, e das horas de trabalho, e do domínio dos instrumentos de transformação, está o problema do Individualismo, que tem de fazer-se reconhecer e modificar assim a organização do Estado; é esta a compensação positiva da justa exigência do proletariado, e por isso, o termo Socialismo é exageradamente amplo para designar os conflitos da esfera industrial como querem os alucinadores, societários, que o desacreditaram aplicando-o às suas hipóteses metafísicas. O nome científico do problema, como ele está posto, seria o associacionismo».

O texto é claro: a «indisciplina dos metafísicos revolucionários socialistas e intemacionalistas» (como Teófilo Braga ⁽³⁸⁾ os rotula) é incompatível com qualquer proposta científica de resolução dos problemas da civilização industrial e não está de acordo com a herança liberal reconhecidamente carecida de mecanismos compensatórios para a questão social.

2) A matriz individualista ofereciam algumas dificuldades de enquadramento, como o demonstra este texto de Marnoco e Sousa, em comentário à Constituição da República de 1911 ⁽³⁹⁾:

«Certo é, porém, que foi a corrente individualista que influenciou sobre a elaboração do sistema de direitos públicos individuais que se encontram consagrados nas constituições modernas. Foi a teoria metafísica dos direitos naturais que dominou tal elaboração admitindo-se, em face dessa teoria, a existência de direitos anteriores à própria sociedade, derivados de um suposto estado natural, anterior ao estado social, e que cada filósofo descrevia segundo as cores da sua imaginação, ora de luta, ora de paz, ora de felicidade».

⁽³⁶⁾ Sobre as implicações políticas da teoria comteana da lei dos três estados cf., entre nós, Fernando Catroga, *Os inícios do Positivismo cit.*, p. 57 e ss.

⁽³⁷⁾ cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, 1983, p. 145.

^(3s) cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas, cit.*, p. 125.

^(3*) Cf. Marnoco e Sousa, *Constituição da República Portuguesa, Comentário*, Coimbra, 1913, p. 37.

O Círculo e a Linha

Atente-se na formulação deste publicista português (de resto, um teórico não representativo do republicanismo). Reconhecendo que a teoria subjacente à positivação dos direitos fundamentais na Constituição republicana de 1911 foi a teoria individualista dos direitos naturais, não deixa, todavia, de salientar o carácter metafísico de tal teoria. Metafísico, porquê e em que sentido? Metafísico, sem dúvida, no sentido comteano ⁽⁴⁰⁾. A teoria dos direitos naturais radicava numa «metafísica da interioridade» (W. Schulz) e aqui reside a explicação para um esquema relacional pleno de tensão entre a teoria individualista dos direitos naturais e o republicanismo. Nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX a teoria dos direitos naturais tendia a ser considerada como ultrapassada para uma representativa parte da doutrina. O fenómeno não era apenas nosso, porque, em França, também os melhores cultores do direito constitucional (Duguit, Jéze, Esmein, Carré de Malberg) manifestavam significativas reticências à matriz individualista dessa teoria. Representativo do estado da questão no plano juspublicístico e sob uma óptica republicano-positivista é a posição de Duguit ⁽⁴¹⁾:

«Afirma-se, com efeito, que o homem natural, isto é, o homem tomado como ser isolado, separado de outros homens, está investido de certas prerrogativas, de certos direitos, que lhe pertencem porque ele é homem, por causa da eminente dignidade da pessoa humana, seguindo a expressão de Henri Michel. Ora isto é uma afirmação puramente gratuita. O homem natural, isolado, nascendo livre e independente dos outros homens, e tendo direitos constituídos por esta liberdade é uma abstracção sem realidade. De facto, o homem nasce membro de uma colectividade; ele sempre viveu em sociedade e não pode viver a não ser em sociedade e o ponto de partida de toda a doutrina sobre o fundamento do direito deve ser sem dúvida o homem natural; mas o homem natural não é o ser isolado e livre dos filósofos do séc. XVIII; é o indivíduo considerado nos laços de solidariedade social». * 3 4

⁽⁴⁰⁾ Como se sabe, Kant havia utilizado o termo metafísica em três significados associados a três disciplinas: (1) a «metafísica geral» que consiste numa análise lógica dos conceitos fundamentais e clássicos da ontologia (ser, substância, acidente); (2) a «metafísica especial» relacionada com a problemática do sujeito absoluto e da existência de Deus; (3) a «metafísica dos costumes» (doutrina do direito) centrada no processo através do qual se pensa a relação entre o universal e o particular. Luc Ferry /Alain Renaut, *Philosophie Politique*, vol. 3, p. 9.

⁽⁴¹⁾ Cf. Leon Duguit, *Manuel de Droit Constitutionnel*, Paris, 4.ª ed., 1923, p. 3.

O Sagrado e o Profano

No fundo, a tensão direitos naturais/teoria republicana de direitos fundamentais residia aqui: o homem era o fundamento dos direitos naturais (e nisso estavam de acordo o republicanismo e liberalismo), mas o homem de uns é o homem isolado e independente (perspectiva liberal) e para outros é o homem social, fraternal e solidariamente vinculado (perspectiva republicana) (42).

3. A construção do paradigma republicano

3.1. O Paradigma liberal: «Liberdade dos Modernos» em vez de «Liberdade dos Antigos»

Os republicanos não são os únicos donos das críticas às «metafísicas». Também o individualismo liberal desenvolveu, desde muito cedo, uma teoria crítica da «metafísica política» da Revolução Francesa. Vejamos a lógica intrínseca de uns e outros

1) «Branco e vermelho» na «feliz revolução» foi o mote da teoria liberal para a defesa de uma clara dissociação entre os resultados da «heureuse révolution» (B. Constant) e os excessos do «Terror». A crítica à política metafísica dos jacobinos constitui o *leit motiv* liberal e o paño de fundo para a articulação das relações entre liberdade pessoal e liberdade política em termos decisivamente privilegiadores da última. De Benjamin Constant a Alexis Tocqueville, de Kant a W. V. Humboldt, de Locke a Stuart Mili, o Estado Liberal configura-se como um «Estado de limites» ao qual não se atribui qualquer fim de promoção da «felicidade dos cidadãos», o que, entre outras coisas, corria o risco de reeditar ou o iluminismo asfíxiante da «polícia» setecentista ou a fúnebre imposição de uma política estadual em nome da virtude cívica e política (43). A atribuir-se algum fim ao Estado esse só poderia ser o de garantia da segurança e das liberdades individuais. O esvaziamento dos fins do Estado, considerados como indissociavelmente ligados ao Estado do despotismo ou à «virtu» «robepierriana», implicaria, como

(42) De qualquer forma, a base antropológica era sempre a do homem individual e não qualquer «consciência colectiva», expressão de uma metafísica organicista contra a qual se ergueu com energia Duguít, *L'Etat*, p. 158 e ss.

(43) Cf., por todos, em termos paradigmáticos, Rogério Soares, *Direito Público e Sociedade Técnica*, Coimbra, 1967, p. 5 e ss.

corolário lógico, a acentuação do livre desenvolvimento do sujeito e da independência privada. Nesta perspectiva, os direitos naturais racionalmente convertidos em direitos fundamentais do homem equivalem a «direitos dos particulares» — propriedade, liberdade, segurança — e, a ser-lhes reconhecida alguma dimensão funcionalística, essa só poderia ser a de tomarem possível «o desfrute pacífico da independência individual». No plano da *praxis política*, a conversão do direito natural em direito garantidor da autonomia dos particulares foi acompanhada, como realça Ph. Raynaud ⁽⁴⁴⁾, por uma congénita desconfiança relativamente à participação activa do indivíduo no poder soberano e daí a sua hostilidade às ideias rousseaussianas da vontade geral, ideias estas julgadas abstracta e virtualmente despóticas. Em certo sentido, o paradigma liberal é radicalmente antagónico do da *isonomia* grega, expressa na igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder, com a conseqüente elevação da participação na *arché*, nos seus vários espaços cívicos, a elemento estruturante da *polis* ⁽⁴⁵⁾. O ideal da *isonomia* grega crismado por Constant como «liberdade dos antigos» não se coadunava com o esquema de representação que, a partir das grandes revoluções — francesa e americana — foi sempre o do liberalismo: os direitos-liberdade pressupõem, no plano político, uma sociedade tendencialmente liberal que, pelo jogo dos interesses particulares, evoluirá para o aprofundamento das declarações dos direitos. O direito natural, para adquirir positividade, não necessita de correcções voluntaristas estadualmente impostas; a realização dos direitos segue um processo de baixo para cima, a partir de interesses individuais preexistentes a toda e qualquer iniciativa dos entes públicos ⁽⁴⁶⁾.

A hostilidade do pensamento liberal a concepções voluntaristas da sociedade civil está, porém, longe de significar uma crença acrítica na evolução autónoma dessa mesma sociedade. Com efeito, a «liberdade dos modernos» — os direitos do indivíduo autónomo — não se concebe num *vacuum* sócio-político, antes pressupõe uma aguda defesa do direito

⁽⁴⁴⁾ Cf. Ph. Raynaud, «Destin de l'idéologie républicaine», *cit.*, p. 30.

⁽⁴⁵⁾ Cf. por todos, J. P. Vernant, *As origens do pensamento grego*, 5.^a ed., Lisboa, 1986, p. 40 e ss.; Lucien Sfez, *Leçons sur l'égalité*, Paris, 1984, p. 39 e ss.

⁽⁴⁶⁾ Cf. Luc Ferry/Alain Renaut, *Philosophie Politique*, 3 — *Des droits de l'homme à l'idée républicaine*, Paris, 1985, p. 34.

de participação dos indivíduos autónomos —e só desses — na formação do órgão político da sociedade — o parlamento —, de forma a assegurar, através das assembleias representativas, uma garantia dos limites do Executivo e uma defesa dos seus direitos perante o Estado. A história do sufrágio censitário (nas suas várias expressões) parece demonstrar que os liberais estão, neste aspecto, mais próximos do círculo grego do que habitualmente se pensa ⁽⁴⁷⁾.

Adiante se tentará demonstrar o que acaba de ser dito.

3.2. *Regresso à «Grecidade» na teoria republicana dos direitos fundamentais*

É frequente associar-se a *isonomia* arquetípica dos atenienses à teoria republicana dos direitos do homem. À associação não é estranho o frequente elogio da *polis* grega e das suas estruturas organizatórias nos escritos teóricos do republicanismo ⁽⁴⁸⁾. Trata-se de um dos muitos mitos históricos, cuja compreensão urge clarificar.

3.2.1. O Círculo e a linha

a) O círculo

O círculo oferece-nos a visão cosmológica da *polis* grega. Através desta figura geométrica é possível obter a dimensão localizante das relações sociais da *polis*, informadas e reguladas pela lei da *isonomia*. A cidade é o *logos*, circular e centradamente conformado, no qual cada cidadão, por ser semelhante a todos os outros, terá de percorrer a totalidade do circuito, ocupando e cedendo sucessivamente, segundo a ordem do tempo, todas as posições simétricas que compõem o espaço cívico ⁽⁴⁹⁾. Geométrico-cosmológicamente, a delimitação do político pressupõe a interacção cidade/cidadão: no

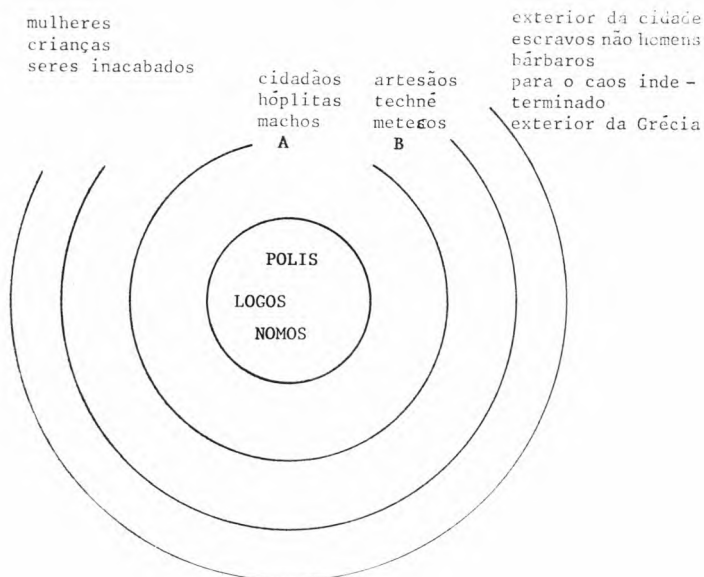
⁽⁴⁷⁾ Cf. Cerroni, *La libertà dei moderni*, Bari, 1968. Utilizámos a edição espanhola, Barcelona, 1972, p. 82 e ss. Cf. também Rogério Soares, *Direito Público e Sociedade Técnica*, cit., p. 42 e ss.

⁽⁴⁸⁾ A título de exemplo, cf. Teófilo Braga, *Soluções Positivas à Política Portuguesa*, Porto, 1912, p. 40. «A maior civilização do mundo, a da Grécia, nasceu de uma actividade consciente de uma sociedade democrática». «Democrática»...?

⁽⁴⁹⁾ Seguimos de perto, J. P. Vernant, *As origens*, cit., p. 79 e ss.

O Círculo e a Linha

espaço urbano — o *Kratos*, a *arché*, a *dynasteia* — situam-se no centro da *polis* e aí terá lugar a partilha da palavra, os debates e as decisões dos iguais (os *homoioi*). Estes *hoi mesoi* são iguais entre si e iguais na sua cidade e só eles partilham igualmente da palavra pública. Situados a igual distância dos extremos, constituem um primeiro círculo, um ponto fixo necessário ao equilíbrio e existência da cidade. Assim, seguindo as indicações de Platão em a *Republica* e nas *Leis*.



Como se pode verificar desta visão da cidade que nos oferece Platão na *Republica* e nas *Leis*, só o primeiro círculo é completo, porque ele é constituído pelos homens-livres iguais, conscientes da sua posição na *polis*, os únicos que, por «natureza», são compatíveis com as leis (*nomos*) da partilha. Referente humano, dotado de sentido, são apenas os cidadãos hólitas e machos, (círculo A); o falso-sentido é o (círculo B) dos artesãos, dotados de uma *Techné* desprezível; o contra-sentido é a raça animal das mulheres e crianças (estas, enquanto, no caso de serem machos, não fizerem o percurso iniciático de mutação de natureza até atingirem o estatuto de cidadão); «sem sentido» são os «escravos» que nem sequer fazem parte da raça humana. Como se vê, na cidade grega uns são mais iguais do que outros; a igualdade dentro de um

O Sagrado e o Profano

esquema organizatório profundamente desigual, onde ao lado do homem livre e igual (os hóplitos machos) e de não-homens (os escravos), existia um espectro ou *continuum* social de indivíduos cuja característica comum era a de se situarem «entre a escravatura e a liberdade» (50). A *polis* não era uma sociedade democrática, mas um «clubes de homens adultos» (51).

Como paradigma cosmológico da *polis*, o círculo convence-nos da força da geometria para a qual nos adverte Platão: «Por mais sábio que sejas, e esqueces que a igualdade geométrica (*geometriké isotes*) é onipotente entre os deuses e entre os homens: é por isso que negligencias a geometria» (62).

b) A linha

Os «valores» condicionadores da hierarquia social da cidade, esses podem captar-se na *linha* ou *linhas* simbolizadoras da árvore epistémica. A linha dos iguais, aquela que assegura a produção de sentido na *polis*, é a linha direita, pois são os traços da direita que se erguem ramificadamente até ao bem supremo, enquanto as vergontes ramais da esquerda se degradam num estatuto científico ligado à injúria e à opinião (53). Repare-se a seguinte representação gráfica (54).

A leitura da linha demonstra que os «iguais» têm de ocupar o centro da *polis* porque só eles produzem sentido à direita, isto é, só eles possuem sabedoria, saber filosófico e científico (*episteme*), filosofia, opinião direita, unidade e homogeneidade. Os outros, desde os «heróis secretos» (55), os detentores da *techné* (artesãos) até às mulheres, percorrem penosamente a linha esquerda das ciências inferiores, do ilimitado, da diversidade, da verosimilhança, da cozinha e da cosmética.

(50) Cf. M. Finley, «Entre a escravatura e a liberdade», in *Formas de Exploração do trabalho e relações sociais da antiguidade clássica*, Lisboa, 1978, p. 89.

(51) M. Austin/P. Vidal-Naquet, *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*, Lisboa, 1986, p. 40.

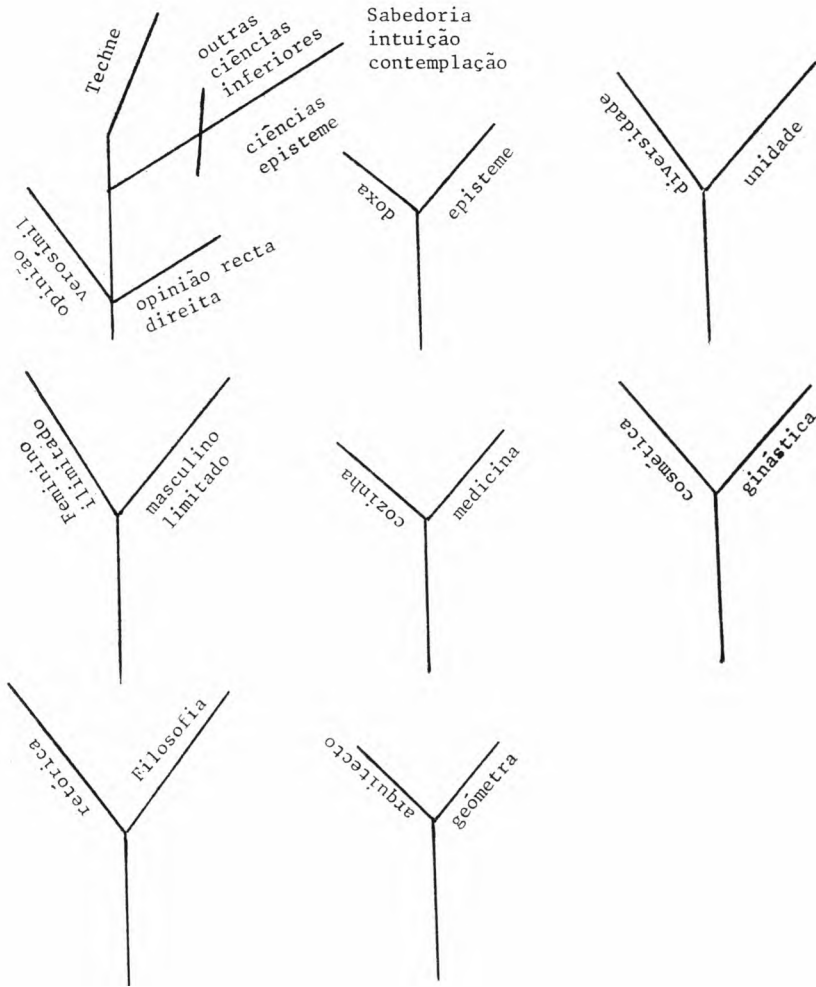
(52) Cf. Vernant, *As Origens*, cit., p. 93.

(53) Cf. L. Sfez, *Leçons sur Végálité*, cit., p. 7.

(54) *Apud*, L. Sfez, ob. loc. cit., p. 47.

(55) Cf. M. Austin/P. Vidal-Naquet, *Economia e Sociedade*, p. 25; L. Sfez, *Leçons sur Végálité*, cit., p. 48.

O Círculo e a Linha



A lembrança destes tópicos de conhecimento, banais para qualquer historiador⁽⁵⁸⁾, servem-nos para facilitar a

(56) A visão da sociedade grega que nos é proporcionada pela moderna historiografia distingue-se claramente das concepções «romanceadas» da democracia e da liberdade gregas desenvolvidas na doutrina republicana e em muitas obras especificamente dirigidas ao estudo dos direitos do homem. Confronte-se apenas este texto de uma recentíssima (e valiosa) obra espanhola sobre direitos do homem do autor espanhol Antonio Pérez Luno, *Derechos Humanos. Estado de Derecho y Constitución*, Madrid, 1984, p. 109: «Na Grécia brota com força o princípio da individualidade que progressivamente vai impregnando as instituições sociais e desemboca na Atenas do séc. V A.C. num sistema político cujo elemento básico é o homem livre».

O Sagrado e o Profano

retórica argumentativa descodificadora da igualdade: direitos fundamentais republicanos = liberdade dos antigos, direitos e liberdades individuais = liberdades dos modernos. A pergunta a fazer é esta: como e porquê se associa republicanismo à liberdade dos antigos e o liberalismo à liberdade dos modernos?

3.3. *Modernidade Liberal e Modernidade Republicana*

a) O paradigma da modernidade

A «liberdade dos modernos» e a «liberdade republicana» nada têm a ver com a ideia de cosmos natural e transcendente, geométrico e fechado. O paradigma liberal, tal como ele foi progressivamente delineado de Adam Smith a Hume, de Ferguson a James Mill, de Constant a Tocqueville, de Silvestre Pinheiro Ferreira a Herculano, é um grito de modernidade a favor das energias individuais que apenas pedem aos poderes públicos a criação e garantia do mínimo de ordem necessária ao máximo de liberdade. Estamos longe da ordem do *logos* que exigia dos cidadãos iguais uma intensa participação nos negócios da *polis*.

A teoria republicana reclama como base antropológica do seu discurso o *indivíduo* e, neste aspecto, o «toque» de modernidade dos direitos naturais e da «razão iluminada» aproxima-os da modernidade liberal. O homem republicano não é, porém, o sujeito politicamente abstémio, embora «civilmente enérgico e actuante», do individualismo possessivo; é o homem politicamente combatente a favor do «progresso», da «educação», da «instrução», do «associacionismo», enfim de «soluções positivas» ⁽⁵⁷⁾ para a política. Eis um primeiro elemento de aproximação do republicanismo à liberdade dos antigos — o activismo político.

b) A produção da récita na partilha dos iguais

Já a partilha liberal da palavra política, distinguindo entre *cidadãos activos* e *cidadãos não activos* se aproxima mais do círculo participante dos *homoioi* do que do igua-

⁽⁵⁷⁾ Cf. precisamente, Teófilo Braga, *Soluções Positivas*, cit., vol. 1, p. 51 e ss.

litarismo político republicano ⁽⁵⁸⁾). Não obstante a conhecida afirmação de Proudhon (autor, de resto, mais próximo do pensamento socialista do que do republicano) de que «A república está acima do sufrágio» e a célebre rejeição do sufrágio por A. Comte (este, sim, profundamente influente no ideário republicano) pelo seu carácter metafísico ⁽⁵⁹⁾, o pensamento republicano afastou, teórica e tácticamente, a partilha da palavra apenas pelos *homoioi*, associada à marginalização dos «outros». Tal como na França haviam feito Littré ⁽⁶⁰⁾ e Wyruboff ⁽⁶¹⁾ entre outros, também entre nós, a «razão republicana» se orientou decididamente, no plano teórico ⁽⁶²⁾ e programático ⁽⁶³⁾, para a defesa da democracia política assente no sufrágio universal ⁽⁶⁴⁾.

Quando se aproxima a teoria republicana da «liberdade dos antigos» pretende-se (ou deve pretender-se) coisa muito diferente do ideal dos *homoioi* e da lei de *isonomia*. Uma sociedade, como a ateniense, assente numa pluralidade de «igual-

⁽⁵⁸⁾ Clara intuição disto já em António Candido Ribeiro da Costa, *Princípios e Questões de Philosophia Politica*, I — *condições d'científicas ao Direito de Suffragio*, Coimbra, 1878, p. 74: «E o mais perieito exemplar [dos cantões suíços] de democracia pura que conhecemos. É quasi profanação comparar-lhe o governo de Atenas, que era somente exercido por uma pequena parte aa sua população não tendo ingerencia activa nele, além de uma classe especial de cidadãos livres, os escravos que sustentavam com o seu trabalho e soberana ociosidade dos seus senhores. Vinte mil cidadãos tumultuavam na *agora* em plena paixão política, mas apenas em beneficio destes, labutavam indefesamente quatrocentos mil homens». Note-se que, apesar de tudo, a desigualdade liberal não é uma desigualdade natural (de direito), no sentido grego, mas uma desigualdade de facto (de talento, de mérito). Isto justificará, por exemplo, o acesso à categoria dos cidadãos activos dos indivíduos capazes de mudar de situação económica «legitimadora da partilha da palavra política».

⁽⁵⁹⁾ Cf. Fernando Catroga, *O Positivismo*, cit., p. 77.

⁽⁶⁰⁾ Cf. E. Littré, «Du suffrage universel en France, considéré comme une experience sociologique», *Revue de Philosophie Positive*, vol. IV, p. 37.

⁽⁶¹⁾ Cf. Wyruboff, «La Politique qualitative et la Politique quantitative», *Revue de Philosophie Positive*, vol. III, p. 12.

⁽⁶²⁾ Cf. Manuel Emidio Garcia, «Porque e como aceitamos o Suffragio Universal», *O Partido do Povo*, n.º 16, 1878, p. 65; Consiglieri Pedroso, *O Suffragio Universal ou a Intervenção das Classes Trabalhadoras no Governo do País*, Lisboa, 1876, p. 32 e ss.

⁽⁶³⁾ No «Programa do Partido Republicano», publicado inicialmente em 1886, na *Democracia Portuguesa*, (31/01/1886), e actualizado em 1891, estabelece-se: «Liberdades políticas, ou de garantia do suffragio universal — Representação das minorias». Consultámos esse Programa em Trindade Coelho, *Manual Político*, cit., p. 67 e ss.

⁽⁶⁴⁾ Cf. Fernando Catroga, *Os Inícios do Positivismo*, cit., p. 76 e ss.

O Sagrado e o Profano

dades-desiguais», fechadas, hierarquizantes e vergadas à transcendência cosmológica, obedecia a paradigmas e arquétipos políticos radicalmente diversos dos de uma República, «cosmopolita» (65), universalista, aberta à acção e solidariedade internacional e democrática, tendencialmente crente na participação de todos os cidadãos («dos homens às mulheres, dos sábios aos iletrados, dos possidentes aos homens do povo») nos assuntos da *res publica*.

Se o acesso potencial de todos os cidadãos à formação da vontade política é uma condição necessária à saúde do organismo político — o que contraria abertamente o carácter fechado e hierarquizado da *polis* grega —, perguntar-se-á se a associação da teoria republicana à «liberdade dos antigos» tem ainda alguma razão de ser. A resposta é positiva neste sentido: a política dos republicanos concebia-se, de certo modo, como uma política à antiga, uma política de participação no poder. A «partilha da palavra» por todos os elementos iguais da sociedade teria como finalidade a instauração de um sistema político assente na «Igualdade Civil e a Liberdade política na base moral da Fraternidade ou solidariedade humana» (Teófilo Braga).

Por outro lado, a política de participação do poder, mesmo quando exercida por representantes, não é, para os republicanos, uma política de limitação do poder para garantir o desenvolvimento de autonomia individual ou da independência da sociedade civil, como sempre defendeu o pensamento liberal, mas uma política na cidade para assegurar a «evolução do espírito» a nível da «liberdade filosófica, política e civil». O reconhecimento da «fraternidade» ou da «felicidade comum» como fim da sociedade assumia-se como um fim de luta política e como expressão moderna dos direitos do homem. Luc Ferry e Alain Renaut (66) clarificaram recentemente esta dimensão original da concepção republicana dos direitos do homem:

«Os verdadeiros direitos do homem são os direitos do cidadão como direitos políticos de participação no poder, essencialmente pelo sufrágio universal — direitos de par-

(65) Teófilo Braga, *Soluções Positivas*, vol. I, cit., p. 86. A acentuação nacionalista do discurso republicano não pode nem deve confundir-se com a ideologia do nacionalismo, posteriormente hipertrofiada pelos autoritarismos fascistas. O nacionalismo dos republicanos era, como salientou Fernando Catroga, *A Formação*, p. 83, «o correlato da tendência universalista imanente à evolução da humanidade».

(66) Cf. Luc Ferry/Alain Renaut, *Philosophie Politique*, vol. 3, Paris, 1985, p. 169.

O Círculo e a Linha

ticipação que, por um lado, supõem os direitos-liberdade e, por outro lado, garantem, pelo seu próprio exercício, a tomada em conta das exigências da solidariedade ou da fraternidade».

Se quiséssemos transferir para aqui o ideal grego da liberdade dos antigos, dir-se-ia que também os republicanos desejavam que todos os cidadãos tomassem consciência da sua condição de iguais e homens livres, partilhando a universalidade do *logos (res publica)* e criando uma sociedade de iguais.

c) Dimensão democrático-funcional da teoria republicana dos direitos fundamentais

«No fazer iguais» e «exercer direitos» em prol da solidariedade e da fraternidade sugerem-se dimensões democrático-funcionalistas na teoria republicana dos direitos fundamentais. Este ponto é de primacial importância para compreender a «razão militante» dos republicanos. A moderna teoria dos direitos fundamentais, conhecida na doutrina juspublicística por *teoria democrática-funcional* ⁽⁶⁷⁾, oferece alguns elementos de compreensão da teoria republicana. Os *tópoi* essenciais desta teoria são os seguintes: 1) reconhecimento de direitos fundamentais aos cidadãos para serem exercidos como membros da comunidade e no interesse público; 2) o exercício da liberdade é um meio de garantia e prossecução do processo democrático; 3) a vinculação do exercício dos direitos à prossecução de fins públicos justifica a sua articulação com a ideia de deveres; 4) a dimensão funcional justifica, em caso de «abuso», a intervenção restritiva dos poderes públicos.

O enunciado dos postulados desta teoria recorda-nos a concepção republicana dos direitos e liberdades como direitos funcionalmente vinculados à garantia da própria liberdade política e à prossecução dos ideais de solidariedade e de fraternidade. A lógica intrínseca do republicanismo em tomo dos direitos fundamentais exigia o reconhecimento, não de «direitos em si» e «para si», mas de direitos para

⁽⁶⁷⁾ Entre nós, cf. as referências de Gomes Canotilho, *Direito Constitucional*, cit., p. 429. Mais desenvolvidamente cf., por último, K. Kroger, *Grundrechtstheorie als Verfassungsproblem*, Baden-Baden, 1983; Th. Wülfing, *Grundrechtliche Gesetzsvorbereitung und Grundrechtsschranken*, Berlin, 1981.

O Sagrado e o Profano

outrem ⁽⁶⁸⁾. Produtos da «lei natural» e da «razão apriorística» do sujeito, os direitos evoluem para produtos da «razão militante», justificativa do seu reconhecimento e do dever do seu exercício altruisticamente (solidária e fraternalmente) vinculado. De forma aproximadamente rigorosa, dir-se-ia que o pensamento republicano procura, assim, a saída da *subjectividade* para a *inter subjectividade*. Não se trata, como acontecerá no positivismo estadual, de reduzir os direitos a simples autovinculações jurídicas ⁽⁶⁹⁾, mas de marcar a indissociabilidade dos direitos fundamentais e da *moralidade* republicana.

⁽⁶⁸⁾ Recorde-se aqui a conhecida máxima comteana, «vivre pour les autres» que, entre nós, teve expressão no altruísmo de Júlio de Matos (Cf. por ex., «O Problema da Felicidade individual», *O Positivismo*, n.º 3, II anno, 1880, p. 182 e ss.) e de Teófilo Braga (Cf., por ex., «Sistematisações da Moral», *O Positivismo*, n.º 3, II anno, 1880, p. 213).

⁽⁶⁹⁾ Cf. na doutrina portuguesa, Rocha Saraiva, *Construção Jurídica do Estado*, Coimbra, 1912, p. 37 e ss. e 79 e ss.

O INVENTOR P. MANUEL ANTONIO GOMES HIMALAIA

O Cientista. O Economista. O Sacerdote

Manuel António Gomes nasceu, a 9 de Dezembro de 1868, na freguesia de Cendufe, do concelho dos Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo. Era, portanto, do concelho do Prof. Doutor José Sebastião da Silva Dias, que deve regozijar-se, ao ver recordar nesta justa homenagem um seu ilustre conterrâneo, que, no primeiro quartel deste século, gozou de grande prestígio nos meios científicos internacionais e volta agora a estudar-se por ter sido um dos primeiros e mais notáveis pioneiros do aproveitamento da energia solar para fins industriais O).

Manuel António Gomes, sendo filho de lavradores, passou a infância na aldeia, onde fez a instrução primária. Em Outubro de 1883, iniciou os estudos secundários no Seminário de Preparatórios de Braga, concluindo-os a 21 de Junho de 1887. A 16 de Outubro seguinte, matriculou-se, como aluno semi-porcionista, no Seminário Conciliar da mesma cidade, cujo Curso Teológico terminou, a 2 de Julho de 1890.

Devido à sua grande altura, os colegas puseram-lhe a alcunha de Himalaia, que ele oficializou, ficando a ser conhecido internacionalmente por P. Himalaia.

Sentindo grande paixão pela Filosofia e, sobretudo, pelas Ciências Físico-Químicas e Naturais, estudou todas as obras

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

C¹) Por este motivo, a Sociedade Portuguesa de Energia Solar pediu, em 1984, à Câmara Municipal dos Arcos de Valavez a cedência, em fotocópia ou microfilme, de todos os elementos que existissem sobre o P. Himalaia, a fim de poder conhecer a vida e actividade deste ilustre cientista.

O Sagrado e o Profano

que encontrou na Biblioteca do Seminário sobre estas matérias, adquirindo uma cultura invulgar para a sua idade e criando escola entre os discípulos com a defesa de arrojadas hipóteses, que provocaram polémica com alguns dos seus professores.

No fim do Curso Teológico, pensou em ir completar a sua cultura científica no estrangeiro, mas, por falta de meios financeiros, só o pôde fazer, nove anos depois, em 1899.

Durante estes nove anos, antes e depois da ordenação sacerdotal, teve de peregrinar por diversas casas e de desempenhar diversos cargos, que o fizeram sofrer muito e lhe causaram grandes atrasos e graves prejuízos nos seus estudos e inventos, segundo ele escreveu ao irmão, P. Gaspar:

«O que eu te posso dizer, meu bom Gaspar, é que eu penei os meus pecados e certamente os dos outros, nos diversos empregos que desempenhei, antes e depois da minha ordenação.... Fui para o Colégio da Formiga (Porto), quando terminei o Curso. Lá sofri bastante. Convidaram-me para professor de Física e Matemática e depois mandaram-me leccionar Instrução Primária Elementar (6 horas por dia) e ainda em cima fizeram-me prefeito com duas a três horas de vigília durante o dia e obrigação de vigiar o dormitório de noite.... Mas lá vegetei um ano».

No ano seguinte, foi para o Colégio dos Órfãos de Coimbra, onde «tinha duas aulas e prefeitura todo o dia e toda a noite. Estava bem alojado num magnífico quarto...., mas quase nunca tinha tempo de lá estar».

Pensou em formar-se na Universidade de Coimbra, mas, no fim do primeiro ano de professor do Colégio dos Órfãos, deixou esta cidade, por se ter solidarizado com um discípulo e amigo íntimo, que abandonou o Colégio, por incompatibilidade com a sua Direcção.

Veio em seguida para capelão da Família Van Zeller, em Vila Nova de Gaia, de cujos filhos foi professor:

«Nos Van Zeller, tinha de ensinar francês a uns, português a outros e até me exigiram que ensinasse inglês, do qual, não tendo então senão umas noções, só à custa dum trabalho enorme, durante boa parte das noites, é que consegui desempenhar-me. E, como se isto ainda não bastasse, arrumaram-me com todo o peso duma casa em plena ruína, por mil absurdos contratos inverosímeis.

Depois desta fadiga atrás, vieram as Freirás de Vilar (Porto), onde estive mais de dois anos, gastando anos de vida a dirigir operários, a fazer o plano da obra e a pô-la em prática, não falando nos deveres do meu ministério — confessar, exercícios de piedade, etc., nem nas lições de

O Inventor P. Himalaia

Ciências Naturais, que dava às alunas, nem nos doentes que curava, nem nos estudos que nunca deixei de lado.

Souberam que era por causa das obras do convento delas que eu não saía a férias nem ia tratar de pôr em prática as minhas antigas ideias. Souberam que, por esse motivo, perdi a invenção da liquefação do ar atmosférico, que foi posta em prática pelo Prof. alemão Linde. Souberam que arruinei a minha saúde a lidar com tanta barafunda todo o dia a pé firme, durante mais de dois anos. E, finalmente, nem um agradecimento franco me deram e, desde Julho de 1900, ainda não tiveram uma hora para responder à última carta que lhes escrevi» (2).

As religiosas Visitandinas do mosteiro de Vilar (actual Seminário de Vilar, no Porto) repararam depois a ingratidão para com o P. Himalaia, mandando gravar duas inscrições a comemorar a sua dedicação e trabalhos. Uma está no jardim da casa, gravada em pedra, e a outra, gravada em chapa de ferro, encontra-se na soleira da porta de uma sacada do Seminário de Vilar (3).

Desde Setembro de 1899 até à morte a 21 de Dezembro de 1933, como simples capelão do Hospício da Caridade em Viana do Castelo, o P. Himalaia consagrou-se totalmente ao estudo em instituições científicas e às suas notáveis invenções, tendo sempre como ideal supremo a maior glória de Deus e da Igreja, o bem de Humanidade e a honra da sua querida Pátria, como a seguir veremos.

As fontes mais seguras para conhecermos a actividade científica e outras facetas da vida do P. Himalaia são as cartas enviadas por ele aos pais e, sobretudo, ao irmão P. Gaspar,

(2) Cartas enviadas de Paris (19.9 e 26.10.1902), de Lisboa (19.7.1902) e de Meudon, arredores de Paris (31.7.1903).

(3) Refere-se a primeira à descoberta da água para o convento (e à construção do respectivo poço) pelo P. Himalaia, ano 1898. A segunda diz:

«Principiaram as obras deste mosteiro da Visitação em Março de 1897 e concluiu-se a ala norte em Outubro de 1898. À nossa saudosa Madre Fundadora Mariana Josefa da Costa, que suspirou por deixar às suas filhas esta nossa casa, à nossa Rev.da Madre Superiora Isabel Chantal de Seixas, que, com sobre-humano sacrifício e inexcelsível firmeza e previdência, a empreendeu e levou a cabo, e ao Rev.do Manuel António Gomes Himalaia, que generosamente suspendeu a realização das suas investigações e estudos para, com grande prejuízo da saúde, elaborar o plano de toda a construção e dirigir a construção de todos os trabalhos, a nossa indelével gratidão para o tempo e para a eternidade».

O Sagrado e o Profano

que sobem a mais de urna centena, podendo considerar-se uma espécie de diário íntimo, em que o sábio inventor ia dando conta da sua vida e do andamento (às vezes extremamente difícil) dos seus trabalhos. São dignas de inteiro crédito, por serem confidências feitas à família, com sinceridade e franqueza e, às vezes, sob rigoroso sigilo, sem nunca o P. Himalaia pensar que elas pudessem vir a público, havendo até ocasiões em que pede que sejam destruídas.

Os trabalhos que publicou e, mais ainda, os inéditos (ainda existentes) são também fontes que aproveitámos, por revelarem pormenores e factos ignorados ou mal conhecidos dos seus biógrafos.

I. O CIENTISTA

«Eu tive e tenho, escreveu ele ao irmão, uma disposição enorme para a Filosofia. No Seminário (por causa disso) era tratado como *Nigromante*... Defendi lá ideias que eu julgo exactas, mas que nem professores nem alunos queriam admitir, tais como a Sempiternidade, a Simplicidade e a Infinitude do Espaço, isto é, sustentei que o Espaço é uma *nada* infinitamente extenso, simples e sempiterno, no qual Deus projectou os *mundos* inumeráveis, mas sempre finitos.

Esta doutrina foi aceite por alguns colegas, a que os outros chamavam os *Sectários da heresia Himalaya*.

Depois, sustentei outras doutrinas, tais como a Imortalidade da alma dos Animais; a indestrutibilidade do princípio vital dos Vegetais; a transmissão da alma pelos processos ordinários da geração; a acção da alma sobre a matéria e sobre as forças cósmicas e vice-versa, etc., etc.

....Ao mesmo tempo, estudei todas essas Filosofias velhas da Índia, China, Egipto, Grécia, etc., e bem assim os devaneios dos Alemães, de que sempre tive vontade de escarnecer — tão asnáticas são todas as escolas que, em tempos recentes, se desenvolveram naquele país.

Os livros que me serviram de mestres em todos estes estudos foram, em geral, 1.º a *História Universal* de César Cantu; — 2.º a *História Universal da Igreja*...

Além destas obras da Ciência universal, onde aprendi muito, li quanto nesse tempo existia sobre Astronomia Popular (Flamarion, etc.), sobre Antropologia (De Quatrefages, Topinard, etc.), sobre Física (Jamin et Butry), sobre Química (Troost, Schutzenberger, etc.), sobre Zoologia (Brème), sobre Geologia, Botânica, etc., não falando nas obras de Apologética (*Religião em face da Ciência* do P. Santana, obras de Vigoureux, Moigno, de Arduin, etc.).

Isto não era muito, mas, no entanto, os outros companheiros não sabiam mais e os próprios professores, depois da saída do famoso Dr. Pedro Sanches, não iriam muito mais longe. Não obstante, meu caro Gaspar, o prémio ofi-

O Inventor P. Himalaia

ciai de uma carreira que foi toda passada entre os livros e as lucubrações do espirito foi um *simpliciter!*!.... Ao sair do Seminário, encontrei-me com uma bagagem científica relativamente importante para reger qualquer cadeira» (4).

O estudo apaixonado das ciências positivas levou-o a descuidar, algumas vezes, a preparação das aulas e a travar polémicas com professores, dando lugar a que estes lhe baixassem as classificações no 2.º e 3.º ano do Curso Teológico. Para evitar que ao irmão Gaspar acontecesse o mesmo, disse-lhe:

«O melhor é, pois, estudar tanto como os outros e nunca entrar numa aula sem saber a lição tão bem como o professor. Eu fiz aí algumas aventuras, não de propósito, mas por efeito do intenso amor que tinha a outras ciências. Isto, porém, não deu bom resultado, mas ao menos filosofei à vontade e tive alguns condiscipulos que chegaram a ser meus verdadeiros amigos e sequazes.

No 2.º ano, perdi a classificação por efeito duma tremenda polémica que travei com o Dr. João Nunes, levando-o à parede e a fazer fraca figura com uma questão de Espaço, a propósito da simplicidade e imensidade de Deus. No 3.º ano, passei *simpliciter*, por causa duma cega que dei ao Dr. Joaquim Mariz numa explanação das censuras, que nem tinha lido. Não me largou em todo o ano e, apesar de mais de 30 lições ótimas e dum exame magnifico, deu-me o R, porque nunca mais acreditou que eu estudasse. Julgava sempre que eu o estava intrujando.

Quando mais tarde os professores me forçaram a emitir opiniões e defender doutrinas, que saíam do ram-ram ordinário, algumas polémicas foram tremendas, porque eu era demasiadamente teso. Mas eles, que tinham a faca e o queijo... obrigaram-me a ficar oficialmente na obscuridade, embora todos os contemporâneos me prestassem uma verdadeira — deixa-me dizer o termo só a ti — uma verdadeira veneração e admiração» (5).

A paixão, talvez excessiva, pelas ciências positivas levou-o, mais tarde, a preferi-las à Filosofia e à Teologia:

«Eu, pelo menos, estou arrependido de haver lido muitos alfarábios de filosofias velhas na idade em que mais podia fazer progressos nas ciências positivas — Físico-Naturais.

Hoje as ciências teológicas antigas perderam todo o valor social....

(4) Boulogne s/ Seine (3.8.1901).

(5) Paris (28.9.1899 e 23.4.1900), Boulogne s/ Seine (3.8.1901) e Lisboa (23.6.1902).

O Sagrado e o Profano

O que hoje tomou maior importância na vida dos indivíduos ilustrados foram as ciências positivas. Por elas se chega facilmente a demonstrar a necessidade científica do sobrenatural (Deus, alma humana, etc.). Sem as ciências Físico-Naturais nenhum padre pode hoje defender a base da religião, impugnada em presença de factos naturais sofisticadamente interpretados» (6).

Na realidade, o P. Himalaia não abandonou as ciências especulativas, porque, segundo confessou na carta enviada ao irmão, P. Gaspar, a 20 de Junho de 1932, passou «43 anos de constante reflexão, observação, estudo e investigação» para dar a razão da origem e natureza «de todo o Universo... a grande obra de Deus Criador!».

Tendo de esperar pela idade canónica para se ordenar, o P. Himalaia tentou ir para o estrangeiro logo no fim do Curso Teológico e por lá ficar indefinidamente para realizar o seu ideal científico, segundo se depreende do cartão que nessa data enviou ao seu condiscípulo e maior amigo, Damião de Jesus Martins, mais tarde superior do Seminário de Nossa Senhora da Conceição, de Braga, e cónego honorário da Sé Primaz, em que lhe diz:

«Meu caro Damião,
Se me for possível realizar o ideal das minhas aspirações, — ideal que numa confiança íntima te manifestei — fico irrevogavelmente condenado a separar-me de ti, por tanto tempo quanto for aquele que a duração da nossa vida haja de atingir. Se o problemático ciclo das minhas aventuras me conduzir a países tão remotos e desconhecidos que te seja impossível saber notícias minhas, conserva ao menos este retrato para recordação eterna do mais fiel dos teus Amigos. Da minha parte, levarei gravadas no pensamento as tuas excelentes qualidades, que servirão para indelével estigma de saudade e conforto do teu
M. A. Gomes Himalaya».

Como já dissemos, não pôde sair então de Portugal por falta de meios.

(6) Lisboa (23.6.1902) e Paris (19.9.1902).

O Inventor P. Himalaia

1. O despertar das invenções

Tinha 18 anos apenas, quando se lhe despertou a paixão pelas invenções, segundo revelou ao pai e também ao irmão P. Gaspar, dizendo-lhes:

«Eu tinha o amor das Ciências Naturais, tinha a propensão para o professorado e a paixão das invenções, mesmo antes de ser Padre. Devia desde os 18 anos seguir a minha vocação especial. Não o fiz e, por isso, ainda não ultimei uma única obra! Fiquei até aos 30 anos longe da carreira que Deus queria talvez que eu seguisse como Padre» (7).

A primeira invenção realizou-a ainda no Seminário, em Outubro de 1889, com 20 anos apenas, confidenciou ele ao irmão numa outra carta:

«Foi nessa época (20 anos) que se me despertou, como consequência de um certo conhecimento das forças da Natureza e do desejo de fazer alguma coisa útil em benefício da Humanidade, um gosto veemente pelas invenções no domínio das Ciências Naturais.... A primeira invenção, feita em Outubro de 1889, foi a liquefação do ar atmosférico para a fabricação industrial de adubos químicos azotados. Depois houve outras, que um dia aparecerão....» (8).

Como já atrás dissemos, a falta de meios e os muitos trabalhos a que teve de sujeitar-se para garantir o sustento, não lhe permitiram registar oportunamente a invenção da liquefação do ar atmosférico. As religiosas Visitandinas «souberam (escreveu ele) que era por causa das obras do novo convento delas que eu nem saía a férias nem ia tratar de pôr em prática as minhas antigas ideias. Souberam que, por esse motivo, perdi a invenção da liquefação do ar atmosférico, que foi posta em prática pelo professor alemão — Linde. Souberam que arruinei a minha saúde a lidar com tanta barafunda todo o dia a pé firme...» (9).

Que pena o P. Himalaia não ter podido registar esta invenção antes do Prof. Linde!

(7) Bellevue (Seine et Oise, 17.5.1903).

(8) Boulogne s/ Seine (3.8.1901).

(9) Paris (26.10.1902).

O Sagrado e o Profano

2. O Aparelho Solar - Pirelióforo

«Depois da liquefação do ar atmosférico, houve outras invenções — e mais tarde veio a da utilização da mais poderosa das forças naturais — o calor do Sol. Comecei por esta, visto ser, talvez, a mais importante de todas. Se eu tivesse os meios necessários, há muito que tudo estaria em acção, mas foi preciso lutar contra esse inimigo tremendo — a falta de dinheiro. Agora tudo vai bem, louvores a Deus, porque encontrei finalmente quem me acompanhe com os capitais necessários e espero que alguma coisa poderei conseguir e muito em breve»⁽¹⁰⁾.

A pessoa que deu possibilidades ao P. Himalaia de ir para o estrangeiro completar os estudos e dedicar-se às invenções foi D. Emilia dos Santos, senhora brasileira, culta e de bastantes bens, que, estando hospedada no convento de Vilar, se entusiasmou pelos estudos e trabalhos do P. Himalaia, em virtude do que lhe ouvia expor sobre ciências nas homilias e, sobretudo, nas aulas que dava às alunas do convento.

O aproveitamento do calor do Sol para fins agrícolas e industriais vinha dar solução a um episódio que verificou na sua terra natal, quando contava 12 anos. Viu que seu pai, depois das trovoadas, ia guiar a enxurrada para os campos, mesmo debaixo de chuva. Perguntando-lhe a razão, o pai respondeu-lhe: «É que os enxurros, depois das trovoadas, adubam os campos». Afirmação idêntica ouviu a uns lavradores de Soajo.

Intrigado com estas respostas, procurou averiguar se elas correspondiam à realidade.

«Estudando depois Ciências Físico-Químicas no Seminário de Braga, escreveu ele, vim a reconhecer que as chuvas das trovoadas tinham azotatos e azotitos de amoníaco.... Tais produtos derivavam das descargas eléctricas através do ar saturado de humidade.... Experiências especiais me mostraram que o raio actua como calor e não como electricidade no fenómeno da oxidação do azote. Foi então que me ocorreu a seguinte ideia: Seria possível concentrar suficientemente os raios solares até obter um foco que tivesse uma intensidade de calor comparável à do raio?»^{C¹¹}.

Para responder a esta questão, o P. Himalaia tinha de estudar o Sol e, implicitamente, a estrutura do Universo, motivo por que, a 15 de Setembro de 1899, foi para Paris, a fim

⁽¹⁰⁾ Boulogne s/ Seine (3.8.1901).

^{C¹¹} Meudon (Junho de 1903).

O Inventor P. Himalaia

de colher os indispensáveis conhecimentos no Colégio de França e no Instituto de Paris, no Observatório de Astronomia Física de Meudon e no contacto pessoal com cientistas de renome, entre os quais o célebre químico Pierre Berthelot.

«Julgou, escreveu ao pai, que poderia dentro em pouco tempo ultimar os estudos e pôr a invenção em prática. Mas não sucedeu assim. A obra é grande de mais para se fazer à pressa. Quatro anos estão passados em estudos e trabalhos incessantes» (12), que foram para ele um doloroso calvário, em que consumiu o melhor da sua vida.

Em Setembro de 1899, requereu ao Governo Francês patente de invenção de um *Appareil pour Y obtention de hautes températures par les radiations solaires*, o que lhe foi concedido, por um período de 15 anos, a 18 de Dezembro seguinte. Este primeiro aparelho tinha 2,525m de diâmetro e uma superfície reflectora de 5m². As experiências foram feitas, em Julho de 1900, em Argelès, perto de Lourdes, obtendo-se a temperatura de 500°.

O segundo aparelho, maior e mais perfeito que o anterior, tinha 5m de diâmetro e uma superfície reflectora de c. 19,60m². As experiências começaram a 12 de Agosto de 1900, em Sorède (Pirenéus Orientais), atingindo a temperatura de 900 graus, com que já se fundiram diversos metais.

Começou logo os preparativos para terceiro aparelho, muito maior e mais perfeito, mas a falta de capitais e importantes inovações a introduzir, entre elas «movimentos especiais para acompanhar o Sol em todas as latitudes», retardaram muito a construção. «Tenho-me visto forçado a resolver os mais difíceis problemas com os mais reduzidos meios». Só as patentes, pagas a 27 de Junho de 1901, custaram 36 000 francos franceses. A 30 de Agosto seguinte, residindo em Boulogne-sur-Mer, o P. Himalaia requereu patente de invenção ao Governo Português, sendo-lhe concedida a 21 de Dezembro desse ano. Patentes idênticas foram registadas em grande parte dos países da Europa, da América, no Egipto, etc. Ao Governo Espanhol requereu-a a 5 de Fevereiro de 1902, tendo obtido, a 24 de Maio seguinte, o Brevet Español, N.º 27 255, «pour *Appareil pour Y utilisation industrielle de la chaleur du Soleil et Y obtention de hautes températures*».

Este terceiro aparelho foi construído em Lisboa, na Companhia Industrial Portuguesa, segundo os desenhos e dois modelos que tinha feito, um em Londres e o outro em Paris.

(12) Idem.

O Sagrado e o Profano

Levou meses a construir e ficou com diversos defeitos, que o P. Himalaia corrigiu com custo, segundo comunicou ao irmão:

«Quanto à máquina, depois de mil trapalhadas, filhas dos erros de construção, consegui encontrar um meio artificial de ajustar os reflectores e, apesar de tudo, obtive um foco de 50 cent, de diâmetro, tendo no centro uma temperatura de cerca de 2 000C. O basalto e os tejos refractários fundem com facilidade... Começou também a operar a oxidação do azote. Este ardia em chama amarelo-avermelhada, mas ainda não valia a pena aproveitar os vapores nitrosos, porque estes não eram francamente abundantes como deviam ser, quando o aparelho produzir o foco mais restrito e mais intenso como o raio das nuvens» (13).

O aparelho tinha 80^{m2} de superfície reflectora e as experiências foram feitas em 1902, na Tapada da Ajuda, em Lisboa, na presença do rei D. Carlos, de autoridades e cientistas.

Para corrigir as deficiências do aparelho de Lisboa, o P. Himalaia seguiu para Paris, a 14 de Setembro de 1902, começando em breve a trabalhar nos planos do novo aparelho, que foram feitos só por ele durante sete meses, «porque, diz ele, havia problemas delicadíssimos a resolver, disposições difíceis a tornar praticamente manejáveis, enfim, muito que desenhar, porque os planos eram constituídos por 18 enormes folhas, tendo algumas 1,40^m de comprimento por 0,80 de largo» (14).

Introduziu nele grandes inovações: um foco firme no mesmo lugar durante todo o dia; o diâmetro do foco foi reduzido de 0,50^m para 0,15^m, a fim de concentrar mais o calor; deu à superfície reflectora uma orientação automática para acompanhar o Sol de manhã até à noite, por meio de um aparelho de relojoaria de grande potência e precisão, também inventado por ele.

2.1. Constituição e finalidades do Pirelióforo

«Resolvi, afinal, dar a esta máquina o nome de *Phyrheliophóro* (de *Pyr* — fogo, *Helios* — sol, e *Phoros* — que conduz = Máquina que conduz o fogo do Sol)». *21

(13) Paris (15.2.1899; 23.4 e 16.12.1900), Argelès-sur-Mer e Sorède (Pyrennées Orientales, 30.6 e 15.8.1900), Boulogne-sur-Mer (30.1, 7.21 e 29.6 e 3.8.1901), Lisboa (29.9, 16.10 e 7.12.1901; 30.1, 19 e 30.3, 19.7 e Agosto de 1902); Bellevue (Seine et Oise, 17.5.1903).

(14) Meudon (10.7.1903).

O Inventor P. Himalaia

Foi construído em Garches, a 9 Km. de Versailles, e era de grandes proporções: 13^m de altura máxima; 10,75^m no desenvolvimento da curva na base do sector; 5,25^m no desenvolvimento da curva ao nível da truncação; 80^m2 de superfície reflectora, constituída por 6 117 espelhos de cristal puro, prateados no exterior e fixados a uma armadura de aço; 10[®], em média, da superfície reflectora ao foco, que se encontrava no eixo do forno, constituído por um cilindro de aço revestido de materiais refractários. No foco concentravam-se o calor e a luz da superfície reflectora, funcionando simultaneamente como cadinho, por onde se faziam passar os materiais a fundir, e como gigantesco telescópio.

Tendo resolvido concorrer com este gigantesco aparelho à Exposição Mundial de S. Luis de Missouri, na América do Norte, em 1904, o P. Himalaia escreveu ao irmão, a 9 de Abril, a comunicar-lhe que se estava a encaixotar e a dizer-lhe:

«O meu fim é —1.º Estudar o calor solar, a sua origem e acção sobre a terra; — 2.º Obter e estudar as altas temperaturas, que só por meio destes aparelhos poderão ser elevadas além da ebulição do carbono, operada pelo arco eléctrico (3 500 a 4 000° C.); —3.º Determinar se sim ou não a matéria é indestrutível, mesmo a altíssimas temperaturas; — 4.º Extrair o azote inerte da atmosfera, oxidando-o e tornando-o susceptível de usos industriais, mormente para a fertilização das terras; — 5.º Completar diversas lacunas que existem na Química, especialmente no que diz respeito à cristalização das rochas refractárias, etc.... Se não tiver resultados definitivos, ainda assim ficarei satisfeito, pois terei aberto o caminho e facilitado a marcha de outros investigadores mais ricos, mais felizes ou mais hábeis, que um dia venham a resolver estes problemas de importância incontestável. ...Peço-te um pequeno memento pelos fins que prossigo, tendo em vista acima de tudo a glória de Deus e o bem Humanidade» (15).

2.2. *Grand Prix para o Pirelióforo*

O transporte foi feito no navio Oceanic, que chegou a Londres a 19 de Abril; a New York, a 27; a S. Luis de Missouri, a 30, dia em que se inaugurou a Exposição mundial, que ocupava 496 hectares, com 500 edifícios expressamente construídos para ela.

Para localizar o Pirelióforo foi concedida uma pequena elevação perfeitamente visível de todo o vasto recinto, o que

(15) Garches (Versailles, 9.4.1904).

O Sagrado e o Profano

permitia atrair para ele a atenção de todos os visitantes. A montagem deste enorme e complicado aparelho levou mais de cinco meses e exigiu enormes sacrifícios e trabalhos ao P. Himalaia, segundo confessou em cartas aos pais e ao irmão:

«...cá vou trabalhando dia e noite no ajustamento dos espelhos.... Tenho tido aqui dificuldades incalculáveis, tudo tem levado um tempo incrível. Se eu soubesse de tudo isto há mais de cinco anos!....» (16).

O P. Himalaia teve, porém, a grande consolação de o Pirelióforo ter sido a maior novidade da Exposição, despertando o interesse e entusiasmo dos visitantes:

«De facto, escreveu ele, é a única invenção completamente nova que cá apareceu. Há aqui coisas admiráveis, mas já tudo era conhecido. Este género de investigações é novo, o aparelho faz uma figura linda, é magestoso e atrai a atenção. São investigações que vão, talvez, dar nome, mas pouco resultado pecuniário ... A minha intenção é pura e desinteressada — a glória de Deua, o bem da Humanidade, a honra do meu País, da Igreja e da família são os meus únicos ideais e ambição» (17).

As experiências deram bom resultado, produzindo-se «o foco de luz e calor mais intenso que jamais existiu sobre a Terra», declarou ele na conferência que fez, em Julho de 1908, na Liga Naval Portuguesa, em Lisboa, acrescentando que funcionava também como gigantesco telescópio, sendo deslumbrante o aspecto do céu, visto do seu foco. Em dias de sol claro, chegou a produzir temperaturas de 3 500 a 3 800° C, fundindo quase todos os materiais.

Como recompensa da sua extraordinária invenção, o P. Himalaia foi nomeado membro do Júri das Artes Liberais — «Isto aqui equivale a ter mais do que um *Grand Prix*. Louvres a Deus!» (18), — o *Grand Prix* desta secção para o Pirelióforo, e duas medalhas de ouro e uma de prata para as pessoas que financiaram a sua construção, transporte e montagem, que ficaram, em 1904, por 40 contos de dinheiro forte, muitos milhares de contos de hoje. Entre os contemplados contavam-se a já referida D. Emilia dos Santos e a Condessa de Penha Garcia. «Nesta empresa, confessa o P. Himalaia, a Snr.^a D. Emilia representou um papel importantís-

(16) Saint-Louis (27.9 e 8.10.1904).

(17) *Idem*.

(is) Saint-Louis (21.12.1904).

O Inventor P. Himalaia

simo, pois sem ela nunca eu chegaria a encontrar meios para fazer os primeiros estudos e experiências» (19).

O P. Himalaia fez reverter todas as honras para a sua Pátria, porque ao lado do Pirelióforo estava o pavilhão de Portugal com as armas nacionais e a legenda, em letras de grandes proporções, *Solar Apparatus. Portugal*. Deu outra prova de patriotismo e de desprendimento, ao renunciar à vedação do recinto do Pirelióforo para obrigar cada visitante a pagar meio dólar para o ver. Com o produto das entradas, as companhias americanas, que pretendiam explorá-lo industrialmente, projectavam, finda a Exposição, expô-lo em todas as grandes cidades da América, na esperança de obterem cerca de um milhão de dólares para a industrialização.

Consultado quem podia decidir, disse o P. Himalaia na conferência da Liga Naval, foi resolvido que o Pirelióforo ficasse francamente exposto ao público, como se fora uma instalação nacional. E assim se sacrificou uma fortuna em homenagem à honra da Pátria.

Esta invenção despertou grande interesse mesmo entre os sábios do mundo inteiro, e a imprensa, sobretudo a da América do Norte, deu-lhe grande relevo, chegando o jornal *St. Louis Post-Dispatch*, que lhe consagrou uma página especial a 10 de Julho de 1904, a afirmar: «Edisson foi vencido por um Padre português». E escreveu: «*This is the greatest and most famous of Father Himalaya's solar machine inventions*» (20).

2.3. Roubo do Pirelióforo

Depois de encerrada a Exposição, o P. Himalaia desmontou o Pirelióforo e, tendo-o encaixotado e resguardado devidamente, entregou a chave do depósito a um espanhol seu conhecido, enquanto ia estudar os costumes e métodos de trabalho do Povo americano, por quem tinha grande admiração. Tendo o espanhol de se retirar, sem conseguir contactar com o P. Himalaia, constou que este tinha falecido.

(1<>) Saint-Louis (7.8.1904).

(2<>) Essa página especial, com o título «Father Himalaya's Pyrheliophoro. Wonderful new solar machine at the World's Fair», traz o retrato do P. Himalaia e uma grande gravura do Pirelióforo.

O *The New York Times*, de 12.3.1905, dedicou-lhe grande parte da primeira página, com o título «Father Himalaya and the possibilities of his prize-winning Pyrheliophor», trazendo gravuras do P. Himalaia e do seu aparelho.

O Sagrado e o Profano

Aproveitando-se do falso boato, o Pirelióforo foi misteriosamente roubado, suspeitando-se que houvesse cumplicidade de companhias petrolíferas, que temiam prejuízos com o aproveitamento da energia solar.

Este roubo foi um desastre para os planos do sábio inventor, que tencionava continuar com as experiências e construir um aparelho ainda mais perfeito. Deste roubo se queixa ele amargamente no rascunho do livro *La Constitución Mecánica del Universo*, dizendo:

«Así privado de este precioso instrumento de estudio y observación, hemos perdido el apoyo de nuestro Mecenaz y nos quedamos como el soldado a quien, en medio de la batalla, se le quitasen las armas y le dejasen, por ironía, la vida y la libertad. Después de esta gran infelicidad, a ningún esfuerzo nos hemos negado para obtener los medios para un nuevo aparato, que debería ser mucho más perfecto que el que nos han destrozado. Pero jamás hemos encontrado otro Mecenaz, y no han resultado nuestros trabajos para obtener directamente los medios para completar esta gran obra científica».

Por estes motivos, o P. Himalaia viu-se obrigado a desistir da construção de novos pirelióforos, em que tantas esperanças depositava para aproveitar industrialmente a energia solar, hoje de flagrante actualidade e de que ele foi um dos mais notáveis pioneiros.

2 4. O P. Himalaia antecipou-se 80 anos aos engenheiros russos no aproveitamento da energia solar e conseguiu temperaturas mais altas que eles

A União Soviética tem já em funcionamento na Crimeia, a primeira fase de um complexo de aproveitamento de energia solar para alimentar a electricidade da rede nacional.

Quando completo, os seus espelhos, de 25^{m2} cada um e disposto em 20 círculos, vão cobrir a superfície de 40' mil metros. Os espelhos são controlados por computadores para seguirem a trajectória do Sol, cujos raios convergem numa caldeira colocada numa torre de 70^m de altura, onde a temperatura da água sobe a 256° C e o vapor produzido acciona uma turbina, que gera 5 megawatts de electricidade.

Perto da aldeia de Mysovorge, nas praias do' Mar de Azov, há outro complexo, cuja electricidade produzida custará, pelo menos, o dobro da normal. Considera-se o custo aceitável por se tratar de um projecto piloto, planeado para testar uma nova tecnologia.

O Inventor P. Himalaia

O complexo, denominado Solntse (Sol), junto de Tashkent, compreende 62 espelhos, de 50^{m2} cada um, controlados por computadores para seguirem a trajectória do Sol. Os raios solares convergem numa fornalha, onde a temperatura pode atingir 3 500° C, suficientes para fundir a maior parte dos materiais. Este complexo será utilizado para produzir refractários ultra-puros, materiais que forram as fornalhas convencionais.

Está em projecto a construção, em Uzbekistan, de um complexo solar maior, até 300 megawatts. Terá 72 mil espelhos a concentrar a luz solar numa caldeira colocada numa torre de 200^m de altura. O complexo cobrirá dez quilómetros quadrados. De início produzirá 100 megawatts ⁽²¹⁾.

Perante estes gigantescos complexos de aproveitamento da energia solar, o Pirelióforo do P. Himalaia parecerá um simples brinquedo de criança.

Lembremo-nos, porém, que estamos a fazer o confronto entre o resultado do esforço de um só homem e o resultado da colaboração de grande número de engenheiros, que dispõem dos enormes recursos financeiros e técnicos de uma grande nação.

Todavia, é preciso acentuá-lo, estes engenheiros seguiram os mesmos princípios que o P. Himalaia começou a adoptar há mais de 80 anos.

Com 6 117 pequenos espelhos de cristal (de 123^{mm} x 98^{mm}), fixados a uma armadura de aço, conseguiu uma superfície reflectora de 80^{m2}. Os engenheiros russos, com espelhos que vão de 25 a 50^{m2} cada um e cujo número pode subir a 72 mil, dispostos em círculos podem cobrir de 40 mil ^{m2} a 10 quilómetros quadrados.

A superfície reflectora do Pirelióforo fazia convergir os raios solares num forno refractário, com 15^{cm} de foco, situado à distância de 10^m, em média. Os espelhos dos complexos russos fazem convergir os raios solares em caldeiras ou fornalhas, como vimos.

O P. Himalaia inventou um aparelho de relojoaria, de grande potência e precisão, que obrigava a superfície reflectora a seguir sempre a trajectória do Sol. Os engenheiros russos usam computadores para os espelhos seguirem a mesma trajectória.

⁽²¹⁾ Extracto de «Going solar in the Soviet Union», em *New Scientist*, de 13-11-1986.

O Sagrado e o Profano

A luz e o calor da superfície reflectora do Pirelióforo concentravam-se no foco, que funcionava simultaneamente como gigantesco telescópio e como cadinho, onde se fundiam quase todos os materiais que por ele passassem. Em dias de sol bem claro a temperatura do foco podia atingir 3 800 graus — «Temperature of the central zone of the focal area on very clear days — 3 800 C. or 6 872 Fahrenheit» (22).

Ora no complexo Solntse, em Tashkent, a temperatura da fornalha não ultrapassa os 3 500°C — «The Sun's rays are focused on a furnace which can attain temperatures of 3 500° C» (23).

O facto de o Pirelióforo poder atingir temperaturas uns 300° C superiores às dos grandes complexos russos é uma glória para o P. Himalaia e para Portugal.

3. Invenção do explosivo Himalaite

Impressionado, desde a infância, com os desastres provocados pelos explosivos em uso, «perguntei a mim próprio, disse ele na referida conferência, se seria possível inventar um novo explosivo que não fosse perigoso e que tivesse força e potencial idênticos aos da dinamite. Dediquei-me ao estudo dessa questão, resolvendo-a em poucas semanas. De facto, inventei duas novas pólvoras, cuja força se pode graduar à vontade, fazendo numerosas variedades, adaptadas ao uso das pedreiras e minas, quer as rochas sejam duras quer moles, folheadas ou compactas, homogéneas ou conglomerados».

Enumera as seguintes qualidades, entre outras: É insensível ao choque e à fricção; indiferente ao calor e ao frio; não se altera com a humidade do ar; não envelhece com o tempo; não se inflama com pequenas faíscas: fabrica-se em poucos minutos e sem perigo; explode mesmo debaixo da neve e da água e em terrenos em que os outros explosivos não davam resultado (24).

(22) P. M. A. G. Himalaya, *Report of the Pyrheliophor or Solar Apparatus*, St. Louis, Missouri, 1904, p. 1.

(23) *New Scientist* referido.

(24) Washington (18.3 e 11.4.1906) e o artigo «A Himalayte (Novo explosivo industrial)», em *Trabalhos da Academia de Sciendas de Portugal*, 1 (Lisboa 1908), 87-90.

O Inventor P. Himalaia

As primeiras experiências fizeram-se nas pedreiras perto de Washington, e o novo explosivo ficou a chamar-se *Himalaite* do nome do seu inventor.

Por conselho de um engenheiro americano, as experiências passaram a fazer-se nos arsenais de Indian-Head, com autorização do Ministro da Guerra, que conhecia o P. Himalaia da Exposição de S. Luis. A Himalaite preencheu inteiramente o desideratum do Governo Americano, que precisava de um explosivo de grande potencial para substituir a pólvora negra ordinária no carregamento de granadas.

«Por essa razão, revelou o P. Himalaia, fui convidado a ceder o segredo ao Governo daquele país e a ficar ao serviço da sua marinha, para ajudar a descobrir meios de defesa, assunto com que aquela grande nação tanto se preocupa. Recusei essa proposta, que me faria um milionário e me daria uma posição distinta, porque, para isso, teria de nacionalizar-me cidadão americano, e por nada daria esse passo. Sendo honroso para qualquer outro homem, para mim significaria uma traição à Pátria» (25).

Obtida patente de invenção nos Estados Unidos, em Maio de 1906, regressou a Portugal, onde as primeiras experiências se fizeram na quinta da Penha Longa, em Sintra, em Setembro seguinte, na presença do rei D. Carlos, do Ministro da Guerra e de numerosos oficiais de artilharia e de engenharia. Os resultados foram magníficos, motivo por que a rainha D. Maria Pia, o infante D. Afonso e várias entidades quiseram assistir a novas experiências, em que D. Carlos voltou a participar.

A 11 de Novembro, uma comissão nomeada pelo Governo lavrou um relatório sobre os resultados obtidos, afirmando:

«De tudo o que fizemos e deixamos relatado, concluímos que esta pólvora é muito superior à pólvora negra, dinamite e muitos outros explosivos».

A 15 de Fevereiro de 1907, requereu patente de invenção para duas modalidades de *himalaite*, em Portugal, o que lhe

(25) Conferência do Padre M. A. Gomes Himalaya, acerca do Pyrheliophoro, da Himalayte e dos meios de fomentar invenções úteis, na Liga Naval Portuguesa, *Boletim Marítimo*, Série VII, n.º 7 (Lisboa 1908), 104-112.

O Sagrado e o Profano

foi concedido. Obteve mais uma em 1909, outra em 1912 e duas em 1913.

Em 1907, foi para a Inglaterra, onde teve de vencer grandes dificuldades para conseguir a aceitação do seu invento:

«A invenção é boa, escreveu ele ao irmão, mas toma tanto tempo para convencer os que têm interesse em que ela seja má... Até hoje ainda só consegui que o Governo inglês declarasse que o explosivo não é perigoso. Isto levou 4 meses. Só fazendo análises sobre análises e vendo que não havia perigo algum, é que se resolveram a concordar que não é perigoso. Mas ainda não deram licença para fabricar e vender e transportar o produto.... Foi-me prometido hoje que dentro de 2 meses terei essa licença» (26).

Por informação fornecida pelo The Patent Office, de Londres, o P. Himalaia obteve na Inglaterra patente de invenção para «Making use of heat of the sun, etc.» a 12 de Agosto de 1901, e de Dezembro de 1906 a Setembro de 1907, deram-lhe oito patentes para diversas modalidades de explosivos (27).

Para explorar industrialmente os explosivos fundou-se a Companhia Himalaite com sede na Praça do Comércio, em Lisboa, e fábrica em Palhais, perto do Barreiro. Sob o aspecto técnico ficou a dirigi-la o P. Himalaia, que tinha em vista obter «um precioso explosivo industrial, capaz de baratear o trabalho das minas, concorrendo, ao mesmo tempo, para diminuir os desastres do trabalho e melhorar a sorte dos operários».

Dentro deste ideal humanitário, colaborou dedicadamente na campanha iniciada em 1913 pelo jornal *O Século Agrícola* para utilização dos explosivos na agricultura, sobretudo para remover ou arrotear terrenos duros e abrir covas para plantar árvores, trabalhos muito pesados para o homem. Foi, pode dizer-se, uma mecanização antecipada dos trabalhos agrícolas.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, a Companhia Himalaite deixou de poder fabricar explosivos por falta de matérias primas, o que levou a dissolver a empresa e a vender a fábrica, em 1916.

(26) Surrey, Inglaterra (antes de Julho de 1907).

(27) Londres, Ofício 115/70 (7.2.1970).

O Inventor P. Himalaia

4. Chuva artificial e outras invenções

Em Julho de 1913, o P. Himalaia fez uma comunicação à Academia das Ciências de Portugal sobre uma nova invenção sua — obter chuva artificialmente em dias de sol.

Numa entrevista ao jornal *O Século*, o Dr. António Caffa reira, secretário da referida Academia, afirmou:

«Como sabe, na América tentou-se provocar a chuva a tiro de canhão, mas quem realizou a tentativa teve de renunciar ao seu sonho. É que os Americanos faziam o disparo sem método, desprezando este grande factor — a direcção do tiro...

Ora, o P. Himalaia, perfeitamente conhededor da teoria da conjugação da acção horizontal e vertical do ar, desde logo se fundou nela, começando por determinar direcções. O invento consiste no seguinte: «Sobre o solo faz assentar um polígono, tendo um canhão em cada vértice. Para obter a solução desejada, os canhões, de construção idêntica, têm o mesmo alcance, devendo, portanto, atingir no ar um plano igual. O tiro é vertical e simultâneo, o que se regula perfeitamente por um mecanismo, ligando as peças entre si e actuando em todos os vértices a um tempo.

Os tiros assim disparados determinam um prisma de ar e, após a explosão, o esmagamento dos vapores de água contidos nesse prisma.

— E, daí, a chuva?

— Precisamente. Como vê, seguiu-se a teoria da conjugação da acção horizontal e vertical. A experiência não pode falhar e está dentro das leis da Física. De resto, está nomeada uma Comissão que vai estudar o assunto e, dentro de poucos dias, saber-se-á ao certo.... quando temos chuva.....

A quantidade dependia da altitude atingida, mas não compensava as despesas a fazer, motivo por que se não explorou esta invenção.

O P. Himalaia, que era um espírito insaciável de saber, interessou-se muito pelos problemas da alimentação e da saúde, estudando-os e procurando soluções. Introduziu inovações no regime vegetariano (que seguia) e no método de tratamento pela água de Mons. Kneipe, comentando uma das suas obras em tradução portuguesa. Curava doentes, às vezes, com medicamentos que inventava, como os *Organic salts*, em 1906; aconselhou prevenções a tomar contra a pneumónica, que grassou em Portugal em 1918-19, e o modo de tratar os empestados; escreveu um artigo sobre a *Febre aftosa* dos animais, etc.

Em Portugal requereu mais as seguintes patentes de invenção: «Sistema de motor directo ou rotativo» (25.9.1911);

O Sagrado e o Profano

«Processo e aparelho de fabrico de adubos completos dotados de acção catalítica», em sociedade com o prof. Álvaro A. de Castro Neves e Albino Aires de Carvalho (13.2.1915); «Turbo-motor ou turbina reversível de acção directa» (22.3.1916); «Processo de transformação de crustáceos em alimentos completos para animais domésticos e para a espécie humana», em sociedade com o engenheiro agrícola José E. Carvalho de Almeida (20.4.1925) (28).

Em 1920, foi para os Estados Unidos da América para registar o motor da sua invenção. Regressou 26 meses depois, em Julho de 1922. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, de 27 deste mês, declarou, a propósito das suas invenções: «Eu só tenho a ambição de poder ser, com o que vou fazendo e estudando, útil a Portugal. — Mas falou em patentes, disse o interlocutor. — Sim. Só numa patente obtive 13 reivindicações. Tirei outras: inventos em mecânica, química, física. — Pode dizer-nos o seu nome? — Não falemos disso».

Com esta evasiva ficamos sem saber de que invenções se tratava. Uma investigação feita na América do Norte talvez pudesse esclarecer este mistério e revelar novos aspectos da cultura deste nosso ilustre compatriota, que na mesma entrevista declarou ter frequentado medicina no Instituto Carver de New York, onde se especializou em Iriadiagnósis, ou seja o diagnóstico das doenças pelo estado da íris. Podia ter tirado o diploma de médico, mas não quis. Interessava-lhe apenas acompanhar os progressos da medicina. Frequentou também Institutos de Agronomia e de Hidráulica Agrícola.

5. Trabalhos científicos

A 16 de Dezembro de 1904, o P. Himalaia, a pedido dos participantes no Congresso Científico, que funcionou na própria Exposição, escreveu — «Report of the Phyrheliophor or solar apparatus erected on the Grounds of the Lousiana Purchase Exposition», em que descreve o aparelho, os seus objec-

(28) Invenções registadas, com um sumário descritivo das suas características e finalidades, no *Boletim da Propriedade Industrial*, das datas referidas no texto. Os requerimentos de patentes de invenção no estrangeiro foram acompanhados de pormenorizadas exposições e desenhos, de que existem duplicados.

O Inventor P. Himalaia

tivos e os resultados obtidos. Termina com as seguintes palavras:

«A special book with adequate demonstration on the scientific theories and practical results of my researches, will be published in the beginning of next year».

Em 1905, seguindo o conselho do Dr. Woodward, da Carnegie Institution of Washington, o P. Himalaia fixou residência nesta cidade, onde leccionou Física e Química. Pôs-se em contacto com membros do Georgetown University Observatory e com professores da Universidade Católica de Washington, nomeadamente com o notável fisico Dr. Zahm, e com outros cientistas.

Começou a escrever o livro, a que se comprometera no *Report...*, acima referido, dizendo ao irmão, P. Gaspar, em carta de 1 de Julho: «Estou trabalhando com força num livro sobre o Sol e as Forças Físicas». Em carta de 16 de Setembro acrescentava: «Certamente vai ser intitulado *The Forces of Nature*. Tratará de explicar a origem do calor da luz do Sol bem como das Estrelas, etc.... E terminará indicando o meio de utilizar as forças naturais, principalmente as vagas do mar, as marés, as monções (ventos), o calor do Sol, etc.».

O tempo foi, porém, passando sem que o livro aparecesse. Existem apenas alguns capítulos, incompletos e isolados, que talvez fizessem parte dele, como «The Mechanism of Nature» Part II, «The origin of the radiation of the Sun», «The solar constant», «Revelations of Nature», etc., estando todos dactilografados.

Em rascunhos manuscritos originais há um trabalho relativamente extenso sobre «Utilisation industrielle de la chaleur du Soleil» e outros que se indicam no capítulo II.

De 1927 a 1932, o P. Himalaia esteve na Argentina, dedicando-se à educação da juventude, sobretudo no Reformatorio de Jaúregui, e ao estudo da agricultura e flora deste país, sem, contudo, descuidar os estudos a que se dedicava desde a juventude.

Retomou, por isso, a redacção do livro a que se comprometera em 1904, mas redigido em espanhol com o título de *La Constitución Mecánica del Universo ó tentativa para desvendiar la estructura y funcionamiento de la Máquina del Mundo* e justifica o livro com estas palavras:

«Antes de la destrucción del Pyrheliophoro habíamos prometido a los miembros del Congreso Científico, que entonces funcionó en la propia Exposición, que escribiríamos

O Sagrado e o Profano

una memoria sobre los fenómenos extraordinarios que hemos observado. En esta modesta obra presentamos algo para satisfacer nuestro compromiso de honor, que excedió nuestras fuerzas».

Na última carta que escreveu da Argentina ao irmão, a 20 de Junho de 1932, dizia-lhe:

«Levo os elementos todos para o livro que será o resultado de toda a minha vida de estudo e de trabalho em silêncio. Suponho que este livro vai dar bastante alegria a muitos, pois, segundo creio, resolve de forma simples e clara toda a velha questão da matéria e forma substancial. Também resolve a questão da constituição da Matéria e do Éter e outras coisas que nem se suspeitavam. Resolvi igualmente a ingrata questão do Contínuo e do Descontínuo, penetrabilidade e impenetrabilidade da Matéria, Espaço, Tempo, etc.

Dará razão da origem e natureza do calor e luz do Sol e das Estrelas, explicará o mecanismo do movimento dos Planetas e mais astros e a causa do seu perfeito equilíbrio no espaço. Esclarecerá a questão dos Átomos e, finalmente, apresentará um sistema de estrutura geral de todo o Universo.

Não posso afirmar se realmente consigo descobrir o segredo todo da preciosa «Máquina do Mundo», mas talvez descobrisse. A coisa levou muito tempo e consumiu-me todas as forças desde o Seminário, isto é, desde os 20 anos. Portanto, representa *43 anos de constante reflexão, observação, estudo e investigação*. Se consegui o meu objectivo, dou a vida por bem empregada e, se não consegui, paciência! Muitos milhares de grandes génios por aqui deixaram a pele sem resultado, e, portanto, já é uma honra tentar escalar a montanha que a tantos tem resistido.... É que a coisa é temível, é a grande obra de Deus Criador!».

Acrescenta que o livro ainda tem de ser concluído e traduzido para português, por o ter escrito em espanhol, com ideia de o publicar na Argentina. Não teve, porém, tempo para o concluir e publicar, porque, tendo regressado a Portugal, bastante combalido de forças, em Agosto de 1932, faleceu como humilde capelão do Instituto de Nossa Senhora da Caridade, em Viana do Castelo, a 21 de Dezembro do ano seguinte.

Que é feito desta obra que, no dizer do sábio Autor, era fruto de «43 anos de constante reflexão, observação, estudo e investigação»?

Encontrámos apenas umas cem folhas de rascunho a lápis, com repetições, lacunas e emendas. Teria chegado a redigir a original definitivo? Neste caso, existirá ainda ou ter-se-á perdido, uma vez que o seu espólio científico tem

O Inventor P. Himalaia

andado quase ao abandono de mão em mão e a sua biblioteca foi vendida ao desbarato a um livreiro do Porto?

Urge salvar e estudar quanto antes o que ainda existe, embora o prodigioso avanço das Ciências tenha, por certo, feito caducar várias hipóteses e teorias do P. Himalaia. Será, contudo, suficiente para demonstrar que ele foi, em vários aspectos, um autêntico pioneiro da Ciência moderna, por ex., no aproveitamento da energia solar, da energia atômica, etc.

6. *Mercês honoríficas*

A 30 de Junho de 1908, a Academia de Ciências de Portugal, «em homenagem aos seus relevantes méritos científicos», nomeou o P. Himalaia vogal n.º 26 da Academia, na classe de Mateseologia. Foi recebido em sessão solene, a 14 de Julho, na qual o Dr. Teófilo Braga, entre unânimes aplausos, se congratulou pela presença do Sr. Padre Himalaia, «o glorioso inventor que tão alto levantou o nome português, no estrangeiro».

O Dr. Xavier da Cunha propôs, sendo aprovado por aclamação, que esta sessão fosse considerada de gala, por ser aquela a que, pela primeira vez, assistia o Sr. Padre Himalaia (29).

Em 1909, a Sociedade dos Engenheiros Civis Portugueses nomeou o P. Himalaia sócio correspondente.

O P. Himalaia, se vivesse hoje, seria, por certo, um Prémio Nobel em Física e Química e estaria a trabalhar na NASA. Na Damaia (Amadora), onde viveu alguns anos, deram o seu nome a uma rua. A Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, sua terra natal, fez o mesmo e erigiu-lhe um busto.

II. O ECONOMISTA

Quando se fala ou escreve sobre o P. Himalaia, trata-se, quase exclusivamente, dos seus dois grandes inventos — o Pirelióforo e a Himalaíte, e de pouco mais. Da sua importância como economista nada se diz e, não obstante, ele deixou valiosos trabalhos sobre esta matéria, mantendo ainda plena actualidade algumas das suas opiniões, que foram pioneiras e um tanto revolucionárias nas datas em que foram escritas.

(29) *Trabalhos da Academia de Sciendas de Portugal*. Primeira Série, tomo I, Coimbra, 1908, p. 298.

O Sagrado e o Profano

Este silêncio explica-se, em parte, por continuarem inéditos e, portanto, desconhecidos os seus escritos sobre *Projecto de Lei de patentes de introdução de novas indústrias; Principais novas indústrias que se poderiam introduzir em Portugal, desde que existisse uma protecção eficaz; Instrução pública em Portugal* e *A solução da crise económica em Portugal*.

Para o citar como economista bastavam, todavia, o seu livro *A crise económica, agrícola e comercial (Suas pausas e remédios)*, *Alguns problemas de economia e higiene pública* (30), e conferências feitas sobre esta matéria.

O primeiro, publicado em 1909, é o desenvolvimento do relatório que, a 30 de Setembro de 1908, apresentou no IV Congresso do Partido Nacionalista, então reunido em Viseu, para discutir os grandes problemas da política nacional e internacional.

Em sua opinião:

«A essência da *questão económica em Portugal* reside no desequilíbrio formidável que existe entre a produção e o consumo nacional. Por outras palavras, o povo português, embora não seja esbanjador, consome proporcionalmente muito mais do que até hoje tem produzido dentro das suas fronteiras.»

E, para ele,

«...o problema fundamental, que o homem de governo tem de resolver em Portugal, é o de promover a instrução e educação do povo sobre uma base essencialmente prática e utilitária, ensinando-o a trabalhar com esmero e rapidez, isto é, a produzir tanto, tão bom e tão barato como produzem os seus irmãos estrangeiros».

A Instrução pública em Portugal é um extracto bastante desenvolvido (mas actualmente incompleto) de uma conferência, cuja data e local desconhecemos.

A solução da crise económica em Portugal é um trabalho dactilografado com 83 páginas. Não tem data nem local, mas deve ter sido escrito em Lisboa, nos fins de 1922, porque aproveitou muito do que observou nos Estados Unidos da América, desde Março de 1920 a Julho de 1922.

Na impossibilidade de dar ideia aproximada deste trabalho, faremos referências ligeiras à agricultura e um pouco mais desenvolvidas aos capítulos III e XVII.

(so) *Trabalhos da Academia de Sciendas de Portugal*, I, 1908, pp. 314-324.

1. Agricultura

Quanto a esta, propõe o aproveitamento das montanhas e charnecas, que constituem cerca de 42% do solo nacional, povoando-as de árvores e arbustos úteis e adaptados à natureza dos respectivos terrenos e semeando pastagens pelo meio. Nos vales e encostas, escolher culturas de acordo com a natureza dos terrenos, tanto de regadio como de sequeiro.

Acabar com os pousios e adoptar um sistema rotativo de culturas, de modo que a uma gramínea, que consome grande quantidade de produtos azotados, se siga uma leguminosa, que, por intermédio de organismos microbianos, fixa no solo elementos azotados, que abundam na atmosfera.

Remediar a pulverização da propriedade no Norte, promovendo o emparcelamento, e os latifúndios do Alentejo pela divisão equitativa da propriedade.

2. Obras de hidráulica

No cap. III, o P. Himalaia trata de «Obras de hidráulica para a sistematização do caudal dos rios e obtenção de energia motora e de água para regar as terras». Fala com conhecimento de causa, porque a Câmara Municipal de Lisboa tinha-o nomeado Secretário da Comissão de Hidráulica para utilização da energia do Tejo e seus afluentes.

No desempenho do seu cargo, percorreu, no ano de 1918, os diversos flancos da Serra da Estrela e seus contrafortes, verificando que existiam dois pontos ideais para a construção de duas grandes barragens, uma nas Portas de Ródão e a outra nas proximidades da vila de Belver. Cada uma delas originaria um grande lago artificial, que armazenaria um bilião de metros cúbicos de água, podendo produzir, fora da grande estiagem, 400 000 H. P. e irrigar, mediante os indispensáveis canais, uns 400000 hectares de terreno. Refere-se também às outras barragens secundárias, sobretudo no Ocreza e no Zêzere. Nestas obras, Portugal devia seguir o exemplo da América ao aproveitar o rio Colorado e seus afluentes.

O segundo grupo de obras hidráulicas compreende o Douro e seus afluentes, com barragens sobretudo no troço internacional.

«Destes dois sistemas de obras hidráulicas (diz ele) no Tejo e seus afluentes e no Douro e, porventura, também em alguns dos seus afluentes, resultará a transformação de Portugal de um país pobre e parado em um país de trabalho, movimento e riqueza».

O Sagrado e o Profano

O aproveitamento do Tejo e do Douro levará outras empresas a aproveitar a água de outros rios, como já se fez com o Lima, na barragem de Lindoso.

A energia eléctrica permitirá a industrialização do país, a electrificação dos caminhos de ferro e outros importantes melhoramentos nacionais.

As grandes obras hidráulicas a realizar implicam a elaboração de bons projectos por engenheiros competentes e com experiência e uma legislação que preveja todas as hipóteses de modo a atrair as empresas com lucros e períodos de exploração compensadores, mas sem prejudicar os interesses nacionais nem os dos proprietários de terrenos ou casas a inundar.

Indicou também a constituição geológica dos terrenos a ficar submersos.

A execução destas grandiosas obras de hidráulica exige «capitais verdadeiramente colossais». E onde estão eles? Capitais não faltam, mas estão retraídos por causa da insegurança em que vivemos.

O P. Himalaia escreveu num período de grande agitação social e, por isso, diz:

«Em Portugal tem havido tempestades e a atmosfera continua carregada e as nuvens acastelam-se.... É urgente, pois, criar uma atmosfera de sossego, de ordem e de trabalho, tudo baseado na justiça e na parcial renúncia dos ideais, ambições e egoísmos, crenças ou descrenças de cada indivíduo e de cada classe ou associação.

É necessário que se restabeleça o princípio do respeito pelas opiniões de cada cidadão, sejam elas quais forem, e que se considere inviolável a vida humana, mesmo que ela seja a do nosso mais ruinoso e desagradável inimigo social ou político ou de outra espécie. É preciso promover o culto da ordem pública, dando universal e sincera expressão ao voto eleitoral para a escolha livre dos governantes, e depois reprimindo e condenando os actos revolucionários, que nesta altura conduziriam à ruína da Pátria.

Constituídas assim as bases da ordem social e política sobre uma sólida opinião pública e uma consciente opinião política, os capitais virão».

3. Instrução pública

O cap. XVII (e último) trata da «Falta de instrução e educação prática e utilitária», começando por afirmar:

«O valor da instrução excede o de todas as outras riquezas naturais de qualquer país». Por isso, insiste: «Abram-se escolas regionais... para formar homens de

O Inventor P. Himalaia

trabalho, chefes, mestres e contramestres, engenheiros práticos em todos os ramos da engenharia moderna, agrónomos e trabalhadores rurais, pescadores, navegadores, comerciantes, artistas, médicos despidos dos velhos preconceitos da 'receita' e capazes de descobrir a causa da doença e de a remover....» (31).

Este capítulo é, em certo modo, uma síntese do que disse na conferência *A instrução pública em Portugal*, em que afirmou:

«A causa deste vergonhoso mal nacional está não só na falta de instrução e educação do nosso povo como principalmente na detestável orientação do ensino primário, secundário e superior», que, em seu entender, era meramente ideológico, teórico, abstracto, nulo, para não dizer supremamente prejudicial.

«Desta forma, os nossos estabelecimentos de ensino são incapazes de cooperar e, muito menos, de promover a direcção, intensificação e progressividade do trabalho nacional. Toda a instrução pública exige, pois, uma reforma radical e completa».

Depois de indicar as principais deficiências e de propor os remédios adequados, fez estas afirmações pioneiras e um tanto revolucionárias para a época, mas de flagrante actualidade:

«A instrução não deverá, em caso algum, constituir um monopólio, como actualmente sucede. A instrução deverá ser absolutamente livre não só quanto à escolha dos professores como quanto às provas de capacidade que os alunos possam, devam ou desejem prestar oficialmente.

Todo o homem que estudou, fosse onde fosse, deve ser admitido a fazer exames para professor ou para obter qualquer diploma que lhe compita em virtude do seu saber. Isto independentemente de quaisquer formalidades mediavais de frequência de cursos oficiais, durante um definido número de anos, em determinadas condições de tempo e lugar.

O saber é livre. O apresentar a prova do saber deve ser livre. O galardão do saber a ninguém deve recusar-se numa sociedade inspirada nos princípios da verdadeira democracia, que são os da justiça.

Orientado o ensino neste sentido, as tendências e aptidões perfectíveis e inventivas da nossa raça não podem deixar de se manifestar.....

(31) O Senhor Bispo de Viana do Castelo, D. Armino Lopes Coelho, citou algumas frases deste manuscrito na homilia que pronunciou na matriz dos Arcos de Valdevez, na comemoração do 50.º aniversário da morte do P. Himalaia. A homilia foi publicada em *Terras de Val de Vez*, 1984.

O Sagrado e o Profano

III. O SACERDOTE

No resumo que acabámos de fazer da carreira científica do P. Himalaia, ele declara, expressamente e por diversas vezes, que o fim último dos seus estudos e trabalhos era «a gloria de Deus e o bem da Humanidade» ou «a gloria de Deus, o bem de Humanidade, a honra do meu País, da Igreja e da família» (32). Em carta enviada aos pais, depois das primeiras experiências feitas na Exposição, insiste:

«Estou ficando um pouco calvo e as brancas começam a vir com força. Tenho tido cuidados e estudos demasiados. Enfim, *se isto puder servir para a glória de Deus*, como todos dizem que serve, *fico satisfeito*. Se envelhecer antes do tempo, mas se nisso ganhar honra e proveito para a ciência e para a Fé, que desejo servir, dou-me por bem pago».

Este ideal supremo que o norteava basta, só por si, para demonstrar que estamos perante um sacerdote fora de série. Há, contudo, muitas outras provas que levam à mesma conclusão, como a sua vida exemplar, a sua bondade para com todos, a sua modéstia e humildade, mesmo no período áureo da sua fama internacional. As confidências feitas nas cartas aos pais e ao irmão padre, dão-nos o melhor testemunho da sua extraordinária personalidade, como se verá de alguns extractos que delas vamos fazer.

1. *A sua vida no Seminário de Braga e fora dele*

Em carta ao irmão, enviada de Paris, a 28 de Setembro de 1899, diz-lhe:

«Guarda a simplicidade, a naturalidade no falar, vestir, andar, etc., e tudo correrá bem.... Eu fui muito estimado no Seminário, porque vivi, ou ao menos empreguei todos os esforços para viver, com simplicidade, entregando-me sempre ao estudo útil.... Confiar muito em Deus e nada nos companheiros. Isto é triste, mas é verdade.... A experiência da vida tem-me provado que *há um único amigo leal, que é Deus, e há um confidente que nunca trai ou atraiçoa — é o confessor*».

(32) Garches (Versailles, 9.4.1904) e Saint-Louis (9.12.1904).

O Inventor P. Himalaia

Em carta enviada a 23 de Abril do ano seguinte, insiste:

«Deixa-te de seguir.... qualquer caminho que não seja simples. Eu adoptei isso mesmo como regra.... Quando os companheiros me criaram uma certa popularidade, não me envaideci e conservei, apesar de tudo, a mesma naturalidade, a mesma conversação correcta e despretensiosa que dantes tinha».

«Não tendo quem te dê a correcção fraterna, dá-a tu a ti mesmo, com paciência, mas com inexorável firmeza. Escusado será dizer-te que diligencio fazer outro tanto» (33).

2. Grande apreço pela vocação e castidade sacerdotais

«A vida eclesiástica tem dificuldades que só com verdadeira vocação se podem vencer. Não quero que te aventures ao desconhecido. É preciso que a idade e a reflexão te mostrem friamente se este género de vida te convém e se te sentes com forças para cumprir os deveres que são inerentes à carreira sacerdotal» (34).

«Se deres o passo de te ordenares, é para seres casto e digno toda a vida. Olha que um padre devasso é uma monstruosidade. O padre, meu Gaspar, ou há-de ser muito bom ou então é mau. Há péssimos padres que dariam cidadãos honestos e prestimosos e bons católicos».

E, por diversas vezes, lhe chamou a atenção para a necessidade e importância da castidade: — «Estás na idade de transição de moço para homem.... Que fazer, pois? — Trabalhar, orar, confessar e comungar frequentemente e habituar-te a resistir. Fortificar o coração e não amolecer nem dar importância à tentação e evitar os nadas, as imprudências, as insignificantes faltas de pudor.... O homem deve considerar a sua própria natureza como uma vibora, que ele é obrigado a conduzir. Se ele lhe dá importância, é fatalmente traído, mordido, desgraçado.... Nem quero que venhas a ser um mau padre».

«Ainda uma vez mais te recomendo que te abstenhas de tudo que possa ser contrário à absoluta castidade.... Peço-te, pois, que tenhas neste ponto a firmeza de carácter de reagir contra o defeito natural.... Porta-te bem, sê sério, e polido. Não esqueças os teus deveres e práticas religiosas, porque *sem a graça de Deus não somos capazes de nada*» (35).

(33) Paris (28.9.1899 e 23.2.1900) e Saint-Louis (27.9.1904).

(34) Paris (18.9.1900), e Boulogne s/ Seine (3.8.1901).

(35) Argelès-sur-Mer (30.6.1900), Boulogne s/ Seine (21.6.1901) e Lisboa (16.8.1902).

3. *Cumprimento dos seus deveres sacerdotais*

A vida agitadíssima que teve o P. Himalaia e o ambiente de indiferentismo e até de hostilidade à religião, em que teve de viver grande parte do tempo, eram um incentivo a que descurasse ou até abandonasse o cumprimento dos seus deveres sacerdotais. Não obstante as dificuldades, cumpria-os mesmo nos momentos mais agitados da sua vida — reza do ofício, celebração da missa, hábito eclesiástico, etc.

Quanto ao primeiro, recomendou ao irmão:

«Pedirei a Deus que te acompanhe com a sua divina graça e que te dê a coragem sobrenatural de aceitar e cumprir todos os encargos de Padre. Não te descuides de aprender a rezar o Ofício com perfeição e a observar a prática de rezar Matinas e Laudes de véspera.... E assim até ao fim da tua vida.... Eu, quando aí estava, rezava sempre na devesa do Monte da Costa, e achava-me feliz de repetir as belas preces do Ofício divino ao ar livre e puro da nossa terra. Quando tornarei a ter essa dita!

Agora, como sabes, pedi dispensa a Sua Santidade directamente até concluir estes trabalhos, mas tenho o meu encargo, que é o Rosário de Nossa Senhora. Cumpro-o, em geral, à noite ou de dia, quando e onde posso. Às vezes, em viagem, no americano, etc.».

Quando da barafunda da montagem do Pirelióforo na ExDOsição de S. Luis, morava com uma família católica e celebrava só «nos domingos às 8^x/₂ numa igreja de pau», mas, logo que os trabalhos se normalizaram, escreveu ao irmão a dizer:

«Da minha parte, tenho a dar-te algumas notícias agradáveis nesse sentido. Agora tenho tempo e sossego para dizer a missa todos os dias e mesmo para confessar alguém. É notável o fervor dos católicos daqui. O meio protestante ajuda talvez»⁽³⁶⁾.

Do Arquivo Patriarcal de Lisboa consta que tinha licença de binar, confessar e pregar, prestando-se até a substituir os colegas, quando precisavam de recorrer à sua boa vontade. As duas únicas vezes que tivemos oportunidade de o ver foi quando veio, em dois domingos seguidos, substituir o pároco da nossa freguesia. Na ida para a Argentina e no regresso, escolheu um barco com capela:

«Para cá vim no navio alemão Cap. Acona... Tem capela, onde sempre disse missa, etc. Desejava voltar nele»⁽³⁷⁾.

⁽³⁶⁾ Paris (18.9.1902) e Saint-Louis (28.6.1904).

⁽³⁷⁾ Jaúregui, Argentina (20.6.1932).

O Inventor P. Himalaia

O P. Himalaia aparece nos retratos com barba. A razão está na necessidade que teve de a usar para, em Paris, poder ser recebido por alguns cientistas, que recusavam receber um padre. Para evitar a dificuldade, requereu à Santa Sé licença para usar barba e dispensa do cabeção e da tonsura. A Santa Sé recusou, não obstante o arcebispo de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha, o ter recomendado ao cardeal Di Pietro nos termos mais lisonjeiros: — «Mgr. FEvêque de Braga a répondu au Cardinal Di Pietro dans les termes les plus flatteurs pour vous», comunicaram-lhe de Roma, a 16 de Abril de 1902, aconselhando-o a pedir só dispensa de tonsura e licença para trazer barba.

O P. Himalaia assim fez e foi atendido, comunicando o caso ao irmão:

«Faço amanhã anos — completo os 33. Agora posso como Nosso Senhor Jesus Cristo dar começo à minha missão.... Como sabes, com permissão de Sua Santidade, trago barba toda como um missionário — se não da Fe, da Ciência».

4. Fé em Deus, na eternidade e na protecção divina à Igreja

Ao regressar a Portugal, depois de uma estadia de 26 meses nos Estados Unidos da América um redactor do *Diário de Notícias* teve uma entrevista com ele, publicando-a a 25 de Julho de 1922. Uma das perguntas foi:

«E o conhecimento da ciência nova não abalou as suas crenças religiosas?—Não, senhor. Pelo contrário!, respondeu ele. — Mas a fé não briga em certos casos com a ciência?— **Nunca. Fides rationabile obsequium. Quanto** mais aprofundo os livros, quanto mais me entrego ao conhecimento das coisas e dos homens, mais encontro Deus. Vejo que tudo foi destinado e organizado por um ente superior, que tudo previu, que tudo pôs no seu lugar. O estudo da Astronomia mais nos radica essa ideia».

Numa carta que da Exposição mundial escreveu aos pais diz-lhes:

— «Alguns ateus, ou homens sem religião, passaram por aqui e ficaram um pouco abalados, desde que viram que um Padre também podia ser inventor e que a Ciência e a Religião podem e devem harmonizar-se».

A propósito da morte dos pais, mostra a sua firme crença na eternidade.

O Sagrado e o Profano

«Tenho imensa pena do nosso querido Pai, tão triste, tão só, desde que a nossa saudosa Mãe voou para o seio de Jesus, que tanto amou, que tão assombrosamente compreendeu!

Sentindo a maior mágoa pelo herói do trabalho e da honra que partiu para a vida eterna, entendo que foi uma mercê que o Senhor fez ao nosso Pai. Creio na eternidade como creio na presente existência e confio na misericórdia do Divino Salvador. O meu coração chora e sente-se oprimido, mas o pensamento vê o plano do supremo Deus de Bondade e percebe que assim é que deve ser.... Portanto, vou fazer o possível por me submeter ao providencial plano do Alcíssimo. Amanhã vou começar a celebrar a Santa Missa pelo nosso querido Pai e continuarei, enquanto puder».

«As almas queridas que já estão na posse da verdade, por haverem entrado na Benaventurança» (38).

Num desabafo ao irmão, por causa dos seus muitos trabalhos, diz-lhe:

— «De resto, se não fosse a afeição que tenho à família e o desejo que tenho de fazer algum bem à Humanidade, pouco me afligia de ir antes do tempo ver o que se passa do outro lado. Neste mundo, já tenho sofrido bastante, já me parece que vivi mais do que Matusalém. *Ao pé do Bom Deus deve-se estar melhor!...*» (39).

A propósito da perseguição religiosa nos princípios da República, escreveu ao irmão:

— «Meu querido Gasparinho. Isto é uma péssima orientação, mas cada época tem os seus ídolos, aos quais sacrifica tudo. E a época presente ainda agora começa os seus entusiásticos louvores e imolações ao Deus *nada!*

Os que creem em Deus, os que admitem a imortalidade da alma, a divindade de Jesus Cristo, a missão divina da Igreja são herejes, pagãos, idólatras....

Sabes como a Igreja Católica tratou os ídolos do velho paganismo?

Ridicularizou-os, apeou-os, instalou-se nos seus templos, apropriou-se do melhor do seu ritual e também das suas liturgias, usos e costumes.

Outro tanto está agora sucedendo aqui ao Catolicismo.

É mais que uma poda, é um rolamento, uma degolação, um arrancamento da velha e veneranda árvore da Fé católica, apostólica, romana. Mas não temamos.

A Fé tem sólidas raízes, vivazes e resistentes como as da oliveira.

(38) New York (2.12.1920), Chevy Chase, EUA (2.2.1922) e JaF-regui, Argentina (20.6.1932).

(39) Meudon (31.7.1903).

O Inventor P. Himalaia

Que se pode, dá logo mais azeitona, onde aparece o óleo da pura religião.

Que se role, só a dá mais tarde, mas é certo que a dá seguramente.

Que se degole, rebenta de novo com força, e, num futuro, embora mais longo, lá torna a dar o precioso fruto.

Que se arranque.... Pouco importa! As raízes rebentam, e, cedo ou tarde, os maravilhosos odrezinhos de azeite lá aparecem sobre novas e viçosas árvores.

E acabei a minha pequenina expansão de confortável optimismo acerca do futuro da Fé pura e verdadeira.

Deixa lá correr a orda dos maus podadores. Eles passarão e a raiz da oliveira da Fé há-de ficar»⁽⁴⁰⁾.

O seu testamento é, como veremos, uma autêntica profissão de Fé, cuja pureza ele queria defender. Assim o garantiu na introdução ao estudo *La Constitución Mecánica del Universo*, escrevendo:

— «Creemos que en ningún punto este trabajo podrá contrariar ningún dogma ó principio de Fé, moral ó disciplina de la Iglesia, al ministerio de la cual, como sacerdote, sacrificamos nuestra vida. Pero, si en cualquier punto se venga a notar algo de objeccionable, inmediatamente lo retrataremos y anticipadamente lo condenamos y damos por no escrito».

5. O Sacerdote e a Política

Vivendo numa época agitada, de transição e até de perseguição à Igreja, o P. Himalaia procurou manter uma atitude coerente com o seu ministério sacerdotal. Para defender os princípios católicos, foi, como representante do jornal católico *A Palavra*, participar no Congresso dos jornalistas católicos, realizado em Coimbra, em 1903, em que interveio, falando também sobre o assunto numa reunião do clero dos Arcos de Valdevez.

«Em princípio — escreveu ele — o clero devia ou não ter política alguma, como sucede na Itália, ou adoptar em comum uma política conforme aos princípios católicos, como sucede na Alemanha e na Bélgica. O clero deve ser 'forte, unido, instruído, zeloso, perseverante e desinteressado'».

⁽⁴⁰⁾ Lisboa (4.12.1911).

O Sagrado e o Profano

«É certo que se fala por ai em fundar um Partido Católico ou Centro Nacional..., mas não te iludas com isso: — 1.º Um partido é sempre um partido e *todo o partido significa divisão e o Padre deve significar união*. — 2.º Um Partido Católico em Portugal, que reunisse todos os católicos de Fé e Mandamentos, seria uma minoria votada à revindicta da maioria livre pensadora e indiferentista, senão sectária— 3.º É impossível aspirar a reunir todos os católicos praticantes num partido homogêneo, visto que os católicos portugueses.... não estão habituados a defender a sua Fé e independência como os católicos alemães, cuja união é feita contra a Prússia protestante e invasora.

A época actual é má. *É uma época de transição entre o feudalismo da Igreja e o triunfo da democracia*. A época próxima será talvez a da independência absoluta do Estado e da Igreja, como sucede nos Estados Unidos. Se o Partido Católico visa essa época e deseja apressar a sua vinda, deve começar por educar o povo, como ele é educado nos Estados Unidos. O resto virá por si mesmo....

A meu ver, o melhor caminho era nomear deputados que fossem dignos e que se comprometessem a cuidar do bem do País e a deixarem à Igreja o resto das liberdades que ela conserva, sem se ocupar do partido a que esses deputados pertencem.

.... ***O triunfo da Igreja, neste mundo, parece-me pouco em harmonia com o plano geral do Criador e Redentor. A Igreja triunfante encontrá-la-emos do outro lado!...***

Que os católicos se resignem, pois, a combater aqui, como poderem e não como eles quereriam, e que não pensem em abafar as ondas do livre pensamento, que se avolumam em todos os países. E que os capitães e pilotos da Igreja, isto é os bispos e os padres, se premunam com novos conhecimentos e nova perícia para poderem conduzir a barca da Fé sobre essas vagas, sopradas pelos vendavais da Ciência, da Razão e da Democracia.

Que esses vendavais sejam justos ou injustos, que sejam úteis ou devastadores, isso nada importa. O facto é que é preciso navegar com eles, embora em sentido diverso para chegar ao porto de salvação. Navegar contra eles, seria mais do que loucura!...

Portanto, muita acção católica, começando pela instrução superior e universal do clero, muito catecismo às crianças e ao povo, muita virtude pessoal, muita oração e nada de política. *E o reinado de Jesus Cristo, tal como ele é providencialmente possível neste mundo, virá a seu tempo»* ⁽⁴¹⁾.

Com estes salutares conselhos o P. Himalaia antecipou-se 60 anos ao que se resolveu no Concílio Vaticano II.

⁽⁴¹⁾ Garches, Versailles (Outubro e 9.12.1903).

O Inventor P. Himalaia

6. *Devoção a Nossa Senhora*

Da Exposição de S. Luis, em 1904, escreveu ao irmão:

T:

«Acabo de receber o teu postal-recordação de Nossa Senhora do Sameiro, que muito estimei».

Levou consigo para Paris uma imagem de Nossa Senhora. Tendo-a deixado lá a guardar, escreveu em 1927:

«Convém-me ir a Paris a ver se trago a imagem de Nossa Senhora, que lá ficou a guardar. Refiro-me à que foi do P. João de Jolda. O valor é pequeno, mas a estimação que por Ela tenho é grande» (42).

A uma senhora americana sua conhecida pediu que lhe deixasse um quadro da Virgem com o Menino a dormir, que ela tinha em Paris, o que, de facto, se deu.

Nas duas últimas cartas que da Argentina escreveu ao irmão em 1932, diz-lhe:

m-

«*Pede* a Nossa Senhora de Fátima que me ajude, que eu também já lhe prometi voltar a visitá-La, se puder ser. no meu regresso. Seria lindo que nos encontrássemos lá num dia de grande peregrinação, ou mesmo num dia simples. Deverei chegar a Lisboa entre 22 e 23 de Agosto. Em seguida, queria ir a Nossa Senhora de Fátima».

7. *Normas de vida sacerdotal e de acção pastoral*

Das cartas que o P. Himalaia escreveu ao irmão, P. Gaspar, podem extrair-se preciosas normas de vida sacerdotal e de acção pastoral, que continuam a ser de flagrante actualidade, como se poderá concluir dos exemplos a seguir apresentados:

1.º) Quando o P. Gaspar foi nomeado coadjutor do prior de Refojos de Lima, em 1904, escreveu-lhe:

«A bem dizer, é agora que começa a tua vida... Mais que nunca, precisas de vigiar bem sobre cada um dos teus actos e palavras, fazendo por ser *prudente* sem pusilanimidade, *activo* sem precipitação, *zeloso* sem fanatismos, *franco* sem cair no vício de ser saco roto, e *reservado* sem passar ao extremo oposto da hipocrisia; *simples* sem descer aos

(42) Vigo (6.8.1927), e Jaúregui, Argentina (26.1.1932).

O Sagrado e o Profano

mesmos jeitos, palavras e gestos do povo grosseiro, e *digno* sem vanglória, sem vaidade, sem orgulho, sem afectação... Estima o Snr. Prior, respeita-o em tudo e não o maces muito com conversas que te digam respeito a ti ou a mim» (43).

2.º) Depois de ter sido nomeado pároco de Miranda, no ano seguinte, houve entre os dois irmãos troca de numerosas cartas, em que se trata de todos os problemas de interesse tanto para o P. Gaspar como para a vida espiritual e material da freguesia:

«Quanto a Miranda, eis a minha opinião.... O povo parece-me bom e, se souberes respeitá-lo, respeitar-te-á. Amavelmente, com o melhor bom modo, poderás edificar alguma coisa, sem contudo transformares a natureza.... Repito, é bom povo, se souberes tratar a todos com respeito e afecto....

Recomendo-te muita paciência com o povo. Prega-lhes a boa doutrina, dá-lhes o bom exemplo e depois deixa-os lá. Não os ofendas nem os insultes, nem vás à viva força contra as ideias deles. Vai devagar e por bem. Primeiro corta as silvas e os matagais da ignorância, depois tira esse mato dos caminhos por onde queres que eles passem. Em seguida, passa tu próprio e só então é que podes esperar que alguns te sigam. Não te aventures a altas cavalarías de ir ao arrepio das ideias do povo, sem o convenceres com argumentação e com heroica mansidão e paciência de que está em erro» (44).

3.º) «Gostava de saber se tencionas ter alguma das manas contigo. Esta questão é delicada... Se não for contigo nenhuma das irmãs, escolhe pessoa decente, de boa consciência e trabalhadeira. Desculpa lembrar-te que é preciso bastante cuidado com essa questão de criadas e com as confessadas.... Todo o cuidado é pouco. O coração humano é muito diferente do que nós pensamos. Muita desgraça se teria evitado, se cada um soubesse que familiaridade íntima com pessoas doutro sexo, sobretudo durante a mocidade, conduz a perigos e a situações desgraçadas no caso dum padre.

Aí tinhas como salvaguarda o Snr. Prior (de Refojos), que é uma pessoa de toda a respeitabilidade, e tinhas a tua consciência que, pela graça de Deus, é boa e tem bom senso. Na Miranda, terás a consciência e a graça de Deus e o bom senso, mas falta-te a experiência da vida. Examina cada um dos teus passos e não prossigas caminhos falsos ou perigosos. Para o Padre, há unicamente neste mundo uma espécie de prazer — É instruir os fiéis, dispensar as diversas graças por meio dos sacramentos; promover, por todos os

(43) Saint-Louis (28.6.1904).

(44) New York (12.8.1905) e Lindres (13.1.1907).

O Inventor P. Himalaia

meios, a gloria de Deus e o bem das almas e dos corpos das suas ovelhas. Tudo que saia fora disto é vício e erro» (45).

Apesar dos seus muitos trabalhos e preocupações, manteve sempre o maior amor e dedicação aos pais e aos irmãos, que recomendava amiudadas vezes ao irmão P. Gaspar:

«Lamento que a Mãe esteja fraquinha, como me dizes. Temo muito pela saúde e vida dos nossos Pais e irmãos.... Não te afastes demais dos pobres restos da nossa Família, que ainda existem. Guia-os com paciência e caridade e amor. Vai vê-los amiúdo, ao menos uma vez cada semana e demora-te um ou dois dias» (46).

E muito se podia dizer da sua gratidão para com todos que, de qualquer modo, o auxiliaram; da sua dedicação e estima pelos pobres e humildes; do seu amor à igreja paroquial da sua terra, que procurou valorizar, etc.

8. O seu testamento

Como remate do que escrevemos, juntamos um extracto do testamento do P. Himalaia, que reflecte bem a extraordinária personalidade deste cientista e sacerdote:

«Declaro que creio firmemente em todos os dogmas da Igreja Católica, Apostólica, Romana, de que sou indigno ministro, e que nesta fé e convicção nasci e quero morrer. Não receio a morte natural, porque creio que a alma é imortal e que Deus misericordioso lhe dá o prémio das boas obras e lhe perdoa as faltas humildemente confessadas.

Creio nos superiores destinos do meu País e da Humanidade inteira, e quis trabalhar para ajudar alguma coisa a melhorar a sorte do povo. Neste intuito deixei talvez de desenvolver a actividade intensa sacerdotal que devia, do que me penitencio.

Agradeço de todo o coração a Deus a graça da existência e da vocação sacerdotal, e, em paga, ofereço-lhe de bom grado a própria vida.

Sob o ponto de vista científico, moral, religioso e social, exprimo aqui a minha profunda admiração e reconhecimento por todos os grandes homens e por todos os heróis, mártires e santos, que me deram o exemplo do amor ao trabalho, à virtude e ao sacrificio desinteressado.

(45) New York (Setembro de 1905).

(46) Surrey, Inglaterra (antes de Julho de 1907).

O Sagrado e o Profano

Quaisquer ideias, inventos ou descobertas que por acaso haja feito e que possam ser úteis, lego-as ao património comum.

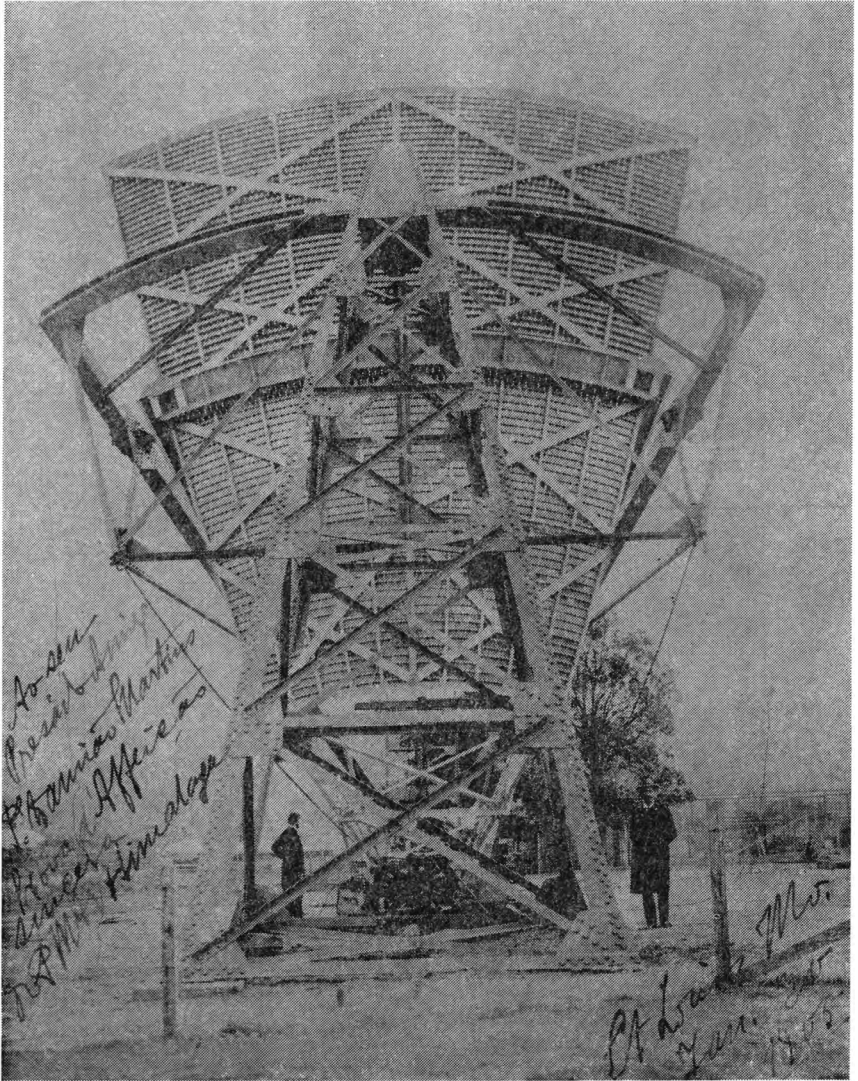
Aos meus irmãos no sacerdócio, aos povos do mesmo credo católico deixo uma palavra de coragem e de fé na imortalidade. Aos que seguem outros credos, deixo um convite para que entrem no redil cristão».

No P. Himalaia temos um exemplo vivo da conciliação da Fé e da Ciência. Que as admiráveis lições deste eminente cientista, economista, virtuoso sacerdote e devotado patriota sirvam de exemplo e de estímulo para todos os sacerdotes e leigos nos tempos difíceis e atribulados que a Santa Igreja, a nossa querida Pátria e toda a Humanidade atravessam ⁽⁴⁷⁾.

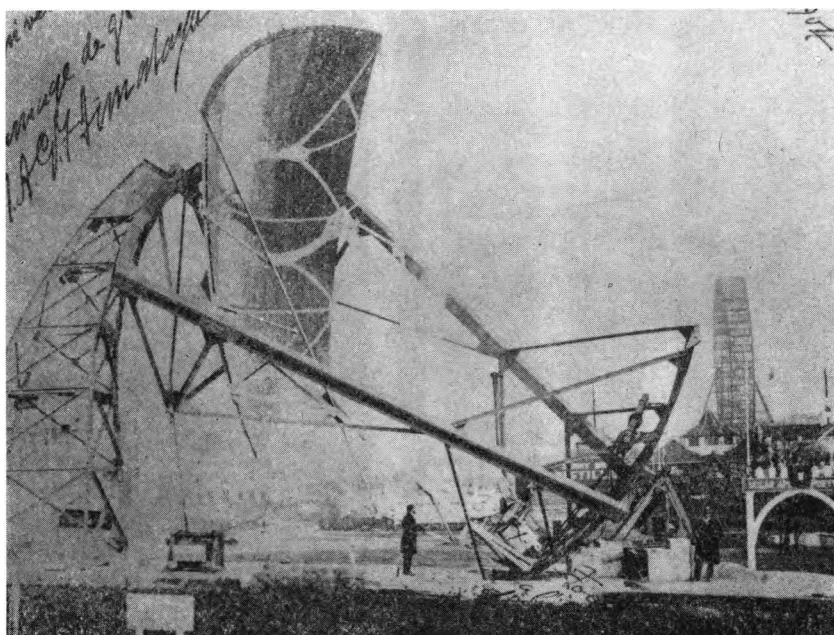
⁽⁴⁷⁾ Além da bibliografia citada no texto e notas, podem ver-se as revistas *Serões*, Julho de 1905, e *Magnificat*, Nov.º de 1952, pp. 19-30; José Gonçalves, *O sábio inventor português «Himalaia»*, 1965; e os nossos artigos «Himalaia», no *Dicionário de História de Portugal* (com bastante bibliografia), dirigido por Joel Serrão, e no das Edições Alfa; e em *Verbo-Enciclopédia*, e «O inventor P. Manuel António Gomes Himalaia. O cientista. O sacerdote», *Revista Española de Teologia*, vol. 44, Madrid, 1984, pp. 251-274.



P. Manuel A. Gomes Himalaia, Lx., 8-8-1902



O Pirelióforo visto pela rectaguarda.



Pirelióforo na Exposição Universal de S. Luis, Estados Unidos, em 1904. Ao centro, o P. Himalaia

GESTOS & FRAGMENTOS **

(A questão da «morte de Deus» em Sartre)

1. *Consequências da «morte de Deus»*

L'Être et le Néant é colocado, por Sartre, logo nas primeiras páginas, na consequência de Nietzsche:

«Se nos desembaraçamos de vez do que Nietzsche chamava a ilusão dos além-mundos e se já não cremos no ser por-trás-da-aparição, esta torna-se, pelo contrário, plena positividade, a sua essência é um «parecer» que já não se opõe ao ser mas que, pelo contrário, é a sua medida. Porque o ser de um existente é precisamente o que ele parece» O).

Trata-se de uma consequência que se pretende atea: fica a plena positividade da aparição, ou fenómeno, mas ter-se-á perdido o que ligava as aparições ou fenómenos e tornava o mundo uma totalidade. Que as coisas sejam somente aquilo que são e que sejam o que oferecem a um olhar aue as

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** As páginas que se seguem pertencem a um trabalho mais amplo, subordinado ao tema *Intencionalidade e primado do olhar em «O ser e o nada» de Jean-Paul Sartre*, no qual, através da doutrina sartriana sobre o olhar (nos seus pressupostos e nas suas implicações), tento captar o limite interno da metafísica como pensamento do desvelamento puro. Para, depois, erguer a pergunta acerca das condições e da fecundidade do pensar — e exercer — o discurso filosófico não no interior dessa lógica, constituída a partir do primado do Um, mas tomando o discurso filosófico *à letra: como escrita: como escrita a duas mãos*.

Creio não ser infiel ao eco mais vivo que o magistério do Prof. Doutor José Sebastião da Silva Dias em mim produziu, publicando, em sua homenagem, algumas páginas que são o provisório ponto de partida (mas «a ciência é um longo errar e aprender») * de

O Sagrado e o Profano

capte — denuncia exclusivamente por intermédio de uma crise relacional a crise da ideia de todo.

As coisas ficam pois entregues solitariamente a si mesmas, numa nudez irredutível — pedra, arbusto, «a lanterna, a paliçada e o céu» (2). Deserto.

A morte de Deus, que lemos na passagem transcrita, implica a desertificação do mundo; a morte de Deus («cultivar o deserto/como um pomar às avessas») faz entrar em crise uma ideia de mundo («então nada mais/destila; evapora;/onde foi maçã/resta uma fome») porque rompe as relações entre as coisas; o que se cria totalidade é, afinal, coisas; desfeita a plenitude do mundo, resta a opacidade das coisas e o intervalo entre elas. A morte de Deus implica para Sartre a evidência de que o «mundo é um reino de buracos» (3), a revelação de um *esvaziamento* («onde foi palavra/(potros ou touros/contidos)/resta a severa forma do vazio») (4).

É essa «solidão das coisas» que Sartre retira da ausência de Deus: «a ausência de Deus devia ler-se por todo o lado. As coisas estavam sós e sobretudo o homem estava só» (5).

Os homens são irredutivelmente singulares, uns, e a sua natureza não ostenta outra assinatura senão a sua: «Deus poderia ter-me livrado do apuro: eu seria uma obra assinada» (6). Enquanto obra sua, seria certamente precedido por um plano, por um sonho de futuro, pela atribuição de um destino. Teria um criador — por isso, ocuparia um lugar no conceito universal.

Em *Les mots*, Deus é o olhar absoluto para o qual tudo (todos) é objecto e que, pelo seu carácter totalizador, trans-

uma reflexão que sinto ainda desesperadamente inacabada (mas «a ciência é também paciência — e os pretensiosos ou apressados não nasceram para ela») **.

Aqui ficam: sem mais palavras. Porque, *ficarem*, é já o *mais* que não é preciso explicitar.

* J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Coimbra, 1973, p. XIII.

** *Idem*, *A política cultural da época de D. João III*, vol. I, t. 1, Coimbra, 1969, p. XIV.

0) Jean-Paul Sartre, *L'être et le néant*, Paris, 1943, p. 12. Utilizarei a sigla: E.N.

(2) *Idem*, *La nausée*, Paris, 1938, p. 16. Utilizarei a sigla: N.

(3) *Idem*, *Cahiers de la drôle de guerre*, Paris, 1983, p. 146. Utilizarei a sigla: C.G.

(4) João Cabral de Melo Neto, *Poesias completas*, Rio de Janeiro, 1979, pp. 331-332.

(5) Simone de Beauvoir, *La cérémonie des adieux* Paris 1982, p. 547.

(6) J.-P. Sartre, *Les mots*, Paris, 1964, p. 78. Utilizarei a sigla: M.

Gestos & Fragmentos

forma os seus objectos em totalidade. A passagem transcreve-se, apesar de muito célebre:

«Brincava com fósforos e queimara um pequeno tapete; estava eu a dissimular o meu crime quando, de súbito, Deus *me viu*, senti o seu olhar dentro da minha cabeça e sobre as minhas mãos; eu rodopiava na casa de banho, horrivelmente visível, um alvo vivo. A indignação salvou-me: enfureci-me contra 'cão grosseira indiscrição, blasfemei, murmurei como meu Avô: 'maldito nome de Deus, nome de Deus, nome de Deus'. Nunca mais ele me contemplou» (7).

Numa nota de 1 de Dezembro de 1939, por seu lado, pode ler-se:

«Não tenho nenhuma recordações religiosas: todavia, estou a ver-me aos sete ou oito anos, na Rue Le Goff, a queimar as cortinas de tule da janela com um fósforo, e esta recordação está ligada a Nosso Senhor, não sei porquê. Talvez porque esse facto incendiário não tivesse tido nenhuma testemunha e no entanto eu tivesse pensado: 'Nosso Senhor está a ver-me'» (8).

Se o olhar do outro é uma mediação indispensável do Eu consigo próprio, como adiante veremos melhor, («O que eu capto imediatamente quando ouço quebrarem-se ramos por trás de mim, não é que há *alguém*, é que sou vulnerável, que tenho um corpo que pode ser ferido, que ocupo um lugar e que não posso, em caso nenhum, evadir-me do espaço em que estou sem defesa, em suma, que *sou visto*. Deste modo, o olhar é primeiro um intermediário que reenvia de mim a mim-mesmo») (9), a crise do olhar de Deus á a crise da mediação absoluta: a *verdade* da fenomenologia conjuga-se, assim, internamente, com a consequência da morte de Deus: «O pensamento moderno realizou um progresso considerável reduzindo o existente à série das aparições que o manifestam» (10), «mas se nós nos libertámos de vez do que Nietzsche chamava a 'ilusão dos além-mundos' e se já não cremos no ser-por-trás-da-aparição, esta torna-se, pelo contrário, plena positividade, a sua essência é um parecer que não se opõe ao ser mas que é a sua medida, pelo contrário. Porque o ser de um existente

(7) M., p. 83.

(8) C.G., p. 93.

(9) E.N., p. 305.

(10) E.N., p. 11.

O Sagrado e o Profano

é precisamente o que ele parece» (1^x); «a aparência não esconde a essência, ela revela-a: é a essência» (1²).

O olhar de Deus, totalizador, definitivamente objectivador, jamais admitirá que o seu objecto seja *outro*; e, por outro lado, é um olhar inacessível a outro olhar que não é por sua vez olhável, é um fundamento absoluto de uma situação de dependência.

É a *evidência* com que a inexistência de Deus é admitida no discurso sartriano que interessa, por agora, reter. Não tanto o problema da inexistência de Deus, da sua fundamentação e dos problemas que implica — vulgarmente sublinhado em alguma bibliografia — mas o facto de uma linha da sua filosofia constituir a fundamentação de uma evidência que a precede e que só é sustentada pela sua própria *verdade* (1³). Só deste modo podemos ler, sem comentários desadequados, considerações como estas:

«eis que, um dia, em La Rochelle, quando esperava as meninas Machado que me acompanhavam de manhã quando eu ia para o Liceu, impacientei-me com o seu atraso e, para ocupar o tempo, pus-me a pensar em Deus. 'Rem', disse para comigo, 'ele não existe'. Foi uma autêntica evidência, embora já nem sequer me recorde em que é que ela se baseava. E depois acabou-se, nunca mais pensei nisso, não me preocupei com esse Deus muito mais do que me havia preocupado com o Deus vivo. Creio que seria difícil encontrar uma natureza menos religiosa do que a minha. Resolvi a questão de uma vez por todas aos doze anos» (1⁴).

Mais tarde esclarecerá:

«Para mim, Deus estava morto: família dividida entre o protestantismo e o catolicismo, logo contestação de um pelo outro. Já não cria senão por tradição, para agradar à minha família» (1⁵).

Por isso, no início da sua carreira filosófica Sartre dirá estar «absolutamente seguro da não existência de Deus» (1⁶). Recorde-se a propósito este brevíssimo diálogo de 1951: «Está

(1¹) E.N., p. 12.

(1²) E.N., p. 12.

(1³) Henry Paissac, *Le dieu de Sartre*, Grenoble, 1950; M. Franklin da Costa, «O problema de Deus em Jean-Paul Sartre», *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. XXVI, 1970, pp. 285-312.

(1⁴) C.G., p. 94.

(1⁵) François Jeanson, *Sartre dans sa vie*, Paris, 1974, p. 21.

(1⁶) S. Beauvoir, *La cérémonie des adieux*, p. 545.

seguro de que Deus não existe? — Tenho a convicção disso. — A convicção ou a certeza? — A certeza. Nasci numa família semi-protestante, semi-católica. Perante as contestações, desde a idade de doze anos, a minha convicção fez-se. E aí se soldaram reflexões que fizeram uma certeza» (17).

É no trilho desta evidência, ou desta certeza, que Sartre quer fazer filosofia, uma filosofia que desse conta «do meu objecto, meu' no sentido humano, quer dizer, vosso objecto também, o objecto de homem. Quer dizer, o seu próprio 'per-tence-me', no e fora do mundo, e o mundo sem Deus» (18).

A tarefa assumia a seus olhos uma singularidade *essen-cial*: «todos os grandes filósofos são mais ou menos cren-tes». A morte de Deus não assegura, por si só, a subver-são do *espaço teológico*. Embora Sartre não tenha pensado radicalmente esta consequência — a morte de Deus resolve-se nele em humanismo teórico — o certo é que encontra tangencialmente este problema («Deus morreu, mas o teólogo subsistia») mas para o situar, de imediato, num contexto completamente diferente: «É por isso que eu considero o ateísmo como uma conquista permanente. Um processo de laicização progressiva» (19) ou um empreendimento cruel: «o ateísmo é um empreendimento cruel e de longo fôlego: creio tê-lo levado até ao fim» (20). Como se confessasse que não é possível ocupar, de uma só vez, o lugar do ateísmo e que ao ateu compete ir desconstruindo a convicção religiosa, residindo o ateísmo precisamente neste processo de desconstrução. Como se confessasse que o seu programa de construção de uma autonomia total se acha internamente limitado ou que a auto-nomia reside numa conquista permanente de esferas, cada vez mais largas, de auto-determinação.

É ainda a partir desta questão que Sartre perspectiva o testemunho de André Gide:

«o que Gide nos oferece de mais precioso, é a sua decisão de viver até ao fim a agonia e a morte de Deus. Ele tinha podido, como tantos outros, apostar em conceitos, decidir aos vinte anos da sua fé ou do seu ateísmo, e ater-re a isso toda a vida. Em lugar disso, quis experimentar a sua religião, e a dialéctica viva que o conduzia ao seu ateísmo final é um percurso que pode refazer-se depois dele, mas não fixar-se por conceitos e por noções..... Gide

(17) F. Jeanson, *Sartre dans sa vie*, p. 280.

(18) S. Beauvoir, *La cérémonie des adieux*, p. 280.

(19) *Idem*, *ibidem*, p. 21.

(20) M., pp. 210-211.

O Sagrado e o Profano

é um exemplo insubstituível porque escolheu... tornar-se a sua verdade. Decidido abstractamente aos vinte anos, o seu ateísmo seria falso; lentamente conquistado, coroa-mento de um trabalho de meio século este ateísmo torna-se a sua verdade concreta e a nossa» (21).

Por outro lado, Sartre sente-se na necessidade de assinalar a diferença entre a sua concepção e a concepção vulgar de ateísmo; fá-lo em termos altamente significativos: «guardei no domínio da moral uma única coisa da existência de Deus, o Bem e o Mal como absolutos». E depois acrescenta:

«A consequência vulgar do ateísmo é a supressão do Bem e do Mal, como absolutos, é um certo relativismo, é por exemplo a consideração de morais variáveis segundo os pontos da terra em que se encontram» (22).

Este passo, em que sugere uma transição de Deus para a existência da moral, em que se afirma a moral como um *resto* da existência divina, em que se afirma, afinal, que *Deus sobrevive na consideração do Bem e do Mal como absolutos*, deve por isso aproximar-se desta outra observação:

«não sou isento de moralismo e... muitas vezes o moralismo tem origem na religião. Mas isso não se passou comigo. Aliás, fui educado por pais e por professores que, na sua maior parte, haviam sido campeões da moral laica e tentado sempre sobrepô-la à moral religiosa» (23).

Apesar desta restrição, há matéria suficiente para concluir que Sartre está longe da radicalidade nietzscheana de que se reivindica. Quando afirma, por exemplo, que a consequência vulgar do ateísmo é a supressão do Bem e do Mal como absolutos. Escreve:

«considero que a moral e a actividade moral do homem é como um absoluto no relativo. Há o relativo, que aliás não é todo o homem, mas que é o homem no mundo com os seus problemas no inferior do mundo. E depois há o absoluto que é a decisão que ele toma, tocando outros homens a propósito destes problemas, que é portanto um absoluto que nasce dela na medida em que os problemas que ele se põe são relativos. Considero, portanto, o absoluto como um produto do relativo, ao contrário do que se faz vulgarmente» (24).

(21) F. Jeanson, *Sartre dans sa vie*, p. 271.

(22) S. Beauvoir, *La cérémonie des adieux*, p. 551.

(23) C.G., pp. 74-95.

(24) S. Beauvoir, *La cérémonie des adieux*, p. 552.

Gestos & Fragmentos

Sartre quer libertar as condutas individuais do puro relativismo sem cair no formalismo kantiano: «a moral kantiana, formal, negligencia os dados contingentes» (25). Absoluto traduz a espessura da escolha, a sua homogeneidade, a sua identidade sem brechas.

Digamos que não é sem problemas que o leitor depara com toda esta terminologia. De facto, perpassa por toda ela uma flutuação profundamente significativa entre duas fórmulas: *Deus não existe* e *Deus é aquele que precisa de ser negado*. A apresentação do ateísmo como uma conquista permanente, um processo de laicização progressiva, um empreendimento cruel e de longo fôlego, conjugada com a dificuldade histórica de uma filosofia ateia, situa-nos numa perspetivação do problema irreduzível à simples experiência originária da in-existência de Deus. Embora, em *UÊtre et le Néant*, Sartre queira fundamentar a impossibilidade ontológica e lógica de Deus, a verdade é que o reaparecimento do problema, mesmo sob a forma da negação, talvez mostre que se não trata de uma questão resolvida. Recolhamos, pois, a hipótese de Jeanson:

«Sartre é um homem de fê, que não deixa de se bater contra as diversas crenças nas quais tende a investir-se, sucessivamente a sua exigência mais radical. Ora toda a crença é pressuposição do Absoluto; a fê, pelo contrário, quer-se absoluta no plano do seu próprio risco, da sua aposta, do seu compromisso: quer dizer na sua própria maneira de *assumir* o relativo. Deste modo, o crente abandona-se a um relativismo sem saída; uma crença quer uma outra, cada uma referindo-se em conjunto ao Incomunicável, ao Inefável, ao Indizível dos teólogos. O homem de fê, ao contrário, só se compromete radicalmente para se pôr radicalmente à prova dos outros e do acontecimento: a sua convicção é relativamente absoluta, pois ele põe aí o próprio sentido da sua existência; mas ela é absolutamente relativa pois ele escolheu ao mesmo tempo medir a verdade pelo seu próprio poder de a fazer advir. A crença é presunção de verdade; a fê é exigência de sentido. O crente de termina-se contra a descrença ou as outras crenças; o homem de fê só pode assegurar-se da sua fê reconhecendo-a praticamente na exigência radical de qualquer homem» (26).

Do nosso ponto de vista, esta diferença entre crença e convicção pode formular-se de outro modo. Há em Sartre uma explícita aspiração humana ao divino: «o homem é fun-

(25) *Idem, ibidem*, p. 197.

(26) F. Jeanson, *Sartre dans sa vie*, pp. 269-270.

O Sagrado e o Profano

damentalmente desejo de ser Deus» (27). A pergunta pelo sentido desta presença *obsessiva*, que, para mais, aparece escrita já com as letras da nostalgia, só pode formular-se aceitando que essa aspiração é o horizonte em que se inscreve toda a reflexão sartriana — prisioneiro, por isso mesmo, daquilo que se quer(er)ia libertar. É uma presença que Sartre sempre quis (e creu) negar sem se dar conta de que o movimento da negação só pode esboçar-se no mesmo espaço problemático do que se pretende negar. Por isso é que, ao (pensar) encontrar na consciência intencional a via de acesso à compreensão do homem num mundo sem Deus, Sartre transporta a polarização pela plenitude das coisas: os homens, sempre exteriorização de si, porque essencialmente consciência, visam necessariamente o que é em si a partir do nada que são. Por outras palavras: em Sartre, o Outro é sempre exterior; e por isso é que o exercício da liberdade é sempre um acto de conflito (28). A *forma* do problema de Sartre é, afinal, clássica.

Dá que pensar, portanto, — Derrida lembrou-o com pertinência — que uma obra assim tão (*necessariamente*) alheada dos grandes textos da contemporaneidade, tenha tido a entusiástica receptividade que se sabe: o dramaturgo não expõe qualquer marca de um Brecht ou de um Artaud, por exemplo; o romancista nada deve a um Joyce; o pensamento filosófico não foi sensível à importância de um Freud, de um Lacan ou de um Bataille (um «místico», dirá), para não referir Heidegger, entre outros. Devemos conceber este alheamento como sinal de uma profunda originalidade, que se originaria a si própria? Talvez seja mais justo sublinhar que, por seu intermédio, Sartre se integra num outro paradigma teórico, precisamente aquele que os nomes citados, entre outros, fizeram entrar em crise. São os termos em que Sartre formula o seu problema que a contemporaneidade reconhece como afastados.

2. *Uma perdição jubilosa*

As implicações da morte de Deus são, no pensamento de Sartre e em alguns seus contemporâneos, essencialmente positivas.

(27) E.N., p. 626.

(28) «Na ontologia de Sartre, há uma questão de fundo, a da diferença, e uma crise, a da filosofia da identidade», escreve Miguel Baptista Pereira, «*O ser e o nada*» de J.-P. Sartre no *niilismo europeu*, Coimbra, 1984, pp. 400-401.

Gesios & Fragmentos

Desde logo, porque entregam aos homens a possibilidade (a necessidade) de se auto-projectarem, de se realizarem de acordo com o plano que para si próprios traçaram. «Fazer de si próprio uma obra de arte» é uma expressão de Foucault adequada para traduzir a tarefa tipicamente humana, na óptica de Sartre. Não existe um plano que nos tenha pensado, não realizamos (mesmo inconscientemente) um processo cuja Verdade esteja depositada em quaisquer teorias ou sistemas — a cada passo nos escolhemos *em* situação e nos inventamos como projecto:

«o meu mundo, o meu corpo, o meu meio social, a minha época, o meu passado, a minha raça, sou eu que, em última análise, as valorizo segundo as minhas próprias normas. Em si próprios, eles são absolutamente neutros» (29).

Neutro será o termo? Uma declaração do próprio Sartre («o problema não é o que fizeram de nós mas o que nós fazemos do que fizeram de nós») mostra que tudo isso — mundo, corpo, meio social, passado, etc. — é matéria-prima modelável pelo poder absoluto da minha capacidade, da minha consciência e do meu projecto. Nada constitui limite — interno ou externo — a este poder.

É certo que esta afirmação de autonomia integral pode revestir momentos aparentemente negativos, como o sentimento de desenraizamento: «encontrávamo-nos perdidos num mundo cuja complexidade nos ultrapassava» (30). Aparentemente porquê? Porque se trata de uma perdição jubilosa, de um encontro sem limites nem mediações com a novidade do mundo; esta convicção, evidentemente equívoca (pois, como dirá mais tarde, «pensávamos que o mundo era novo porque nós éramos novos no mundo») (31) só é possível pela aguda percepção da decadência dos valores, que tinham organizado o mundo, dos sentimentos que o tinham agregado, das linguagens que o tinham exprimido. Da ruína de um olhar pelo qual as coisas se tornaram visíveis.

Por isso, o gesto de recuperar um olhar imediato, a possibilidade de ter nas nossas imagens das coisas as coisas todas,

(29) Jean-Louis Ferrier, «La pensée anhistorique de Sartre», in *L'homme et l'histoire*, Paris, 1952, p. 12.

(30) S. Beauvoir, *La cérémonie des adieux*, p. 41.

(31) J.-P. Sartre, *Situações IV*, Paris, 1964, p. 144. Utilizarei, para os volumes desta obra, a abreviatura: S.

O Sagrado e o Profano

constituem o eixo em redor do qual se constitui o anarquismo sartriano. Dirá, ao completar setenta anos: «era anarquista sem o saber quando escrevia *La Nausée*: não notei que o que ali escrevia, podia ter um comentário anarquista, via apenas a relação com a ideia metafísica de náusea, com a ideia metafísica de existência. Mais tarde descobri pela filosofia o ser anarquista que havia em mim» (32).

Anarquismo e autonomia, entendida como auto-criação, implicam-se mutuamente: auto-criação é a capacidade de cada um afirmar a sua diferença relativamente ao que foi ou às imagens que de si construíram, de ser outra coisa e de negar portanto um princípio absoluto, quer dizer que definitivamente explicasse a realidade humana.

A alegria, que percorre a obra de Simone de Beauvoir, em especial *A força da idade* — e o lugar de destaque que a festa ocupa na sua obra (33) — comemora a entrega das coisas a si mesmas: reconhecimento da liberdade como substância dos homens «não havia, pois, obstáculo para nós, nada nos definia, nada nos sujeitava. As ligações com o mundo nós é que as criávamos» (34); fruição de uma orfandade eventualmente dolorosa mas condição de vida, isto é, de liberdade, tão bem expressa na famosa confissão de Sartre: «houvesse vivido, meu pai ter-se-ia deitado sobre mim a todo o comprimento e ter-me-ia enganado. Por sorte morreu jovem» (35).

A verdade das coisas não está nas coisas nem em qualquer discurso de verdade de que baste apropriar-me. O sentido das existências não se consegue por um acto de obediência mas resulta de um constante processo de auto-criação. Quando Simone de Beauvoir confessa, como já foi citado, «encontrávamos perdidos num mundo cuja complexidade nos ultrapassava», pressentimos, em primeiro lugar, que já não faz parte dos seus projectos nem cabe no quadro das possibilidades teóricas da época — tal como estas possibilidades e esta época eram pensadas — reduzir essa complexidade a uma lógica universal mas reconhecemos também que se querem criar as tais ligações com o mundo — agora irredutivelmente individuais.

A filosofia contemporânea, como filosofia da contingência, só se poderia formular, ultrapassando a oposição entre

(32) S.-X., p. 144.

(33) S. Beauvoir, *A força da idade*, 1960, trad., Lisboa, 1976, p. 482, nt. 6.

(34) *Idem, ibidem*, p. 19.

(35) M., p. 11.

o idealismo e o realismo e afirmando simultaneamente a soberania da consciência e a presença do mundo, tal como ele se nos apresenta. Trata-se, em suma, de subordinar a *possibilidade* do discurso filosófico à crise da metafísica — pois é esse o problema de Sartre: «falar das coisas tal como as via e isso ser filosofia»⁽³⁶⁾.

Interessa, por isso, desenvolver uma maior aproximação a esta ideia de contingência, para depois abordar a constituição e as implicações da sua filosofia.

3. *Apresentação da contingência ou o cinema como metáfora*

Recorde-se: «a ausência de Deus devia ler-se por todo o lado. As coisas estavam sós e sobretudo o homem estava só».

«As coisas estavam sós e sobretudo o homem estava só»: a esta solidão das coisas e dos homens, à absoluta des-razão da existência e do mundo, Sartre, recorrendo a um termo clássico, chamou *contingência*.

É nas salas de cinema que a descobre:

«Pensei sobre a contingência a partir de um filme. Via filmes onde não havia contingência e quando saía encontrava a contingência. É portanto a necessidade dos filmes que me fazia sentir à saída que não havia necessidade na rua»⁽³⁷⁾.

Sartre é sensível ao contraste. Isto é: à revelação da profunda novidade do cinema. À importância do problema -cinema (ou de um dos aspectos do problema cinema).

Por um lado, ao necessitar de uma certa «comunidade» entre o filme e o espectador, o cinema aproxima-nos da ideia de Unidade: ele exige pelo menos um momento de *participação*⁽³⁸⁾, no qual residirá toda a força mágica do cinema.

Mas é interessante sublinhar um outro aspecto. Há no cinema uma distância intransponível, um espaço negro, que *separa* o espectador do filme. De certo modo, o cinema exemplifica a *impossibilidade do Um*.

Seria empobrecer o seu exemplo limitarmo-nos a ver nele a revelação de um dualismo em lugar da instalação de

⁽³⁶⁾ S. Beauvoir, *A força da idade*, p. 118.

⁽³⁷⁾ *idem*, *La cérémonie des adieux*, p. 181.

⁽³⁸⁾ Cf. Edgard Morin, *O homem imaginário*, 1958, trad., Lisboa, 1970, p. 1811.

O Sagrado e o Profano

uma distância no interior de toda a pretensa unidade («Entre duas notas de música existe uma nota, entre dois factos existe um facto, entre dois grãos de areia por mais juntos que estejam existe um intervalo de espaço, existe um sentir que é entre o sentir — nos interstícios da matéria primordial está a linha de mistério e fogo que é a respiração do mundo, e a respiração contínua do mundo é aquilo que ouvimos e chamamos silêncio») (39), da fragmentação de todos os Uns, mesmo (ou principalmente?) da unidade do sujeito.

Compreender até ao fim o modelo-cinema é compreender a inultrapassável distância jamais preenchida pela transparência de um olhar. É no exercício do olhar, mas vivendo a distância que o separa da Necessidade, que a contingência se revela. Dela Sartre sente-se afastado: não das imagens, claro, ou das sombras que preenchem a brancura do écran. Mas da organização, das relações *necessárias* que ligavam as imagens do filme. Ao mesmo tempo, Sartre descobre a Necessidade e a distância dela.

Distância da Necessidade. Ou, em palavras mais ajustadas ao vocabulário de Sartre deste período, incompletude. O homem é ser incompleto. Vejamos uma das passagens mais expressivas em que Sartre apresenta a sua doutrina da falta.

Escreve:

«Uma falta supõe uma trindade: o que falta (manquant), aquilo a que falta o que falta ou existente, e uma totalidade que foi desagregada pela falta e que *seria* restaurada pela síntese do faltante e do existente: é o faltado ('le manqué')» (40).

Trata-se, como é claro, de fugir do dualismo. Em-si e para-si não se encontram face-a-face:

«o Para-si e o Em-si são reunidos por uma ligação sintética que não é outra senão o Para-si. Com efeito, o Para-si não é outra coisa senão a pura nadificação do Em-si; é como um buraco de ser no seio do ser» (41).

O decisivo, porém, não reside aqui. O que devemos reter é a *presença* de uma totalidade em função da qual, ou a partir da qual, Sartre organiza o seu pensamento. É o duplo estatuto

(39) Clarice Inspector, *A paixão segundo G. H.*, Rio de Janeiro, 7.^a ed., 1979, p. 94.

(40) E.N., p. 125, *subi. meu.*

(41) E.N., p. 681.

Gestos & Fragmentos

dessa presença, que colocamos no centro destas páginas: por um lado, condição definitivamente irrecuperável; por outro, fascínio (obsessão) constantemente presente. É da impossibilidade definitiva da síntese entre as duas regiões do ser que Sartre retirará o tema do *fracasso*; por isso mesmo, ele só tem sentido para a posição prévia da existência-(na)-totalidade *como ideal*: «é este ideal que se pode chamar Deus» (42). Vale a pena citar integralmente a passagem em questão:

«é enquanto ser que é o que não é e que não é o que é que o par a-si projecta ser o que é; é enquanto consciência que ele quer ter a impermeabilidade e a densidade infinita do em-si; é enquanto nadificação do em-si e perpétua evasão da contingência e da facticidade que ele quer ser o seu próprio fundamento. É por isso que o possível é projectado em geral como o que falta ao para-si para se tornar em-si-para-si; e o valor fundamental que preside a este projecto é justamente o em-si-para-si, quer dizer o ideal de uma consciência que seria fundamento do seu próprio ser-em-si pela pura consciência que tomasse de si própria. É este ideal que se pode chamar Deus. Deste modo, pode dizer-se que o que melhor torna concebível o projecto fundamental da realidade humana é que o homem é o ser que projecta ser Deus. Quaisquer que possam ser em seguida os mitos e os ritos da religião considerada, Deus é primeiro 'sensível ao coração do homem' como o que o anuncia e o define no seu projecto último e fundamental. E se o homem possui uma compreensão préontológica do ser de Deus não são nem os grandes espectáculos da natureza nem o poder da sociedade que lha conferiram: mas Deus, valor e objective) supremo da transcendência, representa o limite permanente a parcir do qual o homem se faz anunciar o que é. Ser homem é tender a ser Deus; ou se se preferir, o homem é fundamentalmente desejo de ser Deus» (43).

Lemos nesta página de excepcional clareza, ainda que não seja a clareza que Sartre poderia querer imprimir, a matriz de todo o desejo de objecto absoluto. É justamente pela admissão deste desejo-de-objecto-absoluto que conferiria sentido pleno às visadas parciais da vacuidade da consciência, que nos sentimos distanciados de Sartre.

Dir-se-á que, precisamente, Sartre nega a possibilidade desta síntese; que procura fundar um ateísmo integral. É certo. Mas o que aqui se sublinha é que a sua obra, organizada em termos de *negação* e não de diferença (reencontramos, neste

(42) E.N., p. 626.

(43) E.N., p. 626.

O Sagrado e o Profano

ponto, a crítica de Nietzsche à dialéctica) ficou encerrada no espaço teológico. São palavras de Maurice Blanchot que agora nos auxiliam:

«na medida em que transpomos o divino não o chegamos a anular — porque anulá-lo não pode (e isso é o essencial) consistir em negá-lo, mas em substituí-lo por uma possibilidade ainda não percebida, isto é, abrir uma dimensão radicalmente outra»⁽⁴⁴⁾.

Ora, esta dimensão radicalmente outra não pode consistir em substituir o fracasso de não (poder) ser Deus pelo fracasso de não (poder) ser o em-si, pois o movimento que envolve os homens, num e noutro sentido, é essencialmente o mesmo.

Estes pressupostos decidiram antecipadamente o resultado. A incompletude como tensão para uma completude que a desfaria, preenchendo-a, é o esquema mais geral de toda a tentativa utópica: o futuro, como diferença absoluta, traria a homogeneidade reconciliadora dos homens consigo próprios.

Não é fortuito que, descoberta a importância da dimensão histórica, Sartre seja sensível a esta dimensão utópica e a tenha perseguido da União Soviética à China, de Cuba a Portugal, passando pela importância histórica e filosófica da dissidência para fixar-se (provisoriamente) num neo-anarquismo ainda messiânico⁽⁴⁵⁾ e, por isso, incapaz de elaborar produtivamente uma aquisição contemporânea essencial: a crise das ideologias do futuro, a crise das utopias.

Para esta crise, que agora não cabe explorar, terá contribuído a convicção de que à falta de objecto absoluto, irrecuperável, não corresponde o vazio absoluto. A elevação da categoria de jogo a símbolo do mundo (Eugen Fink)⁽⁴⁶⁾ e a tese da história como processo sem Sujeito(s) nem Fim(ns) (Louis Althusser)⁽⁴⁷⁾ conferem ao utópico uma importância fantasmática ou estética e abrem a possibilidade de um pensamento, que se não desenvolva a partir do primado do Um.

Como escreve Maurice Blanchot, «a insuficiência não se conclui a partir de um modelo de suficiência. Ela não procura

⁽⁴⁴⁾ Maurice Blanchot, «O ateísmo e a escrita. O humanismo e o grito», *Cadernos O tempo e o Modo*, Lisboa, 1963.

⁽⁴⁵⁾ Cf. Maria Manuela Saraiva, «O testamento de Sartre», *Biblos*, vol. LVI, 1980, pp. 213-236, esp. p. 216.

⁽⁴⁶⁾ Eugen Fink, *Spiel als weltssymbol*, 1960, trad. franc. *Le jeu comme symbole du monde*, Paris, 1966.

⁽⁴⁷⁾ Louis Althusser, *Réponse à John Lewis*, Paris, 1973.

o que lhe ponha fim mas antes o excesso de uma falta que se aprofundasse à medida que se preenchesse» (48).

Não há mediação absoluta: há sempre o excesso, e o «excesso não é o demasiado pleno, o super-abundante», escreve ainda Blanchot: «é a exigência jamais satisfeita da insuficiência humana» (49).

Defender que «o desejo já não é desejo de qualquer coisa; tensão para um objecto que falta e de que se sente sempre a falta para que o desejo, a transcendência e as crenças vivam; não é produzido por uma incompletude» (50) é aproximarmo-nos de um pensamento que já se não elabora a partir do ponto de vista do primado do Um.

A perplexidade que invade o leitor de *L'Être et le Néant* recorta-se na sombra de toda a filosofia da consciência. No presente trabalho encontra-se a notícia desta perplexidade e pretende-se esboçar um movimento que pense a *distância de Sartre*, quer dizer, em que a distância da filosofia da consciência seja pensada.

O que implica também um movimento *na* filosofia. Como escreveu Althusser, «a filosofia não existe... senão com a condição de poder oferecer ela mesma um discurso racional puro», discurso esse que cumpre numa tarefa precisa, «a de dizer a Verdade sobre todas as práticas e ideias humanas», pois a «filosofia considera, na sua convicção historicamente íntima, que ninguém nem nada pode falar em seu nome e se ela não existisse ao mundo faltaria a Verdade» (51).

E se a Verdade, ou a sabedoria, dissessem hoje ao filósofo (suponhamos que a Verdade é uma mulher, como sugeria Nietzsche), o mesmo que Mavi diz ao seu amante: «Diz-me 'amo-te' e depois diz-me o que quer dizer amar»? Em *Identificação de uma Mulher*, de Antonioni.

Se o cinema é uma actividade inteiramente projectiva (52) cuja natureza se capta unicamente numa relação solitária (53) impõem-se duas conclusões: primeiro, a experiência

(48) Maurice Blanchot, *La communauté inavouable*, Paris, 1983, p. 20.

(49) *Idem, ibidem*, p. 20, nt. 1.

(50) Jacques Donzelot, «Uma anti-soeilogia», in *Capitalismo e Esquizofrenia (Dossier Anti-Edipo)*, org. Manuel Maria Carrilho, Lisboa, 1976, p. 158.

(51) L. Althusser, *La transformación de la filosofía*, Granada, 1976, p. 14.

(52) Roland Barthes, *Le grain de la voix*, Paris, 1981, p. 18.

(53) *Idem, ibidem*, p. 18.

O Sagrado e o Profano

de que o cinema é metáfora, é irredutivelmente individual; depois, esta experiência é, a um tempo, a da Necessidade como imaginário e a da contingência como realidade. É no espaço aberto pela polaridade Necessidade/contingência que Sartre formula o seu problema e procura os meios de o resolver.

Recebemos a mesma ideia, com toda a nitidez, de uma concepção de homem:

«era ao mesmo tempo um ser perdido no mundo [perdição significa aqui contingência] e, por consequência, cercado de mundo por todos os lados, como que aprisionado no mundo. E ao mesmo tempo um ser que podia sintetizar este mundo e *vê-lo* como seu objecto, estando-lhe face a face e fora. Já não estava dentro, estava fora. É esta ligação do fora e do dentro que constitui o homem» (54).

O momento sintético, cuja possibilidade demonstra a diferença essencial do modo-de-ser dos homens e do modo de ser das coisas, pressupõe o primado do olhar. Pelo menos é significativo que a sua imagem seja esta. Sartre exemplifica:

«Estava em Tours, por exemplo, sentado a uma mesa de café, e ao mesmo tempo, sem sair de Tours, sem me mexer, mas recusando ser um objecto simplesmente definido pelo meu estar aí, podia *ver o mundo* como uma síntese, quer dizer como a totalidade dos objectos que me envolviam, que eu via, e para além de outros objectos, os horizontes, como diz Heidegger. Em suma, captar o mundo como o conjunto destes horizontes, sendo constituído igualmente por objectos» (55).

Desenraizados (da necessidade) do mundo, transcendentos ao mundo, só pelo olhar os homens podem captá-lo: o olhar aparece como o *modelo* da relação que resiste sob a crise de todas as mediações.

«Penso com os olhos», anota Sartre (56) e esta brevíssima fórmula *condensa* toda a importância (e o *tipo* de importância) concedida ao olhar.

Que mesmo a sua autobiografia seja um cruzamento de olhares, um desencontro de olhares, é um aspecto que não deve, também, passar em claro.

(54) S. Beauvoir, *La cérémonie des adieux*, p. 547.

(55) *Idem, ibidem*, p. 548.

(se) C.G., p. 27.

MIRCEA ELIADE ENTRE O «COMPLEXO» DE INÉS DE CASTRO E DE MARIA TELES

Fomos surpreendidos, há não muitos meses atrás, com o desaparecimento (em 23 de Abril de 1986, em Chicago) de Mircea Eliade, romeno de nascimento, autor de uma multifacetada obra de investigação, particularmente no que respeita à Sociologia das Religiões, ao campo do Sagrado, da Mitologia, enfim, à Antropologia do Simbólico.

Este investigador, que contava 79 anos e deixou uma parte da vida ligada ao nosso país, é o obreiro de uma vasta e densa bibliografia que poderá ser subdividida em dois campos específicos. A primeira fase é aquela em que mais se votou à produção literária por assim dizer. Dela serão exemplo ilustrativo os romances *Noite Bengali*, de 1933 e *Bosque Proibido*, de 1955.

Numa segunda fase (que por vezes coincide, em alguns aspectos, com a primeira), agiganta-se a sua obra de antropólogo das religiões. São publicados, nesse âmbito, importantes trabalhos seus que passam logo a integrar planos (obrigatórios) de estudos em universidades de praticamente todo o mundo. É o caso de *Tratado de História das Religiões* (1949), *Mito do Eterno Retorno* (do mesmo ano), *O Chamanismo e as Técnicas Arcaicas do Êxtase* (1951), *Imagens e Símbolos* (1965), *Mitos, Ritos e Símbolos* (1975), bem como a *História das Crenças e das Ideias Religiosas* (dois volumes, editados em 1976 e 1978).

Interessou-nos primeiramente, em particular, duas obras suas, *O Mito do Eterno Retorno* (Lisboa, Edições 70, 1978)

* Antropólogo.

O Sagrado e o Profano

e *O Sagrado e o Profano (A Essência das Religiões)* (Lisboa, Livros do Brasil, col. Vida e Cultura, sem data), em traduções para a nossa língua respectivamente a cargo de Manuela Torres e Rogério Fernandes. A primeira dessas obras tem a particularidade de ter sido (não sabemos se no seu todo mas) pelo menos finalizada quando ele vivia em Portugal.

É sabido que, entre 1942 e 1944, Mircea Eliade ocupou as funções de conselheiro cultural da Embaixada da Roménia em Lisboa. Após finalizar o desempenho de tais funções, este investigador — com quem tivemos ensejo de conversar um dia (anos setenta) em Paris — continuou a viver ainda durante algum tempo em Cascais, após o que abandonou Portugal, fixando-se em Paris e, mais tarde, nos Estados Unidos.

Autor de um ensaio (escrito em romeno) votado ao pensamento e acção de Salazar (1942), Eliade situou a acção do seu romance *Bosque Proibido* (1963) em Lisboa, Cascais e Coimbra.

1. *O espírito de Eliade devolvido a Portugal cerca de trinta anos depois*

A ligação de Eliade com Portugal não é, ao que se sabe, obra de ficção nem do acaso. Já é, porém, em uma sua obra de ficção que o autor de *Romenos, Latinos do Oriente* (1943), nos dá alguns retratos de Portugal, designadamente de Lisboa, Cascais e Coimbra. Tal sucede, com efeito, no seu romance intitulado *Noapte de Sanziene* 0) (A Noite de S. João), de 1955, que Maria Leonor Buescu verteu para a nossa língua em 1963, sob o título de *Bosque Proibido*.

Na sua «ausência americana» — longe dos romenos que o viram nascer em 1907 — este antropólogo das religiões escrevia, de Chicago, em Abril de 1960, para o nosso país, estas linhas que serviriam de prefácio à edição (de tal obra) em língua portuguesa:

«...*Bosque Proibido* é a mais importante das minhas obras literárias. Por isso, sinto-me feliz por ser a primeira que aparece em tradução portuguesa. Creio que, mais do que qualquer outro trabalho literário meu, este romance poderá interessar o leitor português. Passei cerca de cinco anos em Portugal, e uma parte da acção do romance

0) Mircea Eliade, *Noapte de Sanziene*, vertido para a língua portuguesa por Maria Leonor Buescu, Lisboa, Editora Ulisseia, 1963, prefácio.

Mircea Eliade

decorre em Lisboa, Cascais e Coimbra; e, ao que me parece, é sempre interessante encontrar a paisagem natal e os compatriotas reflectidos pela sensibilidade de um escritor estrangeiro».

Apelando para o facto de que os portugueses se encontram dotados de uma concepção muito específica do *Tempo*, da *Morte*, da *História* e do *Amor*, Eliade — encontrando aí um bem vincado paralelismo com a vida do povo romeno — afirma que estas gentes conservam nessas facetas da vida social o carácter de *mistérios*.

A grelha de leitura aqui patenteada pelo autor de *O Sagrado e o Profano* aproxima-o, em certa medida, da de um outro autor, o francês Raymond Abellio, no que concerne à análise da projecção do povo (navegador) português para a órbita do *misterioso*, do *desconhecido* e, conseqüentemente, da lenda e do mito-Oceano. A saga marítima portuguesa, que ganhou foros de alforria no século XIV, traduz, com efeito, um «investimento» no desconhecido, no risco, na aventura.

Sublinha, a este respeito, Abellio que

«toda a história de Portugal testemunha esta projecção num futuro tão indefinido como as grandes navegações onde este povo se procurou a si mesmo, aberto para o mar, não para a terra, e como partido para um grande retorno ao mais longínquo e, todavia, mais íntimo de si» (2).

O autor de *Para um Novo Profetismo* vai ao ponto de afirmar (3) que o homem do ocidente da Europa — o mesmo se verificando com a Califórnia em relação ao bloco dos Estados Unidos (a que, apenas aparentemente, se encontra ligado) — «se vê privado, diante do Oceano, de todo o horizonte material». Ele é, assim, como que rejeitado para o *vazio* até deparar com uma outra força, carga material, mítica e simbólica, o Extremo Oriente. Aquilo que para a Califórnia representará, já muito tardiamente, a procura de uma nova mítica — a mítica hollywoodesca do cinema — já no século XVI a Índia (para nós) representava a projecção das novas frustrações, ambições e esperanças. A transgressão de uma outra Europa que se nos negava.

Questiona-se, a propósito, Abellio: «é o Quinto Império o cinema de Portugal?» Há que partir-se, com efeito, em di-

(2) Dominique de Roux, *O Quinto Império*, com prefácio de Raymond Abellio, Lisboa, Roger Delraux (editor), 1977. Prefácio cit., p. 13.

(3) Prefácio cit., p. 15.

O Sagrado e o Profano

recção a novas coordenadas do saber e do sentir da problemática socio-cultural portuguesa nesse tempo de entrega à aventura, de rumo aos «mistérios» de que fala Mircea Eliade. Importa redescobrir, enfim, novas coordenadas do pensamento filosófico em relação a uma neo-interpretação da História da Cultura, designadamente no nosso país (4).

No romance *Bosque Proibido* Mircea Eliade ajuda-nos a reconstruir, em certa medida, a ideia que de Portugal tinha, em meados deste século, um visitante estrangeiro. Cascais já era, então, um ponto de conjugação (distanciada) entre a aristocracia (que *iabjectava* a grande e buliçosa Lisboa) e uma colmeia piscatória que se encontrava numa situação perfeitamente periférica, debatendo-se ainda com a mais variada gama de problemas.

Em 1915 haviam-se erguido, num frondoso parque não muito distante dali, as luxuosas termas do Estoril, consideradas, pela imprensa da época, um acontecimento notável na valorização turística da região. Os Cursos Musicais Internacionais de Férias e os concursos caninos também viriam, dentro de algum tempo, a adquirir uma significativa nomeada, levando para o estrangeiro o nome da famosa praia onde, «em 1871 EI Rei D. Luís mandou transformar a residência dos governadores da cidadela, já então apoucada no seu valor militar, numa casa capaz de recolher a família Real durante a época balnear» (5).

Eliade, com toda a sua carga humanizante, vai então espraçando o seu espírito por uma dualidade verdadeiramente notória. Por um lado as suas funções — de âmbito diplomático — em Lisboa, levam-no a conviver com os estratos sociais mais elevados, designadamente com a camada política. Isso leva-o, assim, a dedicar, em 1944, um ensaio a *Salazar*, trans-

(4) Vide, a propósito, as considerações de um outro romeno, Vintila Horia, in *Viagens aos Centros da Terra*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 143, que considera que a profunda originalidade da obra de Raymond Abellio (tanto a nível ensaístico como romanesco) se situa «na síntese dialéctica e criadora por ele operada entre o esoterismo, considerado como corpo de doutrina, ciência dogmática e estática, e a fenomenologia transcendental de Husserl, considerada em última análise como *comunidade agnóstica*». Esta magnífica síntese encontra-se, aliás, formulada no prefácio de Rafael Gomes Filipe à obra de Abellio intitulada *Para Um Novo Profetismo — Ensaio sobre o papel político do sagrado e a situação de Lúcifer no mundo moderno*, Lisboa, Edições Arcádia, 1975. Prefácio, (p. 10).

(5) «Cascais e seus lugares», *Revista de Cultura e Turismo*, n.º XVII, Fevereiro de 1963, p. 55.

Mircea Eliade

parecendo, daí, em nosso entender, um apenas aparente «alinhamento» com o regime.

Longe de se deixar enredar pelas «teias do poder», Mircea Eliade é um homem que se sente vocacionado a refletir — num âmbito filosófico (ou não) — sobre a «condição» do homem português. A sua sede de conhecer, tão profundamente quanto possível, o modo de ser e de viver das gentes portuguesas, leva-o a procurar não só conhecer um pouco da nossa língua (6) como, mais do que isso, a ler alguns dos nosso melhores autores. É por esta altura, com efeito, que a sua biblioteca se vai enriquecendo cada vez mais com alguns dos mais significativos nomes da História da nossa literatura (7), de Eça a Camilo, de Garrett a Junqueiro.

Essa sua disponibilidade e apetência para conhecer o país real que somos leva-o, também, a procurar no factor viagem um aliciante para ocupar os seus tempos livres. Mircea Eliade, nesses anos por que se deteve entre nós nas funções de conselheiro cultural da Embaixada da Roménia, realiza os mais variados périplos por terras portuguesas.

A sua maneira de observar as nossas gentes, de conviver com elas como estrangeiro que é, não deixará seguramente de se verificar em moldes de um natural distanciamento, de um certo «barroquismo». Um pouco antes desta estada de Eliade (de certo modo prolongada) entre nós, um outro estrangeiro, neste caso o catalão Eugénio d'Ors, havia de igual modo deambulado pelo nosso país, procurando alcançar um pouco do mais recôndito espírito das nossas gentes, do testemunho da sua cultura, designadamente das suas manifestações artísticas.

Foi precisamente d'Ors quem, sensibilizado pelo que auscultou do nosso povo, nos deixou este significativo testemunho:

«... De Portugal provém metade do sentido secreto da história espiritual espanhola, de toda a história europeia provavelmente. Eu arriscaria que no composto designado

(6) Vários autores, designadamente Victor Buescu, têm provado através dos seus estudos as aproximações de base entre o latim vulgar e a língua romena, como situados no âmbito das línguas da latinidade.

(7) O autor agradece à prof. Maria Leonor Buescu esta informação. A sua família, ao que é sabido, travou estreita amizade com Mircea Eliade quando ele se encontrava a viver entre nós. Terá sido travada mesmo correspondência entre Victor Buescu e Eliade, o que ulteriores investigações nossas poderão comprovar.

O Sagrado e o Profano

por Cultura, a Europa não apresentava, numa análise rigorosa, que dois corpos simples: Grécia e Portugal. O resto é, talvez, uma questão de dosagem»⁽⁸⁾.

-1

E se Eugénio d'Ors, nessa visita ao Portugal real, se viu, por vezes, confrontado com algumas situações verdadeiramente inquietantes — como aquela em que, na Nazaré, teve de fazer parte de um júri em que se elegia a *rainha* das mulheres da praia — Mircea Eliade também se terá seguramente confrontado, nesses anos quarenta, com algumas situações de «deslumbramento».

2. O autor de «O Sagrado e o Profano» entre o complexo de Inês e o de Maria Teles

Uma das situações que temos conhecimento é aquela de que nos dá testemunho, precisamente no seu livro *Bosque Proibido* (de ficção, como referimos atrás), da vivência episdica de um dos seus personagens precisamente na cidade de Coimbra.

Acerca da sua chegada a esse burgo milenário refere, com efeito, o autor:

«Toda a gente julga que estou em Madrid, mas desci no Entroncamento e tomei o comboio para Coimbra. Sem saber o dia certo sabia que você havia de vir aqui... Sabia que havia de vir à fonte de Inês de Castro e foi lá que o esperei todos estes dias. Chegava de manhã e só me ia embora à noite. Disse às pessoas que queria escrever qualquer coisa sobre Inês. Um rapaz ofereceu-se para me explicar a lenda em pormenor: Inês sentava-se numa pedra e esperava uma carta que lhe mandava D. Pedro. D. Pedro enviava-lhe as cartas numa caixinha que deixava boiar arrastada pelas águas da fonte»⁽⁹⁾.

Tal vivência, ao ser colocada por Mircea Eliade numa das personagens femininas desse romance mais não significa, afinal, do que o seu próprio encontro com esta lenda (baseada, embora, em factos reais). É por demais sabido, com efeito, que o assassinio de Inês de Castro, em 7 de Janeiro de 1355, foi um acontecimento propício ao aparecimento de uma infinidade de lendas, contos, relatos ou meras historietas de circunstância.

⁽⁸⁾ Eugénio d'Ors, *Du Baroque*, Paris, Idées, 1983, p. 139.

Gallimard (1935), Col.

⁽⁹⁾ Mircea Eliade, *ob. cit.*, p. 349.

Vindo a ocupar um lugar de destacado relevo no folclore ou na tradição literária (oral) coimbrã, a morte de Inês de Castro ergueu-se alto e fez «desaparecer» outros destacados corpos de «romance» desta mesma época. O assassinio da «linda Inês» como tronco dominante de uma série de outros «romances» terminados em tragédia, fez com que se eclipsassem — por a própria tradição oral (e até mesmo a escrita) os haver claramente secundarizado — uma série de outros de significativa importância histórico-cultural para a época. O mais destacado deles será, porventura, o não menos dramático assassinio de D. Maria Teles, irmã de D. Leonor Teles — precisamente às mãos de seu marido, o príncipe D. João, por sinal filho da própria D. Inês de Castro e de D. Pedro — em data que Anselmo Braamcamp Freire supõe ter sido em Novembro de 1379 ⁽¹⁰⁾.

Este acontecimento, a que historiadores como António Borges Coelho não deixam de reconhecer uma significativa importância no seu grau e carga transgressora, movimentou um outro *corpus* de lenda. O facto é, quanto a nós, por demais evidente. A *lenda* (e facto consumado, nunca é demais frisar) do assassinio de Inês assumiu-se como *tronco dominante* na criatividade oral popular da época, e épocas imediatamente posteriores, designadamente durante a segunda metade do século XIV e praticamente durante o século XV. Isso levou a que ela mesma fizesse passar à condição de *troncos subalternizados* ou aparentemente a-significantes, acontecimentos matéria de lenda como o da morte de D. Maria Teles.

O assassinio de Inês reflectiu-se na obra de autores como D. Francisco Manuel de Mello, em particular nos seus *Doze Sonetos por Varias Acciones* publicados em 1628. Ele tingiu de tal forma de rubro a imaginação popular coimbrã (e até mesmo nacional) da segunda metade do século XIV que, dali em diante, tudo o que pudesse ser assumido como «terror» na imagística popular ou popularizante da época, não se lhe poderia — ou conseguiria — igualar. A tónica *dominante* impedia, assim, a *subalterna* de entrar na imagística popular: o predicado violava a capacidade de afirmação do complemento; o tempo de origem fazia calar o tempo de sequência, o grito abafava o próprio eco.

⁽¹⁰⁾ Vide Damião Peres, Capítulo (XXIII) «O fim da Dinastia de Borgonha», in *História de Portugal* (Edição monumental comemorativa do 8.º Centenário da fundação da nacionalidade), vol. II, Barcelos, MCMXXXIX, p. 357.

O Sagrado e o Profano

Mircea Eliade não é estranho, na visita que faz em plenos anos quarenta à fonte dos Amores, em Coimbra, a esta própria dialéctica da máquina do tempo. Também para si a voz de Inés sonegou a de Maria Teles. O som palatal (convertido em escrita) eclipsou a «voz» interior do próprio mestre. O punhal que matou Inés foi arma mais mortífera que aquele que, segundo Femão Lopes, fez calar a voz e a vida daquela jovem (Maria) esposa de D. João: «...e esta foi sua postumeira pallavra, damdo o sprito, e bofando mujto sangue delia. Oo piedade do muj alto Deos, se emtom fora tua merçee de botares aquel cruel cujtello, que nom dampnara o seu alvo corpo, inoçemte de tam torpe culpa» O¹), brada a voz desalentada do autor da *Crónica de D. Fernando*.

Neste caso o assassinio de Inés materializa o início do fenómeno morte, remete-nos até ao assassinio de Abel por seu irmão Caim. A voz «estrangulada» de Inés matou o grito de Maria. Uma é o tempo basilar ou do início das coisas (ou dos factos), a raiz temporal de uma cosmogonia do absurdo; a outra é o tempo subsequente, interrompido na ficção e na criação (poética ou poiética) dos homens. Delas só a primeira é virtualizada como um tempo de *sagrado*.

Mircea Eliade, no seu conjunto de referências sobre a micro-componente da *origem*, acaba por encontrar, afinal, uma grelha de leitura para esta problemática:

«O tempo de origem por excelência, é o tempo da cosmogonia, o instante em que apareceu a mais vasta realidade, o Mundo. É por essa razão que a cosmogonia serve de modelo, exemplar a toda a criação, a toda a espécie de *fazer*. É pela mesma razão que o *Tempo cosmogónico* serve de modelo a todos os *tempos sagrados*» (12).

Deslumbrado pelo «todo» do caso de Inés, Mircea Eliade ignora assim, em Coimbra, o outro todo, o de Maria Teles. Ou talvez que, mesmo ignorando (historicamente) o segundo caso, ele *sintetize* todos os acontecimentos — e as respectivas implicações ao mais vasto nível — concentrados no primeiro, no papel da *vítima expiatória* imolada.

A posição assumida por D. Afonso IV (em relação aos seus conselheiros Coelho, Gonçalves e Lopes Pacheco) no sentido de que «fizessem o que quisessem» — em relação à vida

O¹) Fernão Lopes, *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando*, Porto, Livraria Civilização, 1979, pp. 283-284.

(12) Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano — A essência das Religiões*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, Col. Vida e Cultura, (Capítulo «Regeneração pelo regresso ao tempo original»), sem data, p. 93.

Mircea Eliade

de Inès de Castro — mais não é, afinal, do que a mesma atitude tomada catorze séculos antes quando da morte de Cristo ou João Baptista. A este respeito René Girard dá-nos uma leitura bastante coerente de todo o processo, quando sublinha que neste mundo as potências se encontram verdadeiramente divididas em em dois grupos não simétricos, as autoridades constituídas, por um lado, e as multidões, por outro (13).

Regra geral, preconiza Girard, as primeiras arrastam as segundas. Em período de crise, porém, sucede o inverso. Dá-se então como que uma amálgama de interesses que ganha forma na existência — e consequentemente processo de expiação — de um *bouc émissaire*. Ele mais não é, afinal, do que um intermediário do sagrado.

Nestes períodos, saliente-se ainda, a multidão é tão poderosa — e Silva Dias numa recensão crítica (14) publicada em 1984 dá-nos igualmente disso testemunho — que

«não tem necessidade de parecer toda a comunidade para obter os resultados mais surpreendentes. As autoridades constituídas inclinam-se perante ela e cedem-lhe as vítimas que reclama o seu capricho, da mesma forma que Pilatos cede Jesus, Herodes ou João Baptista» (15).

Inès, vítima expiatória. Maria Teles, foi-o também. O apego de Mircea Eliade ao primeiro desses corpos de lenda, traduz, na sua grelha de leitura, o seu *modus interpretandis* (mesmo dissimulado, por se estar ante uma obra romaneada) da génese da violência. Não da violência perpetrada pelos conselheiros de Afonso IV à esposa amada de D. Pedro, mas de todas as mulheres oprimidas, transviadas do *raid* da felicidade linearmente térrea, liminarmente terrena. A morte de D. Inès (ou D. Maria Teles) evocada (ou não) pelo autor de *O Mito do Eterno Retorno*, mais não representa, afinal, de que uma descida até à génese da violência e do sangue derramado, de uma forma ritualizada, sacrificialmente. Tratar-se-á afinal, de um *eterno retorno*, talvez às origens ou ao desconhecido.

(13) René Girard, *Le Bouc Émissaire*, Paris, Éditions Grasset et Fasquelle (ed. em «livre de poche»), 1982, p. 171.

(14) J. S. da Silva Dias, notícia de recensão a *Le Bouc Émissaire*, Paris, *Cult. Hist. Fil.* 3, 1984, pp. 403-405.

(15) René Girard, *idem, ibidem*.

O Sagrado e o Profano

3. *O eterno retorno... mas para onde?*

Até onde o conhecimento antropológico — nesta grelha de leitura dos acontecimentos históricos ou em outros — nos permite alcançar uma legi(timi)(bili)dade dos factos. Teremos que regredir sempre até às mais remotas origens? O velho «retorno» será sempre o lúcido argumento de antropólogos, semioticistas e videntes? O que está enterrado, afinal, nas alfombras do passado (entre o machado de guerra da minoria étnica e o super-povoado-poluído?) Será o triunfo (*esperado*) da tónica cultural *dominante* sobre a tónica *subalterna* ⁽¹⁶⁾?

Numa das suas obras teóricas fundamentais, *O Mito do Eterno Retorno*, Mircea Eliade sublinha, porém (na introdução) que, para além das linhas subalternas, foi sua preocupação «detectar as principais linhas de força no campo especulativo das sociedades arcaicas».

Defendia já aí o autor — nesses finais dos anos quarenta — que a filosofia ocidental se arrisca a «provincializar», quer encerrando-se na sua própria tradição e ignorando os problemas e as soluções do pensamento oriental, quer ao obstinar-se a reconhecer apenas as «situações» do homem das civilizações históricas, em detrimento da experiência do homem «primitivo» das sociedades tradicionais.

Posições não menos polémicas são defendidas por Mircea Eliade (cuja tese de licenciatura foi subordinada — após uma estada num mosteiro dos Himalaias, em Rishikesh — à problemática do yoga), na obra *O Sagrado e o Profano*.

Neste seu trabalho o autor procura reflectir, designadamente, sobre o comportamento do *homo* religioso, como uma manifestação de comportamento geral ⁽¹⁷⁾. Para este autor, com efeito,

«os modos de ser sagrado e profano dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmos e, por conseguinte, interessam não só ao filósofo mas também a todo o investigador desejoso de conhecer as dimensões possíveis da existência humana».

⁽¹⁶⁾ A noção de cultura *subalterna* foi definida, de forma precisa, por Silva Dias — embora numa esfera de conhecimento que se prende não já com a Idade Média mas com a problemática do Humanismo e Renascimento (tão cara a amigos nossos como os profs. José V. de Pina Martins, Américo da Costa Ramalho ou Justino Mendes de Almeida), in «Camões e a Cultura Portuguesa *subalterna* no século XVI», *Expresso*, 10 de Abril de 1980.

⁽¹⁷⁾ Este seu estudo insere-se, a nosso ver, em ópticas que não andam distanciadas nem da Fenomenologia, nem da Psicologia nem da Antropologia Filosófica.

Mircea Eliade

Esta problemática prende-se, afinal, com o ser *essencial* dos portugueses que Eliade, na sua «peregrinatio ad loca infecta», conheceu muito de perto. Nesse seu deambular pelo mundo — entre a sonhadora Bucareste natal, a Lisboa tele-comandada governamentalmente por Salazar, ou a Chicago fim-de-estação (vivencial) — Mircea Eliade assumiu a sua feição de aventureiro, de instigador de conhecimentos inovadores, de diálogos com a outra dimensão, sendo porventura a maior delas *a do sagrado*. Eliade aventureiro, mas também exilado, de si próprio.

Não escrevera ele, no seu próprio diário:

«...Cada exilado é um Ulisses a caminho de Ícaca. Toda a existência real reproduz a Odisseia, o caminho para Ítaca, para o centro. O exilado deve ser capaz de penetrar no sentido secreto das suas vagabundagens, e compreendê-las como outras tantas provas iniciáticas que o levam para o centro. Cada um vai para sua casa com as suas próprias pernas, com os seus próprios males».

Exilado também de si próprio — não estabelecera já o poeta turco Nazim Hikmet, quando no cativeiro no seu próprio país, a si mesmo essa mesma pena — o antropólogo das religiões procura apenas novas formulações de novas interrogações. Respostas, essas, encontrá-las-á?

Ele mais não encontra no seu percurso, afinal, tal como muito bem teorizou o seu compatriota romeno Dumitru Micu (18), do que «um estado de alegria eufórica» numa «grandeza heroica».

Um *aventureiro* como Eliade, frisa Micu,

«é um espírito que se eleva para além da sua condição humana comum. A bravura exprime-se não apenas nas circunstâncias espectaculares, mas também pela solidão, pela leitura e pela criação. Os escritos de Eliade — as suas obras de erudição e as literárias — traduzem de forma significativa as aventuras do espírito do autor».

Eliade deixou-nos há pouco, mas apenas por breves instantes. As suas teorias (por enquanto ainda perenes) são ainda prenes de energia tanto nas universidades deste como de qualquer outro dos continentes ditos da Terra. Ele partiu, apenas por momentos. Como o deixámos, afinal, circunstancialmente de ver (até sempre), no momento em que sem qualquer aceno se despediu de nós quando nos anos setenta o encontramos em Paris.

C¹⁸) Dumitru Micu, «Mircea Eliade à 75 ans», *La Roumanie*, 3, Março de 1982.

A PLURIDIMENSIONALIDADE PSICOLÓGICA DA MORTE **

1. CIENTIFICIDADE E POTENCIALIDADE PROBLEM ATIZAD ORA

A Psicologia é a ciência do comportamento das organizações ou dos organismos *vivos*. Por isso, enquanto tal, pouco relevo tem dado à problemática que a realidade quotidiana da morte suscita.

E se é certo que o conceito de comportamento não[^] é unívoco, dando, pelo contrário, oportunidade ao confronto entre teorias diferenciadas e, por vezes, até antagónicas, não é menos verdade que *tanto os behavioristas e neo-behavioristas estritos*, para os quais o comportamento constitui fundamentalmente uma variável dependente das contingências dos estímulos, *como os behavioristas subjectivos e cognitivistas*, para os quais o comportamento depende não tanto das contingências do meio externo como da sua interacção com o sujeito que se comporta, e que nesse comportamento se revela intrinsecamente activo e selectivo, não é menos verdade, dizia, que tanto os primeiros como os segundos não largam mão de critérios epistemológicos com que procuram garantir o carácter científico das explicações que propõem e das provas experimentais com que as defendem.

Entre esses critérios-base da ciência está o da *testabilidade*, também conhecido frequentemente por princípio ou critério de *falsificabilidade*, explicitado por Karl Popper, um dos mais influentes mestres do pensamento epistemológico contemporâneo. Porém, por testabilidade não deve entender-se

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

** Comunicação apresentada ao Colóquio «A morte vista por», realizado na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 28 e 29 de Janeiro de 1982.

apenas a submissão de um argumento ou formulação teórica a prova experimental donde saia a sua confirmação ou rejeição. O critério de testabilidade é mais exigente, na medida em que requer que a prova experimental seja organizada de modo a permitir a *decisão* ou a *escolha* fundamentada entre duas ou várias hipóteses teóricas alternativas ou concorrentes à explicação de um fenómeno ou conjunto de fenómenos do mundo real.

Ora tal escolha só será possível se as condições experimentais oferecerem às hipóteses em confronto idênticas *chances* ou possibilidades de revelarem a sua veracidade, se acaso forem verídicas, mas também e simultaneamente de revelarem a sua falsidade, se porventura forem falsas. Esta condição experimental de *teste* da falsificabilidade foi durante bastante tempo descurada, o que originou que muitas construções teóricas se considerassem experimentalmente apoiadas a partir de resultados de pesquisas que apenas favoreciam a sua confirmação, desprezando condições em que a falsificabilidade deveria igualmente ser submetida a prova. Por conseguinte, para que uma determinada hipótese teórica seja empiricamente testada, não basta que os resultados da pesquisa se lhe mostrem favoráveis apenas numa condição experimental; torna-se imprescindível que eles se revelem igualmente favoráveis na condição experimental que testa a possibilidade de ela se revelar falsa. Só após a passagem por esta «prova de resistência» é que se poderá fundar a escolha entre concepções teóricas em confronto ⁽¹⁾.

O critério ou princípio metodológico da testabilidade apela, em suma, para a organização de experiências ditas *cruciais*.

A demora neste tópico epistemológico nuclear ou radical não foi propositadamente feita para referir que certas formulações teóricas do behaviorismo estrito, por um lado, e do behaviorismo subjectivo, por outro, foram já submetidas a provas experimentais que, satisfazendo o critério popperiano da testabilidade, deram vantagens às formulações do segundo ⁽²⁾. A demora teve prioritariamente a intenção de pôr em

(1) Cf. K. R. Popper, *The logic of scientific discovery*, London, Hutchinson, 1974; *Conjectures and refutations. The growth of scientific knowledge*, London, Rinehart, 1974.

(2) A título meramente ilustrativo, confronte in H. Harlow, «The nature of love», *American Psychologist*, 13, 1958, pp. 673-685 a refutação da concepção behaviorista da natureza aprendida ou secundária das necessidades sociais ou, mais especificamente, da necessidade de ligação afectiva, e in M. V. Abreu, *Tarefa fechada e tarefa*

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

relevo que a reflexão epistemológica de Popper, ao insistir numa exigência de rigor, não nega todavia *valor heurístico*, em ciência, às hipóteses e modelos teóricos que, pela natureza dos fenómenos que pretendem explicar, não se encontram ainda formuladas em condições de facilmente se submeterem ao critério da testabilidade. Estão nesta situação muitas formulações teóricas da Sociologia, da Economia, da Politologia — como é, por exemplo, o caso, referido pelo próprio Popper, do Marxismo dito «Científico» — e de outras ciências do Homem, como a Psicanálise, igualmente citada por Popper.

Contudo, as dificuldades de operacionalização, e consequentemente de testabilidade, não justificam que as *sugestões* ou as *intuições* que tais *construções teóricas* comportam e veiculam sejam negligenciadas e tidas como insignificantes ou sem qualquer valor científico ⁽³⁾. Pelo contrário elas mobilizam a actividade clarificadora ou *luciferina* da razão — para utilizar uma expressão cara a Sílvio Lima, meu primeiro mestre * 5

aberta. Motivação, aprendizagem e execução selectivas, Coimbra, Alameda, 1978, o confronto experimental entre concepções antagónicas de aprendizagem: as concepções conexionistas que pretendem explicá-la como um processo de aquisição de conexões S-R (estímulo-resposta), por efeito reforçador directo e automático das 'recompensas* extrínsecas, e as concepções cognitivistas que a consideram como um processo de organização perceptivo-mnésica de informações úteis em função das condições de motivação intrínseca.

⁽³⁾ Cf. K. R. Popper, *Conjectures and refutations*, London, 1974, nomeadamente pp. 33-39. Para ilustração imediata, transcrevemos as seguintes citações:

«The two psycho-analytic theories (Freud's and Adler's) Were simply non-testable, irrefutable. There was no conceivable human behaviour which could contradict them. This does not mean that Freud and Adler were not seeing certain things correctly: I personally do not doubt that much of what they say is of considerable importance, and may well play its part one day in a psychological science which is testable. But it does mean that those 'clinical observations' which analysts naively believe confirm their theory cannot do this any more than the daily confirmations which astrologers find in their practice. And as for Freud's epic of the Ego, the Super-ego, and the Id, no substantially stronger claim to scientific status can be made for in than for Homer's collected stories from Olympus. These theories describe some facts, but in the manner of myths. They contain most interesting psychological suggestions, but not in a testable form.

At the same time I realized that such myths may be developed, and become testable; that historically speaking all — or very nearly all — scientific theories originate from myths, and that a myth may contain important anticipations of scientific theories».

E mais adiante:

«I thus felt that if a theory is found to be non-scientific, or 'metaphysical' (as we might say), it is not thereby found to be unimportant, or insignificant, or 'meaningless', or 'nonsensical'».

O Sagrado e o Profano

de Psicologia na Universidade de Coimbra. Tal como acontece, de resto, com os mitos, com os grandes Poetas e Trágicos clássicos e modernos, de Esquilo e Sófocles a Shakespeare, em que Freud se inspirou e procurou apoio em tópicos fundamentais da sua construção teórica.

E aqui chegamos onde pretendíamos.

A tentativa ou o ensaio de formular, situar e esclarecer, à luz de um determinado contexto teórico, um certo número de reflexões sobre a morte não é, de modo algum, *ceder* perante a moda de uma mentalidade romântica, mais ou menos decadentista, própria dos fins do século, nem muito menos postergar os critérios epistemológicos fundamentais do pensamento científico.

A morte é uma realidade irrecusável, os problemas que ela suscita determinam o comportamento dos homens, dinamizam a sua cultura e os seus valores, influenciam as suas atitudes e expectativas, modelam o seu modo de ser, de parecer e de estar no mundo. Negar estes aspectos do real, em nome de concepções epistemológicas, parcialmente, pelo menos, ultrapassadas, que negligenciam o dinamismo *vivo* da própria actividade científica, significaria o anquilosamento ou a clausura concentracionária do pensamento, a recusa ou *recalcamento* da realidade por via da «racionalização», mas não em favor da Razão.

Sendo assim, podemos estar *tranquilos*, a falar, *tranquilamente*, da morte.

E podemos estar tranquilos, porque ao fazê-lo estamos, por certo, heurísticamente a contribuir para o avanço do pensamento científico face a uma realidade problemática, sobre a qual, de resto, todo o homem curiosamente se questiona, com maior ou menor insistência e profundidade reflexivas, a partir da visão e dos afectos que a morte dos outros lhe suscitam ou a partir, por via de tais experiências, da *projectão* da previsão da morte própria num tempo indeterminado e incerto, mas com perfil certo no horizonte.

2. A NATUREZA RELACIONAL DO PSICOLÓGICO OU A DIMENSÃO «MUNDANA» DA INTERIORIDADE

Uma primeira incursão heurística ou tentativa de esclarecimento de uma dimensão relevante da problemática com que a morte nos confronta parte da concepção dinâmico-relacional do comportamento ou da personalidade por oposição às concepções individualistas ou individualizantes. No con-

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

texto teórico da concepção dinâmico-relacional, a personalidade é constituída pelo tecido de relações recíprocas entre o organismo e as situações de vida ou entre o *Eu* e o *mundo*, mundo significativo de objectos e, sobretudo, de pessoas. Só a partir desta contextura relacional, deste complexo sistema de relações, se poderá compreender o comportamento personalizado, o seu desenvolvimento e as vicissitudes a que este último está sujeito. Para o funcionamento da personalidade e para o desenvolvimento das potencialidades inscritas no «código genético» ou no «património hereditário» não basta o simples crescimento do organismo, não bastam os «processos naturais» de *maturação*; para que esse desenvolvimento seja possível torna-se indispensável um conjunto de trocas recíprocas ou um sistema de interacção do organismo com o mundo próprio, o «umwelt», ou com o *campo psicológico* em que se insere (4).

O indivíduo *isolado* não se cria nem se desenvolve como Homem. Poderá subsistir ou sobreviver biologicamente, mas o seu funcionamento não deixará de apresentar deficiências e o desenvolvimento das suas potencialidades ficará irremediavelmente atrofiado, como o provam os casos fidedignos das chamadas *crianças selvagens*.

Do ponto de vista biofisiológico, nascemos incompletos ou inacabados e necessitamos de relações significativas, de contacto íntimo com os outros, tanto ou mais do que precisamos de cuidados físicos ou de alimento, como provam, por exemplo, as observações sistemáticas de René Spitz e de Bowlby acerca dos efeitos negativos provocados pelas carências afectivas, totais ou parciais, no desenvolvimento psicológico global no decurso dos primeiros anos de vida, e como demonstram ainda, de forma crucial, os resultados das experiências laboratoriais de Harlow sobre «a natureza do amor» (5).

(4) Acerca da concepção dinâmico-relacional do comportamento e da personalidade, cf. J. Nuttin, *La structure de la personnalité*, Paris, P.U.F., 31971; *Théorie de la motivation humaine*, Paris, P.U.F., 1981. Sobre a oposição entre a concepção dinâmico-relacional e as concepções individualistas e individualizantes da personalidade, cf. M. V. Abreu, «Desenvolvimento da personalidade e motivação», *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XIV, 1980, pp. 159-193.

(5) Cf. R. Spitz, *La première année de la vie de l'enfant*, Paris, P.U.F., 21963; J. Bowlby, *Child care and the growth of love*, London, Penguin, 1965 e *Attachment and loss*, London, The Hogarth Press, 1969-1973; H. Harlow, *oh. cit.*, in nt. 2 e «Love created, love destroyed,

A nossa incompletude natural ou inacabamento biológico exige o completamento pela cultura, veiculada e corporizada pelo sistema de relações inter-subjectivas indispensáveis à constituição substantiva e ao desenvolvimento da personalidade como *estrutura unitária eu-mundo*. Nesta medida é que se pode afirmar que o «homem interior» ou a «interioridade» é constituída fundamentalmente pela memória dos acontecimentos vividos, do significado ou sentido com que o foram, das relações inter-subjectivas constituintes da *história pessoal* de cada um, *história* pessoal que a, sempre, *interpessoal*, entrecida sempre pela interação com o mundo, em que as aproximações e os afastamentos, os encontros e os desencontros, as ligações e as desligações entre as pessoas assumem papel e significado privilegiados.

Por sermos assim constituídos é que a morte de uma pessoa significativa da nossa história interpessoal nos comove ou envolve emocionalmente tanto.

Porque sofremos com a morte de um ente querido? Porque a choramos? Porque nos sentimos mais pobres ou vazios ou mutilados?

Obviamente, porque perdemos alguém a que estávamos afectivamente ligados, com quem mantínhamos relações íntimas e significativas de que necessitávamos e de que, doravante, nos sentimos privados. Mas não só por isso. Sofremos e choramos também por nós próprios, porque a morte de alguém querido representa ou envolve também a morte de uma parte da nossa própria vida. Choramos, sem dúvida, a morte da pessoa querida, mas temos igualmente pena de nós, porque o seu desaparecimento constitui também o desaparecimento de uma parte da nossa história pessoal — a que se relacionava com a pessoa morta — e que, desde então, só a memória pode imaginariamente reconstituir. (E é um dado de observação comum que a morte de alguém constitui elemento suscitador ou activador da memória dos seus familiares e amigos, que nos dias imediatos à morte relatam episódios, acontecimentos próximos ou distantes de que a pessoa morta

love regained» in *Modèles animaux du comportement humain, Colloques Internationaux du C.N.R.S., Paris, 1972, pp. 13-59.*

Acerca da problemática das «crianças selvagens», cf. A. Anastasi, *Differential Psychology*, New York, MacMillan, 1963 e L. Maison, *Les enfants sauvages: mythe et réalité*, Paris, U. G. Éditions, 1964 (tr. port., Porto, Liv. Civilização Ed., 1967).

Sobre a convergência das investigações acima referidas e respectivas implicações teóricas, cf. R. Zazzo, *L'Attachement*, Newchâtel, Delachaux et Niestlé, 1974, e M. V. Abreu, *oh. cit.*, in nt. 4.

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

foi protagonista principal ou interveniente). Mas a reconstituição mnésica não preenche totalmente a *lacuna* que a morte instaurou no sistema de relações interpessoais. Há que operar ou proceder a uma remodelação desse sistema relacional ou a uma reelaboração do *sentido* de continuar a *con-viver* ou simplesmente a *estar no mundo*.

Muito provavelmente a compreensão da depressão e do luto terá algo a ver com o que fica dito acerca da perda *presente* com repercussões na reconstituição mnésica do *passado*, e na eventual «perda» de horizonte *futuro* e retomada da sua construção.

Por outro lado, do ponto de vista biológico, a morte é individual: quando uma pessoa morre, biofisiologicamente, é só ela que cessa de viver. Neste sentido, podemos dizer aue morremos sós, isolados, mesmo que à nossa volta tenhamos a companhia ou a presença de pessoas queridas.

Do ponto de vista psicológico, porém, com a morte de alguém outras mortes ocorrem, mortes de outras pessoas já mortas, que a memória da primeira mantinha vivas, e mortes também de pessoas vivas. Quando uma pessoa querida nos morre, somos nós que morremos também para ela. E sofremos por isso e por isso também choramos.

Já não podemos mais dizer-lhe o que gostaríamos ainda de lhe comunicar e que nunca lhe foi dito, nem podemos mais manifestar-lhe o afecto que, afinal poderíamos ainda dar-lhe e que não foi suficientemente expresso ou manifesto. E por isso nos arrependemos e nos culpabilizamos. Daqui o remorso, a culpa e o desejo de reparação! E desejaríamos — ou desejamos — um reencontro, uma nova oportunidade. E o desejo de tal reencontro ou religação é gerador de uma tensão persistente de completamento que se prolonga no tempo, dinamiza a imaginação, está na base da esperança e da actividade projectiva e cultural. O *culto* dos mortos tem aqui, provavelmente, a sua raiz psicológica vivificadora. E a recusa da morte, as resistências e dificuldades da sua aceitação residem, em grande parte, na repugnância em aceitar que alguém cuja «natureza» se desenvolveu pela cultura se reduza, pela morte, a um simples objecto «natural».

3. ESTRUTURAS INTERPESSOAIS CONSTITUINTES DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

A segunda incursão ou tentativa heurística de esclarecimento de uma outra dimensão psicológica da morte decorre ainda da primeira.

Se, na perspectiva relacional da personalidade, a história pessoal de cada um é fundamentalmente a história das relações inter-subjectivas constituintes, das suas vicissitudes, das circunstâncias determinantes da sua concretização real e do sentido ou significado com que foram vividas e que cada um lhes atribui, não é menos certo que, na *variedade multiforme* ou mesmo na *unicidade* de cada história pessoal, podemos identificar dinamismos, vectores e estruturas *comuns*, e, no fluxo do seu desenvolvimento, «isolar» ou diferenciar *situações estruturais invariantes*, estádios ou «momentos históricos» de maior densidade constitutiva, descritos ou analisados pelos psicólogos do desenvolvimento e pelos psicanalistas.

Antes deles, porém, o esclarecimento ou a interpretação do sentido de algumas dessas situações estruturantes fora já *ensaiada* pelo pensamento mítico, nomeadamente através das «histórias» de Narciso e de Édipo, onde as estruturas ou sistemas de relações interpessoais e as vicissitudes da sua concretização desempenham um papel crucial na *diferenciação do destino* do desenvolvimento pessoal. Mas onde também não é difícil reconhecer a dimensão constituinte e invariante do *devir histórico* de cada homem, universalmente pontuado pelo fluxo ou pelo ciclo das ligações, separações e religações constitutivas.

3.1. *A estrutura interpessoal do narcisismo*

Nascemos de uma ligação interpessoal ou de uma relação intersubjectiva íntima e fecundante, e o nascimento constitui a primeira *desligação*, separação ou «sexionamento» originário. Somos, por isso, sexuados desde a nascença. Mas a incompletude biofisiológica ou o inacabamento natural requer ou exige o estabelecimento de uma *ligação* constituinte, de certo diferente da que caracterizou o tempo de gestação. No entanto, a ligação ou o vínculo mãe-filho prolonga ainda características simbióticas da ligação primitiva, e a grande diferença advém da discontinuidade espacial e da introdução da *ordem do tempo*, originada pelo afastamento ou pela ausência temporária, mais ou menos prolongada, da figura da mãe. Condição da constituição progressiva do tempo psicológico, da mobilidade e do trânsito, o fluxo rítmico do afastamento e da aproximação, da ausência e da presença, é também, e sobretudo, condição geradora do Desejo. Desejo de manter o vínculo inicial ou a ligação originária, anuladora das diferenças, da separação ou do sexo. Desejo de restabelecer a fusão oceâ-

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

nica, a união completa, absoluta, perfeita e, por conseguinte, *não-partilhada*.

E se a aceitação da *ordem do tempo* exige a assunção do *trânsito* e da *marcha* no sentido de um distanciamento progressivo, a aceitação da *ordem ou lei cultural da partilha* do Amor Absoluto exige o confronto, primeiro, e a superação, depois, dos riscos da agressividade, do desejo de morte ou do desaparecimento daqueles que partilham o Amor da pessoa amada — seja o Pai, a própria Mãe ou os irmãos.

Os perigos ou os riscos — sentidos, pressentidos ou previstos — da agressividade ou do desejo de matar para poder ser único a possuir e a ser possuído, a amar e a ser amado pela pessoa-objecto de Amor Absoluto, tais perigos ou riscos, dizia, são susceptíveis de determinar concretizações comportamentais diversificadas, desde a denegação da frustração e da agressividade, e correlativo recuo e fixação, até à aceitação da perda ou «morte» do tempo arqueológico da ligação natural e correlativa entrada na ordem cultural da partilha. A assimilação desta ordem cultural envolve também o reconhecimento do direito dos outros e, conseqüentemente, a renúncia ao Amor Absoluto originário; envolve ainda o reconhecimento da agressividade recíproca, própria e alheia, a aceitação da transitoriedade e do adiamento ou diferimento da satisfação do Desejo num tempo futuro, indeterminado e incerto.

Na história do desenvolvimento da personalidade situa-se aqui o momento de oscilação crucial em que Narciso e Édipo se tocam, em que se joga dinamicamente a fixação ou o trânsito, ou seja, a passagem da Natureza à Cultura.

O mito de Narciso, nas suas variantes conhecidas, procura elucidar o campo de forças que leva Narciso a recusar o desgarramento, a diferenciação, os perigos do afastamento da Mãe-Natureza, os riscos do reconhecimento do sexo ou da separação do mundo segurizador da infância, por um lado, e da agressividade própria e alheia, por outro. Recusando aceitar as diferenças, temendo assumir e defrontar a agressividade própria e a de outros, Narciso recusou igualmente a partilha e o diferimento temporal da realização do Desejo, com a correlativa projecção num tempo futuro e incerto, recusou, em suma, a separação ou a «morte» do Paraíso anterior e a transitoriedade da Vida.

Deixando-se fixar na imagem ideal do Amor primitivo, Narciso representa o apego à vinculação arcaica à Terra-Mãe, propiciadora de segurança, de alimento e de contacto corpo-a-corpo; representa a nostalgia da Natureza originária, mas

irrecuperável, fugidia, de cuja Ausência apenas resta Eco. A sua morte ou suicídio nas águas *espelhadas* da fonte radica nesse desejo de amor radical, assexuado ou abolidor das diferenças e da transitoriedade. Por isso, simbolicamente, no local onde morreu de amor, na busca ou tentativa de reencontro de um Amor impossível, nasceu apenas uma flor que de Narciso recolheu o mesmo nome. A capacidade criadora de Narciso permaneceu, assim, no plano vegetativo.

3.2. *A estrutura interpessoal edipiana*

A situação edipiana representa, pelo contrário, não apenas a aceitação da ordem do tempo e da transitoriedade, mas também a aceitação da ordem, lei ou contrato regulador, da partilha dos bens do Amor.

Se Narciso recusou aceitar o desgarramento, a diferenciação e os riscos da auto- e da hetero-agressividade, Édipo, por seu turno, recusou deliberadamente fixar-se; por isso, fugiu do lar onde foi criado como filho e reconheceu que, para ser Homem, o desgarramento e a renúncia ao Amor primitivo são indispensáveis, embora também nele, mas agora de forma inconsciente, a imagem do primeiro amor continue a funcionar como *paradigma*.

No sistema de relações interpessoais característico da situação edipiana articulam-se os processos, quase rituais, que conduzem o trânsito ou a passagem da Natureza à Cultura, através, nomeadamente, do reconhecimento do carácter transitório da vida humana desde a infância à velhice e à morte, reconhecimento simbolicamente representado na resolução dos enigmas postos pela Esfinge na caminhada de Édipo para Tebas, principalmente daquele que consiste em identificar qual o animal que começa por marchar a quatro membros, depois apenas a dois e, mais tarde, a três.

Mas se Édipo reconhece a fragilidade e a precariedade do *dever* humano, o seu destino trágico tem, relativamente ao de Narciso, uma contrapartida criadora, que ultrapassa o plano vegetativo. Édipo gerou e criou filhos, herdeiros e continuadores de Cultura, tarefa persistentemente prosseguida de completamente da nossa natureza inacabada e de preenchimento de uma Ausência geradora de Desejo.

A história do desenvolvimento construtivo da personalidade humana é, afinal, pontuada pelas vicissitudes da dialéctica da Ausência e da Presença, num movimento contínuo de Separação, Ligação e Religação.

4. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO, INCERTEZA E ANGÚSTIA

Uma terceira, breve e última incursão situa-se no ulano das relações cognitivas com o mundo, relações pelas quais o Eu procura dar-lhe sentido de apreender o sentido da sua própria vida.

É pela organização das informações recolhidas da experiência que o homem tem vindo progressivamente a reduzir a *incerteza* e a diminuir a angústia perante os fenómenos naturais por intermédio de uma crescente capacidade de previsão e de antecipação. A morte, enquanto fenómeno natural, apresenta-se ainda ao homem como um *limite* à sua capacidade de indagação e de organização cognitiva. Dela apenas sabe que é *certa*, porque tudo o mais que é objecto de indagação ou do nosso insaciável desejo de saber permanece no domínio do *incerto*.

E dado que tudo o que é indeterminado e incerto gera *medo*, é nesta incerteza que a morte ainda comporta que, em grande parte, radicam a angústia, o medo, o sem-sentido e o absurdo da morte.

Para o nosso Desejo de superação do «sexionamento» inicial, desejo de saber e dar sentido, a separação ou o «sexionamento» da morte apresenta-se como a grande ferida ou limitação narcísica. Somos limitados, finitos, incompletos ou inacabados. Mas persistimos na criação de projectos. A perspectiva temporal em que a nossa história interpessoal se constitui não comporta apenas o passado. O futuro também nos determina nas decisões quotidianas. Por isso, não é sem-sentido, nem absurdo, nem muito menos acientífico o projecto de questionar a morte.

VARIA

HISTÓRIA... QUE HISTÓRIA?

Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional

Em 1959 iniciei-me, por assim dizer, na História Local e Regional. Pondo em prática o programa de História da reforma de 1947/48 — que constituiu, apesar de tudo, no Portugal salazarista, um significativo avanço na estrutura do ensino liceal — o Dr. Alberto Martins de Carvalho, um dos mais insignes pedagogos que tive a felicidade de conhecer, orientou-nos a nós, alunos do então 7.º ano do Liceu D. João III (hoje Escola Secundária José Falcão), para a elaboração de um pequeno trabalho de pesquisa histórica. Escolhi o mosteiro de Lorvão, por ser relativamente próximo do lugar onde habitava. Ainda hoje guardo religiosamente o manuscrito desse trabalho, que às vezes leio a sorrir. O certo, porém, é que, na sua ingenuidade, constituiu a minha primeira tentativa de investigação histórica. Por isso, e por muito mais, nunca esqueci o velho Mestre que me incitou a realizá-lo. Recordo-me, para além da bibliografia que consultei, como então percorri os caminhos até Lorvão, como interroguei as populações sobre as suas tradições e costumes, lembro-me das longas conversas que tive com o padre da freguesia, conhecedor dos problemas do mosteiro, e até de algumas «pesquisas arqueológicas» que efectuei com uns amigos na região...

Depois disso, só episódica e indirectamente regressei à História Local e Regional, pois nem sequer os estudos de Arqueologia — não era ainda professor Jorge Alarcão e Bairrão Oleiro já tinha seguido para Lisboa — me fizeram sair das salas da Faculdade para um trabalho de campo. Virando-me para a via da história da cultura, fui orientado na minha dissertação de licenciatura pelo Professor Silva Dias. Trabalhei sobre o tradicionalismo e a contra-revolução do século XIX, o que me levou ao interior da Beira onde, no local, e mais precisamente em Sernancelhe (terra de Ribeiro Saraiva e da família paterna de Gama e Castro), procurei elementos — com a ajuda do Padre António Cândido de Lemos Azevedo — para compreender o processo de gestação do pensamento e da acção absolutista. M'as, mais do que isso, esses anos de 1965 e 1966 geraram o convívio com o Mestre a quem devo, em grande parte, a minha orientação de historiador.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O Professor Silva Dias não é um investigador de História Local e Regional, mas, pelos seus trabalhos e pelos seus conselhos, conduziu-me sempre ao esforço de integração da história das ideias no espaço social, que é na verdade o espaço nacional, institucional, local e regional.

Nunca entendi, portanto, a história fora da dimensão espacial e o conhecimento das realidades concretas foram para mim sempre motivo de investigação ou de simples curiosidade. Quer fossem as realidades da etnia balanta da Guiné, que procurei estudar num trabalho frustrado de pesquisa etno-histórica — vicissitudes da Guerra Colonial, que ali me levou, não possibilitaram a sua finalização —, quer a arte integrada nas regiões e nos locais respectivos, para que me orientou, em várias digressões pelo país, o Professor Nogueira Gonçalves, quer as realidades da «cultura popular» veiculada pelo aparelho ideológico do Estado Salazarista. Neste caso, em colaboração com o meu colega Amadeu Carvalho Homem, e o apoio de uma aluna de História e do pessoal da Casa do Povo de Souselas, escrevemos um pequeno artigo, que pelo menos tem como virtude o levantamento dos espécimes existentes na biblioteca dessa instituição, que de outro modo se poderiam ter perdido. Finalmente, a minha última área de pesquisa, o estudo da Universidade no período liberal, tem-me conduzido à análise da instituição, na sua perspectiva social, política e cultural, e à sua integração num espaço urbano, regional e nacional.

Não sendo, portanto, um historiador de História Local e Regional não deixei nunca de me interessar pelo tema, até porque o contacto com os alunos e com os meus colegas do ensino básico e secundário, em muitas conferências realizadas em várias escolas do país, me colocou perante diversos problemas nesse âmbito, tendo sempre procurado incitá-los ao seu estudo. Assim sucedeu, por exemplo, com David Augusto Canelo, que acaba agora de publicar em Belmonte a 2.^a edição do seu livro, *Os últimos crypto judeus em Portugal*, cujas primeiras pesquisas se iniciaram quando estudante em Coimbra e que fui depois seguindo, na medida do possível.

Por isso foi com o maior agrado que aceitei participar no Colóquio de História Local e Regional organizado pelo Instituto Politécnico de Viseu, através da sua Escola Superior de Educação, apresentando uma comunicação introdutória. O contacto recente no Brasil — depois de ter recebido o referido convite — com o «projecto Canudos», em vias de realização pela Universidade do Estado da Bahia, fez-me interessar ainda mais pelo tema. Não conheci o sertão de Canudos, porém, graças às informações de Yara Ataíde Bandeira e às coloridas narrativas de Renato Ferraz — verdadeiro sertanejo, que me fez regressar às ricas recordações das minhas leituras de Jorge Amado, com quem aprendi (e com Guilhermino César, meu professor de História do Brasil) a amar, sem os conhecer, o Nordeste e outras terras brasileiras — consegui «ver» a comunidade de António Conselheiro, que se revoltou contra o Poder em fins do século XIX e, sobretudo, aperceber-me do interesse do «projecto» da U. N. E. B., que pode vir a transformar-se num verdadeiro paradigma no âmbito da História Local e Regional.

Porque não sou um especialista, terão de se entender estas reflexões como simplesmente vestibulares ao tema, que depois foi analisado no colóquio, em áreas diversas, por outros investigadores. São apenas algumas considerações críticas sobre a História. De resto, elas foram elaboradas somente com o sentido de questionar os participantes do colóquio e têm, pois, essencialmente, um sentido dialogante.

Ao publicar esta comunicação, que foi, portanto, apresentada em Lamego, no 1.^o Encontro de História Local e Regional, que ali se

História... Que História?

iniciou em 8 e 9 de Julho de 1987, prolongando-se depois por Mangualde e Viseu, aproveitou para homenagear o Professor Silva Dias. Acostumei-me com o ilustre Mestre, e muitas vezes em discordância com ele, a debater o sentido da História. Por isso creio que nenhum trabalho se ajustaria melhor do que este a semelhante objectivo. E aue estas evocações pessoais, que aqui deixo como intróito, ajudem a dar mais vida a estas reflexões, pois o Professor Silva Dias, à maneira de Marc Bloch, sempre me ensinou a História como uma ciência viva e nunca como «antiguidade».

1. Como professor de Teoria da História há alguns anos, interessado em interrogar-me constantemente sobre o sentido da História que os outros fazem (e que eu faço) — num salutar esforço de crítica e de autocritica —, bem como sobre a História que se ensina e também sobre o surto de realizações 0), que hoje atinge um significado sensível, abertas à análise da realidade histórica ou à defesa do Património (revistas, colóquios, associações diversas, etc.), pergunto-me agora: porauê o surgir repentino, quase simultâneo, de vários colóquios de História Local e Regional (no mês de Julho de 1987 em Lamego-Mangualde-Viseu, em Setembro na cidade de Portalegre, em Santarém no mês de Novembro...)? Trata-se, talvez na sua aparência de falsa questão, de um problema complexo, para o qual é possível aduzir explicações de carácter «regionalista», institucional e científico.

Na verdade, creio que tal facto deve-se, em boa parte, ao importante significado que as regiões passaram a ter no contexto do país — este é um dos aspectos mais interessantes das transformações verificadas depois do 25 de Abril —, de onde o seu desejo de se conhecerem melhor e de dinamizarem os seus próprios movimentos culturais. Mas, não deixa também de resultar da intenção de as novas instituições de ensino e cultura se afirmarem, até porque constituem organismos que têm sido objecto de alguma polémica. Refiro-me aos Institutos Politécnicos e às Escolas Superiores de Educação, organizadores dos referidos colóquios. Entendo, todavia, que há outras razões de natureza mais profunda (e até em certa medida inconsciente) que explicam também esta movimentação em prol da História Local e Regional. Trata-se da noção que hoje se tem de História, quer seja ela encarada no seu

0) Vide as minhas recentes reflexões «O lugar da História, o lugar do Historiador, o lugar do Professor de História», *Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 2 (II série), 1986-1987, pp. 15-26, e «Actualidade e actualização da História Política», apresentação ao livro de Rui Bebian, *D. João V. Poder e espectáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987, pp. 7-17.

espaço de «memória colectiva» quer seja vista numa perspectiva propriamente «científica», englobando aqui não somente a «ciência histórica» *tout court*, mas também a história que se ensina e se aprende, a qual se deverá aproximar o mais possível da «ciência». Analisemos esta hipótese explicativa com um pouco mais de atenção.

2. Pode dizer-se que se tem vivido neste século um tempo de dinamização da História, que levou a um apelo veemente à sua transformação, assim como à contestação de uma historiografia «tradicional». Como é sabido, porque tem sido dito e redito, a uma história «política» («acontecimental»), «cronológica» e «individual» — recordem-se os «três ídolos» que, segundo François Simiand, deveriam ser abatidos (2) — opôs-se uma «história social», «total», «estrutural», que procurou sobretudo analisar a economia, a sociedade, a mentalidade, que valorizou especialmente os «tempos longos», em detrimento dos «tempos curtos». Surgiu assim uma «história material», não exactamente em sentido marxista (apesar da influência do marxismo), mas no sentido de que a História se deve explicar nas suas realidades concretas e profundas, que abrangem não só os mecanismos económicos e sociais, geradores de hierarquias de poder, mas também os costumes, os hábitos, as necessidades, as crenças, o «quotidiano», enfim tudo o que está para além do que «aparece ao de cima» (o «político» e o «cultural» em acepções tradicionais). Daqui a interdisciplinaridade metodológica e a importância que para a História têm hoje os modelos explicativos da Economia, da Sociologia, da Antropologia, etc.

Neste contexto, que tem sido apresentado como tipicamente francês, foram surgindo as novas revistas — a *Revue de Synthèse Historique* (1900) e os *Annales* (1929) são os casos significativos — e os «monstros sagrados» de uma história que se tem auto-afirmado como «nova» («Histoire Nouvelle»), tais como Marc Bloch, Lucien Fèbvre, Fernand Braudel e, mais recentemente, Pierre Goubert, Philippe Ariès, Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jacques Le Goff, Michel Vovelle, Pierre Chaunu, Michel Foucault, etc. E foram despontando as obras clássicas da historiografia francesa, tais como *Les caractères originaux de V histoire rurale française* (1931) e *La Société féodale* (1936), de Marc Bloch, *Un destin, Marthin*

(2) «Méthode historique et science sociale», publicado pela primeira vez na *Revue de Synthèse Historique* em 1903 e depois reeditado nos *Annales* em 1960.

História... Que História?

Luther (1928) e *Le problème de Yincroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais* (1942), de Lucien Fèbvre, *La crise de Véconomie française à La fin de Y Ancien Régime et au début de la Révolution* (1944), de Ernest Labrousse, *Mediterranée et le monde méditerranéen à Yépoque de Philippe II* (1949) e *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme du XV^e au XVIII^e siècle* (1979), de Braudel, *U enfant et la vie familiale dans la France de Y Ancien Régime* (1960) de Ariès, *Folie et déraison. Histoire de la folie à Y âge classique* (1961), de Foucault, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle* (1971) e *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort, XVII^e-XVIII^e siècles* (1974) de Vovelle, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (1975) de Ladurie... Estudam-se os grandes espaços (mas também os pequenos espaços), os «tempos longos», as estruturas e os ritmos económicos, sociais e mentais, a vida quotidiana, os costumes, a morte, os nascimentos, os climas, etc. Alargam-se os campos de investigação, os aparelhos conceptuais, os instrumentos de apoio metodológico (a informática, por exemplo, entrou definitivamente no campo do método histórico)...

Mas todo este esforço renovador não poderia verificar-se sem o apoio de obras de ideologia científica, primeiro de combate contra a «tradição» e, depois, de defesa do espaço ocupado, transformando a «História Nova» numa quase «instituição». Desde a *Apologie pour Yhistoire* de Bloch e os *Combats pour Y Histoire* de Fèbvre, ao *Faire de YHistoire* (1974) . dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, à *La Nouvelle Histoire* (1978), com direcção do mesmo Le Goff e também de Roger Chartier e Jacques Revel, ou ao recente livro de Marc Ferro, *VHistoire sous surveillance* (1985), há um conjunto numeroso de estudos de reflexão epistemológica que pretendem apresentar, e até impor, um certo tipo de História,, podendo levar-nos mesmo à ideia que se trata de um «sistema científico»

Portanto, para além do aspecto dinamizador e renovador da História deste movimento, que teve a França como polo — quer devido ao relevo conferido ali às ciências sociais, e assim à História, quer à convicção da sua importância cultural e, assim, à sua força difusora, que tem chegado a assumir o sentido de um verdadeiro «nacionalismo cultural» e mesmo de uma autêntica «colonização» — há que ter em conta aspectos «estratégicos» e «ideológicos». A «História Nova» acabou por ser apresentada em termos de novidade absoluta, como se 1928 — no dizer de Hervé Coutau-Bégarie, que foi quem melhor desmontou os seus mecanismos de avanço

e de defesa ⁽³⁾ — fosse o ano zero da História, pois tudo começaria no ano seguinte com os *Annales*, como se existisse uma oposição total da História realizada por esse movimento a uma história anterior, considerada pejorativamente como «positivista», que tivera o seu método definido na obra metodológica de Langlois e Seignobos do fim do século XIX ⁽⁴⁾, e como se os seus antecessores tivessem sido apenas ilustres historiadores e intelectuais franceses, dos quais se destacam Voltaire, Chateaubriand, Michelet e Henri Berr.

Neste sentido, para além do reconhecimento da notável força renovadora deste movimento, há que nos interrogarmos sobre o sentido negativo da sua acção «ideológica», não portanto para o contestar, mas sim para o apreciarmos em toda a sua complexidade.

Na verdade, no seu processo de «reprodução», a «História Nova» (continuemos a utilizar esta expressão convencional, ainda que o seu emprego já suponha uma certa carga ideológica) criou a tendência para se estabelecer uma simplista oposição relativamente à chamada «História Positivista» (outra expressão convencional de cunho ideológico), desvalorizando assim — talvez de forma injusta — os esforços de rigor da «escola metódica», subalternizando exageradamente os factos, os indivíduos e a cronologia (que deveriam sim ser reperspectivados) e relegando mesmo para um segundo plano a história política e a história cultural (que precisavam sim de ser reequacionadas). Pode, pois, dizer-se que a lógica argumentação de ataque dos primeiros historiadores do movimento renovador da História contra uma história tradicional foi considerada à letra, perdendo-se o sentido da relatividade e da oportunidade dos seus argumentos, produzidos numa dada situação conjuntural. De resto, é evidente hoje o esforço dos «novos historiadores» para mostrarem que, apesar de tudo, não se pode perder de vista a linearidade cronológica, que os acontecimentos e os indivíduos devem ser alvo de novas reflexões e que a história política tem de ser valorizada e repensada.

Por outro lado, a abertura das áreas de investigação histórica, criando a ideia de que, no dizer de Paul Veyne,

⁽³⁾ Cfr. *Le phénomène «Nouvelle Histoire». Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, *Economica*, 1983, p. 296.

⁽⁴⁾ Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.

Histeria... Que História?

«tudo é História» ⁽⁵⁾, aliada à importância hoje conferida à divulgação e ainda a certas considerações da terceira geração da «Nova História», geralmente mal digeridas na sua leitura, de que não é possível entender a História como uma ciência ou de que a objectividade histórica não existe, pode criar a noção de que todos podem ser historiadores e a ideia de que a História deve ser valorizada não tanto pelo rigor e pela densidade da análise mas sim pelo discurso de fácil acesso ou pela temática «vulgar» que agora pode ser objecto do seu estudo. De resto, não se fez mais do que agravar a já natural tendência para conceber a história como uma arte erudita, de «cultura geral», e para conceber o historiador como um «curioso» de formação diversificada, contra o que a «escola metódica» havia lutado com a sua ânsia de tornar a História como uma «ciência de rigor» e o historiador como um «profissional».

Mas, na prática, o ponto mais negativo de todo o processo de influência da «História Nova» — conjugado com os excessos (e não com a sua utilização correcta e criteriosa) da «Pedagogia Nova» ou «Pedagogia Activa» com a divulgação e saturação do emprego dos meios audiovisuais e com um certo imperialismo pedagogo (a que chamo «pan-pedagogismo»), à custa de uma sólida formação científica, que deveria constituir o primeiro objectivo da educação — consiste na transferência acrítica, e mesmo «modista», das novas concepções historiográficas para o campo do ensino. De onde um conhecimento fraccionado da realidade e a consequente perda da «memória histórica», como foi verificado em França através do «relatório Girault», que veio comprovar através de testes e estatísticas que as datas, as personagens e os acontecimentos eram apenas conhecidos por cerca de 1/3 do universo inquirido ⁽⁶⁾. Aliás, os próprios «novos historiadores» — como Jacques Le Goff — têm chamado a atenção para os erros dessa transferência e para os perigos dos seus resultados ⁽⁷⁾.

Para nos aproximarmos agora mais do problema que me propus analisar poderei perguntar: Será que este movi-

⁽⁵⁾ *Comment on écrit l'histoire* (1.^a ed. 1971), tradução portuguesa dessa edição, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983, sobretudo Parte I, cap. II.

⁽⁶⁾ Cfr. René Girault, *l'Histoire et la géographie en question*, Paris, Ministère de l'Éducation Nationale, 1983, p. 125.

⁽⁷⁾ Cfr. *Le Nouvelle Observateur*, 9 a 15 de Setembro de 1983.

mento renovador se verificou em Portugal? E como se deu essa renovação? A influência francesa foi nesse sentido determinante? E que se passou ao nível do ensino da História?

Em primeiro lugar, parece-me fundamental desfazer um equívoco. O movimento de renovação da História se tem uma maior força em França no presente século, onde atingiu a sua peculiaridade, ultrapassa largamente esta estrita noção espacial e temporal. No nosso país é possível encontrar em Herculano — para não falarmos nos historiadores saídos do Iluminismo, como Pascoal de Melo Freire ou João Pedro Ribeiro — intenções historiográficas renovadoras ou páginas de um verdadeiro apelo a uma «nova história». Apenas como exemplo, fixemo-nos neste passo da carta IV das *Cartas sobre a História de Portugal* em que Herculano se refere aos antigos textos de história:

«Em nenhum deles se apercebe, ao menos de leve, por entre as averiguações de datas, por entre as descrições de batalhas ou de triunfos, de noivados ou de saimentos de grandes e senhores, que ao lado disso, e dando individualmente gesto e cor a esses mesmos factos pessoais, passaram gerações com costumes, crenças e instituições diversas ou antes opostas em grande parte às nossas; que dessa sociedade, desses homens, na sucessão das eras e da natureza, veio a sociedade moderna, veio a geração actual; que para existir a espantosa diferença de aspecto, que há entre o presente e os tempos primitivos, foram necessárias grandes revoluções na índole social da nação» (8).

A partir daí e durante as últimas décadas do século XIX e primeiras desta centúria a nossa historiografia conhece um notável dinamismo: Rebelo da Silva, Oliveira Martins, Luz Soriano, Latino Coelho, José de Arriaga, Teófilo Braga, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Gama Barros, Lúcio de Azevedo, António Baião são alguns dos muitos nomes que podem ser citados; *O Arquéologo Português*, de José Leite de Vasconcelos, o *Arquivo Histórico Português*, de Anselmo Braamcamp Freire, a *Revista de História* de Fidelino de Figueiredo, são exemplo de publicações reveladoras dessa ânsia dinamizadora. É certo que nem todos esses historiadores ou intelectuais interessados pela História têm a mesma valia nem o mesmo significado metodológico; é verdade que em alguns deles é bem evidente uma marcada orientação ideológica e em outros o sentido

(8) Cfr. *Alexandre Herculano. Estudos históricos, controvérsias, dispersos e fragmentos*. Edição crítica, organização e notas de Jorge Custódio, Lisboa, Cooperativa Editora, pp. 136-137.

História... Que História?

do rigor arquivístico ou da erudição tradicional; mas também é certo que é possível encontrar neste movimento difuso linhas renovadoras. Assim, sem grande esforço e sem a menor distorção, encontramos — como o notou Magalhães Godinho ⁽⁹⁾ — nalguns desses historiadores uma visão polifacetada e integral da sociedade, uma noção de História enquadrada no plano amplo das ciências sociais. E se lermos *O Espírito Histórico* (1914), de Fidelino de Figueiredo, verificaremos que está presente na sua teorização da História, uma significativa actualidade de conceitos e orientações, ainda que numa perspectiva «idealista». Com efeito, vemo-lo citar Henri Berr e a *Revue de Synthèse Historique*, pugnar por uma análise científica em ligação com «um espírito sintético e filosófico», referir a importância do pensamento de Marx e da discussão por ele originada, dar à História um sentido «social», embora fugindo das perspectivas sociologizantes e normativas do positivismo filosófico e só aceitando criticamente a célebre noção de Michelet de que a História é a «ressurreição integral do Passado», procurar a «objectividade», aceitando comedidamente as posições de Benedetto Croce de que «a História é sempre a história contemporânea», opor-se (também segundo Croce) a uma historiografia «factual» ⁽¹⁰⁾. Para que fique bem expressa esta ideia, leiamos, como ponto final a seguinte afirmação de Fidelino:

«A história, tal como a praticam os eruditos partidários da curiosidade anedótica, será semelhante à catalogação de uma biblioteca, multidão imensa de verbetes, cada um representando um livro ou parte de um livro, mas não prestará sequer os serviços que esse inventário quotidianamente presta. Não há história sem interpretação que organize os factos, condensando-os, simplificando-os, quaisquer que sejam os fundamentos dessa organização interpretadora» ⁽¹¹⁾.

Portanto, parece-me indubitável que em Portugal, como noutros países, se experimentou também um movimento de renovação historiográfica na passagem do século XIX para o século XX, só que não teve a mesma força e a mesma tipicidade do movimento francês e, sobretudo, foi abruptamente interrompido com o Salazarismo. Não quero com isto dizer que a nossa historiografia tenha perdido todo o interesse ^(*)

(*) Cfr. *Ensaios*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1971, p. 230 e ss.

⁽¹⁰⁾ *O espírito histórico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920 (1.ª ed. 1914), *passim*.

⁽¹¹⁾ *Ob. cit.*, pp. 67-68.

durante os decénios do consulado de Salazar. O que pretendo afirmar é que todo o debate historiográfico, em termos metodológicos e teóricos, quase se extinguiu e, assim, a nossa História viu-se pouco mais que confinada ao seu espaço «oficial» que, no âmbito universitário e não universitário, é marcado pela presença quase exclusiva do «positivismo» ou/e do «nacionalismo». Damião Peres será por certo o exemplo mais nítido do primeiro e João Ameal do segundo.

O movimento renovador da História só se opera em Portugal com maior impacto, apesar da originalidade da historiografia de Jaime Cortesão e Duarte Leite e da importância do ensaísmo de António Sérgio, na passagem dos anos 50 para os anos 60, isto é, nos inícios da crise do Estado Novo. Assim, surge-nos uma historiografia com a marca da «História Nova» e com evidentes influências de Bloch e Braudel

— a obra editada em França de Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, é de 1955, sendo já publicada em Portugal, a partir de 1969, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, ao passo que o livro de Oliveira Marques *A sociedade medieval portuguesa (Aspectos de vida quotidiana)* surge em 1964 —, com uma clara dominante marxista

— a *História da Cultura em Portugal*, de António José Saraiva, surge a partir de 1950, sendo do final da década o seu primeiro e polémico ensaio sobre a Inquisição —, ou assumindo uma linha de renovação, sem claras influências de escolas, mas nem por isso menos profunda — a obra clássica de Borges de Macedo, que vem na continuação dos estudos de história económica de Virgínia Rau, *A situação económica no tempo de Pombal*, é de 1951, e data do ano seguinte a primeira obra de Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia*, que procurou renovar, na sequência de Joaquim de Carvalho e Hernâni Cidade, a história da cultura, à qual deu uma perspectiva social. O *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão e editado pela primeira vez em 1972, é, por assim dizer, o encontro das várias correntes da nova historiografia portuguesa, às quais também se juntou uma historiografia mais de cunho tradicional, mas nem por isso de pequeno significado, que continuou a povoar o nosso espaço científico, sobretudo no âmbito da Universidade.

A partir daí, e sobretudo depois de 74, o movimento renovador da História, com a sua dialéctica, penetrou no seio da historiografia universitária e não universitária, provocando, apesar das naturais limitações do nosso espaço cultural, uma significativa dinamização científica e proporcionando hoje um surto de publicações e revistas que é sem dúvida notório.

História... Que História?

E esse movimento renovador é de tal forma importante no domínio psicológico que quase nenhum historiador — por antiquados que sejam os seus métodos e as suas concepções — se deseja assumir como um historiador tradicional, ou tão só como «um historiador», pretendendo alinhar-se, de um modo ou de outro, no contexto de uma «História Nova».

A influência dessa renovação tem-se operado também, de modo singular e expressivo, ao nível do ensino. Se tal se verifica no ensino universitário — apesar das dificuldades de penetração de novos conceitos científicos e pedagógicos no âmbito de uma instituição com a força tradicional da Universidade e também porque tais conceitos são aqui naturalmente recebidos com maior sentido crítico e menos como «modas» que é necessário seguir —, de onde as modificações curriculares, os conteúdos programáticos das disciplinas e os temas das dissertações que se têm realizado, ainda essa influência é mais sensível no ensino básico e no ensino secundário. Analisando os programas e os compêndios que servem de guia ao ensino, facilmente se verifica isso, podendo nós dizer que se nota nesta área uma significativa influência científica e pedagógica da «História Nova», a par de uma forte reprodução ideológica de consequências menos positivas.

Anotando alguns aspectos concretos dessas influências, comecemos por salientar que com a tendência para a integração da História na área dos Estudos Sociais (numa visão, quase diríamos, neo-positivista) dá-se uma subvalorização ou quase desaparecimento da História do ensino «primário» (ou primeiros anos do ensino básico), enquanto no ensino «preparatório» (ou no 5.º e 6.º ano do ensino básico) se ministra uma visão estratificada da História de Portugal, que origina necessariamente uma subalternização do conhecimento do curso cronológico, dos factos e dos indivíduos.

De resto, os «novos programas» — sempre em constante remodelação, numa ânsia de novidade científica e pedagógica — têm em conta novos conceitos, novos temas e novas periodizações. Assim, divulga-se o conceito braudeliano de «complexo histórico-geográfico», estuda-se a história através de grandes unidades de tempo de tipo essencialmente «social», optando desta forma pelo conceito, também tão caro a Braudel, dos «tempos longos», analisam-se os costumes, as técnicas, o quotidiano, a vida «material» das sociedades e, no ano terminal do ensino secundário, que é por assim dizer um ano vestibular para a entrada na Universidade, ensinam-se temas de carácter exclusivamente «estrutural» e de tipo exclusivamente económico-social (tendências longas da economia e da

demografia), ao mesmo tempo que se acentuam as virtudes da «História Nova» por oposição à «História Positivista».

Desta forma, apesar do sentido inovador do ensino, acentuado, aliás, pela força, pelo menos no domínio teórico, da «pedagogia activa» — com o seu recurso à estratégia pedagógica dos «objectivos», aos meios audiovisuais, à leitura de documentos, ao conhecimento da história circundante e aos trabalhos individuais e de grupo — verifica-se facilmente que se confere uma menor atenção a uma certa erudição histórica necessária, de que faz parte o conhecimento da localização cronológica e o reconhecimento de alguns factos e indivíduos de importância fundamental, o que contribuirá certamente para a perda da «memória histórica nacional» (ainda que nenhum «relatório Girault» o tivesse cientificamente testado). Por outro lado, é evidente a sobrevalorização da história económica e social em prejuízo da história política e cultural, assim como se verifica — em parte por isso — a relativa pequena importância conferida a certos fenómenos que, despojados da sua autonomia e apenas integrados num processo de desenvolvimento histórico, são analisados com pouca profundidade. É o que sucede, para citar dois exemplos fundamentais, com a Revolução Francesa e com a Inquisição em Portugal, em que a primeira é tratada apenas como «elemento» no processo de desagregação do Antigo Regime e a segunda somente abordada como arma da Contra-Reforma contra uma «nova visão do mundo» (12). Finalmente, é indubitável que todo o processo de ensino corre o risco de estabelecer uma oposição maniqueia da «História Nova» à «História Positivista», criando a ideia de que esta — esquecendo-se, assim, o rigor metodológico que a «escola metódica» procurou impor e a importância que constituiu a sua presença, como etapa de desenvolvimento da história moderna — só deve ter como lugar o cesto dos papéis velhos e inúteis.

Penso que é já chegado o momento de procurar responder directamente à questão inicialmente colocada: quais as razões científicas (em sentido lato) que poderão explicar este surto de colóquios de História Local e Regional?

(12) Vide os nossos artigos, de próxima publicação, «A Revolução Francesa no ensino da História em Portugal», *Revista de História das Ideias*, n.º 10, 1988 («A Revolução Francesa e a Península Ibérica», Actas do colóquio efectuado em Coimbra de 4 a 6 de Março de 1987) e «Inquisição, Ideologia e História», a sair nas actas do Congresso Internacional sobre a Inquisição, realizado em São Paulo, de 20 a 23 de Maio de 1987.

História... Que História?

Julgo que, por um lado, toda esta dinâmica de renovação da ciência histórica que se verificou também em Portugal teria necessariamente de provocar o desejo de conhecer a realidade que nos cerca — não apenas os monumentos (no sentido usual do termo) e os acontecimentos ocorridos na nossa região e na nossa localidade, mas também os fenómenos de mentalidade, os usos, os costumes, as crenças, o quotidiano. Poder-se-á pensar em Ladurie neste encontro com a etno-história, mas deve recordar-se que Leite de Vasconcelos, entre outros, criou em Portugal, há muito tempo, as raízes desta análise

Mas há, por outro lado, segundo cremos, outra razão que envolve a influência da «Nova História», embora num processo reactivo, com inerentes perigos. A sua reprodução ideológica pode provocar, em certo sentido, um novo «saber escolástico», feito de esteriótipos, que — ao contrário do que ela cientificamente pretende — afaste a História da *realidade* e, sobretudo, da *realidade nacional* e da *realidade regional e local*. Com efeito, a nova tendência «estruturalista» da História pode levá-la a apartar-se do concreto, dos acontecimentos e dos indivíduos, criando, assim, a noção de que não dá a conhecer realidades que fazem parte do nosso património nacional. «Eles já não sabem quem era Joana d'Arc...» — era o que se afirmava no princípio desta década, em França, quando se começaram a discutir os efeitos da «História Nova» no ensino (13). E os nossos alunos saberão o que foi Aljubarrota? — perguntará a nossa consciência histórica nacional. Assim, por reacção a esta pretensa falta de «memória histórica» e ao francesismo historiográfico que é tido em parte, como responsável dessa situação, surge o desejo de voltar a uma história mais tradicional, mais linear, mais cronológica, mais «política», mais individualizada. De resto, esta situação não é inédita. Ela foi experimentada no princípio do século mesmo durante a República, e não só assumida por tradicionalistas puros, mas também por republicanos de arraigada consciência nacional. Jaime Cortesão, integrado no movimento da Renascença Portuguesa, num artigo sobre o ensino da «História Pátria», publicado em 1912, insurgia-se também contra o galicismo desnacionalizado^ citando Teixeira de Pascoaes: «O alto clero sempre fiel a Roma, os altos políticos sempre fiéis a Paris, têm sido obreiros da nossa desnacionalização, os inimigos do nosso espírito e, por isso, da nossa indepen-

(13) Of., R. Girault, *ob. cit.*, p. 11.

dência» (14). É, pois, natural também que, depois de um surto de ideologia marxista que se verificou após Abril de 74, agora, no contexto de uma ideologia «europeizante» que, no bom e no mau sentido, nos tem ultimamente influenciado, e devido à programação do ensino da História marcada pela matriz da «História Nova», se verifique o desejo de reencontrar, pela história, a nossa «identidade nacional». Será por isso que se verifica presentemente um novo surto de «Histórias de Portugal», embora de orientação diversa: de Veríssimo Serrão (a partir de 1977), de José Hermano Saraiva (em 1983) e presentemente de Oliveira Marques e Joel Serrão? Não será esse «nacionalismo» que explica, em grande parte, uma série de programas que nos últimos anos têm aparecido no nosso espaço televisivo: «O tempo e a alma» e «As histórias de cidades» de Hermano Saraiva, que, em sentido positivo e negativo, tem assumido um papel de primeiro plano na divulgação da história nacional, e «Portugal sem fim»? Não será ele que, em boa medida, explica a importância nacional que foi conferida à XVI 1.^a Exposição de Arte, Ciência e Cultura e o significado que se pretende imprimir agora aos Centenários das Descobertas? Não será também ele que justifica certos discursos de partidos políticos e de personalidades da vida nacional, mesmo algumas dificilmente contactáveis com a «direita», que se insurgem contra a desnacionalização do nosso ensino ou utilizam a história como meio de defesa de certos valores nacionais? E não será esse «nacionalismo» — agora na sua via mais conservadora — que explica o aparecimento de livros de divulgação de uma «história pátria» ou de manuais escolares de tipo mais tradicional, como se tratasse, para parafrasear o título da peça de Dürrenmatt, do regresso da «Velha Senhora»? Se não, veja-se o conteúdo de *A minha primeira História de Portugal*, de António Manuel Couto Viana (15), ou de uma *História Cronológica de Portugal* há pouco publicada que, quebrando o quase silêncio (criticável) dos programas oficiais relativamente à História no «ensino primário» e assumindo-se como uma «introdução ao ciclo preparatório», representa o regresso a uma concepção «cronológica», mística e literária da História (16), que me faz

(14) «A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria», *A Águia*, vol. 1, n.º 9, Porto, 1912.

(15) *A minha primeira História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1984.

(16) C. Figueiredo Lapes, *História Cronológica de Portugal*, Porto, Porto Editora, 1986. Percorrendo as páginas deste manual facilmente nos apercebemos do sentido que se pretende dar ao ensino da

História... Que História?

recordar, em certos aspectos, o velho manual de Tomás de Barros da minha infância.

Coloquemos um ponto final a este argumento e desdramatizemos o nosso discurso: não penso que a reacção (lógica) ao modo de entender a História nos volte a conduzir a uma concepção nacionalista, literária e «positivista» de a conceber, embora esse risco subsista com pequeno significado. O que julgo, todavia, é que se pode cair no vício — esse efectivamente real — de, para atacar os defeitos resultantes da reprodução ideológica da «História Nova», esquecermos as qualidades científicas do movimento de renovação historiográfica deste século. E, para respondermos objectivamente à questão colocada inicialmente: estou certo que os colóquios de História Local e Regional presentemente em voga nada têm que ver com o regresso a uma concepção tradicionalista de História, embora creia que, de modo inconsciente talvez, eles tenham sido pensados não só devido ao sentido dinâmico hoje conferido à História mas também como reencontro com a realidade nacional, regional e local, como reacção a um conhecimento abstracto e, em certos casos, esteriotipado e «desnacionalizador», que pode caracterizar, por vício, a nossa consciência histórica.

3. Perguntarei agora: esta leitura — discutível, naturalmente — poderá ajudar-nos a reflectir sobre a História Local e Regional?

A História Local e Regional é praticamente tão velha quanto a historiografia portuguesa, porque não há história geral sem história local. Desde, pelo menos, os estudos de Damião de Góis sobre Lisboa e de André de Resende sobre Évora se pode falar de história local em Portugal, mesmo que se diga que esses estudos não tinham na consciência do tempo um sentido propriamente histórico. Será, porém, com a Academia Real da História, no século XVIII, que surge

História. Basta para tal ler os poemas que são apostos, em epígrafe, nas páginas referentes à fase «triumfal» da história portuguesa e não sintomaticamente na fase da «decadência», do liberalismo, etc. e basta ler a página introdutória «Meu Portugal»: «Era uma vez... um condado muito pequenino —o *Condado Portucalense*. Graças à indomável coragem de um punhado de homens foi crescendo e formou-se *Portugal* que fixou as suas raízes no Ocidente da Europa. Nação pequena nos contornos geográficos, mas grande, muito grande no arrojo e na Fé dos seus habitantes que, em frágeis caravelas, sulcaram os mares 'nunca dantes navegados' e deram 'novos mundos ao mundo'. Os Portugueses que foram criando nações, misturando raças e missionado pelo Espírito» (p. 7).

verdadeiramente o interesse de um levantamento geral da realidade histórica nacional, que englobava o conhecimento da história local. É assim que aparece a intenção de realizar um «Systema da História Ecclesiastica e Secular de Portugal que há-de escrever a Academia Real da Historia Portugueza». Depois cabe à Academia das Ciências desenvolver estudos de história local, lançando inclusivamente as bases de novas áreas de análise, como é a demografia.

Mas é com o movimento de formação da «história moderna» do século XIX, conjuntamente com uma acção de planificação administrativa, que se inicia verdadeiramente o interesse sistemático pela história local e regional. Apenas para referir alguns marcos, recordemos que data de 8 de Novembro de 1847 a portaria que recomendava às câmaras municipais que organizassem os seus Anais, embora só algumas levassem para a frente esse projecto. Entretanto, acompanhando a dinamização conferida à História por Herculano — que, no seu afã de descobrir documentos, espalhados pelo país, bem se pode creditar também como um historiador de História Local e Regional — constituem-se levantamentos bibliográficos (Figanière e Brito Aranha) ⁽¹⁷⁾, surgem dicionários de especialidade (de Pinho Leal e de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues) ⁽¹⁸⁾ e escrevem-se inúmeros artigos sobre a matéria. Basta para o provar passar os olhos pelo *Arqueólogo Português* ou pelo *Arquivo Histórico Português*. As recolhas de José Leite de Vasconcelos, o fundador do Museu Etnográfico Português, os programas de levantamento das realidades locais por Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra no fim do século passado, provam como se desenvolvia o interesse sistemático pela História Regional e Local ⁽¹⁹⁾.

E esse interesse prolongava-se pelo século presente. Paulo Merêa alargava o programa de Frederico Laranjo e o

⁽¹⁷⁾ Cfr. Jorge César Figanière, *Bibliographia Historica Portugueza*, Lisboa, 1856, e Inocêncio e Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Português*, t. XVII, p. 345 e ss. Brito Aranha, entre outras obras de história local, publicou para a Exposição Universal de Paris a obra *Bibliographie des ouvrages portugais pour servir à l'étude des villes, des villages, des institutions, des moeurs et coutumes, etc. du Portugal, Açores, Madère et possessions d'outremer*, Lisbonne, 1900.

⁽¹⁸⁾ Respectivamente *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873-1890, e *Portugal. Diccionario choro graphico, heráldico, biographico, biblio graphie o, numismático e artístico*, Lisboa, 1904-1915.

⁽¹⁹⁾ Vide P.M. Laranjo Coelho. *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935, p. 53 e ss.

História... Que História?

erudito Possidónio Laranjo Coelho, numa comunicação apresentada em 1925, em Coimbra, no Congresso da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências, depois publicada na revista *O Instituto*, falava das «Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da História Geral portuguesa» (20), tema que foi depois objecto de conferências proferidas na Academia das Ciências (21). Poderíamos depois citar um sem número de estudiosos que se dedicaram à História Regional e Local até aos nossos dias, e de um conjunto ainda assim numeroso de revistas dedicadas à realidade regional — apenas para nos referirmos às Beiras recordemos as publicações *Arquivo Coimbrão*, *Distrito de Aveiro*, *Beira Alta* e *Revista Altitude*. E devemos ainda salientar que a Academia Portuguesa de História tem até certo ponto procurado retomar o papel dinamizador da História Local e Regional, prosseguindo assim a acção desempenhada pelas academias (22)

Mas também poderá dizer-se que a História Local e Regional interessou os pedagogos preocupados com as reformas de ensino, se bem que a temática não tenha vindo a ocupar nos programas mais do que um simples lugar secundário. Com efeito, desde pelo menos 1915 que tal se verifica, pois data desse ano a proposta de alteração dos programas do Ensino Secundário apresentada por Fidelino de Figueiredo, por incumbência do Ministro da Instrução, que conferia um lugar próprio à História Local na 6.^a e na 7.^a classes do curso de «Letras» (23). Por sua vez, as Faculdades de Letras, através dos seus estudos arqueológicos e de história de arte realizados «no local» e através das suas dissertações de licenciatura, acabaram por imprimir algum prestígio a essa área. Nesse aspecto, não é imodesto referir aqui especialmente, sem desprimor para as outras faculdades congéneres (nomeadamente para a do Porto), o papel desempenhado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Devido sem dúvida ao seu pendor «regionalista», que constituiu, positiva e negativamente, um dos seus vectores, dedicou particular

(20) Vide *O Instituto*, vol. 73, n.º 3, Coimbra, 1926, pp. 285-303.

(21) Trata-se da obra *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, já citada.

(22) *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975. Destaque-se sobretudo a comunicação de António Machado de Faria, «Consideração acerca da história local relativamente à do país», pp. 1-7.

(23) Cfr. «Programa de História no ensino secundário», in *Revista de História*, vol. IV (ano IV), 1915, Janeiro-Março, p. 37 e ss.

atenção a essa temática, de tal forma que cerca de um quarto das referidas dissertações são monografias de tipo regional e local. E, se algumas se inserem no âmbito de uma história tradicional, pode dizer-se que, depois dos anos 60, elas assumem uma perspectiva «nova», mercê do papel conferido por António de Oliveira aos estudos demográficos e das novas metodologias de investigação arqueológica postas em prática por Jorge Alarcão (24). E na continuação deste esforço, surgem as primeiras teses de doutoramento sobre temática regional — de António de Oliveira, de Jorge Alarcão, de João Lourenço Roque, de Pedro Dias, de Maria Helena Coelho, de José Maria Amado Mendes, estando outras em vias de realização (25).

Portanto, com raízes diversas e até ao presente — assumindo metodologias antigas e novas — tem-se desenvolvido em Portugal uma certa intenção de valorização da História Local e Regional, sem a qual, podemos dizê-lo, não é possível desenvolver a História Geral. Assim, poderemos detectar não só estudos de história «positivista», como estudos de história literária e «regionalista» ou «nacionalista» sem grande interesse, como começamos a encontrar — de resto desenvolvendo um filão que se detecta desde os fins do século passado — estudos de «história nova», que analisam «novos» problemas. O regime de propriedade, as classes populares (seu modo de vida, os seus dramas, as suas revoltas ou as manifestações das suas crenças), as questões da arqueologia industrial, o estudo das culturas, mentalidades e instituições locais... — são alguns dos «novos» temas que têm sido objecto de análises recentes.

Importa agora voltar à pergunta inicial com que titulei estas reflexões: História... Que História?

(24) Deve-se a Jorge Alarcão, que foi vereador do pelouro da Cultura na Câmara Municipal de Coimbra, entre outros artigos e comunicações sobre o tema, um importante estudo introdutório à história do património local, *Introdução ao estudo da história e património locais*, Coimbra. Instituto de História da Arte, 1982.

(25) A. Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 1971-72; J. Alarcão, *Cerâmica comum local e regional de Coimbriga*, 1974; J. L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbru no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, 1982; P. Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, 1982; M. Helena Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 1983; e J. M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, 1984.

História... Que História?

Num processo questionador, fomos referindo *grosso modo* três «paradigmas historiográficos»: uma via «metódica» (ou «positivista»), uma via «literária» e «nacionalista» e uma via de «história total», «social», a que se convencionou chamar «História Nova». Esta linha de desenvolvimento historiográfico, concedendo à história uma perspectiva «vital» e «activa» — e desembaraçando-se do «antiquarismo» da história tradicional —, chamando a atenção para o quotidiano e abrindo-se para novas fontes, entre elas os testemunhos orais, talvez tenha sido responsável pelo reavivar do interesse pela História Local e Regional. Importa, pois, não perder esse dinamismo; mas é fundamental também não esquecer — encarando com a relatividade necessária a luta da «História Nova» — o real contributo da «escola metódica» para tornar rigoroso o método de análise dos documentos, e assim o conhecimento histórico, e para transformar o historiador num profissional. E é também essencial não deixar penetrar na História uma nova ou velha retórica literária que, à sombra de valores ético-políticos, como o nacionalismo, ou de valores culturais (a «divulgação»), transforme a História numa «arte» e a afaste da «ciência» (embora se possa encarar a História como uma ciência *sui generis*). Este é um perigo em que se pode cair quando se reage contra a «História Nova» em defesa dos valores nacionais ou quando a «História Nova» evolui para a terceira geração e parece não acreditar na «cientificidade», com argumentos muito sugestivos mas que não podem ser lidos sem sentido crítico.

Acima de tudo, temos de colher do movimento renovador da História, ao qual chamamos por comodidade conceptual de «Nova História» — que tem sem dúvida uma marca francesa, mas que também se verificou em Portugal, onde a sua história está por fazer — a sua nova perspectiva metodológica e a sua concepção «social». Ela poderá revolucionar tanto o campo da história económica e social, como da história cultural ou da história política, da história individual (ou prosopográfica) ou dos acontecimentos. O alargamento dos temas de estudo, dos aparelhos conceptuais, das estratégias metodológicas, da utilização de instrumentos de análise, não pode dar-nos a sensação que o «novo mundo epistemológico» descoberto deve subalternizar o «velho mundo» das análises historiográficas, nem deve — e isso seria contraditório com os próprios objectivos da «Nova História» — afastar-nos da preocupação do rigor. O uso de novas fontes ou a utilização mais dilatada de outras — como a fonte oral, por exemplo —, de novos instrumentos — como

o computador —, de conceitos e métodos de análise extraídos de outras áreas científicas (como a Economia, a Sociologia, a Politologia, a Antropologia ou a Linguística) a nova visão do documento e da capacidade interpretativa do historiador só servem para alargar o seu campo de análise, e para enriquecer, mormente no plano do rigor, o seu trabalho de construção do conhecimento histórico.

Partindo desta base, como organizar ou reorganizar a História Local e Regional? Digamos, antes de mais, que isso passa por uma nova dimensionação do ensino, a todos os níveis, pelo empenhamento das instituições de educação e cultura, autárquicas e estatais, e até empresariais, pela criação de estruturas para recolha e tratamento científico das fontes, bem como... pela própria valorização cultural, a nível nacional, da História Local e Regional.

Procurarei sistematizar algumas ideias-força que me parecem fundamentais:

1. ° Importa, em primeiro lugar, que os programas do ensino básico e secundário não; se limitem a vagas considerações sobre a necessidade da integração dos alunos no espaço em que vivem, mas que sensibilizem os professores e os estudantes para o conhecimento da sua realidade local e regional e que criem condições práticas para que o contacto com tal realidade seja possível e, por assim dizer, imperativo.

2. ° É necessário que as Universidades e os Institutos Politécnicos, e as suas Escolas Superiores de Educação, tendo em conta os seus objectivos diferentes evidentemente, confirmem uma preparação cada vez mais profunda e adequada a uma prática de pesquisa e que não enveredem por uma via «pan-pedagoga» teórica, sem com isto procurar desvalorizar as ciências pedagógicas, que deverão ter o seu lugar próprio no âmbito do ensino. E essa preparação — que pode e deve supor cadeiras ou cursos específicos de História Local e Regional — não deve apenas ser realizada ao nível do bacharelato ou da licenciatura, mas também em pós-graduação (através de mestrados e cursos especializados) e em sistema de formação contínua.

3. ° Os Institutos Politécnicos, que estão a organizar um pouco por todo o lado estes Colóquios de História Local e Regional, parece terem encontrado — pela sua forte implantação nas regiões — uma das suas áreas vocacionais. Será importante, por isso, que estabeleçam uma rede de ligações com as Universidades, as escolas básicas e secundárias, as autarquias e as empresas e que interessem nesta realização os organismos centrais de dinamização cultural. Inclusiva-

História... Que História?

mente parece-me que seria do maior interesse a criação de Centros de História Local e Regional que levassem a efeito linhas de pesquisa sistemática, pois hoje a História já não pode viver só de simples trabalhos individuais e de amplitude parcelar.

4.º Gostaria de afirmar ■— embora isso possa parecer polémico — que mais do que «fazer» História Local e Regional é prioritário hoje a recolha e, se possível, a publicação e/ou catalogação criteriosa das fontes, por processos científicos. A História é uma ciência complexa e o historiador não se improvisa — esta foi, de resto, no seu aspecto restritivo, é certo, uma das lições da «escola metódica», infelizmente nem sempre ouvida. Não quero subestimar, de modo algum, o papel dos eruditos regionais e locais, que têm dado um contributo significativo; o que entendo sim é que o seu trabalho seria mais profícuo em termos científicos se tivessem menos a preocupação de «fazer História» do que, através de processos técnicos adequados — pelo que seria necessário uma formação e um acompanhamento próprio —, dessem a conhecer, com introduções orientadoras, os documentos que encontrassem. Assim a recolha documental poderia ser em certos casos definitiva, não sendo necessário voltar constantemente atrás, como é timbre de um estudo histórico mal organizado.

Recordo aqui as significativas palavras de Magalhães Godinho, que são um duplo desafio, ao trabalho rigoroso e à inteligência:

«Em meu entender a História deve assentar predominantemente em fontes publicadas, e o ideal seria que nelas assentasse exclusivamente, para que todos pudessem verificar as interpretações (o carácter universal da verificabilidade é imprescindível em ciência). O trabalho do historiador não termina com a leitura e transcrição da fonte, começa então (o que de modo algum significa que o trabalho de ler e transcrever seja menos meritório); é curioso que entre nós se aprecie altamente aquele que encontra um documento novo ou o publica pela primeira vez, e não se liga importância àquele que encontrou alguma coisa de novo num documento conhecido, que o utiliza como nunca foi utilizado anteriormente, que o interpreta de maneira que ninguém tinha vislumbrado: prova de que se ignora, afinal, em que consiste a História» (26).

No seu estilo sugestivo e polémico, Magalhães Godinho apontava para os dois níveis do conhecimento histórico: o da busca do documento, seu tratamento técnico e sua pu-

(26) *Ensaio*, vol. II, pp. 92-93.

blicação, e o da interpretação, que constitui propriamente o nível da História. Creio que numa estrutura organizada de História Local e Regional é, pois, como atrás dizia, prioritária a primeira fase, sob pena de se fazer uma história sem rigor e sem inteligência.

5.º Finalmente, direi que se torna imprescindível valorizar científica e culturalmente a História Local e Regional. Esta minha afirmação tem vários sentidos e supõe um esforço orientado em várias direcções.

Na verdade, penso que em Portugal — onde a História se ressentia de uma travagem de desenvolvimento e de debate que durou cerca de quarenta anos — se deu repentinamente um valor exagerado às grandes sínteses, sem ter na devida conta a existência de análises parciais. Sobretudo tem-se concedido demasiada importância a «histórias literárias e pitorescas», gerais mas de incidência local, sem se procurar sim valorizar um trabalho lento e difícil, elaborado em bases científicas e em contacto directo e prolongado com as realidades. A História Local e Regional tem de ser entendida como fundamental para a (re) elaboração da História Geral e não pode mais ser concebida como um puro «provincianismo historiográfico», relegado para edições de segunda ordem, para o canto das publicações de interesse menor. Mas para isso tem de haver um esforço local e regional que tome credível o seu trabalho em termos científicos. De resto, é importante ter em conta que a História Local e Regional deve ser considerada como elemento dinamizador ao serviço das regiões e das instituições de ensino e de cultura ali implantadas. Por isso mesmo é necessário interessar nela amplas camadas sociais que poderão, a vários níveis, desempenhar um papel significativo nos levantamentos históricos que urge sistematicamente realizar. É que — não esqueçamos — a História Local e Regional deve ter hoje uma consciência muito larga da sua temática e das fontes a dominar. Ela não se restringe à busca e selecção de monumentos e sinais arqueológicos clássicos ou à catalogação urgente dos arquivos, bibliotecas e museus existentes ou em fase de organização — o que já por si é amplamente dinamizador — ou à recordação e reflexão sobre determinados acontecimentos marcantes de uma região ou de um local — como o foral de Lalim, concedido por D. Manuel em 8 de Julho de 1514, facto que serviu de pretexto ao início deste Colóquio em Lamego. Importa, por exemplo, fazer o levantamento sistemático de pedras de armas e de casas senhoriais da região, bem como dos mosteiros e conventos ou dos sinais reveladores da presença de

História... Que História?

certas instituições como é o caso da Universidade de Coimbra que tem os seus marcos espalhados pela zona beirã, pois só assim se poderá ter um conhecimento correcto e real do domínio da propriedade. É fundamental detectar notícias de movimentações populares de variado tipo, que poderão estar patentes não só em documentos escritos mas até em tradições orais. A recolha de costumes, tradições, crenças populares, orações domésticas, etc., pode ser reveladora de certas realidades sociais, como se verifica, por exemplo, em algumas zonas do país, quanto ao fenómeno do criptojudaísmo. A detecção de velhas vias de comunicação, de restos de «indústrias» desaparecidas, de meios de transporte em desuso ou quase em desuso, poderão enriquecer as investigações que hoje dão em Portugal os primeiros passos no campo da arqueologia industrial. A outro nível, é da maior relevância a catalogação e estudo temático e da ideologia dos jornais locais e regionais, mesmo aqueles de pequena expressão editorial, como das pequenas bibliotecas de instituições públicas e privadas, pois através delas se pode conhecer os interesses culturais e ideológicos dos seus proprietários e, assim, das camadas sociais que eles representam. O recente e antigo movimento migratório e as alterações sociais e urbanas provocadas é outra área do maior significado a explorar, como o é o estudo global da transformação das cidades, vilas e aldeias, para que é importante, por exemplo, a fotografia e o bilhete postal.

Foram apenas alguns exemplos que quis apresentar. Muitos outros, como é óbvio, poderiam ter sido referidos. Gostaria, porém, de frisar que este trabalho se torna verdadeiramente eficaz desde que suponha uma organização adequada. Este é um repto que lanço às entidades organizadoras dos referidos colóquios de História Local e Regional e de outros que eventualmente se venham a organizar. Se eles não funcionarem como ponto de partida para empresas mais ambiciosas terá valido a pena a sua efectivação?

4. Termino com um exemplo concreto de um projecto de História Local e Regional que tive a felicidade de apreciar, embora de forma um pouco incompleta. A sua realização no espaço brasileiro, apesar de tudo bem diferente do português, não me parece neste caso limitativa do seu valor exemplar.

Trata-se do «projecto Canudos», que está a ser levado a efeito pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha e pela Universidade do Estado da Bahia, uma pequena Universidade do Nordeste brasileiro que — julgo não estar a fazer uma comparação incorrecta — não difere muito de um dos nossos

Institutos Politécnicos, devido à sua vocação especializada para cursos técnicos e de formação na área educacional. Para compreender o sentido do referido projecto importa dar uma breve explicação histórica acerca do significado de Canudos (27)- No sertão baiano e sediado na região de Canudos formou-se, após a implantação da República (1889), um movimento de carácter essencialmente popular que contestava as intenções ou as pretensas intenções do governo republicano. Intimamente ligado à pobreza e à violência sertaneja, tratava-se de um movimento comunitário, e até de comunismo primitivo, com muitas contradições, que defendia a pobreza, repartia os bens existentes, assentava numa profunda mística popular e atacava, de forma ingénua e inconsciente, a acção fiscal da jovem república, bem como o seu arreigado sentido de planificação pública e de propriedade. A República era para a comunidade de Canudos o Anti-Cristo que — numa verdadeira «reposição», nos finais do século XIX (que não é o século XIX europeu), do milenarismo sebastianista, característico em Portugal dos movimentos populares dos séculos XVI e XVII — seria derrotado por um D. Sebastião, surgindo então um tempo de paz e de riqueza. Preocupado em restaurar e edificar igrejas e em pregar uma religião comunitária e apocalíptica, o «santo» deste movimento, António Conselheiro, atacou as estruturas do Estado laico, ao defender a ocupação das propriedades abandonadas e ao aprovar a decisão de a comunidade não pagar impostos e não aceitar outras medidas administrativas, ao mesmo tempo que se opunha, pela sua acção religiosa, à hierarquia da Igreja. Daí que se realizassem, por acção do poder central, quatro expedições militares, só a última das quais, com milhares de soldados comandados por um general, logrou destruir a comunidade de Canudos.

A «história oficial» da guerra de Canudos está feita e os monumentos edificadas depois da última expedição são dedicados «Aos heróis de Canudos», isto é, aos militares que se bateram pela «ordem» e pelo «progresso». Neste momento, porém, a Universidade do Estado da Bahia procura realizar «outra história». Contada já de outro modo por Euclides da Cunha, numa obra de perspectiva sociológica (*Os Sertões*, 1902), e recentemente no grande romance de Mario

(27) Pode ler-se na revista *História* um artigo de divulgação da história do movimento de Canudos, da autoria de Teresa Mesquitela: «A guerra nos sertões de Canudos», *revista cit.*, n.º 31, Lisboa, Maio de 1981, p. 30 e ss.

História... Que História?

Vargas Llosa (*Guerra del fin del mundo*, 1981), deseja-se agora, com o necessário rigor científico, conhecer em todos os detalhes a vida da comunidade de Canudos, com os seus dramas e as suas crenças, e o sentido das oposições que corporizou e que provocou. Por isso está a realizar-se o levantamento sistemático de toda a documentação de Canudos, pesquisando-se os arquivos do Estado, do Exército e da Igreja, procurando manuscritos que registem testemunhos populares ou prováveis sermões de António Conselheiro e detectando vestígios arqueológicos. Mas, mais do que isso, a Universidade do Estado da Bahia e o Centro de Estudos Euclides da Cunha, procuram criar um vasto plano de estudo e de desenvolvimento da região — em sentido histórico, sociológico, antropológico, educacional, médico, tecnológico, etc.

Creio que o «projecto Canudos» é um bom exemplo a ter em conta... A História surge, assim, como uma ciência eminentemente social, numa perspectiva de Passado e de Presente.

CONSTITUCIÓN Y CARTA COMO MODELOS CONSTITUCIONALES

El estudio de las Constituciones, ampliamente desarrollado tanto desde el punto de vista del análisis como en su aspecto más específico del derecho comparado, adolece, desde la perspectiva histórica, de una insuficiente sistematización que, de existir, permitiría substituir la referencia exhaustiva en favor del manejo de un corto número de tipos o modelos. De este modo resultaría más fácil comprender el sentido de la evolución del constitucionalismo en la historia. No es éste el momento de presentar una imagen global del problema aunque, dado que pretendemos caracterizar un tipo de texto constitucional, sí habremos de iniciar el estudio de las dos primeras etapas de la secuencia, la de las constituciones revolucionarias y la de las cartas otorgadas.

La historia constitucional comienza con un grupo de textos de particular relevancia, porque sirvieron para dar una nueva organización al Estado y, en Europa, crearon las condiciones que dieron nacimiento a una nueva sociedad. Las constituciones revolucionarias de primera hora se reducen a tres: la de los Estados Unidos, que no es enteramente homologable a las que se hicieron en Francia en 1791 y 1793, aunque ésta última, al no haber sido promulgada, no tiene más interés que el teórico; y en España en 1812. Habrán de producirse los grandes cambios que siguieron a la caída de Napoleón para que de nuevo los revolucionarios se encuentren en situación de reemprender la experiencia. Cuando esto ocurra, en la década de los veinte, la Constitución de Cádiz aparecerá como el modelo a copiar, carácter que mantuvo hasta la promulgación de la Constitución belga de 1831.

* Universidad Autónoma de Madrid.

Como notas características de las constituciones liberales revolucionarias podemos enunciar las siguientes:

1.º Son el resultado de los debates de cámaras de representantes, elegidos en proporción a la población.

2.º Incluyen una declaración de derechos del hombre y del ciudadano, que legitima el carácter político del sistema constitucional.

3.º Realizan la división de poderes, considerada como la garantía necesaria para el ejercicio de los derechos del hombre.

4.º Proclaman la soberanía nacional que sirve para legalizar la leyes procedentes de las instituciones constitucionales.

5.º Atribuyen, con carácter exclusivo, la iniciativa legal a los representantes que forman la única cámara.

De todos estos puntos consideramos de especial interés destacar el primero y el último a la hora de caracterizar las más antiguas constituciones europeas. El primero, de conformidad con la tradición política que supone que las cartas tienen este carácter por el hecho de ser concesión graciosa de monarcas hasta entonces absolutos. El segundo por constituir la piedra angular de la concepción política revolucionaria. La primera de éstas, la Constitución de 1791 fue obra de la Asamblea Constituyente y en el art. 100, si los contamos de forma ininterrumpida, atribuye al Cuerpo Legislativo el poder de proponer y decretar las leyes, mientras que el poder ejecutivo, que es tanto como decir el rey, no puede hacer ninguna ley, ni siquiera provisional (art. 143). El desarrollo de la revolución, después que puso fin al régimen de la Convención, procedió a elaborar un nuevo texto constitucional. La Constitución del año III (1795) fue discutida por una Convención, reducida a poco más que los termidorianos y sometida a plebiscito popular antes de su promulgación.

El texto de 1795 responde, como es sabido, a la preocupación por evitar la reaparición de una cámara que pudiera acumular todos los poderes. Por esta razón reparte las funciones que integran el poder legislativo entre dos cámaras, dando al «Consejo de los Quinientos» la iniciativa y el debate, reservando la aprobación para la «de los Ancianos», a los que no se permite introducir ningún tipo de enmiendas; por su parte el Directorio sólo podía sugerir la toma en consideración de algún asunto pero nunca presentar «proyectos escritos en forma de ley» (art. 163). La Constitución de 1795 tuvo una larga serie de versiones como norma básica de las repú-

Constitución y Carta

blicas que el Directorio levantó en las fronteras de Francia, a pesar de la absoluta inadecuación del modelo para las circunstancias locales. No sirvieron para incorporar a sus súbditos a la vida política, aunque los gobiernos inspirados o dirigidos por los franceses protagonizasen un cambio social decisivo en sus respectivos territorios.

La última de las constituciones revolucionarias de primera hora es la española de 1812. Fue elaborada por unas Cortes representativas y en ella se reconoce, junto a la iniciativa de los diputados, la posibilidad de una iniciativa legislativa de la corona:

art. 131. — Las facultades de las Cortes son: Primera: Proponer y decretar las leyes y derogarlas en caso necesario.

art. 132. — Todo diputado tiene la facultad de proponer a las Cortes los proyectos de Ley...

art. 171. — Décimo cuarta: hacer a las Cortes las propuestas de leyes o de reformas que crea conducentes al bien de la nación para que deliberen en la forma prescrita.

El golpe de Brumáριο lleva al frente del gobierno de Francia a Bonaparte quien se cuidó de elaborar un texto constitucional a su medida. Esta vez no hubo debate parlamentario, substituido por un referendum en el que consiguió una abrumadora mayoría, tanto como para que resulte dudosa. La Constitución del año VIII (1799) introduce por primera vez la participación del ejecutivo en el proceso legislativo. Apparentemente se reprodució el anterior sistema de cámaras, con un cambio de nombres y composición, manteniendo la división de funciones entre ellas. La creación y las funciones del Consejo de Estado dieron origen a un intermediario que, en realidad, representaba al primer cónsul. Formalmente correspondía al Consejo «bajo la dirección de los cónsules», la elaboración de los proyectos de Ley (art. 52), pero dado que el art. 42 declaraba suficiente la decisión del primer Cónsul y que éste nombra y revoca libremente a los miembros del Consejo (art. 41) puede deducirse donde residía la iniciativa legal. El resto del proceso era semejante al del 95 con la única salvedad de que el Cuerpo Legislativo, antes de aceptar o rechazar el proyecto en bloque, era ilustrado con un debate en el que participaban tres tribunos y otros tantos consejeros de Estado.

A diferencia de lo sucedido con la Constitución de 1795 la del 99 no fue objeto de exportación en su etapa republicana, al optar Napoleón por dar Constituciones, más adaptadas a las circunstancias, de las repúblicas dependientes. El régimen monárquico no introdujo cambios que nos interesen, fuera de un mayor poder del ejecutivo como se aprecia en la Constitución dada a los españoles en Bayona, a pesar de la formalidad de urnas llamadas Cortes cuya composición era única y cuya libertad estaba más que mediatizada.

La abdicación de Napoleón vino a plantear el nada fácil problema de encontrar un nuevo sistema político para el país que había iniciado la revolución de Europa y había vivido los tres lustros anteriores bajo un monarca absoluto. El proyecto constitucional del «Senado conservador» es una muestra de oportunismo político, en el que el interés prioritario por asegurarse la permanencia en el cargo, lleva a los senadores a renunciar indirectamente a la iniciativa legal, al ofrecer que «los proyectos de ley pueden plantearse tanto en el Senado como en el Cuerpo Legislativo», lo que implica una acción exterior a estos cuerpos de acuerdo con la norma seguida por el emperador. La decisión de Luis XVIII no tuvo en cuenta la anterior proposición, dando en su lugar la Carta constitucional de 4 de junio de 1814, que se convirtió en el paradigma de una organización política autoritaria, tanto por su carácter otorgado como por reservar a la corona la iniciativa legal. El ejemplo francés fue seguido en el ducado de Nassau, en España con el Estatuto Real de 1834 y en Luxemburgo en 1841, en tanto encontramos textos que utilizan la denominación de carta a pesar de que se alejan sensiblemente del modelo, como ocurre con la portuguesa de 1826 y la francesa de 1830.

La dualidad de denominaciones, el hecho de que los textos entre 1799 y 1808 se titulen constitución en tanto los de 1814 y después se llamen carta, es posiblemente la causa fundamental de una distinción que el análisis político no justifica. En otras palabras diríamos que todos ellos corresponden a un mismo tipo, el de las Cartas otorgadas, carácter que esperamos probar en las páginas que siguen. Tradicionalmente se ha considerado que las Cartas se definían, con independencia de su contenido, por el hecho de haber sido otorgadas por monarcas que hasta el momento de darlas habían ejercido un poder absoluto, con lo que la Carta aparecía, al menos formalmente, como una concesión graciosa del rey al espíritu de los tiempos.

Constitución y Carta

Al lado de ésta definición basada en el origen, hemos de destacar la circunstancia de que las cartas tienen un contenido específico y característico más importante que el primero a la hora de definir las. El factor, cuya presencia es suficiente para calificar un texto como Carta, es la privación de la iniciativa legislativa al parlamento, cualquiera que sea su nombre y composición. Una carta configura un sistema político en el cual una asamblea puede legitimar los proyectos de ley del gobierno pero carece de capacidad para formular otros alternativos o simplemente distintos, tanto por tratar de cuestiones diferentes como por ofrecer soluciones distintas a un mismo problema. Cuando ambas condiciones se dan en un texto la identificación está fuera de toda duda. Cuando sólo aparece una de las dos consideramos que el carácter dominante es el segundo y que atendiendo a él es como debe procederse a la tipificación del texto en cuestión. Veamos ahora los documentos concretos para comprobar la validez de este análisis.

La carta otorgada más antigua será, por tanto, la llamada Constitución francesa de 1799 y no tanto por las atribuciones que concede al primer cónsul como por la restricción que prescribe para las iniciativas del Tribunado. El art. 29 le reconoce, en efecto, la facultad de expresar su opinión sobre las leyes presentadas y futuras, sobre los abusos a corregir, sobre las mejoras a realizar en todos los campos de la administración pública, exceptuados aquellos asuntos civiles o criminales pendientes en los tribunales. Ahora bien, según reza el mismo artículo: «las opiniones que manifiesta... no tienen ninguna consecuencia necesaria y no obligan a discutir sobre ellas a ninguna autoridad constituida». En estas condiciones, la representación nacional no tenía más función que la de cooperar en las iniciativas legislativas del ejecutivo, pero en modo alguno podía suplirlo.

La Carta constitucional de 4 de junio de 1814, arm que formalmente parezca más participativa no deja a los representantes, aún tan menguados como los en ella previstos, ninguna iniciativa legal como puede constatarse en la lectura de los siguientes artículos:

art. 15. — El poder legislativo se ejerce conjuntamente por el rey, la cámara de los pares y la cámara de los diputados de los departamentos,

art. 16. — El rey presenta el proyecto de ley.

art. 19. — Las cámaras tienen la facultad de solicitar al rey para que proponga un proyecto sobre

cualquier materia así como para indicar el contenido que estimen conveniente contenga la ley.
art. 46. — No se puede hacer ninguna enmienda a una Ley, siempre que no haya sido propuesta o aceptada por el rey.

Durante los Cien Días, Napoleón consideró necesario reformular la naturaleza del régimen imperial mediante la promulgación del Acta adicional a las Constituciones del Imperio. Significativamente las reformas introducidas tocan, entre otros, este punto sin llegar a aceptar la participación legislativa de las cámaras.

art. 23.— Al gobierno corresponde la proposición de la ley; las cámaras pueden proponer enmiendas; si estas enmiendas no son aceptadas por el gobierno, las cámaras quedan obligadas a votar el proyecto, tal como les fue presentado,
art. 24. — Las cámaras tienen la facultad de invitar al gobierno para que proponga una ley sobre una materia determinada y ofrecer por escrito aquello que les parezca conveniente que figure en la ley.

En los seis años siguientes ningún texto constitucional europeo si exceptuamos la Constitución de 1812, curiosamente sancionada por Fernando VII como si se tratase de un parlamento del Antiguo Régimen, acepta la iniciativa legal de los diputados. «En cualquiera de las dos cámaras, cualquiera de sus miembros podrá hacer cualquier proposición. — *placet*». Sólo las Constituciones surgidas de la oleada revolucionaria iniciada por Riego destacarán, con la importancia que tiene el asunto, la iniciativa legal de los diputados y la posibilidad de introducir enmiendas como condición necesaria. De acuerdo con la tradición revolucionaria del modelo español, las constituciones napolitana de julio de 1820 y portuguesa de 23 de septiembre de 1822 reservaron la iniciativa a los diputados.

art. 125. — Cualquier diputado tiene la facultad de someter al parlamento proyectos de ley.

art. 105. — La iniciativa inmediata de las leyes competen exclusivamente a los representantes de la nación juntos en Cortes.

Los secretarios de Estado pueden, no obstante hacer proposiciones, después de examinadas por una comisión de las cortes, podrán convertirse en proyectos de ley.

Constitución y Carta

La intervención de las potencias legitimistas, Austria y Francia fundamentalmente, puso término a las experiencias constitucionales de la Europa del Sur. Cuando se plantee el problema de redefinir la organización política de las monarquías nos encontramos ante el significativo fenómeno de las Cartas que no se ajustan a la definición. De no ser por la necesidad de elaborar categorías que toda ciencia supone, nos conformaríamos con hablar de dos tipos distintos de cartas, sólo que esto es tanto como negar cualquier valor conceptual a dicha palabra. La Carta constitucional portuguesa de 29 de abril de 1826 no se ajusta al modelo de carta otorgada a pesar de haber sido promulgada como tal. Para confirmarlo basta reproducir algunos de sus artículos:

art. 13. — O poder legislativo compete ás Cortes com a sanção do rei.

art. 15. — É da atribuição das Cortes:

6.º Fazer leis, interpretá-las, suspende-las e revogá-las

art. 45. — A proposição e aprovação dos projectos de lei compete a cada uma das câmaras,

art. 46. — O poder executivo exerce por qualquer dos ministros de Estado a proposição que lhe compete na formação das leis, e só depois de examinada por uma comissão da câmara dos deputados, donde deve ter princípio, poderá ser convertida em projecto de lei.

La revolución de julio en Francia dio como resultado la promulgación de una nueva Carta constitucional, la de 14 de agosto de 1830. A pesar de su nombre se trata de una Constitución, tanto por su origen ya que fue elaborada por los diputados antes de proclamar al duque de Orleans, como por la recuperación de la iniciativa legislativa por parte de los diputados.

art. 14. — El poder legislativo es ejercido colectivamente por el rey, la cámara de los pares y la cámara de los diputados.

art. 15. — La proposición de las leyes pertenece al rey, a la cámara de los pares y a la cámara de los diputados...

art. 16. — Toda ley debe ser discutida y votada libremente por la mayoría de cada una de las cámaras.

art. 17. — Si una proposición de Ley ha sido rechazada por uno de los tres poderes no podrá presentarse de nuevo en la misma sesión.

Después del triunfo liberal en Francia, aún se promulgaron en Europa cartas semejantes a la derogada en Francia. La más relevante por la importancia del país al que se aplicó fue el Estatuto Real, elaborado por Martínez de la Rosa y promulgado el 10 de abril de 1834 en nombre de Isabel II, ejemplo de Carta otorgada donde las haya como lo descubre su origen y contenido.

art. 31. — Las Cortes no podrán deliberar sobre ningún asunto que no se haya sometido expresamente a su examen en virtud de un decreto real,

art. 32. — Queda, sin embargo, expedito el derecho que siempre han ejercitado las Cortes de elevar peticiones al rey...

art. 33. — Para la formación de las leyes se requiere la aprobación de uno y otro estamento y la sanción del rey.

En el momento de su publicación y habida cuenta las circunstancias del momento, el estatuto Real era un total anacronismo. Nada tiene, por tanto, de particular que su aplicación estuviera constantemente alejada de sus supuestos, que fuese incapaz de encontrar soluciones políticas a los conflictos sociales y que, finalmente, fuese derogado por la vía revolucionaria.

Este breve recorrido por los textos constitucionales europeos de las cuatro décadas que separan la primera Constitución de la última Carta, es suficiente para plantear una serie de cuestiones fundamentales para la historia de los sistemas políticos. Bajo la apariencia de dos únicas fórmulas: Constitución y Carta, encontramos tres opciones políticas perfectamente diferenciadas. La revolucionaria, caracterizada por reservar a los representantes elegidos la iniciativa legal, sin que el reconocimiento a la corona de la capacidad de sancionar los decretos de las Cortes constituya un auténtico poder legislativo, dado el carácter suspensivo que el veto tiene. La versión autoritaria se caracteriza por reducir la participación parlamentaria al debate de los proyectos legales de la corona, bien sea con división de funciones entre las cámaras como sucedía en la Francia napoleónica, bien se reconozca esta facultad a una o más cámaras. La última versión, la llamada

Constitución y Carta

a prosperar en los países liberales una vez realizada la revolución, es la del reconocimiento de la iniciativa tanto en la corona como en el parlamento. De ello procede la moderna actuación de las cámaras, habitualmente reducidas a la discusión de los proyectos legislativos de los gobiernos que, por evidentes razones funcionales, han sustituido a la corona en el ejercicio de la iniciativa legal.

ALMEIDA EM 1810

Primeira etapa de uma invasão improvisada

Nas investigações a que procedemos sobre a defesa das fronteiras portuguesas e em alguns estudos que publicamos sobre este assunto, no âmbito da história das Guerras Peninsulares, descuramos, até à data, um pequeno ensaio que, há já anos, nos veio parar às mãos. Não é fácil de explicar tal descuido, tanto mais que o título desse trabalho é bastante sugestivo: *Golpe de vista Militar sobre as nossas Praças de Guerra ou Influência destas na defesa das Provindas em que se acham situadas, e sobre os pontos que se deveriam fortificar para augmentar esta defesa*. O assunto a que se refere animou-nos a voltar a um tema que, embora por alguns estudado, aporta problemas que estão longe de estar resolvidos.

Referimos a questão de Almeida, como Praça Forte, no âmbito da 3.^a Invasão Francesa de Portugal. Necessitavam os franceses de se apoderar desse baluarte? O que ganharam com essa conquista? Almeida foi, como é sabido, ponto de partida para a penetração no país. Um trajecto foi delineado e executado, só após a tomada desse forte. Porquê essa opção, que parece contrariar a opinião da maioria dos estrategas? Esperamos, com a ajuda de algumas fontes, aclarar um pouco mais este capítulo da invasão de Massena.

Luis Antonio de Salinas, o autor do sugestivo título que mencionamos, é personagem de que pouco se conhece. Sabemos que mandou imprimir o seu trabalho em 1822, na cidade francesa de Bordéus, saindo à luz com as suas iniciais L.A.S. Publicara anteriormente, em 1821, em Paris, um *Pequeno*

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Manual do artilheiro na defesa das Praças de Guerra. Procurando no *Dicionário Bibliográfico Português* O¹), Inocêncio dá-nos notícias destes dois trabalhos e limita-se a afirmar, que se trata de um oficial de artilharia, do qual não possuía «mais notícias pessoais».

Consultámos as informações oficiais tiradas dos «livros de registo» (2). Este oficial é aí dado como natural de Linhares e como tendo entrado ao serviço, no regimento de artilharia de Estremoz, «com o posto de Sargento, sendo despachado 2.º tenente do dito corpo, por decreto de 24 de Junho de 1799, tendo 15 anos de idade» (3). Dá-nos, ainda, a notícia de se encontrar destacado no forte de La Lippe, em Julho de 1808, quando se retirou o exército francês de Portugal, após a 1.ª Invasão e termina por afirmar: «consta que foi para França». Temos, efectivamente, notícia da sua existência na Praça de Bourges, em França, em 15 de Setembro de 1814, com o posto de chefe de Batalhão da arma de artilharia (4). É natural a publicação dos seus dois trabalhos em França, por se tratar, naturalmente, de mais um dos oficiais que, servindo nos exércitos napoleónicos, incluído na «Legião Portuguesa», viu mais tarde dificultada a sua reentrada em Portugal.

A Praça de Almeida merece a este autor considerações, algumas das quais justificam que aí nos detenhamos um pouco. Partindo do princípio, aceite por muitos especialistas, de que Massena cumpria ordens estritas ao ocupar esta Praça ou, por outras palavras, aceitando que era dado obrigatório, no seu plano de entrada em Portugal, a tomada deste forte, como condição prévia para um posterior avanço dos seus exércitos até Lisboa, colocamos desde já uma questão (5).

C¹) Tomo V, p. 221.

(2) A.H.M.L. (Arquivo Histórico Militar de Lisboa).

(3) Por decreto de 4 de Outubro de 1800, passou a Quartel Mestre; por decreto de 14 de Novembro de 1802, passou a ajudante; por decreto de 17 de Dezembro de 1805, foi promovido a capitão da 2.ª Companhia do Regimento de Estremoz. H. Madureira dos Santos, *Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra na parte não publicada a pelo General Cláudio de Chaby*, volume V, Lisboa, 1965, pp. 420 e 554-584.

(4) P. Boppe, *La Légion Portugaise, 1807-1813*, Paris, Nancy, 1897, p. 514.

(5) «Não quero entrar em Lisboa presentemente porque não seria capaz de dar de comer a tama gente. O verão tem que ser passado e tomar Ciudad Rodrigo e depois Almeida. A campanha tem que ser dirigida metodicamente e não através de expedições desconexas», *Correspondência de Napoleão*, 16519. Napoleão para Berthier, 29-V-1810, XX, 447, 49.

Massena fazia-se acompanhar de oficiais portugueses, conhecedores da toponímia do país, da capacidade das suas praças, das dificuldades do terreno, dos dispositivos de combate que se lhe oporiam. Sabia pois, com certeza, quais as barreiras que se deparavam no caso de forte defesa desta Praça lhe roubar um tempo precioso, tendo em vista os seus objectivos primordiais. Sabia que 3 ou 4 meses de sítio constituiriam um forte obstáculo ao prosseguimento da marcha de um exército na época das chuvas, num país de más comunicações. Partimos pois, desde já, da hipótese que contava com a facilidade de transposição deste primeiro obstáculo em Portugal ou, então, não arriscaria. Teve, pelos vistos, razão pois a empresa saiu-lhe perfeita.

Luis Antonio Salinas, que nos parece bom conhecedor desta Praça, a ela dedica boa parte da sua obra, por a considerar como a «única que se conserva em toda a fronteira da provincia da Beira».

Se aceitarmos que um dos principais objectivos duma praça é o de servir de armazém, de depósito seguro, ao exército que cobre as fronteiras, proteger as operações deste e, sobretudo, assumir tal posição que o inimigo se veja obrigado a apoderar-se dela antes de penetrar no território, a fim de apoiar as operações e assegurar o bom caminho das suas tropas, verificamos, para já, dois defeitos salientes nesta praça.

Em primeiro lugar, Almeida está situada na margem direita do Rio Coa, distante cerca de meia légua da linha fronteira e, por isso, não deve servir de armazém de depósito a um exército que se destina, somente, a uma defensiva e cuja posição deverá ser na margem esquerda do referido rio. Não se entende pois, e para já, a exorbitante quantidade de defensores, munições e mantimentos, ali colocados pelos ingleses, com o risco de ficarem à disposição do inimigo. Admito, no entanto, que Wellington contava com essa praça Forte e com o seu rico recheio, não como baluarte de defesa perante Massena, mas para futuras acções de penetração em Espanha, ocupada pelo inimigo e em que as acções, tendo em vista a sua expulsão, ainda tinham um carácter incipiente. Aliás, esta hipótese é pouco provável, pois Wellington, durante esta campanha, jamais deu sinal de qualquer intento ofensivo, pelo menos nesta primeira fase de operações.

Ou podemos admitir que a Praça de Almeida estava destinada, com o poderoso dispositivo de defesa aí colocado, a «entreter» o inimigo, dando tempo ao exército anglo-luso de defender a posição de Lisboa. Somos obrigados a colocar estes considerandos após a leitura de uma carta de Wellington,

dirigida ao Marqués de la Romana, datada de Celorico em 29 de Julho de 1810, muitos dias após a queda de Ciudad Rodrigo.

Em dado passo, afirma: «...Mais comme il parait pas que l'ennemi a vraiment l'intention de faire le siège d'Almeida...» ou «...l'Ennemi voie Almeida de prés. Mais je ne crois pas qu'il doit en faire le siège» (6). Em carta, ao mesmo General, escrita por Wellington, em 9 de Agosto afirma: «...L'ennemi a fait un depot auprès d'Almeida; et on dit qu'ils ont un rassemblement d'outil au Fort de la Conception, ce qui a l'apparence du siège» (7). Em 28 de Agosto, ainda, afirma a La Romana: «Je suis bien fâché d'avoir à vous faire savoir qu'Almeida a tombé. Je n'y comprend rien» (8).

A primeira tentativa do inimigo, afirma-nos também Luis Antonio Salinas, será cortar a comunicação entre o nosso exército e a praça, operação que lhe será difícil, ainda antes de forçar as nossas tropas a abandonarem a posição do Coa. Para o conseguir é suficiente que os seus postos avançados ocupem a margem direita do rio, se apoderem da ponte que está próxima da Praça, por ela não ser daí visível e estar, além disso, quase fora do alcance da artilharia.

Em segundo lugar, e seguindo Luis Antonio Salinas, a posição de Almeida é tal, que o inimigo não tem precisão de se amparar desta fortaleza, para se entranhar na Beira. Senhor da posição de Ciudad Rodrigo, pode dirigir-se, por Alfaiates e Sabugal, à cidade da Guarda e, daí, para o interior do país. Se julgar conveniente fazer avançar algum corpo de tropas, pela estrada que vai de Almeida, por Pinhel e Trancoso, não terá, também, dificuldade em fazer esse corpo atravessar o rio Coa, através da mencionada ponte, próxima da praça. A experiência, acrescenta o autor deste curioso folheto, demonstrou, na invasão de Massena, que a ponte não impediu que a vanguarda do seu exército obrigasse a retirar para a margem esquerda do Coa o corpo de tropas inglesas, sob o comando de Crawford, amparando-se da sua cabeça, antes, ainda, de começar o sítio a Almeida. Se os franceses encontraram dificuldades no dia em que investiram a praça, essas dificuldades provieram da boa posição que se encontra na margem esquerda do rio e não de qualquer influência da Praça.

(6) (S.H.M.M.) Servicio Historico Militar, Madrid. *Documentos Guerra de la Independencia*, Duque de Bailen, ano 1810, caja 21, Legado 26, Carpe;a 119.

(7) *Idem, Ibidem.*

(8) *Idem, ibidem.*

Por tudo, conclui Luis Salinas, a Praça de Almeida não pode servir de armazém a um exército destinado à defesa da Beira pois, pela sua posição, não obriga o inimigo a uma indispensável necessidade desta praça, antes de se introduzir no interior. Por sua vez, as vantagens que ela oferece em caso de defensiva, são facilitar os meios de enviar pequenos corpos de tropa à descoberta dos movimentos do inimigo e albergar, no seu interior, as pessoas e os seus bens. Assim, os defeitos apontados no caso de um sistema defensivo são vantagens em caso de uma ofensiva. Perante esta última afirmação somos, ainda, mais induzidos a concordar com este autor e a duvidar do interesse estratégico em que Massena tanto se empenhou ou em que foi induzido a empenhar-se e, com o qual, pouco ou nada ganhou. Bem pelo contrário, deu vantagens, traduzidas em tempo, ao exército que defendia Portugal. Além do mais, a exiguidade e os defeitos das forças armadas em Portugal, durante os séculos XVIII e XIX, nunca levaram os poderes instituídos, a pensar em acções que subentendessem uma passagem de fronteira e uma penetração em Espanha.

Aliás. Wellington também não toma nesta campanha atitudes defensivas. Devia temer perder uma acção militar desse tipo e recluir as consequências políticas que tal lhe acarretaria. Tinha um plano que procurou conservar e não se deixou arrastar, nessa altura, a qualquer ataque em força. Em compensação, pôde dispersar os seus corpos de tropas ao longo da fronteira, até ao rio Douro. Massena deu-lhe uma «ajuda», ao perder tempo demasiado com a ocupação das praças de Ciudad Rodrigo e Almeida, mas não tanto quanto esperava, pois quando, tardiamente se apercebeu do ataque a esta última praça, jamais pensou em tão rápida queda ⁽⁹⁾.

Contava Wellington pois, com uma maior resistência de Almeida e conseqüente possibilidade de melhor assentar os seus planos. Não socorreu a Praça, como é bem conhecido, e apesar das afirmações expressas, nesse sentido, a La Romana, não creio que jamais o fizesse, quer por razões que atrás aduzimos e que jogam com o factor surpresa, quer por essa

⁽⁹⁾ S.H.M.M., *ibidem*. Em carta ao Marquês de La Romana expedida de Celorico, datada de 28 de Agosto de 1810, afirma em dada altura Wellington: «... voilà tout ce que je sais de ce coup, qui m'a été très inattendu et m'a fait beaucoup de peine. Le gouverneur m'a fait dire par télégraphe il y a quelques jours que l'Esprit de la Garnison etoit bon; et je sais qu'il a dit qu'il s'attendoit à 90 jours...».

defesa poder redundar em desastre ⁽¹⁰⁾. E urna derrota logo no começo da campanha, poderia levar o seu governo a retirar-lhe o comando das tropas portuguesas.

Aliás, muitos ingleses contemporâneos dos acontecimentos, não dão importância a Almeida, como defesa da fronteira portuguesa. As memórias publicadas na época são eloquentes. Seleccionamos, a título de exemplo, duas opiniões. Vejamos a de T. Goddard, escrita em 1812:

] «Como a conquista desta Praça Forte não tem qualquer importância (no que diz respeito às verdadeiras fronteiras de Portugal) o conquistador de Almeida não fica, como tal, com mais certezas acerca da possibilidade de penetrar no coração do Reino. Existe um preconceito absurdo e inveterado.... que consiste em muita vezes sacrificar homens e dinheiro face a inúteis muralhas, apenas porque os antepassados dos nossos inimigos foram tão sistematicamente tontos que as resolveram fortificar» C¹¹).

Também num trabalho intitulado *Sketch of the campaign in Portugal*, de autor anónimo, se retira qualquer importância à posse de Almeida, tendo em vista o resultado final de uma campanha de invasão:

«O mesmo raciocínio aplicar-se-á em grande medida ao caso de Almeida, embora seja indiscutível que desde a localidade onde fica situada até à posição de Wellington, um movimento que tivesse sido feito para a apoiar, teria sido menos arriscado do que no caso anterior; e é possível que tal operação tivesse sido tentada, se a queda inesperada e acidental não o tivesse evitado. Valerá aqui a pena afirmar, no entanto, que também neste caso, a Praça de Almeida era de muito menor importância, no resultado final da campanha, do que tem sido, geralmente, pensado. Tinha, certamente, importância, na medida em que atrasava o progresso do inimigo e alongava a campanha; mas creio que todas as autoridades militares estão de acordo em considerar que a sua posse não apresenta vantagens decisivas para um exército que ataque Portugal. Portanto, embora tivesse sido desejável reter essa Praça, não valia a pena correr o risco considerável que implicaria tentar salvá-la» ⁽¹²⁾.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem.* «Je m'etois avancé encore une fois pour donner la Main à la place, si l'Ennemi m'en donnoit l'occasion.....»

^{C¹¹} T. Goddard, *A history of the campaigns of the British Forces in Spain and Portugal*, London, 1812, pp. 334-335.

⁽¹²⁾ *Sketch of the Campaign in Portugal*, London, 1810, pp. 13-14.

Massena escolheu ou aceitou a sugestão de alguns dos seus conselheiros, ao seguir a margem direita do Mondego como linha de operações, na sua penetração em Portugal. Tinha obrigação de conhecer as privações que iria passar o seu exército, atravessando regiões sem recursos e daí, poder ter pensado na necessidade de organizar uma base, que servisse de apoio na fronteira. Explicar-se-ia, assim, o afinco na posse das suas praças. Contudo, a sua tendência não foi garantia, nem sequer para estabelecer comunicações com a Espanha. Penetra num país devastado que, de forma alguma, lhe oferecia provisões, sem ter o cuidado de organizar uma linha de comunicação com a retaguarda.

Pensa, naturalmente, numa rápida chegada a Lisboa, num conseqüente embarque dos ingleses. Esquece as más estradas, que se alongavam por terrenos desabitados, sem qualquer escalonamento de depósitos de provisões e inicia, assim, um caminho, que pensava rápido e sem obstáculos, para chegar à capital. A obstinação na conquista das praças que de nada lhe vieram a servir, parece satisfazer a ordem de Napoleão e dar, apesar de tudo, a Wellington o qual contava com uma resistência maior de Almeida, tempo suficiente para reforçar as suas posições.

Não deixa de ser singular, como alguns autores sugerem, que Massena tivesse tido surpresas com o terreno que ia atravessar. Efectivamente, as inúmeras memórias e reconhecimentos efectuados por engenheiros franceses que, em Portugal, estacionaram na 1.^a invasão, e todo um conjunto de documentos, descritivos da toponímia do país e de pormenores sobre as suas características, entregues a Junot e, por ele, levados para França, não poderão fazer-nos concluir de outro modo⁽¹³⁾. Além do mais, Massena fazia-se acompanhar, como já afirmamos, de nacionais, homens que serviam na Legião Portuguesa, ao serviço da França e entre os quais, alguns, seriam bons conhecedores do terreno que iriam percorrer.

Estes oficiais serviam há três anos no exército de Napoleão e, pelas demonstrações de fidelidade apresentadas, «il crut pouvoir faire fond sur quelques'uns d'entre eux, au moins comme sur de précieux auxiliaires dans la nouvelle cam-

(13) para além das inúmeras memórias que encontramos no Archive de Vincennes, e que publicámos em *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol. I, II, III, Paris, 1971, 1972, 1983, há toda uma série de documentos elaborados a partir das campanhas de 1762 que Junot, pensando em futuras invasões, pôs a bom recato na sua bagagem, quando regressou a França.

pagne de Portugal qu'il allait entreprendre et cela d'autant plus, que nombre d'officiers supérieurs de la légion appartenaient aux plus grandes familles du Portugal, et pourraient, par leur influence, ou leurs connaissances de la topographie mal connue de ce pays, lui être de la plus grande utilité». Estas são as palavras concludentes dum «rapport», enviado a Napoleão, em 16 de Março de 1809 ⁽¹⁴⁾. Uma trintena de oficiais portugueses, entre os quais Aloma e Pamplona, faziam parte do Estado Maior de Massena ⁽¹⁵⁾. Qualquer destes oficiais, elaborara estudos de que se poderia ter servido o exército que, então, invadiu Portugal.

Detenhamo-nos, agora, nalguns estudos que, a serem consultados pelo Estado Maior de Massena, teriam mudado o decorrer e o desfecho desta 3.^a Invasão. Eles são demonstrativos de uma preparação prévia que devia ter Massena mas, ao que parece e por razões adiante focadas, não actuaram em seu favor. Por exemplo, a *Mémoire pour un plan de défense de la frontière des provinces septentrionales du Royaume de Portugal*, depositada em França, no Arquivo Histórico de Vincennes, poderia ter fornecido alguns elementos de valor a Massena ⁽¹⁶⁾. Aí, o autor procurou demonstrar quais as barreiras que, por sua natureza, impediam um ataque a Portugal e os espaços abertos que, facilitando essa entrada, se tornaria necessário defender. Critica, por considerar antiquado, o sistema de defesa da Beira habitualmente seguido e que consistia na utilização do processo de cobertura da fronteira, por praças fortes. Na sua opinião, este sistema enfraquecia a linha de defesa do exército, porque multiplicava as guarnições, obrigando-as a defenderem uma região aberta, na qual, o inimigo poderá obrigar a um combate desigual. Para a Beira Alta, vê como única possibilidade de sucesso, no ataque inimigo, o espaço compreendido entre Sabugal e as margens do Douro, sobre o Coa. No caso da Beira Baixa, chama a atenção para Castelo Branco, lugar que terá que ser considerado como a verdadeira chave das Beiras. Pela natureza do país, o inimigo não poderá entrar nestas províncias sem se apoderar dessa localidade. Considera, assim, esta região importante, não só para a defesa da Beira Baixa e Estremadura como, também,

⁽¹⁴⁾ Citado por P. Boppe, *La Légion Portugaise, 1807-1813*, Paris, 1897, p. 137.

⁽¹⁵⁾ *Mémoires du Général Baron de Marbot*, tomo II, Paris, 1891, p. 382.

⁽¹⁶⁾ Antonio Pedro Vicente, *Memorias Políticas, Geográficas e Militares de Portugal (1762-1796)*, Lisboa, 1971, p. 151 e ss.

com influência na defesa do Alentejo, servindo, ainda, como ponto de apoio para operar ofensivamente contra a Espanha.

Crítica, para a defesa da Beira Alta, a utilização sistemática da Praça de Almeida, que dados os seus defeitos essenciais, obriga a uma defesa considerável e, por isso, não mais devia ser tida em conta, como uma chave da fronteira. Aponta Trancoso, como um ponto importante desta região, pelas características naturais do terreno onde se situa. A fortificação desta localidade «cobriria o vale que conduz a Coimbra e que abre a entrada da Estremadura, pelas encostas das montanhas». Crê, pois, ser mais eficaz e adequado a fortificação de Castelo Branco, na Beira Baixa, e Trancoso na Beira Alta do que a multiplicação de praças de valor insignificante para a defesa da região.

Também num estudo anónimo de 1767, *Mémoire géographique sur le Royaume de Portugal*, a propósito da entrada dos espanhóis na campanha de 1762, se afirma, com referência a Almeida «...le siège et la prise de cette place en 1762 par les espagnols a consommé un temps précieux, des vivres et de l'argent, le tout inutilement. La même chose arrivera toutes les fois qu'on voudra faire le même plan de campagne. Cette Place ne nuit ni ne sert en rien à l'entrée en Portugal» e, mais adiante «...une preuve que les portugais sont restés dans un principe d'ignorance et de fausseté sur la guerre contre l'Espagne c'est qu'ils travaillent à present a relever les fortifications de l'inutile Place d'Almeida....»⁽¹⁷⁾.

Maximiano José de Serra, engenheiro português, escreve uma *Memoria da Praça de Almeida* que também encontramos arquivada em França e à qual Massena poderia ter acesso⁽¹⁸⁾. O autor considera esta Praça pela sua colocação, num terreno que a ela conduz, bastante difícil de defender. Afirma, ainda, que as praças fortes são dispendiosas na sua manutenção e considera que as já existentes deviam servir para albergar tropas em tempo de paz e não para a defesa do país. Para essa defesa as melhores praças são os exércitos volantes, formados por tropas de linha.

Este mesmo engenheiro elaborou um *Itinéraire de la Province de Beira*, que Junot levou consigo, após a sua retirada de Portugal e, portanto, deveria também ter chegado ao

⁽¹⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 127 e ss.

⁽¹⁸⁾ António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal (1799-1802)*, vol. I, Paris, 1971, p. 193 e ss.

conhecimento de Massena. Aí, apresentou as distâncias em léguas, a partir das fronteiras da Beira, seguindo uma série de itinerários possíveis, em que supõe desvios por outras estradas e itinerários diferentes dos utilizados pelos franceses dando-nos, ainda, por vezes, as estradas a seguir de verão e de inverno para alguns dos trajectos. Ambos estes documentos são de 1801 ⁽¹⁹⁾.

August du Fay, oficial engenheiro de mérito, que trabalhava para o exército português e que, após a vinda de Junot, se colocou ao seu serviço, dá-nos um interessante estudo *Défensive entre Vila Velha et Abmntes*, sobre a defesa do país nessa região, caminho que poderia ter escolhido Massena se se dirigisse para Lisboa pela Beira Baixa e, aí, atravessasse o Tejo, seguindo a via de Junot que, como membro do seu corpo do exército, poderia, melhor que ninguém, aconselhar Massena nesse sentido ⁽²⁰⁾.

August du Fay oferece-nos outra memória que também se encontra em França, *Reconnaissance d'une partie de la Province de Beira, comprise entre Ponte de Murcella, Almeida, Lamego e Viseu*, datado de 1801 ⁽²¹⁾. Aí considera a fronteira da Beira Alta, parte compreendida entre o Douro e o norte da Serra da Estrela, uma área muito descoberta e, daí, perigosa no caso de desinteligências. A fortaleza de Almeida, tendo em vista a defesa deste espaço, é de pouco interesse, dado os defeitos da sua construção. Para ele Trancoso é posto importante que se situa perto do Mondego e é susceptível de uma boa defesa, pois comanda todos os arredores sem ser comandado, servindo, na sua zona, os caminhos da Guarda, Celorico, Almeida, Pinhel, Viseu e Coimbra.

Este laborioso autor dá-nos, ainda, uma terceira memória, assinada no Quartel de Viseu, em 1 de Junho de 1804, e dividida em duas partes. A primeira com o título *Défensive générale de la Basse Beira, entre Villa Velha, Fundão, Sabugal, la Frontière et le Tage* e a segunda escrita em português *Memoria colectiva a huma parte da Beira Alta chamada Cima Coa* ⁽²²⁾. Du Fay era nesta época coronel de Estado Maior, chefe de 2.^a divisão (entre o Tejo e o Douro) de Inspeção Geral das Fronteiras do Reino. Nelas estuda as possibilidades

⁽¹⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 201 e ss.

⁽²⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 213 e ss.

⁽²¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 243 e ss.

⁽²²⁾ Antonio Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol. II (1803-1806), Paris, 1972, p. 163 e ss.

da entrada de um exército inimigo na Beira, bem como as disposições, marchas e corpos próprios a impedi-la ou a tornar mais difícil essa entrada, sem expor as tropas. Fornece dados sobre os locais, suas vantagens, desvantagens e atributos. O inimigo que tivesse conhecimento destes estudos ficava informado de úteis indicadores sobre o número de habitações em cada povoação e vila, no âmbito designado pelo título da memória, além de ficar a conhecer as características sociais dos habitantes, locais próprios para alojamento das tropas, produção alimentar e vias de comunicação, com os principais locais das regiões visadas.

Mais estranho nos parece, ainda, o facto de Massena não ter, também, utilizado o elevado número de estudos, alguns de utilidade indiscutível, que Vincent, engenheiro francês que serviu no exército de Junot, levou consigo para França e os quais, na sua maioria, aí consultamos ⁽²³⁾. Trata-se de uma extensa relação dos mapas, planos, itinerários, memórias e documentos relativos à inspecção das fronteiras e costas de Portugal, que a este oficial foram enviados, a seu pedido, em 1808, pelo tenente-general De la Rozière, oficial contratado pelo Governo Português, em 1797. Pelas datas e outros elementos indicados nesta relação, verificamos tratarem-se de documentos não só elaborados por engenheiros franceses mas, também, por militares e engenheiros portugueses, ou estrangeiros ao serviço de Portugal. Esta preciosa colecção foi devidamente analisada pelo coronel Vincent e muita da informação aí contida, vem a ser utilizada na posterior acção militar dos franceses em Portugal, sob as ordens de Soult em 1809, tudo levando a crer sobre a sua utilidade na invasão de Massena. Entre estes inúmeros documentos aí se podem encontrar: *Carte topographique d'une partie de la Province de Beira, Place d'Almeida, Plan du Fort de la Conception, Croquis des Environs de Villa Velha, Carte Topographique du passage de Villa Velha et des environs, Carte du cours du Tage sous Ahrantes relative à Y établissement d'un pont, Plan d'Almeida*, pelo General De Chermont et un autre «remis par le Ministre Pinto», *Carte de la Frontière de la Beira*, pelo Major de Engenharia Maximiano Serra, *Itinéraire de la Frontière de la Beira* e, ainda, mais algumas memórias sobre Almeida,

⁽²³⁾ Sobre a actividade deste engenheiro em Portugal, veja-se o nosso estudo «Para a História da Engenharia em Portugal. Aspectos da actuação do Coronel Vincent (1807-1808)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V, 1972.

bem como a memória de Dumouriez, relativa a Portugal que, com tanto insucesso, parece ter sido utilizada nas várias invasões francesas (24).

É bastante sugestivo, neste conjunto, um *Rapport sur l'état de la route de Lisbonne à Almeida par Coimbra* elaborado pelo capitão de engenharia Boucherat. Efectivamente, é a única das memórias, entre a enorme quantidade que pode ser consultada no Arquivo Histórico de Vincennes, que se refere ao percurso seguido por Massena em Portugal. Na medida das dificuldades que apresenta, faria desistir qualquer exército que tivesse a veleidade de, por essa via, se arriscar no seu caminho até Lisboa. Ao serviço do exército de Junot, este engenheiro percorre, com efeito, nas suas linhas gerais, o itinerário actualmente utilizado por quem dirigindo-se de Espanha, segue pela estrada da Beira Alta. Aqui o autor, pormenorizando todos os pontos ou etapas que o exército poderia seguir, indica trajectos, distâncias e estado das respectivas estradas: «nature de pays, positions qu'il offre, ses productions et ses ressources». O que é mais curioso, e que deveria também ter servido aos exércitos franceses de que agora nos ocupamos é que, no trajecto entre Coimbra e Almeida, nos fala da inexistência de campos cultivados e, em quase todos os locais, da extrema miséria da terra e dos seus habitantes. Estes, sem bens próprios, «ne travaillent que pour les nobles et le clergé dont les possessions immenses sont en grande partie incultes». Naturalmente incivilizados, os camponeses, afirma Boucherat: «sont incapables de guider un voyageur jusqu'à deux ou trois lieues de leur habitation».

As minúcias deste «rapport», se tivesse sido consultado, daria boas lições a qualquer invasor sobre o país que ia atravessar pois o seu estado e dos seus caminhos, a sua natureza, as posições que ele oferecia, as suas produções e os seus recursos, são indicadores das dificuldades próprias deste trajecto (25). Este «rapport» é assinado em Lisboa, em 3 de Fevereiro de 1808. Na mesma data, Vincent que chefiava, como dissemos, o corpo de engenheiros do exército de Junot, escreve sobre Almeida: «A praça de Almeida é a única sobre o Coa que pode oferecer alguma protecção à província da Beira Alta mas deixando entre ela e Sabugal de 8 a 9 léguas cobre,

(24) António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal (1807-1811)*, vol. III, Paris, 1983, pp. 67 e ss.

(25) *Idem, ibidem*, p. 77 e ss.

necessariamente, pouco da fronteira nesse local. Parece que sem motivo foi colocada na margem direita do Coa, a uma distância tal, que as ravinas formadas entre ela e o Coa, facilitam singularmente as aproximações»⁽²⁶⁾.

Para além destas descrições que analisam os itinerários possíveis a um invasor, na sua entrada em Portugal, bem como a Praça de Almeida, temos mais uma, no estudo do capitão de engenharia Edmè Mairet que é, em muitos aspectos, coincidente com as anteriores, no sentido de desclassificar o interesse estratégico de Almeida, e a grande vulnerabilidade desse Forte. Assim, este oficial francês começa por fazer considerandos sobre a sua localização estratégica apontando-lhe diversos defeitos de concepção, entre as quais ser mal traçado nalgumas das suas frentes e pouco regular na distribuição das suas fortificações, o que o torna desequilibrado no aspecto de resistência. Foi escrita em 27 de Fevereiro de 1808⁽²⁷⁾.

José Maria Ferreira da Fonseca, um capitão de engenharia português, redige um estudo destinado ao Senhor Marechal Duque da Dalmacia e Governador Geral do Reino de Portugal: «Feito e oferecido em o anno de 1809, pelo mais obediente subdito». Dividida em duas partes, a sua memória topográfica e militar fornece indicação detalhada e exaustiva, de interesse evidente, para um exército invasor. Efectivamente, aí se descrevem não só as estradas principais e particulares, como também as maiores e melhores posições militares da fronteira da Beira, desde a Praça de Almeida até ao Rio Tejo, acrescentada com a descrição das estradas de Castelo Branco à vila de Abrantes, sua ponte de barcas e fortificação da mesma. Faz acompanhar a sua memória «das estampas necessárias para a sua melhor inteligência».

Aliás, o título desta memória é sugestivo: *Mémoire Topographique et militaire sur les communications, positions militaires et places fortes de la frontière du Beira depuis Almeida jusqu'au Tage*. José Maria Ferreira da Fonseca distingue as condições do terreno conforme as estações do ano, no verão ou no inverno, indicando, por exemplo, que a navegação no Tejo, entre Vila Velha e Abrantes, só é praticável entre Outubro e fins de Março. Assinala, também, as dificuldades que têm que ser ultrapassadas pelos barqueiros. Explica as razões pelas quais as pontes de Vila Velha e Punhete não poderiam ser permanentes e qual o sistema em que operavam

⁽²⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 105 e ss.

⁽²⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 115 e ss.

as pontes construídas desde 1801. Dá-nos, finalmente, uma nota sobre o que se passou na região citada na altura da 1.^a invasão francesa e descreve, sucintamente, as características do Castelo de Abrantes, que se situa em bela posição ⁽²⁸⁾.

O Marquês de Aloma, um dos militares portugueses que fazia parte da «Legião Portuguesa» ao serviço de Napoleão e que, em 1810, se encontrava como componente do Estado Maior do Exército de Massena, escreve em 17 de Fevereiro de 1810 ao Príncipe de Neuchâtel e de Wagram. Ai afirma: «....J'appartiens désormais tout entier à l'Empereur; par admiration comme par reconnaissance et par devoir. Soit que comme Notre Altesse m'a fait l'honneur de me l'annoncer par sa lettre du 25 janvier. S.M.I. veuille faire concourir mon zélé à l'expulsion des anglais de mon pays, soit à toute autre de ses grandes vues, je suis prêts à obéir: j'attends ses ordres et les Vôtres à Madrid ainsi que me le prescrit Votre Altesse.....

Esta carta acompanha um *Coup d'oeil topographique sur la manière d'entrer en Portugal*. Ai, o *Lieutenant général*, inspector do comando geral das tropas portuguesas de todas as armas, que acompanham a Legião Portuguesa, oferece à consideração dos seus chefes um bem elaborado plano, tendo em vista a entrada na fronteira e a chegada a Lisboa. Alorna considera, como Massena que a tomada de Lisboa garantirá automaticamente o domínio do país. O objectivo deve ser, pois, chegar à capital o mais rapidamente possível. Num comentário interessante o autor escreve: «....A influência de

Lisboa sobre Portugal é talvez maior do que é o usual com outras capitais, esta cidade tornou-se grande demais através da continuidade das suas relações com as suas vastas e ricas colónias, compreende cerca da nona parte da população do reino e a situação é tal, hoje em dia, na Península, que logo que se tome Lisboa, se está na posse de Portugal inteiro». Mas, o que é saliente na sua memória, é o facto de aconselhar que, após a entrada na fronteira, a linha a seguir deve ser a da Beira Baixa. Dedicar um capítulo a essa província e concluir que, com um único ataque através da Beira, se irá acelerar a submissão de Portugal, atendendo à situação de Espanha. Esta sugestão não foi seguida por Massena que tinha, também, nesta memória, bons ensinamentos sobre o caminho a seguir. Ai são apresentados pormenores, como o estado dos caminhos, os locais aptos para atravessar o Tejo, etc. ⁽²⁹⁾.

⁽²⁸⁾ *Idem, ibidem*, p. 169 e ss.

⁽²⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 213 e ss.

O tenente general Barão de Thiébault que, em Portugal, desenvolveu grande actividade, enquanto chefe do Estado Maior do Exército de Junot, é bem conhecido, como autor da *Relation de l'Expedition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps d'Observation de la Gironde devenue Armée du Portugal* ⁽³⁰⁾. Oferece-nos duas memórias que estou seguro, foram consultadas por Massena e pelo seu Estado Maior: *Reconnaissance Militaire de la Frontière du Beira* e *Examen des operations d'une Armée qui entreprendait d'en forcer le passage*, ambas datadas de 15 de Abril de 1810, e posteriormente, enviadas a Napoleão ⁽³¹⁾. Nestes seus dois estudos, em que detalha as divisões da província da Beira, as cadeias de montanhas existentes, os rios que aí nascem ou a atravessam, as principais posições militares que aí se encontram e, finalmente, as dificuldades e riscos dum exército inimigo que queira penetrar em Portugal, encontra-se discriminada e bem circunstanciada uma só direcção para a penetração da fronteira da Beira, até Lisboa: a Beira Baixa. Sobre Almeida, dá-nos os traços comuns aos autores que temos vindo a estudar: «A l'exception d'Almeida, la frontière du Beira est entièrement *dépourvue* de villes de guerre, encore est'il à observer, que indépendamment de la position de cette place qui est mauvaise, son tracé est défectueux, ses remparts totalement en relief, et les approches sur deux de ses fronts, d'un défilement facile....» ⁽³²⁾.

Este autor, na mesma linha de ideias, havia já escrito um *Plan d'une nouvelle campagne au Portugal*, com data de 12 de Janeiro de 1810 ⁽³³⁾. Também, neste estudo, se refere a Almeida dentro da linha de todos os documentos que temos citado e que deveriam ter aproveitado a Massena. «....Je n'ai point parlé des sièges de Badajos, de Ciudad Rodrigo et d'Almeida, 1.º parce que les deux premières appartiennent à la Guerre d'Espagne et que leur prise ainsi que l'occupation de la Galice, doivent necesseraiment précéder toute opération contre le Portugal; e 2.º parce que le troisième ne peut offrir

⁽³⁰⁾ Publicado em Paris, 1817.

⁽³¹⁾ O «General Thiébault enviou-nos duas boas memórias sobre Portugal. A presença deste general distinto teria sido muito útil para o nosso exército. Uma única conversa com ele, naquela altura, poder-nos-ia ter elucidado sobre tudo». Donald D. Horward, *The French Campaign in Portugal 1810-1811, an account by Jean Jacques Pelet*, edited, translated, and annotated by, Minneapolis, 1973, pp. 135-136.

⁽³²⁾ António Pedro Vicente, ob. cit., vol. III, p. 223 e ss.

⁽³³⁾ *Idem, ibidem*, p. 239 e ss.

une grande résistance et est de plus, par sa position, inutile à la conquête du Portugal..... Neste plano, Thiébault repete a ideia de outros estrategas, ou seja a tomada de Lisboa deve ser o objectivo principal. No entanto, considera que nenhuma capital do mundo é melhor defendida pela própria natureza e que poucas terão uma população tão importante: 300 000 habitantes. Acresce que, para além das dificuldades naturais, havia a ter em conta a atitude dos portugueses que considera «corajosos, sóbrios, fanatizados contra todos, subjugados até ao máximo pelos ingleses, aos quais estão ligados pelas suas relações comerciais que lhe parecem necessárias devido ao Brasil».

Acrescenta ainda Thiébault dados sobre o número de componentes dos exércitos. Assim, os franceses teriam que enfrentar um total de 30 a 40000 homens da tropa regular, mais 40000 milicianos ou «insurrectos organizados» e, ainda, o reforço de 30 a 35 000 ingleses que, como era sabido, dirigiam as operações.

Era, pois, necessário, mobilizar 100 000 homens, a fim de realizar o objectivo. Justifica o seu raciocínio, escrevendo que, se em 1807 tinha sido necessário reunir 25 000 franceses e 28 000 espanhóis para atacar Portugal, quando esse país tinha o exército com as milícias organizadas e não contava com os ingleses, era evidente que, em 1810, a situação era outra e exigia maiores forças. Este é um dos poucos autores consultados, que não considera fácil o domínio de Portugal e que comenta o carácter e a psicologia das populações.

Depois de abordar, detalhadamente, questões referentes à estratégia de ataque, de defesa e exércitos a mobilizar, o autor debruça-se sobre as dificuldades que se teriam que enfrentar na alimentação das tropas. No seu estilo realista, nota que «terá que se contar com uma extrema penúria, contra a qual não poderá oferecer solução», pois os habitantes irão mesmo ao ponto de destruir os seus recursos para que não caíam nas mãos das tropas invasoras.

São extremamente curiosos os estudos de Jean Jacques Pelet que encontramos no Arquivo Histórico do Ministério da Guerra, em Vincennes, Estes, bem como o *Account* do mesmo autor, publicado por Donald D. Horward, são testemunho valioso para o estudo da 3.^a invasão francesa e merecem observação atenta, sobre as circunstâncias desse momento histórico ⁽³⁴⁾.

⁽³⁴⁾ Donald D. Horward, *ob. cit.*, e António Pedro Vicente, *ob. cit.*, vol. III, pp. 247-353.

Acompanhando o Príncipe d'Essling na última invasão dos exércitos napoleónicos, Pelet ocupou o cargo de seu primeiro ajudante de Campo, com a idade de 33 anos, vindo a sobrepor-se, como seu conselheiro, a generais com a experiência de Reynier, Ney e Junot, que pr a ticamente não eram consultados. Este facto valeu a Massena muitas críticas posteriores, bem como algumas quezílias, enquanto o seu exército permaneceu em Portugal. Marbot, nas suas memórias, publicadas em 1891, considera que a sua promoção a primeiro ajudante de campo foi uma desgraça para Massena, pois considerava Pelet homem com pouca arte na guerra. François Nicolas Frierion, um general que esteve em Portugal durante esta campanha, no seu *Journal Historique de la Campagne de Portugal*, publicado em Paris, em 1841, segue semelhante linha de crítica. Um outro trabalho, biografando Massena, da autoria de James Marshall Cornwall, publicado em Londres em 1865, considera Pelet um hábil matemático e engenheiro topógrafo, mas um inexperiente em guerra e que, para além do mais, ao ouvi-lo em demasia, Massena ofendia gravemente oficiais de muito maior importância.

As tropas de Massena estavam, em Março de 1811, em plena retirada ⁽³⁵⁾. Pelet foi incumbido da missão de informar Napoleão sobre a insubordinação do General Ney e de ser portador de um despacho para Berthier, chefe do Estado Maior das forças napoleónicas, com notícias sobre os acontecimentos em Portugal. Aí, Massena dá o como um oficial totalmente conhecedor de todos os locais que o exército francês percorreu e oferece, ainda, nota das suas amplas aptidões como militar ⁽³⁶⁾.

As razões, mais tarde apontadas por Pelet no seu relato *Sur la Campagne en Portugal 1810-1811*, reafirmam os argumentos então apontados a Napoleão, sobre a derrota e retirada dos franceses: desconhecimento do sistema-defesa inglês (Linha de Torres Vedras) e poucos dados sobre a topografia portuguesa. Esses factos teriam levado ao abandono do território «após seis meses de fome cruel e de uma espera inconcebível» ⁽³⁷⁾. Pelet regressa ao convívio do seu exército em

⁽³⁵⁾ Durante esse mês deram-se combates em Pombal, Redinha, Casal Novo, Foz de Arouce, etc.

⁽³⁶⁾ A.H.M.G.V. (Archive Historique du Ministère de la Guerre, Vincennes), *Correspondance*. Armée de Portugal, officio do Marechal Massena para Berthier, de 22 de Março de 1811.

⁽³⁷⁾ Donald Horward, ob. *cit.*, p. 503.

26 de Abril. Já nessa altura o quartel general de Massena estava em Ciudad Rodrigo e é aí que o general tomou conhecimento do despacho em que Napoleão, através do General Foy, lhe dá ordem para entregar o comando chefe do exército ao Duque de Raguse (Marmont), para regressar a França com o seu filho e que, aí, deixasse todos os seus próximos colaboradores, incluindo Pelet. Contrariando essa ordem, Pelet seguiu Massena para Paris e, contra todas as expectativas, Napoleão concede-lhe a ordem de *chevalier de YÈmpire*, em Julho de 1811 ⁽³⁸⁾.

No seu *Project ÆExpedition au Portugal*, elaborado em 20 de Maio de 1810, o então chefe de esquadrão Pelet, antes, portanto, da ofensiva contra Almeida, alude ao conhecimento que tem de memórias existentes no depósito de guerra referentes à Beira: «D'après les Mémoires du Depot de la Guerre, le Beyra, province de Portugal qui comprend presque tout le pays entre le Douro et le Tage...» ⁽³⁹⁾. Pelet afirma que a natureza agreste estabelece bem a divisão com a Espanha, com caminhos difíceis, maus para os carros e artilharia, terras pouco férteis e cheias de terrenos inúteis. A meio, o terreno descaí sobre o Tejo, «óu il devient beaucoup plus praticable, assez plat et très fertile, cette partie est la plus faible par elle même, la moins fortifié, et celle sur laquelle doivent se diriger les lignes d'operations contre Portugal, dont la conquête ne peut se faire que dans Lisbonne».

Há, pois, aqui, uma clara indicação de Jean Jacques Pelet, no sentido da invasão seguir a linha da Beira Baixa. Alude, também, neste projecto, à fortaleza de Almeida, que considera, contra o parecer de muitos dos documentos que temos analisado, uma das praças mais poderosas de Portugal. Sabia já, nessa altura, que o quartel general do exército inglês estava em Almeida. Alude, também, às instruções de Napoleão no sentido de conquistar Ciudad Rodrigo. Vai contra o projecto do Marechal Ney que propunha o combate aos ingleses para em seguida retomar o cerco de Ciudad Rodrigo e Almeida. Critica este projecto do general francês pelos perigos de dar batalha com soldados desconhecedores do terreno e com um exército que, embora considerável, é obrigado a dispersar os seus destacamentos à medida que avança, para proteger a rectaguarda. Afirma, ainda, que além de tudo o mais, é uma

⁽³⁸⁾ *Idem, ibidem*, p. 503.

⁽³⁹⁾ Este projecto é entregue a Massena, em Valladolid.

Almeida em 1810

manobra contrária aos desígnios de Napoleão e contra as suas ordens.

No seu *Projet d' Expedition au Portugal*, ao ocupar-se do sistema de guerra a levar a cabo, Pelet insiste nas instruções do governo no sentido de estabelecer as operações nas duas margens do Tejo. Parte do princípio que essas instruções são baseadas sobre boas informações e, por isso, pensa que o cerco de Ciudad Rodrigo só é determinado para distracção das tropas inimigas «car sa prise n'aidera en rien à la suite des opérations contre le Portugal» e, nessa medida, «pour entretenir l'ennemi dans l'incertitude sur les véritables projets d'attaque, il me semble qu'il serait utile de faire quelques demonstrations contre Almeida, de continuer des préparatifs pour ce siège, même pendant celui de Ciudad Rodrigo, de rassembler dans le moment des vivres au tour de ces places, comme si on devait s'y établir pendant longtemp, ou d'annoncer hautement que la prise de Ciudad Rodrigo n'est qu'un acheminement au siège d'Almeida. Lorsqu'il faudra commencer les véritables operations sur le Tage on pourrait diriger quelques attaques vers Almeida, Guarda etc. et marcher brusquement par le flanc gauche, de manière à prévenir les anglais aux défilés de Vila Velha et Abrantes, ou au moins à y arriver avant qu'ils eussent que y faire certaines dispositions de défense». Não pode Pelet ser mais claro sobre as suas intenções, e verificamos, também, como é patente o interesse de utilizar os dois fortes, como diversão, em relação a urna manobra de surpresa sobre o Tejo, apontando, sempre, repetimos, o caminho da invasão pela Beira Baixa.

Noutro estudo de Pelet, escrito após a queda de Almeida, em 7 de Setembro de 1810, observa-se uma mudança radical de ideias. Trata-se de umas notas sobre a entrada em Portugal: *Noies sur Ventrée en Portugal*, elaboradas a pedido de Mas-sena. Agora, analisa a bacia do Mondego e as posições militares, com um ojectivo definido. A cidade da Guarda, merece-lhe uma atenção especial, afirmando que sempre pensou que a conquista da província da Beira dependia da ocupação dessa cidade.

Esta hipótese não pode deixar de ser considerada original ⁽⁴⁰⁾. Tudo leva a crer, pela sua aproximação e convívio

⁽⁴⁰⁾ Esta e outras originalidades devem ter merecido a algum leitor que tomou conhecimento destas *Notes*, em 1811, o seguinte comentário: «on voit bien qu'il n'y avoit nulle connois⁶ du Pays, quand on a fai; ce project».

com Massena, que este estudo de Pelet teve boa interferência na acção que se iria prosseguir. Contra todas as indicações, escolhia-se a margem direita do Mondego e invadia-se Portugal pela Beira Alta. Efectivamente, todos os anteriores estudos, e o próprio Pelet, tinham apontado um caminho totalmente diferente. Aceitemos que uma observação sobre a posição do inimigo, determinasse esta mudança de atitude. Não há no entanto, dúvida, que se este exército se tivesse servido da enorme quantidade de estudos que estavam nos seus Depósitos de Guerra, em Paris, verificaria que nenhum apontava nesse sentido. Pelet afirma-nos ter lido estas *Notes* a Massena, no Port de la Conception, em 7 de Setembro. A presença dos ingleses e a necessidade de os combater em massa determinou, nesse momento, a direcção das operações sobre a bacia do Mondego. Acrescenta que os caminhos são melhores e neles se podem encontrar aprovisionamentos, apesar de ter a noção da desvastação que o inimigo aí fez. Tem esperança de, ao chegar a Tomar e Leiria, o corpo inglês, que ficava entre a Serra da Estrela e o Tejo, ter o seu acesso cortado para Lisboa que é, simultaneamente, o último ponto de retirada do inimigo, local do seu embarque e o objectivo principal das operações francesas.

Se o corpo inimigo se aventurasse pelo Alentejo, seria obrigado a retirar-se por um dos corpos do exército francês. Pormenoriza, ainda, neste seu estudo, com alguns erros, a bacia do Mondego e as posições militares a tomar. Admite, no entanto, as dificuldades da passagem daquele rio, para o seu lado esquerdo e pensa chegar sem problemas de maior à estrada Lisboa-Porto, sobre a Mealhada. Em 17 de Novembro, Pelet tinha ainda alguma esperança de o seu exército conseguir expulsar os ingleses e vir a estabelecer-se em Portugal. Nessa data elabora mais um projecto, a pedido de Massena⁽⁴¹⁾. O seu tom, agora, é menos optimista e algo hesitante. Aí é, também, um crítico daqueles que, anteriormente, elaboraram reconhecimentos do país, afirmando até que nenhum foi capaz de «indicar um bom projecto de defesa ou de ataque».

Reconhece que a estratégia dos ingleses era correcta e que eles «sacrificaram o país e tornaram-se donos absolutos e não aliados». Verifica que a única solução que resta ao seu exército é a tomada das praças que interceptam as principais

⁽⁴¹⁾ «Projet d'Établissement Militaire en Portugal», publicado por António Pedro Vicente, ob. *cit.*, vol. III, p. 265 e ss.

comunicações, a destruição de todos os pontos onde ingleses e portugueses procuram estabelecer-se e tomar conta dos principais rios, para que o exército possa actuar, com a máxima liberdade, entre o Guadiana e o Mondego.

Escrito em Torres Vedras e datado de 2 de Dezembro, Pelet oferece-nos, finalmente, um *Plan d'Operations militaires et d'Etablissement en Portugal*. O tom é pouco optimista. Admite que Portugal, mesmo conquistado, é difícil de conservar pois encontra-se em estado de degradação absoluta e esgotado por três longas e duras guerras. Faz um balanço dos erros cometidos pelos franceses nas anteriores invasões e, aqui, alimenta ainda esperanças ao afirmar: «Já que os ingleses se tornaram donos do mar, os franceses deverão ser donos da terra». Considera que o Alentejo deve ser o centro de operações, aventando a hipótese de uma nova invasão. É a província mais fértil e a mais fácil de atravessar e onde as Praças à medida que conquistadas, devem ser destruídas. Repete a velha questão da luta ser contra os ingleses e, daí, o único interesse de Portugal. Aí estavam os ingleses e, da guerra contra eles, dependia todo o poderio e todo o prestígio da França e de Napoleão (42).

Os outros estudos elaborados por Pelet que encontramos em França: *Projet de passage du Tage* de 23 e 27 de Dezembro e *Nouveau projet de passage du Tage à Santarém du 28 au 30 Janvier 1811*, refletem uma estratégia de retirada, com a descrição das acções que lhe estão subjacentes (43).

Do que aqui se deixou escrito poderemos tirar algumas conclusões sugeridas pelas fontes citadas, as quais, pela sua clareza, não deixam margem a grandes dúvidas.

A tomada das Praças Fortes de Ciudad Rodrigo e Almeida ocuparam, no seu conjunto, cerca de 5 meses, os exércitos de Massena. Admitamos, no entanto, que esse período de tempo foi aproveitado para preparar a invasão que tinha uma finalidade — Lisboa.

No que diz respeito a Almeida, ensaiou-se a prova da sua relativa inutilidade, no contexto de um plano que tinha, como objectivo, muito mais que transpor uma fronteira. Não há dúvida, no entanto, que essa Praça Forte, uma vez conqui-

(42) *Idem, ibidem*, p. 271 e ss.

(43) Como todos os anteriores do mesmo autor, in A.H.M.G.V., *Mémoires et Reconnaissances*, Carton 1357, Portugal. Publicados por Antonio Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol. III, p. 281 e ss.

tada, poderia servir de baluarte não só de penetração em território espanhol, como também de depósito na retaguarda

de um exército que se propusesse avançar. Para tal não serviu. Na precipitação de alcançar a capital, a Praça de Almeida, reparada e bem apetrechada, de homens e de munições, ficou cortada dos diversos corpos de exército, ocupados, naturalmente, em operações consideradas mais necessárias.

Verifica-se no «Extrait du 1.^{er} Rapport présenté au Prince d'Essling», com o título geral de *Projet d'expédition en Portugal*, documento elaborado por Jean Jacques Pelet, em 20 de Maio de 1810, em primeiro lugar, que Almeida não era, necessariamente, presa a conquistar, e também, que poderia servir como factor de diversão pois, o mais urgente, era manobrar sobre o Tejo. Aliás, o próprio Pelet afirma que Massena pôs a hipótese de entrar em Portugal sem se preocupar com os citados fortes de Ciudad Rodrigo e Almeida. Só «instruções do governo» determinaram essa conquista. Muito tempo e muitos homens perdidos, custaram estas duas praças que, também, não vieram a servir de base de operações.

Os exércitos aliados parece, também, que não estavam seguros de um ataque de Massena a Almeida. Cita-se a missiva de Wellington para La Romana, de 29 de Julho que, assim, o demonstra. Dois dias após o desastre de Almeida, em 28 de Agosto, Wellington comunica esse facto a La Romana, sem «nada compreender» e aí mencionando, de passagem, que teve intenção de a ir defender. Tal não aconteceu, como é bem conhecido. O que o preocupa, e transmite esse seu receio ao seu interlocutor, é o facto de, parte das 500 000 rações de pão que aí estavam, caírem na mão dos franceses: «eis o inimigo na posse do que lhe falta para atacar este país». É certo que Wellington contou com tempo dilatado para preparar a melhor das suas defesas — a da capital portuguesa. Julgo que a sua maior surpresa, para além do sítio de que há poucos dias tomara conhecimento, foi verificar que a praça caía antes dos 90 dias previstos por Cox, seu respectivo governador.

Almeida sobre a qual os memorialistas contemporâneos são unânimes em classificar como Praça de diminuto valor estratégico e da qual o inimigo não necessitava de se amparar, para se entranhar na Beira foi, contudo, o primeiro passo para uma invasão não planificada.

Outra questão ocorre, tendo em vista a série, relativamente numerosa de documentos aqui citados. Qual a razão que levou Massena a escolher o caminho seguido que na sua primeira etapa, culmina no desastre do Buçaco? Dos estudos foca-

dos, exceptuando o de Boucheraï, que o indica sem o aconselhar, nenhum lhe alvitra tal via e Thiébault, se o cita, também não o recomenda. Pelet, como vimos no seu *rappor*t, de 20 de Maio, alude somente, como trajecto possível, o que seguia as duas margens do Tejo. Também o chefe do exército francês tinha, a acompanhá-lo, portugueses, como Aloma e Pamplona, que deveriam ser conhecedores do país. As suas indicações não foram aceites?

As memórias que, desde 1808, se encontravam no «Depot de la Guerre», em Paris, a quem serviram? Maximiano José de Serra, August du Fay, Vincent, Boucheraï, J. M. Ferreira da Fonseca, Aloma, Pelet, Thiébault, etc., não foram tidos em conta? A quem foram úteis os seus estudos? Ao exército anglo-luso?

Wellington parece hesitar, nomeadamente, não atacando os franceses que sitiavam Almeida, mantendo-se em observação e procedendo, em toda a campanha, com uma aparente calma, sem dar combate e «puxando» o inimigo aos seus mais fortes bastiões. Correu o risco da crítica fácil dos que viam o país destruído e os franceses, meses passados, a aumentar esse caos. Mas a sua posição pode compreender-se. Admite-se que não quis correr o risco da dispersão das suas tropas, dado que não conhecia as intenções do adversário. Auscultou, pois, em quase toda a campanha, o decorrer das atitudes de Massena o qual, até ao último momento, vacilou, dando jus a que apelidemos a sua invasão de carente de qualquer planificação.

A invasão de Massena caracteriza-se, também, por uma ausência quase total de informação. Sem mapas, ou com cartas obsoletas, sem indicadores, mesmo elementares, jamais poderia conhecer a toponímia do País que ia atravessar. Pode, desde já, aventar-se a hipótese de uma propositada retenção do material, que existia com profusão. Jean Jacques Pelet quase faz essa sugestão, ao afirmar: «Entretanto havia excelente material em Paris que só depois eu vi. Apesar de não ser suficiente para obter um mapa topográfico completo de Portugal, cópias desses documentos ter-nos-iam esclarecido, consideravelmente, durante as nossas operações, se tivessem sido mandados e utilizados para preencher as lacunas na nossa informação» (44). Um pouco mais adiante, no seu relato, este activo participante da invasão acrescenta: «Não podemos esquecer, por um momento que seja, pois, se tivéssemos tido conhecimento

^{f44)} Donald D. Horward, *ibidem*, p. 135.

exacto do terreno, o nosso plano teria sido completamente diferente....» (45).

Não se refere intenção propositada tendo em vista a derrota de Massena. Tão pouco se aceita a insinuação, posta a correr em França, de que a expedição de Massena foi sacrificada à inveja de Napoleão. Não se deixa, no entanto, de concluir pela profunda leviandade com que foi levada a cabo.

Causas? Muitas poderão ser focadas: as tradicionais quezílias que existiam no seio do Estado Maior de Massena podem ter contribuído para o acontecido. Nessa linha de ideias incluímos Junot, que fazia parte do Estado Maior de Massena e que conhecia Portugal. Porque não o aconselhou? Por emulação? Ou porque não foi escutado?

Não há dúvida é que Junot tinha levado consigo, para França, um manancial de documentos; os que diziam respeito à defesa de Portugal e os que foram elaborados pelo seu corpo de Engenheiros, comandados por Vincent que, durante quase um ano, percorreram o país e nos deixaram amplo testemunho das suas actividades. As duas anteriores invasões, não deram, assim, nenhum ensinamento a Massena.

(45) *Idem, ibidem*, p. 137.

BRASÍLIA: SONHO E REALIDADE

1. *Conjuntura económica e política do Brasil*

O segundo governo de Getúlio Vargas foi um período de instabilidade política económica e social. Se de um lado tinha compromissos com o populismo, com o nacionalismo desenvolvimentista, de outro abriu as portas ao capital estrangeiro. A conciliação desses interesses nem sempre foi possível. A reforma ministerial que fez em 1953 foi mais uma tentativa de resolver o impasse político-institucional que desde 1945 se evidenciava através do confronto de interesses populares e nacionalistas contra os da burguesia mercantil e os das grandes potências, particularmente os Estados Unidos. Com esse novo ministério Vargas procurava contornar o impasse, mas conseguiu apenas desorganizar mais ainda a máquina administrativa O). Essa reforma ministerial significava também uma tentativa de recuperar o comando político e uma orientação mais definida para a esquerda, em confronto com as classes dominantes. Para os meios conservadores, um projeto socializante de esquerda não deveria acontecer, daí a intensificação da campanha de descrédito, acompanhada de violenta oposição parlamentar contra o governo. A problemática que envolve essa crise estava engendrada, mas a partir desse momento começam a ser ensaiadas as fórmulas para sua superação. Essa crise entretanto, estava situada no âmbito das próprias elites, que disputavam entre si uma parcela maior *

* Universidade de Brasília.

C¹) Maria Celina S. d'Araujo, *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954*, Rio, Zahar, 1982, p. 115.

de poder, sem saber legitimar os meios pelos quais esse poder pudesse ser alcançado democraticamente.

Depois do breve espaço posterior ao suicídio de Vargas se restabeleceria a aliança popular desenvolvimentista sob a presidência de Juscelino Kubitschek. Mas ela tomaria, uma forma diferente, semelhante ao que depois de anos de confusão tentou dar A. Frondizi ao progresso económico e político argentino.

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República numa situação de legitimidade contestada, oposição radical, queda da taxa de crescimento, crise económico-financeira, de desequilíbrio e graves pontos de estrangulamento. O agravamento das condições económicas decorria da quase total ausência de racionalidade programadora no processo de formulação de política e condição dos negócios do Estado (2). Como condição de sobrevivência de seu governo, Kubitschek teria que promover uma rearticulação da situação política e económica, tirar partido dessa situação e fazer o país retomar o seu crescimento sem promover mudanças estruturais mais profundas. E, o faz com muita habilidade política e discernimento.

Na sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, expondo a política do seu governo, diante da crise que a nação atravessava Juscelino Kubitschek pensa a transformação pela qual passava a economia brasileira como uma transição para a definitiva implantação industrial. Diz ele:

«Acentua-se a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base» (3).

É ainda o próprio Juscelino Kubitschek que ao traçar as diretrizes gerais para o Plano Nacional de Desenvolvimento que explicita mais ainda as ideias já expostas aos congressistas. Assim, expressa:

«A idéia do Plano Nacional de desenvolvimento e de acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a

(2) Maria Vitória V. de M. Benevides, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento económico e estabilidade política*, Rio, Paz e Terra, 1976, p. 212.

(3) Miriam Cardoso, *Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK - JQ*, Rio, Paz e Terra, 1977, p. 77.

Brasília: Sonho e Realidade

produtividade dos investimentos existentes, e aplicando novos investimentos em atividades reprodutivas. O objetivo final do plano é aumentar o padrão de vida do povo, abrindo-lhe oportunidade de melhor futuro» (4).

Para atingir estas finalidades deveriam ser atacados os seguintes objetivos primários: 1) expansão dos serviços básicos de energia e transportes; 2) industrialização de base; 3) racionalização da agricultura; 4) valorização do trabalhador; 5) educação para o desenvolvimento; 6) planejamento urbano e regional. Por tudo que se expôs, vê-se que a solução para o desenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas devia ser a industrialização. Era para criar as condições necessárias para ela que deviam ser alcançados os objetivos acima referidos, pois partia do pressuposto de que a oferta de infra-estrutura provocaria atividades produtivas.

O período de 1956-1961 deve ser interpretado de maneira diferente dos anteriores, pois o Plano de Metas, pela complexidade de suas formulações, pela profundidade do seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência de planejamento governamental posta em prática no Brasil. Mas tanto a decisão de planejar quanto a implementação do plano foram decisões políticas. Nesse caso, quais os motivos que levaram Juscelino Kubitschek a propor o planejamento como solução dos problemas nacionais? A resposta deve começar com uma indagação sobre o sistema político brasileiro. O período é marcado pela ampliação da participação política. Essa ampliação de participação foi acompanhada de maior mobilização política. Por outro lado, a ampliação do voto, da participação e da mobilização ocorria num momento de mudança social e econômica. Outro dado curioso é que esse acréscimo de participação não foi canalizado através dos partidos, pois estes eram apenas partidos de quadros. O resultado foi o estabelecimento de relações diretas massa-elite que se exprimiu através do populismo, cuja dinâmica era, de um lado, as massas davam, pelo voto, legitimidade ao regime e à conciliação entre as elites e estas por sua vez se comprometiam a ampliar as oportunidades de emprego (5). Juscelino Kubitschek, a partir dessa dinâmica, chegou à conclusão de

(4) J. Kubitschek de Oliveira, *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, Belo Horizonte, 1955, p. 39.

(5) C. Lafer, *O planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 32.

que novas medidas eram necessárias para solucionar a crise brasileira segundo ele, uma crise de crescimento. Foi por isto que propôs o planejamento setorial que teria como finalidade última a melhoria do nível de vida. Assim, no dia seguinte ao da sua posse criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento, a quem caberia formular o *Plano de Metas*. Para compô-lo convocou uma equipa de técnicos, alguns dos quais já tinham participado das tentativas anteriores de planejamento. Assim nasceu o famoso *Plano de Metas* constando de 30 itens que seria o elemento propiciador de catálise política através da qual a ligação governo-sociedade seria tentada e finalmente conseguida no decorrer do período. É importante reconhecer que os meios e os fins objetivados no Plano não só eram coerentes entre si como foram alcançados.

Quanto ao problema da construção da nova capital, Juscelino Kubitschek dizia ao formular as diretrizes do plano nacional de desenvolvimento:

«Acredito que o deslocamento da sede do governo para o interior do país, além de ser um passo destinado a alargar rapidamente a onda de progresso sobre as grandes extensões do Brasil Central, acarretará influências políticas e psicológicas do mais alto interesse para o Brasil e permitirá que se instale a sede do governo numa cidade nova, projetada com carinho para ser o centro do pensamento e do comando da vida nacional» (6).

A construção de Brasília forneceria ao resto do programa económico de Kubitschek um símbolo imediatamente compreensível. Mas também serviu a outros fins, desviando a atenção de problemas difíceis no setor social e económico. Considerada a *meta-síntese* do período foi construída em apenas 36 meses e calcula-se que as despesas de sua construção tenham sido da ordem de trezentos bilhões de cruzeiros em preços de 1961 ou seja Brasília mobilizou 2,3% do PNB (7). Não se deve esquecer também que a construção de Brasília representou uma expansão no escopo do sistema económico, constituindo, sem dúvida, um ponto de crescimento.

O sucesso da política económica de Kubitschek foi o resultado da manutenção da estabilidade política. Para isto o segredo foi encontrar alguma coisa para cada um enquanto evitava o conflito direto com seus inimigos (8).

(6) J. K. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 239.

(7) C. Lafer, *ob. cit.*, p. 33.

(8) Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*, Rio, Paz e Terra, 1975, p. 208.

Brasília: Sonho e Realidade

J. Kubitschek adaptou cuidadosamente o seu nacionalismo desenvolvimentista a fim de ganhar a simpatia de todas as classes. Dos industriais podia esperar apoio entusiasta já que a industrialização era a meta fundamental. Os agricultores não ofereciam resistência porque contavam com o apoio contínuo do governo. Para agradar à classe trabalhadora, o operariado, adotou uma política cautelosa de generosos aumentos salariais mas continuou com o controle governamental na estrutura sindical. Quando lançava mão do apelo populista, visava problemas não ideológicos, como a construção de Brasília. A classe média urbana constituiu o setor que J. Kubitschek teve maior dificuldade em agradar. Mas no geral havia muito pouco na política do governo que ameaçasse o *status* do indivíduo da classe média urbana.

2. O ambiente geográfico

O Distrito Federal, com seus 5 814km², está localizado no Planalto Central e faz parte da Grande Região Centro-Oeste do Brasil. Seu território, desmembrado Estado de Goiás, está compreendido entre os paralelos 15.º 30'S e 16.º 03'S e os vales dos Rios Preto e Descoberto. O relevo é de forma tabular, comumente denominado de chapada e a vegetação é caracterizada pelo cerrado com poucas zonas florestais. A topografia é suave apresentando uma altitude média de 1 100m. O ponto mais elevado do Plano Piloto é o alto do cruzeiro com 1 172m. (*). O solo é formado por rochas metamórficas velhas, que dão à terra um aspecto seco e arenoso. As temperaturas variam entre 16 e 30 graus centígrados, com umidade relativamente baixa o que dá a Brasília uma das condições climáticas mais confortáveis do Brasil (10).

No entender de Cruls C¹¹) o quadrilátero determinado, a parte mais central do Planalto está na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios que formam as bacias hidrográficas brasileiras (águas emendadas): o Araguaia, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná.

(9) Elbio Gonzales e Maria Inês S. R. Bascos, *Migração para Brasília*, p. 8.

(10) *Brasília* (monografia 325) de IBGE, 1966.

(n) Relatório parcial da Cruls apresentado ao Vice Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1893.

A região é caracterizada por duas estações bem definidas quanto à pluviosidade, a chuvosa no verão, de Setembro ou Outubro até Maio com mais de 80% do total pluviométrico anual de cerca de 1 500 mm e da estiagem no inverno, de Maio a Agosto, momento em que a taxa de umidade do ar baixa sensivelmente.

3. *O homem do planalto*

A maioria das vilas e arraiais de Goiás tiveram sua origem na mineração e com ela entraram em decadência. Desse modo quando visitadas por Saint-Hilaire, Pohl e outros, na primeira metade do século XIX, todas elas possuíam muitas casas desocupadas. A sua população era constituída, em sua maioria, por mulatos e pardos. Os brancos em minoria, eram cortezes e de conduta modesta. De um modo geral, todos viviam na pobreza (12). «A preguiça que domina os habitantes é como um torpor que paraliza e sufoca as faculdades mentais». O povo que vivia fora das vilas normalmente era indolente e habitava em ranchos de pau-a-pique cobertos de palha no meio dos tabuleiros e cerrados áridos. Preferiam alimentar-se de frutos silvestres como coco, baru, jatobá, pequi, marolo, caju, mel de abelhas, pouco peixe e alguma caça (13). O que vivia na região do Rio Paraná, o paranalista, era notável pela sua preguiça. A não ser o serviço de andar agarrados às costas de magros cavalos, numas selas chamadas cotucas, nada mais queriam. Preferiam vagabundear e andar léguas para comer uma cuia de leite com farinha de mandioca ao trabalho moderado e disciplinado que lhes trouxesse abundância. Consideravam uma vergonha e desonra que um branco trabalhasse, pois todo o trabalho manual era coisa de escravos. Como estavam descapitalizados com a decadência da mineração não podiam comprar escravos e por conseguinte viviam na miséria. Esta preguiça se transmitia também aos portugueses que chegavam da Europa com o propósito de fazer fortuna trabalhando, mas em breve trabalhavam tão pouco como os naturais (14). Uma exceção podia ser feita em relação aos habi-

(12) João Emanuel Pohl, *Viagem no Interior do Brasil*, Rio, MEC/INL, 1951, p. 262.

(13) Virgílio M. de Melo Franco, *Viagens pelo Interior de Minas Gerais e Goiás*, Rio, Imprensa Nacional, 1888, p. 116.

(14) J. E. Pohl, *ob. cit.*, p. 263.

Brasília' Sonho e Realidade

tantes de Santa Luzia (Luziânia). É que ali, segundo Saint-Hilaire (15), estava o vigário João Teixeira Alvarez, que era homem instruído e que realizou muitos esforços no sentido de instruir seus paroquianos, inclusive no cultivo da terra. Graças ao seu trabalho, os habitantes de Santa Luzia eram mais civilizados, mais unidos e mais honestos que noutras partes da Província.

A Paróquia de Santa Luzia tinha (em 1820) uns 4 000 habitantes espalhados num raio de 50 léguas, no qual estavam os povoados de Montes Claros (Santo António do Descoberto) e o arraial de Couros (Formosa). Seus moradores viviam em parte de suas plantações e um pouco da criação de gado. Esta se desenvolveu, sobretudo, na região de Formosa que na segunda metade do séc. XIX teve um comércio ativo em couros e gado em pé, calculando-se uma venda anual de 10 000 bois.

Os habitantes de Santa Luzia vivem fora da vila, no cultivo da terra e vão ao povoado aos domingos e dias de festas. A sua agricultura, entretanto é apenas de subsistência. Seria inútil que plantassem milho, arroz e feijão em maior quantidade que a necessária para o sustento, pois não havia comprador.

Os principais artigos que exportavam, além do doce de marmelo que ia até para o Rio de Janeiro, eram peles de animais selvagens e couros de gado. A criação de gado é que constituía a renda mais segura dos fazendeiros.

Apesar da diferença dos habitantes de Santa Luzia, também ali havia muita pobreza, pois a indolência contribuía bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria que os embrutece e desanima, deve necessariamente por sua vez, aumentar sua apatia. E, esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que dispendo praticamente de toda a terra que lhes convém eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento (16).

O solo, em geral, é fértil e a criação de gado desenvolvia tão bem como no Rio da Prata. Tanto em Santa Luzia como em Corumbá e Pirineus (Pirinópolis), os habitantes, em sua maioria negros libertos, mulatos e pardos dedicavam-se ao fabrico de tecidos grosseiros de algodão com os quais confec-

(15) Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de Goiás*, S. Paulo, EDUSP/Itatiaia, 1975, p. 25-26.

(16) A. de Saint-Hilaire, *ob. cit.*, p. 27.

cionavam cobertas de cama, roupa de mesa e ainda panos para roupa do corpo (17). «Todos esses tecidos ficam bem longe de serem perfeitos, mas fazem conhecer que os artífices têm habilidades e que a serem bem dirigidos apresentariam obras estimáveis» (18). Além das atividades comuns a todos os caboclos do Planalto, em Pirineus e Corumbá dedicam-se à criação de porcos e à cultura do tabaco (19).

4. *A interiorização da capital*

A idéia de mudar a capital para o interior surgiu pela primeira vez, em 1789, em conexão com o movimento da Inconfidência Mineira. A idéia transformou-se em artigo da Constituição brasileira em 1890 e foi mantido nas constituições seguintes até a de 1946.

Um ponto decisivo para a fixação da área em que se situa Brasília, nasceu de um projecto do deputado Nogueira Paranaguá, em 1892, que autoriza a exploração e demarcação, no planalto Central, da superfície destinada à nova Capital. Como resultado dessa iniciativa, o presidente Floriano Peixoto, constituiu uma comissão presidida por Luis Cruls que chegou ao Planalto Central, em 1.º de Agosto de 1892 (20). Os principais trabalhos da comissão seriam:

1. ° Demarcação da zona reservada para o Distrito Federal, com uma extensão de 14 400 km²;
2. ° Levantamento dos itinerários percorridos;
3. ° Levantamento das lagoas «feia», «formosa» e «mestre d'armas»;
4. ° Declinação magnética em Pirinópolis, Entre Rios, Santa Luzia, Formosa e Goiás;
5. ° Diferença de longitude pelo telégrafo elétrico entre Goiás, Uberaba, São Paulo e a capital Federal;
6. ° Estudo da geologia da região;
7. ° Coleção mineralógica e botânica da região;

(17) Raimundo J. da Cunha Mattos, *Corografia Histórica da Província de Goiás*, Goiânia, Gov. de Goiás/SUDECO, 1978, p. 68.

(18) *Idem*, p. 68.

(19) J. E. Pohl, *ob. cit.*, p. 268.

(20) J. Adirson de Vasconcelos, *A Mudança da Capital*, Brasília, 1978.

Brasília: Sonho e Realidade

8. ° Plantas das cidades de Catalão, Pirinópolis, Santa Luzia, Formosa, Goiás e Mestre d'Armas;

9. ° Fotografias de grande número de vistas (21).

Euclides da Cunha (22) chamou a atenção para o contraste existente entre o litoral e o interior. Assim, a transferência da sede do governo para o planalto central seria o meio adequado para estender o progresso ao interior, pois envolveria o aumento da densidade populacional, a difusão cultural, o desenvolvimento económico, enfim promoveria a integração territorial do Brasil, no sentido de eliminar o desnível entre o litoral e o sertão.

Nos limites da fronteira económica, a Nação política e socialmente, estava organizada. Daí em diante, em direção ao Oeste, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável; à espera de que o ocupássemos efetivamente. Esse erro, Brasília viria corrigir. Assim o cumprimento do artigo constitucional não foi a razão da mudança da capital. Ao contrário, a construção de Brasília no Planalto Central foi definida como uma ação necessária para que se atingissem objetivos múltiplos: a) povoar o interior do Brasil; b) introduzir recursos económicos em áreas despovoadas; c) conquistar e desenvolver as áreas potencialmente ricas da Bacia Amazônica; d) introduzir e desenvolver uma sólida agricultura em Goiás, Mato Grosso e Maranhão; e) desenvolver um sistema de comunicação que contribuisse para a integração nacional (23).

A interiorização da capital foi defendida também como uma ação importante, do ponto de vista psico-social, porquanto argumentava-se que:

a) o desenvolvimento do interior contribuiria para diminuir as desigualdades existentes entre as diferentes regiões do Brasil; b) a criação de uma nova capital seria acompanhada pela emergência de uma burocracia moderna, livre dos vícios da máquina governamental do Rio de Janeiro; c) o novo plano urbanístico concentraria as agências governamentais de modo a facilitar a comunicação e a eficiência das mesmas; d) a idéia de uma nova capital proporcionaria um novo símbolo popular

(21) Ernesto Silva, *História de Brasília*, Brasília, s.d., p. 41.

(22) *Os Sertões*.

(23) José Pastore, *Brasília: a cidade e o homem*, São Paulo, Nacional, 1969, p. 3.

para o futuro do país; e) sendo um plano ambicioso e atrevido do ponto de vista artístico e técnico, Brasília provaria ao povo brasileiro e ao mundo o que o Brasil é capaz de fazer; f) as modernas linhas da planta física e das facilidades de habitação contribuiriam para criar uma vida mais democrática tanto para os dirigentes como para os simples trabalhadores (24). Em suma, Brasília não era apenas uma operação de largo vulto, perfeitamente autofinanciável; não seria apenas uma cidade nova, mas, principalmente, um símbolo de progresso. Graças a ela o Brasil deixaria de ser apenas um vasto país no mapa, para ser um país de fato. É o que sugere Juscelino Kubitschek quando diz:

«Com a nova capital há de vir, querendo Deus, um tempo de abundância e de genuína fraternidade que permita indistintamente a todos os brasileiros a fruição dos bens da cultura e do progresso».

5. *A construção de Brasília*

Eleito presidente, em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, J. K. se referiu à necessidade da construção da nova capital do Brasil no Planalto Central. De fato, no orçamento da União para o ano de 1956 havia uma dotação de CR\$ 120 000 000 para as despesas com a desapropriação da área do Distrito Federal. Por outro lado, a comissão designada pelo governo anterior para estudos definitivos referentes à mudança foi mantida. Em Fevereiro de 1956, o presidente da referida comissão, em documento endereçado ao Presidente da República dizia:

«Agora, estamos em condições de prosseguir com segurança na obra ciclópica da construção da terceira metrópole do Brasil, o que significa a retomada da marcha para oeste.... levando para aquelas paragens a civilização e o progresso numa contribuição inestimável à grandeza da pátria» (25).

Um mês depois da primeira mensagem, em Abril de 1956, Juscelino Kubitschek assina em Goiania mensagem ao Congresso Nacional acompanhada de Projeto propondo a mudança da capital. O referido projeto delimitava a área para

(24) José Pastore, *ob. cit.*, p. 4.

(25) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p. 84.

Brasília: Sonho e Realidade

o Distrito Federal, criava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Novacap e propunha o nome de Brasília para a Nova Capital. Aprovado o projeto, nomeou-se a diretoria da Novacap, cuja presidência coube ao engenheiro Israel Pinheiro. O passo seguinte foi a publicação do edital de concurso de projetos, em 30/9/1956 no Diário oficial da União. Nele se estabelecia:

«o plano-piloto deverá abranger o traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estruturação urbana, a localização e interligação dos diversos setores, cêntricos, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicações» (26).

Disposto a levar a cabo tão importante tarefa J. K. vem pessoalmente examinar o local, desembarcando num campo de pouso provisório às 11.45 do dia 2 de Outubro de 1956. Nesse dia o presidente escreveu no livro de ouro de Brasília:

«Do ponto de vista económico, Brasília resolverá situações já esgotadas, para maior equilíbrio, melhor circulação e mais perfeita comunicação enere o litoral e o interior entre o norte e o sul. Politicamente, Brasília significa a instalação do governo Federal no coração mesmo da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do Brasil como um todo e a solução dos problemas nacionais com independência, serenidade e paz interior.... Desce Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez, sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino» (27).

A diretoria da Novacap aceitou o desafio de em 3 anos construir a parte básica da cidade. O projeto e a obra despertou intenso debate que serviu para a sua própria divulgação. Em meio a esse debate, iniciou-se ainda no mês de Outubro a obra monumental com as seguintes providências: construção do aeroporto definitivo, melhoria das estradas para Anápolis e Goiânia, construção de prédios provisórios para a administração da Novacap, alojamentos, aquisição de material, elaboração de projetos das construções provisórias, do palácio da Alvorada, do Brasília Palace Hotel, etc. (28). Os caminhões

(26) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p.94.

(27) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p.106.

(28) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p.108.

transportavam do Rio, São Paulo e Belo Horizonte toda a sorte de material e alimento, chegavam às centenas em Brasília e o armazenamento ia sendo feito em barracas de lonas enquanto se construía os primeiros barracões de madeira. Com as casas de madeira começaram a aparecer os cafés, bazares, hospedarias, etc. Aviões descolavam do Rio, com jornalistas, estudantes, intelectuais, parlamentares e estrangeiros curiosos. Brasília era um imenso canteiro de obras.

O concurso de projetos para a construção do Plano-Piloto foi vencido por Lucio Costa em cujo memorial descritivo assinala:

«Brasília deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade qualquer, não apenas como urbe, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital.....

A construção da nova capital era um foco de atração quase irresistível, pois saíra das discussões acadêmicas para as ruas, tornando-se, tema popular. Por isso dizia Herivelto Martins:

«Juscelino me chamou eu vou morrer de saudade, mas vou
Adeus, Mangueira
Adeus, meu Vigário Geral
Adeus, meu samba
Adeus, capital federal
Brasília, me chamou p'ra trabalhar
Seu doto, dê licença, minha gente eu vou levar».

Era a idéia de Brasília na cabeça da gente humilde e trabalhadora que procurava uma nova oportunidade para melhorar de vida. Por outro lado existiam aqueles que a viam como um sonho, um lugar onde o homem pudesse viver em contacto com a natureza e num mundo simples e sem problemas. Assim o expressa um poeta anónimo:

«Brasília não tem problema
não tem praia de Ipanema
nem luz de Copacabana;
eu quero sombra e água fresca
uma vida pitoresca,
um amor e uma choupana» (29).

(29) J. Pastore, *ob. cit.*, p. 5.

Brasília: Sonho e Realidade

Em meio a vigorosos debates, Brasília foi construída em apenas 36 meses e inaugurada a 21 de Abril de 1960. Nesse dia ao hastear a Bandeira Nacional Juscelino Kubitschek disse:

«Faço-o com emoção que dificilmente poderia exprimir. Sinto agora a mesma vibração, o mesmo entusiasmo, o mesmo tremor que sentem todos aqueles que estão praticando o mesmo gesto nos quatro cantos da pátria. Meu pensamento volta-se, neste instante, para as novas gerações que hão de recolher o fruto de nossos trabalhos e encontrar um Brasil diferente do que encontramos, um Brasil integrado no seu verdadeiro destino...» (30).

E, ao receber a chave da cidade, dirigindo-se ao povo anônimo, aos construtores de Brasília disse:

«... Ela é tão minha quanto vossa, quanto a todos os brasileiros. A irmanação de quantos aqui trabalharam lembra a construção das catedrais da Idade Média, quando artistas anônimos, mestres, aprendizes se animavam pela fé em Deus, em cuja honra levantaram esses poemas arquitetônicos. Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer».

E definiu os operários construtores de Brasília:

«Assisti desde as primeiras horas a vossa chegada ao Planalto; vi como pegaste no trabalho; como vos animastes, homens à procura de um destino melhor, não apenas para vós mesmos, mas também para o vosso país. Vosso idealismo animou-me a mim próprio. Falais pouco, apenas o suficiente, pois o sofrimento vos tornou sérios, graves.... A vontade de Deus ergueu esta cidade. Com o pensamento na cruz em que foi celebrado o Santo sacrifício, peço ao criador, que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte em que erguestes a grande cidade» (31).

Os operários de Brasília não retornaram aos seus lugares de origem, a grande maioria permaneceu na cidade, indo ocupar a sua periferia, as cidades satélites. Durante e depois da construção iniciou-se o movimento de uma das mais maciças migrações que o Brasil experimentou.

(30) Adirson Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 356.

(31) A. Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 356 e ss.

6. *As migrações para Brasília*

Grupos dos mais variados substratos culturais e sociais migravam para Brasília. As consequências dessa maciça movimentação populacional transformaram-se em sérias fontes de preocupação não só para os migrantes mas, especialmente, para os planejadores e autoridades governamentais.

Antes de 1956, habitavam a área cerca de 6 000 pessoas que ocupavam os núcleos ou comunidades de Braslândia, Planaltina, Formosa e Luziânia. Com o início da construção de Brasília criou-se um polo alternativo de atração, em termos de oportunidades económicas, para grupos populacionais de várias regiões do país. A partir daquele momento é que começam a chegar os primeiros migrantes, num movimento migratório que cresce à medida em que o campo de trabalho era ampliado. Assim, em 1957 a população do Distrito Federal era de 12 700 habitantes, passando para 28 804 e 64 314 em 1958 e 1959 respectivamente. Na época da inauguração de Brasília, em 1960, o Distrito Federal já contava com 145 276 habitantes que trabalhavam nas novas construções que constituiriam a estrutura básica da cidade ⁽³²⁾. Dez anos depois, em 1970, Brasília já se encontrava entre os 11 municípios brasileiros que possuíam população superior a 500 000 habitantes ⁽³³⁾. Essa população era composta de pessoas procedentes de quase todas as regiões do país. Na época da inauguração, a distribuição da população brasiliense, segundo a origem, era a seguinte: Goiás 44 943; Minas Gerais 20 725; Rio de Janeiro 18 920; Piauí 8 616; Bahia 6 601; São Paulo 8 618; Paraíba 7 886; Ceará 7 338; Pernambuco 7 336; Rio Grande do Norte 3 673; outros estados 9702; estrangeiros 918 ⁽³⁴⁾.

A demanda de mão de obra criada pela construção da nova capital não constituiu o fator determinante fundamental do deslocamento da maioria da população de suas regiões de origem. Poderosos fatores de expulsão causados por profundas desigualdades regionais, criadas pelo processo de industrialização já atuavam nas áreas periféricas. Por outro lado, grande contingente de camponeses estavam sendo expulsos de suas terras pelas pressões do latifúndio e da modernização da

⁽³²⁾ E. Gonzales e Maria Inês de S. R. Bastos, *Migração para Brasília*, Brasília, Univ. de Brasília, 1973, mimeografado, p. 26.

⁽³³⁾ IBGE — *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, 1970.

⁽³⁴⁾ Hermes Aquino Teixeira, *Brasília: o outro lado da Utopia (1956-1969)* UnB-1982, mimeografado, p. 104.

Brasília: Sonho e Realidade

agricultura cujas inovações não representavam benefício para o trabalhador do campo, ao contrário, era fonte de desemprego.

Brasília, criando novas oportunidades econômicas para uma força de trabalho não especializada, constitui-se, dentro do processo migratório já existente, um ponto de entre corte dos fluxos migratórios atraindo pessoas que já tinham sido expulsas de suas regiões de origem. De fato, o próprio presidente Kubitschek dizia que a construção de Brasília provocaria o alargamento da frente de ocupação humana:

«Por fim, um plano de alto sentido político — o da construção da nova capital em Brasília — tem também o grande significado econômico, porque possibilitará e provocará o alargamento da frente de ocupação humana sobre vastíssimas áreas da hinterlândia, incorporando ao patrimônio ativo do país regiões de ponderável poder econômico. Articulado ao plano de Brasília estão alguns projetos, especialmente de transportes, contemplados no Programa de Metas» (35).

Quando da celebração da primeira missa em Brasília (3-5-1957), o cardeal D. Carlos de Vasconcelos Motta convencido de que a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, pregada por Kubitschek era o instrumento de salvação nacional assim se expressou:

«Brasília vai deter a fuga do nosso ser anejo em busca da miragem das mégalopoles. Brasília vai resolver o mais angustiante e mais grave problema nacional que é o problema dos nossos irmãos nordestinos, proporcionando-lhes oportunidades de se fixarem em colônias nacionais à margem das grandes vias que demandarão a Brasília.... Brasília vai ser a mobilização efetiva e definitiva desta grande nação de 60 milhões de cidadãos livres e deste extensíssimo território, patrimônio colossal, capital imenso do qual precisamos e devemos auferir os juro legítimos tanto no benefício nosso quanto em benefício da humanidade» (36).

Como se vê o sermão do Cardeal foi uma pregação de reforço à ideologia do governo e por ele se pode ver como seria feita a propaganda de Brasília de norte a sul. Para isto usando dos palanques aos púlpitos e toda a imprensa falada e escrita, Brasília era apresentada como um novo eldorado

(35) *Programa de Metas*, Conselho Nacional de Desenvolvimento, 1958.

(36) Hermes A. Teixeira, *oh. cit.*, p. 87.

onde seriam encontradas soluções para todos os problemas.

Dizia um candango:

«...lá na Paraíba fizeram de Brasília um verdadeiro céu, onde tudo era fácil e à vontade. Os que vieram comigo já estão meio acabrunhados. Eu vim para Brasília, explico, para ficar milionário, arranjar uma noiva bonita e voltar ao sertão de Cajazeira fei:o gente importante».

Outro dizia:

«Estão construindo Brasília, vai ser melhor que São Paulo e Rio de Janeiro. Tá surgindo uma nova capital. Vim com muita esperança e trabalhei, trabalho até hoje com esperança de um dia melhorar minha situação» (37).

Por outro lado, ouvia-se declarações como esta:

«Em Brasília, há serviço para muitos e muitos anos. Os homens trabalham dia e noite. Equipes se revezam, incansáveis. E o dinheiro está alí para quem quiser ganhar».

Numa coisa não se tinha iludido:

«as companhias responsáveis pela construção de Brasília já os esperavam e, mal desciam dos caminhões pau-de-arara, preenchiam sumariamente as fichas e começavam a trabalhar» (38).

O fluxo migratório que demandava a Brasília era composto de indivíduos que vinham convencidos pelo trabalho de aliciamento feito pelas próprias companhias construtoras; espontaneamente, pelos apelos das histórias que ouviam ou liam a respeito ou ainda aqueles provenientes de áreas assoladas pelas secas que eram diretamente orientados pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

O fluxo direto para Brasília ocorreu apenas na fase inicial de sua construção, mas a partir dessa época passaram a chegar populações que já haviam residido noutros locais depois que deixaram suas comunidades de origem. O sonho dos migrantes em breve se tornaria um pesadelo, pois como já dissemos, em 1970 Brasília já figurava entre os 11 municípios brasileiros com população superior a 500000 habitantes. Com um crescimento populacional de quase 300% Bra-

(37) Hermes A. Teixeira, *ob. cit.*, pp. 101-104.

(38) Hermes A. Teixeira, *ob. cit.*, p. 107.

Brasília: Sonho e Realidade

sília começa a enfrentar todos os problemas comuns a qualquer outro grande centro urbano nacional: o desemprego, o subemprego, a falta de habitações, a ocupação de áreas urbanas periféricas e a especulação imobiliária.

O operário da construção de Brasília, em geral, se sentia importante por estar participando de uma obra histórica, pois eram preparados, através dos discursos do próprio presidente e de outros mecanismos. Assim, Juscelino Kubitschek dizia:

«a exortação que fazia aos trabalhadores, era insistente, e orientada no sentido de integrá-los no que denominei 'espírito de Brasília'. Procurava despertar em cada trabalhador por muito humilde que fosse sua tarefa, um sentimento de solidariedade em relação à cidade, à cidade que estava construindo» (39).

A construção civil ao ocupar a sua função de indústria construtora, exerceu importante papel na geração de empregos, com a absorção, em larga escala de mão-de-obra não qualificada que no Distrito Federal representou e representa grande parte da população migrante.

Esta indústria no entanto, além de ser um dos setores mais afetados com a crise econômica, vem diminuindo o ritmo de sua atividade, uma vez que as obras fundamentais já estão concluídas. Assim sendo, a mão-de-obra empregada na construção civil ao alcançar a cifra de 22,6 mil operários no final do primeiro semestre de 1985 representou uma queda de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior (40). O nível de emprego em Brasília vem caindo mensalmente. Enquanto isto ocorre no plano da oferta de emprego, o contrário, ocorre com a oferta de mão-de-obra que continua crescendo. Além do crescimento vegetativo, natural, continuam entrando mensalmente no Distrito Federal, cerca de 1 500 pessoas o que significa um acréscimo de mais de 30 000 pessoas, por ano. Por outro lado a maioria da população de Brasília é de pessoas que está na faixa etária de 20 anos para baixo. Então pode-se avaliar o volume de problemas que se criam para o governo. De um lado a absorção de mão-de-obra diminui e de outro cresce a oferta pela presença permanente do fluxo migratório ao lado de novas levas de jovens já criados e nascidos no Distrito Federal que são jogados no mercado.

(39) Hermes A. Teixeira, *oh. cit.*, p. 12.

(40) CODEPLAN. *Indicadores Conjunturais ano XII*, n° 2, Junho/1984.

Além do problema de criação de empregos, o Distrito Federal tem o da habitação, o da criação de toda infraestrutura como a construção de redes de águas e esgotos e a construção de novos assentamentos populacionais.

Brasília que foi planejada para um milhão de habitantes contará em 1990 com mais de dois milhões.

O Plano Piloto também chamado, jocosamente de cidade fantasma, cidade do século XXI, abriga o pessoal da alta administração. Mas as cidades satélites, em muitos casos com problemas tão graves que parecem resíduos do século XIX, vivem em grande parte, carentes de emprego, de serviços básicos como água e saneamento apesar dos esforços do governo através dos seus vários órgãos para a eliminação dos pontos de estrangulamento e dos focos de miséria.

E nessas regiões periféricas, as cidades satélites que vive o grosso da população de baixa renda e que constitui o exército de reserva para uma indústria que não existe, mas vivem da prestação de serviços de várias modalidades. Nessas cidades dependentes de Brasília as condições de vida nem sempre são as melhores que se pode desejar.

7. Conclusões

Brasília foi um desafio quanto às implicações políticas económicas e sociais da transferência da sede do governo do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Foi, portanto, um desafio geográfico, político, económico e humano. O seu planeamento, como centro urbano e administrativo foi o mais perfeito que se possa imaginar. Mas o homem, para quem a cidade era planejada, o homem operário seu construtor, a experiência humana rica em todos os aspectos sobrepõe ao planeamento racional. Nas palavras de Lucio Costa, Brasília foi planejada «para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo além de centro de governo e administração, num foco de cultura das mais lúcidas do país». Mas, Brasília que era uma esperança, foi uma ilusão, uma frustração para uma larga faixa da população. Os trabalhadores que foram chamados para sua construção — mão-de-obra desqualificada, analfabetos e sem nenhum poder aquisitivo — após o término das obras, não retornaram a suas localidades de origem. Mas no Plano Piloto, que ajudaram a construir não havia lugar para eles.

Brasília: Sonho e Realidade

Além disso o fluxo migratório continuava e continua quase que incontrolável.

O Plano Piloto que devia abrigar nas suas super quadras e casas, democraticamente lado a lado, pessoas pertencentes a todas as camadas sociais, convivendo harmônicamente com funcionários da alta administração, não correspondeu à realidade. Os antigos construtores, dadas as suas condições econômicas tiveram que abandonar o plano e passar a viver na periferia, nas cidades satélites onde lhes faltam muito do que sonharam com Brasília.

O extraordinário crescimento demográfico tem constituído um dos grandes problemas para o governo, para os planejadores e para os executores de programas diversos. Assim, Brasília foi e continua sendo um desafio. Nela se vive hoje uma das mais ricas experiências do país, pois a afluência de tipos étnicos diferenciados com tradições culturais diferentes fez com que Brasília funcionasse como veículo aglutinador das diferenças regionais que distinguem as diferentes áreas do território nacional.

Essa convergência de particularidades regionais provocou inicialmente conflitos para depois passar a uma fase de acomodação, graças à unidade linguística. Brasília tornou-se assim uma cidade eclética onde se convive lado a lado, todas as religiões, todas as formas de cultura. Por outro lado, não se pode negar, existem alguns focos de resistência, que são os pequenos *guetos*, onde se reúnem somente pessoas do mesmo Estado de origem, ou pessoas que trabalham na mesma instituição ou empresa.

No geral, apesar de alguns erros de cálculo que cometeu Juscelino Kubitschek, pelo menos grande parte dos objetivos que ele pretendeu alcançar com a construção de Brasília foram alcançados. Cite-se a abertura de uma enorme rede de estradas para o interior, a incorporação do planalto central à economia nacional e mundial com a grande produção agrícola dos cerrados, o centro de decisões políticas foi efetivamente transferido, enfim, Brasília além de ter-se tornado um ponto de convergência é também um ponto de articulação do progresso e do desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA

- Audrin, José M., *Os sertanejos que eu conheci*, Rio, José Olímpio, 1963.
- Baer, Werner, *A Industrialização e o desenvolvimento Econômico do Brasil*, Rio, F. G. V., 1975.**
- Balan, Jorge, *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*, S. P. DIFEL, 1974.**
- Bandeira, L. A. Moniz, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1973.
- Benevides, Maria V. de Mesquita, *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, Rio, Paz e Terra, 1976.**
- Café Filho, João, *Do sindicato ao Catete*, Rio, José Olímpio, 1966.
- Cardoso, Fernando H. e Faletto, E., *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- Cardoso, Fernando Henrique, *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, DIFEL, 1970.
- Cardoso, Miriam Limoeiro, *Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK-JQ*, Rio, Paz e Terra, 1977.
- Crimes e Contravenções no Distrito Federal, CODEPLAN, 1969.
- D'Araújo, Maria Celina S., *O Segundo Governo Vargas. 1951-1954*, Rio, Zahar, 1982.
- Franco, Virgílio M. de Melo, *Viagens pelo interior de Minas Gerais e Goiás*, Rio, Imp. Nacional, 1888.
- Gonzales, Elbio N. e Bastos, Maria Inês de S. R., *Migração para Brasília*, Brasília, Universidade de Brasília, mimeografado.
- Lafer, Celso, *O Planejamento no Brasil: observações sobre o plano de Metas (1956-61)*, São Paulo, Perspectiva, 1970.**
- Lafer, Betty Mondlin, *Planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1970.
- Mattos, Raimundo J. da Cunha, *Corografia Histórica da Província de Goiás*, Goiânia, Governo do Estado/SUDECO, 1978.
- Neiva, Artur, *Viagem Científica pelo norte da Bahia Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Rio, Mangueiras, 1918.**
- Oliveira, Juscelino K. de. *Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento*, Belo Horizonte, O Nicolai, 1955.
- Pacheco, Altamiro de Moura, *Primórdios de Brasília*, Goiânia, Instituto de História e Geografia de Goiás.
- Pastore, José, *Brasília: A Cidade e o Homem*, São Paulo, Nacional, 1969.
- Pereira, L. C. Bresser, *Desenvolvimento e Crise no Brasil (1960-1967)*, Rio, Zahar, 1968.**
- Pohl, J. Emanuel, *Viagem no Interior do Brasil*, Rio, MEC/INL, 1951.
- Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem à Província de Goiás*, São Paulo, EDUSP/Itatiaia, 1975.
- Santana, Raimundo Nonato Monteiro de, *Área de Influência direta de Brasília*, UnB/GDF, 1974, mimeografado.
- Silva, Ernesto, *História de Brasília*, Brasília, Ed. de Brasília.
- Skidmore, Thomas E., *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-64*, Rio, Paz e Terra, 1975.**
- Teixeira, Hermes de Aquino, *Brasília: o outro lado da utopia (1956-1960)*, UnB - Dissertação de Mestrado, Apres, 1982.
- Wirth, John D., *A Política do desenvolvimento na era de Vargas*, Rio, FGU, 1973.**

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende fundamentalmente dar a conhecer a dimensão histórica do actualíssimo fenómeno da tutela jurídica dos interesses difusos, tanto mais que esta perspectiva tem sido pouco tratada pela doutrina. Trata-se por um lado de contribuir no sentido de criar uma disciplina legal abrangente, que se constitua num eficiente instrumento de defesa daquela categoria de interesses relacionados com a «qualidade de vida», os chamados interesses difusos ou supra-individuais, até hoje praticamente ignorados pelo poder judicial. Por outro lado convém salientar, que esta problemática não é só processualista, mas é também e fundamentalmente uma verdadeira questão da teoria geral do direito. Problema de alta dogmática no âmbito do qual é necessário saber o que é esse misterioso personagem, chamado «interesse difuso», e para isso julgamos necessário fazer a reconstrução histórica originária da expressão.

2. NOÇÃO DE INTERESSE DIFUSO

A necessidade de proteger uma série de interesses supra-individuais, com especial relevo para os que dizem respeito ao ambiente e ao consumidor, deu origem à noção de interesse difuso.

Segundo um ilustre autor, o interesse difuso é aquele que não tem um portador, um titular e é, logo, substancial- *

* Universidade de Évora.

mente «anónimo»; por outro lado são interesses colectivos «os interesses que têm como portador um ente representativo de um grupo não ocasional»⁽¹⁾.

Nesta bela definição podemos observar não só um dos aspectos mais originais da problemática dos interesses difusos, como uma clara distinção entre interesses difusos e interesses colectivos.

O interesse difuso é o interesse de uma pluralidade indeterminada ou indeterminável de sujeitos que, potencialmente pode incluir todos os participantes da comunidade geral de referência⁽²⁾. Este vem reconhecido pela norma jurídica de modo explícito ou implícito, como acontece na Constituição Portuguesa de 1976. De modo geral a figura do interesse difuso pode reconhecer-se em muitas das normas programáticas introduzidas na nossa Lei Fundamental (art.ºs 64, 65, 66, 67, 74 e 100). Em certo sentido, pode dizer-se que, a construção do interesse difuso tem como objectivo superar a mera eficácia moral que a doutrina liberal atribui a estes enunciados. Assim, pensamos que este tipo de interesses públicos difusos, enquanto interesses juridico-constitucionalmente protegidos, melhor se definiriam como «direitos subjectivos públicos de participação», eventualmente fragmentados, cuja concretização jurídica passa pela revalorização normativa e actuação das normas constitucionais programáticas. Não só à procura de um «senhor», (se posso exprimir-me com fórmula pirandelliana) os interesses difusos reclamam o seu reconhecimento jurídico positivo de acordo com uma correcta valoração das normas constitucionais programáticas⁽³⁾.

(1) Massimo Severo Giannini, «La tutela degli interessi collettivi nei procedimenti amministrativi», in *Le azioni a tutela di interessi collettivi*, Pádua, Cedam, 1976, p. 23.

Sobre a distinção entre interesse difuso e interesse colectivo, consultar Luis Filipe Colaço Antunes, «La tutela degli interessi diffusi nell'ordinamento giuridico portoghese», *Revista de Direito Processuale Amministrativo*, Giuffrè, (no prelo). Este estudo contém uma exposição exaustiva da bibliografia sobre o tema.

Quanto à natureza e significado dos interesses difusos, vide Luis Filipe Colaço Antunes, «Subsídios para a tutela dos interesses difusos», *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 45, Lisboa, Dezembro, 1985, p. 825 e ss.

(2) Franco Bricola, «La tutela degli interessi collettivi nel processo penale», in *Le azioni a tutela di interessi collettivi*, Pádua, Cedam, 1976, p. 133.

(3) Para maiores desenvolvimentos sobre a noção de interesse difuso consultar Luis Filipe Colaço Antunes, «Para uma tutela jurisdicional dos interesses difusos», *Boletim da Faculdade de direito da Universidade de Coimbra*, 1986, vol. LX-1984, p. 9 e ss.

Tutela dos Interesses Difusos

3. HISTÓRIA DA TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS

3.1. *Origem e evolução histórica*

Desde que o homem se organizou em sociedade, oassaram a existir certos interesses que não pertenciam a indivíduos determinados, mas, de modo geral a toda a sociedade. Havia direitos da comunidade, que não eram propriamente direitos subjectivos, já que a comunidade em si mesma considerada não possuía a personalidade jurídica, qualquer que fosse o sistema jurídico que estivesse em análise.

O problema central advindo da verificação da existência desses interesses sem um titular definido é, justamente, o da defesa do referido direito. Quem está legitimado a defender um direito não personificado?

Em nossa opinião parece, que a tutela jurisdicional daqueles interesses foi tratada, ordenadamente, de forma pioneira no direito romano. Neste sistema jurídico existiam as *actiones populares* (4) como instrumento para a defesa dos interesses difusos (5). Eram acções de natureza privada, já que

(4) Populares porque qualquer um podia propô-las, mas em substância eram privadas (cf. Francesco Buonamici[^] *La storia della procedura civile romana*, Roma, L'Erma di Bretschneider Ed., 1971 — reimpressão inalterada da edição de Pisa, 1886, vol. I, p. 186. Vide ainda, a respeito da acção popular romana e da[^] tutela dos interesses difusos, M. Zimmern, *Traité des actions ou théorie de la procédure privée chez les romains*, trad. L'Étienne, 2.^a ed., Paris, Toussaint, 1846, p. 454.

(5) No que se refere à natureza jurídica da acção popular romana, a doutrina dominante retém que, o *quivis de populo* legitimado a propor a acção plasmada no Digesto sob o título de *popularibus actionibus*, não faz valer um interesse próprio, mas um interesse do Estado (ou do povo), em relação ao qual, desenvolve uma função procuratoria, que em termos jurídicos podíamos classificar de verdadeiro e próprio mandato com representação.

Uma posição de ní:ido contraste foi assumida por Bruns, o qual demonstra que as acções populares, em sentido próprio, são somente as de criação pretoriana que se distinguem das previstas na lei, visto que as primeiras preveem um provento a favor do proponente da acção, e a segunda prevê que o mesmo seja do Estado. Com base neste dado textual o autor defende que, nos casos previstos na lei o proponente actué em favor da comunidade e, nos casos previstos no Edito do pretor, faça valer um interesse próprio.

A tese de Bruns, apoia-se num pressuposto substancial, já precedentemente elaborado por Ihering, segundo o qual a aparente anomalia da legitimação atribuída a qualquer cidadão encontra a sua explicação na estrutura gentílica da antiga comunidade. Se a *gens* é uma entidade ordenada comunisticamente, o «Estado e o povo são

somente se consideravam públicas as acções penais, e estavam previstas no Digesto, 47, 23, 1: «chamamos acção popular àquela que tutela o próprio direito do povo». Mas o direito protegido pela acção popular romana não era um direito que correspondesse ao indivíduo como particular, mas, sim como membro de uma comunidade ⁽⁶⁾. O particular exercia o direito de acção popular não em nome do povo, mas sim em nome próprio, no *interesse* do povo.

equivalentes» e «as pessoas físicas não desaparecem completamente na abstracção de uma personalidade diversa»; quem age por um bem da *res publica*, realiza um interesse que lhe pertence, não na condição de particular, mas na veste de membro da comunidade. A opinião do autor germânico teve largo eco, nomeadamente em Itália, onde Vittorio Scialoja não só traduz o discutido estudo de Bruns sobre as acções populares romanas, mas tenta também uma reelaboração das teses defendidas pelo autor alemão. Segundo Scialoja a distinção operada por Bruns na base da destinação do provento derivada do exercício da acção popular, encontra o seu fundamento na existência de duas diferentes categorias de direitos públicos: os «concentrados» na comunidade e exercitáveis pelos seus órgãos ou por simples cidadãos que, na ocasião agissem como instrumentos do Estado, e os «difusos» que dizem respeito aos simples membros da comunidade, para cuja tutela existem verdadeiras e próprias acções populares, isto é, as que estão previstas no Édito.

Um ulterior passo em frente na via indicada por Bruns, no sentido de tentar superar a divergência entre a acção prevista no Édito do pretor e a disciplinada na lei, foi dado por Fadda. Este autor observa que a relação entre particular e comunidade se transformou numa relação de cidadania que se consolida no princípio da soberania popular, segundo o qual «Estado e povo são uma coisa só». De tal perspectiva Fadda parte para a ideia que o cidadão sendo investido de soberania, faz valer um direito subjectivo do qual é titular, não só quando exercita a acção popular na qual a contenda lhe diz directamente respeito, mas também quando propõe aquelas tendentes a obter uma sentença a favor da *res publica* ou de um terceiro.

Argumentando deste modo Fadda supera a distinção entre direitos públicos «concentrados» e «difusos» proposta por Scialoja, na medida que lhe parece difícil, senão impossível, fazer a distinção precisa e clara entre direitos de comunhão e direitos dos particulares enquanto membros desta, ou seja numa questão de interesse geral. Considera ainda que, onde num dado caso, a lei reconheça ao particular a faculdade de agir por causa da lesão de um determinado interesse, com isso se lhe está reconhecendo um direito.

Sobre este ponto vide Bruns, «Le azioni popolari romane», traduzido e publicado por Scialoja, *Studi Giuridici*, I, 1, Roma, 1933, p. 119 e ss.; M. Scialoja, *Procedura civile romana*, Roma, 1936, p. 42 e ss.; Ihering, *L'esprit du droit romain dans les diverses phases de son développement* (trad. da 3.^a ed. de O. de Meuleunaire), Paris-Gand, 1880, p. 211, e Fadda, *L'azione popolare*, Torino, 1984, p. 312.

⁽⁶⁾ Emílio Costa, *Perfilho storico dei processo civile romano*, Roma, Athenaeum, 1918, p. 54, nt. 2.

Tutela dos Interesses Difusos

Competia esta acção a qualquer cidadão de Roma. O indivíduo, já que não era o titular particular de um direito, mas participante no interesse público, actuava na acção popular como *defensor* desse mesmo interesse público (7). Defensor aqui não significa procurador, isto é, o direito era também dele, enquanto membro da comunidade. Ocorria o fenómeno da legitimação extraordinária para a causa; quanto ao autor popular, estava ali defendendo o seu direito; quanto ao resto da comunidade o autor popular, actuava como que legitimado extraordinariamente, defendendo também os interesses do povo.

A denominação *interesses difusos*, tão discutida nos dias de hoje, já era conhecida dos romanos (8), de acordo com a opinião de Scialoja: «direitos públicos, que chamávamos di-

(7) Vittorio Scialoja, Prefazione a «Le azioni popolari romane» de Bruns, *Studi Giuridici*, I, 1, Roma, 1933, p. 119 e ss.; *Idem, Procedura civile romana*, Roma, 1936, p. 342 e ss. Há tradução espanhola de Santiago Sentis Melendo e Marino Ayerra Redin, *Procedimiento Civil Romano*, Buenos Aires, EJE, 1954, p. 472.

(8) Mais recentemente um dos autores a falar de «interesse difuso» na doutrina italiana (a mais precoce nesta matéria) foi Santi Romano. Ele prossegue nesta temática o debate da doutrina alemã (no primeiro quartel deste século) sobre a jurisprudência dos interesses, que tiveram em Ihering e Heck os chefes de fila, de Escolas de pensamento diferentes, pois a concepção destas duas correntes divergia profundamente.

Do ponto de vista de Ihering e dos seus seguidores os «interesses difusos» identificava-se exclusivamente com um perfil subjectivo de carácter «anónimo»; isto é, o interesse difuso não era referível a um sujeito determinado, ou como modernamente se diz, a uma figura subjectiva conhecida do ordenamento jurídico. Isto, obviamente, com todas as implicações negativas, na óptica do ordenamento positivo vigente, sob a perspectiva da tutela jurisdiccional. A Escola de Heck enquadrava, por sua vez, o tema dos interesses difusos de um ponto de vista objectivo. Em vez de se preocupar com o perfil inerente ao critério subjectivo da sua titularidade, o grupo de Heck limitava-se a evidenciar a integração do interesse difuso na categoria dos interesses da colectividade geral, conotável principalmente pelo seu «valor normativo», que no fundo tinham em comum com todos os outros interesses de carácter colectivo. Esta teoria traz à luz o momento-chave da tensão ideal desta corrente mais avançada da *Interessen-jurisprudence*, fundamentalmente virada, na própria elaboração dogmática, para a verificação global do princípio teórico fundamental inspirador da concepção segundo a qual, em contraste com a pirâmide de Putzka, não são os conceitos, mas sim os interesses a «fonte» do ordenamento jurídico. Sem irmos mais longe parece que Santi Romano se refere mais ao ponto de vista de Ihering. Seja pelo momento histórico da citação, ainda sensível à dogmática conceptual e sob a perturbação causada pela «novidade» proclamada pela *Interessen-jurisprudence* que considerava o voluntarismo revolucionário da ciência jurídica desme-recedor de uma séria consideração; seja pelo momento cultural do

fusos, que não se concentram no povo considerado como entidade, mas que têm por próprio titular realmente cada um dos participantes da comunidade»⁽⁹⁾.

Mas quem era esta entidade chamada *populus*? Muito se discutiu na doutrina romanística a respeito desta figura. Mas, em sentido geral, *populus* seria um conjunto de indivíduos juridicamente organizados para a consecução de um fim *colectivo*, de modo que se constituiu na máxima organização jurídica das pessoas livres que formaram a *civitas romana* ⁽¹⁰⁾.

qual Santi Romano representava a expressão sublime, de uma época empenhada na superação do formalismo, ainda que positivista. (Luís Filipe Colaço Antunes, «Subsídios para a tutela dos interesses difusos», *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 45, Lisboa, Dezembro 1985, pp. 922-924).

Actualmente a expressão «interesse difuso» ganhou relevância no léxico jurídico a partir do Congresso de Junho de 1974 em Pavia sobre «Le azioni a tutela di inter essi collettivi» e do Congresso de Maio de 1975 em Salerno sobre «La tutela degli interessi diffusi nel diritto comparato». A doutrina italiana foi a que mais se dedicou ao tema, designando por interesses difusos os relacionados com o meio ambiente (preservação do equilíbrio ecológico, tutela da paisagem, racionalização do urbanismo, etc.); os interesses ligados a valores culturais, como o acesso às fontes de informação, a protecção de bens de valor histórico ou artístico; e ainda os orientados para a protecção do consumidor (honestidade da propaganda comercial, responsabilidade das empresas por danos ao ambiente e aos consumidores, etc.).

Um dos problemas centrais levantado pelo interesse difuso é o reconhecimento da sua cidadania jurídica. A doutrina italiana tende a reconduzi-los, às figuras jurídicas de interesse legítimo ou de direito subjectivo, ainda que autores como S. Rodotà defendam a necessidade de rever a teoria das situações subjectivas e dos conceitos tradicionais da teoria dos bens («Le azioni civilistiche», in *Le azioni a tutela...*, p. 87).

A jurisprudência italiana vai no sentido de reconduzir também a noção de interesse difuso às posições de interesse legítimo ou de direito subjectivo, admitindo apenas a sua accionabilidade enquanto coincidente com as posições jurídicas tradicionais (sentença da Corte di Cassazione, n.º 1463 de 1979, in *Giur. It.* 1979, I, 1, p. 721 e ss.).

Supera-se desta forma a sentença n.º 2207 de 1978 da Corte di Cassazione, *Giur. It.* 1978, I, 1, col. 2128, que negava a tutela dos interesses difusos, permitindo apenas a accionabilidade de interesses, relativamente a bens sujeitos a «fruição colectiva».

Por sua vez, através da sentença da Sec. Un. n.º 5172, a Cassazione configura o direito a um ambiente saudável como um direito subjectivo perfeito, afirmando expressamente a sua tutela por via autónoma, independentemente de qualquer conexão com o titular do direito. (*Giur. It.*, 1980, I, 1, p. 464 e ss.).

⁽⁹⁾ Vittorio Scialoja, *Procedura...*, *ob. cit.*, p. 342 e ss.

⁽¹⁰⁾ Enrique Lazano y Corbi, *La legitimación popular en el proceso romano clásico*, Barcelona, Bosch, 1982, pp. 20 e 41.

Tutela dos Interesses Difusos

Os direitos havidos como *difusos* eram o culto à divindade, o direito à liberdade, o direito ao meio ambiente, etc. Como tipos de *actiones populares* podemos citar a acção do *albo corrupto*, que tinha o objectivo de punir civilmente aquele que alterasse o escrito do pretor; a acção de *sepulchro violato* cujo intento era proteger o direito comum de não ver violada a sepultura; a acção de *termino moto*, que servia para a reparação do dano de quem alterasse, com má fé, limites entre propriedades; a acção de *apertis tabulis*, a acção de *suspensis* O¹⁾.

Dentro, ainda, da casuística da acção popular romana, podemos citar a *actio effusis et dejectis; interdictum de via publica; de flumine publico; de homine libero exhibendo; actio de testamento occisi aperto, etc.* (12).

Como exemplo de *interdictum de via publica*, Scialoja dá-nos o seguinte: «se uma rua é deteriorada por Tício, eu, precisando de passar por ali, tendo interesse em que a rua seja colocada novamente em condições de uso, acciono contra Tício a interdição apropriada» (13).

Depois da contribuição do direito romano para a tutela jurisdicional dos interesses difusos, em termos de relevância vamos encontrar a criação da instituição do *ombudsman* no direito escandinavo.

Os antecedentes do *ombudsman* ocorreram na Suécia. Neste país, no século XVI, surgiu a figura do *Grande Senecal* (*drotsen*), que tinha a atribuição de velar, sob a autoridade suprema do Rei, pelo bom funcionamento e administração da justiça no reino (14). Posteriormente, surgiu o *General Richz Schultz* (1638), que foi substituído pelo efêmero *General Inspectoren Öffuer ordningarne* (1665 a 1668), cuja substituição se deu, de forma definitiva, pelo *Kansliordning*, pelo Decreto de 26 de Outubro de 1713, de Carlos XII.

O *Kansliordning* deu origem ao nascimento do *Justitiekanler* e do *Konungens Hogsta Ombudsmannen*, duas entidades com atribuições diversas. Este último foi criado para

C¹¹⁾ L. B. Bonjean, *Traité des actions ou exposition historique de Vorganisation judiciaire et de la procédure civile chez les romains*, 2.^a ed., Paris, Videcoq, 1845, pp. 3, 4, 5 e 258, nt. 2.

(12) Francesco Buonamici, *La storia...., cit.*, pp. 188 e 10.

C¹³⁾ Vittorio Scialoja, *Procedura...., cit.*, pp. 190 e 20.

(14) André Legrand, *L'ombudsman Scandinave*, Paris, LGDJ, 1970, pp. 22-23. No mesmo sentido, Alvaro Gil Robles y Gil Delgado* *El Control parlamentario de la Administración, El ombudsman*, 2.^a ed., Madrid, Instituto Nacional de Administración Pública, 1981, p. 38.

exercer o controlo geral sobre a observância das leis, devendo fiscalizar se cada um, no exercício da sua função, cumpria com as suas obrigações ⁽¹⁵⁾. Finalmente, desde 1809 existe na Suécia o *Justitieombudsman* como o conhecemos.

Mas no fundo o que vem a ser o *ombudsman*? É um órgão criado para administrar a justiça. A sua função é a de exercer uma espécie de controlo da actividade da administração, ao mesmo tempo que pode decidir a respeito dos interesses difusos. Existem certas regras para que se tenha acesso ao órgão, que variam de país para país, e basta que o interessado alegue «razões de interesse da comunidade» para que seja provocada a actividade do *ombudsman*. Caracteriza o órgão a absoluta informalidade; não é preciso comparecer acompanhado de procurador ou advogado, tão-pouco deduzir a reclamação por escrito.

No início o órgão foi criado com o intuito exclusivo de exercer o controlo da administração pública. Como a experiência foi bem sucedida, foram sendo paulatinamente ampliadas as actividades do *ombudsman*, de modo que hoje existem vários deles para atender interesses colectivos dos mais diversos; *ombudsman* do consumidor, da liberdade económica, da saúde pública, estudantil, empresarial e assim por diante.

Em face dos resultados obtidos na Suécia, outros países escandinavos passaram a criar os seus meios de controlo da administração e, ao mesmo tempo, designar um órgão para apreciar os pedidos de tutela dos interesses difusos. A semelhança do *ombudsman* sueco foram criados o da Finlândia (1919), o da Dinamarca (1954) e o da Noruega (1950) ⁽¹⁶⁾. Outros países adoptaram também a experiência sueca, criando o *ombudsman*: Inglaterra (1958), Nova Zelândia (1962), Irlanda do Norte e Canadá (a partir de 1967, pois foram criados vários *ombudsman* independentes nas províncias canadianas) ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁵⁾ André Legrand, *Uombudsman...., cit.*, p. 23.

⁽¹⁶⁾ Frank Stacey, *The British ombudsman*, Oxford, Oxford Univ. Press., 1973 (reimpr.) p. 3.

⁽¹⁷⁾ Álvaro Gil Robles y Gil Delgado, *El Control...., cit.*, pp. 101, 89, 124 e 129.

Para uma ampla consulta sobre os modernos meios de tutela jurisdiccional dos interesses difusos, consultar, de Mauro Cappelletti (coord.), *La tutela degli interessi diffusi nel diritto comparato*, Milão, Giuffrè, 1976; sobre o *ombudsman* vide, ainda, Donald C. Rowat, *El «ombudsman»*, trad. Eduardo L. Juárez, México, Fondo de Cultura

Tutela dos Interesses Difusos

Além da criação do *ombudsman* nos países acima referidos, modernamente tem ganho vulto a adopção desta figura jurídica nos sistemas de diversos Estados, embora com denominações diferentes.

A Alemanha Federal criou a figura do *ombudsman* militar, através da Gesetz über den *Wehrbeauftragten des Bundestages* (Lei sobre o Comissário Militar para a Defesa do Parlamento Federal), de 26 de Junho de 1957, baseando-se no dispositivo constitucional (Bonner Grundgesetz — Constituição de Bonn, art.º 45, b) ⁽¹⁸⁾.

Nos Estados Unidos há, também, instituições semelhantes ao *ombudsman* em pleno funcionamento. O Estado de Havai foi o primeiro a instituir esse órgão de controlo parlamentar da administração. Na França pela Lei n.º 73-6 de 3 de Janeiro de 1973, foi criada a figura do *Médiateur*, que teve as suas funções reguladas pelos Decretos n.ºs 73 253, 73 254 e 73 255, todos de 9 de Março de 1973. Mais recentemente, foram criadas duas instituições semelhantes ao *ombudsman* escandinavo, em países latinos: o «Defensor del Pueblo» em Espanha e o «Provedor de Justiça», em Portugal, ambas com garantia constitucional. O Defensor do Povo foi introduzido no país vizinho por força da Constituição espanhola de 27 de Dezembro de 1978, art.º 54, enquanto o nosso Provedor de Justiça teve a sua previsão no art.º 23 da Constituição de 2 de Abril de 1976. Também em Israel foi criado o *ombudsman*.

Variando de país para país, verificamos que os organismos guardam alguma semelhança efectiva com o *ombudsman*, conquanto revestidos de outra denominação, ou, por vezes, com formas de escolha variadas. Mas, de qualquer modo, a característica destes institutos é em tudo semelhante à do *ombudsman* escandinavo. Com efeito, essas figuras são instituições vinculadas ao Poder Legislativo, normalmente eleitas pelo Parlamento, e têm a finalidade de garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, e, em alguns países, a defesa de alguns interesses difusos, e de fiscalizar a actividade da administração pública. Não possuem actividade jurisdicional e não têm competência para anular os actos da administração pú-

Económica, 1973; Victor Fairén Guillén, *El defensor del pueblo — «ombudsman»*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1982; e «El ombudsman y sus posibilidades en España y países iberoamericanos», in *Temas del ordinamiento procesal*, Madrid, Tecnos, t. 3, 1982, pp. 1505-57.

(is) T Maunz, G. Düring e R. Herzog, *Grundgesetz Kommentar*, 3.ª ed., Munique, Beck, 1971, pp. 2-16.

blica. A sua função é, por assim dizer, portadora de efeitos morais para com os erros e negligências da administração pública, e caracteriza-se por emitir recomendações aos órgãos públicos, aliadas às eventuais providências administrativas que entenda por bem tomar.

Vimos até aqui examinando a evolução histórica destes institutos, que poderão contribuir para a resolução do tormentoso problema da tutela dos interesses difusos. Verificamos que o *ombudsman*, ou o Defensor do Povo, ou o Provedor de Justiça ou o Mediador não têm autorização para pleitear, junto do Poder Judicial, a tutela desses interesses denominados difusos. Defendem-nos, mas no âmbito administrativo. Aliás, é curioso notar, que mesmo depois da criação da figura do Provedor de Justiça, entre nós, adveio a Lei de Defesa do Consumidor, de 22 de Agosto de 1981 (Lei n.º 29/81), outorgando legitimação *exclusiva* ao Ministério Público para pleitear, em juízo, a tutela dos interesses dos consumidores, podendo as associações intervir como assistentes (art.º 13h, da referida Lei de defesa do consumidor). Assim, observa-se que o *ombudsman* ou figuras afins não se confundem com a instituição do Ministério Público, a quem cabe, tradicionalmente, a tutela jurisdicional dos interesses indisponíveis da sociedade. Sobrevivem lado a lado, cada um com as suas funções e atribuições absolutamente distintas umas das outras. Cremos que, o sistema de defesa do consumidor vigente no nosso país é bastante positivo, embora entendamos que o sistema misto é o que melhor atende à tutela jurisdicional dos interesses difusos. Quisemos apenas salientar a diferença existente entre a figura do *ombudsman* e a do Ministério Público.

Além destes institutos, há também o do *amicus curiae*, do direito anglo-saxónico, que funciona como uma espécie de colaborador da Corte, informando-a na resolução de qualquer problema, que tenha relevância para a decisão da lide colocada em juízo ⁽¹⁹⁾.

3.2. *Interesses difusos e legitimação activa nos modernos ordenamentos jurídicos*

O problema relativo à tutela dos interesses difusos não se restringe actualmente aos meios e aos instrumentos que devem ser previstos e criados pelo ordenamento jurídico, de

⁽¹⁹⁾ Giovanni, G. Criscuoli, «Amicus curiae», *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, 27, Milão, Giuffrè, 1973, pp. 187-216.

Tutela dos Interesses Difusos

forma a permitir uma imediata e eficaz resposta à violação destes interesses, mas compreende também a questão da *titularidade activa* dessa defesa, ou seja a legitimação para agir. Tradicionalmente o problema da legitimação para agir no processo civil tem sido resolvido na base da *summa divisio* entre «público» e «privado» (20). Quanto a nós, a tutela jurisdicional dos interesses difusos exige uma superação do modelo tradicional do processo, com a adopção de novas técnicas, que permitam, uma adequada protecção dos interesses meta-individuais. Institutos com a legitimação e o interesse de agir, a representação e a substituição processual, a ciência bilateral dos actos processuais e o contraditório, os limites subjectivos e objectivos do caso julgado, os poderes do juiz e a função do Ministério Público, foram construídos para o processo clássico e continuam a reger as relações interindividuais ou as relações Estado-indivíduo, que naturalmente se revestem ainda de grande importância na vida contemporânea. Mas, por outro lado, não se adaptam, na sua configuração tradicional, às novas situações, em que se encontram envolvidas colectividades mais ou menos amplas de pessoas.

Uma perspectiva de direito comparado evidencia a quantidade e variedade de soluções imaginadas para o problema da legitimação activa. Em alguns países, a defesa dos interesses difusos é confiada ao próprio particular ou a associações representativas como acontece com as *class actions* dos países da *Common Law*, especialmente nos Estados Unidos. Exige-se para tanto que: a) a classe seja de tal modo numerosa, que torne impossível a junção de todos os interessados em juízo; por outro lado ocorre que b) as questões objecto de «denúncia» devem ser comuns a toda a classe; que, c) as acções e as excepções sejam típicas das acções ou excepções da *class*; e por último prescreve-se d) que, os representantes operem de modo «leal» e «adequado» na protecção dos interesses de toda a classe (21). Noutros ordenamentos jurídicos

(20) Mauro Cappelletti, «Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alia giustizia civile», *Rivista di Diritto Processuale*, 30, p. 368.

(21) Michelle Taruffo, «I limiti soggettivi del giudicato e le 'class actions'», *Rivista di Diritto Processuale*, 1969, p. 609 e ss.

A class action tem o seu precedente histórico mais provável no «Bill of peace» do direito inglês do séc. XVII, como produto directamente derivado da *equity* e não do *common Law*. Surge como excepção ao princípio, em virtude do qual todos os sujeitos interessados devem participar em juízo e habilita os representantes de um vasto grupo de indivíduos a agir em juízo no interesse dos membros de tal grupo unitariamente considerado. Surge depois uma evolução bas-

a defesa dos interesses difusos está confiada a organismos públicos criados para tanto, como é o caso do *ombudsman* dos consumidores na Suécia. Noutros, ainda, ao Ministério Público ou a órgão similar, como acontece com o *Attorney General* dos países da *Common Law* ou a *Prokuratura* dos países socialistas.

Cresce, igualmente, a tendência no sentido de atribuir a legitimação a associações privadas não pessoalmente atingidas pela lesão dos interesses difusos⁽²²⁾. Para o efeito estas associações deviam ganhar a configuração legal de «entes privados de interesse público». Trata-se de instituir uma nova categoria de sujeitos de direito legitimados a tutelar em juízo os interesses difusos⁽²³⁾.

tante ténue deste instituto nos USA até que no Federal Rules of Civil Procedure de 1938 se introduz um regime mais complexo do que o antecedente. Neste texto reafirma-se que só se pode utilizar esta figura quando resulte praticamente impossível unificar no mesmo processo todos os interessados; insiste-se pois, na necessidade de assegurar filtros seguros quanto à adequação e representatividade dos que agem no interesse da classe e introduzem-se novos critérios para melhor constatar a comunidade de interesses entre os membros da mesma. Fala-se, então, de «true», «hybrid» ou «spurious» class action, segundo o grau de comunhão entre os interessados, fazendo derivar da pertinência a uma ou outra categoria consequências diversas.

Por fim, em 1966, produz-se uma emenda à Civil Rule 23, que define os perfis mais acabados deste sistema, que fica delineado em torno de dois eixos básicos: a identificação da Class a que se dirige a denominada *defining function* do juiz, e a do controlo da efectiva capacidade das class representativas. Pilares que determinam, através da *adequaty of representation*, a possibilidade da extensão subjectiva e vinculação da resolução a todos os membros da classe ou categoria (Vincenzo Vigoriti, *Interessi collettivi e processo: la legittimazione ad agire*, Milão Giuffrè, 1979, p. 261 e ss.).

⁽²²⁾ Para uma visão mais completa da doutrina sobre a «acção colectiva» destas associações, vide, Eduardo Grasso, «Gli interessi della collettività e l'azione collettiva», *Rivista di Diritto Processuale*, 1983, pp. 24-56; Crisina Rapisarda, «Protezione del consumatore e tecniche giudiziali e stragiudiziali di tutela», in *U influenza del diritto europeo sull diritto italiano*, Milão, Giuffrè, 1982, pp. 518-61; E. M. Bajons, «L'azione collettiva», *Rivista di Diritto Civile*, Pádua, Cedam, 1980, p. 292 e ss.; Lorian Zanuttigh, «Giudice ordinario e diritto all'ambiente: un passo avanti della Cassazione», *Rivista di Diritto Processuale*, Pádua, Cedam, 1980, p. 342 e ss., respeitante à sentença n.º 5172 de 6-10-1979 da Corte de Cassação Italiana.

⁽²³⁾ M. S. Giannini, «Rapporto sui principali problemi dell'amministrazione dello stato», in *Foro It.* 1979, V, C. 289 e ss. e *Riv. Trim. Dir. Pub.*, 1982, Fase. 3, pp. 753-754. O autor evidencia a necessidade de uma intervenção legislativa, que atribua uma particular legitimação aos grupos portadores de interesses difusos, sob a forma de «entes privados de interesse público» (projecto de lei respeitante à «Disciplina dos entes privados de interesse público», Março 1981).

Tutela dos Interesses Difusos

Uma investigação históricocomparada parece indicar como melhor solução deste problema a que integre a acção e o controlo dos órgãos públicos com a iniciativa dos indivíduos e dos grupos privados directa ou indirectamente interessados (24). De todas as alternativas, aquela que de maneira mais relevante se revela inadequada é a que confere *apenas* ao particular a protecção dos interesses difusos. Tendo em consideração que os interesses difusos são frequentemente violados por poderosos grupos económicos ou mesmo pelo Poder Público, constata-se facilmente a impotência e o desencorajamento do particular.

O problema da tutela judicial dos interesses difusos é, portanto, também um problema de legitimação. Por isso julgamos que seria conveniente ampliar a noção de legitimação, de modo que as associações pudessem agir em juízo em defesa dos interesses difusos, para além dos particulares. Outra das possíveis soluções podia ser a legitimação do Ministério Público. Para isso torna-se necessário dotar o Ministério Público de uma «acção civil pública», que deveria merecer a necessária atenção do legislador, de modo a ser perspectivada uma completa tutela dos interesses difusos. Por «acção civil pública» entendemos «o direito conferido ao Ministério Público de fazer actuar, na esfera civil, a função jurisdicional» (25).

Merece ainda referência o problema das medidas cautelares. É intuitivo que uma acção *preventiva*, oportunamente tomada, poderá ser muito mais eficaz do que a simples reparação do acto lesivo de determinado interesse difuso, como o despejo de substâncias poluentes num rio (veja-se o caso do rio Ceira). Para tanto há que armar o Ministério Público do poder de requisição, acompanhamento e controlo de procedimentos conduzidos por organismos administrativos, tendentes a realizar actividades de investigação preparatórias, a que poderíamos chamar *inquérito civil ou administrativo* (26).

(24) Mauro Cappelletti, «Formazioni...», *cit.*, p. 383.

(25) Edis Milaré, *O Ministério Público e a acção civil pública*, Coordenadora dos Grupos de Estudos do Ministério Público do Estado de São Paulo, 1983.

(26) José Fernando da Silva Lopes, *A tutela jurisdicional dos interesses difusos e o Ministério Público como operador social*, Coordenadora-Geral dos Grupos de Estudos do Ministério Público do Estado de São Paulo, 1980.

Conclusão

Uma das ilações que se podem retirar da evolução histórica da tutela jurídica dos interesses difusos, é o seu excelente acolhimento no direito romano, através do exercício das acções populares, de um verdadeiro e próprio direito subjectivo público. Cremos, mesmo, que, esta configuração jurídica do interesse difuso como direito subjectivo público de participação, é o que melhor se ajusta à moderna tutela jurídica dos interesses difusos, e particularmente ao nosso ordenamento jurídico-constitucional.

Depois da contribuição do direito romano para a tutela jurisdiccional dos interesses difusos, de relevância vamos encontrar no século XVI a criação da instituição do *ombudsman* no direito escandinavo, que se veio aperfeiçoando até aos nossos dias. Na experiência jurídica contemporânea sobressaem os meios de tutela processual, com especial destaque para o direito da *Common Law* com as famosas *class actions*.

Nos hodiernos sistemas jurídicos, pese embora a sua recente evolução, a sobrevivência do mito do indivíduo soberano, livre e activo, tem prejudicado uma verdadeira reforma da lei processual e dos instrumentos jurídicos de tutela dos interesses difusos, que permita a legitimação ordinária das associações criadas para a defesa deste tipo de interesses.

Quanto ao nosso ordenamento jurídico não basta, uma reinterpretção mais aberta e criativa do artigo 26 do Código de Processo Civil. Creio que, à luz do art.º 13 e 20 da Constituição é possível avançar para a criação de um processo específico, um processo de «massas» como a melhor forma de permitir a legitimação activa dos referidos «entes privados de interesse público» e a tutela dos interesses difusos.

Gostaríamos de dizer, por último, que talvez fosse útil e estimulante regressar às origens, ao direito romano, de modo a melhor fundamentar uma moderna e eficaz tutela civil, penal e administrativa dos interesses pluriindividuais.

CARTAS DE ALFREDO PIMENTA A JOAQUIM DE CARVALHO

Não é a primeira vez que a *Revista de História das Ideias* publica cartas do espólio de Joaquim de Carvalho (1892-1958), endereçadas ao Professor de Coimbra por interlocutores variados, que com ele constituíram figuras proeminentes do mundo cultural português da época contemporânea (1). As cartas que se seguem foram redigidas por Alfredo Pimenta (1882-1950) e inscrevem-se num espaço de dez anos (1925-1935), ou seja, no período que imediatamente antecede o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e o momento em que já se considera consolidado o regime dele resultante.

Para um leitor apressado estas cartas serão de relativo valor, dado que aparentemente se limitam a traduzir simples pedidos de obras que a Imprensa da Universidade ia publicando e de que Joaquim de Carvalho era administrador, ou trocas formais de impressões sobre projectos de trabalho e edição. Um leitor atento, porém, não deixará de encontrar nelas fartos motivos de reflexão, de que poderá extrair dados preciosos para a compreensão do ambiente cultural e político do período em que as cartas se inscrevem, bem como para o estudo da personalidade e pensamento do autor e destinatário.

Alfredo Pimenta foi autor de numerosas obras que se repartem por géneros vários, desde a poesia, onde manifesta um certo gosto simbolista e decadentista, até ao ensaio político, onde não raras vezes evidenciou enorme ardor crítico.

(1) Ver «António Sérgio: Cartas do Exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)» com introdução e notas de Fernando Catroga e Aurélio Veloso, *Revista de História das Ideias*, dedicada a António Sérgio, vol. 5, t. 2, pp. 951-1016.

Manifestou qualidades de historiador, quer na utilização do método documental e crítico com vista ao apuramento da verdade dos factos numa tentativa de revisão das opiniões tradicionais, quer no recurso a textos de valor mais probatório. Familiarizado com a literatura pátria, colheu da geração de 70 e da sequente um agnosticismo exacerbado. Conheceu profundamente a literatura estrangeira, desde a poesia decadentista ao romantismo naturalista, e, através da leitura das suas obras, conviveu com filósofos alemães e racionalistas franceses, não deixando de emitir opinião sobre a filosofia dominante de Kant, Hegel e Hartmann. Simultaneamente deixava que o seu espírito se impregnasse das ideologias de Koprotkine, Bakounine, Jean Grave, Reclus, Malato e sobretudo de Stirner e Nietzsche.

É fundamentalmente na influência dos dois últimos que assenta a sua passagem pelo anarquismo que vem a abandonar para aderir ao positivismo comteano. Aqui encontra, por sua vez, os pressupostos filosóficos que justificam um novo momento do seu percurso político, a adesão a um republicanismo conservador. Nesta fase, como membro do partido revolucionário foi colaborador do jornal *República* de António José de Almeida, com a preocupação de contribuir para garantir à República portuguesa a ordem indispensável ao progresso. Ainda republicano viria a travar viva polémica com o jornalista de *O Dia* José Augusto Moreira de Almeida, afirmando a sua confiança na República como regime de ordem e tranquilidade, mas deixando antever que se os factos lhe demonstrassem o contrário, daria o seu aval à Monarquia. Idêntica posição assume na entrevista concedida à revista monárquica *Aqui d'El Rey* de João do Amaral. A revolução de 14 de Maio de 1915, evidenciando os erros que combatia no regime, precipita-o na «solução monárquica». Viria a colaborar na *Nação Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano, se bem que nunca tivesse feito unanimidade com as doutrinas integralistas, de cujo movimento se afasta em 1922 para formar a Acção Realista.

Revelador de vincada faceta polemista, Alfredo Pimenta envolver-se-ia em inúmeras polémicas com outros vultos da cultura seus contemporâneos. Seja permitido referir entre elas a polémica «Toque de clarim», título do artigo que lhe deu origem, publicado no Semanário *Acção* dirigido por Manuel Múrias e da autoria do Professor José Sebastião da Silva Dias a quem o presente número da *Revista de História das Ideias* presta merecida e justa homenagem. Parece indismutável que o artigo citado foi um autêntico *manifesto* do Pro-

Cartas de Alfredo Pimenta

fessor Silva Dias, numa tentativa de transformação do ambiente mental português do tempo e que envolveria dezenas de nomes de várias gerações, com intervenções quer na *Acção*, quer no *Correio de Coimbra* quer no *Novidades*. É certo que um percurso mental aparentemente tão sinuoso como o de Alfredo Pimenta se prestava a estas disputas de ideias. Não é fácil compreender um pensamento, à primeira vista, no mínimo, incoerente, que passa do anarquismo a um republicanismo conservador até chegar a um monarquismo fervoroso. Como aceitar a *evolução na permanência* de que fala Alfredo Pimenta a propósito do seu pensamento, se o anarquismo de Stirner e Nietzsche que o alimentou nos seus verdes anos da mocidade é contrário ao sociocratismo de Comte e se o republicanismo é o antípoda do monarquismo extremo? Mas, como ele mesmo afirma, é precisamente na fase em que o Nietzscheísmo filosófico e o Stirnerismo político dominam, que se depara com o Positivismo comteano. A filosofia de Comte sacode-lhe os elementos ancestrais adormecidos e que formavam a estrutura da sua individualidade. O aristocratismo que Stirner e Nietzsche lhe inspiram, encontra continuidade e desenvolvimento no anti-democratismo comteano. É ainda Comte quem lhe abre vastos horizontes científicos e lhe permite a revisão dos seus juízos sobre a Igreja Católica e sobre a Filosofia Tomista à qual acaba por aderir, não sob o ponto de vista especulativo mas como sobredetermina dora de uma finalidade ética, não isenta de pragmatismo. Como deixa perceber numa das cartas a seguir publicadas, o Tomismo parece-lhe a melhor doutrina para «o homem atingir uma situação pessoal moral face ao Criador». A razão apresenta-se-lhe infrutuosa nos seus devaneios transcendentais. A ruína das doutrinas, a ascensão e queda dos sistemas especulativos levaram-no a desprender-se dos dogmatismos filosóficos e a concluir como única atitude filosófica sincera a constatação da *Relatividade Integral*.

Este cepticismo que se espraia por várias cartas, teria contribuído para que se fizesse historiador, tomando como mestres António Caetano do Amaral, Alexandre Herculano, Gama Barros, Alberto Sampaio, o alemão Mommsen e o francês Fustel de Coulanges. É que a procura das *verdades* no mundo vário e fluído da história é uma contrapartida e um lenitivo para quem a *Verdade* pertence a uma esfera inacessível. A esta atitude céptica no campo filosófico não deixa de corresponder um certo pessimismo existencial, decorrente também da frustração amarga de não conseguir levar a cabo uma das suas mais caras utopias — catolicizar Augusto Comte

como S. Tomás fizera em relação a Aristóteles. A impossibilidade de escrever o seu «*Do Relativismo Integral*», bem como problemas concretos com que se debatia, uns de cariz económico, outros de natureza familiar, concorrem para acentuar o pessimismo angustiante que algumas cartas revelam.

Mas outros motivos de interesse suscita a correspondência agora publicada. A consideração intelectual que homens como Alfredo Pimenta e Joaquim de Carvalho nos podem merecer, é acrescida quando constatamos que as relações formais estabelecidas entre estes dois homens de Cultura encobrem outra relação mais funda e mais humana, fruto de intimidades desnudadas — incompreensões, dificuldades económicas, preocupações familiares ou acontecimentos felizes, como umas simples férias ou o nascimento de um filho.

Este apreço recíproco sobrepõe-se quer às filiações ideológicas divergentes, quer ao antipodismo político em que se situam, um monárquico, o outro republicano liberal. Em várias cartas Alfredo Pimenta reconhece em Joaquim de Carvalho o agente cultural a quem a cultura do seu tempo tanto deve, o crítico competente a cuja apreciação sujeita os seus escritos e de quem aceita críticas e sugestões com o respeito intelectual que o mestre de Coimbra lhe merece. Se é certo que Alfredo Pimenta se sente reconhecido a Joaquim de Carvalho pelo apoio concedido à publicação das suas obras a ponto de lhe chamar o seu «mecenas», isso não o coíbe de o recriminar pela participação na comissão directiva de um jornal político, fiel à ideologia a que Joaquim de Carvalho se ligara desde a juventude, o *Diário Liberal*. Alfredo Pimenta teme as consequência que aquela atitude pode acarretar ao amigo. Mas tratava-se de uma posição frontal que Joaquim de Carvalho entendia dever assumir perante a ditadura saída do golpe de Estado do 28 de Maio de 1926. Alfredo Pimenta prefere não actuar mas não deixa de contestar o decreto do Governo de Salazar que encerra a Imprensa da Universidade à qual Joaquim de Carvalho tanto dera. Como adversário político do campo monárquico, faz justiça a rectidão de intenções e nobreza de sentimentos de Joaquim de Carvalho, opinião aliás partilhada por muitos republicanos aliados da ditadura.

Pelo que ficou dito parece justificar-se a publicação das cartas que se seguem, quer pelo que explicitamente afirmam, quer pelas ilações que uma reflexão sobre elas permite. Daí que seja de toda a justiça registar o agradecimento devido à família do Professor Joaquim de Carvalho que cedeu as cartas e autorizou a sua publicação.

Cartas de Alfredo Pimenta

Não pode deixar de mencionar-se a preciosa colaboração prestada pelo filho do Prof. Joaquim de Carvalho, Prof. João Maria Montezuma de Carvalho bem como pelo Dr. Alfredo Manuel Pimenta, filho do Dr. Alfredo Pimenta, pelas notas de cariz pessoal que com toda a gentileza forneceram.

*Maria do Rosário Azenha
Olga de Freitas da Cunha Ferreira*

Terça feira.

[21-4-25] *

Ex.^{mo} Snr: — Pelas primeiras palavras da carta de V.^a ex.^{ia} vejo q. preocupações dolorozas lhe prende a attenção. Deos queira q. a estas horas ellas estejam passadas — e V.^a Ex.^{ia} possa entregar-se, sem outras canceiras, aos seus affazeres habituais.

Adoptarei qualquer solução q. V.^a ex.^{ia} me indicar para a publicação do trabalho da D. Carolina O — menos a do *Instituto* (2). Desde os meos tempos de Coimbra q. tenho uma particular embirração por essa coisa sorna e tepida, somnifera e absurda — q. é o Instituto com a sua Revista. Deos me livre de ligar o meo nome a esse monumento de insipidez — onde, aliás, creio eu, em Coimbra gente tem deixado pégadas. Dirigi-me a V.^a ex.^{ia} porque sabendo directamente da sympathia q. a Universidade merecia à nossa Amiga, e tendo eu pela mesma Universidade, um carinho especial — m.^{to} me agradava q. ahi sahisse este trabalho (3). Mas não podendo ser, paciencia, e cá ficará inédito até outra disposição do meo espirito.

De V.^a ex.^{ia} m.to grato

A.P.

* Todas as datas das cartas de Alfredo Pimenta aqui apresentadas foram retiradas do carimbo do envelope, pelo que vão entre parêntesis, em virtude do autor nunca datar as suas cartas.

(1) Carolina Wilhelme Michaëlis de Vasconcelos (Berlim 1851 - Porto 1925). Lusófila alemã esposa do Prof. Joaquim de Vasconcelos, com quem casou em 1876. Professora Cate-drática da Faculdade de Letras de Coimbra dedicou-se ao estudo da cultura portuguesa tendo obras publicadas no domínio da Literatura, Etnografia, História, Folclore, etc.

(2) Instituto de Coimbra. Academia científica e literária criada em Coimbra em 1852 por acção de alguns professores e alunos da Universidade que ainda hoje se mantém em actividade. O *Instituto* desempenhou, desde a sua fundação, um papel de relevo no panorama científico e literário de Coimbra, possuindo biblioteca, sala de conferências, museu e Revista própria. É nessa revista *O Instituto* que Joaquim de Carvalho sugeria a publicação.

(3) Trata-se do estudo inédito oferecido pela autora a Alfredo Pimenta *Das origens da Poesia Popular* editado pela Imprensa da Universidade apenas em 1932.

5.^a feira

[12-11-26]

Ex.^{mo} Snr: — V.^a ex.^{ia} ha de fazer-me a justiça de acreditar q. eu não publicaria cartas da senhora D. Carolina Michaëlis O) q. não pudessem ser publicadas. De todas ellas, só uma aparece com um corte — o corte de uma phrase, — não pela auctora da carta, mas por mim — e porq. se refere a um incidente m.^{to} intimo da minha vida particular com q. o publico nada tem. De resto, todas as cartas da-quella illustre Senhora são publicáveis. E se alguma o não fosse, eu seria o primeiro a furtal-a á publicação. No entanto, para respeitar os excessivos escrúpulos de V.^a ex.^{ia}, como ellas antes de compostas na typographia vão ás suas mãos, V.^a ex.^{ia} emitirá o seo parecer, pois q. previamente as lerá. Com m.^{to} prazer escreverei ao Dr. Joaquim de Vasconcellos (2), a preveni-lo da edição deste trabalho, por uma questão de delicadeza e deferencia m.^{to} merecidas — e por mais

Cartas de Alfredo Pimenta

nada. Pois q. tanto o trabalho erudito como as cartas são meos — e só eu sou juiz ou da sua publicação ou da sua divulgação. Um dia destes enviarei a V.^a ex.^{ia} os originais. Na copia, ha algumas faltas, ou porq. o copis:a leo mal, ou porq. não soube reproduzir. As provas, revejo-as eu — e assim corrigirei os defeitos do copista.

De V.^a ex.^{ia} m.^{to} ad.^{dor} grato

A.P.

(1) Trata-se de 48 cartas enviadas por Carolina Michaëlis a Alfredo Pimenta entre 1905 e 1924. Destas, 47 foram publicadas juntamente com o estudo *Das Origens da Poesia Peninsular*.

(2) Joaquim António da Fonseca de Vasconcelos (1849-1936). Historiador e critico de arte. Fez grande parte dos seus estudos na Alemanha onde conheceu D. Carolina Michaëlis. Dedicou-se ao estudo da arte em Portugal: architectura, pintura, música, cerâmica, tecelagem, ourivesaria, etc., tendo deixado uma vasta bibliografia sobre estes temas.

3

3.^a feira, 6 % da T.

[26-4-28]

Meo ex.^{mo} amigo: — penso: o *Discours de la méthode* O está traduzido, e m.^{to} bem traduzido, por V.^a ex.^{ia}, para q. eu pense um minuto só em q. eu o 'çraduzisse.

Quanto ao resto — estamos de accordo. Só, em relação ao Doutor Angelico (1 2) (no *Diário de Notícias* escrevem sempre: Dr. Angelico!) — tenho m.^{to} medo do philosopho Thomaz d'Aquino (3). A sua Theologia (4) acceito-a, *et pour cause* — porq. a Auctoridade legitima ma impõe. Quanto à sua philosophia — se ella tem um fundo previo de Theologia, tenho q. a acceitar, porq. é afinal Theologia; se não tem, se e pura philosophia — então, adeos minhas encomendas. Preconiso o Thomismo (5), sob um ponto de vista de finalidade e:hica. Não sob o ponto de vista especulativo. Pragmaticamente, o Thomismo é o melhor q. há, para q. o homem alcance uma situação pessoal moral digna do Creador. Logo, o Thomismo é verdadeiro. Fora disso — é tudo vaidade, tudo illusão, tudo hypotese, tudo «q. sei eu?» As verdades, porq. são accessiveis, são provisórias. O q. é definitivo é o inacessivel.

Deos me perdoe se pecco; mas no fundo no meo espirito, e no amago das minhas meditações, só ha sinceridade e simpleza. Do alto da montanha, vendo e contemplando as ruinas dos Systemas, das Doutrinas, dos Esforços humanos, olhando os Imperios especulativos q. se erguem em vez dos q. ruiram — Constato a Relatividade integral e preguntando: para quê? — dou razão á *Imitação de Christo...* (6).

Tenho, sim senhor, tenho as Cartas do Padre Antonio Vieira (7) — os 2 vols. Creio q. não sahio mais nenhum. Quando sahir o III — não se esquece de mim, pois não? E tenha a bondade de não se esquecer de q. está aqui o exemplar das *Cantigas de Amigo* (8), á espera de destino.

De V.^a ex.^{ia} m.^{to} amigo grato

A.P.

(1) A tradução desta obra de Descartes por Joaquim de Carvalho, apesar de anunciada nos catálogos da Imprensa da Universidade, não chegou a ser publicada.

(2) S. Tomás de Aquino.

(3) Tomás de Aquino (+ 1255-1274). Filósofo escolástico e Doutor da Igreja, autor

Revista de Historia das Ideias

das obras *Quaestiones Disputatae* e *Summa Theologica*, cuja influência marcou toda a filosofia e teologia posteriores.

(4) Em sentido lato (etimológico), é a ciência que tem por objecto Deus. Distingue-se no entanto a Teologia natural ou Teodiceia que trata Deus com base nos dados da razão e da experiência, da Teologia revelada que se funda na própria palavra de Deus, tal como se fez conhecer, sobretudo mediante os livros sagrados. Usualmente o conceito «Teologia» identifica-se com Teologia revelada, o que não significa que a obra dos teólogos se pretenda revelada, mas fundada nos dados da razão.

(5) Doutrina de S. Tomás de Aquino, caracterizada pela adaptação dos princípios da filosofia de Aristóteles à sistematização dos dogmas do Cristianismo. Num sentido mais lato, entende-se como um sistema filosófico-teológico sustentado pelos autores que, no seio da Escola ou Escolástica, perfilhavam a doutrina de S. Tomás de Aquino, opondo-se ao Escotismo e ao Suarezianismo.

(6) Obra anónima do século XIV integrada na corrente mística da *Devotio Moderna*. Tem sido ao longo dos tempos atribuída a vários autores como Thomas Kempis e João Gerson.

(7) P.e Antonio Vieira, *Cartas*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925-26. O vol. III foi editado em 1928.

(8) José Joaquim Nunes, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, 3 vols., Edição crítica, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-28.

4

5.^a feira

[4?-11-27]

Ex.^{mo} Snr: — peço a V.^a ex.^{ia} a fineza de me dizer definitivamente se quer ou não q. eu lhe mande o original da D. Carolina, q. tenho aqui, há meses, sobre a minha meza de trabalho, endereçado para V.^a ex.^{ia}. Não posso nem devo escrever qualquer Introdução ao trabalho, pois q. teria fatalmente q. ser incompleto, visto o conhecimento q. tenho da lingua allemã ficar m.^{to} àq-uem do necessario para poder lêr o q. a nossa querida amiga escreveo nessa lingua, principalmente a *Geschichte der portugiesischen Litteratur* (*). De sorte q. ou se publica o Ensaio e as Cartas independentes ou no volume q. V.^a ex.^{ia} projecta — ou então voltam para a minha gaveta, à espera da monção.

X

Têm V.^{as} ex.^{ias} ahi na Universidade sido m.^{to} amaveis para mim — para este pobre estudante q. eu sou, enviando-me a Revista da Universidade (1^a 2^a). Mas ficaram por me serem enviados os tomos VIII e IX. Pode V.^a ex.^{ia} fazer-me a gentileza de determinar q. mos forneçam?. Se não pode, é-lhe licito, ao menos, marcar-me um preço de favor q. não abale m.^{to} os meos frágeis recursos? Desculpe V.^a ex.^{ia} tantas impertinencias e creia-me m.^{to} grato adm.ar.

Alfredo Pimenta

(1) Trabalho da autoria de Carolina Michaëlis e Teófilo Braga publicado em 1893, em Estrasburgo, na obra de Gustav Gröber, *Grundriss der Romanischen Philologie*.

(2) Revista publicada pela Universidade de Coimbra desde 1912 e da qual se publicaram até agora 32 volumes.

Cartas de Alfredo Pimenta

5

3.^a feira

[9-11-27]

Ex.^{mo} Snr: — m.^{to} obrigado pelo favor da sua carta. Aguardarei, então, as suas ins:rucçoens, quanto á publicação do estudo e das cartas da nossa querida amiga D. Carolina.

Agradeço m.^{to} reconhecido a V.^a ex.^{ia} o envio dos vols, da *Revista da Universidade*. Não ha, para mim, meios incommodos de receber livros. Já atravessei as ruas da cidade de Lisboa, com os 18 vols, da obra do J. Silvestre Ribeiro sobre os Estabelecimentos Scientificos de Portugal C). E quando consegui os primeiros 21 vols, dos *Archives d'Anthropologie criminelle* (2) — metti-me com elles numa tipoia (ainda não havia taxis) e ala para casa. Para livros não ha incommodos nem sacrificios. São a minha ferramenta, e, depois dos meus filhos, a minha razão de ser. Deos não permite q. eu possa realizar a minha obra — a obra q. eu sonhava, q. eu sonho, e q. em sonhos ficará; mas compensa-ma facultando-me este pazer de estudar. Mas — então! Eu ia a enerrar em confidencias q. V.^a ex.^{ia} me não auctorizou a fazer. Perdão!

Agradeço também o envio do *Boletim Bibliographic o da Universidade* (3), q. eu desconhecia. Ouso provocar o aborrecimento de V.^a ex.^{ia} pedindo-lhe o favor, se é possivel, de me arranjar os volumes anteriores, ainda mesmo q. incompleta esteja a colleccão, por alguns escarem esgotados. Pena tenho de não ser em nada prestável a V.^a ex.^{ia} — porq. não presto para nada. Mas se algum dia, por capricho ou curiosidade ou magnanimidade, vir q. pode utilizar-me, tenha V.^a ex.^{ia} a bondade de não hesitar, para eu lhe demonstrar a minha gratidão pelas deferencias recebidas. De V.^a ex.^{ia} m.^{to} grato am.^o admirador.

Alfredo Pimenta

(1) José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da Monarquia*, 18 vols., Lisboa, Tip. Academia Real das Ciencias, 1871-1893.

(2) *Archives d'Anthropologie criminelle et des sciences pénales: médecine légale judiciaire. Statistique criminelle, legislation et droit*. Dir. A. Lacassagne, Paris, G. Masson. O primeiro volume saiu em 1896.

(3) *Boletim Bibliographic o da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, cujo 1.^o volume foi publicado em 1914.

6

Sabbado

[3-12-27]

Ex.^{mo} Snr: — antes de mais nada, uma explicação m.^{to} sincera: não lhe fallei no meu artigo da *Cultura*, por ignorar q. consideração podia merecer-lhe a minha pobre proza e a minha desvalioza e desprendida apreciação. Fiz como na aposta de Pascal (D: joguei com o meo silencio — e ganhei, porq. as consideraçoes de V.^a ex.^{ia} satisfizeram o meo amor proprio, aquelle amor proprio honrado e digno de quem trabalha. Desculpe-me V.^a ex.^{ia} o eu ter intrepreatado mal as suas palavras quanto á sugestão do perigo hispanista. Mas louvo-me afinal, no q. fiz e pelo q. fiz, pois fiquei sabendo, assim, q. V.^a ex.^{ia} e um dos poucos q. reagem contra a seducção peninsular. Foi um

dos erros, para não chamar outra coisa, do Sardinha (2) — esse do hispanismo (3). E creia V.^a ex.^{ia} q. um dos motivos fundamentais de o meo esse Rei não acceitar francamente o Integralismo (4) — é precisamente esse do hispanophilismo Sardinhal...

Para mim, o hymno do 1.^o de Dezembro ainda é uma grande coisa: é o q. resta do brio nacional...

O meu artigo para V.^a ex.^{ia} só pode valer por um aspecto: o de lhe demonstrar q. li com attenção o seo discurso.

Agradeço-lhe o envio do volume das *Cantigas de Amigo*: já o tinha — e na edição especial, immendada: é o n.^o 28, e rubricado por V.^a ex.^{ia}. Se pode levar a sua amabilidade até o ponto de me enviar, quando sahirem os exemplares do mesmo n.^o — do volume I e III

é grande favor q. agradeço. Se não pode ser, compral-os-hei onde comprei o vol. II — no Coelho. Tenha V.^a ex.^{ia} a bondade de dizer o q. quer q. faça ao exemplar q. me enviou. Todos os livros q. a Imp. da Universidade publicar me são uteis: não tenho todos os q. sahiram porq. alguns são fora do alcance das minhas posses — pois sou pobre. De sorte q. se V.^a ex.^{ia} me quizer ajudar com um exemplar de todos os livros — m.^{to} obrigado!

De V.^a ex.^{ia} m.^{to} am.^o admirador

A.P.

(1) Blaise Pascal (1623-1662). Filósofo, matemático e fisico francês.

(2) António Maria de Sousa Sardinha (1887-1925). Escritor e político, fundou com antigos condiscipulos da Universidade de Coimbra, em 1914, o movimento do Integralismo Lusitano.

(3) Após a tentativa de restauração monárquica do Porto em 1919, António Sardinha exila-se em Espanha até 1921. Essa estadia leva-o a tornar-se o teórico de uma aproximação luso-espanhola-americana a que chamava hispanismo, por muitos interpretada como outra forma de Iberismo. No entanto a opposição ao Iberismo esteve patente na sequência da Conferência da Liga Naval. O objectivo de A. Sardinha era o de constituir um bloco espiritual hispânico de valor internacional que talvez pudesse ainda fazer algo pela cristandade, tanto mais que Portugal e Espanha já tinham repartido entre si o mundo para a obra da colonização.

(4) Integrahsmo Lusitano. Movimento político e social formado em 1914 a que aderiram entre outros António Sardinha, que seria o seu principal mentor e Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e João do Amaral. Descontentes com a instabilidade política do regime democrático republicano, que aliás consideravam um sucessor do sistema monárquico constitucional, preconizam a restauração de uma monarquia anti-liberal, anti-democrática, corporativa e de orientação nacionalista.

Meo ex.^{mo} amigo: — infelizmente, a saude da minha filha O) continua a dar-me os mais serios cuidados. Está tuberculosa. A 2.^a conferência medica hontem realizada manda-ma sahir immediatamente de Lisboa — aqui para Caneças (2), a «experimentar altitude! Arrependo-me. agora, de ter seguido um trilho de vida honesto, mas cheio de sacrificios, porq. me vejo diante de difficuldades invenciveis. Quando os odios politicos, para me magoarem ou na tentativa de me inutilisarem affirmam q. me vendi, porq. aparentemente mudei de atti-

Cartas de Alfredo Pimenta

tudes — eu sorrio, eu tenho sorrído. Hoje, porem, reconheço q. devia ter adoptado outra norma ethica de vida. É tarde...

Quanto ás cartas da D. Carolina q. V.^a ex.^{ia} já deve ter em seo poder — concordo absolutamente com as condiçoens q. o Joaquim de Vasconcellos formula. Creio q. nenhuma das cartas terá *Imprimir non potest* de Joaquim de Vasconcellos. Porem se alguma phrase lhe provocar essa formula — fica a carta toda de fora. Excerptos, não. V.^a ex.^{ia} decidirá portanto de accordo com elle — e eu reverei as provas, depois.

Effectivamente. Causou-me uma penosa impressão o Prefacio dos Itinerarios (3). E chega a ser *cocasse* — aquella comparação da prosa do pobre Pantaleão (4) com a de Eça de Queiroz! (5) A diante.

Desejo m.^{to} q. V.^a ex.^{ia} passe bem da sua saude e encontre no estrangeiro a tranquilidade benefica de q. precisa. E agradeço-lhe m.^{to} commovidamente as palavras amigas q. dedica á minha filha. Sempre m.^{to} grato e inútil amigo.

A.P.

(1) Maria Gracinda.

(2) Freguesia do concelho de Loures, aconselhada pela altitude e pureza de ares, para o tratamento de doenças pulmonares.

(3) Trata-se do Prefácio escrito por António Baião à 7.^a edição da obra de Frei Pantaleão de Aveiro, *Itinerário da Terra Santa e suas particularidades; dirigido ao illustrissimo e reverendissimo Senhor D. Miguel de Castro, dignissimo Arcebispo de Lisboa Metropolitana*, Coimbra, Imprensa da Universidade. 1927.

(4) Frei Pantaleão de Aveiro, franciscano natural de Aveiro que em 1593 foi em peregrinação à Terra Santa. Dessa viagem nos deixou um relato com a descrição minuciosa da vida e hábitos dos povos da Palestina.

(5) José Maria Eça de Queirós (1845-1900). Célebre romancista português autor de obras como *Os Maias*, *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio*, *A Cidade e as Serras*, etc.

8

5.^a feira.

[17-2-28]

Ex.^{mo} Snr. e meo presado amigo: — a doença gravíssima da minha filha mais nova traz-me desnorteado — e diz da razão de não ter, até agora, agradecido o grande favor q. V.^a ex.^{ia} me fez, enviando-me os tres volumes — o do Luiz Chaves O, e das cartas de Theophilo-Innocencio (2-3), e o de Emanuel Ribeiro (3). Creio q. sahio agora o *Itinerario da Terra Santa* de Pantaleão de Aveiro. Posso ser premiado com um exemplar? A bondade de V.^a ex.^{ia} mo dirá.

De V.^a ex.^{ia} m.^{to} grato e inútil amigo

A.P.

(1) Deve tratar-se da obra de Luís Rufino Chaves Lopes, *Subsídios para a historia da gravura em Portugal*, publicada pela Imprensa da Universidade em 1927.

(2) Teófilo Braga e Inocência Francisco da Silva, *Correspondência trocada entre o historiador e o bibliógrafo da literatura portuguesa*. Anotada por Álvaro Neves com uma noticia preliminar do Prof. A. Prado Coelho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

(3) Trata-se, presumivelmente da obra de Emmanuel Paulo Vitorino Ribeiro, *Anatomia da cerâmica portuguesa*, editada pela imprensa da Universidade em 1927.

Domingo, 10,10 da noite

[17 ?-4-28]

Meo ex.^{mo} amigo: — com mais vagar, agora, do q. de manhã.

Quero tomar o lugar na bicha, para não atropelar ninguem, coisa que nunca fiz, e para q. não me atropellem, coisa que já m.^{tas} vezes me têm feito.

Eu gostava de traduzir uma ou duas ou todas — das seguintes obras:

A 1.^a parte da *Summa Theologica* de S. Thomaz.

A *Phisica Social* de Augusto Comte C).

Os Opúsculos, do mesmo.

O *Discours de la methode* — de Descartes (2).

A *Metaphisica* de Averroes (3), atravez da traducção castelhana — que do arabe devo saber quasi tanto como o nosso David Lopes (4).

As *XXIV Theses do Thomismo* — Com annotaçoes minhas.

O meo sonho — sonho que hade acompanhar-me ao tumulo — irrealizado, irrealizável — era o de fazer para Augusto Comte, o q. S. Thomaz fez para Aristoteles (5): catholicis-o. Tenho o plano, tenho os elementos, tenho a exegeze — tenho tudo na cabeça. O trabalho theologico está feito; o trabalho philosophico, compilado. Escrever, realisar, concretizar — eis o q. não poderei fazer — porq. a nora precisa de q. a puxem, e eu sou o boi q. puxa a nora. E enquanto ando à volta da cisterna, de olhos vendados, a puxar a nora, e a trazer a agoa nos alcatruzes — não posso — ai não posso! realisar o meo sonho de philosopho — nem o de catholicizar Augusto Comte, nem o de compor o meo *Do Relativismo integral* (6), à volta do qual ando nas minhas horas de insomnia, nos meos minutos de pureza transcendental, ha annos. Já tive medo de q. o Meyerson (7) me pregasse a partida de dizer o q. eu quero dizer. Mas não é aquillo, não é aquillo o q. eu quero.

Aguardo com m.^{to} interesse a sua traducção da *Ethica* de Spinoza (8). Foi um dos meos, o Spinoza,

... un petit juif, au long nez au teint blême

Pauvre, mais satisfait, pensif et retiré

Esprit subtil et creux, moins lu q. célèbre,

como diz o nosso Voltaire (9).

Coisa interessante: dos philosophos q. amei — Spinoza, Nietzsche (10), Stirner O¹) e Comte, nunca pude libertar-me por completo — mesmo agora q. o espirito geral do thomismo exerce sobre mim uma atraecção fascinante. Do Kant (12), pouco me ficou: a sua influencia em mim foi m.^{to} passageira. Mais objecto de curiosidade, do q. outra coisa. Li-o, estudei-o — mas recalitrando sempre. Como com o Hegel (13). Ao Schopenhauer (14), nunca o tomei a serio. Pois li, quasi decorei o seo *O mundo como representação e como vontade*.

Porisso vejo com mJo agrado q. V. Ex.^{ia} vai traduzir a *Ethica* do nosso judeo. Dos livros q. indiquei como para serem traduzidos por mim — o ultimo seria a I.^a parte da *Summa* — por ser o mais extenso, e o mais trabalhozo. Dar-me-ha Deos socego, disposição para traduzir o mais curto? Sei lá...

Mas o q. quiz foi tomar lugar na bicha. Isto é: q. V.^a ex.^{ia} fizesse o favor de não attribuir a ninguem a versão de qualquer dessas obras sem mo dizer. Renovando a expressão dos meus agradecimentos, sou de V.^a Ex.^{ia} m.^{to} amigo grato

A.P.

Cartas de Alfredo Pimenta

É verdade: quem é o Dr. Silvio de Lima ⁽¹⁵⁾, de quem me enviam de Coimbra (quem?) um trabalho sobre Guyau ou melhor sobre a *Ethica* de Guyau ⁽¹⁶⁾ e que é dedicado a V.^a Ex.^{ia} — e ao António Sérgio? ⁽¹⁷⁾ Ainda não li. Mas ao abrir o livro, devagar, lento, saltando, parando, — como costume fazer, pareceo-me assaz desordenado, desequilibrado, desproporcionado. Nada me obriga a fallar do livro — porq. nem sei quem mo mandou. Mas preferia callar-me, a fallar com azedume ou discordancia de pessoa q. fosse da sua estima. Quem é?

A.P.

- (1) Augusto Comte (1798-1858). Filósofo francês, iniciador do Positivismo.
- (2) René Descartes (1596-1650). Filósofo e matemático francês, iniciador do racionalismo moderno.
- (3) Averróis (1126-1198). Filósofo muçulmano.
- (4) David de Melo Lopes (1867-1942). Professor da cadeira de Árabe na Faculdade de Letras de Lisboa. Dedicou-se ao estudo das relações entre as culturas e as línguas portuguesa e muçulmana.
- (5) Aristóteles (sec. IV a. C.). Filósofo grego.
- (6) A. Pimenta nunca chegou a terminar esta obra.
- (7) Émile Meyerson (1859-1933). Filósofo e químico polaco. Por volta de 1889, influenciado por Renouvier, dedicou-se ao estudo da filosofia das ciências. Publicou a sua primeira grande obra em 1908 com o título *Identité et Réalité*. Seguiram-se-lhe *De l'explication des sciences* (1921); *La déduction relativiste* (1925) e *Du cheminement de la pensée*, 3 vols., (1931).
- (8) Baruch Espinosa (1632-1677). Filósofo panteísta judeu de origem portuguesa. Joaquim de Carvalho fez a tradução, introdução e notas da obra *Ética demonstrada à maneira dos géometras*, a qual viria a ser publicada apenas em 1950, pela Livraria Atlântida.
- (9) Voltaire (1694-1778). Nome literário do escritor e filósofo francês François-Marie Arouet.
- (10) Friedrich W. Nietzsche (1844-1900). Filósofo alemão.
- (11) Max Stirner (1806-1856). Pseudónimo do filósofo alemão J. Kaspar Schmidt. Na sua obra principal *O único e a sua propriedade* defende um individualismo anarquista e libertário.
- (12) Immanuel Kant (1724-1804). Filósofo alemão.
- (13) Georg Friedrich W. Hegel (1770-1831). Filósofo idealista alemão.
- (14) Arthur Schopenhauer (1788-1860). Filósofo pessimista alemão. A sua obra *O mundo como representação e vontade* saiu em 1818.
- (15) Silvio de Lima (n. 1904). Professor da Faculdade de Letras de Coimbra onde leccionou Filosofia e Psicologia. A. Pimenta refere-se ao seu estudo *Ensaio sobre a Ética de Guyau nas suas relações com a crise moral contemporânea*. Coimbra, Atlântida, 1927.
- (16) Jean Marie Guyau (1854-1888). Filósofo moralista francês. São suas obras principais: *La morale anglaise*, *Problèmes d'esthétique contemporaine*, *Esquisse d'un morale sans obligation ni sanction* e *L'irreligion de l'avenir*.
- (17) Antonio Sérgio (1883-1969). Vulto da nossa cultura contemporânea dedicou a sua atenção à história, política, filosofia, pedagogia e sociologia portuguesas. Opositor da política salazarista viveu durante anos exilado em França.

5.^a feira.

[5-8-28]

Meo ex.^{mo} amigo: — suppunha isso mesmo: trabalhos, fadigas. — esta epocha terrível para estudantes e professores, mas, agora, nas ferias, podendo, tenha a bondade de me dar as suas impressoens do meu livrinho, feito para ganhar 2 contos, mas com o proposito de fazer alguma coisa q. não fôsse desajeitada de todo.

Accordou, em mim, um mundo immenso de recordaçoes e saudades, a sua noticia de q. ia para os Palheiros de Buarcos O). Foi a minha praia ha 23, ha 24, ha 25 annos — quando eu andava ainda por Coimbra — e já com familia constituída. Alugava o rez de chão duma casa q. era, creio eu, da marqueza de Pomares — um prédio m.^{to} bom, mesmo no meio dos Palheiros. Tantas illuzoens, tantos sonhos, tantas esperanças de tanta coisa! E agora — de tudo isso, resta um campo santo ermo e gelado!

Era tão feliz, então! Como tudo se transforma!

M.^{to} do coração lhe agradeço a promessa de conversar comigo a respeito da publicação da *Cultura* (1 2) —. Aguardo a oportunidade que me indica.

Já vio o I Tomo da nova *Hist. da Litt. Port. Ilustrada*? (3) Graphicamente é magnífica. O texto, por ora, deixa-me em suspenso. Então o artigo de Lopes de Mendonça (4) é infelicissimo. Em q. altura é a sua intervenção? Não o incomodo mais. Desejo-lhe m.^{ta} saude, agradeço-lhe os bons desejos q. formula sobre os meos, e sou o seu m.^{to} grato e inútil amigo

A.P.

P.S.

Não li o livro do Cambó (5) — mas deve estar certo: da fronteira para lá — ninguém pensa noutra coisa.

A.P.

(1) Praia próxima da Figueira da Foz, a que presentemente se chama apenas Buarcos.

(2) Alfredo Pimenta mantinha desde 1923 no *Diário de Noticias* a secção «Cultura Estrangeira Cultura Portuguesa», onde analisava as publicações, quer nacionais, quer estrangeiras, que iam saindo. Foi com base nesses artigos de jornal que A. Pimenta publicou, em 1930, na Imprensa da Universidade, os *Estudos Filosóficos e Críticos*, em 1935 *Novos Estudos Filosóficos e Críticos* e em 1958, postumamente, o *Terceiro Livro d- Estudos Filosóficos e Críticos*.

(3) Albino Forjaz de Sampaio dirigiu a *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, publicada em 4 vols., entre 1929 e 1942.

(4) Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931). Escritor e dramaturgo. Redigiu o cap. «História da Literatura» incluído no vol. I da *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, pp. 3-16.

(5) Francisco de Assis Cambó (1876-1947). Advogado e político espanhol defensor do nacionalismo catalão. Alfredo Pimenta refere-se ao seu livro *Las Dictaduras*.

de ter. A pensão p' quem seja servida há
 a primeira vez: e em caso de falha - há
 C. - há. No fim, a c. com a Advertência final
 para dir. p' quem seja em Tratamento.
 E' possível admitir-se a atropelada, como a
 fey com a memoria de Capitão no exemplo? De
 a obrigação < atropelada atual?
 Se o livro estiver no seu nome - pagador, - levar
 a deleg - por vista a uma zela realizar.
 x

Quanto ao livro p' a ca - uma vez. Deixa - em
depo uma coisa? De Relatório de Memórias -
um real uma vez - um de 1º semestre de 1927:
 o ultimo at de depo de 1º depo de 1927. Podem
ver a q - uma vez uma vez?

América tem uma vez uma vez de uma vez
vez. Três de uma vez, a vez uma vez.
Com o nome admitido a uma vez uma vez
vez a vez uma vez de uma vez.

A. B.

5.^a feira, á noite

[17-11-28]

Meo ex.^{mo} e querido amigo: — o q. eu queria dizer na minha é q. nunca, em Portugal, entre nós, ouvira chamar Cleynarts ao Cle-nardo O), e q. este, como Cleynarts, não figurava na Hist. de Portugal. Q. elle se chamava, em flamengo, Cleynarts, Cleynaerts, em latim, Clenardus, e em francez Clénard — sabia eu, quer do livro do Gonçalves Cerejeira (1 2), pag. 1 nota 1, quer do vulgarissimo *Dictionnaire des écrivains* de Loliée (3). Agora o que eu não sabia e fico sabendo, pela sua informação — q. agradeço m.^{to} reconhecido — é q. o verdadeiro nome é o de Beken. É capaz de me indicar a fonte da informação, para eu tomar nota cá nos meos livros?

Envio o original do meo livro (4). Peço-lhe previamente licença para lho consagrar — porq. é da mais elementar justiça q. o faça. Não o baptisei. Não sei como heide chamar-lhe. Nunca tive grande geiteira para dar nomes — nem aos filhos (5), nem aos livros. As filhas, chamei-lhes Marias; ao filho, o meo nome. Aos livros, chamo-lhes como calha. D'aqui até ao fim do mez, ha tempo para V.^a ex> me ajudar, se quizer dar-me essa honra, ou para eu sozinho, descobrir o nome q. ha de ter. A revisão q. queria fazer reservo-a para as primeiras provas: é-me mais fácil realisa-a pouco a pouco. No fim, escreverei uma *Advertência final* onde direi o q. queria dizer em Introdução.

E possível respeitar-se-me a orthographia, como se fez com as *Memórias* do Castilho (6) por exemplo? Ou é obrigatória a orthographia official?

Se o livro estiver na rua para a Paschoa, — louvo a Deos — porq. vejo o meo sonho realiado.

X

Recebi os livros q. V.^a ex.^{ia} me mandou. Deixa-me dizer uma coisa? Do *Boletim da Universidade* — não recebi mais nada a partir do 1.^o semestre de 1927: o ultimo n.^o q. cá tenho é o de Junho de 1927. Podem vir os q. sahiram depois?

X

Amanhã tenciono responder ao resto da carta de V.^a ex.^{ia}. Hoje é m.^{to} tarde, e sinto-me caçado.

Com a melhor admiração e mais sincera amizade de V.^a ex.^{ia} m.^{to} do c.

A.P.

(1) Nicolau Clenardo (± 1493-1542). Humanista e pedagogo flamengo. Profundo conhecedor das línguas latina, grega e hebraica, foi por indicação de André de Resende, mestre do Infante D. Henrique, filho de D. João III. Chegado a Portugal em 1553 aqui permaneceu até 1537.

(2) Manuel Gonçalves Cerejeira. Professor universitário de Coimbra e cardeal. Foi

Revista de Historia das Ideias

durante o seu cardinalato um dos grandes suportes do regime salazarista. Referência ao seu livro *O humanismo em Portugal*. Clenardo, editado pela Coimbra Editora em 1926.

(3) Frédéric Loliée, *Dictionnaire - manuel illustré des écrivains et des littératures*, Paris, Armand Colin, 1898.

(4) Trata-se do livro de A. Pimenta *Estudos Filosóficos e Críticos*, editado pela Imprensa da Universidade em 1930 e prefaciado por Ricardo Jorge.

(5) Alfredo Manuel Pimenta, Maria Gracinda e Maria Adozinda.

(6) Júlio Castilho (1840-1919). Político, historiador e arqueólogo Dedicou-se a estudar a historia da cidade de Lisboa tendo publicado *Lisboa Antiga*, em 8 vols, e a *Ribeira de Lisboa*. Filho de Antonio Feliciano de Castilho, publicou, em 1881 as *Memorias* do seu pai, em 2 vols. A Imprensa da Universidade de Coimbra reimprimiu-as entre 1926 e 1933, em 6 vols., com o título *Memorias de Castilho*.

12

6.^a feira, á noite

[25-11-28]

Meo ex.^{mo} amigo: — desejo m.^{to} sinceramente q. o seu espirito esteja socegado e q. tudo tivesse corrido bem — quer em relação a sua mulher, quer em relação ao novo infante O). Q. Déos ajude o seo lar, e o guie através dos temporais — é o meo voto m.^{to} sentido.

Não tem V.^a ex.^{ia} q. se manifestar desvanecido com a minha insignificante homenagem — q. é de justiça, sob o meo ponto de vista pessoal, e de justiça ainda sob o ponto de vista dos serviços q. V.^a ex.^{ia} presta à Cultura portugueza. Já de ha m.^{to} q. eu destinara a primeira pagina desse livro ao seo nome. Deixemos isso.

Recebi os opúsculos q. fez o favor de me enviar: o seo, e os dois q. lhe pertencem, e devolvarei um dia destes, depois de ter aproveitado o q. trata directamente do nome de Clenardo, para uma referencia num proximo folhetim. O problema não me parece totalmente resolvido. Fico em duvidas. A proxima Cultura deve interessar-lhe. Trata da música do verso, a proposito dum livro e duma carta de Trannoy (1²).

Tenho aqui o resto do capitulo sobre o J. J. Nunes (3) para incluir no meo volume. Basta inseril-o quando rever as provas, não e verdade? Gostou do título? Tem melhor?

Renovando as minhas afirmaçoens de sympathia agradecido e de admiração sou de V.^a ex.^{ia} m.^{to} grato

A.P.

(1) Joaquim Montezuma de Carvalho, advogado e crítico literário.

(2) A. Pimenta «Cult. Port. Cult. Estrang.» *La musique des vers*, por A. I. Trannoy, edit. Librairie Delagrave, Paris, 1929, *Diário de Notícias* de 9/12/1928, p. 7.

(3) J. J. Nunes (1859-1932). FPólogo, capelão militar e professor na Faculdade de Letras de Lisboa. Nas pp. 248-263 dos *Estudos Filosóficos e Críticos*, A. Pimenta faz uma análise critica do livro de J. J. Nunes *Digressões lexicológicas*. Tal análise fez nascer uma polémica entre os dois estudiosos, acerca do uso de galicismos na língua portugueza.

Domingo.

[31-12-28]

Meu ex.^{mo} amigo: — tenho estado calado, porq. sei quanto custa a quem está cheio de affazeres, distrahir-se para escrever cartas. Mas já passaram, salvo erro, dois Domingos, e ainda não tive o prazer de saber se lhe foram entregues os dois folhetos sobre o Clenardo q. teve a bondade de me emprestar e q. devolvi, registados.

Do meu livro, já reví trez formas! V.^a ex.^{ia} ha de fazer me o favor de me dizer a quem hei de dirigir-me — quando quizer fazer quaisquer observaçoens a respeito do trabalho de composição.

E o opusculo de D. Carolina Michaëlis? A publicação das *Disertaciones y opúsculos* do Ribera y Tarrago O torna opportuno o apparecimento desse opusculo, porq. lá é attribuida á nossa amiga urna attitude q. ella não chegou a tomar. Já reparou em q. nessa collectanea figura o trabalho do Ribera y Tarrago q. deve entrar no volume *Homenagem* (2) q. V.^a ex.^{ia} vai publicar?

Teve Boas festas? Deos lhe dê um Anno m.^{to} feliz — mais do q. o q. eu espero. A minha volta, espadanam catadupas de lama, infamias, ignominias, calumnias horríveis. Não sei q. poderes eu tenho, de q. influencias disponho, para q. seja preciso assestar sobre o meo pobre nome todas as baterias da Infâmia!. De V.^a ex.^{ia} m.^{to} grato e amigo

A.P.

(à Margem)

P.S. Vio a minha *Cultura* (3) sobre o problema do nome do Clenardo?

A.P.

(1) Julián Ribera y Tarrago (1858-1934). Arabista e professor universitário espanhol. A sua obra *Disertaciones y opúsculos* foi editada em Madrid em 1928.

(2) Referência a *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

(3) A. Pimenta, «Cuit. Estrang. Cuit. Port.» *Le Vrai nom de Nicolas Clenard*, par Alphonse Roersch, extrat des *Mélanges d'histoire offerts à Henri Pirenne*, Gand, 1926, *Diário de Notícias*, 25/12/1928, p. 2.

6.^a feira

[? - ? - 29]

Meo ex.^{mo} amigo: — devolvo o postal do Snr. Roersch O — q. me deixa ficar na curiosidade. Os Bekens ou Bekes, pelo visto, são universais. Já fui encontrar um — mussulmano!

Segundo a hypotese do Snr. Roersch, o nosso Nicolao Clenardo deixou o nome especial q. lhe pertencia — e adoptou o nome geral da familia. Mas então nesse caso, o seo verdadeiro nome será o de Nicolao Clenardo de Beke — e o do Pai— Pedro Clenardo de Beke. Nicolao Clenardo é, então, uma redução de nome e não um nome novo. E claro q. a minha pergunta fica de pé: se só agora se descobre o Beke de Clenardo, e se só como Beke elle figura nos registos — como

diaba foi q. se estabeleceu o *curriculum vitae* de Nicolao Clenardo? Este ponto é q. eu queria elucidado. Mas aguardo o trabalho do Snr. Roersch. Quando der fê delle, não se esqueça de mo mostrar, não? M.^{to} grato do C.

A.P.

(1) **Alphonse Roersch.** Autor belga, membro da Académie Royale de Belgique. Dedicou-se ao estudo dos humanistas. Sobre Clenardo escreveu *Clénard peint par lui-même*, Bruxelles, Officine de Publicité, 1942.

CARTE POSTALE

Nom
et adresse de l'expéditeur
M. Roersch à Gand
16 place du Casino

Gand, le 5 janvier 1929.

Cher Collègue. Bien reçu le Diário de Noticias. Grand merci pour cette aimable envoi. Cette critique fine et mesurée m'a beaucoup plu. Je puis vous dire qu'à la suite de recherches d'archives absolument complètes qui ont été faites pour moi dans les registres de Diest, l'affaire est devenu claire. J'ai toute la généalogie de la famille Cleynaerts au XV^e et au XVI^e siècle. Famille nombreuse et considérable dont une branche avait pris le nom de Reken ou de Beke. Cleynaerts alias de Beken, ou Cleynaerts tout court, ou plus souvent de Beke tout court: voilà comment ses membres s'appelaient. Clenardus s'appelait donc Cleynaerts alias de Beke, etc. Je publierai cela le plus tôt possible au premier moment de loisir. Quand aurai-je les tirages à part de nom L. Torrentius? Je les désire beaucoup. A vous de coeur.

Alphonse Roersch

15

Domingo.

[12-2-29]

Meo ex.^{mo} amigo: — eu não conhecia, nas suas minucias, o incidente. A sua *Resposta* O é um monumento — de sinceridade, nobreza e rigor. Agora q. leio, nas suas cartas, tantas vezes — entendo na sua *Resposta*, o q. completa o seo retrato moral. Quando, ha tempos, escrevi algo a respeito da Faculdade de Letras de Coimbra — eu não estava bem ao par do incidente de 1919. Tenho curiosidade de saber quem foram os dois professores q. não assignaram a representação colectiva da Universidade de 25 de Maio? (2) É capaz de mo dizer — para eu apontar no meo exemplar do opusculo?

Agora novos pedidos: é possível arranjar-me: 1) o seo *Leão Hebreo* (3); 2) os livros de J. Simoens Neves — *A Estrophe lyrica*, e a *Origem da Poesia Rythmica*? (4).

Vi, hoje, nas montras, um trabalho de Joaquim de Vasconcellos, 2.^a edição, sobre Dürer. Não se esquece de mim? Auctorizou-me um

Cartas de Alfredo Pimenta

dia a fazer os pedidos q. entendesse — em relação aos livros d'ahi. Por amor do seo Espinoza, peço-lhe q. me desculpe...

Tem visto o incidente em q. nos envolveo o mandarismo do David Lopes? Q. saudades (cada vez mais fundas!) eu tenho de D. Carolina Michaëlis! M.^{to} obrigado pelas suas generosidades incansáveis, e pela sua sympathia acolhedora. Na hora q. passa tão cheia de amarguras, são os affectos como os de V. *exM* q. me dizem: *surge et ambula!*

Com os maiores agradecimentos

A.P.

(1) Joaquim de Carvalho, *A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras de Coimbra*, Coimbra, Tip. França Amado, 1919. Pelo decreto 5 770, de 1919, o então ministro da Instrução, Leonardo Coimbra, transferiu a Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto sob a acusação de os seus professores possuírem uma «erudição livresca e uma orientação tomista». Esta medida integra-se, contudo, mim movimento mais lato de ofensiva à Universidade de Coimbra, cujo corpo docente era acusado de implicação na insurreição monárquica do norte e de germanofilismo.

(2) Representação de protesto contra a actuação do Reitor Joaquim Coelho de Carvalho, recentemente nomeado pelo Governo. Escusaram-se a assiná-la os Professores Júlio Augusto Henriques e Francisco Miranda da Costa Lobo, ambos da Faculdade de Ciências. (Cf. «Representação dos Professores da Universidade contra o Reitor» in *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Coimbra, França Amado, 1919).

(3) Joaquim de Carvalho, *Leão Hebreu, filósofo (Para a história do platonismo no Renascimento)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.

(4) J. Simões Neves (n. 1888). Professor na Faculdade de Letras de Coimbra. A. Pimenta refere-se ao seu estudo *A estrofe lírica (estudo de métrica grega e latina)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916 e *Origens da poesia rítmica*, Coimbra, França Amado, 1918.

16

[4-3-29?]

Meo querido Amigo: — posso chamar-lhe assim, porq. a sua carta, tão generosa, tão boa, tão amiga, me diz que V.^a *ex.^{ia}* não é dos q. me julgam mal. O nosso antipodismo político (C¹) não influe na visão q. V. *exM* tem da minha figura. Talvez eu deva essa felicidade ainda à amizade inalterável do Costa Ferreira (2) q. me conheceo de perto e q. m.^{to} bem me comprehendeo sempre. Quanto a mim, embora as asperezas da vida presente, e o espectáculo da minha filha condemnada, me levem a ver a vanidade de uma vida inteira de isençoens — somente porq. não me sinto à vontade para lhe dar o conforto q. a sua doença exige, — quanto a mim, já estou velho para mudar. Mas quebro, já. Quebrei. A Senhora Dictadura q. nos governa mandou-me dizer q. me calasse, e q. não dissesse mais nada sobre a cooperação dos monarchicos na eleição presidencial (3), q. eu combato, pois q. se continuasse, ia para a fronteira. Quebrei. Nada me arrancará da cabeceira da filha, e, por isso, a minha voz emudeceo. Tudo, hoje, para mim, se concentra naquella pobre criança, cuja tosse especial me chega, neste momento, aos ouvidos. O resto não conta. Mas consola-me ver q. apesar do nosso antipodismo político, podemos dar-nos as mãos, e eu mereço a V.^a *ex*> a captivante carta q. acabo de receber. Do coração, commovidamente, lha agradeço.

Sobre as cartas de D. Carolina, nada tenho a acrescentar ao q. escrevi. V.^a ex.^{ia} com o Joaquim de Vasconcellos, dirão se ha alguma impublica vel. No entanto, concedo q. nessa sobre a questão da guerra se faça alguma eliminação — para se aproveitar a afirmação de amor a Portugal, se é q. nessa carta vem essa afirmação. Depois, ver-se-ha.

Não tenho o livro sobre Dürer ⁽⁴⁾ do Joaquim de Vasconcellos ⁽⁵⁾. Tenho o 1.^o vol. da *Feitoria da india* do Castanheda ⁽⁶⁾.

Quanto ao q. V.^a ex.^{ia} me propõe, — traducção ou reedição, digo a V.^a ex.^{ia} com toda a franqueza q. sou avesso a traducçoens — porq. sempre me custou propagar conceitos com q. não concorde, e não é fácil encontrar um livro com q. concorde na sua totalidade. Quanto a reediçoens, eis uma idea que eu abraçaria com os braços abertos, se soubesse bem o q. V.^a ex.^{ia} deseja. Se tiver maré, tenha a bondade de me esclarecer.

Agradeço-lhe as palavras de bons desejos q. me envia. Por aqui está um temporal desabrido. Tenho q. aguardar q. amaine, para poder levar a minha pobre doente. Já tenho casa alugada em Caneças. Deos me oiça e me valha.

Sou de V.^a ex.^{ia} m.¹⁰ amigo agradecido e inútil.

Alfredo Pimenta

(1) Com efeito, Alfredo Pimenta e Joaquim de Carvalho situavam-se politicamente em dois campos opostos. O percurso político de Alfredo Pimenta levou-o de um anarquismo da fase da juventude ao republicanismo de inspiração comteana e por fim em 1915 a optar pela monarquia tradicionalista, orgânica e antiparlamentar, tal como era proposta pelo Integralismo Lusitano. Joaquim de Carvalho manteve uma constante fidelidade ao seu ideal de juventude, sobredeterminado por um republicanismo liberal.

(2) Julgamos tratar-se de António Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922). Politico, pedagogo, médico e antropólogo.

(3) Alfredo Pimenta refere-se à eleição de Carmona em 1928. Critica a posição dos monárquicos que aceitaram tal solução. É que a eleição de um Presidente da República era contrária ao seu ideal político cujo escopo era o rei. A ditadura ao eleger um presidente estava a protelar, na perspectiva de Alfredo Pimenta, a única solução válida para Portugal que era a restauração da monarquia tradicionalista.

(4) Albrecht Dürer (1471-1528). Pintor e gravador alemão nascido em Nuremberga. Esteve em Itália onde estudou a arte do Renascimento que marcaria decisivamente a sua obra. De 1520 a 1521 esteve em Antuérpia de visita a Carlos V e aí manteve estreitos contactos com a feitoria portuguesa tendo oferecido a Rodrigues Fernandes o *S. Jerónimo que se conserva no Museu Nacional de Arte Antiga*.

(5) Joaquim de Vasconcelos, *Albrecht Dürer e a sua influência na Peninsula*, 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929. A 1.^a edição saiu no Porto em 1877.

(6) Fernão Lopes de Castanheda, *História dos descobrimentos, e conquista da india*, 3.^a edição revista por Pedro de Azevedo, 6 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-29.

Cartas de Alfredo Pimenta

17

6.^a feira.

[1-6-29]

Meo ex.^{mo} amigo: — q. é feito de V.^a ex.^{ia} q. nunca mais me deo noticias — da sua saúde e do seu destino? Recebeo, opportunamente, as provas das cartas da D. Carolina?

Se a Imp. da Universidade é a editora do *Código Civil Annotado* do José Dias Ferreira O, pode V.^a ex.^{ia} fazer-me o favor de me enviar um exemplar — com aquella generosa e carinhosa complacencia com q. attende os meos pedidos? Certo q. não sou jurisconsulto, e q. só accidentalmente poderei utilizar essa obra. Mas é para o meo filho q. está a fazer um Curso m.^{to} bonito de Direito e q. me manifestou, hoje, grande interesse em ter esse trabalho. Se não posso obtel-o como peço a V.^a ex.^{ia} — compral-o-hei. Com sacrificio — mas q. não faz a gente pelos filhos q. ama e nós amam?

Confiado em q. as nossas rapidas conversas lhe não tenham desagradado, espero q. fará o favor de ser sempre, como até aqui, amigo.

Sou de V.^a ex.^{ia} m.^tº grato ad.^{or}

A.P.

(1) José Dias Ferreira (1837-1909). Político, jurisconsulto e professor na Faculdade de Direito. Tem como obras principais *Noções fundamentais de filosofia do Direito*, 1864 e *Código civil português anotado*, em 5 vols., cuja 1.^a ed., surgiu entre 1870 e 1876.

18

3.^a feira.

[19-6-29]

Meo ex.^{mo} amigo: — acabo de receber a sua prezada carta, e de telephonar ao Celestino da Costa O com quem tenho algumas relações, por causa do livro da Universidade de Toulouse. Elle não o vio bem, de modo q. não sabe se ha nelle qualquer referencia ao nosso Sanchez (2). Mas ficou de, hoje mesmo, se aventurar pelas páginas do volume à cata da materia. Vejo com tristeza q. as cartas de D. Carolina esbarraram nos 80 annos do Joaquim de Vasconcellos. Agora, nunca mais sahem de lá. E se ha coisa q. me enerve — a mim q. sou por feitio, homem de continuidades, é esta massada dos grandes, intermináveis compassos. Por mais q. a gente os queira preencher — não ha meio. Ao menos, o meo livro, esse lá vai andando. Preocupa-me o periodo das ferias — porq. eu queria, por precisar, ir passar ahi dois mezes, á minha cabana de Guimaraens, a descansar os meos pobres nervos e o meo pobre espirito — e, sem ter a officina ao alcance da mão, suspeito q. não reverei convenientemente as provas do volume dos *Ensaíos*. Para esses dois mezes é q. eu queria uns 80 annos de algum Joaquim de Vasconcellos!

Espero q. não se esquecerá de mim, se vier, no inverno, prégear Spinoza aos Barbaros. Quero ir ouvir-o, não como Barbaro, evidentemente, mas como homem inquieto q. encontrou para as suas inquietações, conforto e nessa...* naquillo q., nos tempos de calção e bibe, aprendeo a dizer e a pensar guiado pela voz doce duma mãe

infeliz... As bolas de sabão q. são as philosophias! Adeos. Desculpe o meo scepticismo...

Quanto aos livros juridicos, já agora, aguardemos a *rentrée*, como dizem os nossos amigos galiaicos — para q. o meo filho diga o q. precisa.

E do coração, grato, am.º e admirador inútil

A.P.

(1) Augusto Pires Celestino da Costa (1884-1956). Médico e professor universitário em Lisboa.

(2) Francisco Sanches (1551-1623). Médico e filósofo de origem portuguesa. Viveu grande parte da sua vida em França, tendo sido professor na universidade de Toulouse. É considerado um precursor do cartesianismo e do experimentalismo baconiano. A sua obra mais importante é *Quod nihil scitur*. A. Pimenta deve referir-se a *Opera Médica* (1581), publicada em Toulouse em 1636.

* Ilegível.

Ex.^{mo} Snr. e meo prezado amigo: — m.^{to} obrigado pela sua carta: Já reparara, evidentemente, no seu silencio, mas não lho levava a mal. O mar é, sobre certos temperamentos, como aquella droga funesta q. Circe (1) deitava no vinho doce e q., como ella conta, mal passava os dentes, encantava quem o bebia. Pelo menos é isto o q. nos diz o bom Homero... (2). O mar tambem encanta certas almas não quando passa os dentes, mas quando os remos poisam nelle. E de encantado, nem se lembrou q. eu existia... mas accordou, e mandou-me a sua carta. M.tº obrigado. Não me falla do *Tratado da Versificação* (3)- Não o leo? Tem observaçoens a fazer q. receia formular-me? Tenha a bondade de ser franco. Já escrevi a minha apreciação do Tomo II da *Hist. da Litt.* Prendo-me apenas com o cap. das Epochas Litterarias (4). Aguardo a conclusão do seo capitulo (5), com todo o interesse. Q. intrigas são essas a que allude, e q. visam. Forjaz & Sampayo? (6) Como vivo fora dos mentideros — essas coisas nascem, desinvolve-se e passam, sem eu dar por ellas.

Já tenho quasi totalmente organizado o volume da Cultura — animado pelas palavras de V. Ex.^{cia}. Decs queira que ellas possam ter effectivação. Ha uns livros publicados pela Imp. da Universidade (7) q. eu gostava de ter — mas não sei se ainda vou a tempo: os vols. — creio q. são 3 — de textos visigothicos (8), e o Boletim da Faculdade de Direito (9), onde ha estudos aproveitáveis. Mas quando V.^a Ex.^{ia} regressar aos penates universitarios — volto a fallar nisto.

A minha doente está um pouquinho melhor, graças a Deos. Conto q. poderá passar o inverno em Lisboa. Vamos a vêr. Tenho o rapaz a fazer acto do 2.º anno de Direito: não me preocupa o resultado: preocupa-me a classificação.

Desejo m.^{to} do c. as melhores venturas para V.^a ex.^{ia} e todos os seos. Do seu ad.^{or} e amigo grato.

A.P.

(1) Feiticeira da mitologia grega, grande conhecedora das propriedades mágicas

Cartas de Alfredo Pimenta

das plantas, que usava nos seus filtros. Tinha ainda a capacidade de metamorfosear os seres vivos, tendo transformado os companheiros de Ulisses em animais.

(2) Poeta épico grego (séc. XIII a. C.). Autor da *Iliada* e da *Odisseia*, considerado por Platão «o educador da Grécia» e cuja existência, real ou não, provocou a chamada «Questão Homérica».

(3) Alfredo Pimenta, *Tratado da versificação portuguesa*, Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1927.

(4) O capítulo «Épocas Literárias» foi publicado no vol. I, pp. 34-40, e não no vol. II, como por lapso, Alfredo Pimenta refere.

(5) Joaquim de Carvalho colaborou nesta *História da Literatura* redigindo no vol. I «Idade Média: Instituições de Cultura» (pp. 55-72) e «Século XVI: A Cultura» (pp. 284-311), e no vol. III (Fr. Heitor Pinto, D. Fr. Amador Arraías e Fr. Tomás de Jesus) (pp. 86-96).

(6) Albino Forjaz de Sampaio (n. 1884). Bibliógrafo e escritor, autor de vários livros e colaborador na imprensa. Possuía uma admirável colecção de obras de teatro de corde¹ cujo catálogo foi, em 1922, publicado pela Academia das Ciências.

(7) Imprensa criada em Coimbra em 1759 pelo Marquês de Pombal com o nome de Real Oficina da Universidade. As primeiras máquinas que utilizou vieram da Tipografia do Colégio das Artes. Em 1772 tomou o nome de Imprensa da Universidade. Foi extinta, por razões políticas, em 1934, quando era seu Director o Prof. Joaquim de Carvalho. Desempenhou durante a sua longa vida um papel de relevo no panorama editorial português.

(8) Trata-se de *Textos de Direito Visigótico* da «Colecção de Textos de Direito Peninsular e Português», publicados pela Faculdade de Direito, na Imprensa da Universidade entre 1920 e 1923, sob a direcção de Paulo Mêrea.

(9) Revista da Faculdade de Direito cujo primeiro volume saiu à luz em 1914 e que ainda actualmente se publica.

20

2.^a feira, meia noite

[10-3-30]

Meo ex.^{mo} amigo: — as canceiras a q. me dei para fazer o estudo de Commentario aos *Vimaranis Monumenta Historica* O) inspiraram-me uma idea q. venho sujeitar à sua apreciação.

Eu podia organizar um voluminho q. a Imp. da Univ. publicaria, intitulado *Fontes Portugaliae Antiquae* (2) em q. se fizesse a transcripção integral dos lugares dos chronicoens medievais relativos a Portugal — quer ao Portugal já formado politicamente quer ao Portugal anterior. Seria um Enchiridion de textos — no original e com traducção, levando cada texto uma especie de dissertação historica e critica minha. Isto nunca se fez em Portugal — e creio q. além do serviço q. se prestava á mocidade universitaria, não seria de todo mau negocio para a Imp. Q. diz? Se me applaude, logo q. acabe com as provas do livro dos Estudos, começo. O q. me desencadeou o entusiasmo foi o ter topado com a critica do Berganza (3) ao Ferreras (4) — no fim da qual, nada menos de 5 Chronicoens, na integra — o de Afonso III (5), o do Sampiro (6), o de Pelagio (7), o Pacense (8), o Triense (9).

Foi uma tarde luminosa essa em q. encontrei, entre teias de aranha, num alfarrabista, o cartapacio.

Eis um espécimen do meo projecto:

Chronicon Lamacense

In Portugalia natus fuit Rex Alfonsus, filius Regine Tarasie, et Comitis Amici Er. M. CXXXVIII.

A respeito disto, pôr os problemas da data do nascimento de Affonso Henriques, e o da legitimidade de D. Thereza, e o da origem da palavra *Anrici*.

Outro:

Chronicon Laurbanense

In Er. M.C.II. prendidit Rex D. Fernando Civitas Colimbrie, in die S. Christofori in mense Julius.

Neste, discutir a data da tomada de Coimbra e o q. á volta desse factio se discute.

Q. diz? Acha bem? O trabalho q. eu tive (só eu sei qual foi!) não o teriam os outros — porq. lhes fornecermos na integra e commentados os elementos. Q. diz? De V.^a ex.^{ia} m.^{to} grato am.^o e ad.^{or}

A.P.

(1) Alfredo Pimenta refere-se ao comentário que fez na secção «Cult. Estrang. Cult. Port.» do *Diário de Notícias* de 7/4/1930, p. 9, ao volume dos *Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christium usque ad vicesimum, Jessu Vimaranensis senatus edita*. Parte I e II. Editado em Guimarães pela Sociedade Martins Sarmento em 1908-1930.

(2) Uma obra não com o mesmo plano, mas com características idênticas foi publicada em 1948 na coleção Clássicos Sá da Costa com o título *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I — *Anais e Crónicas*.

(3) Francisco Berganza y Arce (1670-1738). Teólogo beneditino espanhol. Deixou vários manuscritos e publicou em 1721 *Antigüedades de España propugnadas* e em 1729 *Fererras convencido, con crítico desengaño en el tribunal de los doctos*.

(4) Juan de Ferreras García (1652-1735). Teólogo e historiador espanhol. Escreveu uma *Historia de España* e *Sinopsis historica cronológica de España, formada de los autores seguros y buena jé*.

(5) A *Crónica de Afonso III* escrita por Sebastián de Salamanca, abarca o período entre 672 e 866.

(6) Sampiro (séc. X-XI). Cronista espanhol e bispo de Astorga. Escreveu um *Cronicón* dos reis asturianos entre Afonso III e a morte de Bermudo III (866-982).

(7) Pelagio (séc. XII). Bispo de Oviedo. A sua *Crónica* começa com o reinado de Bermudo II e termina com o de Afonso VI.

(8) Isidoro Pacense (séc. VIII). Cronista e prelado de Beja. Deixou-nos urna *Crónica* relativa ao povo Serraceno entre 611 e 754.

(9) *Crónica* composta nos fins do século XI.

21

Sabbado d'Aléluia

[21-4-30]

Meo ex.^mo amigo: — Vejo no *D. de Noticias* de hoje q. partió hontem para Coimbra. Então não quiz dar-me o prazer de um quarto de hora de conversa? Podia ter vindo a esta casa q. é pobre, distante e fria, mas amiga, a tomar uma chicara de chá comigo. Mal o vi, naquella tarde, quando o interrompi, para lhe apertar a mão.

Não fui á Academia ouvi-lo, porq. seria inútil o sacrificio de entrar numa casa onde são mais os inimigos do q. os amigos — pois fálho de ouvido como sou, nada teria ouvido. Mas guardei a sua conferencia, para a ler, depois das conferencias do Keyserling 0).

Passei-lhe os olhos, é claro ao de leve, e encontrei lá uma expressão q. fixei, mas reservo-me para a ler para a semana. Esteve na Sociedade de Geographia? Se não esteve não sabe o q. perdeo: o discurso do ministro dos Extranjeiros (?). Foi ultra-sensacional, como

Cartas de Alfredo Pimenta

asneira. Aquelle é q. é ecuménico, porq. a unica coisa verdadeiramente universal q. existe é a tolice. Faça favor de se comprometter comigo a quando volcar a Lisboa, não retirar sem me dar o prazer dum quarto de hora.

No meio desta noite em q. vivo preciso de sentir a *sympathia* dos q. me querem bem. Deos lhe dê umas festas paschais m.^{to} risonhas com todos os seos.

De V.^a ex.ia m.to grato ad.⁰¹ e am.^o

A.P.

(1) Hermann von Keyserling (1880-1946). Filósofo e escritor considerado um dos precursores do nacional-socialismo. Foi, no entanto, durante a 2.^a guerra mundial um inimigo do nazismo. Pensador anti-intelectual e não académico, preconizava o «renascimento» da Europa pelo retorno à sabedoria oriental. Criador da *Escola da Sabedoria*, em Darmstadt, esteve em Portugal em 1930 a convite da Junta da Educação Nacional onde fez três conferências na Sociedade de Geografia. A primeira, dia 16 de Abril «A Alma de uma Nação», a segunda, dia 21 «O problema do século XX» e a terceira, no dia 22 «As duas Américas, novos campos de forças históricas». Fez ainda conferências em Coimbra e no Porto. Joaquim de Carvalho foi o orador da cerimónia de recepção a Keyserling na Academia das Ciências, tendo falado sobre a obra do visitante.

(2) Era então ministro dos Negócios Estrangeiros o Comandante Fernando Branco.

22

Alfredo Pimenta
Lisboa

[29-12-30]

Domingo

Confio, em absoluto, meo querido Amigo, na sua amizade, na sua carinhosa amizade. Deos me livre de ser tão injusto q. pudesse pol-a em duvida! Mas também não levo a mal o seo erro — porq. elle, pelas intençoens q. o ditam, só me é agradável. O meo nervosismo não o visava e nem dependia da sua attitude: visava-me a mim e dependia do meo estado de saude. Vivo sob o terror de todas as fibras do meo ser, de não poder nunca mais ser o q. já fui. E isto. Deos me valha. E não fallemos nisso.

Agradeço-lhe de todo o coração, a sua carta tão enternecida de boas festas. Doente, e enrodilhado nas malhas cada vez mais apertadas de difficuldades materiais q. não sei como vencer — não tive Natal de geito — aquelle Natal desprendido da minha mocidade — e de tanta gente. Mas se penso em outros Natais enlutados por tantos motivos — ergo as mãos ao Ceo, de agradecido a Deos.

E q. Elle lhe tenha dado, meo querido Amigo, disposição e possibilidades para ter podido encher os sapatinhos de seus filhos, do alegre rebanho dos seus filhos — de todas aquellas coisas q. as crianças nesta occasião desejam, e suppOem q. o Menino Jesus lhes deixa ao cahir da meia noite...

E q. o Novo Anno lhe seja cheio de venturas e felicidades de toda a ordem, no seo lar q. presinto equilibrado e tranquillo!

— *Remuneração*. Se ella puder vir até o dia 8 — era grande vantagem para mim, porq. é nesse dia o pagamento da renda de casa — desta sanguessuga insaciável... E se pudesse dizer-mo — melhor ainda para eu governar as minhas coisas.

Revista de Historia das Ideias

— *Cartas de D. Carolina*. Pensarei no q. me diz, se bem q. me pareça q. ao nosso melindre não se correspondeo como se devia. Nem o meo querido amigo nem eu somos gallegos — a quem se deixe sem resposta. Mas pensarei no caso. Publicar só o estudosinho não vale a pena. Naturalmente optarei pela suppressão de palavras ou expressões. q. traduzam germanophilismo. Verei. Peço-lhe o favor de me mandar o original q. ahi está, porq. não quero fazer nova despeza com a copia do original primitivo. É agora, até qualquer dia. O meo livro continua a vender-se bem. Na Bertrand C¹), pelo menos. Hontem já não tinham nenhum.

Adeos. E quando puder — venha a carta q. espero — aquella q. entender q. pode dar-me.

M.^{to} amigo, ad.^{or} grato

A.P.

P.S. Foi publicado algum folheto da D. Carolina — *Notulas* (?)
a *Bernardim Ribeiro*? (2) Edição da Imprensa?

A.P.

(1) Livraria fundada em Lisboa nos meados do séc. XVIII por livreiros franceses, ainda em actividade.

(2) Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Nótulas relativas à «Menina e Moça» da edição de Colonia (1599)*, editada pela Imprensa da Universidade, em 1924.

23

Alfredo Pimenta

Lisboa

[7-2-31]

6.^a Feira.

Meo querido amigo: — é possi vel fazer-me o favor de me enviar: Jeronymo Osorio O), *Opera*; André F. de Resende, *Poesias* (2); Lopes da Silva, *Cartas de D. Vicente Nogueira*? (3) Do Osorio, pelo menos, o *De Rebus Emmanuelis Gestis* (4) — porq. o exemplar q. comprei ha m.^{tos} annos tem uma porção de paginas inutilizadas porq. ficaram colladas em grande parte, quando foram brochadas.

Recebi as *Meditaçõens* (5) — sobre as quais já passei os olhos. É pena q. á clareza e á limpidez do Descartes, corresponda um estilo tão obscuro, uma syntaxe tão confusa como a da taducção. Se eu lhe traduzisse o *Proslogion* (6) do S.^{to} Anselmo, com commentario, publicava-o na sua secção? Como é opusculo piqueno — talvez eu me resolvesse neste mar de incertezas q. é a minha vida.

Adeos. Do c. m.^{to} grato

A.P.

P.S. Eu peço as obras acima, porq. as vejo no Catalogo da Imp. distribuido com o ultimo fase, do *Inst. de Coimbra*.

A.P.

(1) Jerónimo Osório (1506-1580). Autor quincentista português, Bispo de Silves

Cartas de Alfredo Pimenta

e Ouvidor Geral da Índia. Escrevia primorosamente em latim sendo, por isso, considerado o «Cícero português». A Imprensa da Universidade editou as suas *Obras* em 7 volumes.

(2) André Falcão de Resende (n. 1598). Poeta moralista do séc. XVI, sobrinho de Garcia de Resende, cuja obra andou durante muito tempo associada à de Luís de Camões. Apenas no séc. XIX se encontrou o manuscrito original, restituindo-se assim a autoria a André F. de Resende.

(3) A. J. Lopes da Silva, *Cartas de D. Vicente Nogueira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

(4) Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis gestis*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1791.

(5) Alfredo Pimenta refere-se à tradução feita por António Sérgio à obra de Descartes *Meditações Metafísicas*, publicada pela Imprensa da Universidade em 1930.

(6) S. Anselmo (1033-1109). Doutor da Igreja e Arcebispo de Cantuária. Embora A. Pimenta tenha iniciado a tradução da obra de S. Anselmo *Proslogion*, esta não chegou a ser publicada por a Imprensa da Universidade ter sido extinta.

24

Alfredo Pimenta
Lisboa

[13-2-31]

5.^a Feira.

Meo querido amigo: — está melhor? Então não soube resistir às seducçoens da moda? Ai fraquezas humanas!

Homo Cogitat — como *Elle* diz, não cede ás tentaççoens da moda! mas está melhor?

Eu pensava traduzir o *Proslogio* nas ferias grandes. Mas como o quer já, vou mandar vir de Guimaraens, da Bibliotheca da S. de Martins Sarmento, a edição de Gerberon O) (1685), considerada a melhor, e vou deitar-me a isso. Depois, escrevo o Commentario.

Como nada me diz sobre aquillo q. lhe pedi na livraria — suspeito q. nada se apurou mais. Só em Julho? O mez q. vem é, para mim, de arrasar. E tenho contribuiçoens á porta e não vendi nada, e por cima de tudo letras a pagar! As minhas noites já são só meias noites — q. as outras meias, passo-a a cogitar na minha pobre vida. *Homo cogitat*.

Adeos. Do c. m.^{to} am.^o grato.

A.P.

(1) Gabriel Gerberon (1628-1711). Teólogo jansenista francês.

25

Alfredo Pimenta
Lisboa

[4-4-31]

Sabbado

Meo querido Amigo: — antes de mais nada, m.^{to} agradecido pelas atençaens com q. recebeo o meu filho na visita q. este lhe fez, na sua passagem por Coimbra — e q. o encantaram, e a mim, me sensibilizaram. M.^{to} e m.^{to} obrigado.

Revista de Historia das Ideias

Sahio, hoje, a *Cultura* ¹⁾ sobre o Pedro Hispano ⁽²⁾. Gostava de saber a sua impressão sobre essa minha pagina. E como estamos em férias...

X

Agora outra coisa:

Nos Armazéns da Imp. da Univ. estão arrecadadas urnas 160 pag. dos *Documentos para a historia litteraria da Univ.* copiadas pelo Doutor Antonio José Teixeira ⁽³⁾. A composição e impressão ficaram suspensas. E o q. estava impresso foi arrumado e guardado. Um exemplar disto foi dado ao velho Conde do Ameal ⁽⁴⁾, e vendido no leilão da sua livraria, (v. *Catalogo*, n.º 826).

É capaz de mobilizar algum empregado q. me aparte as folhas das 160 páginas, de modo a eu ter um exemplar também?

Desde ja lhe agradeço o q. conseguir.

X

E agora, desejo-lhe, e a todos os seos, umas festas paschais cheias de alegria e paz. Com um ceo sem nuvens e uma doce paysagem sem manchas...

Do c. am.º inútil e admirador grato

A.P.

(1) Alfredo Pimenta. «Cuit. Estrang. Cuit. Port.» *Archives d'histoire doctrinale et littéraire du Moyen Âge*, tomo V (1930), edit. J. Vrin, Paris, *Diario de Notícias*, 4/4/1931, p 4. Neste volume dos *Archives* saiu um artigo de H. D. Simonin em que este autor atribua a Pedro Hispano a autoria das *Summulae Logicales*.

(2) Pedro Hispano (1205-1277). Nome por que é mais conhecido o médico e filósofo português Pedro Julião. Foi em 1276 eleito Papa com o nome de João XXI.

(3) António José Teixeira (1830-1900). Político e professor na Faculdade de Matemática de Coimbra. Em 1860 foi encarregado pelo governo de então, de reunir documentos para se fazer uma história literária da Universidade, tarefa que não concluiu por mudança go\ ornamental.

(4) José Maria Correia Aires (1847-1920). Político e bibliófilo. Pessoa muito culta, possuía uma rica coleção de peças de arte, numismática, mobiliário, e cerâmica. A sua riquíssima biblioteca foi vendida em leilão.

26

Alfredo Pimenta
Lisboa

[30-4-31]

3.^a Feira.

Meo querido amigo: — quiz responder immediatamente á sua carta, mas a minha vida decorre entre preocupações quasi hallucinantes — e só hoje posso escrever-lhe. Viemos em má hora ao mundo — nós q. nascemos com tendencias para a meditação e o estudo. Empolgamos a aza da loucura, deste vendaval de demencias q. sopra por sobre esta pobre terra, e q. põe a cada um de nós gravíssimos problemas de consciência... Por mais q. a gente queira refugiar-se na torre de marfim, sempre lá nos chega, a perturbar-nos, a desin-

Cartas de Alfredo Pimenta

quietar-nos, o ulular das turbas — e das piores turbas, aquella q. nenhuma sede de Justiça instiga e nenhuma chymera de ideal determina. Ai de nós! ai de nós!. Penso m.^{to} em si, tenho pensado m.^{to} em si — mais novo do q. eu, mais condemnado do q. eu ás cruas e desapontadoras realidades...

Deos o ampare, e ampare o seo lar pacifico, meo querido e bom amigo, é o voto bem sincero q. formula este seo inútil e grato amigo, nesta hora de authentica, indiscutível «apagada e vil tristeza»...

Recebi, na sua carta, as suas generozas informações sobre o Pedro Hispano. A unica q. vejo q. se pode aproveitar é a de Ricobaldo de Ferrara O): «...qui tractatus in logica composuit».

As outras nada aecrescentam no sentido de se identificar o Papa João XXI e o auctor das *Summulae* (1 2). O discipulo de S. Thomaz e seo bibliographe (3), esse, então, ehamando-lhe «clericus generalis et praecipue in medicinis» ou melhor — «hic generalis clericus fuit et praecipue in medicinis» — nada diz sobre as *Summulae*. No meio disto tudo, o q. eu queria era vêr o seo trabalho de synthese crítica, para eu reforçar a minha posição. Porq. não escreve?

O Antonio Bayão (4) disse-me q. era da Imp. da Univ. o volume de cartas de *Gamillo a Castilho* (5) agora sahido. Se é, pode fazer-me o favor de me enviar um exemplar?

E podia juntar-lhe a *Memoria hist, da Faculdade de Mathematica* de Castro Freire (6), e *Joanneida* de Alvim Pinto? (7) E *na volta do correio*? Pode ser? Nunca me respondeo á minha pergunta sobre o 2.º vol. dos *Estudos philosophicos e criticos* (8). Não está de accorde?

Vio no *D. de N.* de 2.ª feira, a Carta do Le Gentil (9) sobre o meo livro? Gostou?

Adeos. Do c. m.^{to} grato

A.P.

P.S.

Quando apparecem as *Ribeiras do Mondego* do Sotto Mayor? (10)

A.P.

(1) Gervasio Ricobaldo de Ferrara. Cronista italiano nascido no séc. XIII, autor de uma história dos Pontífices Romanos de 95 a 1249 (*Historia Pontificum Romanorum ab. a 95-1249*).

(2) *Summulae Logicales*, da autoria de Pedro Hispano, foi o compêndio mais seguido nas universidades europeias até ao séc. XVI. Entre 1474 e 1639 foram feitas 260 edições.

(3) Guilherme de Tocco. Biógrafo contemporâneo de S. Tomás de Aquino. Escreveu a «Vita Sancti Thomae Aquinatis» publicada em 1969 nas *Actas Sanctorum* (Martii, I 7 Amberes, 1669).

(4) Antonio Eduardo Simões Baião (1878-1961). Historiador, professor liceal e Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo entre 1908 e 1948. Dirigiu a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

(5) *Camilo e Castilho* — *Correspondência do primeiro dirigida ao segundo*, coor-

Revista de Historia das Ideias

denada por Miguel Trancoso e prefaciada por Antonio Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade.

(6) Francisco de Castro Freire (n. 1809). Professor da Faculdade de Matemática de Coimbra. Quando do primeiro centenário da reforma pombalina entendeu a Universidade dever comemorar o facto e encarregou, por isso, vários professores de fazer um resumo da história de cada faculdade, desde a Reforma. Castro Freire elaborou a *Memória histórica da Faculdade de Matemática* que foi publicada pela Imprensa da Universidade de 1872. Foi também publicado um volume sobre a Faculdade de Medicina e outro sobre a Faculdade de Filosofia.

(7) José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto, *Joaneida ou a liberdade de Portugal, defendida pelo Snr. Rey D. João I.º*. Poema épico. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1782.

(8) Alfredo Pimenta, *Novos estudos filosóficos e críticos*, editados pela Imprensa da Universidade em 1935.

(9) Georges Le Gentil. Lusófilo francês autor de vários estudos sobre personalidades da cultura portuguesa. Em 1935 publicou uma história da literatura portuguesa (*La Littérature Portugaise*). Le Gentil fez no *Diário de Notícias* de 27 de Abril de 1931 uma apreciação à obra de A. Pimenta *Estudos Filosóficos e Críticos*.

(10) Eloi de Sá Soto Mayor. Poeta português do séc. XVI. Para além de *Ribeiras do Mondego*, reeditada pela Imprensa da Universidade, escreveu ainda *Jardim do Céu, Poemas vários e Elegia Latina*.

27

Alfredo Pimenta
Lisboa

[11-6-31]

4.ª Feira.

Meo querido amigo: — q. esta carta vá encontrai-o tranquillo e bem disposto. Tenho tido sobresaltos por amor de si. Déos o proteja.

Quanto as *Quaestiones* inéditas do Siger O — só lhe digo isto: é pena q. sejam os de fora a fazer destas descobertas. Este paiz — à parte o clima e coisas adjacentes, é desgraçado. Para assumptos de intelligencia uma catastrophe! Quando virá a este mundo o ministro da Instrucção de q. este paiz precisa? Nas Bibliothecas, ha codices de his. valiosissimos — sob todos os pontos de vista. Nem catalogos delles temos em condiçoens uteis!. Conhece o Catalogo da Bibliotheca de Evora? (2) Q. riquezas alhi perdidas! Triste tudo isto!

Quanto ao 2.º tomo dos meos Estudos — ainda aguardo resposta á pergunta q. fiz. Escá de accordo em q. eu proceda com este vol. como fiz com o primeiro — sendo-me descontado na minha retribuição. 50% ou 25% conforme convier á Imprensa, p.ª o trabalho extraordinario q. o typographo tiver? Nunca me responde a isto. Enviar o obra já com forma definitiva — é-me impossivel, porq. para mim, o definitivo nunca chega, e só o acceito imposto pelo irremediável da impressão. Desde q. envio o q. está escripto até q. revejo as ulcimas provas — estudo, e, consequentemente modifico. Mas comprehendendo o q. isso representa materialmente para a Imp. Porisso com o maior prazer — proponho isto: da minha retribuição, a Imp, tira 25% ou 50%, ou o q. lhe convier para se recompensar das despesas feitas. Está bem?

Nunca me disse se leo a carta q. o Le Gentil me escreveo. Era... gentil. Do livro do Hernani Cidade... (3) Procurei tratá-lo bem, porq.

Cartas de Alfredo Pimenta

me pareceo q. o Auctor não era dos q. são systematicamente hostis. E as nossas relações estão em bom pé. Mas o livro é superficial.

Recebeo as cartas da D. Carolina? Está claro q. revistas pelo Carlos Michaëlis ⁽⁴⁾: propoz modificaçoens — quer dizer suppressoens — onde nem por sombras eu podia imaginar q. as pedisse: a pag. 69 — as duas primeiras linhas; a pag. 71 — a phrase q. se refere à festa da Colônia allemã — por temer q. o consul se melindrasses! Resultado: folhas impressas já, suppressão impossivel. Tenho infinita pena de q. a edição não fosse da Imp. da Univ. Paciencia.

Do c. m.^{to} grato.

A.P.

(1) Siger de Brabante (c. 1235-1284). Filósofo escolástico belga, contraditor das doutrinas de S. Tomás. As suas obras permaneceram inéditas até ao séc. XIX, espalhadas por bibliotecas de Inglaterra, Alemanha, Itália, etc.

(2) Biblioteca Pública de Évora fundada em 1805 pelo arcebispo Frei Manuel do Cenáculo, com um espólio inicial de 50 000 volumes que ele próprio seleccionou e adquiriu no país e no estrangeiro. Este espólio foi depois enriquecido com alguns legados.

(3) Hernâni António Cidade (1887-1975). Escritor, publicista, professor universitário em Lisboa e historiador da literatura. A. Pimenta fez uma apreciação ao livro de Hernâni Cidade *A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha*, na secção «Cult. Estrang. Cult. Port.» do *Diário de Noticias* de 8/6/1931, p. 4.

(4) Filho de Carolina Michaëlis e J. de Vasconcelos.

28

Alfredo Pimenta
Lisboa

[5-7-31]

Sabbado
Torre do Tombo

Meo querido amigo: — hontem, não quiz pôr nas suas palavras alegres, a nota triste das minhas reservas, e porisso limitei-me a dizer amen. Hoje, porem, quero desabafar — porq. me sinto triste. Estou no meo elemento — é certo. Este meo Gabinete, por exemplo, está forrado de processos de habilitação de Familiares do S.^{to} Officio 0). Mas ___ à parte os dois em q. me fallou, o Antonio Bayão q. é encantador, e o Laranjo Coelho ⁽²⁾ q. se me apresentou hoje e se me revelou sympaticissimo — o meio humano é antipathico — de apparença pelo menos. E eu estou sempre com receio de uma gaffe!

Accresce ___ e isso é o pior — q. tenho por Supremo Architecto, o Julio Dantas ⁽³⁾. Quero dizer: não posso dar um passo q. não esbarra nele. Fui nomeado na pior altura do anno: quando, mal refeito ainda da minha doença, precisava de descansar. E ou tenho de ficar o verão todo aqui, o q. será a minha ruina, porq. me sinto m.^{to} enfraquecido, ou terei q. ir para Guimaraens, sem ganhar cinco reis. O lugar q. me convinha e q. pedi a amigos meos — era o de Director do Archivo Historico Colonial ⁽⁴⁾. Mas eu não tenho unhas nem dentes. E foi para lá nomeado o Manoel Murias ⁽⁵⁾ q., não tem uma obra q. justifique tal nomeação. Paciencia.

Neste novo aspecto da minha existencia — intraquillo, é claro, porq. receio mudanças no estado de coisas politico — o q. me apoquenta mais é a minha situação vis à vis do Dantas.

Quem não é independente economicamente não tem o direito

de expor opinioens, assumir responsabilidades, e fixar atitudes. Só lhe cumpre puxar a nora e entrar nos côros. Vi agora isso, quando soam no meo relógio, os cincoenta annos — meos tristes, pobres e amargos cincoenta annos. Chego ás vezes a pensar q. na verdade somos marcados pelo Destino. Nasci para bigorna — se bem q. nunca me pervertessem ideas de querer ser martello. Mas ao menos, podia não ser nem uma coisa nem outra.

Adeos. Cançado de lêr um processo de vinculo — interrompi, para lhe escrever esta carta q. vai do meo coração para o seu coração.

E adeos. M.^{to} grato amigo inútil e triste

AP.

(1) Processos tendentes a comprovar a limpeza de sangue dos pretendentes a Familiares do Santo Offício. Estes, geralmente gente de posses, eram encarregados pela Inquisição de fazer as prisões dos suspeitos de crime contra a Igreja ou de crime político, de acompanhar os réus ao cadafalso e de vigiar os cumprimentos das penas impostas aos penitenciados, serviço pelo qual não recebiam qualquer remuneração. Existe na Torre do Tombo cerca de 12 000 processos.

(2) Possidónio Mateus Laranjo Coelho <n. 1877). Conservador do A.N.T.T. e notável paleógrafo e diplomata. Foi ainda professor de Paleografia e Diplomática e *ie* História da Filosofia no curso de Biblioteconomia e Arquivística da Faculdade de Letras de Lisboa.

(3) Júlio Dantas (1876-1962). Escritor, poeta, jornalista, político e historiador. Foi Inspector Superior das Bibliotecas Eruditas e Arquivos durante 34 anos e Presidente da Academia das Ciências.

(4) Arquivo Histórico Colonial, actual Arquivo Histórico Ultramarino. Foi criado em 1931 e nele se encontra o mais rico núcleo de documentação referente às colónias portuguesas, sobretudo a partir do séc. XVIII.

(5) Manuel Maria Múrias Júnior (1900-1960). Jornalista e político.

Meo querido Amigo: — não esperava tanta riqueza. M.^{to} e m.^{to} obrigado! Deitei-me já ás cartas do Anthero C¹) — do *nosso* grande Anthero. Optimo o seo pequenino prefacio. Tenho a impressão de q. o Anthero verdadeiro, o *ne varietur*, m.^{to} diferente do q. anda por ahi — ainda está em esboço. Elle emana das cartas — mais do q. dos *Sonetos* e das *Prosas* cada vez q. apparecem novas — sempre elementos novos q. *modificam*, em vez de *continuarem*. É claro q. certos aspectos das Cartas — o do Socialismo, o da Philosophia da Historia, têm, hoje, para a nossa pituitaria, o perfume apagado de velharias de muzeo q. enfastiam. Mas a paysagem moral q. ellas nos revelam, essa é fecunda, interessante, attrahente — mais do q. attra-hente — seductora. A «*enfermidade mystica*» (carta VI — de quando? — de 1872?) — esse é q. é o filão a explorar, não por um Oliveira Martins (2) mas por um Joaquim de Carvalho — spinozista, e afeito á mystica judaica... Basta de conversa.

Cartas de Alfredo Pimenta

As minhas angustias? A saúde da minha filha e a minha saúde — primeiro. A minha vida, depois. A pequena deo-me m.^{tos} cuidados no ultimo mez. Estava a ver q. a tinha outra vez — como ha quatro annos. O Cassiano, hontem, não lhe achou nada. Mas vai sujeital-a a um exame radioscopico. Veremos. Eu — eu tenho a impressão de q. perdi o dominio sobre a vida, e vou à *la derive*. Talvez me salvasse se sahisse de Lisboa. Tenho um projecto, mas infeliz em tudo, tardio em tudo, sem esperanças em nada. O projecto: ha em Guimaraens, o Archivo Municipal de Guimaraens: nomearem-me Director — eu tentaria, no socego da minha casa reanimar-me o meo espirito caçado. Mas onde está o homem amigo q. faça essa coisa insignificante?

De resto estas coisas vêm sempre tarde para mim. Trop *tard!* Veja: entrei na Torre do Tombo — quando bato ás portas dos 50. Já não tenho tempo sequer de conhecer os cantos á casa. Se eu lá tivesse entrado aqui ha vinte annos! Os esforços q. faço para arrancar alguma coisa nas paleographias esbarram na minha vista já caçada q. não aguenta aquelle tecido de curvas e signais. Paciencia. Não sou eu como tanta gente — maxima obediencia, e minima diligencia...

Adeos. As melhores saudades — e m.^{to} gratas.

O traductor papagaio da *Summa Theologica* nunca mais deo signal de vida? Adeos. Até quando? Do C.

A.P.

(1) An tero de Quental (1842-1891). Grande poeta, para quem à poesia competia uma missão revolucionária. Foi o verdadeiro condutor da geração de 70.

(2) Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Historiador, sociólogo e economista.

Meo querido amigo: — custa-me tanto isto! Mas podendo ser — escuso de gastar dinheiro. Faça favor de ouvir:

O Conde de Pinheiro Domingues C¹) (conhece não é verdade?) escreveu-me hontem a dizer-me q. o Afranio Peixoto (2) faz uma propaganda viva do meo nome. Como consequência, teve q. emprestar o exemplar dos meos *Estudos* q. possuia (porq. o comprara, não porq. eu lho tivesse mandado) a pessoa q., soube-o depois, difficilmente lho restituirá. O Conde tem sido m.to gentil para mim. Eu gostava q. elle não ficasse sem o meo livro — e queria mandar-lhe um exemplar. Pode dar ordem de q. mo enviem? Se não pode, comprarei um.

O q. eu quero é q. me falle com franqueza, porq. tenho a maxima confiança no q. me diz.

Como tem passado? Leo no *D. de N.* de 24 de Dez.º — a minha *Cultura?* (3) Gostava de ouvir a sua opinião.

Adeos. As melhores lembranças do seo m.º grato

A.P.

(1) Conde de Pinheiro Domingues. Professor universitário brasileiro.

(2) Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947). Professor universitário brasileiro, romancista, médico e historiador da literatura. Personalidade de grande prestígio propugnava a aproximação cultural entre o Brasil e Portugal.

(3) Alfredo Pimenta, «Cult. Estrang. Cult. Port.» *Historia da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo 1.º (2 vols.), por Francisco Rodrigues, Porto, Apostolado da Imprensa, 1931, *Diário de Notícias*, 24/12/1931, p. 6.

31

Alfredo Pimenta

Lisboa

[3-1-32]

Sabbado.

Meo bom amigo: — ai não sonhemos! Ainda é cedo. Essa nomeação para Guimaraens, q. solicitei, e preparei, não terá tão cedo realização. O Archivo de Guimaraens 0), por ora, só existe em potencia. E não é de mim q. depende q. exista em acto.

O q. quiz foi assegurar-me uma situação q. me convém e q. *poderá* ter effectivação dentro de um anno ou dois annos. Portanto, o abandono da «urbe ou antes o horrivel porto do mar» — é momento q. mal presinto, perdido ainda nas brumas da distancia. Mas m.º obrigado pelas suas palavras.

Tenciono escrever uma *Cultura* sobre a *Hist. da Litt. port.* do Bell (1 2 3). Quer q. além disso, faça sahir quaisquer linhas anonymas no *D. de N.*? Só receio, se para lá não foram exemplares, q. me observem algo — o q. é sempre desagradavel. Mas se a *Cultura* lhe basta, é questão de aguardar algum tempo: está lá uma sobre o *Dictionnaire étymologique de la langue latine* do Ernout et Meillet (3). Segue-se uma sobre os Documentos q. o P. Francisco Rodrigues (4) deo insufficientemente. Irá, a seguir a q. tratta do Bell. Tenha a bondade de dizer o q. quer. Adeos. Saudades do C.

A. P.

(1) Alfredo Pimenta foi nomeado Director do Arquivo Municipal de Guimarães em 22 de Dezembro de 1931.

(2) Aubrey F.-G. Bell (1881-1950). Lusófilo inglês. Viveu cerca de 30 anos em Portugal dedicando-se ao estudo da nossa literatura. Entre as suas obras destaca-se a *História da Literatura Portuguesa*, editada pela Imprensa da Universidade em 1931. A. Pimenta f**z uma critica a esta obra no *Diário de Noticias* de 16/1/1932, p. 6.

(3) A. Pimenta, «Cult. Estrang. Cuit. Port» *Dictionnaire étymologique de la langue*

Cartas de Alfredo Pimenta

latine, par Ernout et Meillet, edit. Klincksieck, Paris 1931, *Diário de Notícias* de 8/1/1932, p. 5.

(4) P. Francisco Rodrigues (1873-1956). Professor jesuíta e historiador. A. Pimenta na secção «Cuit. Estrang. Cult. Port.» do *Diário de Notícias* de 12/1/1932, p. 5 sob o título *Documentos*, crítica o P. Francisco Rodrigues por este na sua *Historia da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* apenas apresentar excertos ou resumos, em vez dos documentos integrais.

32

Alfredo Pimenta

Lisboa

[7-1-32]

4.ª Feira.

Meo querido Amigo: — ficou, hoje, no *D. de N.* a noticiinha sobre o livro do Bell. Notícia impessoal, de réclamo honesto — pois q. ha — crítico official na gazeta: o Lourenço Cayóla 0).

A sua carta deixou-me triste, triste... tantos projec;os fermozos! Sabe Déos se poderei vêr a realização delles! Agora, estou com todas as ganas a redigir o livro dos *Vinculos portugueses* (2). Dentro dum mez, se Deos me ajudar, terá o original. É livro de grande sahida — mas nada de 3.000 exemplares! Depois, o *Proslgium* do S.^{to} Anselmo. A seguir... o 2.º vol. dos *Estudos*.

Farei tudo? Sei lá... mas gosto m.^{to} de o vêr entusiasmado com estas canceiras. Estas, sim; valem os nossos somnos, os nossos prazeres, nossos soffrimentos. As outras... pff!

(1) Lourenço Caldeira da Gama Lobo Cayóla (1863-1935). Político, professor e escritor. Foi crítico literário e articulista no *Diário de Notícias*, Director do *Correio da Noite* e redactor político da *Era Nova* e *Jornal da Noite*.

(2) A. Pimenta, *Vinculos Portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

33

Alfredo Pimenta

Lisboa

[27-1-32]

3.ª Feira.

Meo querido Amigo: — Se perco pouco — não se amofine, q. eu também não me amofino. Confesso a minha fraqueza — com franqueza: nunca li nada do homem! Nem uma linha. Q. quer? Tantas coisas para lêr — q. nunca lhe chegava a vez. Mas a creatura occupa altos lugares: Subinspector dos Archivos e Bibliothecas, Immortal na Academia, e anda pelas ruas com uma prosapia de quem convive com Snrs e deoses C). E vai d'ahi, esbarrando, ao ver o Catalogo, no nome da creatura, vai d'ahi, disse, para comigo: isto é urna ver-

gonha. Decidamo-nos. Leiamos. E fiz o pedido. Perco pouco? Bonda, como se diz na minha terra. Já não penso mais no caso.

Sim. 2.^{as} ediçoens — a não serem correctas e augmentadas, tenha a bondade de não mandar. Bem sabe: eu quero os livros para estudar, e não para encher a casa, ou augmentar o peculio. As vezes, manda-me algum livro: abro-o; annoto-o. Passadas semanas, o auctor envia-mo, com dedicatoria. Fico com este, e remette o outro para a B. da Sociedade de Martins Sarmento (2).

Os meos *Vinculos* vão adiantados: Conto, se Deos quizer, mandar-lhe o original, o mais tardar, até meados de Fevereiro.

A seguir, o *Proslogion* do Santo Anselmo. Não quero trazer descomente, o meo Mecenaz.

Adeos. Venturas na sua casa e alegrias sadias na sua vida, é o q. lhe deseja o seo m.^{to} do C.

A.P.

(1) Deve tratar-se de Júlio Dantas.

(2) Sociedade cultural fundada em 1882 em Guimarães, em homenagem à vasta obra do arqueólogo, etnólogo e historiador vimezanense Francisco Martins de Gouveia Sarmento (1833-1899). Possui biblioteca, museus, escolas. Pelos seus estatutos a sua principal função era promover a criação de escolas primárias, secundárias e profissionais. Da sua actividade editora destaca-se a *Homenagem a Martins Sarmento* (1933), os *Vimaranis Monumenta Historica*, os *Dispensos* de Martins Sarmento e a *Revista de Guimarães*.

Domingo.

Meo querido Amigo: — façaimo o favor de accordar do encanto e do embalo em q. o trazem as ondas bruxas do Pai Oceano, e de me devolver o artigo q. lhe mandei ha dias, bem como de me dizer algo sobre o 2.^o vol. dos *Estudos* cujo original já está, como sabe, no Nazareth C¹). Este accusou-me a recepção do original — e accrescentou: agora aguardo ordens do Snr dr. J. de C. Faça-me o favor de lhas dar, para q. o livro não fique para muito tarde. E adeos. Escreva-me, e, depois, volte-se para o outro lado, a continuar o somno delizioso q. o rumor das ondas dá, — q. eu prometto, até outubro, não voltar a accordal-o.

Sabe o q. tenho estado a lêr — e ignorava? Um opusculo de Leibniz (2) *Animadversiones ad Join G. Wachteri librum de recondita*

Cartas de Alfredo Pimenta

Hebraeorum philosophia, q. resulta uma critica de Spinoza, cuja *Ethica* seria um producto do Cartesianismo (3) e da Kabbala (4). Adeos. Do C.

A.P.

(1) Cândido Augusto Nazaré. Tipógrafo, chefe das oficinas e bibliotecário ia Imprensa da Universidade. Autodidacta e notável bibliógrafo, reuniu a maior parte da correspondência de Antero de Quental e coligiu os dispersos do mesmo autor em 3 volumes de prosas. Morreu em 1948.

(2) Gottfried W. Leibniz (1646-1716). Filósofo, historiador e matemático alemão.

(3) Sistema filosófico criado por Descartes. Pode considerar-se como uma tentativa de explicação integral do universo com base num sistema coerente de proposições fundamentadas em princípios indiscutíveis. A ciência, nesta perspectiva, é concebida como universal, uma, porque procura um conhecimento «curto e claro de todas as coisas». Esta ciência universal, é a Filosofia que Descartes compara a uma árvore cujas raízes são a metafísica, o tronco, a física e os ramos as outras ciências, incluindo a mecânica, a medicina e a moral. A unidade da ciência encontra-a Descartes na natureza racional do homem e partiu a unidade e identidade do entendimento, que constrói a ciência segundo uma ordem racional, seguindo sempre o mesmo método. Este método, que encontra na matemática o seu modelo, tem como função fundamental desenvolver «a luz natural da razão». Analisando o modo de proceder das matemáticas, Descartes formulou as regras do método que pretende aplicar a todos os domínios do saber.

(4) Cabala. Termo de origem hebraica que significa ensino oculto. É na Bíblia que os cabalistas encontram os fundamentos para as suas congeminções filosófico-teológico-cosmogónicas, fazendo-os remontar ao Antigo Testamento para lhes garantir mais credibilidade. Com efeito, fundamentavam-se em interpretações hebraicas de natureza mística e alegórica do Velho Testamento, com base em anagramas, transposições e combinações de letras judaicas. Só aos iniciados na Cabala é reconhecida a arte imaginária de comunicar com espíritos e fantasmas e a possibilidade de formular cálculos supersticiosos de adivinhar o futuro ou o oculto misterioso.

35

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[8-8-32]

2.ª Feira.

Meo querido Amigo: — ora bemvindo! Com q. alvoroço eu recebi a sua carta — tocada de brisas marinhas e perfumada de amizade carinhosa! Queimo na ara do Benedictus, dois grãos do meo incenso, — de agradecido... Folgo com a novidade do seu livro. Deos queira q. não fique em projecto. A sua paixão crescente e envolvente pelo homem da *Ethica* colloca-o em condições da primeira ordem para nos dar uma apreciação de conjuncto do Espinosismo O). Quando não seja uma apreciação — ao menos, uma visão, a sua.

Quanto a mim — não tem q. me pedir desculpa das suas observações, ou de observações q. me faça. Quanto as estimo! Quanto as desejo! Com q. cuidados as leio! Adoro vêr-me nos espelhos convergentes dos q. me querem bem. E dentre estes o do meo amigo é dos q. mais me prendem. Haverá *fractura* no meo Pensamento? Não haverá antes *angulo*, *esquina* ou *reticencias*?

Philosophicamente — *quaero*. Ando nos caminhos tortuosos e mysteriosos da mina, com minha pobre lanterna d'escassa luz a bater

as anfractuosidades, á procura do diamante raro da certeza e da solução. Ai de mim! Quantos carvoens frios q. tomei já pelo diamante raro!

Q. projecção dá para o campo político, o meo pensamento philosophico? Nenhuma! De q. se alimenta, então, o meo pensamento político? Dum pragmatismo q. emana de sentimentos ancestrais. O q. está no meo pensamento político de hoje, es:ava, esteve sempre no *fundo* do meo pensamento político de hontem, e de ante-hontem.

Talvez não tivesse lido essa *Carta* q. peço o favor de me devolver, porq. não tenho outro exemplar. Estou alli — nũ e crũ.

È no salto do Personalismo (1 2) philosophico para o Transpersonalismo (3) político q. está a razão de ser do meo Scepticismo (4)? Não sei. Eu diria talvez q. este è independente do salto... O pior, meo querido Amigo, è q. os cincoenta annos estão a bater á porta, e consequentemente, vejo diluir-se, a esperança de poder encontrar o q. busco ou a sombra do q. busco... È triste. E se não fossem os filhos, fecharia a porta da minha casa, cerraria as janellas da minha vida — e aguardaria, na renuncia de tudo, de tudo, a hora do somno libertador...

X

Trouxe, para aqui, os elementos para a organização do II vol. dos *Estudos*. Conto ter isso arrumado no fim das férias. Quer dizer: em Outubro, se Deos quizer, enviar-lhe-ei o original. Quanto á traducção do Santo Anselmo, não a terminei, porq. me disse q. devia aguardar o Geyser (5). Sempre pensei na conveniencia de se publicar também o ,exto latino. Detesto as traduçoens desacompanhadas do texto, porq. impedem o leitor estúdiozo de verificar ou corrigir ou adoptar outra versão. Sempre terei, em Outubro, os Vínculos? Adeos. As minhas arvores, a minha fonte, tudo isto q. me rodeia enviam ao seo mar m. tas saudades. E eu, a si, um grande abraço m. to do C.

A.P.

(1) Sistema filosófico criado por Espinosa. Considerado poi alguns como um filósofo «ébrio de Deus», Espinosa concebeu um sistema cujo fite è moral ou espiritual — conduzir o homem á beatitude que consiste em «tornar-se uma mesma coisa com Deus». È pelo exercicio da intelligência que esta finalidade è atingivel. O título da sua obra fundamental, *Ética*, è revelador. Nota-se nela a influencia cartesiana que leva Espinosa a dar ao seu pensamento uma forma «geométrica» procedendo através de afirmações, axiomas, postulados, teoremas, demonstrações e corolários. No entanto, este método tem em vista o desenvolvimento de uma situação mais espiritual que racional, o panteísmo.

(2) Neologismo atribuído ao filósofo francês Renouvier que o introduziu para designar a sua doutrina. Entende-se hoje como uma doutrina moral e social que afirma o primado da pessoa no sentido em que se distingue do individuo. O personalismo opõe-se quer ao individualismo quer ao estatismo.

(3) Também designado suprapersonalismo, è uma concepção que dá precedência ontológica à sociedade sobre a pessoa humana, fazendo desta um meio ao serviço de valores colectivos. Distingue-se quer do individualismo, quer do personalismo na medida em que cada uma dessas concepções reflectem soluções diferentes quanto ao modo como são entendidos os valores e as instituições políticas e jurídicas.

(4) Como posição teórica éa doutrina dos que sustentam que o homem è incapaz de chegarácerteza. Como doutrina filosófica surgiu no contexto do pensamento clássico.

Cartas de Alfredo Pimenta

Entendido em sentido universal, o cepticismo nao permite ao homem, em qualquer dominio, a possibilidade de chegar a certezas pe'lo que preconiza a suspensão do juízo (epochê). Entendido como um cepticismo relativo (relativismo), sustenta que o homem não pode atingir certezas em determinados dominios (cepticismo metafísico, religioso...).

(5) J. Geysler (n. 1869). Filósofo neoescolástico alemão.

36

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[27-8-32]

Sabbado.

Meo querido Amigo: — o opusculo do Leibniz existente na Bibliotheca de Hanover foi publicado, sem qualquer especie de reserva, por Foucher de Careil (1). Creio, aqui, longe da ferramenta, q. não ha motivos para duvidar da sua authenticidade.

Está de pé no estribo para Haya (2), e não é o momento para responder ás suas palavras sobre a minha posição philosophica.

Está convencido de q. são definitivas as soluções do Husserl (3), do Scheler (4), do Heidegger (5) Não é este já um correctivo ou derivativo dos conceitos dos outros? Esse *positivismo* (6) das *essências* (7) é, como obra de arte, talvez interessante. Mas q. accrescenta, no campo da busca das verdades?

Sim. A erudição não é um fim. Como meio q. é conduz, pelo menos, ao «abstenho-me» em q. me encerro.

...Mas estou a cahir onde não devo, neste momento em q. o seo espirito está já a caminhar para a doce Hollanda, liquida e silencioza. Q. os sinos de Harlem encantem os seos ouvidos, e q. a sombra amiga do grande Espinoza lhe seja propicia.

E em paga, ao passar em Coimbra, dê ordem ao Nazareth, q. me não esqueça _____ nem nos *Estudos* nem nos *Vinculos*. E de Haya, de Bruges, de Gand, donde poisar uns instantes lembre-se de q. nestas paragens tranquillias e amenas, entre pinheirais e oliveiras protectoras, fica, a desejar-lhe boa viagem e venturas espirituais (só o Keyserling lhe desejaria venturas carnaes) — e está aquelle q. c ama gratamente.

(1) Louis Alexandre Foucher de Careil (1826-1891.) Literato e político francês. Fez uma edição inacabada das obras de Leibniz, de quem descobriu vários manuscritos inéditos.

(2) Esta deslocação de Joaquim de Carvalho a Haia teve em vista a sua participação num congresso comemorativo do 3.º centenário do nascimento de Espinoza. Já em 1927 havia estado nesta cidade, a representar Portugal nas comemorações do 250.º aniversário da morte do filósofo.

(3) Edmund Husserl (1859-1938). Filósofo alemão iniciador da corrente fenomenológica.

(4) Max Scheler (1874-1928). Filósofo alemão, ligado ao movimento fenomenológico.

(5) Martin Heidegger (1889-1976). Filósofo alemão, discípulo de Husserl.

(6) Em sentido estrito é a filosofia de Augusto Comte. Doutrina pela qual o espirito humano é incapaz de conhecer a natureza íntima das coisas reais, contentando-se em estabelecer leis concebidas como enunciados de sucessões constantes. Numa perspectiva mais lata, é a concepção que pretende ater-se apenas aos factos do mundo

Revista de Historia das Ideias

exterior, perceptíveis pelos sentidos, e a rejeitar como sem valor todo o conhecimento de outra origem.

(7) Termo filosófico atribuído a Cicero. Entendido por oposição a *existência* é o que uma coisa é, aquilo que compreendemos que ela é, a sua ideia. Essência, envolve assim inteligibilidade. Por oposição a *acidente*, a essência entende-se como os elementos constitutivos de um ser, sem os quais esse ser não teria qualquer realidade.

37

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[25-9-32]

Domingo.

Meo querido Amigo: — já está em Buarcos? Recebi, em tempos, um postal seu, de Lovaina, o unico com q. me distinguiu na sua peregrinação espinoziana. Dizia-me nelle q. a 20 estava em Buarcos. Porisso lhe escrevo.

O dr. Caetano Beirão (n. 0) (julgo q. foi seu condiscipulo, em Direito) é um espirito com raras aptidoens historicas. Trabalha, ha m.^{to} tempo numa excellente *Historia do reinado de D. Maria I*, e para cumulo da sua filicidade — sua e nossa — soube da existencia de cerca de 200 cartas medicas da rainha, archivadas na Bibliotheca de Madrid. Escreveo-lhe já, se não estou em erro, sobre a edição dessa *Historia* feita pela Imp. da Universidade. Isso bastava. Mas quiz elle, q. eu dissesse ao meo querido amigo duas palavras sobre o caso. É o q. faço, pedindo-lhe q. ponha a sua melhor boa vontade no deferimento dos desejos do Caetano Beirão, porq. com isso só lucra a cultura historica nacional.

Este rapaz é duma objectividade de gelo. Conhece a critica q. fez ao ultimo vol. do Fortunato d'Almeida? (1 2) A esse respeito, é modelar.

Adeos. Desejo-lhe m.^{tas} venturas, e peço-lhe q. me creia m.^{to} do c. amigo certo e admirador grato

A.P.

(1) Caetano Maria de Abreu Beirão (n. 1892). Historiador e escritor. Fez parte com o Alfredo Pimenta do Integralismo Lusitano. Caetano Beirão trabalhava então no seu livro *D. Maria I, Subsídios para a revisão histórica do seu reinado* o qual veio a ser publicado não pela Imprensa da Universidade, mas pela Imprensa Nacional de Publicidade em 1934. A. Pimenta dedicou-lhe a «Cult. Estrang. Cult. Port.» do *Diário de Notícias* de 7 de Janeiro de 1934, p. 15.

(2) Fortunato de Almeida (1869-1933). Historiador. Dedicou toda a sua vida à investigação e ao ensino, legando-nos obras de folgo como *Historia da Igreja em Portugal*, em 8 vols., *Historia de Portugal* (6 vols.), *Historia das Instituições em Portugal*, etc. A. Pimenta refere-se ao artigo de Caetano Beirão, *O problema da sucessão do rei D. João VI na «Historia de Portugal» do Sr. Fortunato de Almeida*, Lisboa, Tip. de José Fernandes Júnior, 1931.

Cartas de Alfredo Pimenta

38

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Déos. Guimaraens

[8-10-32]

5.^a Feira.

Meo querido Amigo: — já está sob as olaias do Jardim Botânico? O) Ou este já não tem olaias nem tilias?

Causou-me pena a morte do nosso Mendes dos Remédios (1 2 3) Sabia-o doente, mas não suppunha q. de doença q. fosse a Carrasca. Deos o tenha em paz. Mostrou-se sempre meo amigo, e nunca esquecerei q. foi elle q. nos relacionou. Logo q. chegue a Lisboa, vou consagrar-lhe uma *Cultura*. Aqui não posso fazel-o porq. não tenho os seus livros.

M.^{to} obrigado pela boa attenção q. prestou aos desejos do Caetano Beirão. Este está radiante, com a ideia de poder publicar o seo trabalho. Estou convencido de q. hade ser coisa de valor. É uma pessoa m.^{to} reflectiva — m.^{to} fria: condições optimas para se fazer coisa de jeito.

Já está nas mãos do nosso Nazareth o resto do original dos *Vinculos* — quer dizer a Introducção. Peço-lhe licença para lhe sollicitar o favor de pensar na minha retribuição — porq. a *voz* o reduzio-me os vencimentos em 400 mil reis. Ganhava 1.400\$; ganho, agora, apenas 1 conto de reis. Deos queira q. fiquemos por aqui. Como não contava com isto, fiz uma hypotheca — para me equilibrar. Mas queria libertar-me delia o mais depressa possivel; tenha paciencia, e seja meo amigo. Adeos. M.^{to} grato.

(1) Jardim anexo ao Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques criado no séc. XVIII pela Reforma Pombalina da Universidade, para apoio às aulas de Botânica leccionadas na Universidade de Coimbra.

(2) Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932). Escritor, politico e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi ainda Reitor eleito da Universidade de Coimbra e Director da Biblioteca Geral da mesma Universidade

(3) *A Voz* jornal diário de Lisboa de tendência católica e monárquica em que Alfredo Pimenta colaborava.

39

[26-10-32]

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

3.^a Feira.

Meo querido Amigo: — vagou um lugar de 1.^o Conservador aqui na Torre. Será provido por mérito. Concorro, porq. sempre são uns posinhos a mais no fim do mez. E-me absolutamente preciso apresentar um exemplar dos meos *Vinculos*. Peço-lhe m.^{to} encareçidamente o grande obsequio de dar ordem para q. me arranjem o mais depressa possivel um trabalho — só falta uma folha, se tanto, para eu poder apresental-o a tempo e horas. E por tudo m.^{to} grato lhe fica o seo am.^o e ad.^{or} agradecido

A.P.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

2.^a Feira.

Meo querido amigo: — está doente? Está fora? Inquieta-me o seo silencio, porq. queria vêr se apresentava á Junta Consultiva, o meo trabalho sobre os Vinculos, e ella reúne na 5.^a feira. Como falta só uma folha, Unha esperanças, quando lhe escrevi a primeira vez, de se poder arranjar o livro de modo a eu utilisal-o. Posso perder as esperanças? Também lhe faliava nos livros sahidos na Imp. — desde a *Asia* de João de Barros O, e nem umas palavras de resposta.

Está doente? Está fora? Deos queira q. não seja por mau motivo q. não me responde. Adeos.

M.^{tas} saudades do seo C. am.º grato e ad.ºr

A.P.

(1) João de Barros (1496-1570). Historiador português. Ocupou entre outros cargos o de Tesoureiro do dinheiro da Casa da índia, e Feitor das Casas da Guiné e índias. Rigoroso na descrição dos factos que nos relata, omite, no entanto, propositadamente algum que possa macular a figura dos reis ou da nação portuguesa. Para além da história, tratou de temas pedagógicos, sociais e morais. Das suas obras podem destacar-se *As décadas da Asia* (1552-1615); *Rhopica Pnefma* (1532); *Grammatica da lingua portuguesa* (1539); *Pri-meira parte da Crónica do Imperador Clarimundo* (1522).

Alfredo Pimenta
Lisboa

[20-11-32]

3.^a Feira.

Meo querido Amigo: recebi a sua carta e as senhas dos livros. M.^{to} obrigado. Dos exemplares de linho fico com *am* — e devolvo os 4 restantes, porq. eu não preciso dessa especie de livros. Agradeço m.^{to} do coração a sua gentileza — mas só quero prejudicar a Imp., ou melhor só quero prival-a de ganhar o maximo, no minimo. Fico, pois, com os 45 exempl. de papel de algodão e 1 de linho. Os 4 seguirão amanhã — pelo correio, se eu não tiver tempo de os mandar hoje. Descance. Tenho empenho e urgencia de alguns exemplares — porq. precisando de fallar ao Gustavo Ramos O), e só indo lá quando não posso deixar de o fazer — queria aproveitar a occasião e levar-lhe o exemplar do livro. Tenho adiado a conversa á espera do volume. Descance. Só darei os exemplares á Torre do Tombo (2) e ao Ministro. Para o resto — aguardo q. me envie o *vermis* conveniente.

Faz separata do estudo sobre o Pedro Hispano? (3) Pregunto isto, porq. só recebo a *Hist. de Port.*, depois de concluido o volume. E tenho pressa em conhecer o seo trabalho.

Cartas de Alfredo Pimenta

Sim. Li o Geyser (4). Eu já conhecia o homem duma critica q. elle fez ao Argumento de Santo Anselmo (5), publicada na *Révue de Philosophie*.

E poetico. Tem azas de icaro (6). Perante elle, como perante os outros, eu digo: «será assim? Como saberá elle q. é assim? Quem lho disse?» E ponho-me a phantasiar ás vessas — e dá certo, também. Quero fallar delle numa das Culturas (7). E noutra da *Asia* e do *Livro da Falcoaria* (8). Mas a seo tempo. Porq. está no jornal uma q. corrige erros historicos do Romance de Camilo, *Olho de Vidro* (9); tenho feita, outra sobre um *fumiste* chamado Julio Navarro Monzó (10). Devo tratar do Geyser e das outras coisas da Imp. a seguir.

Uma noticia q. deve ser-lhe agradável, porq. é meo amigo: de Lovaina, convidaram-me para collaborar regularmente, no *Diet, de hist. et géogr. ecclesiastiques*, em tudo q. se refira a Portugal. Para o estudo sobre Braga O¹), dão-me um anno. O q. eu não sei é se Déos me dará saude e vida. Tenho tantas consumições, q. receio partir dum momento para o outro, como corda q. se esticou. Calcule q. o ladrão q. me pôs fora de casa, exige-me até o dia 5 — cinco contos de reis. E é q. tenho q. lhos dar, sob pena de vêr q. me penhorem outra vez os meos bens (q. bens!) e o recheio da casa!

O q. Deos quizer.

O convite de Lovaina agradou-me, porq. me sorri a idea de ligar o meo nome a uma obra de credito mundial. Gostou da noticia?

Adeos. Está mais socegado? Compuzeram-se as coisas ahi na Faculdade, q. o amofinavam?

Um grande abraço m.^{to} amigo do seo do c.

A.P. 1 2 3 4 5 6 7

(1) Gustavo Cordeiro Ramos (n. 1888). Politico e Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Era nessa altura Ministro da Educação.

(2) Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo criado nos finais do séc. XIV teve como primeira sede a torre de menagem do Castelo de Lisboa donde lhe veio o nome. Foi seu primeiro guarda-mor o cronista Fernão Lopes. Nele estão guardados os documentos mais antigos e valiosos da nossa história.

(3) A. Pimenta faz referência ao trabalho de Joaquim de Carvalho, *Cultura filosófica e científica*, inserto no vol. IV da *História de Portugal* dirigida por Damião Peres. Entre outros temas, J. de Carvalho foca neste estudo Pedro Hispano e os problemas da originalidade, autoria e influência das *Summulae Logicales*.

(4) Deve referir-se à obra de José Geyser editada pela Imprensa da Universidade em 1932 *Alguns problemas capitais da metafísica com especial referência à crítica de Kant*.

(5) Argumento ontológico de Santo Anselmo (designação dada por Kant), liga-se a uma teoria realista dos universais. Foi retomado modernamente por Descartes, Leibniz e pelos panteístas. É no *Proslogium* que Santo Anselmo expõe o seu argumento para demonstrar a existência de Deus, partindo da definição de Deus como Ser Perfeito no sentido ontológico, ou seja, como *Ens realissimum*. Da perfeição, Santo Anselmo deduz analiticamente como implicita a *existência necessária* de Deus. O argumento pode formular-se neste*! termos: Deus é o Ser Perfeito; a existência é uma perfeição: logo Deus existe necessariamente.

(6) Personagem da mitologia grega. Filho de Dédalo que ao tentar evadir-se do labirinto com asas de cera, se despenhou no mar, ao aproximar-se demasiadamente do sol.

(7) Alfredo Pimenta «Cuit. Estrang. Cuit. Port.» *Einige Hauptprobleme der Metaphysik mir besonderer Bezugnahme auf die Kritik Kants*, por José Geyser, em trad.

Revista de Historia das Ideias

portuguesa do P. Luiz Feliciano dos Santos, O.M., editada pela Imprensa da Universidade, Coimbra. 1932, *Diário de Notícias*, de 25/12/1932, p. 17.

(8) Alfredo Pimenta dedicou a «Cuit. Estrang. Cuit. Port.» do *Diário de Notícias* de 26/1/1933 a estas duas obras.

(9) CamPo Castelo Branco (1825-1890). Escritor português. O romance histórico *O olho de vidro* foi editado em Lisboa em 1866.

(10) Alfredo Pimenta, «Cult. Estrang. Cuit. Port.» *La actualidad filosófica de Jacobo Boehme*, por Julio Navarro Monzó, edição da Editorial Nuevo Mundo, Buenos Aires, 1931, *Diário de Notícias* de 15/12/1932, p. 9.

(11) Este artigo saiu em 1937, no fase. LV. Neste mesmo fascículo, para além do artigo «Braga» encontram-se outros de autoria de A. Pimenta: «Bragança», «Fr. Antonio, Brandão», «Caetano Brandão»; «Gaspar Brandão», «Joaquim Brandão», «Leonardo Brandão», «Pedro Brandão», «Alexandre Bragança», «Gaspar Bragança», «José Bragança» e «Teotónio Bragança».

42

Alfredo Pimenta
Lisboa

[2-1-33]

Sabbado.

Meo querido Amigo: — ao arrancar a ultima folha do calendário deste anno, só tenho, em frente de si, um desejo m.^{to} sincero e m.^{to} profundo: o de q. Deos — o meo, ou o de Espinoza, o seo, como quizer — despeje ás mãos cheias, sobre o seo lar, venturas sem reservas e prosperidades sem reticencias. Q. haja nessa casa, q. não conheço, mas adivinho, paz, alegria, ceo permanentemente claro. Amen! Posso fallar? Es:á melhor? Já se levanta? Já me pode aturar?

Recebi a *Lirica*. Q. catastrophe! Não ha direito de se fazer uma coisa daquellas. Verá o meo parecer no *D. de N.* de amanhã O-Hontem, á noite, o Ricardo Jorge ⁽²⁾ telephonou-me para me dizer isto: «q. desgraçado q. sou! Calcule q. quando chegar ao outro mundo, terei q. pedir perdão ao Theophilo ⁽³⁾ do q. disse delle, — em face deseja obra...».

X

Pedi ao Instituto q. me mandassem, á cobrança, com urgencia, o vol. 52. Até hoje nada. Rogo-lhe o favor de determinar q. não me demorem o livro, porq. tenho real urgencia nelle.

X

Ha ahi na Univ. latinistas bons? É capaz de me obter duas ou eres versoens do texto q. envio? Versoens independentes. Desse trecho depende um problema m.^{to} curioso, e eu quero saber as interpretaçoens q. podem ser dadas. Mas também tenho urgencia.

X

E agora outro assumpto. Como em tempos lhe disse, precisava m.^{to} do auxilio q. representa a remuneração q. me dá a Imprensa, dos *Vinculos*. Este mez é tragico, porq. se me acumulam letras, juro

Cartas de Alfredo Pimenta

de hypoteca, o inferno. Podia agora arranjar-me, pelo menos 500:000? Tenha paciencia de o meter nestas minhas horas negras e nestas minhas intimidades tristes. E adeos. Do c. m.^{to} amigo e ad.^{or}

A.P.

(1) Alfredo Pimenta «Cult. Estrang. Cult. Port.» *Lirica de Camões*, edição crítica de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, edição da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, *Diário de Notícias* de 1/1/1933, p. 15.

(2) Ricardo Jorge (1858-1939). Médico e escritor. Na *Capital* de 24/11/1916, Ricardo Jorge acusa Teófilo Braga de ter plagiado a sua obra «Francisco Rodrigues Lobo — Esboço biográfico e crítico», publicado na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II, n.º 4, 1913. (Cf. Ricardo Jorge, *Contra um plágio do Prof. Theophilo Braga*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1918).

(3) Joaquim Teófilo Fernando Braga (1843-1924). Historiador, político republicano e professor de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras. De entre as suas 360 obras devemos destacar *História da Literatura portuguesa*, *História da Universidade de Coimbra*, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, *História do romantismo em Portugal*, *As modernas ideias na literatura portuguesa*.

43

Alfredo Pimenta
Lisboa

[6-1-33]

6.^a Feira.

Meo querido Amigo: — Muito obrigado pelo envio da versão do Simoens Ventura (0). Não ha q. recear influencias de conjunto. O texto em questão é um § dum capitulo variado. A versão condiz com a minha, e creio q. posso afoutar-me a avançar no problema: não foi o André de Rezende (2) o inventor da palavra *Lusíadas* — e torna-se-me problemático o sentido q. á palavra deo o Camoens (3), quando a escolheo para titulo do Poema. Esta segunda parte é mais perigoza e não sei se bulirei nella. A primeira parte essa está resolvida. Tratarei disso, breve.

M.^{to} agradeço a sua opinião sobre a minha critica á Lirica — e deve calcular a anciedade com q. a aguardava, e o alto conceito em q. a tenho.

Concordo — quando me diz q. é preciso um criterio, na ordenação dos Poemas. Qual? Todos são defensáveis — menos o adoptado. Serve-me o criterio estylometrico; serve-me o thematico. Mas não me serve o q. se baseia na hexegese do pensamento intencional do Poeta — porq. é tudo quanto ha de mais fragil, insubsistente e sujeito a variaçoens. Não sendo eu o organisador da *Lirica*, não era a mim q. competia julgar a apocripicidade ou a authenticidade dos Poemas: era a quem os escolheo q. competia fazel-o. Nem eu podia fazer essa *prova*, como ninguem a pode fazer — na quasi totalidade dos Poemas. Como acontece com o Plauto (4), temos q. são de Camoens, com duas ou trez excepçoens, os Poemas q. o Soropita (5) lhe attribuo. O Ms. do Luiz Franco (6) q. consultei é esteril. As designaçoens laterais da auctoria dos versos q. contem — é m.^{to} posterior á data attribuida ao Ms. — se é q. este não é falcatrua do Faria de Souza (7).

A edição da *Lirica* devia conter os Poemas das 2 primeiras ediçoens, expurgada dos Poemas q. se tivesse averiguado objectiva-

mente q. tinham outro dono, levando, em Appendice, os Poemas de auctoria duvidoza. Quanto a encabeçar este Poema ou aquelle nesta ou naquella pessoa — Deos me livre, a não ser q. nos proprios versos estivesse feito o endereço.

Essa historia da Infanta (8) está bem num romance; numa edição critica — não. A da China a inspirar o *Alma minha gentil* é um absurdo intolerável. Tenha paciencia: mas, em materia tão delicada como esta a honra de editores não basta. É obvio, sim, q. José Maria Rodrigues não escolheu e rejeitou sem reflectir. Mas a mim pesa-me não conhecer as suas razões. E as modificações dos versos? Por este andar — daqui a 50 annos, temos um Camoens novo em folha — q. ninguem conhece!

Tenho muita pena de não concordar consigo em relação ao Prefacio. Mas isso já é da zona dos gostos, e não me custa nada admittir q. tenho a minha sensibilidade embotada, incapaz de certas reacções. Senti nelle um tom polemico — tão longe do ritmo classico q. lhe dá! Mas posso estar enganado. Com todas as reservas q. formula — parece-me q. a minha critica não me deshonra nem deshonra a amizade generosa q. me consagra. Isso me chega para me tranquilisar — e não me fazer arrependido do q. escrevi. Adeos. Do c. m.¹⁰ grato am.^o e certo ad.^{or}

A.P. 12345678

(1) Carlos Simões Ventura. Professor de Filologia Clássica da Universidade de Coimbra.

(2) André de Resende (1500-1573). Humanista português contemporâneo de Camões, divulgador e defensor dos estudos greco-latinos entre nós. Carolina Michaëlis escreveu em 1905 um artigo onde attribua a André de Resende a invenção da palavra Lusíada (cf. «Lucius Andres Resendius, inventor da palavra Lusíada», *O Instituto*, vol. LIII).

(3) Luís Vaz de Camões (1517 ou 1524-1579). Ilustre poeta épico e lírico, autor de *Os Lusíadas* e de obras de teatro como *Anfitriões*, *El-Rei Seleuco*, *Filodemo*, etc.

(4) Plauto (251 a. C. - 184). Poeta cómico romano a quem são attribuidos 130 peças. Contudo Varrão nos seus *Quaestiones Plautinae* apenas refere 21.

(5) Fernão Rodrigues Lobo Soropita (séc. 16-17). Humanista, juriconsulto e escritor a quem se deve a 1.^a edição, em 1595, das *Rimas* de Camões.

(6) Luis Dias Franco (séc. 16-17). Autor da obra impressa em Lisboa em 1618 *Doctrina Philosophica*. O manuscrito original e que A. Pimenta consultou, conservava-se então na Casa Professa de S. Roque de Lisboa.

(7) Manuel de Faria e Sousa (1590-1649). Camonista fanático, attribui a Camões alguns poemas alheios. Publicou em 1639, em Madrid uma edição comentada dos *Lusíadas*. Com o intuito de dar mais beleza e grandiosidade às obras de Camões, emendou muitas vezes os versos do poeta. Publicou ainda *Rimas varias de Luis de Camões, principe de los poetas heroicos de España commentadas*.

(8) No prefácio da *Lirica* José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira afirmam que foi a infanta D. Maria filha de D. Manuel I, a inspiradora dos poemas. A propósito disto gerou-se uma polémica entre A. Pimenta e José Maria Rodrigues. A. Pimenta publicando os seus artigos na secção que mantinha no *Diário de Notícias* e J. M. Rodrigues publicando 6 opúsculos de *A tese da Infanta nas Liricas de Camões e Camões e a Infanta D. Maria*.

Cartas de Alfredo Pimenta

44

Alfredo Pimenta
Lisboa

[9-1-33]

2.^a feira
9 Janeiro.

Meo querido Amigo: — pode fazer-me o favor de me dizer: entre os livros q. me annuncia, vem o do Conde de Tovar (D sobre os ms. do Museo Británico? (1 2) Se vem, não compro, porq. tenho m.^{to} empenho em possuir esse volume.

A sua censura á falta de equanimidade q. me attribue no caso da *Lirica de Camoens* não me sai da cabeça. Injusto, eu? E se eu lhe disser q. procurei ser brando, tão brando q. nem fiz referencia ao q. o José Maria Rodrigues escreveu na *Hist. da Litt. Port.*, do Forjaz Sampaio (3) para não carregar mais na nota de arbitrario q. é licito pôr-se na sua obra? E se lhe disser q. não insisti naquella tolice de se considerar unico o soneto das rimas agudas? Não. Não me acuse de injusto. Procurei ser o mais benevolo possível, por attenção ao José Maria Rodrigues — o unico editor responsável. Mas deixemos isto.

Q. tal se tem vendido os *Vinculos*? Na Bertrand queixam-se de virem poucos exemplares de cada vez. Mas eu creio q. embora q. menos fremente do q. a venda dos *Estudos*, hade ser mais segura a venda dos *Vinculos*. Veremos. O q. eu quero, acima de tudo, é q. a *Imp.* não perca com os meos livros. Adeos. Nunca me disse nada sobre o *Livro da montaria* de D. João I.^o (4), q. eu desejava. Adeos. Do c. m.^{to} am.^o

A.P.

(1) Pedro Tovar de Lemos (n. 1888). Embaixador e Ministro de Portugal em Berlim durante a 2.^a guerra mundial.

(2) Museu fundado em Londres em 1810, em plena era liberal, quando o romantismo revigorava o gosto pelas antiguidades.

(3) José Maria Rodrigues (1857-1942). Camonista português, doutorou-se em Teologia na Universidade de Coimbra. Foi perceptor dos príncipes Luís Filipe e D. Manuel. Em 1925 foi-lhe confiada a cadeira de Estudos Camonianos então criada. Alfredo Pimenta refere-se ao artigo que este autor escreveu na *História da Literatuz Portuguesa Ilustrada* de Forjaz Sampaio, intitulado «A Epopeia».

(4) *Livro de Montaria feito por D. João I, rei de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade/Academia das Ciências, 1918.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[25-1-33]

2.^a feira,
à noite

Meo querido Amigo: — q. grande e brusco silencio, esse! Adoeceo? Déos queira q. não. Esqueceo-se de mim? Mandei-lhe um texto largo do Auctor de La:im q. o Ventura hesitou em traduzir — e nem uma palavra! Q. tem? Q. tal vão os *Vinculos* — commercialmente fallando?

Recebi o voluminho do pobre Paço d'Arcos 0). Maos, m.^{to} maos versos, sob o ponto de vista de versos, mas q. sentimento, nalguns! Aquelles trez finais são horribeis — de dôr! Está provado q. os philologos só servem para estragar os versos dos outros, e prosaicar os sentimentos proprios. Quando estes são m.^{to} violentos — as suas expansoens sahem duras como lascas, e geladas.

Está provado também q. o poeta, ao cantar, não deve estar a ver nas palavras q. emprega, um producto ± qualquer coisa de evoluçoens e outras larachas sapientes.

...Mas não o enfado mais: o q. queria era saber noticias a seo respeito. Amigo grato e m.^{to} sincero.

A.P.

(1) Trata-se do professor universitário em Lisboa e poeta Carlos Eugênio Correia da Silva (Paço d'Arcos) (1904-1931). As suas obras *Jornada de um crente* (1931) e *Visão imperfeito dum Parnaso cristão* (1932) foram publicadas postumamente. Foi colaborador, da página literária e artística do jornal *Novidades*, entre 1928 e 1930. Estes artigos foram em 1934 reunidos no volume *Vita Brevis*, prefaciado pelo Prof. Joaquim de Carvalho.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[3-3-33]

5.^a feira

Meo querido Amigo: — imaginei q. aproveitava o domingo ou a 3.^a feira do Entrudo para me escrever e responder ao meo folhetim da Cultura. Mas nada me chegou das suas bandas. Deos queira q. o silencio não seja signal de doença. Eu estou em casa desde 2.^a feira — com uma forte constipação q. me atacou a garganta — o meo ponto fraco nestas coisas. Mas conto sahir amanhã, se Deos quizer, tanto mais q. sei q. o R. Jorge tem escripto um artigo sobre o caso do meo folhetim (D — e gostava de o conhecer antes de vir a publico.

Quem é esse Snr. Agostinho da Silva (2) q. traduzio o Catullo? (3) Mandei ha bocado para o D. de N. a *Cultura* q. lhe consagro. Não pode ser: o homem traduzio, limitou-se a traduzir o Lafaye (4), e dá como obra pessoal, original, sua, o q. é do professor da Universidade de Paris. Eu já não faço idea nenhuma da noção q. os homens de

Cartas de Alfredo Pimenta

meo tempo têm da probidade litteraria q. não pode andar desligada da probidade pessoal. Aquillo não se faz.

Não vinculava nada dizer aos leitores pouco mais ou menos isto: o q. ahi vai é uido baseado no trabalho do Snr. Lafaye. E prompto. Ficava salva a dignidade da cultura portuguesa. Uma desgraça. Adeos. Desejo-lhe saude e venturas. E espero noticias.

(1) Ricardo Jorge na polémica que A. Pimenta travou com José Maria Rodrigues a propósito da edição da *Lírica*, tomou o partido de A. Pimenta. (Cf. «As voltas com Camões», *Diário de Notícias* de 25/3/1933, p. 1 e 27/3/1933, p. 1).

(2) Agostinho da Silva (n. 1906). Professor na Faculdade de Letras do Porto. Traduziu várias obras de autores clássicos desde Aristóteles, Plauto a Catulo. Escreveu biografias de personagens célebres e obras de divulgação cultural para a juventude. Em 1933 a Imprensa da Universidade de Coimbra editou uma tradução e comentário das obras de Catulo, da sua autoria. A. Pimenta dedicou a esta edição uma primeira «Cultura» no *Diário de Notícias* de 25/3/1933, p. 5, gerando-se seguidamente uma controvérsia, Agostinho da Silva respondendo em sucessivas *Seara Nova* e A. Pimenta no *Diário de Notícias*.

(3) Caius Valerius Catulo. Poeta romano do séc. I a. C.

(4) Georges-Louis Lafaye (1854-1927). Professor e filósofo francês. Publicou em 1892 *Catullo et ses modeles*.

47

ARCHIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

R. P.
4.^a feira [15-3-33]

Meo querido Amigo — constou-me hontem q. os mocinhos da *Presença* O), em homenagem ao Botto (¹ ²) e outros q. tais, me desancam no último número do pasquim. Aqui, não existe tal folha: só ha o Botto, para quem gosta. É capaz de me arranjar esse n.º em q. sou desancado? M.^{to} lho agradecia. Outra coisa: está publicado em separata, o trabalho do Luciano sobre a *Astronomia dos Lusíadas*? (³) É possível obter-me um exemplar?

Amanhã, se o espaço deixar, deve sahir no D. de N. a minha replica ao Zé Maria Rodrigues. Já lá está ha mais de oito dias. Dirá, depois, da sua justiça — embora nada me tenha dito a respeito da resposta.

Adeos. Do c. m.^{to} am.º

A.P.

(1) Revista cujo primeiro volume saiu em Coimbra em Março de 1926 e o último em 1940. Foi dirigida por Branquinho da Fonseca, J. Gaspar Simões e José Régio. Era como nela própria se dizia antiacadémica e antiliterata. Teve como colaboradores personagens grandes da nossa cultura como Fernando Pessoa, Miguel Torga, Vitorino Nemésio, Almada Negreiros e outros. Referência ao artigo de Adolfo Casais Monteiro, «O que Alfredo Pimenta pensa da Cultura, e o que nós pensamos da cultura de Alfredo Pimenta», inserto no vol. 37, ano sexto, Fevereiro, 1933, pp. 15-16.

(2) António Tomaz Boto (n. 1900). Poeta e prosador.

(3) Luciano Pereira da Silva (1864-1926). Professor da Faculdade de Matemática de Coimbra onde leccionou a cadeira de Mecânica Celeste. Dedicou-se ao estudo dos des-

cobrimentos portugueses sobretudo à influência da Astronomia. A obra *A Astronomia dos Lusíadas* foi editada pela Imprensa da Universidade em 1915. A sua correspondência para o Prof. Joaquim de Carvalho foi publicada em 1984, por José Barbosa no *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, vol. 39, pp. 41-90.

48

Alfredo Pimenta
Lisboa

[3-4-33]

2.^a feira.

Meo querido Amigo: — está melhor? M.^{to} obrigado pela sua carta q. me tirou de apprehensoens. A vida tem-me sido tão ingrata — (ou tão justa, para os meos grandes defeitos!) q. eu estou sempre à espera de desgostos, aborrecimentos e quesilias. Só me surpreendem, verdadeiramente, as venturas. As desventuras estão no meo programma. Mas ainda bem q. o ceo está limpo.

Recebi o n.^o da *Presença*. M.^{to} obrigado. Li-o de longe, quando me cheirou q. andavam ferraduras no ar. Estes satellites do Panasca môr são phantasticos de atrevimento idiota. Eu também ja fui atrevido. Mas nunca fui idiota! Estes typos accumulam.

Aguardo as coisas novas q. me anuncia. Dalgumas já dei fê, por ahi nas livrarias. E aguardo, com alvoroço, a sua visfca á Torre do Tombo. Adeos. Desejo m.^{to} sinceramente as suas melhoras definitivas, e peço-lhe q. me creia todo seo m.^{to} am.^o grato

A.P.

49

Alfredo Pimenta
Lisboa

[6-5-33]

6.^a feira.

Meo querido Amigo: — já está mais desocupado — depois dos doutoramentos (D e coisas correlativas?)

Sinto-me esquecido, posto de banda, como inútil; mas não lho levo a mal — pois q. quem sou eu e q. sou eu?

Ha no Rio de Janeiro, no Ministerio dos Extrangeiros — das Relaçoens Exteriores com elles dizem, um sujeito, amigo vosso e meo amigo, Jayme Cardozo, q. ha um anno q. não me larga para eu lhe enviar um exemplar dos *Estudos philosophicos e criticos*. Até já escreveo ao Ricardo Jorge para q. este incerviesse junto de mim. Tenho estado a ver se encontro nos alfarrabistas algum exemplar barato. Nenhum. Quer ter a bondade de me mandar um, para aquelle effeito? Eu sempre queria satisfazer os desejos do homem.

Vejo-o mettido numa Comissão directorial dum jornal politico (?). Dou-lhe os meos pezames mais sentidos. Vai-lhe acontecer o q. aconteceo á pobre D. Carolina: assumir responsabilidades de actos q. repugnam ao seo feito e ao seo carácter. Os homens como

Cartas de Alfredo Pimenta

o meo amigo só servem aos garotos dos jornais para melhor atirarem as suas pedradas. Fiel ás suas ideologias da mocidade? — está bem Mas para quê atirar com o seo nome limpo e amado para a fogueira maldita onde tudo é lama ou sangue? Adeos.

Do C. m.^{to} grato.

A.P.

(1) Doutoramento dos Profs. Agostinho Campos (*Honoris Causa*) e Vergilio Correia, ocorrido a 2 de Maio de 1933, e em que o Prof. Joaquim de Carvalho fez o elogio dos novos professores.

(2) Trata-se do *Diário Liberal*. Este jornal, crítico do regime ditatorial que existia, saiu à luz pela primeira vez em 1932, sob a direcção de Evaristo de Carvalho. Joaquim de Carvalho integrou o Conselho de Redacção a partir do n.º 191 saído em 13 de Maio de 1933.

50

Alfredo Pimenta
Lisboa

[15-5-33]

Domingo.

Meo querido Amigo: — Até q. enfim q. tenho noticias suas directas. Indirectas devo tel-as logo pelo Caetano Beirão. Claro: os pezames não são — nem podiam ser — por attitudes ou pela ostensividade delias: foram e são porq. prevejo q. terá q. soffrer solidariiedades compromettedoras. Já os homens do- *Diário da Noite* O o beliscaram discretamente pelas suas palavras da Salla dos Capellos (2) — e tomou a sua defeza o... *Diario da Manhã O*, órgão do governo. Se o seo jornal se mantiver numa posição de correcção, nas criticas, nas apreciações, na lucta, — não ha motivos para pezames. Mas se elle continuar as tradiçoens e acamar adar-se com as *Republicas* (4), *Montanhas* (5), *Diários da Noite et Reliquia* — então é caso para nós, q. o estimamos, e o respeitamos e o admiramos, vestirmos os mais carregados crepes. O tempo o dirá.

Não. Não vou a Coimbra — por falta de recursos. O orçamento está m.^{to} apenado. E por m.^{to} barata q. fique a viagem, sempre se gasta. De resto, não era pelo curso q. eu iria. Nada me prende ao curso de bacharéis q. se formaram em 1908. Mesmo não sei bem de o. curso sou: entrei a Porta Ferrea (6) em Outubro de 1899. Sou deste curso pela entrada; sahi a Porta Ferrea em Agosto de 1908; sou deste curso pela sahida. Mas andei no 1.º anno com o curso de 1900 e com o de 1901. Andei no 2.º anno com o de 1901; e com o de 1902 e com o de 1903. E foi com este q. atravessei o Oceano sem empeno — até chegar ao *Post tot tantosque labores* e *Nunc nihi agre gratias* do meu tempo. De modo q. fico sempre embarçado diante deste problema de alta metaphysica: — a q. curso pertença? Deixo isso para os historiadores... Mas se pudesse ir a Coimbra iria para o ver, para o abraçar, para ver os Gerais (7), a Salla dos Capellos, a Bibliotheca (8), a Capella (9), as minhas aulas, e de ouvir a Cabra (10), e saber se ainda é viva certa Izabellinha hieratica e ligeira, engommadeira da Rua da Trindade, e se existe ainda o Bento da Rua de S. João, e o filho burro como uma pedra, e se ainda empresta dinheiro a D. Leonor do Favas, e se o Mondego ainda é lindo e tranquillo e vagaroso... mas não posso. Limito-me a, quando passo para

Guimaraens ou venho de Guimaraens, dizer adeos a Coimbra, de longe, no Comboyoo...

Não senhor. O *Boletim de Trabalhos Historicos* G¹⁾ não implica mudança de vida; já agora morrerei aqui, desterrado, esquecido e vencido... Adeos. M.^{tas} saudades do seo do c. m.^{to} grato.

A.P. 1 2 3 4 * 6 7 8 9 10 11

(1) Jornal republicano. Publicou-se em Lisboa em 1932 e 1933, dirigido pelo Coronel Manuel Maria Coelho. A. Pimenta refere-se a uma parte do discurso proferido por J. de Carvalho na Sala dos Capelos em que elogiava a inteligência de Agostinho Campos e que o *Diário da Noite* de 4 de Maio de 1933, na sua secção «Comentários» criticou. O *Diário da Manhã* de 5 de Maio na secção «Ao de leve» tomou a defesa de Joaquim de Carvalho.

(2) Sala da Universidade de Coimbra onde se realizam os actos mais relevantes da vida académica como doutoramentos, abertura solene das aulas, doutoramentos «honoris causa», tomada de posse do reitor e outros.

(3) órgão da União Nacional. Saiu à rua pela primeira vez em 1 de Abril de 1931, sendo seu director Garcia Pulido.

(4) Jornal diário fundado pelo republicano António José de Almeida em 15 de Janeiro de 1911. Publicou-se com pequenas interrupções até 1975. Jornal de oposição à Ditadura, por ele passaram nomes como Raul Brandão e Norton de Matos.

(5) Diário republicano do Porto cujo primeiro número saiu à luz em 1911. Foi um importante órgão de difusão das ideias republicanas, sobretudo no norte do país.

(6) Porta dupla de acesso à parte antiga da Universidade de Coimbra, construída no séc. XVII. Ricamente adornada com colunas estriadas e esculturas em nichos, alusivas aos reis de Portugal e às quatro Faculdades maiores: Medicina, e Leis no portal da frente e Teologia e Cânones na fachada interior do pátio.

(7) Parte da Universidade antiga, hoje pertença da Faculdade de Direito, formando um pátio independente com arcadas e onde funcionavam as *aulas maiores* do antigo Estudo Geral.

(8) Também chamada Biblioteca Joanina por ter sido construída no tempo de D. João V. É composta por 3 salas comunicando entre si por 2 arcos. A decoração dos tectos, dos arcos e das estantes é feita em talha ricamente adornada com pinturas de inspiração chinesa. Ai estão guardados os livros mais antigos e raros da Universidade de Coimbra.

(9) Situada no Pátio da Universidade entre a Biblioteca Joanina e a Torre. É de estilo manuelino manifesto tanto no portal como na ornamentação da Capela-Mor. O tecto é decorado com «arabescos» e as paredes revestidas a azulejo. Nela se realizam ainda hoje as cerimónias relacionadas com a Universidade: Missa pelos professores e alunos falecidos, bênção das pastas, etc.

(10) Sino da Torre da Universidade cujo toque ritmava a vida universitária. Tocava ao crepúsculo, durante o ano lectivo a anunciar a hora de recolher (para os caloiros) e a hora de estudo, de manhã a hora do início das actividades lectivas. Toca ainda hoje diariamente de manhã e à noite e ainda quando do falecimento de docentes e alunos, nos doutoramentos, nas visitas de personalidades e outras festividades académicas.

(11) Revista fundada em Guimarães por Alfredo Pimenta em 1936 que ainda hoje se publica anualmente. Pimenta permaneceu seu Director até à data do seu falecimento.

Cartas de Alfredo Pimenta

51

Alfredo Pimenta
Lisboa

[28-5-33]

Sabbado.

Meo querido Amigo: — os seus amigos e colegas do jornal q. traz, na cabeça, o seu nome limpo, querem deitar nas nossas relações o lodo próprio das suas almas, e afastar, incompatibilizadas, duas creaturas q. através de todas as diferenças ideológicas e confessionais sempre mantiveram as mais affectuosas e leais relações de amizade e boa camaradagem intellectual.

Não sei se o conseguirão. Já conseguiram q. eu cortasse as relações com o Hernani Cidade, pois q. a despeito das duas cartas q. me escreveo e lhe envio, o jornal continua a tratar-me como eu nunca consentiria q. em jornal meo V.^{as} ex.^{ias} fossem tratados C).

A sua clara intelligencia dispensaria talvez q. eu lhe dissesse isto: não posso acceitar, por uma questão de sensibilidade e de amor próprio, q. o jornal q. tem o nome de Joaquim de Carvalho me trate, como se fosse o jornal do Paulo Freire (1 2) ou do Ribeiro de Carvalho (3), ou de qualquer meliante deste genero.

Se o seu nome limpo cobre enxovalhos e asserções injustas, justificados estão os enxovalhos e asserções torpes dos garotos. Se a sua amizade por mim, se a consideração q. tantas vezes, e de tantas formas tem manifestado por mim, são compatíveis com as grosserias e torpezas q. o seu jornal já tem estampado a meu respeito, então confesso-lhe q. não entendo nada da sensibilidade dos mais novos do q. eu.

Q. me discutam á vontade — dentro das normas da correção e do respeito q. devem merecer 50 annos gastos a soffrer e a lutar. Agora q. sejam, para mim, garotos, á sombra do seu nome — não!

Ignoro onde isto vai parar. Mas desde criança q. me habituei a situações claras, e repugnaram-me sempre machiavelismos, cobardias, hypocrisias. Desconhecer-me-hia por completo se me visse, nesta altura da vida, capaz de qualquer dessas coisas feias.

...Mas, francamente, está provado q. não é possível os homens limpos dominarem os garotos e irresponsáveis?

Adeos. Com q. profunda, infinita tristeza, eu lhe escrevo esta carta!

Do c. m.^{to} grato e inútil amigo.

A.P.

(1) Alfredo Pimenta refere-se ao *Diário Liberal* de 17 de Maio de 1933 que na secção «Livros» faz uma referência elogiosa a uma apreciação feita por Magnus Bergstrom a Alfredo Pimenta em que o apelida de «pseudo-crítico». O redactor do *Diário Liberal* por sua vez, considera Alfredo Pimenta um escritor pretensioso e acusa-o de ter feito graves injúrias a alguns escritores que no passado se impuseram na panorama literário português por obra de valor.

(2) João Paulo Freire. Jornalista e director do *Diário da Noite*.

(3) Ribeiro de Carvalho. Jornalista e director da *República*.

ARCHIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

R.P.

5.ª feira

Meo querido Amigo: — recebi, ao sahir de casa, a sua carta. M.to obrigado por quanto me diz nella. Eu não quero q. me poupem; quero q. me respeitem. Quero q. me discutam como o meo amigo faria, se me discutisse, como eu farei se o discutir um dia. E *au dessus de la mêlée*, m.^{to} am.º grato.

A.P.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[30-6-33]

6.ª feira

Meo querido Amigo: — antes de mais nada, isto m.^{to} claramente exposto: nem por sombras eu pedi q. me enviasse em folhas os *Dispersos* do Sarmento O). Julgava q. o livro estava prompto — e porisso fiz o pedido. Não me julgue inconveniente, não?

Estou a organizar material para um voluminho: *Introdução á vida de Jezus* (1 2): exposição e critica das fontes judaicas e pagãs, feita num plano puramente agnóstico. Ha sobretudo um aspecto — o de Flavio Josepho (3) q. quero tratar desinvolvidamente. Em portu - guez, não ha nada no genero. Se eu a redigir — quer ficar com ella?

E agora — estamos no principio de Julho. Não se esqueça, por Deos. Porq. no dia 1 — uma lettra; no dia 12, outra lettra; no dia 20, juros de hypoteca. É de arrasar. Tudo o q. puder é auxilio.

E adeos. M.tº grato do c.

A.P.

(1) As obras dispersas de Martins Sarmento foram reunidas em volume e publicadas pela Imprensa da Universidade em 1933.

(2) Esta obra não chegou a ser publicada.

(3) Flávio Josefo (séc. I d. C.). Historiador judeu organizador da resistência da Galileia à invasão romana tornou-se mais tarde defensor dos imperadores romanos.

Cartas de Alfredo Pimenta

54

Alfredo Pimenta
Lisboa

[21-7-33]

5.^a feira

Meo querido Amigo: — Com um grande abraço m.^{to} grato incluo a carta dirigida ao Administrador da Imprensa.

Os *Vinculas* não dão mais nada, pois não? Pregunto isto porq. por mais duma vez me fallou em q. queria dar-me 2 contos. E eu quero tirar da lista dos meos proventos possiveis futuros qualquer quantia emanada dahi, se não ha mais nada a receber.

No verão, acabo a versão do *Proslogio*. Não é sem tempo.

Como tem passado? Têm-lhe dado m.tos aborrecimentos essas canceiras dos Actos? O Deos queira q. não demore m.^{to} a sua ida para os areais de Buarcos. Eu vou para os pinhais, se Deos quizer, no dia 1 de Agosto.

Do c. m.^{to} amigo.

A.P.

(1) Nome dado ao exame final de cada ano dos cursos universitários.

55

Alfredo Pimenta
Lisboa

[26-7-33]

3.^a feira

Meo querido Amigo: — nunca lho quiz dizer — porq. não era a hora. Digo-lho neste momento, porq. a verdade e a justiça mo impõem: se a *Imp. da Univ.* ainda está de pé, deve-o unicamente e exclusivamente ao Gustavo Ramos q. a defendeo, com tenacidade e decisão, das tentativas de extincção. Neste momento em q. elle desce as escadas do ministerio 0), é bom q. a Imprensa da Universidade saiba o q. lhe deve.

Como passa? Eu ando desnorteados. A minha filha está outra vez doente. Hontem, casou-se o meo filho. Tristezas, angustias... Pobre fim de vida! ¹

(1) Gustavo Cordeiro Ramos, então Ministro da Instrução Pública pediu a sua demissão do cargo em 25 de Julho de 1933, sendo substituído pelo Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[28-7-33]

5.^a feira

Absolutamente Confidencial

Meo querido Amigo: — aqui tem a historia q. pode servir-lhe para apreciar os homens, mas de q. se não pode servir, divulgando as fontes de que emana a instrucção. Entrego tudo isto á sua consciencia de homem de bem. Vai sem considerações nem commentarios.

1.º

Quando foi da greve académica que se deo como estimulada pelo meo amigo, no Conselho de Ministros, propôs-se a sua demissão de Administrador da Imprensa, mascarada com a dissolução da Imprensa. O Gustavo Ramos, allegando o prestigio da Imprensa e o seo prestigio pessoal e administrativo oppoz-se terminantemente. Dias depois, como se voltasse a insistir no caso, o Gustavo Ramos decidiu para evitar mal maior, demittil-o de Director da Bibliotheca.

2.º

Quando foi da amnistia, como o Ramos, antes de a votar, desejasse saber quem era beneficiado, o Manuel Rodrigues C¹) observou-lhe: é singular q. V.^a Ex.^{ia} esteja com isso, quando não foi capaz de tirar a casa ao administrador da Imp. da Univ., tendo jelle _ insistido a greve. Ao q. o Gustavo Ramos respondeo q. o não _ fizera porq. não devia fazel-o.

3.º

A Imp. já podia ter a estas horas a machina q. por intermedio da Academia Real das Sciencias, o Gustavo Ramos lhe arranjou, quando a tirou da Typ. da B. Nacional. Mas ha uma grande má vontade contra o Administrador da Imp. da Univ. por parte de quem pode suppôr. D'ahi a dança e contradança de contas e pareceres, etc. Aqui tem. Não há mais nada.

Do seo am.º do c.

A.P.

P.S.

Faça o favor de dizer se recebeo esta carta.

N.B. Esquecia-me: allegou-se também q. editava obras da esquerda. O Gustavo Ramos lembrou o meo nome e o do Prefaciador do *Annais do Guerreiro* (1²).

(1) Manuel Rodrigues Júnior (1889-1946). Professor catedrático de Direito e politico. Era então Ministro da Justiça.

(2) Trata-se de Artur Viegas, pseudónimo do jesuita António Antunes Vieira, prefaciador da obra de Fernão Guerreiro *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Japão... nos anos de 1600 a 1609*, reeditada pela Imprensa da Universidade em 1930-31. Artur Viegas era anti-republicano chegando a ser preso aquando da Revolução de 1910.

Cartas á Alfredo Pimenta

57

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Déos. Guimaraens

[5-8-33]

6.^a feira

Meo querido Amigo: — assigno a *Hist. de Port.*, dirigida pelo D. Peres (^x), mas só a recebo, quando venho para Guimaraens. De sorte q. só ha dous dias, li, por alto, a sua collaboração no vol. IV (^{1 2}). Não me surpreheendo, portanto, a sua apreciação da posição do Duarte Leite relativa á Cultura Scientifica do Infante (³), mas para mim, o ponto mais fraco delle é o q. se refere ao Plano das índias. Sobre a cultura do Infante, a gente *suppõe*; sobre o elle ter pensado nas índias, a gente *tem a certeza* (⁴). O Vignaud (⁵) ladrão permanente de Duarte Leite, na sua furia de destruir a figura do Infante, recullou textos imprescindiveis.

Estou desolado com o 2.^o vol. dos *Estudos*. As provas pararam ha mezes—e não sei onde iremos ter com estes vagares. Não podia, mesmo de Buarcos, dar um apito, para a Imprensa se lembrar de mim?

Voltando á *miscellania* (⁶) — quem está m.^{to} magoado por não ter sido convidado, é o Ricardo Jorge. Mesmo mais do que magoado: offendido. Eu não soube dar-lhe outra explicação q. não fosse a de esquecimento.

...Bem. Vá lá conquistar a pulso esses 1.000 metros de mar, e depois deixe-se cahir na somnolencia salutar dos bemaventurados — porq. bem precisa. Em grande brisa pachorra, faça o favor de dar noticias.

P.S. Vou lêr, quando me sentir melhor, o seo estudo sobre a Philosphia portuguesa medieval, e em especial sobre o Pedro Hispano.

A.P.

(1) Damião Peres (n. 1889). Historiador e professor universitário. Dirigiui, juntamente com E. Cerdeira, a edição da *História de Portugal*, de Barcelos, em 8 vols, entre 1928 e 1938.

(2) É da autoria de Joaquim de Carvalho o cap. II sobre *Instituições de Cultura* e o cap. VII *Cultura Filosófica e Científica*.

(3) Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950). Historiador e político republicano. Formado em Matemática só tardiamente se dedicou ao estudo da história pátria, publicando em 1921-23 vários artigos na *História da Colonização do Brasil*. Todas as suas obras relativas aos Descobrimentos foram incluídas na *História dos Descobrimentos*, obra póstuma, em 2 vols. Duarte Leite escreveu nos meses de Julho e Agosto de 1933 no *Diário Liberal*,

vários artigos sobre a cultura científica do Infante D. Henrique, em resposta às críticas de Alfredo Pimenta.

(4) A figura do Infante D. Henrique é uma das mais discutidas da história de Portugal. No entanto essas discussões surgiram recentemente dado que desde a *Crónica da da Guiné* de Azurara até ao séc. XIX desenvolveu-se todo um processo de mitificação do Infante. Exemplo disso é o próprio Oliveira Martins. Não surpreende que no presente século alguns historiadores se dessem à árdua tarefa de rever tudo o que a historiografia juntara durante quatro séculos sobre o Infante, para libertar a verdade histórica da ganga de lendas que a envolveu. Vários estudos resultaram desse esforço, devidos a António Sérgio, Jaime Cortesão, Duarte Leite e mais tarde a Magalhães Godinho. Procuraram situar a figura do Infante no conjunto da problemática do tempo, surpreendendo-o nas suas reacções ao meio. Aparece como um homem de acção, interessado pelas navegações, movido por razões de ordem económica, política e religiosa e a que seriam alheios objectivos científicos.

(5) Henry Vignaud. Historiador norte-americano. Dedicou-se ao estudo de todos os assuntos relacionados com a descoberta da América e a vida de Cristóvão Colombo, tendo escrito mais de uma dezena de obras sobre estes temas.

(6) Deve tratar-se de *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*.

58

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Déos. Guimaraens

[14-8-33]

2.^a feira

Meo querido Amigo: — quando eu era, não digo sylphide, mas candidato a tritão e me sacudia, contente e feliz, precisamente nas agoas amováveis do Atlântico — desde a Povoia de Varzim, praia da minha infancia até á Figueira, ou melhor até Buarcos, praia da minha mocidade, nesse mar dos Palheiros q. fica em frente a uma casa q. era, e não sei se ainda é, da marquezia de Pomares, — nesses tempos, também me succedeo sentir vertigens ao sahir, pingante e a bater o queixo, do seo das ditas agoas. Attribui o caso a entrar-me agoa fria nos ouvidos, sensiveis, pelo visto, em demasia, á friagem das agoas. Oxalá q. possa dizer o mesmo para se não vêr privado do seo kilómetro de prazer... C¹).

Está melhor ou não?

Absolutamente de accordo, quanto ao Infante. E foi mesmo essa a tecla q. mais repeti. Um ignorante não escolhe colaboradores competentes. Quanto ao plano das índias, são os chronistas quem o affirma. O Vignaud é q. procura desvirtuar o caso, e o Duarte Leite foi atraz d'elle.

Tenho estado em jejum completo de leituras q. me prendam. Quasi só leio as gazetas estrangeiras — a minha salada temperada: o *Temps* (2), a *Croix* (3) e a *Action Française* (4) — para poder manter a secção da *Nota internacional* (5) do *Diario de Noticias*. Mas lá para o dia 20 — regresso, pouco a pouco ao trabalho commedido. Já desesperei de voltar a ser o mesmo q. fui antes da minha quebra de ha dois annos. E a transformação q. soffreo o meo ambiente domestico com o casamento dos meos dois filhos veio agravar a minha melancholia. Eram, pela alegria esfusiante, pelo bom humor q. os não abandonava, os sois da casa. Foram-se. Agora, nós dois, cançados — com a nossa querida doente a procurar distrahir-nos e alegrar-nos, mas sem poder ir m.^{to} longe, porque a saude lhe falta... Sol

Cartas de Alfredo Pimenta

q. declina. Poente q. o accentua. Noite q. se approxima. E eu sinto já q. vou um pouco à *la derive*, e q. o barco adorna... É porisso q. eu sou um tanto ou quanto impaciente (quicá impertinente!) em relação ao meo livro q. queria ver publicado antes de cerrar os olhos.

De sorte q. lhe peço o grande favor de insistir com o Nazareth para q. não se descuide.

Fico ancioso á espera da sua passagem por aqui. Nada tenho para lhe dar como compensação da alegria q. me causará vel-o: nem o tradicional copo de vinho — porq. o vendi todo no principio do anno, mas terá o canto da fonte, e o rumor das oliveiras, a sombra das arvores, uma cadeira no jardim, e a amizade m.¹⁰ sincera e grata do seo do c.

A.P.

<i>(1) Referência ao passeio a nado que, em férias, diariamente o Prof. Joaquim de Carvalho fazia entre a praia e as traineiras fundeadas na baía de Buarcos.</i>

(2) *Jornal diário liberal fundado em Paris em 1861, considerado um órgão da III República. Os seus artigos de política externa grangearam-lhe grande prestígio entre o público francês e estrangeiro. Deixou de se publicar em 1942 devido à ocupação alemã. Depois da libertação, em 1944, surgiu um novo jornal com as mesmas características, o *Le Monde*, que ainda se publica.*

(3) *Jornal diário católico fundado em 1833 pelos Agostinhos da Assunção em França. Tal como o *Le Temps* também o *La Croix* deixou de se publicar durante a ocupação alemã, reaparecendo em 1945, como vespertino. Tornou-se então o principal órgão da imprensa católica francesa.*

(4) *Jornal diário cujo primeiro número veio à luz a 21 de Março de 1908. Jornal de direita, combatia as ideias liberais e democráticas e preconizava a restauração da monarquia tradicional e anti-parlamentar. Teve como seu director Charles Maurras. A sua publicação foi proibida em Agosto de 1944, após a libertação do jugo alemão.*

(5) *Pequena nota sobre política internacional que Alfredo Pimenta mantinha no *Diário de Noticias*.*

59

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[20-8-33]

Domingo

Meo querido Amigo: — vi hontem no *Diario de Noticias* de 6.^a feira (os jornais chegam-me aqui com 24 horas de atraso) q. sahio o III fase. da *These da Infanta* do José Maria Rodrigues — separata do *Instituto*.

Não recebi o *Inst*. Não recebi a separata. E estou com certo desejo de ver a III carga do Padre. Peço-lhe m.¹⁰ encarecidamente o favor de dar ordem já para Coimbra para q. me enviem um exemplar duma ou doutra coisa. Como vai de saúde? Já navega outra vez?

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Déos. Guimaraens

[30-8-33]

4.^a jeira

Meo querido Amigo: — estamos no fim de Agosto — e nem urna pagina mais de provas do meo livro! Parece q. lhe passcu por cima o Lethes C¹) com todos os matadores! É horrivel.

Não recebeo a minha conferencia sobre o Sarmento? (2) Mande-lha ha um par de dias. Ter-se-hia extraviado?

Então o seo irmão das Americas (3) não se resolve a dar urna volta, sem ser a IV.^a volta (4), por estas bandas? Ante-hontem cahiram-me aqui de chofre quatro raparigas — todas lindas!, amigas da minha filha, vindas de Lisboa, em passeio turistico, com a familia. Dois automóveis e alegria de juventudes felizes q. dava para quatro. Foi uma chapada de sol radiante q. cahio aqui na Madre de Deos durante meia hora. Como tem passado? As vertigens foram-se?

(1) Era na mitologia grega um dos rios do inferno cujas águas muito calmas faziam esquecer o passado a quem as bebia.

(2) Trata-se la conferência «Martins Sarmento, literato e historiador» proferida por A. Pimenta no dia 25 de Junho de 1933 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, na sessão comemorativa do centenário do nascimento de Martins Sarmento. Foi depois editada por José Fernandes Júnior.

(3) Dr. Júlio de Carvalho, médico. A sua vasta livraria foi doada à Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, dela fazendo parte numerosas obras de História de Arte. Desta doação destaca-se uma colecção de cerca de 70 gravuras de Callot (1592-1635), e outras de autores anteriores, talvez única no país.

(4) Alusão à IV Volta a Portugal em bicicleta que se realizou de 20 de Agosto a 10 de Setembro de 1933.

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[6-9-33]

4.^a feira

Meo querido Amigo: — benvinda a sua carta! Porq. eu estava com cuidado, se bem q., outro dia, por acaso, lhe tivesse bispado a sombra viva na primeira columna do seo jornal. Pena é q. não tivesse alargado o seo *raid* ameno até estas paragens amenissimas. Então — para a outra vez se Deos o permittir. Agradeço-lhe as suas expressoens sobre a minha conferencia. Mas, em relação ao seo reparo, ousou chamar a sua atenção para isto: eu não tratava, não podia tratar, porq. era invadir terra alheia, o Sarmento archeologo: competia ao Joaquim Fontes C¹) fazel-o. E por signal q. o fez dum modo lastimoso. Tive, pois, q. circunscrever-me ao Martins Sarmento litterato (polemista, poeta, folhetinista...) e ao Sarmento historiador (?). Aquella piquena incursão q. fiz pela interpretação da Pedra Formosa (2) foi

Cartas de Alfredo Pimenta

incidental, e a proposito dos processos scientificos do grande investigador. Mas discordo do parecer do Virgilio Correia ⁽³⁾, porq. encontro entre o Schliermann ⁽⁴⁾ e o Sarmento, diferenças fundamentais — mais imaginativo, o primeiro, mais positivo, o segundo. Mais *aprioristico*, o allemão, mais *postprioristico*, o vimaranense.

O q. eu gostava era de conhecer a opinião do V. Correia sobre a questão da Pedra Formosa. E adeos. Até breve. Até sempre. Grato am.º e ad.ºr

A.P.

(1) Joaquim Moreira Fontes (1892-1960). Professor da Faculdade de Medicina e arqueólogo. Aquando do centenário do nascimento de Martins Sarmento pronunciou uma conferência sobre o tema «Martins Sarmento e a Arqueologia».

(2) Pedra ornamentada encontrada na citânia de Briteiros que Martins Sarmento filiava na arte micénica. Mais tarde descobriu-se datar apenas da época céltica o que alterou a datação da própria citânia. A. Pimenta refere-se aqui à polémica gerada entre os arqueólogos quanto à sua função na citânia.

(3) Virgílio Pinto da Fonseca Correia (1888-1944). Arqueólogo, etnógrafo e historiador da arte. Professor da Universidade de Coimbra, e Director do Museu Machado de Castro. Implementou e orientou as escavações das ruínas romanas de Conimbriga.

(4) Henrich Schliermann (1822-1890). Arqueólogo allemão. Descobriu algumas estações arqueológicas cretenses e micénicas. Supervalorizava as suas descobertas chegando a pensar ter descoberto vários monumentos descritos nos poemas homéricos.

62

Alfredo Pimenta

[20-9-33]

Casa da Madre de Deos. Guimaraens

4.ª feira

Meo querido Amigo: — agradeço-he profundamente sensibilizado a expon caneadade da sua carta e os sentimentos q. ella traduz. Penalisa-me deveras q. tivesse tido motivo para ma escrever — tão longe ando da batalha miseranda q. por ahi vai. Sahi em defeza dos professores da Universidade G) e, q. eu saiba, só me appareceo, atascado de Cartaxo e de postas de bacalhau, um tal Rocha Martins ⁽²⁾, *chanteur* profissional. Foi a proposito disso q. o seu jornal me aggredio?

A repetição do feito redunda mais em desprestigio dos Directores q. dão ordens q. não são acatadas, do q. propriamente do meo nome. A mim, isso doe-me pelos dois nomes q. estão á frente do jornal e com quem tenho as melhores relaçoens. Enquanto V.ªs ex.ªs se limitarem a instrucçoens nos bastidores — os garotos não desarmam.

Como tem passado? Fizeram-lhe bem as ferias? Déos o queira. Do meo livro nada, nada, nada! Nazareth amigo bebeo o filtro do Lethes ___ e eu para aqui estou, de volta a Lisboa, sem uma linha a mais do meo livro. Adeos. Um grande abraço m.º am.º e grato.

A.P.

(1) Referência à polémica gerada à volta da *Mensagem do corpo docente da Universidade de Coimbra* assinada pela maioria dos professores da Universidade acerca da situação financeira e pedagógica dos docentes universitários. Solicitava-se nessa representação

Revista de Historia das Ideias

a contratação de mais professores a fim de aliviar a carga horária, o aumento dos vencimentos e a concessão de certos privilégios ao professorado universitário. Alfredo Pimenta tomou na polémica a defesa dos professores. (Cf. «Tribuna Livre - Professores Universitários». *A Voz*, 7 Set., 1933, p. 1 e 2; 9 Set., p. 1 e 2; 11 Set., p. 1 e 6 e 16 Set., p. 1 e 6).

(2) Francisco José Rocha Martins (1879-1952). Escritor, historiador e jornalista. Rocha Martins escreveu sobre este tema no *Arquivo Nacional* «Carta aos lentes de Coimbra que esperam receber mercê».

63

Alfredo Pimenta
Lisboa

[24-10-33]

3.^a feira

Meo querido Amigo: — estou pasmado. Hontem, á noite, disseram-me q. o Nazareth emigrou, por cumplicidade na publicação duma coisa abjecta q. li, e q. teria sido feita nas Officinas da Imp. O). Não é o facto de encontrar combatividade num velho q. está á porta dos 70 annos, q. me surprehende: é a natureza especial do caso, porq. me chegou ás mãos o n.º do pamphleto de 5 de Outubro, em q. ha coisas q. ninguem tem o direito de escrever, e um velho de 70 annos não pode patrocinar. Dizem-me q. pelo mesmo motivo, o Armando Cortesão^(1 2) seguio o caminho do Nazareth.

Eu já não me entendo neste mundo. Comprehando todas as attitudes ideológicas, ainda as mais extravagantes, porq. a Intelligencia é manancial abundante de chymeras e disparates, e teimo em anthropocentrisar constantemente. Mas as grosserias, as escorrencias fetidas de calumnias ou injurias, essas magoam-me, porq. tenho filhos, e entendo q. não ha o direito de sujar os olhos innocentes de innocentes.

Já não me entendo neste mundo. Assisto, compungido, ao espectáculo desagradavel de ver o meo amigo com o prestigio do seo nome honrado, da sua situação brilhante, ser constantemente desautorizado pelos garotos do seo jornal q. manifestam dum modo singular o mais completo desprezo pelas suas instrucções, pelas suas directrizes, pela sua orientação. Hoje como hontem, a Insolencia prevalece sobre a Intelligencia. Hontem, eram o França Borges⁽³⁾ e o Arthur Leitão⁽⁴⁾ q. amesquinhavam o Junqueiro⁽⁵⁾ e o Theophilo, q. achincalhavam o Bruno⁽⁶⁾, o Basilio⁽⁷⁾, etc. Hoje são os garotos do *Liberal* q. passam por cima de Joaquim de Carvalho — e é o Nazareth a solidarisar-se com quem não hesita em trazer para as paginas duma folha, o nome duma mulher. *Potestas tenebrarum!* Deos permitta q. nada destas coisas tristes passe perto da sua sombra. E como chefe de familia e como professor q. deve servir as suas ideias. Deos o ampare e ampare a sua casa.

Adeos. Do seo m.^{to} inútil am.^o e ad.^{or}.

A.P.

(1) Trata-se do jornal clandestino e de opposição ao regime de Salazar *A Labareda*.

(2) Armando Zuzarte Cortesão (1891-1977). Historiador, cartógrafo e professor na Universidade de Coimbra. Publicou os *Portugaliae Monumenta Car to graphica*, em 6 vols. Redactor e organizador do jornal de opposição *A Labareda*, emigrou, por razões politicas, em 1934 para Londres onde viveu até 1946.

(3) António França Borges (1871-1915). Jornalista e politico republicano. Trabalhou nos jornais *Vanguarda* e *Lanterna* e fundou o diário *O Mundo*.

Cartas de Alfredo Pimenta

- (4) Artur Leitão (1874-1941). Jornalista, médico e político republicano. Foi um dos fundadores do *República* e do jornal de caricaturas *O Espectro*.
- (5) Abílio Manuel da Guerra Junqueiro (1850-1923). Poeta e político.
- (6) Sampaio Bruno (1857-1915). Nome literário do filósofo e jornalista José Pereira de Sampaio. Militou no Partido Republicano desinteressando-se da política em 1911.
- (7) Basílio Teles (1856-1923). Ensaísta e teórico republicano.

64

Alfredo Pimenta
Lisboa

[27-10-33]

6.^a feira

Meo querido Amigo: — a esse respeito, descanse. A nenhuma das pessoas com quem fallei sobre o caso ouvi q. o meo amigo pudesse ter responsabilidades no acontecimento. Todas deploravam sim q. o q. se deo pudesse trazer-lhe aborrecimentos e complicaçoens — na hypotese de a Imp. estar envolvida na composição ou impressão da Gazeta. Nada mais. Pode o meo amigo crêr q. a sua situação moral, entre os seos adversarios proximos, os monarchicos, e os seos adversarios remotos, os republicanos dictatoriais, é perfeita. Deploram, por exemplo, q. se tenha prestado a dar o seo nome para urna Gazeta q. de facto não dirige, nem, pela distancia, pode dirigir, — como ainda hontem, o Antonio Baião, mas todos fazem justiça á rectidão das suas intençoens e á nobreza dos seos sentimentos, a não ser os q. lhe querem mal.

E — ponto final.

Desejo m.^{to} do coração q. os caprichos da Fortuna o deixem viver tranquillo entre os seos livros, as suas obrigaçoens de professor, as suas canceiras de chefe de familia, e as suas preoccupaçõens de intelligencia... q. tudo isso é mais do q. sufficiente para lhe encher a vida. Sabe q. sou seo amigo. Avalia a sinceridade com q. lhe falo. Adeos. Em postal, disse já q. recebi os livros, e agradeçi-os. Renovo os meos agradecimentos.

Sempre do c. am.^o e ad.^{or} m.^{to} grato

A.P.

65

Alfredo Pimenta
Lisboa

[31-10-33]

3.^a feira

Meo querido Amigo: — tenha a bondade de me responder, se pode ou quer, a isto: é verdade q. os drs. Joaquim de Carvalho, Virgilio Correia e Aurelio Quintanilha O) *se recusaram* a assignar a representação dos professores da Universidade — estando, portanto, fora do numero dos q. por ausentes, o não fizeram?

E se se *recusaram*, posso saber o motivo da recusa? Bem sabe: apreciador, ás vezes, dos acontecimentos publicos, eu gosto de ver a noção exacta das coisas.

Dizia o Wilde (2) q. as perguntas nunca são inconvenientes:

Revista de Historia das Ideias

as respostas é q. podem sel-o. É o caso. Se entende q. não deve responder-me, não responda. Adeos. O maior abraço de m.^{ta} amizade e da inútil admiração do seo

A.P.

(1) Aurélio Quintanilha (1892-1987). Professor Catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra, demitido, por razões políticas em 1935 do cargo de Director do Jardim Botânico e Professor da Universidade. Foi colaborador da *Seara Novo* e continuador do Prof. Júlio Henriques na publicação do *Boletim da Sociedade Broteriana*.

(2) Oscar Wilde (1854-1900). Escritor irlandês.

66

Alfredo Pimenta
Lisboa

[2-11-33]

5.^a feira

Meo querido Amigo: — approvo as suas razoens. Nem no q. escrevi em defeza da Universidade estão coisas q. impliquem discor-dancia daquellas razoens. Não analysei a mensagem. Julguei-a em con júnceo — mais sob o ponto de vista da situação dos Professores do q. outra coisa — mesmo porq. foi esse o aspecto porq. a encararam os garotos q. a apedregaram — Rocha Martins á frente. E a sua recusa a assignal-a tornada publica sem qualquer explicação leva o homem da rua a suppôr q. o meo querido Amigo está em oppo-sição áquillo q. os outros combatem nella.

Deve ter reparado q. as expressoens q. lhe merecem censuras, na mensagem, ainda não surgiram na mesa dos criticos q. ella tem tido.

E na primeira — na da «hora q. passa» (C¹), eu não vi nada, porq. a «hora q. passa» tanto pode ser a de Moscovo como a de Roma. Andamos todos tão baralhados em conceitos e expressoens, q. apetece fugir para a serra, e fechar os ouvidos aos clamores.

Do coração m.^{to} grato pela sua carta. Adeos. Sempre am^o inútil

A.P.

A proxima Cultura (2) trata do erasmismo de Gil Vicente, a proposito da edição das *Obras* da Imp. Depois, diga-me o q. pensou.

A.P.

(1) Extracto da *Mensagem do corpo docente...*

(2) Alfredo Pimenta, «Cult. Estrang. Cult. Port.», *Obras completas de Gil Vicente*, anotadas por Marques Braga. Vol. I — *Obras de Devacon*, edit. Imprensa da Universidade Coimbra, 1933, *Diário de Notícias*, 11/11/1933.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[28-12-33]

4.ª feira

Meo querido Amigo: — a sua carta cruzou-se com a minha. Agradeço-lha. Recebi já o livro do Mario Brandão C¹). M.^{to} obrigado. Não lhe escrevi logo, porq. ha oito dias q. ando ás voltas com o Colombo (2), a escrever um largo artigo a proposito do volume da Cidade de Genova (3) agora sahido. A Universidade não recebeu um exemplar?

Quanto ao meo opusculo — conversaria se houvesse vagar. Juridicamente, e historicamente, como monarchico estou no bom lugar. O D. Miguel (4) nunca foi intruso. Intruso foi o mano (5), depois q. se fez brasileiro, e inimigo da sua patria. O regresso do ramo miguelino ao throno era tão somente o regresso á logica e á legitimidade. O Senhor D. Manoel (6) jurou a Carta, é certo. Mas as circunstancias mudaram o juramento, até canonicamente (já o demonstrei com largueza) caducou.

Quanto á Dictadura estamos de accordo. Q. os republicanos a acceitem, portanto, para se acabar de vez com toda miseria de andarmos aos tiros uns aos outros como bandidos das selvas americanas.

Quanto a S.^{to} Amonio (7) — tenho pena, mas não estou de accordo. Para o não dizer, passei em claro, o seo estudo da *Hist. de Port.* (8). Citaçoens, em prégadores, e da Idade Média, não dizem nada. A substancia dos sermoens, sim, essa podia prestar-se a uma these, á sua these, se na verdade delia emanasse valor erudico. Agora as citaçoens — podem ser de ouvido, ou de outros sermoens. Na Idade Média, a copia mutua era processo licito. O meo livro parou? Adeos. Saudades sem fim.

E o Bataillon?

Do c.

A.P.

(1) Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão (n. 1900). Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, historiador e director do Arquivo da Universidade de Coimbra.

(2) Cristóvão Colombo (1451-1506). Navegador nascido, supõe-se em Génova, viveu durante algum tempo em Portugal onde casou com uma filha do navegador Bartolomeu Perestrelo. Ao tentar chegar á India por um caminho mais curto por Occidente, descobriu, ao serviço dos reis de Espanha, a América.

(3) Referência ao livro *Cristóbal Colón — Christophe Colomb* publicado pelo Instituto Italiano das Artes Gráficas e patrocinado pela cidade de Génova. Neste livro tenta-se demonstrar a tese de que Colombo era natural de Génova.

(4) D. Miguel (1802-1866). Filho de D. João VI e da rainha Carlota Joaquina. Chefe dos absolutistas pôs termo á experiencia liberal iniciada em Portugal com a revolução de 1820, chegando após a Vilafrancada e a Abridada a ser aclamado rei.

(5) Alfredo Pimenta refere-se a D. Pedro que foi o 1.º Imperador do Brasil e viria a ser rei de Portugal com o nome de D. Pedro IV.

(6) D. Manuel II (1889-1932). Último rei de Portugal deposto pelo movimento republicano de 5 de Outubro de 1910.

(7) Santo António de Lisboa (1190-1231). Também chamado Santo António de Pádua onde faleceu. Doutor da Igreja, foi professor em universidades estrangeiras como Bolonha, Montpellier e Tolosa. Grande orador pregou nomeadamente em França na época em que crescia a heresia dos albigenses. Os seus *Sermões* foram publicados em Pádua entre 1895 e 1903.

(8) J. de Carvalho, «Cultura Filosófica e Científica,» in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, pp. 475-528.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[12-1-34]

5.ª feira

Meo querido Amigo: — o Snr. Alberto Pessoa O) escreve-me a dizer-me q. lhe remetteu o original da resposta mais do q. legitima q. eu lhe enviara, na sua qualidade de Secretario da Comissão Redactorial do *Instituto*, visto, segundo elle diz, não ser mais do q. simples Administrador da Revista.

Assim, vejo-me obrigado a importunal-o, para lhe pedir o favor de dar ordem para q. me enviem provas do meo artigo (2). A minha lettra é um desastre, e a materia é bastante grave, para q. sejam toleráveis deslizes typographicos.

Como tem passado? Eu com estas cataplasmas de falta de probidade com q. aquelle pulha do José Maria Rodrigues tenta eno-doar-me o nome, não me tenho constipado, apesar do frio. Do mal o menos...

Impressionou-me profundamente a dupla tragedia do Alexandre do Amaral (3). Deos permitta q. os dois desgraçados se salvem. Adeos. Um grande abraço m.^{to} affectuoso do seo do c.

A.P.

(1) Alberto Cupertino Pessoa (1883-1942). Médico e professor da Universidade de Coimbra. Era então o secretário da comissão redactorial d' *O Instituto*.

(2) Trata-se de «A these da Infanta nas Liricas de Camões», *O Instituto*, 4.ª série, n.º 1, vol. 16 (1934). É um artigo de resposta ao que José Maria Rodrigues publicou nos n.ºs 4 e 5 do vol. 15, sobre esta temática.

(3) Referência ao incidente ocorrido em 10 de Janeiro de 1934 em que o capitão Alexandre dos Santos do Amaral, professor da Escola Central de Sargentos de Águeda, tentou pôr termo à vida e no qual ficou também ferida sua esposa. (Cf. *Diário de Coimbra*, de 11/1/1934).

Alfredo Pimenta
Lisboa

[13-2-34]

Domingo

Meo querido Amigo: — um grande abraço m.^{to} amigo e grato pelas páginas sobre o Erasmo q. fez o favor de me enviar pelo João Ameal O). Mas nada influem no meo ponto de vista sobre as influencias de Erasmo (2) em Gil Vicente. O q. ellas servem á maravilha é para provar a falta de carácter do erudito, a não ser q. fosse, no tempo, coisa indifferente á honra propria — elogiar para receber dinheiro (3).

Agora — uma coisa de m.^{to} interesse e urgente, se dá licença: — pode-me arranjar na Imp. a obra de Direito Civil do Liz Tei-

Cartas de Alfredo Pimenta

xeira (4) q. foi sempre ahí editada? São trez volumes de comentarios ao Pascoal J. de Mello Freire (5). Talvez esgaravetando nos armazéns se encontre algum exemplar ao abandono. Era grande favor.

Adeos. Saudades. Abraços do sempre grato

A.P.

(1) João Ameal (1902-1982). Pseudónimo do historiador João Francisco de Sande Barbosa de Azevedo e Bourbon Aires de Campos. Pertenceu ao Integralismo Lusitano.

(2) Erasmo de Roterdão (1466-1536). Célebre humanista, filósofo e pedagogo cristão, autor de obras como o *Elogio da Loucura*, o *Manual do Soldado Cristão* e outras, cuja influência se sentiu em toda a Europa.

(3) Referência ao facto de Erasmo ter dedicado a sua obra *Chrysostomi Lucubrationes* a D. João III de Portugal.

(4) Liz Teixeira, *Curso de Direito Civil português ou Commentario às Instituições do Snr. Paschoal José de Mello Freire*. Parte I e II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1845.

(5) Pascoal José de Melo Freire dos Reis (1738-1798). Professor da Faculdade de Leis de Coimbra.

70

Alfredo Pimenta

Lisboa

[24-4-34]

Domingo

Meo querido Amigo: — mas q. rico presente! Epistolas, palavras amigas, não me manda. O meo livro parou. Deo um suspiro ha mais dum mez e recaiho na lettargia terrivel. Passam os dias, as semanas — passa a minha vida, e já começo a desesperar de ver o 2.º vol. dos *Estudos philosophicos e criticos* na rua e Paciencia. Ao menos, se eu fechar os olhos — tenha a bondade de olhar por elle, para q. não fique eternamente adormecido.

Em compensação, o presente de hoje. Mas q. rico presente. A traducção directa do Colerus (1); e aquelles artigos do Nogueira (2) — tudo bom. A sua introducção — magnifica, e não precisava de vir assignada. Pela forma e pela substancia (material e formalmente, como se dizia na Escola) não podia ser doutro. Mas extranhei q. nem o Lucio de Azevedo (3) nem o meo amigo alludissem á edição do Colerus q. vem á frente da edição do Espinoza do Saisset(4). E por esta razão: porq. este dá um titulo ao trabalho do Colerus m.¹⁰ diverso do q. o meo amigo indica. Q. confusão!

A proposito: porq. não encarrega alguém de traduzir para portuguez o livrinho de Carl Erdmann, *Das Papsttum nar Portugal?* O Eu conheço-o de referencias, mas gostaria de o lér todo. Podia encarregar disso o nosso franciscano q. traduzio o Geyser (6).

Saúde? Desejo-lhe m.¹⁰ do coração. É verdade. Tenho vergonha. Mas ando com appetite de ter os vols, todos das *Obras sobre mathematica* de Gomes Teixeira (7), de q. já me mandou o tomo V. Porq.

Revista de Historia das Ideias

não se ficou o sabio por alli? Porq. quiz lavrar também noutros campos onde quasi só semeou joio? Adeos. Do C.

A.P.

P.S. Nunca recebi o vol. VI das Memorias do Castilho q. vi hontem na montra -das Livrarias. Licet?

A.P.

(1) Tradução da obra de João Colerus (n. 1647), *Vida de Bento de Espinosa*, feita por J. Lúcio de Azevedo e com introdução de Joaquim de Carva'ho, editada pela Imprensa da Universidade em 1934.

(2) Deve tratar-se da obra de José Maria António Nogueira, *Esparços. Arqueologia, Emografia, Bibliografia e História*, publicados pela Imprensa da Universidade em 1934.

(3) João Lúcio de Azevedo (1855-1933). Historiador.

(4) Saisset traduziu, em 1903 para francês, as obras de Espinosa.

(5) Carl Erdmann. Escritor alemão. Dedicou-se ao estudo da Idade Média tendo publicado vários artigos sobre Portugal entre os quais *Das Papsttum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte*, editado em Berlim em 1928 e traduzido para português por J. Providência Costa, em 1935, com o título *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*.

(6) Padre Luis Feliciano dos Santos.

(7) F. Gomes Teixeira, *Obras sobre Mathematica*, 7 vols., Coimbra, 1904-1915.

71

Alfredo Pimenta

Lisboa

[30-4-34]

2.ª feira

Meo querido Amigo: — m.tos abraços pela sua carta — signal de q. já está livre da grippe, e da cabulite. Ora agora queira Deos q. nem uma nem outra voltem. O livro do Erdmann começou a ser traduzido na Biblos? (x) Nunca dei por tal. E fui hontem vêr os volumes — e ou estou cego — ou lá não vem traducção nenhuma. Foi-o no *Boletim do Instituto alemão*? (1 2) É possível, mas esse nunca o recebi. Pode mandar-me os numeros q. tiverem sahido ou pelo menos aquelles em q. ande a traducção do Erdmann?

Pode arranjar-me os vols, não esgo:ados do Gomes Teixeira?

Continuo á espera das provas do meo livro. Deos queira q. consiga demover a inercia ou a atrapalhação do typographo ou chefe da officina. Calculo a falta do Nazareth (3). Mais imperdoável é q. se tivesse mettido no q. se me;teo. Quando um homem é o braço direito duma casa, — da sua ou de qualquer instituição, não se pertence a si proprio, e porisso deve por amor daquelles q. serve, evitar os prejuizos q. a sua falta acarreta. É isso q. nos leva a todos os sacrificios pela familia — até àquelle de pouparmos a vida, quando a vida nos pesa. Não concorda? Já está no D. de N. a Cultura em q. fallo da *Vida do Espinoza* (4). Adeos. Saudades. Abraços am.ºs e gratos do

A.P.

(1) Revista da FaciPdade de Letras
1925 e que ainda actualmente se publica.

(2) *O Boletim do Instituto Alemão*

de Coimbra, cujo primeiro volume saiu em
da Faculdade de Letras de Coimbra iniciou

Cartas de Alfredo Pimenta

a sua publicação em 1926 e dele saíram 10 volumes, o último dos quais em 1943. A tradução de J. da Providência Gosta da obra de Carl Erdmann foi incluída nos vols. III e IV.

(3) Cândido Nazaré foi obrigado a emigrar, em 1934, por razões políticas.

(4) Alfredo Pimenta dedicou a «Cultura» do *Diário de Notícias* de 25/5/1934 à obra de João Colerus *Vida de Bento Espinosa*.

72

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Sabbado

Meo querido Amigo: — hontem, ao chegar a casa, recebi os livros q. teve a bondade de me enviar.

Ao folhear a Homenagem ao Leite de Vasconcellos O) — sorri, com a amarga ironia q. o lance requer. Recebera eu de manhã uma nota do Instituto de Historia e de Archeologia a insistir no pedido para lhe dar 20 mil reis para o busto do auctor das *Religioens da Lusitania*.

A final — tenho de me convencer de q. eu não sou de todo inútil se esportular 20\$000 — mas não sou conhecido sequer para se me pedir um trabalho para o volume da *Homenagem*. Vi na Comissão organizadora vários nomes q. podiam ter-se lembrado de mim. Não alludo ao do Claudio Basto (2) q. me distingue com a sua antipathia raivoza, nem ao do meo amigo q. me tem feito tanto, tanto, q. está dispensado de me fazer, a mais, seja lá o q. fôr. Mas ha lá nomes q. acho m.^{to} singular q. se tivessem esquecido de mim. Um trabalho teria dado — porq. me está ao alcance das forças; 20:000 não dou — porq. me vejo vexado. O Ronsardista de Bordéus (3) pediu-me com empenho q. colaborasse nas *Mélanges* q. os amigos e admiradores de todo o mundo lhe dedicam. E sou o unico portuguez q. lá figura — pelo q. elle me diz. Aqui, em Portugal, só me conhecem para me pedirem 20:000 para o busto do Leite de Vasconcellos...

E o meo livro? O Pinheiro Domingues escreve-me a perguntar quando sai, e a dizer-me q. o Afranio Peixoto ainda na manhã do dia em q. me escrevia, lhe fizera pergunta idêntica. Eu limito-me a perguntar-lhe a si meo caro amigo: e o meo livro? Será preciso me:ter o Espinoza na questão? Já está no D. de N. ha perto de um mez o folhetim sobre a *Vida* do Colerus.

Impressionou-me m.^{to} o seu prefacio á *Vita brevis* do Paço de Arcos. Pessoalmente o rapaz era-me antipathico por andar mettido com os Gamboas do *Novidades* (4) a pior raça de sacristas q. veio ao mundo, videirinhos como os q. melhor o são. Não gosto nada dos seus versos, e pareceo-me sempre possuidor da mania da superioridade — uma coisa q. eu abomino. Mas era, na sua especialidade

um erudito consciencioso, e a sua vida é uma tragédia horrorosa, pelo fragor do desabar de aspirações e sonhos. Adeos.

Do c. m.^{to} grato

A.P.

(1) *Miscelânea científica e literária dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

(2) Claudio Filipe de Oliveira Basto (1886-1945). Etnólogo, filólogo e jornalista.

(3) Paul Laumonier. Dedicou-se ao estudo da vida e obra de Ronsard publicando *Ronsard poète lyrique* (1909); *Étude critique sur la vie de Ronsard* (1910); *Tableau chronologique des oeuvres de Ronsard* e uma edição das obras completas do poeta.

(4) Tomás de Gamboa (1885-1950). Jornalista de *A União* e redactor principal desde 1925 do *Novidades*.

73

Alfredo Pimenta

Lisboa

6.^a feira

día da Pátria Livre

Meo querido Amigo: — então q. silencio é esse?! Nem uma palavra sobre o pedido q. lhe fiz relativo ao trabalho do Bourdon — *Erasmus et la Cour de Portugal!* (1) Está doente? Deos queira q. não.

E capaz de me obter o vol. 42 do Instituto? Tenho m.^{to} empenho nisso. É possível? Descobri duas cartas curiozas na Torre do Tombo: do Carlos IX (2) a D. Sebastião e ao Cardeal D. Henrique, a pedir, com o maior empenho, o habito de Christo para o Ronsard (3) «mon ami et féal». Lembrei-me de as publicar em *plaque* intitulada «Ronsard Cavalleiro de Christo» (4) — porq. não ha maneira de encontrar resposta do Rei ou do Cardeal, ou menção de q. lhe tivesse sido concedido o habito.

Quer publical-a? Levaria a photographia das duas cartas. A Carta do Cardeal está lida, porq. muito delia anda na leitura feita pelo J. Basto (5), a carta ao Rei anda-me nas mãos e sob os olhos ha oito dias, porq. os meos conhecimentos de paleographia franceza são rudimentares. Ainda assim, os paleographos da Torre dizem q. se eu a não ler ninguem a lerá. Está quasi toda lida, e espero em Deos q. com dois ou irez dias tenha tudo arrumado. Q. diz? Adeos. Por cá chove. Há tédio no ceo e no ar. Adeos. Do c. am.^o grato e ad.^{or} inútil

A.P.

(1) Não encontrámos qualquer obra de Léon Marie-Antoine Bourdon com este titulo. (Cf. Albert-Alain Bourdon «Bibliographie portugaise de Léon Bourdon», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, 1982).

(2) Carlos IX de França, rei de 1560 a 1574.

(3) Pierre de Ronsard (1525-1585). Poeta humanista francês.

(4) Alfredo Pimenta publicou este trabalho intitulado *Pierre de Ronsard foi Cavalleiro de Christo?* nas *Mélanges offerts à Paul Laumonier* saídas em Paris em 1835.

(5) Deve tratar-se de João Pedro da Costa Basto (1828-1898). Paleógrafo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e co^oborador dos *Portugaliae Monumenta Historica*, editados por Alexandre Herculanio e Rebelo da Silva.

Cartas de Alfredo Pimenta

74

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

2.^a feira

[10-7-34]

Meo querido Amigo: — intriga-me o seo silencio. Logo q. tive conhecimento do caso da Imprensa (x), escrevi-lhe a manifestar-lhe o meu sentimento, e a dizer-lhe os meos sentimentos.

Até agora, não tive uma palavra sua. Compreendo q. sobrecarregado com os trabalhos de exames não tenha dois minutos seos. Mas hontem foi domingo. E hoje, nada.

Se puder, dê ordem para q. me enviem o ultimo catalogo da Imprensa; tenciono tentar publicar uma *Cultura* consagrada aos serviços q. prestou a Imprensa, sob a sua direcção — e como so escreverei esse artigo em Guimaraens, para onde parto, se Deos quizer, na 2.^a feira q. vem, de hoje a oito dias, preciso de lá ter o Catalogo q. é o unico recurso de q. disporei para não me escaparem algumas obras editadas. O artigo sahirá? Pode ser q. sendo *Cultura* do D. de N. as cavalgadas da censura mo não embaracem.

Recebi o q. me mandou. Então o *Tratado de Finanças* do Jardim (2) está esgotado?

Ádeos. Saudades. Abraços do c.

A.P.

P.S. O meo livro tornou a cahir ao poço? ou é medida de ordem geral?

Q. ha a tal respeito? Em Outubro, na rua, os meos *Elementos de Hist. de Port.*

(1) A Imprensa da Universidade foi extinta pelo art.º 38.º do decreto-lei n.º 24 124, publicado no *Diário do Governo* de 30 de Junho de 1934. Por esse decreto considerar-se-ia extinta a Imprensa da Universidade a partir de 1 de Setembro.

(2) António dos Santos Pereira Jardim (n. 1821). Professor da Faculdade de Direito de Coimbra. A sua obra *Principios de Finanças segundo as preleções feitas no anno de 1868-1869*, foi reeditada pela Imprensa da Universidade em 1904.

75

Alfredo Pimenta

Lisboa

[14-7-34]

6.^a feira

Meo querido Amigo: — Só tenho pena de não ser merecedor dos privilegios q. tem por exemplo o Hippolyto Raposo (x) q. recebeo uma grande carta sua. Paciencia. Aguardo a minha vez...

Por cá, cada um explica a extinção da Imp. a seo modo. Até hontem ouvi dizer q. fora extinta por o meo amigo não ter querido aceitar a pasta da Instrucção q. lhe foi offereida.

... Mas, já agora, q. vejo extinta a minha casa editora e, inutilizado o carinhoso mecenato q. Joaquim de Carvalho exercia em relação ao meo nome — é preciso aproveitar o q. está — e para isso lhe envio a ultima dose de original q. deve entrar na ultima parte do livro q. se chama, salvo erro, *Critica Litteraria*. Valorisa

Revista de Historia das Ideias

o volume, e salvo-o do olvido. Faça o favor de, pela ultima vez, ser bondoso para mim, e, dessa forma, de o incluir entre o original q. ahi está.

Acabei os *Elementos de Historia de Portugal*, hontem. Na 2.^a feira, safo-me para Guimaraens. Podem as provas do meo livro desabar á vontade sobre a minha mesa, q. as não demorei. Adeos. Saudades affectuosas do

A.P.

(1) **HipóMto Vaz Raposo (1885-1953).** Escritor, professor e jornalista. Monárquico, pertenceu ao Integralismo Lusitano de que foi um dos fundadores.

76

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[3-9-34]

2.^a feira

Meo querido Amigo: — Calculo o q. devia ter sido essa hora — para o seo coração e para o seo espirito. Console-o, porem, a idea, a certeza de q. m.^{ta} gente q. está de fora do seo sector ideológico, o acompanha, e lastima q. se tivesse feito o q. se fez.

Quanto ao meo artigo, já escrevi para Lisboa, a perguntar o q. ha. É claro q. se não for publicado, farei^ tudo por obter, pelo menos, a prova da censura — e offereço-lha. É um artigo sem lamechices, mas creio q. lhe agradará, por todos os motivos C¹).

E porq. está entregue nas suas mãos amigas o meo livro, espero em Deos q. se salvará. O prazer de o ver editado pela Imprensa da Universidade, esse tiraram-mo (2). Ao menos q. não me tirem a magra compensação de o ver na rua. Desejo-lhe m.¹⁰ do coração umas ferias tranquillias dentro das possibilidades, e faço votos pelas suas melhores venturas e de todos os seos. Adeos.

Um grande abraço do seo do c.

A.P.

(1) O artigo referido acabou por sair no *Diário de Noticias* de 8 de Setembro de 1934.

(2) Da obra de Alfredo Pimenta, *Novos Estudos Filosóficos e Críticos* estavam já impressas 300 páginas quando foi extinta a Imprensa da Universidade sendo as restantes concluidas na Imprensa Nacional, em 1935.

Cartas de Alfredo Pimenta

77

Alfredo Pimenta

[15-10-34]

Casa da Madre de Déos. Guimaraens

Domingo

Meo querido Amigo: — a quem o diz! Isso de mudar urna livraria é um inferno. E a sua existencia é, effectivamente, um tram-bolho e um pezadello, para quem é judeu errante á força. Mas eu pensava q. podia ficar na mesma casa G), ainda q. é claro, pagando renda. Porq. não se tomou essa sahida para o problema?

Deixa-me apprehensive e desgostoso a noticia q. me dá sobre o meu livro. Se a memoria me não falha, o Decreto ^(1 2) dizia q. as obras começadas seriam concluidas pela Imp. Nacional ⁽³⁾. Não ha discriminaçoens a fazer. Mas a burocracia é teimoza e estúpida. Gostava q. me dissesse se o não contrariava q. eu escrevesse ao Salazar ⁽⁴⁾ a contar-lhe uma consequência da medida q. tomou: a inutilização de 300 paginas impressas dum livro meo e daquella natureza. Podê ser q. elle, como legislador (no meo tempo ensinava-se q. a intenção do legislador é elemento exegetico) esclareça o director da Imprensa. Mas não faço nada, sem o seo *nihil obstat*. No entanto, faça tudo. meo querido Amigo, por me salvar esse livro. Só Deos sabe se terei tempo para escrever outro! A minha *Historia* ⁽⁵⁾ deve amanhã sahir para a rua — a affrontar os latidos das matilhas, e a sujeitar-se á apreciação dos competentes. Desde já lhe agradeço os bons desejos de me discutir. Creio q. não haverá m.tas discordancias, tão objectiva ella é. Devo passar ahi no Rapido da noite cto dia 25, *si Dieu le veult*. M'as não se incomode: é tão pouco tempo. Já decidi: não vou para Friburgo ⁽⁶⁾. Tenho medo de morrer por lá longe dos q. amo e me querem. Para quê? É tudo poeira e illuzão... Adeós.

Do c. m.^{to} grato

A.P.

(1) Casa contígua à Imprensa da Universidade destinada a servir de moradia o o seu Director, e que Joaquim de Carvalho teve de deixar após a extinção da Imprensa. Est- casa de estilo pombalino, talvez exemplar único em Coimbra, foi demolida nos anos 40 restando apenas uma grande árvore canforeira no jardim.

(2) Decreto n.º 24 440, de 29 de Agosto de 1934 que regulamentou a extinção da Imprensa.

(3) Imprensa criada pelo Marquês de Pombal em Lisboa por alvará de 24 de Dezembro de 1768 com o nome de Impressão Régia ou Régia Officina Tipografia. Designa-se actualmente Imprensa Nacional /Casa da Moeda. A sua principal função foi, desde o início, promover e difundir a cultura através de edições a preços reduzidos. Os bens da Imprensa da Universidade após a sua extinção foram incorporados na Imprensa Nacional.

(4) António de Oliveira Salazar (1889-1970). Professor Universitário e político. Era desde 1932 Presidente do Conselho. Principal sustentáculo do Estado Novo, governou com mão de ferro a sociedade portuguesa até à sua morte.

(5) *Elementos de História de Portugal*, editado em Lisboa pela Imprensa Nacional de Publicidade em 1934.

(6) Cidade suíça. Alfredo Pimenta foi convidado para leccionar na Universidade de Friburgo, convite que não aceitou por razões de ordem familiar.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[19-11-34]

Sabbado

Meo querido Amigo: — soube, hoje, por mero acaso, q. o meo Amigo informara alguém de q. os professores da Faculdade de Letras dessa Universidade «diziam mal» dos meos *Elementos de Historia*. Não se trata de uma questão pessoal: trata-se da apreciação duma obra. Não fica mal aos senhores professores dizer o q. pensam, como não me fica mal a mim pretender conhecer esse pensamento.

Em nome da nossa velha amizade venho pedir-lhe o grande favor de me transmitir as apreciaçoens dos seos Collegas — para eu me defender, se tenho defeza, ou me corrigir, se mereço correccão.

Tenha paciencia, mas agora, não me deixe para aqui na ignorancia dessas criticas. Tem passado bem? As maiores saudades do seo m.^{to} do coração

A.P.

Alfredo Pimenta
Lisboa

[20-11-34]

Domingo

Meo querido Amigo: — Ora bem vinda, m.^{to} bem vinda, a sua carta!

Pedagogicamente: ao professor compete dizer q. tendo eu posto o Conde D. Henrique O no lugar de 1.^o Rei de Portugal, o novo D. Henrique é Henrique II (2); ao mesmo professor compete explicar porq. não inclui o chamado D. Pedro IV (3) no catalogo dos Reis de Portugal, mas q. deixei subsistir a designação de D. Pedro V, porq. é esse o nome q. tem na historia, como acontece a Papas q. têm nome q. não correponde effectivamente á ordem numérica, na serie. Também na ordem dos Reis, eu não indico o D. Pedro III (4) — e no entanto ninguem extranhou o D. Pedro IV. Mas *pedagogicamente*, só haverá isto, a censurar, no meo livro? Já não é mau.

Scientificamente...

Em 1.^o lugar, não segui o livro do Merea e do D. Peres (5) — porq. segui o programma dos Lyceos (6). Bom ou mau, é o Programma, q. respeitei, para não se dizer depois, q. o não... respeitava. Uma nação q. é? O problema é m.^{*0} complexo A nação é obra do Estado, como a nossa? O estado é obra de quem? Do Principe, como a nossa? Em todo o caso, a historia do Povo é producto essencialmente de quem a conduz. Sentimentos e ideas corporisam-se. A sua vida é portanto ligada essencialmente a quem a corporisa.

O *Zeitgeist* (7)? Algumas vezes alludi a elle, e até com insistência, quando expliquei os descobrimentos, quando expliquei o pombalismo (8), quando analysei o Absolutismo (9), quando expliquei a vassalagem á Santa Sé (10), no tempo do l.^o Affonso.

Liguei-me ás dynastias?! Onde e quando? Só quando enxerto, no cexto, as Chronologias. De resto não fallo nellas, não alludo a ellas.

Scientificamente...

Digo o q. digo em relação á Contra Reforma C¹¹) e ao Libera-

Cartas de Alfredo Pimenta

lismo (12) — e o meo amigo nem me applaude, nem me segue. Conhecendo como conhece as minhas ideas, suprehende-o q. não me possa applaudir nem seguir? Em todo o caso — trata-se de opinioens, e as opinioens valem o q. valem as opinioens. *Omni rationi...* etc., como se lê no meo *ex libris*.

Amofinar-me-hia q. me encontrassem erros, deturpaçoens de factos. Não mos aponta o meo amigo, não mos aponta ninguém. Se só me indicam e formulam dyscrepancias de criterios — o meo pobre livro pode ser *subjectivamente* discutivel, mas scientificamente é intocável. Porq. os criterios não entram na sciencia q. só abrange, em Historia, factos. E se o meo processo é digno das palavras q. lhe endereça, o seo espirito, tão culto — fico satisfeito, porq. quanto mais não fosse, tinha aberto o caminho a um processo novo de escrever a historia. Adeos. Um grande abraço, m.to reconhecido pela sua carta. Do c.

A.P. 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

(1) Conde D. Henrique. Quarto filho de D. Henrique de Borgonha. Casou com D. Teresa filha de D. Afonso VI de Leão que lhe concedeu o governo do Condado Portucalense. Deste casamento nasceu D. Afonso Henriques que viria a ser o primeiro rei de Portugal.

(2) Henrique II. Refere-se Alfredo Pimenta ao Cardeal Rei D. Henrique (1512-1580) que subiu ao trono após a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir.

(3) D. Pedro IV — A. Pimenta não inclui D. Pedro IV no catálogo dos reis de Portugal porque, na sua perspectiva, ao tornar-se Imperador do Brasil e ao chefiar o movimento de independência brasileira, perdeu o direito ao trono português. Daí que tenha sido um rei intruso e nunca um rei legítimo.

(4) D. Pedro III (1717-1786). Foi o 5.º filho de D. João V e tornou-se rei de Portugal pelo casamento com D. Maria I.

(5) Paulo Merêa e Damião Peres, *História de Portugal*, publicada em 1921.

(6) *Elementos de História de Portugal* foram escritos por A. Pimenta em quatro meses, como afirma no prefácio da obra, para os sujeitar a um concurso que lhe possibilitaria vir a ser adoptado como manual nos liceus da época. Essa a razão que o levou a elaborar a obra de acordo com os programas então vigentes no ensino liceal.

(7) Termo que aparece em vários pensadores alemães como Hegel, para designar o «espírito do tempo», o «espírito de uma época». A. Pimenta ao referi-lo como presente em vários momentos da história de Portugal ao longo do seu percurso, está a dar-lhe um sentido historicista, identificando-o com o «espírito do povo».

(8) Conjunto de processos governativos e de medidas tomadas pe' o Marquês de Pombal.

(9) Concepção metafisico-pohtica segundo a qual o poder e o Estado constituem o Absoluto ou se revelam como sua emanção directa e imediata, ou pelo menos traduzem quer na necessidade de hierarquia quer no centralismo do governo, um direito divino ou um direito natural, reflexos desse Absoluto. Embora se tenha convencionado chamar época do Absolutismo ao intervalo que decorre entre 1660 e 1789, na realidade tanto em teoria como na prática já aparece em embrião em sociedades muito anteriores.

(10) Atendendo à supremaciapolitica que o papado exercia na altura, e com o objectivo de conseguir um forte aliado para a consolidação da independência de Portugal, D. Afonso Henriques ofereceu o seu reino à Igreja romana. Declarou-se vassalo de S. Pedro e do Pontífice e comprometeu-se, por si e seus sucessores a pagar o censo anual de 4 onças de ouro e a não reconhecer outro dominio eclesiástico ou secular que não fosse a Santa Sé. O censo constituía, segundo as instituições feudais então dominantes, parte essencial e como que um sinal externo do preto de vassa'agem.

(11) Denominação criada no séc. XVIII para designar a resposta da Igreja Católica à Reforma protestante de meados do séc. XVI. A reacção católica foi levada a efeito pelo Concilio de Trento cujas determinações impulsionaram profunda renovação da Igreja, e por

diversas instituições religiosas como os barnabitas, teatinos, capuchinhos e sobretudo pe'os jesuítas. Outros meios importantes de que a Igreja Católica se serviu foi o estabelecimento do Tribunal do Santo Officio e o índice dos livros prohibidos, cujos efeitos foram sobremaneira sentidos em Portugal e Espanha.

(12) É simultaneamente uma teoria, uma doutrina, um programa e uma prática e fundamentalmente uma atitude do espirito face aos problemas colocados ao homem pela organização da vida em sociedade. Na essência, o liberalismo assenta na convicção de que o homem é livre e que na prática essa liberdade se revela no confronto com os seus opostos — despotismo, absolutismo, estatismo, corporativismo e colectivismo. O liberalismo encontrou a sua concretização entre os fins do séc. XVIII ou seja depois da Revolução Francesa, e a Primeira Guerra Mundial. Em Portugal os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que por diversas vias se foram introduzindo no país, acabariam por triunfar com a revolução de 1820.

80

Alfredo Pimenta
Lisboa

6.^a feira

Meo querido Amigo: — fizera o proposito de não lhe escrever sobre este assumpto — nem uma palavra. Mas as circumstancias forçam-me a modificar o meo parecer.

Trata-se dos meus *Elementos de Historia de Portugal*.

O editor, na 3.^a feira, mandou-me perguntar se podia desfazer as fôrmas typographicas da obra q. representam um empate grande de material. Corno não faço a mais pequena idea das ideas q. animam a comissão a q. o meo amigo preside, em relação ao meo livro a unica resposta q. pude dar ao editor foi q. esperasse mais uns dias — pois na Direcção geral me tinham informado q. o Relatorio do meo amigo chegaria depois de ferias.

Mas comprehendo q. o editor, daqui a algum tempo, volta a interpellar-me. Nestas condições, venho sollicitar-lhe o grande favor de promover o envio do seo Relatorio. Approvado ou Repprovado — é uma situação definitiva. Neste estado de oratorio permanente em q. estou desde Maio do anno passado — e sobretudo desde Outubro, é q. eu não posso dar decisão alguma.

O livro é admfttido? Não se desfazem as formas. O livro é rejeitado? Desfazem-se as formas, porq. a collocação da 2.^a edição é mais lenta. Sei — porq. a Direcção Geral mo disse, q. outros Relatórios seos já lá estão. O meo fica para o fim? Ponho diante dos seos olhos amigos estas consideraçoes, e espero q. as tome na sua singeleza e sinceridade.

Do seo m.^{to} amigo grato

A.P.

Cartas de Alfredo Pimenta

81

5.ª feira, meia noite

Meo ex.^{mo} amigo: — Ocoorreo-me, agora, ao mexer em calha-maços, esta: em 1937 é o 4.º Centenario da fixação definitiva da Universidade, — mater nostre et Domina! — em Coimbra.

Porq. não se hade celebrar condignamente esse facto? Com vagar e tempo pode-se talvez fazer uma coisa bella q. traduza acima de tudo a festa da Cultura portugueza, em todos os seos aspectos. O meo ex.^{mo} amigo q. está novo, q. tem qualidades q. o impõem e que ocupa um lugar q. lhe torna fáceis certas pretensoens — pode ser o animador, o realisador dessa obra. Lembro q. dos n.^{os} do Programma podia constar a publicação de um volume ou dois — *Homenagem á Universidade de Coimbra* O, constituído por estudos eruditos de todos os centros culturais do mundo.

Não me diga q. não. E tome sob o seo nome e cuidado esta idea, faça-a sua — e vamos a isso!

Hoje, pelo visto, lembrando-me disto, não perdi o meo dia, a não ser q. V. ex.^{ia} me diga dahi q. é uma tolice sem pés nem cabeça.

Adeos. Com as melhores lembranças, am.º e ad.^{or}

A.P.

(1) Este volume não chegou a ser publicado. Sairam, no entanto, várias obras sobre a Universidade de Coimbra, das quais se destaca a de Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbr. Esboço da sua historia*, Coimbra, Atlantida, 1937. As comemorações do IV centenário do estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra revestiram ainda a forma de conferências, doutoramentos «honoris causa», exposições bibliográficas e documentais.

82

Alfredo Pimenta
Casa da Madre de Deos. Guimaraens

[8-7-35]

Domingo

Meo presado amigo: — m.^{to} me conta! Então essa Comissão 0) nasceo para ser acephala? E o mais bonito é q. a victima sou eu — ha mezes a aguardar q. lhe nasça a cabeça, ou q. a cabeça lhe não crie raizes. O Peres (?) não quiz — e fez a unica coisa q. devia fazer. Agora é o meo amigo q. não quer — e não me atrevo a apreciar a sua recusa, porq. a não entendo. Já conhecia o livro; já o julgara, com toda a liberdade; já o louvara á vontade — o q. não ia de encontro ás suas opinioens politicas. E como era o unico livro, podia dizer o q. já dissera, e estava o caso arrumado. Quando ha meia duzia de dias soube da sua presidencia, fiquei contente. Afinal... paciencia. Então o meo livro é o unico? De tantas Historias q. por ahi andam, nenhuma bateo á porta do concurso? M.^{to} me conta!

Falla-me na edição académica do Pedro Nunes (3). Quando sai? Aguardo-a com anciedade. Falla-me ainda em vol. commemo-

Revista de Historia das Ideias

rativo do 4.º centenario da Universidade (4). Quando, ha annos, lhe fallei nisso, disse-me q. contava commigo, na altura propria. Tenho pena de q. não conte commigo, e se esquecesse de mim. Não me desilluda da sua amizade, ouviu? Ser-me-ia m.^{to} doloroso. Ha m.^{ta} gente encarregada disso.

Envio-lhe o folhetim sobre *Cartographia* (3). Pode deital-o fora depois de o ter lido, ou o têr, porq. tenho mais exemplares commigo. O Auctor gostou m.^{to} e ainda bem. Fui sincero e justo.

Quanto ao q. se passa no mundo na hora q. corre — receio q. se engane: a Inglaterra precipitou-se e perdeu a partida. Acho q. estamos a abusar em demasia das chymeras absurdas e das hypocrisias atrevidas. E é tempo de dizer à Gran Bretanha q. regresse ao *esplendido isolamento*, e q. deixe a Europa continental viver a sua vida normal. O q. se tem passado em Gênebra ultrapassa todos os limites da fantochada (5). E confrange-me ver o meo Paiz a desempenhar o papel q. lhe atribuiram os nossos amigos ingleses. Adeos. Saudades as mais affectuosas, do seo m.^{to} grato

A.P. 1 2 3 4 5 6

(1) A Comissão tinha como finalidade apreciar os livros que se apresentavam a concurso para poderem vigorar como manuais nos liceus. Alfredo Pimenta elaborou es seus *Elementos de História de Portugal* com esse objectivo. O parecer dessa comissão deveria ser enviado à Direcção Geral do Ensino Secundário.

(2) A. Pimenta deve referir-se a Damião Peres.

(3) Pedro Nunes (1502-1578). Matemático, cosmógrafo e professor na Universidade de Coimbra. A Academia das Ciências de Lisboa fez uma edição, em 6 vols., das suas *Obras*, entre 1940 e 1950.

(4) O 4.º centenario da Universidade comemora o estabelecimento definitivo da Universidade de Coimbra em 1537, no reinado de D. João III. Com efeito, a Universidade de Coimbra após a fundação no reinado de D. Dinis, foi várias vezes transferida ora para Lisboa ora para Coimbra, até que D. João III a estabeleceu definitivamente nesta última cidade, na data referida.

(5) A. Pimenta dedicou a sua «Cultura» de 8 de Julho de 1935 à obra de Armando Cortesão, *Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*.

(6) Alfredo Pimenta refere-se às medidas tomadas pela Sociedade das Nações, sediada em Genebra e manifestadas sobretudo pela Inglaterra. Essas medidas visavam o governo de Roma face ao conflito italo-etíope. As sanções, de que Portugal participou pelo facto de ter aderido à Sociedade das Nações, não resultaram e a Itália acabaria por anexar a Etiópia em Maio de 1936.

ABSTRACTS

Vataça's Personal Estate: A life made visible

Maria Helena da Cruz Coelho
Leontina Ventura

Based on the inventory of the personal estate of Dona Vataça — the descendant of Byzantine emperors and maid of Queen Dona Isabel of Aragon —, an attempt is made to know the domestic ambience that surrounded its possessor and to unveil some aspects of her life.

In the big room, which is still in fact an extension of the public sphere into the palace, the visible presence of cloths, tapestries and pillows is a clear sign of luxury and comfort, while table cloths and silverware would adorn the table at banquets and chess games would fill the leisure moments of a society that transfers its warlike ideals to the very inside of the home. In the bedroom, and kept in a chest, garments, jewels, books and religious objects remind us of both her wealth and her devotion. Luxury pervades everything, and manifests itself in such objects as jewels and precious stones, a rich library including about twenty volumes, of both profane and religious character, and also shrines and crosses — which in turn are proof to a devotion of franciscan inspiration as well as a deep relationship with the saints. In short, all the items of her personal property, with their multiple shapes, colours, and patterns, are in themselves the outward marks and symbols of the life of a «domina», a woman, and a believer — Vataça.

The present work comprises also a transcription of the source, a Table containing the quantification and description of the items, and a Glossary.

Portraits of Erasmus in a Portuguese Library

José V. de Pina Martins

Study of Erasmus iconography based on 39 portraits (XVI-XX centuries) belonging to a private Portuguese collector. All the Erasmian portraits go back to a triple iconographic origin: Aventin Metsijs, Hans Holbein and Dürer.

*Ecclesiology and the Presuppositions and Prerequisites
of church Reform and Revival according to Franz von Vitoria*

Ulrich Horst

In recent research Vitoria's ecclesiology has not received the attention it deserves. It has rarely been taken into consideration that he is one of the great theorists on ecclesiastical reform in the decades before the Council of Trent. It can be shown that his *Relectiones* on the nature and the authority of the state have to be valued as elements of a reform project of European dimensions.

In the attempt to realize the great programme Vitoria even seeks alliance with the conciliarists, with whose ideas he has been well acquainted since his studies at Paris. No doubt, he wants to leave the Pope's *plenitudo potestatis* untouched, but in a way which gives the council an important part in the reform of the church.

Because of negative experience Vitoria does not expect any impulse for the reform from the Pope or the existing canon law. In his opinion the reform can only be brought about with the help of a council. He sees the main obstacle for the renovation of the church in the time's arbitrary practice of granting dispensens. To remove these grievances he wants the council to promulgate adequate *leges irritantes*. They should put the Pope under obligation as far as necessary to render any abuse impossible. In the event of the Pope refusing Vitoria concedes a right of resistance to the bishops.

The complex synthesis of Papalism and Conciliarism worked out by Vitoria should not be successful. The future belonged to a strictly papal ecclesiology. Therefore Vitoria, in this respect, was soon forgotten even in his own school.

*The Resignation of D. Frei Bartolomeu dos Mártires.
Theology and History*

P. Fr. Raul de Almeida Rolo

The renunciation on the part of Venerable Bartholomew of the Martyrs of the See of Braga is both an historical and theological problem, guided by the Archbishops sensitive conscience, enlightened by his fidelity to the theological doctrines which he held.

The motives of this action case constitute four authentic autobiographical notes:

1. The doctrine of obligation to accept bishopric, even if under constraint out of obedience to his superior. Therefore Father Bartholomew became bishop in obedience to the Provincial Fr. Luis de Granada.

2. The obligation to remain in the episcopal ministry as long as this was useful to his flock. Constantly opposed, Bartholomew heroically fulfilled his pastoral duty for more than twenty years.

3. The duty to renounce at the moment he would for whatever reason, no longer be able to help his people. That is what Bartholomew did when he defended his appeal to Gregory XIII, stating his age, ill health and his inability to direct fully the Church of Braga.

4. The last decision to retire to his priory in Viana was inspired by his doctrine of commitment to regular observance and to the use of ecclesiastical property for the benefit of the faithful who had contributed to it.

In search of the «paces» of the Inquisition (1573-1615)

Joaquim Romero Magalhães

To know the power of the Inquisition in the Portuguese society compels us to establish the limits of different periods because if this institution existed for 285 years, its dominance and its action have not always been the same, even if its form did not change. The differences in the «paces» must be analysed.

The analysis will be based on the following distinctive features: 1 — the institutional organisation; 2 — the agents and their spheres of action; 3 — the paces of the persecuting action and the types of crimes; 4 — the relationships with other powers (namely the State). Then we will try to follow the path of the institution between 1573 and 1615 both by showing the improvements in its repressive and preventive mechanism and by analysing the meaning and the internal consequences of the general pardon granted by the Pope in 1604.

1621-1634, Coimbra. The shock between sacred and profane

Elvira Azevedo Mea

After the general pardon of 1605, the new Christians had some indefinite time to prepare another behaviour, another strategy to the Inquisition — they get some important charges, above all at the ecclesiastic standard, getting too penetrate into the convents.

When arrive the time of «the big Coimbra's prisons», (1621-1634) a lot of important new Christians is arrested, such, Antonio Homem, André de Avelar etc. and we discover that some of the principal Coimbra's female convents are true judaism's nuts.

Through their proceedings we can see a lot of signs of the social and conventual life of that time and as the convents refuse to receive again the new Christians nuns, are excommunicated and surrounded by the civil authorities which cause a enormous scandal into the town.

The sacred and the profane in the sermons of Abraham a Sancta Clara. Reading notes on the book of the life and the damnation of Judas Iscariot: Judas der Erz=Schelm (1686)

Ludwig F. Scheidl

The authors intention is to clarify the aims and purposes of the German baroque sermons, based on the texts of the «Viennese» Abraham a Sancta Clara. Some approximations to the sermons of the Portuguese Padre Antonio Vieira are equally pointed out. The present study aims to point out: the principle of the «theatrical sermon» which has the pulpit as a stage and the orator himself as the principal actor; the value of the *exempla* (taken from the sacred and the profane sphere) in order to moralize the life and the habits of the congregation. The chosen texts of Abraham a Santa Clara, in which the sacred and the profane have their specific place, are taken from his sermon book «Judas. Der Erz = Schelm» (1686) and presented in Portuguese translation.

*The Brotherhood of Senhora do Carmo in Marmeleira
1.st half of the XVIIIth century*

Guilhermina Mota

The analysis of an account book of a rural Brotherhood, including other management notes, allows an insight into, the economic life of this sort of community: source of income, means of survival, management skill, resources handling.

The social structure is reflected, reproduced and strengthened in the community. On the other hand, acting as one of the few working of rural life it kept together and alive, vertical factors of unity and solidarity.

However this wouldn't avoid the erupting of struggles with other power structures or within the community itself.

*Popular piety — worship St. John the Baptist at
«Porta Especiosa» in Coimbrã's old cathedral (1744-1759)*

Alice Correia Godinho Rodrigues

The present work is part of a wider plan of research dedicated to the study of the popular religiosity in the diócesis of Coimbra during the first half of the eighteenth century.

The authoress studied with special care the «book that was used to register the offerings and masses which the devout offered to St. John, the Baptist, whose image still is above «Porta Especiosa». The article emphasizes the miraculous side and its cultural results taking into consideration the religious behaviour of the people.

*Death and wreck in XVIIIth century Portugal on the 1755
Earthquake*

Ana Cristina Bartolomeu d'Araujo

The 1755 Earthquake still holds an important place in Portuguese collective memory.

In the significant mass of Portuguese works published from 1755 to 1803 the event emerges as a moment of tightening of popular piety and mentality. The systematic study of themes and messages of that huge literary material and iconography, enables us to isolate and verify the significance of the different pictures and discourses around which the event is organized.

The acquired data points out to the vitality of one of the most wealthy sanctuaries of meridional baroque sensibility, at the exact time when the city of Lights, Pombal's Lisbon, is taking shape.

From natural states to social oppression

Ana Leonor Pereira

In this article the A. analyses the Rousseauian conception of historicity discerning three fundamental stages: the *state of pure nature*, the *state of nature* and the *juridical-political state*.

The *state of pure nature* is the paradigm at the basis of the methodological strategy of Jean Jacques Rousseau. From this paradigmatic world, Jean-Jacques organizes the *state of nature*, which culminates in the paradisiacal-natural society.

The arising of history, with the end of the *natural state* and the beginning of *social oppression* is set on motion by a fatal hazard. This leads to the reversal of the accident and to the Fall of humanity in historical time, i.e., the juridical-political state which is based upon private property and social division of work.

The Freemason: Man of the «Ilustración»?

José A. Ferrer Benimeli

The Masonry of the Enlightenment, seen as a school of human moulding, presents the possibility of identifying the freemason as the man of the «Ilustración».

The answer to this issue is given by some Mason philosophers; Lessing, Herder, Goethe, Fichte. Though, there isn't any significant testimony from other important Freemasons, such as Frederic II, Voltaire, Condorcet, Montesquieu and the Encyclopedists in general. The esoteric, cabalist, templarian rosecrucian and mistic branches, are the other side of a section of XVIIIth century Masonry, tentatively identified with the Bavarian Enlightened. «Ilustración» and Enlightenment are the two poles of a project of defining the Freemason as a man of the «Ilustración».

The Revolutionary Mentality

Michel Vovelle

This paper aims at a definition of the concept of Revolutionary Mentality in the context of the French Revolution. Reflection on G. Lefebvre's formula, that shows it torn between «Hope and Fear», it starts by analysing motions such as mob, violence and fear, to enlighten, in counterpoint, a system of positivist values — Freedom, Equality, Justice, not only proclaimed but experienced, around which the portrait of the republican «homo novus» is built. Then, it concerns the structuring and spreading of this sensibility through the press, clubs and the «on the spot» politicizing ways of the period.

Notice on a document concerning the political-religious history of Rio de Janeiro, at the time of the French Revolution

David Higgs

A Lisbon Inquisition summation of 1796 to Brazilian clerical commissaries to investigate a pharmacist and others in Rio de Janeiro accused of libertine propositions which ridicule religion is shown to be linked to the same repressive effort as that of the 1794 official enquiry of the city's Literary Society ordered by viceroy Resende. The text of the various propositions as well as the final report of

the investigating commissary provide examples of the structure of anti-religious remarks and readings at a time of fear of the philosophical and revolutionary mentality ascribed to France.

Religious language and political propaganda (1820-1823)

Isabel Nobre Vargues

The Sacred (v.g. religion) and *the Profane* (v.g. politics) are indissoluble aspects in Portuguese liberal society. Using a few specific examples — namely, a few prayers, credos, litanies, and gospels published by the press between 1820 and 1823 —, the author tries to show it by pointing at the use of religious language and formulas in political propaganda and by concluding that very same propaganda played an eminent role in a double process: the evolution towards laicization and the sacralization of the liberal revolution itself.

1848's social Christianity

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Universalism and ecumenism are values present in the romantic religion, to which the 1848 French Revolution supplies new strength by means of the idea of Fraternity. The symbiosis Christianity / Revolution is always present in the ideology of 48.

The *Republic* corresponds to the final, perfect state of human society; the *People* is man made God, word made flesh; the *Cross* is the symbol of mankind's emancipation and Christ the very image of the proletarian.

To overcome social and economic injustice, to strengthen democracy and, on the political level, to establish the Republic, are the main lines of the social creed that inspires republicans, democrats, utopian socialists and quiet a few liberals in 1848, taking as a model the Christian set of values.

Underlying many booklets of liberal tone, democratizing and republican propaganda — then illegally and anonymously circulating in Portugal — articles in progressive periodicals, and the poetry directly inspired by revolutionary movements and ideas, we can find this identification Religion / Republic, People / Christ, France / Messiah.

Social Christianity of 1848, 'populist' and utilitarian, acquires thus a revolutionary edge, immerses in a deep secular meaning and heretic theology.

A philosopher-poet of the french spiritualism: Numa Boudet

Alain Guy

Numa Boudet (1827-1897), author of thoughts and poems, lives and dies in Castelsagrat (Tarn-et-Garonne). Accidentally lame in youth, he revolts against Fate and profess many years atheism. But afterwards, he returns to spiritualism (more precisely, to catholi-

cism). According to him, the desire attests our aspiration towards the Absolute; through the Nature, he discovers God; whence, stern ethics of love and contemplation, reconciled with hope and joy.

*The regular clergy and the usurpation.
Notes towards a socio-political history of Miguelismo*

Armando Barreiros Malheiro da Silva

When inventorying the «Fundo Monástico Conventual» (ancient records from the Monasteries and Convents) which exists in the «Arquivo Distrital de Braga» (A.D.B. for shorts, the Archives of the District of Braga) we found a bundle of thirteen ‘maps’ containing the number, names, adress and political comments by the «Religiosos dos Conventos e Mosteiros do Distrito de Viana do Castelo» (Religious of the Convents and Monasteries of the District of Viana do Castelo). These findings set us going into the analysis of the country’s overall «miguelista» support and led us to advance a proposal on the social typology of the support of «miguelista».

*Subsidies for the study of criminality in the region of
Coimbra in the XIXth century. Examples of «crimes against
the religion» (and other delicts) in the period of 1850-1870*

João Lourenço Roque

The main aspect of this study refers the criminality occurred in the Coimbra region in religious matters during the period of 1850-1870. The documents used for this purpose are taken from administrative sources.

Beside the specific «crime against the religion» (one should remember that the Catholic religion benefits of a favoured status in the different consitutional texts of Portuguese Liberalism) other delicts more os less related have been considered: offence to the public morals (when committed in sacred places); different kinds of attempts on clergymen; different crimes which took place in churches and/or during religious ceremonies.

In a region (and in a country) where at the time was predominant the *crime against persons* (succeeded by the *crime against property*) the delicts we deal of only have a minute expression in statistics.

With the valuation of these events (which in the present case are frequently of minor importance and very often almost anecdotic) one aims in a general way to achieve new conclusive data referred to the theme of delinquency (concerning the social history in the field of behaviour and the mentality) and specifically point out some various elements of the religious and moral universe and, by means of this, possible approaches or distances between the «sacred and the profane». One should point out that a great number of these documented facts suggests at the end an intimate relation between the religious and the temporal sphere.

Notes on social and religious positivism

Amadeu José de Carvalho Homem

In this paper the author deals with some relevant aspects of positivism, in its religious and socio-political double-edged character. Drawing mainly from French, Brazilian and Portuguese sources, it aims to prove that the positivist message didn't have a single meaning. Emphasizing theological dislocations within the positivist system, the Author states that positivism served both democratic and anti-democratic, secular and mystic, conservative and progressive political strategies. He acknowledges in the end that the claim to scientificity of the positivist discourse didn't resist the manipulation of the different streams and schools that emerged following Comte's death.

The religious question in the first Republic. The position of the «pensionistas» priests

Vítor Neto

The separation of the state from the churches was a direct consequence of the republican movement which brought about a laicization of conscience and culminated in the revolution of the 5th October 1910. In this way the new political order saw a division in the heart of the Portuguese Catholic church. On the one hand the bishopric and the majority of the lower clergy opposed the Republican régime. On the other hand a significant number of priests allowed themselves to be influenced by republicanism accepting the law of separation published by the minister of justice, Afonso Costa. They were the so called «*pensionistas*» priests who on becoming civil servants disobeyed both their bishops and Rome.

Unevenly distributed in percentage terms throughout the land their *attitude* reflected the political contradictions and ideologies which characterized Portugal when the Republic first came into being.

The line and the circle

José Joaquim Gomes Canotilho

This essay's main design is to establish whether or not there was an *autonomous theory* of the Fundamental Rights in the Republican Thought in general and in Portuguese republicanism in particular. The thesis brings that the Republican theory of Fundamental Rights doesn't lead back to either the «freedom of the moderns» — in the sense of a liberal theory of rights — nor to the «freedom of the ancients» — in the cosmological and anthropological sense, from Greek Philosophy.

The third way, simply sketched in this essay is based on the idea that the republicans got their subjective lines of thought from *The Rights of Man* but simultaneously searched for a way to an inter-subjective theory in which the dimensions of solidarity, participation, equality and democratization of which the liberal doctrine had been progressively emptied — could be included.

The Inventor Father Manuel Antonio Gomes Himalaia. The Scientist, the Economist, the Priest

P. Avelino de Jesus da Costa

Father Manuel Antonio Gomes Himalaia was born on 9th December 1868 in the village of Cendufe, belonging to the municipal jurisdiction of Arcos de Valdevez, in the district of Viana do Castelo, where he died on 21th December 1933.

From 1883 to 1890 he studied theology in the diocesan seminary of Braga. His fellow students nicknamed him Himalaia because of his great height, and posterity has perpetuated the name. In the seminary he showed his passion for physics, chemistry and natural sciences, and he began to design his first inventions.

In 1899 he went to Paris to complete his scientific and technical education. He frequented the Institute, the College of France, and the Observatory of physical astronomy of Meudon, meeting renowned scientists. In September 1899 he applied to the French government for a patent for his *Appareil pour l'obtention de hautes températures par les radiations solaires*.

He built four successive devices of increasing perfection. He called the last one *Pirelióforo* and he exhibited it in the World Exposition of Saint Louis in Missouri (USA), where it was acclaimed as the greatest novelty. It was a device of large dimensions: 13 metres at its highest and with a reflecting surface of 80 square metres, composed of 6.117 pure crystal mirrors fixed on a steel frame. On sunny days it managed to produce temperatures of 3.500 to 3.800° C., providing the most intense ray of light and heat ever obtained on earth up to that time. The invention was awarded the *Grand Prix* in the section of liberal arts.

Himalaia invented explosives, which he called *Himalaite* and which were more powerful than those being used at the time and also less dangerous to handle. The American government asked him to reveal his secret and work for their navy, but he rejected the offer because he would have had to become a naturalized American citizen. He also invented other things and wrote several scientific and economic works.

Father Himalaia was always a model priest and he declared that the final aim of his studies and scientific inventions was «the greater glory of God, man's welfare, and the honour of my country, my family and the Church». He confirmed these high ideals in his will.

The multiple psychological dimensions of death

Manuel Viegas Abreu

Being a study of living organisms and organisations, psychology has paid little attention to the undercurrent reality of death. How can we speak scientifically about this reality? And to what extent? In the context of Karl Popper's epistemological thinking the author underlines testability as the fundamental criterion of scientific knowledge. Nevertheless, one must take into account reflections leading to theoretical constructions and explaining hypothesis that

cannot yet be submitted to experimental trial but present an important heuristic value to the progress of knowledge. Within this epistemological context and based upon the relational theory of motivation three heuristic reflections about the influence of death on human behavior are suggested. The first two are concerned with interpersonal and affective relationships and the third focuses on the relationships between cognitive and emotional processes evoked by death.

History... What History? Some thoughts on local history

Luis Reis Torgal

A lecture given at the opening of a colloquium on local history, this article aims at questioning the meaning of historiography. It tries to analyse the innovations brought in by New History — as opposed to the paradigms of *factual history* and *literary history* — and seeks it to destroy its Myth and to call attention to the risk of its uncritical usage. It establishes a link between the movement of the Renewal of History — with old roots in Portugal too — and the role given to local History, and further, puts forward new approaches leading to its reorganization in Portugal.

Constitution and chart as constitutional patterns

Miguel Artola

If we want to understand the meaning of constitutionalism evolution in history, it is necessary to create a model.

We think that there are two forms — constitution and chart — coexisting under three political options; the revolutionary one, which gives legal initiative to chosen representatives; the authoritarian, in which the parliament only takes part in debating the bills of the crown; and finally, the option that thrives in liberal countries after the revolution, and which recognize legal initiative to the crown as well as to the parliament.

Almeida in 1810. First stage of an improvised invasion

António Pedro Vicente

This paper is about the third French Invasion of Portugal in 1810. It discusses the lack of preparation of Massena's army, which did not seem to act according to a pre-established plan, but rather based itself on improvisation. The question of whether or not the fortified towns were to be occupied, namely Ciudad Rodrigo in Spain and particularly Almeida, in Portugal is analysed. Massena's Army wasted precious time over this hesitation. All this meant that the allied Portuguese and British Armies were able to concentrate on defending the main objective of the French: the occupation of Lisbon. The fort of Almeida is considered by contemporary chroniclers as being of minor strategic importance, for the enemy had no need to take it in order to enter Portugal through the Beira.

Another of the questions discussed in the paper is the choice that Massena made when he decided to march on Lisbon via the right bank of the Mondego River, which again was considered by many the least appropriate way.

The author suggests that Massena lacked essential information about the country he was setting out to invade, which seems strange considering that many studies of Portugal had already been prepared in previous years by military engineers and had been taken to Paris. What motivated this state of ignorance and lack of planning on the part of Massena's army is debated, for had this not been the case, the outcome of the last adventure of Napoleon in Portugal would have been very different.

Brasilia: fact and fiction

Corcino Medeiros dos Santos

At the end of the second government of Getulio Vargas (1953), the whole country was in crisis. Once elected, President Juscelino Kubitschek reestablished the popular alliance for development of the Country. It was necessary to bring about political stability and economic growth. For this purpose, he created a plan which made as its goal the building of Brasilia. With the construction of Brasilia, the central plateau was integrated within the world capitalist System and, internally, it became the focal point of national progress and development.

A history of the legal defence of collective interests

Luis Filipe Colaço Antunes

In this work the author seeks to reveal the historical evolution of the legal defence of collective interests in society.

The principal instruments of the law which we can distinguish in the study are the following: popular actions (Roman Law) the ombudsman (Scandinavian Law) and class actions (Common Law).

To conclude, the author proposes the establishment of a public civil action and a specific process for the effective defence of collective interests.

RECENSÕES

Joaquim Ferreira Gomes, *A Mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987, 120 pp.

1. Os estudos de história e de sociologia da Educação e das instituições de cultura e ensino não têm merecido em Portugal o interesse que estão a suscitar noutros países, onde — acompanhando a crise da escola e da cultura que hoje se verifica — quase se pode dizer (passe a expressão) que estão na moda. A criação tardia de Faculdades dedicadas às Ciências da Educação — que ainda assim ocupam um lugar subalterno em relação à Psicologia — estará por certo na base desse atraso, como o estará a institucionalização também recente de cursos de Sociologia. Por outro lado, as próprias Faculdades de Letras, bem mais antigas, não criaram equipas de investigação nessas áreas, de tal forma que — apenas um exemplo — a História da Universidade portuguesa continua a ser estudada, na sua globalidade, apesar de algumas análises parciais importantes, pela obra clássica de Teófilo Braga, quase centenária, ou pela síntese de Mário Brandão e de Lopes de Almeida, com meio século de idade.

No entanto, começa a surgir um certo esforço de alteração deste quadro, aparecendo as primeiras obras de sociologia e de história sociológica da Educação, bem como de história das instituições de ensino. E, finalmente, parece iniciar-se um certo esforço de organização, que ficará marcado pelo 1.º Encontro de História da Educação em Portugal, realizado em Outubro de 1987 por iniciativa do Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian.

2. Joaquim Ferreira Gomes, que foi, por assim dizer, o motor da criação, no âmbito da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, tem sido dos poucos investigadores que, desde há longo tempo e de forma continuada, se tem dedicado ao estudo da história da

educação e das instituições do ensino. Depois de vários livros publicados recentemente, que contêm artigos antes inseridos em revistas, surgiu agora uma outra obra, que analisa um tema inédito, *A Mulher na Universidade de Coimbra*. Diga-se mesmo: um tema inédito e oportuno, dado que há bem pouco tempo a Mulher foi objecto de dois colóquios de finalidade científica, cujas actas estão já publicadas.

Livro apresentado com «intenções modestas», no dizer do autor, apresenta um conjunto de informações que são, todavia, da maior importância para realizar estudos histórico-sociológicos sobre a Universidade e a Mulher. Através de listas nominais e/ou quantitativas ficamos a conhecer a identificação e/ou o número, e a respectiva curva de variações, de mulheres que frequentaram a Universidade de Coimbra, a partir de 1891 (altura em que se matriculou a primeira), as mulheres que têm exercido cargos docentes e de investigação e até as mulheres que ali exerceram funções nas várias áreas que supõe a organização científico-pedagógica, ou administrativa e logística, da Universidade.

Simple colecção de «dados», como Ferreira Gomes pretende? Essencialmente (temos de o dizer) é isso que o livro nos apresenta. Mas o certo é que a ideia orientadora da pesquisa dos «dados» que nele se inserem demonstra uma aguda consciência de que a instituição universitária precisa de ser estudada em perspectivas histórico-sociológicas, que ultrapassem a análise formal e superficial (quase diríamos «positivista», utilizando um chavão da «História Nova») que até aqui se tem geralmente realizado. Daí o grande interesse desta obra, que merece ser considerada como leitura obrigatória para qualquer investigador de história da educação, de história social e de história da cultura, para qualquer sociólogo, bem como para quem se interesse pelos problemas recentes de Portugal. Sem qualquer sentido de militância feminista, direi mesmo que as mulheres deverão necessariamente meditar sobre os «dados» ali coligidos.

Claro que algumas reflexões ocasionais poderão ser consideradas discutíveis e, acima de tudo, necessitariam de ser desenvolvidas e analisadas em profundidade, sob pena de virem a ser consideradas como superficiais. É esse o caso da afirmação de que a Universidade é «o espelho e o reflexo da Sociedade» (p. 90), que pode ser entendida como uma espécie de «frase feita» ou interpretada como reveladora de uma concepção (ainda) elitista (em termos sociais) da Universidade. Por outro lado, que significado tem a afirmação de que a Faculdade de Direito é «demasiado velha», razão

Recensões

por que não possui no seu corpo: doutoral nenhuma mulher (p. 106)? Limitada aos termos de uma «insinuação», suscita dúvidas quanto às suas intenções. E, no entanto, ela poderia desenvolver-se sob a forma de equacionação profunda de interessantes questões histórico sociológicas, como sejam o significado das faculdades jurídicas e dos juristas nas sociedades rurais e tradicionais e o complexo problema do «conflito de faculdades», que foi objecto da polémica mas interessantíssima reflexão de Pierre Bordieu (cfr. *Homo Academicus*, Paris, Editions de Minuit, 1984). Outra questão que aborda de forma vaga é o da vida comunitária das mulheres enquanto estudantes e a sua intervenção na sociedade em termos de grupos católicos (pp. 85-88). Para tal recorre a alguns testemunhos interessantes; no entanto, a análise realizada não ultrapassa o «pitoresco» e não aborda o problema em toda a sua extensão, ficando nós sem saber se realmente era essa a única área de actuação das mulheres e em caso afirmativo, qual o significado profundo que isso tinha. De resto, seria importante conhecer o tipo de formação escolar anterior, o estrato social e económico e até, se possível, a tendência política das mulheres que frequentaram a Universidade, em particular na sua fase inicial. Mas... talvez estas reflexões críticas não tenham qualquer razão de ser e, acima de tudo, não sejam justas, pois Ferreira Gomes, assumidamente, não quis ultrapassar o registo de «dados» que — conforme nos diz — deverão ser depois «tratados» por historiadores e sociólogos. O livro não nos dá mais do que aquilo que promete, mas o que nos oferece já é muito importante.

Enfim, trata-se de uma obra a não perder, que tem até como aliciante uma belíssima apresentação — cuja responsabilidade não cabe por certo à «casa editora» mas ao autor — com uma gravura de um notável artista, que tem também como carácter de personalidade a sua modéstia, Nunes Pereira. É, pois, uma obra que, com a sua singeleza, mas também com o seu sentido inovador, honra o 7.º Centenário da Universidade em que se diz inserir. Mas Ferreira Gomes noutras obras que nos promete ir publicar por certo ultrapassará este resultado «modesto», apresentando-nos não só «dados» aliciantes, como é o caso, mas profundas análises histórico-sociológicas. Assim esperamos, como desejamos que o 7.º Centenário, entre outras iniciativas, sagre a formação de um núcleo organizado de história e sociologia da Universidade, para que Ferreira Gomes poderá concorrer de modo decisivo.

Luís Reis Torgal

Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Biblioteca do Educador Profissional, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, 224 pp.

1. Bernardino Machado (1851-1944), o insigne professor da Faculdade de Filosofia (Filosofia Natural, entenda-se) da Universidade de Coimbra, o eminente cientista, o notável pedagogo, o militante republicano que a «Revolução Nacional» veio apear da Presidência da República, exilar e até demitir da situação de professor jubilado, é estudado neste livro de Rogério Fernandes, inserido na Biblioteca do Educador Profissional dirigida por Rui Grácio. Trata-se propriamente de um estudo de História da Educação ou de um discurso analítico sobre a reflexão e a prática de Bernardino Machado em relação aos problemas da Instrução Pública portuguesa?

Suponho que a segunda alternativa está mais próxima da verdade. Eu distingo já os conceitos para evitar mal-entendidos: penso que a História da Educação — e neste caso, mais estritamente, a história das ideias de um pedagogo sobre a Instrução — não pode limitar-se à simples analítica do pensamento, mas terá de integrar este no emaranhado de questões que uma época supõe. Quero dizer que, no caso concreto, não é possível conhecer, em toda a sua extensão e profundidade, as ideias de Bernardino Machado sobre a Instrução sem estudar as lutas complexas da Monarquia em crise, sem conhecer as realidades sociais, políticas, institucionais e culturais desse tempo, sem debruçar-se sobre o fértil debate que então se verificou — prolongando-se pela 1.^a República — relativamente aos problemas da Educação, sem integrar as ideias de Bernardino Machado no contexto de um pensamento pedagógico republicano que em parte o ultrapassa... Ora, na realidade, o texto de Rogério Fernandes não percorre com suficiente agudeza esses meandros. Procura sobretudo descrever com rigor *o que pensa* Bernardino Machado sobre as grandes questões da Educação e das respectivas instituições. Com isto é minha intenção desvalorizar o, livro de Rogério Fernandes, que tanto tem contribuído para a estruturação científica da História da Educação? De forma alguma. O que pretendo dizer é que assim como a obra de Ferreira Gomes é um importante contributo para o estudo da Mulher na Universidade de Coimbra, sem pretender ser um estudo de história e de sociologia da Mulher na Universidade de Coimbra, também o livro de Rogério Fernandes é uma significativa contribuição para a história do pensamento pedagógico de Bernardino Machado e do pensamento pedagógico republicano

Recensões

sem, no entanto, se poder considerar um estudo de história (em termos de «história social») sobre o tema.

2. É, pois, fundamental o conhecimento desta obra que procura analisar, a par e passo, o pensamento de Bernardino Machado sobre os problemas da Instrução Pública, porque realmente o Professor de Coimbra teve, talvez melhor do que ninguém no seu tempo, uma consciência perfeita de algumas questões que se debatiam e que ainda hoje são do maior significado, devendo no entanto ter na devida conta a diferença de coordenadas históricas.

O ensino era para Bernardino Machado «por natureza, acima de tudo, político». Esta afirmação, que não pode ser entendida numa perspectiva «partidária», ainda hoje escandalizaria muitos intelectuais e pedagogos. É, por assim dizer, uma concepção basilar que vai marcar, no essencial, toda a metodologia de análise das questões pedagógicas de Bernardino Machado. Para ele, ser «bom professor» supõe ser «bom cidadão», isto é, ter um conhecimento integral das questões sociais, e uma prática consequente, sendo a escola uma «instituição política», ou seja, uma instituição que tem em conta o processo de desenvolvimento social. É por isso que, numa afirmação militante, Bernardino Machado diz: «Sou antigo soldado desta campanha. Pugnei sempre pela tripla causa, da criança, do povo e da mulher».

Na verdade, o professor universitário Bernardino Machado, que não fez do Paço das Escolas uma cidadela, conferiu ao ensino primário e à educação da criança uma importância fundamental, considerou o ensino profissional como uma das áreas mais importantes da formação social, lutou pelo ensino das mulheres, procurou abrir a Escola (desde a primária à Universidade) ao Povo. Nesta luta polifacetada teve de se debater com um problema complexo e que gerava necessariamente posições aparentemente contraditórias, a questão da interferência do Estado no ensino. De resto, este é um dos problemas que preocupou os liberais desde a primeira hora. Bernardino Machado, se se bate, por um lado, pelo «ensino público», contra os privilégios e a força do ensino particular, dominado sobretudo pela Igreja, também se torna, por outro lado, um defensor da liberdade, lutando pela formação de associações cooperativas de ensino.

Uma das questões que abordou também com grande calor, como não poderia deixar de ser, foi a da Universidade. O grande problema que se colocava então — e que é também uma questão discutida desde o Iluminismo — é o da exis-

tência em Portugal da Universidade única, que mantinha o monopólio do ensino superior, ao mesmo tempo que não conseguia, por razões internas e de centralização, uma reforma eficaz. Por isso ele fala dramaticamente da «tão venerada como abandonada Coimbra». E, assim, o Professor de Filosofia atacava o imobilismo que a Escola de Coimbra representava, sobretudo através da sua Faculdade de Direito, e surpreendia-se pelo facto de não se institucionalizar nela uma Faculdade de Letras. A sua consciência «interdisciplinar», que tinha particular acentuação no cientismo positivista, e a sua posição contra o formalismo jurídico, que, numa acepção de «conflito de faculdades», vinha sendo assumida de forma revolucionária desde o pensamento iluminista, são, pois, duas notas fundamentais da consciência cultural de Bernardino Machado. Mas a sua significativa reflexão sobre a Universidade, que foi exposta nomeadamente no início do ano lectivo de 1904-1905 numa célebre oração de sapiência, em termos de crítica aguda ao seu modo de funcionamento pedagógico-científico e à sua estrutura institucional, não é a única no contexto da Escola. De igual modo representativas são as posições assumidas por Sidónio Pais e Sobral Cid. Daí a necessidade que há em analisar também os seus discursos para entender de forma global e integrada a luta de Bernardino Machado, que ultrapassa o período republicano, chegando até ao «Estado Novo», altura em que a Faculdade de Direito lhe aparecia como sustentáculo teórico do regime.

Em conclusão, a obra de Rogério Fernandes dá-nos conta, nos seus diversos aspectos, do pensamento combativo de Bernardino Machado em matéria de ensino, as suas concepções democráticas de educação, as suas ideias de uma pedagogia moderna e de uma «escola aberta». Mesmo que se entenda tratar-se de um trabalho para continuar — e Rogério Fernandes, que (entre outros estudos) já noutro livro analisou o pensamento de outro educador republicano, João de Barros, está apto a realizá-lo e não deixará por certo de o fazer — é indubitável que é uma obra que merece ser saudada, dois anos depois de ter sido publicada. Sobretudo numa hora em que os estudos de História da Educação parece conhecerem em Portugal uma fase de expansão e de organização científica, ultrapassando o positivismo historiográfico ou a fase de reflexão militante.

Luis Reis Tor gal

Recensões

José M. Amado Mendes, *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, 268 pp.

1. Ao iniciar esta recensão ocorrem-me duas pequenas «estórias».

Uma delas passou-se no Brasil, onde fui proferir algumas conferências. Após ter realizado uma delas, um dos ouvintes — português, formado em Direito, por uma Universidade francesa (segundo julgo) —, no fim de simpáticos cumprimentos e felicitações, pediu-me que lhe enviasse uma das minhas «sebentas». Confesso que fiquei um pouco chocado com a utilização da palavra «sebenta», se bem que verificasse claramente que o meu interlocutor não a aplicou com qualquer sentido pejorativo, querendo obviamente referir-se apenas a um livro que conteria a síntese das minhas lições. Agradei o seu interesse, acrescentando que não tinha nenhuma «sebenta», mas que lhe enviaria um livro que havia escrito sobre o tema abordado.

A segunda «estória» reporta-se à minha experiência de professor e é afinal uma das muitas pitorescas «estórias» que qualquer pedagogo pode contar. Foi, todavia, passada recentemente e, por isso, está fresca na minha memória. Abordando, num ponto de exame de Teoria da História, o complexo problema das relações entre a História e a Ideologia, uma aluna, referindo-se às interpretações apresentadas pelos historiadores acerca do fenómeno da nossa Restauração e concretamente a uma interpretação integralista (tema que abordei na Introdução do meu livro *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*), citou o «historiador Mangode» (*sic*)! Apesar do meu espanto, não me foi difícil, pelo contexto, identificar o referido historiador como Moneada — Luís Cabral Moneada — que, em 1927, proferiu em Coimbra uma significativa conferência sobre a Restauração.

2. Estas duas «estórias» são, evidentemente, um pretexto para reflectir sobre uma primeira questão, que me parece muito importante e que é abordada por Amado Mendes na sua *Mota Prévía* — o, valor e a utilidade do manual. Será pedagógica e cientificamente correcta a existência de um compêndio no âmbito do ensino universitário? — é este o problema de fundo.

Fazendo um pouco de história, recorda-se que o manual apareceu como uma inovação por altura da Reforma Pombalina da Universidade, verificando-se a partir de então um grande esforço no sentido de que os professores publicassem

os seus compêndios. Todavia, nem sempre se levou à prática esta intenção e, assim, o manual elaborado pelo professor com a síntese das suas lições deu muitas vezes lugar a apontamentos compilados por estudantes, embora nalguns casos corrigidos pelo professor, sem grande rigor e até com uma aparência descuidada. É assim que surge a «sebenta» (como se chamava, em gíria), usada pelos estudantes no século XIX e que por eles foi ridicularizada com o respectivo «centenário», réplica jocosa aos centenários da ideologia positivista.

Desta forma, começou a haver um certo pudor dos professores universitários portugueses em publicar as suas lições, até porque a «sebenta» era entendida correntemente como um «saber acabado» que o docente obrigava a memorizar, identificando-se, assim, na literatura académica, ensino «sebenteiro» com ensino pouco criativo. E houve a ideia, mormente no ensino ministrado nas Faculdades de Letras, de que a «consulta» e o contacto directo com as fontes — nem sempre concretizado diga-se em abono da verdade — substituiu com vantagem o compêndio. E nem mesmo o aparecimento em França, que tanta influência tem na nossa consciência cultural, de obras de síntese de objectivos essencialmente pedagógicos, de um modo geral muito bem elaboradas, como as que constituem, no domínio da História, a colecção «Clio», da P.U.F., ou a colecção «U», da editora A. Colin, alteraram profundamente o quadro.

Este problema é também sentido por Amado Mendes ao lançar este livro. Por isso escrevia na referida *Nota Prévia*: «Este trabalho não é, nem pretende ser, uma sebenta, no sentido académico, tradicional, do termo. De facto, ele não esgota o programa [da disciplina de Introdução à História] nem, tão pouco, será suficiente para preparar, de forma consciente e cabal, a respectiva cadeira. Pretende-se, ao invés, que seja apenas *um guia* — a substituir, com vantagens óbvias, certos «apontamentos» tomados nas aulas, por vezes mecanicamente e com vários lapsos ou lacunas —, não só quanto ao *programa*, como também quanto à *bibliografia* mais adequada à sua preparação» (p. VII).

Portanto, Amado Mendes procura apresentar «um guia», em substituição dos «apontamentos» cheios de incorrecções — os tais que permitiram à minha aluna referir-se ao «historiador Mangode» — ou da tradicional «sebenta» que fazia crer aos alunos (por culpa do professor?) que estavam perante um «saber completo». Deve dizer-se, acima de tudo, que estamos perante um acto corajoso, próprio de um pedagogo como o é Amado Mendes. E podemos também desde já

Recensões

acrescentar que a sua obra é das poucas que em Portugal se tem publicado sobre matéria tão complexa. Também eu, como Amado Mendes, entendo que é da maior utilidade para o professor e para os alunos a elaboração de «um guia» ou de «uma obra de síntese» relativa à cadeira leccionada (de resto, há muito que penso numa obra idêntica para a cadeira de Teoria da História); o que me poderei interrogar é se a forma como Amado Mendes elaborou esse «guia» é a mais adequada, de um ponto de vista científico e pedagógico-didáctico.

Segundo o meu modo de ver, uma obra deste tipo não deve ter, por contraditório que pareça, a forma de «um compêndio». Quero com isto dizer que não deve aparentar ter «tudo», de maneira que o estudante, apesar das indicações que se dão em contrário (e que Amado Mendes, como se viu, não esqueceu), se limite apenas à sua leitura, em certos casos em termos de mera memorização. Não deve, por outro lado e completando a ideia anterior, ter uma forma especificamente «didactista», dividindo-se exaustivamente em títulos e subtítulos muito abundantes e demasiado sistematizadores. Em conclusão, um livro deste tipo deve ter antes o carácter de uma reflexão corrida sobre os temas, que levante problemas e insinue reflexões posteriores. Deve ter o sentido de uma abordagem pessoal do professor sobre a matéria — que induza o aluno à sua própria abordagem — e o menos possível constituir um discurso ordenado (meticuloso e exageradamente ordenado) que seja uma sùmula de obras consultadas. Terá sido o que sucedeu com a obra de Amado Mendes?

Responderei que sim, mas não sem algumas reticências que se projectaram no meu espírito à medida que ia lendo com o maior interesse o seu livro. Não chamou à obra «Introdução à História», mas sim «A História como Ciência», o que já é indicador de um programa pessoal — entender a História numa perspectiva «científica», ultrapassando a ideia de que ela não pode ser entendida como uma «ciência» (Paul Veyne, por exemplo). No entanto, apesar de Amado Mendes ir apresentando ao longo do livro as suas reflexões pessoais para «provar» esse carácter «científico», o certo é que nunca a obra se consegue desembaraçar, com suficiente à vontade, de um certo «didactismo», com citações constantes, com uma ânsia exagerada de «definir» e com tipologias várias, por vezes demasiado formais, complicadas e pouco eficazes no plano prático.

Todavia, a análise da temática proposta é bem organizada e possui uma sequência lógica, tendo em conta os objectivos pedagógicos do autor. Tratando-se de «um guia» para «introduzir» o aluno universitário — e não só — no âmbito da metodologia e da problemática da História, julgo que conseguirá, no essencial, cobrir essa finalidade teórico-prática. Inicia-se com uma Introdução (pp. 3ss.), onde é analisada a natureza e a evolução da ciência histórica. Aqui deveria, porém, ter equacionado de forma mais directa a questão — será a História uma Ciência? — analisando então, o que só fez quase no fim da obra e de forma pouco desenvolvida (pp. 206 ss.), a tese «provocadora» de Veyne. De seguida abordou a questão da evolução do «processus» histórico (talvez a palavra latina fosse escusada), desde a fase pré-científica aos *Annales* e à «Nova História» e à «Nova História Económica» (cap. I, pp. 25 ss.). No cap. II, intitulado «Fontes Históricas» (pp. 85 ss.) não se limita somente a classificá-las, mas também apresenta noções básicas sobre a sua preservação e o trabalho de crítica. A «Metodologia» é o título do cap. III (pp. 141 ss.), que talvez devesse merecer uma designação mais ampla pois, para além da metodologia, analisa um conjunto de conceitos básicos que fazem hoje parte do vocabulário e da problemática da História. Mas a problematização e a teorização são temas específicos do capítulo seguinte com que remata a obra (pp. 181 ss.), dado que a Conclusão nos referencia apenas algumas questões básicas que lhe foram sugeridas pela análise efectuada, sem propriamente se interrogar sobre alguns problemas que terão ficado em suspenso (pp. 217 ss.) Finalmente, surge uma Bibliografia que me parece, no geral, muito actualizada. Creio, no entanto, que em vez de a apresentar sob a forma de conjuntos de obras que apoiaram a elaboração do texto, capítulo a capítulo, repetindo inclusivamente alguns títulos, a deveria ter organizado por temas, que orientariam melhor o leitor e, sobretudo, o estudante que se inicia na aprendizagem da História.

3. Uma obra deste tipo não pode, evidentemente, analisar os problemas em profundidade. No entanto, na forma questionadora que deverá assumir, tem de haver certas abordagens que não dêem a sensação de superficialidade e que, ao contrário, criem no leitor a ideia de que está perante questões complexas sobre as quais terá de reflectir aturadamente. Sem pretender de modo algum pôr em causa o interesse da exposição, salientarei, todavia, um ou outro ponto

Recensões

que me pareceu apresentado com menos correcção ou de forma mais incompleta.

3.1. Um aspecto que gostaria de frisar, antes de mais, é a referência ligeira à historiografia portuguesa ou à teoria da História, que não conheceu senão citações ocasionais e de pouco significado. É como se em Portugal não se tivesse verificado também o esboço de um movimento renovador da História. E mesmo que se considere que, na verdade, não há uma teorização original sobre a História, esse facto não deveria deixar de ser salientado, pelo menos de forma questionadora.

Com efeito, na evolução do «processus» histórico, poderia ter utilizado alguns exemplos portugueses, referindo-se: ao papel desempenhado por Fernão Lopes para a formação de uma historiografia «metódica» e ao significado «político» da cronicografia portuguesa que com ele começa; ao providencialismo e ao «nacionalismo» historiográfico de sentido «planetário» da nossa historiografia dos séculos XVI e XVII; à importância de alguns dos nossos beneditinos para o aperfeiçoamento do método histórico; à história institucional que mereceu o interesse dos nossos «iluministas», nomeadamente de Pascoal de Melo, e à significativa importância conferida à História no âmbito da Reforma Pombalina; às considerações de Herculano (que, todavia, ainda refere mas de forma pouco desenvolvida), mormente nas suas *Cartas sobre a História de Portugal*, que apontam para uma «nova» concepção de História, e ao significado da sua historiografia; ao sentido «social» e normativo que Oliveira Martins confere à História; ao sociologismo historiográfico do positivismo de Teófilo Braga; ao idealismo de renovação histórica de Fidelino de Figueiredo; ao significado do surto «nacionalista», de diversos matices, da historiografia e das concepções históricas dos começos do século XX que vão preparar o despontar de uma historiografia «de regime»; ao significado da persistência de uma historiografia «positivista» de âmbito essencialmente universitário; ao aparecimento (tardio) de novas intenções historiográficas a partir dos anos 50... É justo dizer-se que alguns destes pontos foram assinalados, mas de modo disperso e pouco enfático. Não pretendia ver na obra de Amado Mendes um ensaio de história da história portuguesa — empresa que já planeei levar a efeito no âmbito dos meus estudos de Teoria da História e que talvez não ultrapasse a dimensão de um projecto — mas parece-me que num livro que procura guiar os estudantes numa reflexão introdutória sobre a História não poderá deixar de haver referências insinuas à

realidade historiográfica portuguesa. Isto sob pena de os nossos alunos falarem constantemente, e ainda bem, em Bloch, Fèbvre ou Braudel — embora muitas vezes de forma mecânica — e não conhecerem, o que é mau, os esforços de renovação, porventura mais humildes mas nossos, da historiografia portuguesa. Aliás não deixa de ser estranho também que, entre os trabalhos constantes na Bibliografia relativos à nossa historiografia, que serviram de base à redacção dos capítulos e que são «expressamente citados ou referidos» no texto do livro, apenas apareçam muito poucos e todos eles situados na área de história económica e social, como também não deixa de me surpreender que a obra metodológica mais citada por Amado Mendes seja um estudo de concepção «metódica», apontado para uma reflexão «idealista», «nacionalista» e «católica» de História, que se situa no princípio da década de 50 (refiro-me à obra de A. da Silva Rego, *Noções de Metodologia e Crítica Históricas*, 1.^a edição, Lisboa, Gabinete de Estudos Ultramarinos - Centro Universitário de Lisboa, 1951) e que não tenham sido objecto de reflexão mais profunda os ensaios de Magalhães Godinho «Sobre Teoria da História e Historiografia».

3.2. Também na análise do «processus» histórico verifica-se no discurso de Amado Mendes uma falta de dimensão «social» dos problemas e um tratamento essencialmente «idealista» (embora não assumido). Com efeito, refere-se ao «nacionalismo» do Renascimento, à «filosofia da História» do Iluminismo, à concepção «romântica» da História, à «História Nova», mas não aborda com suficiente ênfase a perspectiva «social» destes movimentos. Assim, não toca directamente na questão do processo de formação dos Estados e a tomada de consciência do «político» que é mais importante na historiografia dos séculos XV e XVI do que a ainda difusa concepção «nacionalista», que é na verdade um conceito fundamental — como nos diz — no século XIX. Não é salientada com suficiente força a importância social da burguesia nas concepções do «absolutismo esclarecido», o que gera uma ideologia sócio-política muito relevante, patente na historiografia iluminista e que, de alguma forma, é responsável pela viragem da concepção histórica (cfr. o célebre opúsculo de Voltaire, de 1744, *Nouvelles Considerations sur l'Histoire*, que de resto Amado Mendes não cita). Não atribui a importância que seria de conceder ao liberalismo, nas suas várias posições e com os seus ideais e as suas lutas sociopolíticas, o que é fundamental para a compreensão do sentido da historiografia do século XIX (cfr. Michelet, Guizot ou Herculano). Não se

refere aos problemas económicos, sociais e políticos que em grande parte explicam a crise da «historiografia positivista», a sua contestação pelas novas correntes e o apelo a uma «História Nova»...

Talvez também por essa dimensão «idealista», Amado Mendes, na análise do referido «processus» histórico, não confere a importância que deveria conceder ao marxismo (e para isso não é necessário que se seja marxista ou mesmo «marxiano»). E não me refiro somente ao marxismo de Marx e Engels (seria fundamental citar, para além das obras que refere, a *Ideologia Alemã*), mas também ao marxismo de Gramsci, de Althusser, de Poulantzas ou mesmo ao marxismo historiográfico, bem diferente de caso para caso, de Christopher Hill ou Perry Anderson, de Vilar ou de Vovelle. E porque não o marxismo (agora contradito, segundo parece) de António José Saraiva, que tem, apesar de todas as críticas que lhe foram feitas, um significado especial na nossa historiografia depois dos anos 50, ou de Armando de Castro?

3.3. Num tempo em que a «História Nova» foi, por assim dizer, mitificada, é justo salientar que Amado Mendes, embora lhe atribuindo grande importância (o que é irrefutável, suponho), procurou também relativizar o seu significado, ao mesmo tempo que não deixou de valorizar os apuramentos da «escola metódica» (a tão atacada «história positivista»). No entanto, quando expõe os «erros» da «História Nova», não se refere (pelo menos com suficiente força) àquilo que é geralmente considerado o pior da herança da «História Nova» — mesmo pelos seus próprios cultores, em atitude de saudável exame de consciência —, isto é, a subalternização da «história política» e a transferência acrítica das experiências «novas» da historiografia para o campo do ensino (vide a minha apresentação, «Actualidade e actualização da história política», à obra de Rui Bebião, *D. João V. Espectáculo e Poder*, Aveiro, Estante, 1987).

Por outro lado, na exposição de Amado Mendes não ficou claro que existem fases na «História Nova», o que é fundamental para a sua compreensão diacrónica, já que existem diferenças significativas entre Bloch e Braudel e entre estes e Veyne ou Ladurie. Além disso, embora tivesse citado a obra fundamental de Coutau-Bégarie (*Le phénomène «Nouvelle Histoire». Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983), não analisou com a devida atenção o problema da «estratégia» e da «ideologia» da «Nova História». Aliás, a questão das relações entre História e Ideologia — que tem merecido reflexões teóricas fundamentais, ainda

que polémicas (cfr., por exemplo, Adam Schaff, *Histoire et Vérité*, Paris, Anthropos, 1971), e mesmo algumas análises de ordem «prática» (como é o caso de Marc Ferro, *Comment on raconte l'Histoire aux enfants*, traduzido para português com o título infeliz e sensacionalista, *Falsificações em História*), tendo também eu próprio abordado o assunto em artigos de análise concreta, alguns publicados e outros que se encontram no prelo — é praticamente escamoteada.

3.4. Outra questão que merece aqui ser especialmente destacada é a reflexão que Amado Mendes nos apresenta tendo em vista dar-nos uma noção do que consiste a «história total» (conceito, na verdade, discutível e ambíguo). Julgo que o seu discurso padece aqui do seu cuidado em subordinar-se às obras que vai citando, em vez de, descomplexadamente, apresentar a sua própria reflexão sobre este conceito essencial.

Na realidade, não fica claro no espírito do leitor que a ideia de «história total» supõe uma concepção «social» de História, a ideia de que um fenómeno tem de ser encarado numa perspectiva de «profundidade», ultrapassando a sua «aparência». É neste sentido que se forma a noção de «estrutura», entendida como «um todo» em que as diversas realidades estão presentes num «conjunto social», onde todavia não deixam de ter autonomia o «político», o «cultural», o «religioso», etc. Foi esta visão que, no fundo, quebrou com a oposição entre a «história parcelar» e a «história total», entre a «pequena história» e a «grande história», na medida em que qualquer fenómeno — seja um simples acontecimento ou uma individualidade — pode ser estudado numa perspectiva «total». O desenvolvimento destas e doutras reflexões deveria aparecer na análise sobre esta questão chave da «historiografia moderna», para que concorreu o marxismo, com a sua noção (discutível) de «modo de produção», a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, a importância conferida às ciências sociais e aos seus métodos de análise, o significado do avanço do estruturalismo, etc.

4. Ponto final nas críticas parcelares à obra de Amado Mendes, se bem que outras pudessem ainda ser feitas (por exemplo, a referência secundária na análise da metodologia histórica ao papel da Informática, se bem que cite — sem analisar as questões por ele colocadas — um recente e muito sugestivo texto de António Manuel Hespanha sobre o assunto, «História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna», in *Ler História*, 9, 1986, pp. 65-84). Haverá, com efeito, uma obra «de síntese» — como a que nos apresenta —

que possa *analisar* com a *profundidade* desejada os pontos *escolhidos* pelo autor, perante uma imensidade de questões que poderiam ser abordadas? Obviamente que não. Por isso desejo salientar que os problemas equacionados, mais do que críticas à obra de Amado Mendes, devem ser entendidos como interrogações que lhe são endereçadas e que ocupam igualmente e de forma constante a nossa consciência crítica.

O certo é que, apesar de algumas reticências que naturalmente podem surgir quando se analisa o «manual» de Amado Mendes — quer quanto à sua estrutura pedagógico-didáctica e científica, quer quanto a algumas análises pontuais — se trata de uma obra do maior interesse para os estudantes e para todos aqueles que desejam iniciar-se nos métodos e nos problemas que a História implica. O que é importante, todavia, é que o livro leve cada leitor a uma análise crítica do seu conteúdo e a questionamentos fundamentais. É esse, de resto — não tenho dúvida em o afirmar — o desejo do autor. Por isso estou certo que esta reflexão apenas servirá para enriquecer o nosso diálogo sobre o que é a História — ela será, na verdade, uma Ciência? E, se sim, que Ciência?

Luís Reis Tor gal

Ulrich Horst, *Die Diskussion um die Immaculata Conceptio im Dominikanerorden. Ein Beitrag zur Geschichte der theologischen Methode*. Veröffentlichungen des Grabmann-Institutes zur Erforschung der mittelalterlichen Theologie und Philosophie herausgegeben von Michael Schmaus, Werner Dettloff, Richard Heinzmann, Ulrich Horst. Neue Folge n.º 34. Ferdinand Schöningh, Paderborn - München - Wien - Zürich, 1987 XIX + 123 p.

Como diz o autor na introdução, são hoje cada vez mais raros os estudos sobre a historia da Mariologia. Para muitos teólogos dominicanos notáveis é a Imaculada Conceição um sinal de contradição. Segundo eles, tratava-se não duma disputa, como as que sucediam entre ordens e escolas rivais, mas de questões fundamentais acerca do método teológico exacto, e do papel e peso das autoridades clássicas. Isto explica a oposição apaixonada contra a *opinião nova*, a qual a conduzia finalmente a um isolamento com consequências trágicas. Ulrich Horst depois de referir as fontes (manuscritas e impressas) e a mais actualizada bibliografia apresenta uma

introdução concebida de forma excelente as linhas mestras do desenvolvimento da discussão teológica acerca da Imaculada Conceição. O autor fica assim a conhecer em síntese os caminhos seguidos ao longo da história, o que lhe fornece uma preparação ideal para a leitura dos diversos capítulos da obra.

O cap. I trata da discussão medieval; o cap. II da nota de Caetano para o Papa Leão X e da apresentação da posição tomista no séc. XVI; o cap. III da fundamentação e evolução da tese masculina de Bartolomeu Spina (f 1547), Bartolomeu Medina, Dominicus Báñez, Pedro de Herrera e Francisco de Araújo e João de S. Tomás; o cap. IV dos adeptos da «nova opinião» da ordem dominicana: Francisco Vitoria, Juan de la Peña, Tomás Malvenda, Vicente Iustiniano Antist e Ambrosius Catharinus; finalmente, o cap. V aborda o tema: O *Cursus Theologicus Salmanticensis* e a tradição tomista.

Ao longo do texto, sempre bem fundamentado e acompanhado de citações apropriadas e deveras esclarecedoras, podemos acompanhar o pensamento dos autores mais representativos acerca da Imaculada Conceição.

A alusão frequente a outros autores, além dos acima mencionados, e a diversos acontecimentos da vida da Igreja e da sociedade, constituem dados extremamente importantes para ajudar a compreender a evolução dum problema que tanto preocupou os teólogos ao longo da história da Igreja, mesmo de outras ordens religiosas, como as da Companhia de Jesus (S. Roberto Belarmino e Suárez, por exemplo) e dos Eremitas de Santo Agostinho (caso do português Fr. Egídio da Apresentação). Aliás, na Universidade de Coimbra o juramento da Imaculada Conceição veio ocupar um papel importante. Sobre o assunto escreveu um notável trabalho o Doutor António de Vasconcelos.

Um apêndice documental com texto de Francisco Vitória (manuscrito existente na Biblioteca da Ajuda), de Juan de la Peña (no Vaticano) e de Dominicus Soto (na Staatsbibliothek de Munique) enriquecem a obra, bem como um índice de autores.

Trata-se de um livro de grande valor que vem preencher uma grande lacuna pois, como se sabe, a doutrina da Imaculada Conceição foi bastante controversa. O autor que conhece como poucos a história da teologia medieval e moderna, em particular a da Península Ibérica, fruto de inúmeras pesquisas e estudos realizados, presta assim um valioso contributo à história da cultura em geral, inclusive da portuguesa.

Recensões

A alusão a vários autores portugueses ou que ensinaram no País reveste-se, por isso, de grande significado.

Manuel Augusto Rodrigues

Synodicon Hispanum, vol. IV: *Ciudad Rodrigo, Salamanca y Zamora*. Edición crítica dirigida por Antonio García y García. Bibliotheca de Autores Christianus. Madrid, 1987. XX + 474 p.

O plano geral da obra do *Synodicon Hispanum* abrange os seguintes volumes: I — Galicia; II — Portugal; III — Astorga, Leon e Oviedo; IV — Ciudad Rodrigo, Salamanca e Zamora; V — Extremadura, Badajoz, Coria, Cáceres e Plasencia; VI — Castilla; VII — Andalucía e Canarias; VIII — Valencia; IX — Aragon e Navarra; X — Cataluña e Baleares. Já estão publicados os primeiros quatro volumes.

O presente volume foi preparado por Bernardo Alonso Rodriguez, Federico R. Aznar Gil, Francisco Cantelar Rodriguez, Antonio García y García e José Sanchez Herrero; e foi realizado e subvencionado no quadro dos planos de investigação da «Comisión Asesora de Investigación Científica y Técnica» do Ministério da Educação e Ciência, dentro do programa «Fuentes del Derecho do Instituto de Ciencias Juridicas» do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, e com o apoio da Caja de Ahorros de Piedad de Salamanca.

São ao todo 14 os sínodos das três dioceses referidas no título, sendo 1 de Ciudad Rodrigo (séc. XV), 10 de Zamora (6 do séc. XIV e 4 do séc. XV); e 13 de Salamanca (1 do séc XIII, 6 do séc. XIV e 6 do séc. XV). Entre os volumes já editados, este é o que tem menos número de sínodos. Mas tem a vantagem sobre os demais pelo facto de incluir o *Liber Synod alis* de D. Gonzalo Alba, de 6 de Abril de 1410, e a sua versão intitulada *Libro sinodal*. Trata-se de um texto de grande importância. Salamanca é, como se vê, a diocese com a maioria de textos. Excepto em Zamora, a actividade sinodal começa tarde e acaba a partir de 1500 para se reiniciar depois do Concílio de Trento.

Antes da apresentação dos textos sinodais de cada diocese, encontramos uma introdução que se reveste de enorme interesse para a compreensão dos mesmos e suas fontes e da vida dos prelados.

O sínodo da diocese de Ciudad Rodrigo, de 8 de Setembro de 1491, foi presidido por D. Diego de Muros. O primeiro de Salamanca de Zamora, de 1255 (?), por D. Suero Pérez; e o última por D. Juan de Meneses, em 3 de Junho de 1479.

Este volume como, aliás, sucedia com os outros, começa com a apresentação de siglas, fontes e bibliografia e encerra com vários índices: onomástico, toponímico, temático e sistemático, o que valoriza sobremaneira esta obra, instrumento indispensável para se conhecer uma das facetas mais ricas da vida eclesiástica. O aparato crítico merece igualmente uma palavra elogiosa.

Felicitemos os organizadores, em particular o Prof. Garcia y Garcia e a editora B A C, pelo êxito da empresa a que meteram ombros e fazemos votos pela boa continuação de tão notável plano.

Manuel Augusto Rodrigues

Sociologia de la Religion y Teologia. Estudio bibliográfico/Sociology of Religion and Theology. A Bibliography, Volumes A e B, Madrid, Ed. Cuadernos para el Diálogo, 1975-1978.

As obras em epígrafe constituem um único conjunto, sendo os dois volumes da *Sociologia de la Religion y Teologia* (bilingue) um complemento e uma sequência do primeiro trabalho bibliográfico intitulado *Secularización* e já publicado em 1970

Trata-se de um serviço para o estudo e reflexão do fenómeno da secularização e da sua interpretação prestado pelo *Instituto Fe y Secularidad*, adscrito nas suas actividades académicas à Universidade de Comillas, de Madrid, e que desde a sua fundação, em 1967, se tem dedicado a esta temática, constituindo para os mais diversos sectores, crentes ou não crentes, um valioso contributo não só através de cursos, conferências, semanas de estudo, etc., mas principalmente através de um fundo de publicações, notável a todos os títulos, do qual destacamos, as obras acima referidas, de entre as 23 já publicadas até 1985.

Não há dúvida que as sociedades políticas contemporâneas «secularizadas», quanto ao essencial, constituem o *status ad quem* do processo histórico da secularização do Estado. É uma característica dos nossos tempos e uma consequência

Recensões

da profunda mudança da sensibilidade do homem em relação a si próprio e a tudo o que o rodeia.

Entre as múltiplas razões de uma tal mudança histórica enumeram-se, frequentemente, os avanços científicos e tecnológicos, a progressiva mobilidade social, a consciência de uma maior liberdade e autonomia, etc. Mas deve dizer-se que a verdadeira génese do processo histórico da secularização do Estado tem de buscar-se num passado mais complexo e longínquo, sem prescindir, como é óbvio, da sociedade sacral medieval.

Se o homem e o mundo sentem ter chegado à sua maturidade e a uma maior independência frente à influência e dominação da esfera religiosa ou das significações e instituições religiosas, recuperando ao mesmo tempo realidades e valores que são seus e que se tinham alienado, nunca poderão prescindir dos progressos ou retrocessos que a própria história lhes oferece.

Dada a sua amplitude e vastidão, o processo da secularização penetra todos os estratos da vida humana numa gama de inúmeras manifestações, difícil de delimitar e definir. Tanto abarca a dessacralização da política e a procura de uma nova imagem e linguagem terrena sobre Deus, como uma revisão da autocompreensão tradicional da Igreja e a procura de uma «moral secular».

É neste contexto que o *Instituto Fe y Secularidad* nos brinda com o importante tríptico bibliográfico, de incontável utilidade para qualquer historiador, indispensável para quem se dedicar ao estudo da Sociologia da Religião e da Teologia, e que apesar de ter sido publicado entre 1970-1978, ainda não perdeu a sua actualidade.

A primeira obra *Secularización* abre com o tema subordinado ao título «Estudios y comentarios sobre la secularización» entre os quais sobressai o artigo (condensado) de Larry Shiner, «The concept of secularization in Empirical Research», publicado in *Journal for the Scientific Study of Religion*, 6 (1967) 207-220, em que o autor nos oferece uma análise clara sobre o conceito da secularização, seguindo três vectores fundamentais: *panorama histórico, tipos de secularização e polaridade secular-religioso*.

Partindo da etimologia da palavra «secular», segue o seu significado na Bíblia, na Idade Média, no tratado de Westfalia e no séc. XIX, terminando com uma referência à aceitação da secularização pelos teólogos como um desenvolvimento positivo e ainda ao seu apreço pela «Sociedade secular» que veio substituir a sociedade sacral medieval.

Quanto ao conceito, distingue seis tipos de secularização: como declive da religião, conformidade com «este mundo», desconexão da sociedade perante a religião, transposição de crenças religiosas e instituições, dessacralização do mundo e passagem de uma sociedade «sagrada» a uma sociedade «secular».

Por último aborda o problema da polaridade secular-religioso, focando essencialmente duas questões: a crítica do conceito de religião e a crítica da popularidade.

Este artigo de Larry Shiner é comentado neste mesmo volume por Alfonso Alvarez Bolado, sob o título «Modelos de Secularización», à semelhança do que o autor fez noutra importante obra *Fe y nueva sensibilidad histórica*, Ed. Sígueme, Salamanca, 1972, 103-153, também da responsabilidade do mesmo Instituto. Neste comentário Alvarez Bolado tece valiosas considerações sobre os seis «modelos» que Larry Shiner apresenta como máximas tendências de aproximação e interpretação do fenómeno da secularização, proporcionando aos leitores uma intelecção suficientemente diferenciada, de todos os referidos modelos, chamando a atenção não só para os aspectos válidos de cada um dos modelos, mas também para as suas próprias ambiguidades e complexidades, terminando por reconhecer que a Sociologia de todas as cores está consciente de que a «Sociologia da Religião» é actualmente um dos campos mais promissores para o crescimento interior e qualitativo das Ciências Sociais, como já há muito foi reconhecido por sociólogos de distintas procedências no Congresso Romano «On the Culture of Unbelief», de 1969.

Finalmente a mesma obra apresenta-nos um resumo do artigo de Peter L. Berger, «A Sociological view of the Secularization of Theology», igualmente publicado in *Journal for the Scientific Study of Religion*, 6 (1967) 3-16, comentado seguidamente por Ricardo Franco.

Trata-se de uma análise do complexo movimento da secularização a partir da Sociologia, começando o autor por se referir à Teologia protestante, denominada «radical», «secular» ou simplesmente «nova» que insinua uma perspectiva de redução da teologia a uma pura antropologia, tendo ainda como característica comum uma certa negação da validade da afirmação sobrenatural na tradição cristã.

Para P. Berger o movimento da secularização tem o seu ponto de partida na desintegração do cristianismo como um universo geral e como pressuposto do desenvolvimento da cultura ocidental. É uma consequência de várias forças históricas que criaram o mundo moderno. Assim, e contraria-

Recensões

mente aos teólogos seculares, defende que a explicação do fenómeno não pode vir do desenvolvimento de uma perspectiva racional e científica do mundo ou depender só da história das ideias. Porque o cristianismo desenvolveu-se numa estrutura social comum proporcionada pelo sistema feudal e dentro duma visão do mundo igualmente comum, mantida pela Igreja que era a única realidade definitiva. Neste sentido, a cristandade subministrava uma estrutura social dotada de unanimidade do conhecimento que se perdeu nos começos da idade moderna, permitindo uma coexistência de mundos discrepantes, dentro da mesma sociedade e que entram em colisão com as suas pretensões cognoscitivas e normativas.

Quando tal sociedade se desintegra e entra em contacto com outras culturas e outros modos de ver o mundo, então essas realidades religiosas perdem o «acento da realidade», isto é, des-objectivizam-se. Perante tal situação o autor emite o seu juízo sobre as duas opções possíveis — defesa e acomodação — mas deixa, como refere Ricardo Franco, a enorme tarefa de buscar uma melhor solução.

Seguem-se, então, 70 recensões, uma ampla bibliografia com cerca de 1 600 títulos e os índices das obras recensadas por ordem alfabética dos autores e dos próprios autores mencionados na mesma bibliografia.

O primeiro volume da segunda obra *Sociologia de la Religión y Teología. Estudio bibliográfico / Sociology of Religion and Theology. A Bibliography*, abrange 63 recensões, 16 291 títulos bibliográficos e os índices de centenas de recensões, de 1 400 revistas e de autores. O Volume B editado em 1978, como actualização da bibliografia publicada com o mesmo título em finais de 1975, segue sensivelmente a mesma estrutura do volume A, registando 6429 títulos bibliográficos.

Segundo J. G. Caffarena, as recensões constituem uma introdução à Sociologia da Religião, já que apresentam com certo detalhe um conjunto de obras, entre as quais estão as universalmente reconhecidas como mais importantes no desenvolvimento da disciplina. Abrangem não só obras dos precursores da Sociologia da Religião, mas também dos autores clássicos, dos tratados sistemáticos, dos estudos particulares e da Sociologia da Religião e Teologia.

O extraordinário repertório bibliográfico tem como objective oferecer uma visão ampla e sistematizada da literatura referente à Sociologia da Religião de maneira a servir como instrumento geral de trabalho para o seu estudo.

O conteúdo da bibliografia segue uma certa lógica distribuído por nove títulos gerais. *A Sociologia da Religião, O fenómeno religioso e as religiões, Estrutura da Sociedade religiosa, Religião e Sociedade, Religião e subsistemas sociais, Religião e diferenciação social e Sociologia e Teologia.*

Esta classificação de matérias ou blocos temáticos subdivide-se, por sua vez, em inúmeros tópicos e subtemas. Assim, tomando como exemplo apenas a unidade temática *Religião e Subsistemas Sociais*, acima referida, registamos as seguintes subdivisões:

7. RELIGION Y SUBSISTEMAS SOCIALES

7.1. RELIGION Y FACTOR CULTURAL

7.1.1. Religion y Cultura

7.1.2. Cosmovisión cultural y religiosa

7.1.2.1. Cosmovisión, mentalidad, ideología

7.1.2.2. Religión y ciencia como sistemas culturales

7.1.2.3. Contactos y trasvases culturales

7.1.3. La Transmisión y comunicación cultural

7.1.3.1. Educación

7.1.3.2. Comunicación, mass media, publicaciones

7.1.3.3. Artes y manifestaciones culturales

7.2. RELIGION Y FACTOR ECONOMICO

7.2.1. Religión y economía

7.2.2. Acción religiosa y acción económica

7.2.2.1. La tesis de la «Ética protestante»

7.2.2.2. Cristianismo y capitalismo

7.2.2.3. Desarrollo y progreso económico

Y.2.3. Religión y factores económicos

7.3. RELIGION Y FACTOR POLITICO

7.3.1. Religión y política

7.3.1.1. Interacción entre religión y política

7.3.1.2. Sistemas religiosos y políticos

7.3.1.2.1. Los cuerpos religiosos y la política

7.3.1.2.2. Formas, partidos y movimientos políticos

Recensões

- 7.3.2. Institución religiosa y poder político
 - 7.3.2.1. Iglesia-Estado: Generalidades
 - 7.3.2.2. Tipos de relación Iglesia-Estado
 - 7.3.2.3. Iglesia, nacionalismo y construcción nacional
 - 7.3.2.4. La conflictividad y sus áreas
- 7.3.3. Afiliación religiosa y comportamiento político
 - 7.3.3.1. Actitudes políticas y electorales
 - 7.3.3.2. Actitudes ante la guerra y la violencia
- 7.4. RELIGION Y NORMATIVIDAD SOCIAL
 - 7.4.1. Sistemas normativos
 - 7.4.1.1. Norma sagrada y profana
 - 7.4.1.2. Religión, derecho y ley
 - 7.4.2. Estructura social y ética social
 - 7.4.3. Anomía social
 - 7.4.4. Religión, sexo, familia
 - 7.4.4.1. Religión y sexualidad
 - 7.4.4.2. Religión, familia, parentesco
 - 7.4.4.3. Religión y matrimonio
 - 7.4.4.4. Religión y matrimonio mixto
 - 7.4.4.5. Población y natalidad

O apreço, a importância e o valor que aqui registamos, de tão útil instrumento de trabalho, não são motivados pelas apreciações altamente positivas, que têm surgido em diversas revistas especializadas, mas sim pelas inúmeras e possíveis pistas bibliográficas que nestas obras podemos encontrar, para muitas das questões que a Historiografia actual sugere.

José Antunes

G. Dufour, L. Huiguerela del Piño, M. Barrio Gozalo, *Tres Figuras Del Clero Afrancesado (D. Felix Amat, D. Vincent Roman Gomez, D. Ramon de Arce)*. Publications de FUniversité de Provence, Études Hispaniques 11, 1987, 201 pp.

Reunem-se nesta publicação, parcialmente subsidiada pelo Greco e C.N.R.S., as Actas da 2.^a Mesa Redonda sobre o Clero Afrancesado, que teve lugar em Aix-en-Provence em 26 de Abril do ano passado.

Em Espanha, o tema dos afrancesados tem-se revelado, de há longa data, seara fértil de pesquisa. Basta recordar os trabalhos pioneiros de Méndez Bejarano, *Historia Política de*

los Afrancesados (1912), Marcelin Defourneaux, *Pablo de Olavide ou VAfrancesado (1725-1803)* (1959), e de Hans Juretschke, *Los Afrancesados en la Guerra de la Independencia* (1962), e, mais recentemente, os preciosos contributos, entre outros, de Miguel Artola, G. Dufour, Higuera del Piño e Brines Blasco. Conjunto de referências que nos dão também e paralelamente a medida exacta do nosso escasso conhecimento sobre idêntico campo de exploração para a realidade portuguesa, pois que nenhuma obra específica, antiga ou actual, poderíamos a este respeito evocar.

No longo e rico itinerário historiográfico, que apenas nos limitámos a sinalizar, esboçam-se actualmente novas e promissoras vias de tratamento do diversificado e numeroso conjunto dos afrancesados espanhóis durante a guerra da independência. Não está fora de questão a revisão crítica de categorias de comportamento político — como colaboracionista, juramentado e afrancesado ideológico — nem a análise, numa perspectiva de conjunto, das influências e manifestações tardias da Ilustração na transição do século XVIII para o XIX. Pelo contrário, a aproximação a um estudo sociológico tenderá a conferir maior rigor e nitidez aos contornos sócio-culturais do afrancesamento. Nesta perspectiva que agora se divisa, é a dinâmica dos próprios grupos sociais em finais de Antigo Regime que é também questionada.

Como se infere privilegiou-se, num primeiro momento, as várias manifestações de afrancesamento no interior do Clero, tema que foi lançado no primeiro encontro de Aix-en-Provence, realizado em Janeiro de 1985 e cujas actas se encontram publicadas. Como nos diz Gérard Dufour, no prefácio à obra que por ora apresentamos, tornava-se imperioso «revisar seriamente el tópico segundo el cual el clero español, en sua inmensa mayoría, demostró ser un decidido adversario del nuevo regimen originado en las renuncias de Bayona en 1808». Ponto de vista que este Autor desenvolve ao precisar a ideologia e a actuação de D. Ramon de Arce, Arcebispo de Zaragoza, Patriarca das Índias e Inquisidor Geral de Espanha de 1789 a 1808. Nem sempre hostil ao jansenismo, Arce foi todavia, um intransigente defensor da Inquisição, opondo-se sólidamente às aspirações de reforma deste tribunal esboçadas na Junta de Teólogos para esse efeito convocada em 1793, e às ofensivas anti-inquisitoriais do Bispo Távira e Jovellanos. No mesmo sentido aponta a sua refutação à carta-manifesto do Abbé Grégoire, cuja divulgação viria também a proibir.

Acima de tudo, Ramon de Arce, figura emblemática e cimeira da instituição eclesiástica, foi por algum tempo, um

Recensões

dos elos fortes nas relações entre o poder temporal e espiritual em Espanha. Favorito de Godoy, favorito igualmente do monarca intruso D. José Napoleão I acabaria, ao contrário de Aranza, Felix Amat, O'Farril, Llórente, Suarez de Santander e outros, por nunca sentir a necessidade de refutar a sua conduta passada, acomodando-se ao exílio em Paris.

Mais complexo se afigura o envolvimento político de D. Felix Amat, arcebispo titular de Palmira e abade da Granja, depois da abdicação de Fernando VII. Segundo Huiguerela del Piño, Amat permanece como «una de las personalidades eclesiásticas más interesantes de su época porque será de los pocos que adopten una actitud responsable ante las grandes incitaciones ideológicas que se presentaron al clero español de finales del siglo XVIII e principios del XIX, como que el jansenismo, la Ilustración y el liberalismo».

O confronto da trajectória político-cultural de Amat com o colaboracionismo linear e ocasional do cónego de Segóvia, D. Vincent Ramon Gomes, permite, sem margem para dúvidas, distinguir e distanciar o caso atípico e excepcional do fenómeno mais corrente de colaboracionismo no clero regular e secular.

No termo deste percurso de leitura de um trabalho colectivo que, estando ainda nas margens da prosopografia, abre interessantes e ricas perspectivas de confronto e reflexão, a nossa memoria arrasta-nos inevitavelmente, para a evocação de situações de afrancesamento no clero português, onde se denotam sensíveis pontos de contacto com alguns processos mencionados. Ocorrem-nos, por exemplo, os casos do Bispo do Porto, D. Antonio de S. José e Castro, do Inquisidor Geral, D. José Maria de Melo e do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça.

Trabalhos como este, poderão constituir um bom estímulo para um estudo em profundidade, que há tanto tarda.

Ana Cristina Bartolomeu (iAraújo)

J.-F. Labourdette, *Le Portugal de 1780 à 1802*, Paris, SEDES, Col. Regards sur FHistoire, 1985, 178 pp.

Foram recentemente publicados na Colecção Regards sur FHistoire (SEDES) e sob a direcção de André Corvisier, três títulos que têm em comum a análise do mesmo período para Espanha, Portugal e Itália. Estão por conseguinte, a par desta obra as de Ph. Loupés e J. Georgelin respectivamente,

L'Espagne de 1780 à 1802, e L'Italie à la fin du XVIII^e siècle (vers 1780-1802). Esta criteriosa sucessão de publicações, pela qualidade dos textos apresentados, possibilita uma sintética e rica visão de conjunto da fase final do Antigo Regime numa mancha importante da Europa meridional.

A obra de Labourdette foi elaborada, como nos diz o Autor, para responder às exigências do programa de agregação em História (Universidade de Angers). Trata-se pois de um texto não muito desenvolvido mas onde a clareza e o rigor são constantes.

Distribuída por três partes, para além de uma Introdução e uma Conclusão, a obra trata genericamente os temas: «Estado e Sociedade»; «A Economia Portuguesa»; e «Portugal perante a Revolução Francesa».

A introdução é sempre uma abertura a um texto a desenvolver. Neste caso, e compreensivelmente, não é isso que acontece. Numa obra que tem como principal destinatário o leitor estrangeiro, o Autor preferiu esclarecer os prolongamentos do território nos seus três grandes conjuntos geográficos em relação à Península e o sentido histórico da constituição do Estado Português, seguindo naturalmente a lição de Orlando Ribeiro mas sem qualquer referência à obra de José Mattoso.

A escassez de trabalhos publicados no domínio da demografia histórica em Portugal — facto devidamente assinalado por Labourdette — justificou, por certo, o tratamento também preliminar do comportamento da população ao longo do século XVIII. Se os censos gerais de 1798 e particularmente o de 1801-1802 permitem, embora sujeitos a correcção, estimativas aceitáveis — como o demonstrou Fernando de Sousa — já os números apresentados em 1736 por D. Luís Caetano de Lima são incertos e imprecisos. Apesar da precaridade deste termo de comparação, o Autor regista uma percentagem de aumento da população de cerca de 43%, bastante próxima portanto, da de outros países da Europa no mesmo período.

Na primeira parte Labourdette caracteriza sumariamente a sociedade e o Estado articulando no seu discurso fundamentalmente as contribuições de Victorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* e Antonio Manuel Hespanha, *Historia das Instituições. Época Medieval e Moderna*.

Analisa o Pombalismo numa perspectiva socio-económica, começando por apreciar o seu significado político. Ao progredir para o que intitula «a emergência de um novo ideal

Ptecensões

social: o burguês capitalista», o Autor parece dar um peso excessivo a uma burguesia, cuja existência é indiscutível, mas que permanece mal conhecida. Bastaria ter presente as trajectórias de famílias como os Bandeiras e os Quinelas para desaconselhar tão rígida classificação, já que, nestes casos, é hoje geralmente aceite uma linha de continuidade entre burguesia pombalina, nobreza mariana e fidalguia liberal.

Na segunda parte o Autor explora a ligação de Portugal Atlântico com a Inglaterra, numa perspectiva de coincidência de interesses económicos, acentuando o crescimento sincopado e gradual do mercado interno e externo português ao longo do século XVIII. A propósito, revela ter em preparação um estudo sobre o comércio franco-português, do qual já utiliza nesta obra dois quadros para os anos que medeiam entre 1770 e 1789, elaborados a partir de documentação inédita do ministério francês de Negócios Estrangeiros.

Por fim o Autor assinala de forma precária alguns contributos e indicadores de mutação cultural e ideológica que precedem a Revolução de 1820, deixando em aberto questões como: a diversidade de influências no Iluminismo português; linhas de intercepção e descontinuidade entre as Luzes Pombalinas e as Luzes Marianas; e modalidades e processos de constituição de uma corrente de opinião favorável aos acontecimentos revolucionários de 1789. Pensamos pois que este capítulo, pela complexidade dos temas abarcados, merecia um tratamento mais desenvolvido e detalhado.

E já agora um reparo de ordem formal: num trabalho de divulgação como este seria aconselhável que, em vez de uma breve orientação bibliográfica, o leitor pudesse dispor de uma bibliografia exaustiva e de uma cronologia comparada.

Ao concluirmos a leitura deste sugestivo trabalho somos levados a pensar no grande interesse e curiosidade que a história portuguesa continua a desfrutar no estrangeiro, apesar da pouca divulgação, ou mesmo da ausência de traduções em língua francesa e inglesa, dos mais recentes trabalhos da nossa historiografia.

Ana Cristina Bartolomeu d'Araújo

David Augusto Canelo, *Os Ultimos Criptojudéus em Portugal*, Belmonte, Centro de Cultura Pedro Alvares Cabral, 1987, 264 pp.

É este um livro que fala de portugueses. Não dos portugueses, mas de portugueses. Não de uma classe social, sector profissional, minoria étnica ou seita mais ou menos esotérica, mas do vestígio arqueológico dessa desgraçada «gente de nação» que já se pretendeu apagar da história.

O autor conhece aquilo de que fala. Residente na localidade onde sobrevive (sem a morte à vista) uma das mais antigas e a mais persistente das concentrações de criptojudéus da Península Ibérica (ou de «judéus secretos», como menos propriamente lhes chamou numa primeira versão desta obra, aparecida há dois anos), David Augusto Canelo é hoje um dos raros estudiosos do *marranismo* contemporâneo e o único que, no terreno, tem desenterrado, limpo e arquivado a memória do viver passado e presente dessa comunidade ainda coesa e singular, cuja origem remonta documentalmente ao século XIII.

A obra lê-se num alento, fazendo-nos viajar rapidamente pelo tempo, traçando o percurso que viu converter-se o judaísmo ortodoxo num cristianismo camuflante, depois numa mistura híbrida e, finalmente, num «retorno ao passado» assumido ou redescoberto, que faz com que em Belmonte, haja ainda quem designe «os outros» por cristãos-velhos.

Abre o texto com uma síntese eficaz, esboçando a história primeira do judaísmo em Portugal, aquela que antecede as medidas restritivas do senhor D. Manuel. Aí se revelam as raízes do comportamento e da condição de um povo que, antes ainda das medidas excepcionalmente severas tomadas contra os seus corpos e bens, se juntava já — marginalizado, mas também auto-excluído — no *ghetto* que era a judiaria, regulada de forma em parte autónoma e livre da presença habitual de cristãos

Mais conhecida de outras leituras, a situação criada a partir da expulsão determinada em Espanha no ano de 1492 e em Portugal quatro anos depois, é abordada na perspectiva do entendimento do conjunto de motivos que levaria ao rápido escoar dos judeus presentes no lado de lá da fronteira e à manutenção dos traços que marcam a presença das comunidades lusitanas. Os limites erguidos à efectiva saída dos israelitas nacionais e a sua forçada metamorfose em cristãos-novos, a definição tardia da Inquisição portuguesa, estariam entre o conjunto de razões capazes de determinar essa situação.

Recensões

No contexto da especificidade representada desta banda da Península, David Canelo lembra então a violenta polémica desenvolvida nos inícios da década de setenta e ñas páginas do *Diário de Lisboa*, entre I. S. Révah e Antonio José Saraiva, opondo-se aquele à consabida tese do professor português negando a origem judaica da larga maioria dos cristãos-novos, «fabricados», na sua opinião, pelo Santo Ofício. Reconhecendo os limites dentro dos quais trabalharam os dois estudiosos, o curso do texto acaba por representar uma aproximação (talvez melhor, uma confirmação determinada pela experiência) às teses de Révah: Belmonte (e outras concentrações, menos conhecidas e representativas mas recenseadas) existiria para o confirmar.

Destina-se pois a parte mais volumosa e original da obra à divulgação do conhecimento da origem, da história, da composição, das crenças, das práticas rituais, da definição sócio-económica, demográfica e psicológica do antigo agregado beirão.

A tarefa foi morosa e, com toda a certeza, dificultada pelos obstáculos que gente secularmente habituada à desconfiança e à perseguição naturalmente levantou. Nos anos vinte, Samuel Schwarz, o primeiro estudioso a «descobrir» Belmonte (veja-se *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX*, de 1925), sentira já, apesar da sua origem judaica, o medo desses homens e dessas mulheres, quase da mesma crença, que tardou a conquistar.

Tal medo, tal existência ainda hoje geralmente cerrada a estranhos, tem raízes profundas, mas também outras de mais curta vida. A endogamia, ainda praticada por parte da comunidade, radica nesse isolamento e também, talvez, na antiga crença, mesmo que não elaborada, na especificidade história da definição e do destino do «povo eleito». Do outro lado, as actividades anti-semitas dos anos trinta e quarenta, amplamente compreendidas pelo Estado salazarista e por uma boa parte da hierarquia católica, terão reforçado um pavor que a reactivação dos tempos da Primeira República tinha parcialmente excluído e que a tolerância do tempo presente ainda não fez desaparecer.

Claro que a relação da comunidade com o judaísmo ortodoxo é um outro problema. E a obra levanta-o de forma cuidada, ainda que, talvez, não completa. A ideia é enunciada: «Nos primeiros processos contra os judaizantes verifica-se claramente que estes tinham uma ideia completa dos dogmas e das obrigações da religião judaica. Os *marranos* das gerações tardias não revelam uniformidade religiosa e mostram um acentuado esquecimento do judaísmo talmúdico, mantem-

do um corpo de doutrina e de ritual muito imperfeito através da utilização de fragmentos isolados e desconexos da antiga Lei. Contudo, por mais desconexas que as suas rezas e práticas se nos apresentem não nos ficam dúvidas quanto às suas origens» (pp 66-67). A «Obra do Resgaste» do capitão Barros Basto procuraria, até ao seu abafamento organizativo e à perseguição política movida ao seu principal impulsionador a partir de 1936, retomar esse elo perdido. Mas não teve sequência, dissolvendo-se a recém-retomada aproximação dos núcleos e regressando-se ao alheamento das famílias dispersas e da comunidade ímpar de Belmonte da fidelidade doutrinal e litúrgica.

Uma pesquisa por outras áreas poderia, portanto, e complementariamente, levar ao entendimento mais completo dessa distância, quando se conhece o destaque, a partir do século XIX, da limitada mas activa e materialmente poderosa comunidade judaica portuguesa (particularmente importante na região de Lisboa, onde mantém hoje uma participada sinagoga). Esse seria um trajecto alternativo, que poderia conduzir ainda à ilustração da realidade nem sempre conhecida da heterogeneidade rácica dos judeus (lembre-se o interessantíssimo *The thirteenth tribe*, de Arthur Koestler).

O texto é, portanto, inevitável para quem pretenda estudar ou simplesmente conhecer o fenómeno estranho do cripto judaísmo em Portugal. Referências pormenorizadas a formas festivas, práticas litúrgicas e formulários de orações, além de apêndices documentais diversos e valiosos completam o volume, deixando ao leitor a vontade de conhecer directamente esses fragmentos de uma contemporaneidade ignorada. Que não se desloque, porém, sem um contacto prévio, pois verá fecharem-se-lhe as portas! Porque é, em princípio, um cristão-velho.

Rui Bebiano

ACTIVIDADE CIENTÍFICA

OS CONGRESSOS SOBRE A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Pode dizer-se que o ano de 1987 ficará marcado pela realização de colóquios temáticos de certa importância no campo da História: a Revolução Francesa e a Península Ibérica, que foi objecto de um encontro internacional realizado em Coimbra no mês de Março, cujas comunicações serão publicadas nos próximos volumes desta Revista e da Revista Portuguesa de História; a História Local e Regional, que teve e vai ter vários encontros no país, desde as Beiras (Lamego - Mangualde - Viseu) até ao Ribatejo (Santarém) e Alentejo (Portalegre), permitindo-nos pensar que se encontra em fase de estruturação científica; a História da Educação, que conheceu o seu primeiro grande encontro em Outubro, na Fundação Gulbenkian, com um levantamento sobre as fontes relativas às várias áreas que supõe; e, finalmente, entre outras mais iniciativas (uma, por certo de grande interesse, organizada pela Associação de Professores de História, agora em fase de significativa actividade, sobre «A Construção Social do Passado») os colóquios sobre a Inquisição.

O primeiro colóquio sobre esta temática efectuou-se em Lisboa (17 a 21 de Fevereiro) e o segundo, complementar do primeiro, em São Paulo (20 a 23 de Maio). No entanto, no Brasil ocorreram, um pouco por todo o lado, várias sessões culturais e científicas com o objectivo de marcar os 450 anos da criação da Inquisição moderna em Portugal, que como se sabe, se verificou em 1536. Entre elas deve destacar-se o congresso que se verificou no Rio de Janeiro (25 a 29 de Maio) e que atraiu aí alguns dos investigadores, de várias nacionalidades, que haviam estado presentes em São Paulo, para além dos historiadores locais.

O breve contacto que tive com o colóquio de Lisboa, a minha presença activa no congresso de São Paulo e a minha participação nos últimos dias no congresso do Rio permite-me apresentar algumas reflexões sobre estes acontecimentos que, indubitavelmente, se destacaram no ambiente cultural dos dois países irmãos. Começarei por dizer que, na minha opinião, o melhor comentário jornalístico ao congresso de São Paulo — no meio de uma soma enorme de artigos publicados na imprensa portuguesa, relativos a esse congresso e ao de Lisboa, revelando o interesse suscitado pelo tema e também (terá de se dizer) à maior importância que é atribuída pelos *mass-media* a tudo o que tem por centro de realização a capital — foi assinado por uma

jornalista brasileira, Cremilda Medina (cfr. *O Jornal*, 29.5.87, p. 38). Digo isto porque me parece que, em poucas e incisivas palavras, soube, na verdade, sintetizar os pontos essenciais que caracterizaram esse importante acontecimento. O próprio título do artigo é elucidativo «Reler *L* Inquisição em tempos nublados», pois efectivamente, quem esteve no congresso de São Paulo, como nos de Lisboa ou do Rio, verificou facilmente que as grandes polémicas do nosso tempo não deixaram de transparecer ali de forma directa ou indirecta, de maneira científica ou ao modo de debate ideológico.

Na verdade, se por um lado, reviveu um certo tom «compreensivo» relativamente à Inquisição, ainda que essa «compreensão» se tenha situado essencialmente no campo científico — «compreender» o Santo Ofício no seu tempo e procurar conhecer a «realidade» da sua actuação, e dos seus mecanismos de repressão e de catequese, contra juízos essencialmente ideológicos de ataque ao Santo Ofício, que transferem o Presente para o Passado —, também se manifestou, por outro lado, um discurso sistematicamente crítico do tribunal, radicado em concepções ético-políticas que advêm sobretudo das ideias liberais e que se desenvolvem até hoje, numa perspectiva científico-ideológica (mais científica ou mais ideológica). Neste sentido, a sombra fantasmagórica do «fascismo» português ou das ditaduras da América Latina, e até do nazismo, considerados por vezes como espécie de prolongamento do ambiente de intolerância que possibilitou o aparecimento e a acção da Inquisição, não deixaram de marcar a sua presença, como até a situação colonial de Portugal, onde se centrava a Inquisição, em relação ao Brasil. E, de modo também vincado, não deixou de surgir no espaço de discussão científica e/ou ideológica o (infelizmente) eterno «problema judaico», que origina quase sempre posições pró ou *contra*, sem haver possibilidade de «neutralismo» ou de «objectividade».

Com isto quero dizer que os congressos sobre a Inquisição se destacaram mais pela discussão «cultural» (e ideológica) do que pelo debate científico? Bem, desdramatizemos os conceitos e as situações. Por um lado, deveremos deixar bem claro que a História não se pode desvincular do discurso ideológico — o que sucede sim é que essa ligação se pode operar a várias dimensões, podendo atingir a forma extrema da chamada «história ideológica» ou, se se quiser, do «ideologismo historiográfico» — e que por isso o surgir das ideologias é sempre uma realidade, sendo, porém, necessário evitar o extravasamento para áreas radicais. Por outro lado, teremos de dizer que em congressos relativamente abertos como estes — e talvez seja importante que assim aconteça — se correm obrigatoriamente certos riscos, sendo, todavia, de evitar que, à custa da vontade de dar à História um plano de convívio cultural a transformemos num simples debate de «ideias», onde Passado e Presente se confundem. Ora, tendo em conta estas considerações, e aceitando que na verdade os congressos realizados tiveram momentos onde a História como Ciência (ainda que «Ciência especial») esteve ausente, pode dizer-se que valeram sobretudo pela «comunicação» científica. E digo «comunicação» porque houve excelentes tempos de explanação de investigações científicas, em termos de sínteses ou de pesquisas localizadas, embora escasseasse a discussão metodológica e teórica, que necessariamente nos levaria a enfrentar (desta vez de um modo científico) o problema das ideologias como elemento condicionador da análise e das interpretações historiográficas da Inquisição, assim como faltou o debate sobre a organização da investigação relativa ao Santo Ofício em Portugal e no Brasil.

Actividade Científica

A quantidade elevada de congressistas portugueses e brasileiros que apresentaram comunicações mostra que afinal o nosso panorama historiográfico relativamente à Inquisição portuguesa não é tão pobre quanto se julgava, tão pobre, sobretudo, se confrontado com o panorama historiográfico espanhol, que se fez representar por importantes historiadores na matéria? Em parte é isso verdade, dado que se estão a verificar algumas tentativas, embora ainda incipientes, de organizar a pesquisa sobre o tema, como se estão a realizar as primeiras dissertações de doutoramento. Mas o que essa quantidade revela também é o interesse que o tema suscita e, acima de tudo, ela é indiciadora de que a Inquisição marcou de tal forma a realidade portuguesa e brasileira durante cerca de três séculos que os historiadores, ao estudarem outras temáticas, depararam necessariamente com o Santo Offício e daí a razão porque, não sendo especialistas no tema, o abordaram (e por vezes com comunicações de certa importância).

Concluindo, direi que os congressos sobre a Inquisição tiveram indubitavelmente um grande significado no panorama cultural e historiográfico português e brasileiro. Houve, é certo, algumas ausências significativas em todos os colóquios — recorde, no caso português, que melhor conheço, Mário Brandão, que publicou alguns processos fundamentais sobre os professores do Colégio das Artes, Silva Dias, que dedicou ao tema algumas páginas fundamentais nos seus estudos sobre o Humanismo e sobre a Maçonaria, António José Saraiva, o polémico autor das duas sínteses sobre o assunto publicadas no nosso século, Borges de Macedo, que escreveu um excelente ensaio sobre a^h historiografia da Inquisição—mas, por certo, ela não se deve à incúria da organização e sim a dificuldades pessoais. No entanto, a verdade também é que se pôde ouvir, em alguns dos congressos, jovens investigadores que estão a trabalhar com todo o rigor científico sobre o tema, prometendo para breve trabalhos de grande valor. É isso que sucede, por exemplo, com Francisco Bettencourt e com Elvira Mea, cujas teses de doutoramento se aguardam. Acima de tudo, porém, deve destacar-se que, pela primeira vez em Portugal e no Brasil, se verificaram encontros científicos sobre a Inquisição, o que — creio — seria impossível efectuar noutros tempos ainda mais «nublados». Será esta uma apreciação ideológica? Talvez, mas assumo-a como uma «consciência cultural».

Ainda uma referência especial às duas interessantes exposições que se realizaram no âmbito dos dois congressos — uma delas, de tipo bibliográfico, promovida pela Biblioteca Nacional de Lisboa, e outra, iconográfica, que foi apresentada na Reitoria da Universidade de São Paulo. E, como não podia deixar de ser, um louvor às instituições principais que puseram de pé estes congressos — a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, a Sociedade Brasileira de Estudos do Século XVIII, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro — e a quem pessoalmente se empenhou — Maria Helena Carvalho Santos, Assistente da Universidade de Nova de Lisboa. Anita Novinsky, Professora da Universidade de São Paulo, e Célia Freire, Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Das três, creio poder dizer, sem desprimor para ninguém, que só Anita Novinsky é especialista da Inquisição, mas todas deram um contributo importante para que se possa iniciar o debate científico sobre ela.

Luís Reis Torgal

UMA EXPERIÊNCIA DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL
NA BAÍA E UMA SUJESTÃO
DE PESQUISA HISTÓRICA LUSO-BRASILEIRA

A minha estadia no Brasil para participar em dois congressos sobre a Inquisição levou-me ao contacto com duas realidades culturais que aqui acho interessante registar em termos de «impressões de viagem» de interesse científico.

Uma delas verificou-se na Baía (ou Bahia, como se escreve no Brasil), onde fui proferir conferências a convite da Universidade Estadual (U. N. E. B.). Tendo como guias a Dr.^a Yara Ataíde Bandeira e o Dr. Renato Ferraz, conheci um interessante projecto de investigação ligado a uma das realidades sociais e mentais mais curiosas dos fins do século XIX — o movimento profetista sebastiãoico do sertão de Canudos, liderado por António Conselheiro, que enfrentou então as tropas governamentais da nascente República, com a sua prática centralizadora, unificadora e planificadora, em termos políticos e administrativos.

No centro da Baía encontramos um monumento dedicado «Aos Heróis de Canudos». Quem são estes «Heróis?» Obviamente os homens do «Brasil oficial», os militares sobretudo, que puseram termo à comunidade de Canudos, após quatro expedições, a última das quais composta por alguns milhares de soldados, comandados por um general. A história militar de Canudos já conheceu, de resto, as suas obras, como é o caso do livro do Tenente Macedo Soares, *Guerra de Canudos*. Mas, em que consistiu propriamente a comunidade de Canudos? Este é fundamentalmente o problema que se coloca ao historiador. No entanto, ele interessou outros intelectuais desde a época em que se desencadeou o conflito. Assim sucedeu com Euclides da Cunha que, em 1902, escrevia *Os Sertões*, obra de sociologia do sertão, considerada hoje uma das obras primas da literatura brasileira, ou, presentemente, com o escritor peruano Mario Vargas Llosa que, ajudado por sertanejos e antropólogos (entre eles Renato Ferraz), criou, tendo como base uma tentativa de reconstrução histórica da realidade de Canudos, um dos romances mais interessantes da actualidade — *La guerra del fin del mundo*, publicada em 1980 e que recebeu em 1985 o Prémio Ernest Hemingway.

Mas o problema histórico-sociológico de conhecer, em toda a profundidade e extensão, a comunidade de Canudos, nas suas perspectivas sociais, económicas, políticas, religiosas, mentais, permanece, ainda que historiadores e sociólogos, como Maria Isaura Pereira de Queiroz (*Réforme et révolution dans les sociétés traditionnelles*, Paris, Antropos, 1968) já lhe tenham dedicado alguma atenção. Daí que a UNEB, através do Centro de Estudos Euclides da Cunha, tenha criado o «projecto Canudos», que tem como um dos objectivos reunir toda a documentação referente ao assunto, existente nos arquivos públicos e particulares, do Exército ou da Igreja, assim como as tradições orais e vestígios arqueológicos. Mas, o «projecto Canudos» é mais do que uma simples prospecção em termos meramente históricos. Com uma dinâmica interdisciplinar, procura também levar a efeito uma investigação e uma acção de desenvolvimento local e regional no plano sociológico, educacional, agrícola, médico, etc. A UNEB, que constitui uma Universidade de sentido «politécnico», encontrou assim um pólo para realizar a sua vocação prática e pareceu-

-me, até pelo entusiasmo que encontrei nos seus docentes, investigadores e técnicos, que pode vir a concretizar um plano de investigação em termos regionais verdadeiramente exemplar.

Para nós, portugueses, este projecto é também particularmente aliciante. É que a questão Canudos, embora se desenvolva já durante o Brasil independente, tem subjacente uma ideia profética que nos diz respeito — o sebastianismo. Claro que é um sebastianismo próprio, ligado a uma concepção de comunitarismo primitivo, que responde às carências e à violência da sociedade sertaneja, um sebastianismo que combate (como se dizia em Canudos) o «protestantismo», o laicismo e a maçonaria da sociedade republicana em construção. Mas que relação tem este sebastianismo — que esperava também a vinda redentora de um D. Sebastião, que passaria a fio de espada os homens de Satanás e que criaria um reino de abundância — com o sebastianismo português, que se desenvolve desde o século XVI e que teve em Vieira, português e brasileiro (com uma importante experiência baiana), a sua principal expressão erudita e «sintética»? Até que ponto este sebastianismo emerge em última instância das correntes milenaristas, que, segundo parece, tiveram um papel fundamental na formação destes movimentos profetistas? Só uma investigação de especialistas poderia responder a estas e outras questões. Para isso, o Professor José Veiga Torres, a quem pertence o estudo mais completo sobre o sebastianismo português — a sua dissertação de doutoramento apresentada à Sorbonne, *Fonction et signification sociologique du messianisme sebastianiste dans la société portugaise*, infelizmente médita entre nós e só conhecida através de algumas sínteses publicadas nas nossas revistas (veja-se, por exemplo, «O tempo colectivo progressivo e a contestação sebastianista», in *Revista de História das Ideias*, n.º 6, Coimbra, 1984, pp. 223-258) — poderá dar um contributo significativo.

O estreitamento real e profundo das relações culturais entre Portugal e o Brasil é uma das tarefas prioritárias a realizar, como já o disse em 1984 relativamente a um projectado plano de estudo da história da Universidade portuguesa, que agora — a dois passos do seu 7.º Centenário — tem ainda mais oportunidade (cfr. *Revista de História das Ideias*, n.º 6, Coimbra, 1984, pp. 453-460). Importa reavivar convénios, quase desconhecidos e apenas existentes no papel, realizados entre universidades de ambos os países, e criar projectos de investigação bem definidos, viáveis e necessários, que ponham em contacto investigadores portugueses e brasileiros e é urgente estabelecer um correcto intercâmbio de docentes ou, quanto mais não seja, das suas obras, pois é realmente desanimador percorrer a secção de História de uma livraria brasileira, especializada no livro português, passando-se algo de idêntico com as livrarias portuguesas em relação às obras historiográficas do país irmão. São problemas deste tipo que nos devem preocupar e não questões como a afirmação do Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, proferida algures no Brasil, relativamente à prioridade do seu descobrimento, tão ridiculamente discutida entre nós, conforme oportunamente já o disse — com a autoridade e o bom senso que lhe são reconhecidos — o Professor José Mattoso, no que foi secundado pelo Professor Romero Magalhães (*Expresso*, 22 e 29 de Agosto de 1987, respectivamente, pp. 8 e 11). A História aprende-se verdadeiramente através de um esforço de investigação e de comunicação e importa que os organismos culturais interessados no relacionamento entre Portugal e o Brasil não privilegiem a literatura em prejuízo da ciência histórica. Se é importante o conhecimento, já

felizmente tão divulgado, de Camões, de Pessoa ou de Saramago, de Erico Veríssimo, ou de Jorge Amado, ou de Eça, e o conhecimento do português, lamentavelmente secundarizado em zonas que colonizámos ou por nós administradas, tal como sucede em Macau não se poderá pensar que a poesia ou a prosa constituem uma espécie de «totalidade» das culturas nacionais.

A minha visita a Porto Alegre, onde fui realizar algumas conferências na Pontifícia Universidade Católica e onde fui guiado no conhecimento da realidade cultural e social da região pelos Professores Brás Brancato e Macharty Moreira, sugeriu-me a realização de um projecto de História Social que me limito aqui a propor. Porto Alegre é uma cidade de colonização açoreana, aliás bem marcada por alguns lugares típicos, como o que resta da Ponte dos Casais (onde terão chegado os primeiros casais de colonos vindos dos Açores) ou pelo nome de algumas ruas, evocativas de descendentes de colonos dessa região ou de nomes bem ligados ao arquipélago (Medeiros, por exemplo). Julgo, pois, que o grupo de História da Universidade dos Açores poderia levar a efeito um projecto conjunto de investigação deste fenómeno de emigração, que, de resto, parece estar a ser estudado para o período de 1836 a 1842 por Manuel Pinto dos Santos. Como se operaram os fenómenos migratórios e quais os seus ciclos, de que famílias, de que ilhas e de que grupos sociais eram os emigrantes, que costumes açoreanos permaneceram ou não entre os habitantes da região do Rio Grande do Sul ou até que influência cultural e linguística exerceram ali? Estes, e outros muitos problemas, poderiam ser objecto de trabalhos de colaboração e poderiam mesmo gerar algumas dissertações de doutoramento.

São simples «notas de viagem» que aqui deixo — informações e sugestões que poderão abrir caminho para o necessário esforço conjunto da análise histórica de Portugal e do Brasil, que em muitos pontos se interceptam e em outros se tocam.

Luis Reis Torgal

SEPTIEME CONGRES INTERNATIONAL DES LUMIERES

O *VIII^e Congrès International des Lumières* que se realizou em Budapeste, entre 26 de Julho e 2 de Agosto de 1987, foi organizado pela Sociedade Internacional de Estudos do Século XVIII (S.I.E.D.S.), pelo Instituto de Ciências Históricas da Academia das Ciências da Hungria e ainda teve a cooperação da Universidade Eötvös Loránd em cujas Faculdades de Direito e de Letras decorreram todas as sessões e mesas-redondas do Congresso.

Não é demais realçar a excelente organização que presidiu à concretização dos objectivos deste encontro científico e que permitiu aos seus participantes (em número muito superior a mil) o debate, a crítica e também a re-avaliação do discurso das Luzes em perfeita atitude interdisciplinar.

Aliás, logo na sessão plenária de abertura (na Sala Pátria do Palácio dos Congressos) nos foi dado entender estar perante uma

Actividade Científica

realização científica de grande nível pois nesse sentido apontaram as palavras do Ministro da Cultura Béla Kôpeczy, e as conferências do Prof. Roland Mortier (Presidente da S.I.E.D.S.) sobre *Les digressions de VEncyclopédiste* e do Prof. Domokos Kosáry (Presidente do Comité Organizador) sobre *La Hongrie du XVIII^e siècle dans une perspective européenne*. Ambas apresentaram uma nova leitura da problemática sobre as «Luzes».

Diga-se também que a sessão de encerramento, em que foi anunciada a eleição do novo Presidente da S.I.E.D.S. Prof. Robert Darnton, se pautou por uma extensa avaliação e balanço crítico dos trabalhos apresentados ao Congresso a cargo do Ministro da Cultura húngaro.

Foram seis as secções por que se repartiram a grande maioria das comunicações:

1. Les Lumières et reconomie: theories et réalités
 - 1.1. Politique economique: tendances et aspirations
 - 1.2. L'essor de l'agriculture et la Révolution industrielle
 - 1.3. Commerce, transports, infrastructure
 - 1.4. Les Universités et la formation des discours éclairés de l'économie politique et du gouvernement économique
2. Les Lumières et la Société en mouvement. Evolution et Révolution
 - 2.1. Les forces sociales et les politiques éclairées
 - 2.2. La Révolution Américaine et son echo
 - 2.3. La Révolution Française et son echo
3. Les Lumières: les idées et leur propagation
 - 3.1. L'Eglise dans le changement
 - 3.2. La Philosophie: son expansion dans la société
 - 3.3. Livres et presse: véhicules des idées
 - 3.4. L'Ecole: traditions et modernisation
4. Les Lumières et le progrès scientifique
 - 4.1. Le rapprochement de la theorie et de la pratique Mathématiques, Physique, procédés techniques
 - 4.2. Le corps humain et la nature. Nouvelles idées et nouveaux procédés techniques
 - 4.3. Les nouvelles sciences politiques
 - 4.4. Clio et ses nouvelles méthodes
5. Les Lumières et les arts
 - 5.1. a. Littérature et esthétique
 - 5.1. b. Le statut de l'écrivain
 - 5.1. c. Genres et courants littéraires
 - 5.2. La Musique, le theatre et leur publique
 - 5.3. Architectes et Mécènes
 - 5.4. Depuis la peinture jusqu'aux arts décoratifs
6. Les Lumières et révolution nationale et ses conditions
 - 6.1. La conscience nationale et ses conditions
 - 6.2. La langue nationale: facteur unificateur et centrifuge
 - 6.3. Littératures nationales: leur foncion sociale
 - 6.4. La «Nation»: différents aceptions d'un vieux terme

Paralelamente a estas secções funcionaram algumas mesas-redondas sobre: «Lumières et Reformes» «William Beckford's Vathek: Bicentennaires Papers»; «La Famille»; «L'Édition des Lumières»; «The american contribution — a bicentennial presentation»; «Le triangle des Lumières en Europe»; «L'Histoire des Colonies au XVIII^e siècle». E ainda outras actividades culturais: visitas a Budapeste, récitals de órgão e piano, excursões, exposição de publicações sobre o século XVIII, entre outras.

Revestiram-se de particular interesse científico os trabalhos que decorreram nas secções 2 e 3 («Les Lumières et la société en mouvement. Evolution et Révolution» e «Les Lumières: les idées et leur propagation»), onde se sucederam várias comunicações de indiscutível valor. Saliento, a título de exemplo, as do Prof. G. Noszlopy (Inglaterra) sobre *Transformations of the image of Britannia in the age of Enlightenment*; a dos italianos Profs. A. M. Rao e E. Chiosi intitulada *Etat, Lumières et noblesse militaire: le cas du Royaume de Naples*; a do Prof. M. Allain (Estados Unidos da América) sobre *La Révolution Américaine dans l'Histoire philosophique de l'abbé Raynal*; do Prof. A. Gil Novales (Espanha) sobre *La Révolution Française et la Révolution espagnole: mises en parallèle*; do Prof. L. Roura I Aulinas (Espanha) sobre *La société catalane et la guerre entre l'Espagne et la Convention: une lutte contre la Révolution*; a do Prof.^a M. M'onet Codignola (Itália) intitulada *Quelques considérations sur l'idée de la régénération de l'homme selon la morale et la religion révolutionnaires*; a do Prof. P. Casini (Itália) sobre *La sagesse des anciens philosophes d'Italie*; a do Prof. J. M. Levine (E.U.A.) sobre *Vico and the quarrel between the Ancients and the Moderns*; a do Prof. P. D. Jimack (Inglaterra) sobre *The traditionalist back-lash: resistance to educational reform in France, 1110-1789* e ainda o estudo introdutório e problematizante apresentado pelo Prof. Roger Chartier (França) sobre *Livres et presse: véhicules des idées*.

A participação portuguesa a este Congresso representou um sério e meritório trabalho científico por parte dos seus intervenientes tal como foi julgado pelo ministro da Cultura Béla Köpeczy na sessão de encerramento. Foram as seguintes as suas comunicações: Prof. Doutor J. Esteves Pereira sobre *Portuguese Enlightenment*; Dr. J. L. Lisboa sobre *Images de la science dans les Ruisseaux de la Librairie portugaise*; Dr.^a A. Cristina Bartolomeu d'Araújo sobre *Cosmopolitisme et diffusion des Lumières au XVIII^e siècle au Portugal*; Dr.^a Maria João Brilhante sobre *Nicolau Tolentino et l'image humoristique du Poète à la fin du XVIII^e siècle au Portugal*; Dr.^a Eugénia Leal sobre *La symbolologie de l'espace américain dans Manon Lescaut de Prévost*; Dr.^a Helena Buescu sobre «*Je crois que le temps change*»; *Correia Garção et le lyrisme au quotidien*; Dr.^a M. H. Carvalho dos Santos sobre *Les intellectuels au Portugal — des Lumières au libéralisme*; Prof. Doutora Graça Almeida Rodrigues sobre *Le rôle des femmes dans la propagation des idées au siècle des Lumières* e a nossa comunicação intitulada *Du Siècle des Lumières aux Lumières du Siècle: notes sur la présence des idées illuministes et révolutionnaires dans les origines du libéralisme portugais*.

De referir ainda a participação da Prof. Dr.^a Laura Pires na mesa-redonda sobre William Beckford onde apresentou o texto *Vathek in Portugal*.

Estão previstas as Actas que a Fundação Voltaire publicará em 1988 condensando em quatro volumes os resumos das comunicações e as conclusões.

Actividade Científica

Note-se que o 1.º volume (*Seventh International Congress on the Enlightenment: introductory papers*, The Voltaire Foundation, Orford, 1987, 272 pp.), contendo os relatórios introdutórios às várias secções e da autoria dos professores responsáveis pelo seu funcionamento, estava já disponível durante o Congresso. São os seguintes os seus títulos

1. Joseph Goy, Effets et limites de l'essor de l'agriculture nouvelle au dix-huitième siècle
Maurice Aymard, Commerce, transports, infrastructures
2. Derek Beales, Social forces and Enlightened policies
J. G. A. Pocock, Enlightenment and Revolution: the case of English-Speaking North America
Michel Vovelle, La Révolution française et son écho
3. Ulrich Ricken, La philosophie: son expansion dans la société
Roger Chartier et Daniel Roche, Livre et presse: véhicules des idées
Roger Chartier et Dominique Julia, L'école: traditions et modernisation
4. Gyöző Birtalan and Emil Schultheisz, Enlightenment medicine in Hungary
Michel Baridon, Les historiens des Lumières et leur problématique
5. Jacques Chouillet, Littérature et esthétique
Siegfried Jüttner, The status of the writer
Thomas Bauman, Current research in eighteenth-century theatrical musical
Andrzej Rottermund, Architects and art patronage
Klára Garas, Les beaux-arts au XVIII^e siècle: état actuel de la question, le point sur les recherches
6. Ernst Wangermann, The conditions of national consciousness in the epoch of Enlightenment
Y. M. Lotman, Le mot et la langue dans la culture du Siècle des Lumières
Gabrijela Vidan, La littérature nationale en Europe et les Lumières
Otto Dann, The nation: different meanings of an old term

Para concluir, não é demais salientar que os congressos sobre a temática das «Luzes» que a S.I.E.D.S. tem promovido com uma regularidade espantosa (de 4 em 4 anos) desde 1963 — (o 1.º realizado em Coppet); o 2.º em 1967 (St. Andrews); o 3.º em 1971 (Nancy); o 4.º em 1975 (Yale); 5.º em 1979 (Pisa); o 6.º em 1983 (Bruxelas) e o 7.º agora em Budapeste —, são bem um sintoma da vitalidade da instituição que sempre tem procurado desenvolver e activar os estudos sobre o tema.

Basta percorrer as várias actas felizmente editadas.

I. V.

VIII COLÓQUIO DO COMITÉ INTERNATIONAL DE PALÉOGRAPHIE LATINE

Teve lugar em Madrid e Toledo de 29 de Setembro a 1 de Outubro, a realização do VIII Colóquio do *Comité International de Paléographie Latine*. Nele se congregaram 32 membros do Comité

e cerca de 90 observadores onde se destacavam, como bem salientou o seu organizador Prof. Manuel Díaz y Díaz, na sessão de abertura, as delegações espanhola e portuguesa. Integravam esta última representantes das três Universidades: Coimbra (Prof. J. Galdes Freire, Prof.^a M. H. da Cruz Coelho e Lic.^{da} M. J. Azevedo Santos), Lisboa (Prof. I. da Rosa Pereira, Prof. A. A. do Nascimento e Lic.^{do} A. J. Ribeiro Guerra) e Porto (Prof. José Marques, Lic.^{da} M. C. Almeida Cunha e Lic.^{da} M. S. Curado).

Como vem sendo política do Comité privilegiar os assuntos paleográficos específicos do país que recebe os congressistas, neste colóquio foram maioritárias as intervenções que se reportaram ao estudo da escrita visigótica em códices ou documentos, sem embargo de outros temas haverem sido tratados, em especial os de natureza codicológica.

Mereceram uma atenção particular os estudos de manuscritos de diversos países (desde a Polónia a Portugal), muitos de natureza litúrgica, que sob vários aspectos de carácter intrínseco e extrínseco foram analisados nas comunicações dos Professores: Gieysztor, Supino Martini, Palma, Mazal, Petersen e Rosa Pereira. Algumas particularidades diplomáticas dos códices, com destaque para o seu «incipit», foram referidas nas intervenções dos Professores: Gasnault e La Mare.

Problemas especialmente codicológicos como a «mise en page» ou formato, como alguns preferem, a regragem e paginação ou técnica das iluminuras patentearam-se nas comunicações dos Professores: Zaluska, Ornato-Bozzolo-Muzerelle, A. Nascimento, Keller e Guineau-Vezin.

Dois estudos dos Professores Rouse e E. Lalou individualizaram o caso das tábuas de cera, chamando a atenção, respectivamente, para a sua função de material-suporte à aprendizagem da escrita e suas consequências e para os diferentes formatos de algumas tábuas de cera conservadas em França.

O uso, função e difusão da escrita na Bética, sobretudo no período romano foi tema desenvolvido pela Prof.^a Pardo Rodriguez, enquanto que o Prof. Meyer chamou a atenção para a escrita de algumas inscrições da época flaviana. Por sua vez o Prof. Zamponi referiu as regras de traçado das letras na «littera textualis» gótica e em conjunto os especialistas Muzerelle-Bozzolo-Ornato destacaram o emprego de abreviaturas em alguns livros litúrgicos da Baixa Idade Média.

Em duas profundas sínteses, que numa relação dialéctica se completaram, os Professores Spunar e Gasparri abordaram, respectivamente, a problemática das relações entre a estética e a escrita, potencializando a escrita como uma «belle écriture» e o confronto entre uma escrita caligráfica e uma escrita usual e corrente, exemplificando com a chancelaria real francesa no século XII.

Um conjunto maioritário de estudos incidiram, como já o dissemos, sobre a escrita visigótica nas suas diversas formas, cursiva ou redonda, utilizada em códices ou documentos. Análises de alguns fragmentos de códices visigóticos, chegando-se, por vezes, à reconstrução de todo o manuscrito, foram elaboradas pelos Professores Sanz Fuentes e Canellas Lopez, detendo-se ainda sobre a datação de alguns códices Garcia Larragueta.

As comunicações sobre a origem e os diversos tipos de escrita visigótica fixada em códices ou documentos, sua evolução e cronologia, bem como a problemática do subsequente abandono desta escrita nacional e adopção da letra Carolina demonstraram bem que

Actividade Científica

só os estudos monográficos e regionais poderão esclarecer correcta e cabalmente a vida e desenvolvimento desta escrita, com particularidades e desfasamentos cronológicos regionais muito acentuados. Foi assim extraordinariamente frutuoso comparar o caso da Catalunha com os de Leão, Castela e Portugal nos estudos dos Professores: Camino Martinez, Mundó-Alturo, Ostalaza Elizondo, Romera Iruela, Azevedo Santos, Ribeiro Guerra e Geraldés Freire.

E aqui será de destacar que, dado o interesse que para nós portugueses tem a escrita visigótica de tão longa sobrevivência no nosso país, os nossos estudiosos contribuíssem com achegas muito válidas para a sua melhor dilucidação. Não menos de referir o interesse crescente que os estudos paleográficos estão a despertar, numa salutar convergência interdisciplinária, como bem o demonstrou a presença de muitos jovens estudiosos de diversas formações e especialidades.

Finalmente, os Professores Pétrucci e Palma deram a conhecer as dificuldades da publicação de revistas e trabalhos da especialidade pelo seu alto custo e pequena difusão que todos nós bem conhecemos.

Se foram valiosíssimas as sessões de trabalho para o aprofundamento dos estudos paleográficos, não menos proveitosa se apresentou, num complemento imprescindível, a observação de manuscritos visigóticos que a Biblioteca Nacional de Madrid e o Cabido da Catedral de Toledo facultaram aos congressistas em duas exposições. Os organizadores deste Colóquio, que nos merecem os maiores elogios e por todos eles o seu mentor Prof. Díaz y Díaz, programaram a sessão de 30 de Setembro para o Palácio, de Benacazón em Toledo, dando assim ensejo aos congressistas de visitarem esta maravilhosa cidade.

No banquete de despedida o Presidente do Comité, Prof. L. Boyle, anunciou a realização do IX Colóquio do *Comité International de Paléographie Latine* para o ano de 1990, na cidade de Roma.

M. H. da Cruz Coelho e M. J. Azevedo Santos

INSTITUTO DE HISTORIA E TEORIA DAS IDEIAS

ALGUMAS ACTIVIDADES EM 1986/87

PUBLICAÇÕES

Manuel Augusto Rodrigues

- «O Colégio de S. Bento de Coimbra », *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 30 (1985), pp. 189-205.
- «As invasões francesas em cartas pastorais de bispos portugueses. Posição dos prelados de Angra e de Eivas», *Revista de História das Ideias*, vol. 7 (1985), pp. 91-109.
- «As preocupações apostólicas de D. Miguel da Anunciação à luz das suas cartas pastorais», in *A mulher na sociedade portuguesa* (Actas do Colóquio), Coimbra, 1986.
- Prefácio e Apêndice de *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamiólogos* (Évora - Faro - Silves 29 Set. — 6 Out. 1982). Editadas por Adel Sidarus, Évora, 1986.
- *Inventário da Livraria do extinto colégio de S. Tomás*, Coimbra, 1987.
- «As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra», *Revista de História das Ideias*, vol. 8 (1986), pp. 145-160.
- Livros estrangeiros adoptados na Faculdade de Teologia na última fase da sua existência», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VIII (1986), pp. 213-241.

Luis Reis Torgal

- *Historia institucional e política: séculos XIV a XVIII: o estado moderno: estrutura, formação, evolução*, Coimbra, 1985 (policopiado).
- *Universidade, sociedade, política e ciência nos primórdios do liberalismo em Portugal: 1820-1823*, Coimbra, 1985 (policopiado).
- «O lugar da História, o lugar do historiador, o lugar do professor de História», *Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 2 (II série), 1986-1987, pp. 15-26.
- *Ingresso no Ensino Superior. Um labirinto de Creta...*, Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987, 128 pp. Em colaboração com António Simões Rodrigues.

Fernando Catroga

- «A Metafísica Indutiva de Antero de Quental», *Biblos*, vol. 61, 1985, 35 pp.
- «Nacionalismo e Ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do séc. XIX», *Cultura, História e Filosofia*, 1985, 45 pp.
- «A laicização do casamento e o feminismo republicano», in *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, 1986, 22 pp.
- «A cremação na Época Contemporânea e a dessacralização da morte: O caso português», *Revista de História das Ideias*, vol. 8, 1986, 39 pp.

Maria Manuela Tavares Ribeiro

- «O Cristianismo Social de 1848», *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 1987, 20 pp.

Amadeu José de Carvalho Homem

- «Conciliação e confronto no discurso republicano • — 1870-1850», *Revista de História das Ideias*, vol. 7, pp. 281-312.

Isabel Nobre Vargues

- «Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma cronologia e bibliografia», *Revista de História das Ideias*, vol. 7, Coimbra, 1986.

- «La Revolución de 1820. Notas para el estudio del liberalismo portugués y de su correlación peninsular», *Siglo XIX. Revista de História*, México, Año II, n.º 3, Enero-Junio de 1987.

Antonio Resende de Oliveira

- «A mulher e as origens da cultura trovadoresca no ocidente peninsular», in *Actas do Coloquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. II, Coimbra, 1986, pp. 21-34.

José Antunes

- «Becket, o rei e o século», em *Crime na Catedral-Cítac*, 1986.

Ana Cristina Bartolomeu d'Araújo

- «Revoltas e Ideologias em conflito durante as invasões francesas», *Revista de História das Ideias*, vol. 7, Coimbra, 1985, pp. 7-90.

Vítor Parreira Neto

- «Herculano: política e sociedade», *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 1985, pp. 647-669.

Ana Leonor Pereira

- «A institucionalização da loucura em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 21, 1986, pp. 85-100.

Joaquim Ramos de Carvalho

- *Les visites pastorales portugaises comme sources pour une histoire de la famille. Le diocèse de Coimbra, XVII^e, XVIII^e siècles*, Florença, Instituto Universitário Europeu, Junho de 1986, (dact.).
- *Report on Computer Usage by the History Department*. Florença, Instituto Universitário Europeu, Fevereiro de 1987, (dact.).

João Gouveia Monteiro

- *Orientações da cultura na Corte na 1ª metade do século XV — a literatura dos príncipes de Avis*, Coimbra, 1987 (polieopiado).
- *Fernão Lopes — texto e contexto*, Coimbra, 1987 (polieopiado).

José Pedro Paiva

- «Feitiçarias, Bruxarias e Curas Supersticiosas. As visitas pastorais como fonte para o estudo das práticas de magia. Os agentes da magia na Diocese de Coimbra na segunda metade do séc. XVII», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, 1985.
- «Reportório das visitas pastorais da Diocese de Coimbra, sécs. XVII, XVIII e XIX», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, 1985 (de colab.).

Maria do Rosário Azenha

- «Revoltas e revoluções. Catálogo da Exposição Bibliográfica», *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 1985, pp. 573-585 (de colab.).
- «Bibliografia de J. S. da Silva Dias», *Revista de História das Ideias*, vol. 8, 1986, pp. 11-23.
- *A Revolução Francesa e a Península Ibérica. Catálogo da Exposição Bibliográfica*, Coimbra, 1987 (de colab.).

PARTICIPAÇÃO EM COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS:

Manuel Augusto Rodrigues

- Fev. de 1986 — Madrid, sobre «A Península Ibérica e a Revolução Francesa», com comunicação sobre «As viagens científicas de professores da Universidade de Coimbra após a Reforma Pombalina».
- Abril — Los Angeles, no «Simpósio sobre Tradições Portuguesas», com comunicação sobre «A Universidade de Coimbra e a evolução científica após a Reforma Pombalina».

- Maio — Academia Portuguesa de História, sobre «A obra do Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos».
- Outubro — Toronto, sobre o «Brasil na última fase da história colonial», com comunicação sobre «A Universidade de Coimbra e o Brasil entre 1772 e 1820».
- Outubro — Lisboa, sobre «História da Época Moderna», com comunicação sobre «A Universidade de Coimbra no séc. XVI. O movimento editorial dos seus professores».
- Fev. de 1987 — Lisboa, sobre «A Inquisição», com conferência sobre «Coimbra e a Inquisição. Fundos de Bibliotecas e Inquisição».
- Março — Coimbra, sobre «A Revolução Francesa e a Península Ibérica», com comunicação sobre «O ensino da Teologia, Cânones e de Leis na Universidade de Coimbra após a Reforma Pombalina. Tendências regalistas, episcopalistas e jansenitas».
- Maio — Lisboa, sobre «O Humanismo em Portugal. O Erasmismo em Heitor Pinto».
- Out. de 1986 — Universidade de Otava, sobre «A Universidade de Coimbra entre a Reforma de D. João III e a Reforma Pombalina».
- Fev. de 1987 — Universidades de Utrecht e de Amsterdão, sobre «A Universidade de Coimbra e a Holanda» e «Os Judeus Portugueses de Amsterdão».
- Abril — Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, sobre «Estatutos da Universidade» no Colóquio sobre os 75 anos da reinstalação da Universidade de Lisboa.
- Maio — Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, sobre «A Igreja em Portugal no séc. XIX».

Luis Reis Torgal

- 4 e 5 de Dez. 1986 — Participação no colóquio «Portugal da Revolução ao Liberalismo», realizado em Braga pela Universidade do Minho, Proferiu a conferência «Universidade e sociedade portuguesa nos primórdios do liberalismo — revolução, reformismo e continuidade».
- 13 de Dez. 1986 — Conferência realizada em Santarém, promovida pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, e subordinada ao tema «Passos Manuel e a Universidade — do Vintismo ao Setembrismo».

- 4 a 6 de Março 1987 — Participação no colóquio internacional «A Revolução Francesa e a Península Ibérica», realizado na Faculdade de Letras de Coimbra, de cuja Comissão Organizadora fez parte. Apresentou a comunicação «A Revolução Francesa no ensino da História em Portugal».
- 23 a 25 de Março 1987 — Participação como convidado no colóquio «Insucesso no ensino obrigatório: o como, o porquê e o futuro», realizado em Coimbra no Auditório da Reitoria da Universidade e organizado pelo Sindicato de Professores da Região Centro, pela Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente e pelo Grupo Português de Educação Nova.
- 20 a 23 e 25 a 29 de Maio 1987 — Participação nos colóquios sobre a Inquisição realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde apresentou, respectivamente, as seguintes comunicações: «Inquisição, Ideologia e História» e «Estado, Inquisição e Cristãos Novos na Restauração».
- 8 a 11 de Julho 1987 — 1.º Encontro de História Local e Regional, organizado pela Escola Superior de Educação de Viseu onde proferiu uma comunicação sobre «História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da História Local e Regional».

Fernando Catroga

- 6 e 7 de Maio 1986 — Participou no II Colóquio de Historiadores Portugueses e Soviéticos na Fundação Calouste Gulbenkian, apresentando a comunicação «Atitudes perante a morte no operariado de Lisboa (finais do séc. XIX)».
- Maio 1986 — Participou no ciclo «O Retorno da Tragédia» organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Apresentou a comunicação «A Representação da Morte e da Esperança nos meios revolucionários de Lisboa, nas vésperas da República».
- 16 Nov. 1986 — Proferiu a conferência «O Setembrismo na evolução do culto cívico dos mortos», organizada pela Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.
- 15 a 20 Jun. 1987 — Participou no III Simpósio de Metodologia Aplicada a la Historia de la Masonería

Espanhola que se realizou em Córdova, e onde apresentou a comunicação «O Primeiro congresso maçónico interpeninsular (1905) na estratégia ideológica do Grande Oriente Lusitano».

Maria Manuela Tavares Ribeiro

- 5 a 7 de Maio 1986 — Participou no II Colóquio de Historiadores Portugueses e Soviéticos na Fundação Calouste Gulbenkian, com uma comunicação sobre «O Cristianismo social de 1848».

Amadeu José de Carvalho Homem

- 24 de Out. 1985 — Na Biblioteca Nacional de Lisboa, proferiu uma conferência intitulada «Conciliação e Confronto no discurso republicano — 1870-1890», a qual foi também apresentada na Casa-Museu da Fundação Dionísio Pinheiro, em Águeda, em 22 de Fevereiro de 1986.
- 5 a 7 de Maio 1986 — Participou no II Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, na Fundação Calouste Gulbenkian, com uma comunicação intitulada «Algumas notas sobre positivismo social».
- 15 de Maio 1976 — Participou no 4.º Encontro de Professores de História da Zona Centro, realizado na cidade da Guarda, com uma conferência subordinada ao título «A Primeira República — Condições políticas da sua emergência».

Isabel Nobre Vargues

- 13 a 15 de Fev. 1986 — Participou no Colóquio «La Revolución y la Península Ibérica» em Madrid, com a comunicação «A Revolução de 1820. Notas para o estudo do liberalismo português e da sua correlação peninsular».
- Maio 1987 — Proferiu uma conferência na Escola Secundária de Anadia integrada numa Acção pedagógica para professores e alunos do 12.º ano, sobre «O Sebastianismo e o seu mito na História de Portugal».
- 26 de Jul. a 2 de Agosto 1987 — Participou no 7.º Congresso Internacional das Luzes em Budapeste, com a comunicação «Du 'Siècle des Lumières' aux 'Lumières du Siècle': quelques notes sur la présence

de Fidéologie illuministe et révolutionnaire dans les origines du libéralisme portugais».

Antonio Resende de Oliveira

- Participação nas 2.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, com a comunicação «Trovadores Portugueses na corte de Afonso X».

Ana Cristina Bartolomeu d'Araújo

- 13 a 15 de Fev. 1986 — Apresentou a comunicação «Afrancesados e espanholistas em Portugal de 1808 a 1820», no Colóquio Internacional «A Revolução Francesa e a Península Ibérica I», realizado em Madrid.
- 26 de Jul. a 2 de Agosto 1987 — Participou com a comunicação «Cosmopolitisme et diffusion des Lumières au Portugal au XVIII^e siècle», no «Septième Congrès International des Lumières», realizado em Budapeste.

Joaquim Ramos de Carvalho

- 28 de Out. 1986 — Proferiu a conferência intitulada «The Portuguese Episcopal Visitations» incluída no ciclo de seminários promovido pela Johns Hopkins University na Vila Spelman em Florença.
- Março 1987 — Participou na Second Annual Conference of the «Association for History and Computing» que decorreu em Londres, com uma comunicação intitulada «Expert Systems and Community Reconstruction Studies».

João Gouveia Monteiro

- 30 de Abril 1987 — «A Cultura Portuguesa na Idade Média», conferência proferida na Escola Secundária de Anadia.

José Pedro Paiva

- Fev. 1987 — Participou no colóquio da Inquisição, com a comunicação «A Inquisição e as Visitas Pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?».

- Abril 1987 — Participou no 10.º Encontro da Associação Portuguesa de História Económica Social com a comunicação «O poder da Igreja: as visitas nas-torais».

SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÕES:

- 21-22 de Abril 1986 — Seminário orientado pelo Prof. Michel Vovelle sobre «Mort et déchristianisation» (em colaboração com o Centro de História da Sociedade e da Cultura do I.N.I.C.).
- 6 Nov. 1986 — Homenagem ao Prof. Doutor José Sebastião da Silva Dias e lançamento do vol. 8 da *Revista de História das Ideias*, sobre «O Sagrado e o Profano». Proferiu uma conferência sobre «El franc-mason: hombre de la Ilustración?», o Prof. José F. Benimeli da Universidade de Zaragoza. Foi inaugurada uma Exposição Bibliográfica sobre a obra do homenageado.
- 4-6 Mar. 1987 — Comparticipação na organização do Colóquio Internacional «A Revolução Francesa e a Península Ibérica» na Faculdade de Letras de Coimbra.

LIVROS OFERECIDOS AO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS EM 1986

- Alarcão, Rui de**, *Discursos: abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra: 21 de Novembro de 1984*, Coimbra, Universidade, 198b.
- Alberola, Armando, *La ilustración española*, Alicante, Inst. Juan-Gil-Albert, 1986.
- Araújo, Ana Cristina**, *A formação científica e filosófica de Ribeiro Sanches e o seu reformismo....* Coimbra, ed. Autor, 1984.
- Azenha, Maria do Rosário, J. S. da Silva Dias. *Exposição bibliográfica*, Coimbra, Fac. de Letras, 1986.
- Bataillon, Mareei, *Damião de Góis: humaniste européen*, Paris, Jean Touzot Libr. Ed., 1982.
- Camlong, André, *Le vocabulaire du sonnet portugais*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1986.
- Canelo, David Augusto, *Os últimos judeus secretos*, Belmonte, Jornal de Belmonte, 1985.
- Canotilho, José Joaquim Gomes, *Direito Constitucional*, 4.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1986.
- Carvalho, Joaquim Ramos de, *Ciência, razão e luzes no século XVIII*, Coimbra, ed. autor, 1985.
- Catroga, Fernando, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, Coimbra, «A Mulher na Sociedade Portuguesa», 1986.
- Costa, M. M. da Silva, *Esposende na era de seiscentos*, Esposende, Boletim Cultural de Esposende, 1984.
- Curado, Maria Alice Falcão (org. e coord.), *Publicações dos Professores da Faculdade de Letras*, Coimbra, Fac. Letras, 1985.
- Darmon, Albert, *Les corps immatériels*, Paris, Libr. Philosophique J. Vrin 1985.
- Dias, Eduardo Mayone, *Coisas da Lusândia*, Lisboa, Inst. Português do Ensino à Distância, 1981.
- Discursos: abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra: 4 de Dezembro de 1985**, Coimbra, Universidade, 1984.
- Discursos: acto de posse do Reitor**, Coimbra, Universidade, 1986.
- Domingos, Manuela D., *Estudos de sociologia da cultura*, Lisboa, Inst. Português de Ensino à Distância, 1985.
- Eiras Roel, António**, *Moderados y cartistas: la 'Patuleia' y la reacción española*, Coimbra, Fac. Letras, 1970.

- Eiras Roel, Antonio, *Sobre los orígenes de la Audiencia de Gobierno...*, Madrid, Inst. Nacional de Estudios Jurídicos, 1984.
- Ferreira, Maria Emilia Cordeiro, *Reflexões sobre história e cultura portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.
- Godinho, Vitorino Magalhães, *Identité Culturelle et humanisme*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1982.
- Gomes, J. Pinharanda, *Formas de pensamento filosófico em Portugal: 1850-1950*, 2 vols., Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1986.
- Imbert, François André, *Les littératures africaines de langue portugaise*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1985.
- Isambert, François André, *Le sens du sacré*, Paris, Ed. Minuit, 1982.
- Jobim, Leopoldo, *Ideologia e Colonialismo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- Jobim, Leopoldo, *Reforma agrária no Brasil colônia*, São Paulo, Ed. Brasiliense, S. A., 1983.
- Kant, Emmanuel, *Oeuvres philosophiques*, vol. III: *Les derniers écrits*, Paris, Gallimard, 1986.
- Loureiro, José Jorge, *Memórias políticas: 1834-1844*, Lisboa, Ed. Rolim, 1986.
- Marcadé, Jacques, *Beja, terre de mission au XVIII^e siècle*, Angers, P. U A., s.d.**
- Marcadé, Jacques, *Les 'cuidados literários' de Manuel do cenáculo: une pastorale pour une diocèse rural*, Paris, Bulletin des Études Portugaise et Brésilienne, 1985.**
- Marques, Armando de Jesus, *Da estirpe portuguesa de um candidato a São Bartolomeu de Salamanca*, Porto, s.n., 1986.**
- Marreca, Oliveira, *Obras económicas*, 2 vols., Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1983.
- Moreira, Isabel M. Martins, *Galerias de arte e o seu público*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1984.
- Neto, Vitor, *Herculano: política e sociedade*, Coimbra, ed. Autor, 1984.
- Oliveira, Francisco de, *Ideias morais e políticas em Plínio-o-Antigo*, Ed. Autor, 1986.**
- Parra López, Emilio la, *El primer liberalismo español y la iglesia*, Alicante, Inst. Juan-Gil-Albert, 1986.
- Pereira, Ana Leonor, *A economia da alienação mental na obra de Júlio de Matos*, Coimbra, ed. Autor, 1984.**
- Pereira, Ana Leonor, *Hospitais de alienados em Portugal*, Coimbra, ed. Autor, 1984.
- Pereira, Isaias da Rosa, *Codicologia: arqueologia do livro*, Angra do Heroísmo, Boletim Inst. Hist., 1979.
- Pereira, Isaias da Rosa, *As constituições da Igreja de São Pedro de Almeida cerca de 1348*, Coimbra, Revista da Universidade de Coimbra, 1984.
- Pereira, Isaias da Rosa, *As constituições sinodais de Angra de 1559. Ilha Terceira*, Boletim Inst. Hist., 1983.
- Pereira, Isaias da Rosa, *Um francês do Languedoque na Inquisição de Lisboa*, si., Assoc. Arq. Port., 1978.
- Pereira, Isaias da Rosa, *O Hospital do Espírito Santo da Vila de Castanheira*, 1971.**
- Pereira, Isaias da Rosa, *Notes sur le scriptorium du monastère d'Alcobaça*, Gand, E. Story-Scientia, 1979.
- Policarpo, João Francisco Almeida, *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra»*, 2 vols., Lisboa, Universidade Nova, 1982.

- Ribas, Tomaz, *Guia de recolha de danças populares*, Lisboa, Inst. Port. Património Cultural, 1985.
- Rodrigues, A. Pina, *Bandeiras de Adiafa*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1984.
- Scheidl, Ludwig e João Lourenço Roque, *A industrialização no séc. XIX: o caso alemão*, Porto, Paisagem Ed., 1985.
- Silva, Armando B. Malheiro da, *Inventário das provedorias e dos prósrios nacionais/fazenda*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1985.
- Sousa, Eduardo de, *Historia e mito*, Brasília, Universidade, 1981.
- Sousa, Maria Leonor Machado de, *A abertura de Portugal à cultura europeia: os bolseiros de Pina Manique*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1983.
- Torgal, Luís Reis, *História institucional e política séculos XIV-XVIII: o Estado Moderno*, Coimbra, Ed. Autor, 1985.**
- Torgal, Luís Reis, *Universidade, sociedade, política e ciência nos primórdios do liberalismo em Portugal: 1820-1823*, Coimbra, Ed. Autor, 1985.**
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário das cartas anuais das missões da Etiópia*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1984.
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário das cartas do Cabido de Braga*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1986.
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário da gaveta das cartas*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1985.
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário das visitas e devassas*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1986.

REVISTAS RECEBIDAS EM PERMUTA

Almansor

Montemor-o-Novo

Analecta Sacra Tarraconensia

Barcelona

Análise Social

Lisboa

Annali della Facoltà di Lingue e Letterature Straniere

Bari

Annali della Fondazione Luigi Einaudi

Turim

Annali delVistituto Storico Italo-germánico in Trento

Trento

Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa

Pisa

Antonianum

Roma

Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura

Bogotá

Aportes

Zaragoza

Archivo Storico per le Province Napoletane

Nápoles

Archivo Teológico Granadino

Granada

Arquipélago - Ciências Humanas

Ponta Delgada

Arquipélago - Historia e Filosofia

Ponta Delgada

Arquipélago - Línguas e Literaturas

Ponta Delgada

Arquivos do Centro Cultural Português

Paris

Barcelos - Revista

Barcelos

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Coimbra

Boletim Cultural de Esposende

Esposende

Boletim da Faculdade de Direito
Coimbra
Boletim de Trabalhos Históricos
Guimarães
Bolletino del Museo del Risorgimento
Bologna
Brigantia
Bragança
Brotéria
Lisboa
Bulletin de la Société de l'Histoire du Protestantisme Français
Paris
Cadernos de Literatura
Coimbra
Carthaginensia
Murcia
A Cidade de Évora
Evora
Ciência Tomista
Salamanca
Coloquio / Letras
Lisboa
Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea
Madrid
Cultura, Historia e Filosofia
Lisboa
Dio: - Huitième Siècle
Reims
Dio: - Septième Siècle
Paris
Église et Théologie
Ottava
Estudios Eclesiásticos
Madrid
Estudos de Economia
Lisboa
Estudos Ibero-Americanos
Porto Alegre — Brasil
Estudos Medievais
Lisboa
Factos e Ideias
Braga
Filosofia
Lisboa
Franciscanum
Bogotá
Gávea
Rio de Janeiro
Hispania Sacra
Madrid
História e Crítica
Lisboa
História: Questões e Debates
Curitiba
Humanística e Teologia
Porto

Humanitas
 Coimbra
índice Histórico Español
Barcelona
La Licorne
Poitiers
Ler Historia
Lisboa
UHistoire
 Paris
Mentalities, Mentalités
 Hamilton, New Zeland
Munda
 Coimbra
Nouvelle Revue Théologique
Namur
Nova Renascença
Porto
Prelo
 Lisboa
Proserpina
 Mérida
Quaderni Portoghesi
Pisa
Quaderni di Storia
Bari
Rassegna Storica del Risorgimento
Roma
Revista Crítica de Ciências Sociais
Coimbra
Revista Española de Teologia
Madrid
Revista da Faculdade de Letras
Lisboa
Revista da Faculdade de Letras – Filosofia
Porto
Revista da Faculdade de Letras – História
Porto
Revista de História
Porto
Revista de Historia Contemporánea
Sevilha
Revista de Letras
Assis
Revista Portuguesa de Filosofia
Braga
Revista Portuguesa de História
Coimbra
Revista da Universidade de Aveiro/Ciências da Educação
Aveiro
Revista da Universidade de Aveiro/Letras
Aveiro
Revue de la Bibliothèque Nationale
Paris
Revue des Études Sud-Est Européennes
Bucareste

*Scienza*società
Roma
Scriptorum Victorieuse
Vitoria
Siglo XIX — Revista de Historia
Monterrey
Studia Rosenthaliaua
Amsterdão
Synthesis
Bucareste
Trans / -form ; ação
S. Paulo
Trienio
Madrid
Vértice
Coimbra

PUBLICAÇÕES DO SEMINÁRIO DE CULTURA PORTUGUESA
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Volumes disponíveis:

Luis Reis Tergal — *Tradicionalismo e Contra-revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*

Jaime Raposo Costa — *A teoria da liberdade no período de 1820 a 1823*

J. E. Horta Correia — *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*

J. Esteves Pereira — *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*

J. Francisco Almeida Policarpo — *O pensamento social do grupo católico de A Palavra (1872-1913), vol. I*

COLECÇÃO «DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA»

Luis Reis Tor gai e Isabel Nobre Vargues — *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*

Ludwig Franz Scheidl e João Lourenço Roque — *A industrialização no século XIX. O caso alemão*

Rui Bebiano — *D. João V: Poder e espectáculo*

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Preço deste número:

*Portugal, Espanha e Países de Estrangeiro**
*Expressão Portuguesa**

Assinantes — 1 600\$00
Não assinantes — 2 000\$00

Assinantes — U.S.\$25
Não assinantes — U.S.\$30

*

i

Assinatura anual do ano > de 1987 (a indicar oportunamente)

* Remessa por via normal

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Pedido de assinatura *subscription*

Renovação de assinatura *(Subscription renewal)*

Nome *(Name)*:.....

Morada *(Address)*:.....

Telefone..... Profissão.....

Junto cheque na importância de.....

(I am enclosing check in the amount of).....

Enviar para *(To be sent to)* **LIVRARIA FINISTERRA**

R. Alexandre Herculano, 3
Apartado 1017
3000 COIMBRA
Telef. 2 71 76

ÍNDICE

<p>ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA, <i>O clero regular e a «usurpação». Subsídios para uma história sócio-política do Miguelismo</i></p>	529
<p>JOÃO LOURENÇO ROQUE, <i>Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX</i>.....</p>	631
<p>AMADEU J. DE CARVALHO HOMEM, <i>Algumas notas sobre o Positivismo religioso e social</i>.....</p>	667
<p>VITOR NETO, <i>A questão religiosa na 1.^a República. A posição</i>.....</p>	675
<p><small>rimo Timirpç HPII rimii ç h ç</small> JOSÉ J. GOMES CANOTILHO, <i>O círculo e a linha. Da «liberdade dos antigos» à «liberdade dos modernos» na teoria republicana dos direitos fundamentais</i>.....</p>	733
<p>P. AVELINO DE JESUS COSTA, <i>O inventor P. Manuel António Gomes Himalaia. O cientista, o economista, o sacerdote ...</i></p>	759
<p>ANTÓNIO PEDRO PITA, <i>Gestos e fragmentos (A questão da «morte de Deus» em Sartre)</i>.....</p>	801
<p>MANUEL CADAFAZ DE MATOS, <i>Mir cea Eliade entre o «complexo» de Inés de Castro e de Maria Teles</i>.....</p>	817
<p>MANUEL VIEGAS ABREU, <i>A pluridimensionalidade psicológica da Morte</i></p>	829
V A R I A	
<p>LUÍS REIS TORGAL, <i>Historia... Que Historia? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional</i>.....</p>	843
<p>MIGUEL ARTOLA, <i>Constitución y Carta como modelos constitucionales</i></p>	869
<p>ANTÓNIO PEDRO VICENTE, <i>Almeida em 1810. Primeira etapa de uma invasão improvisada</i>.....</p>	879
<p>CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS, <i>Brasília: sonho e realidade</i></p>	903
<p>LUÍS F. COLAÇO ANTUNES, <i>Reconstituição histórica da tutela</i>.....</p>	923
<p><small>súic ivipppççpç m-flçç n ç</small> MARIA DO ROSÁRIO AZENHA* e OLGA DA CUNHA FERREIRA, <i>Cartas de Alfredo Pimenta a Joaquim de Carvalho</i></p>	937
<p>ABSTRACTS</p>	1017
<p>RECENSÕES</p>	1029
<p>ACTIVIDADE CIENTÍFICA.....</p>	1059
<p>INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS — Algumas actividades em 1986/87</p>	1071
<p>LIVROS OFERECIDOS</p>	1081
<p>REVISTAS RECEBIDAS</p>	1085

N.º Dep. Legal 18986/87

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

ULTIMOS NÚMEROS:

VOLUME 6: Revoltas e Revoluções

Nota de Apresentação * José Mattoso, *A crise de 1245* IJC Antonio Resende de Oliveira, J. Gouveia Monteiro e José Antunes, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão* ^ Maria José Ferro Tavares, *Revoltas contra os judeus no Portugal medieval* ^ Humberto Baquero Moreno, *Abusos e violências na região da Beira interior durante o reinado de D. Afonso V*
* Avelino de Freitas de Meneses, *Insegurança e revolta nas relações entre açorianos e soldados estrangeiros (1580-1590)* José Veiga Torres, *O tempo progressivo e a contestação sebastianista* * António de Oliveira, *Contestação fiscal em 1629* ^ Luís Reis Torgal, *Acerca do significado sóciopolítico da «Revolução de 1640»* ^ Luís Ferrand de Almeida, *Motins populares no tempo de D. João V* IJI
Roland Mousnier, *Révoltes et tentatives de révolutions en France de la fin du Moyen-Âge à la Révolution Française (1453-1789)* * VARIA: Ana Cristina Araújo, *Ilustração, Pedagogia e Ciência em António Nunes Ribeiro Sanches* * Amadeu José de Carvalho Homem, *Ideologia e Indústria. A Exposição Distrital de Coimbra em 1884* ^ Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco, *António Sérgio e Coimbra*.

VOLUME 7: Revoltas e Revoluções

Nota de Apresentação ^ Ana Cristina Araújo, *Revoltas e ideologias em conflito durante as Invasões Francesas* % Manuel Augusto Rodrigues, *As Invasões Francesas em cartas pastorais de bispos portugueses* * Rui Cascão, *A revolta de Maio de 1828 na comarca de Coimbra* IJC Fernando Catroga, *A Maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842* * Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A restauração da Carta Constitucional e a revolta de 1844* ^ João Lourenço Roque, *Subsídios para o estudo da «revolta» em Portugal no século XIX* * Amadeu José de Carvalho Homem, *Conciliação e confronto no discurso republicano (1870-1890)* ^ Alice Correia Godinho Rodrigues, *Ideal republicano e reforma da Universidade de Coimbra* ^ António Gama, *O espaço na revolução republicana de 1910* ^ Manuel Braga da Cruz, *A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo* Carlos da Fonseca, *A revolta imaginária. O operariado frente ao 28 de Maio* IJ José Medeiros Ferreira, *25 de Abril de 1974: Uma revolução imperfeita* % Alberto Gil Novales, *Revueltas y revoluciones en España (1766-1874)* IJI DOCUMENTO INÉDITO: Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *Implantação da República em Portugal. Relatório do Ten. Fernando Mauro d'Assumpção Carmo* IJ BIBLIOGRAFIA: Isabel Nobre Vargues, *Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma cronologia e bibliografia* * Maria Natércia Coimbra e Maria do Rosário Azenha, *Revoltas e revoluções. Catálogo da Exposição Bibliográfica* * VARIA: Alberto Gil Novales, *Absolutismo y liberalismo en el siglo XIX español* * Antonio Álvarez de Morales, *Moderados y progresistas ante la ley de Instrucción Pública española de 1857* ^ Leopoldo Collor Jobim, *Considerações sobre a teoria de representação política em Silvestre Pinheiro Ferreira* Vitor Neto, *Herculano: Política e sociedade* * Olga de Freitas da Cunha Ferreira, *As doutrinas do Integralismo Lusitano no pensamento e na teoria da acção de Raúl Proença* ^ Olga de Freitas da Cunha Ferreira, *A propósito de um centenário: Jaime Cortesão e o «Poema do Povo Português»*.

VOLUME 8: O Sagrado e o Profano

Nota de Apresentação * Para uma Biobibliografia de J. S. da Silva Dias * Alberto Tenenti, *Dio, Sovrano, Stato in Francia tra la fine del Cinquecento e la prima metà del Seicento*
* José Veiga Torres, *Uma longa guerra social. Novas perspectivas para o estudo da Inquisição Portuguesa. A Inquisição de Coimbra* * Fernanda Enes, *Um aspecto da luía contra o sincretismo da cultura oral: a mulher, a noite e o sagrado nos Açores durante a época moderna* * Rui Bebbiano, *D. João V, Rei-Sol* José Antonio Maravall, *Los limites estamentales de la educación en el pensamiento ilustrado* Manuel Augusto Rodrigues, *As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra* Maria Luiza Tucci Carneiro, *Santidade e malefício: um caso de possessão diabólica em Ourém (Brasil) no século XIX* José A. Ferrer Benimeli, *El Gran Oriente Lusitano Unido y los masones españoles (1869-1878)* * Fernando Catroga, *A cremação na época contemporânea e a dessacralização da morte. O caso português* Carlos da Fonseca, *Do pão de Deus ao pão que o Diabo amassou* * José António Souza, *As ideias de Guilherme de Ockham sobre a independência do poder imperial* Amadeu Torres, *De Sélestat a Lisboa: Beato Renano e Damião de Góis* Maria Luisa Couto Soares, *A Utopia de Tomás More é uma utopia?* Bernard Plongeron, *Pratiques idéologiques d'une «Politique Chrétienne» (XVII.-XIX. Siècles)* Fernando Gil, *Da moral cristã à justiça profana através do interesse: comentário de um texto de Leibniz* * José Barata-Moura, *A demanda da prática. A concepção da praxis em Feuerbach* António Ferreira Gomes, *Diálogo da Igreja com a cultura* Silvío Castro, *Confissão e assacralidade em Fernão Mendes Pinto* Rosa Esteves, *Aspectos da sociabilidade oitocentista: o «jornal francês» L'AbéPle (1840-1841)* * João Palma-Ferreira, *Os inquéritos literários. 1912-1920* José Manuel Azevedo e Silva, *O sagrado e o profano no pensamento etnográfico de Jaime Cortesão* Joanna Courteau, *The desacralization of the world in the poetry of Fernando Pessoa* VARIA: A. Nogueira Gonçalves, *Identificação dum pedaço de ourivesaria do século XV* * Luís deAlbuquerque, *Algumas notas sobre o 'Isolario' de Benedetto Bordone*
* Joaquim Ferreira Gomes, *Acerca da democracia e da democratização do ensino* Armando de Castro, *Para a teoria das ideologias*.

O SAGRADO E O PROFANO

- ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA, O clero regular e a «usurpação». Subsídios para uma história sócio-política do Miguelismo.
- JOÃO LOURENÇO ROQUE, Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX.
- AMADEU J. DE CARVALHO HOMEM, Algumas notas sobre O Positivismo religioso e social.
- VÍTOR NETO, A questão religiosa na 1.ª República. A posição dos padres pensionistas.
- JOSÉ J. GOMES CANOTILHO, O círculo e a linha. Da «liberdade dos antigos» à «liberdade dos modernos» na teoria republicana dos direitos fundamentais.
- P. AVELINO DE JESUS COSTA, O inventor P. Manuel António Gomes Himalaia. O cientista, o economista, o sacerdote.
- ANTÓNIO PEDRO PITA, Gestos e fragmentos (A questão da «morte de Deus» em Sartre).
- MANUEL CADAFAZ DE MATOS, Mircea Eliade entre o «complexo» de Inês de Castro e de Maria Teles.
- MANUEL VIEGAS ABREU, A pluridimensionalidade psicológica da Morte.

VARIA

- LUÍS REIS TORGAL, História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional.
- MIGUEL ARTOLA, Constitución y Carta como modelos constitucionales.
- ANTÓNIO PEDRO VICENTE, Almeida em 1810. Primeira etapa de uma invasão improvisada.
- CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS, Brasília: sonho e realidade.
- LUÍS F. COLAÇO ANTUNES, Reconstituição histórica da tutela dos interesses difusos.
- MARIA DO ROSÁRIO AZENHA e OLGA DA CUNHA FERREIRA, Cartas de Alfredo Pimenta a Joaquim de Carvalho.

ABSTRACTS

RECENSÕES

ACTIVIDADE CIENTÍFICA

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS — Algumas actividades em 1986/87

LIVROS OFERECIDOS

REVISTAS RECEBIDAS